Anais Eletrônicos

Seminário Internacional

Intercâmbios Historiográficos

Universidade Federal de Sergipe

16 a 19 de novembro de 2015

Organização

Antônio Fernando de Araújo Sá

Bruno Gonçalves Alvaro

Hericly Andrade Monteiro

Realização: PROHIS Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Sergipe

Apoio: Universidade Federal de Pernambuco; IHGSE; CAPES

2016

ANAIS ELETÔNICOS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERCÂMBIOS HISTORIOGRÁFICOS (ARGENTINA – BRASIL – MÉXICO)

Organização
Antônio Fernando de Araújo Sá
Bruno Gonçalves Alvaro
Hericly Andrade Monteiro

ALVARO, Bruno Gonçalves; ANDRADE, Hericly Monteiro; SÁ, Antônio Fernando de Araújo. (Orgs.). Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Intercâmbios Historiográficos: Argentina – Brasil – México, São Cristóvão, 16 a 19 de novembro de 2015 [recurso eletrônico], Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em História, São Cristóvão: PROHIS-UFS, 2016, 425p.

ISSN: Em cadastramento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
REITOR: ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI
VICE-REITOR: ANDRÉ MAURÍCIO SOUZA

PROHIS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Prof. Dr. Antonio Fernando de Araújo Sá (Coordenador do PROHIS-UFS)
Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro (Coordenador Adjunto do PROHIS-UFS)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof.Dr. Antonio Fernando de Araújo Sá (PROHIS/UFS)
Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro (PROHIS/UFS)
Prof.Msc. Carla Darlem dos Reis
Mestrando Hericly Andrade Monteiro(PROHIS/UFS)
Mestrando Rafael Costa Prata (PROHIS/UFS)
Natália Silva (PROHIS/UFS)

COMISSÃO CIÊNTIFICA

Prof.Dr.Alfredo Julien
Prof.Dr. Antonio Fernando de Araújo Sá
Prof.Dr. Antonio Lindvaldo Sousa
Prof.Dr. Augusto da Silva
Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro
Prof.Dr. Carlos de Oliveira Malaquias
Prof.Dra. Célia Costa Cardoso
Prof.Dr.Claudefranklin Monteiro Santos
Prof. Dr. Éder Donizete Silva
Prof.Dra. Edna Maria Matos Antonio
Prof.Dr. Fábio Maza
Prof.Dr. Lourival Santana Santos
Prof.Dr. Marcos Silva
Prof.Dr.Pericles Morais de Andrade Junior
Prof.Dr. Petrônio José Domingues
Prof.Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

APOIO
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....07

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS.....10

GT1: SERGIPE OITOCENTISTA: HISTÓRIA, CULTURA E RELAÇÕES SOCIAIS.....12

GT2: MEMÓRIAS DAS DITADURAS LATINO-AMERICANAS NOS PROCESSOS MUSEOLÓGICOS.....17

GT3: SOCIEDADE E PODER NA ANTIGUIDADE E NO MEDIEVO: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS.....20

GT4: PODER, SOCIEDADE E JUSTIÇA NO MUNDO IBERO-AMERICANO (SÉCULOS XVI AO XVIII).....25

GT5: JUVENTUDE E EXPRESSÕES IDENTITÁRIAS NO CONTEXTO URBANO.....31

GT6: A INTERFACE HISTÓRIA DA LITERATURA/LITERATURA (FICÇÃO, POESIA).....35

GT7: HISTÓRIA INDÍGENA.....41

GT8: DIÁLOGOS LATINO-AMERICANOS: ENTRE HISTÓRIAS, SUJEITOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS.....43

TEXTOS COMPLETOS.....52

A BAIXA IDADE MÉDIA E AS FIGURAÇÕES DOS TEMAS MACABROS.....52

GUERRA NAS ONDAS DO RÁDIO: UM ESTUDO ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES DO EIXO E DOS ALIADOS NA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO (1942-1945).....65

RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA ELITE SERGIPANA (1855-1889).....75

"NOVELA DAS OITO": PROSA EM DIALOGO COM A POESIA NO POEMA-NOVELA DE GILBERTO MENDONÇA TELES.....84

PROBLEMATIZANDO A IDADE MÉDIA: REFLEXÕES SOBRE A PERSPECTIVA DO GÊNERO NOS ESTUDOS MEDIEVAIS.....94

A PRISÃO DO ALFERES JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER NO MOVIMENTO INCONFIDENTE DE MINAS GERAIS.....103

"EXCELLENTISSIMO CONSELHO": ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1831).....113

A CAMINHO DA ABOLIÇÃO: SENHORES E ESCRAVOS NO TERMO DE MONTE ALTO - SERTÃO DA BAHIA.....121

O CICLO POMBALINO NA LITERATURA BRASILEIRA: O URAGUAI (1769), O DESERTOR (1774) E O REINO DA ESTUPIDEZ (1818).....131

DE INGÊNUO A MENOR: A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA AMEAÇA NO PÓS-ABOLIÇÃO (PERNAMBUCO, 1888-1892).....154

A MÍMESIS DA ESCRAVIDÃO NA NARRATIVA LITERÁRIA BRASILEIRA DO FINAL DO SÉCULO XIX.....163

AS CANTIGAS DE SANTA MARIA NO REINADO DE AFONSO X.....174

DE JOHN KEEGAN A GARCIA FITZ: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A GUERRA E SEUS SIGNIFICADOS.....182

A CRUZADA ALBIGENSE: GUERRA, PODER E HISTORIOGRAFIA.....194

ESCRITA DE SI: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE AS PRÁTICAS AMOROSAS EM LUZ NA TORMENTA.....206

"INTERSECÇÃO DE CONJUNTOS": É POSSÍVEL TRABALHAR COM A PERIODIZAÇÃO "IDADE MÉDIA" NO NORTE DA ÁFRICA?.....219

A HISTÓRIA DAS MULHERES DE GEORGES DUBY: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA TRILOGIA "DAMAS DO SÉCULO XII".....224

ENTRE RUAS, BECOS E VIELAS: O CHÃO SOCIAL DA CARESTIA EM SALVADOR (1937-1945).....234

NAS URNAS DO TRE: PESQUISA HISTÓRICA ELEITORAL E MUSEALIZAÇÃO (1947-1980).....245

"CONFESSO QUE VIVI": MEMÓRIAS DE MILITÂNCIA, REFÚGIO E EXÍLIO DE UM MONTONERO – DÉCADA DE 1970.....255

O LUGAR DO RELATO DE VIAGENS NA HISTÓRIA DA LITERATURA.....266

A OBRA QUE REFLETE A VIDA – APOLÔNIO ALVES DOS SANTOS.....276

"JUVENTUDES": UMA REFLEXÃO SOBRE A CATEGORIA JUVENTUDE.....285

OS REFLEXOS DO IMPERADOR: UMA ANÁLISE ESTÉTICA DAS BIOGRAFIAS SOBRE D. PEDRO II ESCRITA POR GILBERTO FREYRE E PEDRO CALMON.....295

A LEI DE MOISÉS E A JUSTIÇA DOS HOMENS: AS ATAS DAS CONGREGAÇÕES JUDAICAS ZUR ISRAEL, EM RECIFE, E MAGUEN ABRAHAM, EM MAURÍCIA E A

ESTRATÉGIA DE AUTORREGULAMENTAÇÃO DOS JUDEUS DO RECIFE HOLANDÊS (1648-1654).....306

O EROTISMO DOS HEREGES: UM ESTUDO SOBRE A MORAL SEXUAL DOS CRISTÃOS-NOVOS.....316

ÍNDIOS ALDEADOS E ÍNDIOS DISPERSOS NA PROVÍNCIA DE SERGIPE.....325

TERRAS INDÍGENAS E LIBERALISMO.....334

OPOSIÇÃO AO PODER DA RELIGIÃO OFICIAL EM SERGIPE COLONIAL.....345

MARCHA POR DEUS E PELA LIBERDADE EM SERGIPE (1964): CULTURA POLÍTICA, CONSERVADORISMO SOCIAL E MUSEALIZAÇÃO, COM ÊNFASE NA PESQUISA E BANCO DE DADOS.....355

O CANÔNICO E O ANTICANÔNICO EM LUIZ VILELA.....366

LAS ESTRATEGIAS DE DOMINACIÓN DEL GOBIERNO PRIISTA: DE LA REPRESIÓN VIOLENTA A LOS MEDIOS SUTILES.....372

PRIMEIROS ESBOÇOS DE RELIGIOSIDADE NAS TERRAS DE RIACHÃO DO DANTAS-SE (1855-1870).....382

ASPECTOS SOBRE MORTE E FÉ CRISTÃ NO JORNAL O MAROINENSE (1887-1892).....392

A MULHER NEGRA ESCRAVIZADA NO BRASIL COLONIAL NA OBRA CASA GRANDE & SENZALA DE GILBERTO FREYRE 401

A BAGACEIRA E AS IDEIAS SOCIOLÓGICAS MODERNISTAS..... 417

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, a produção intelectual sobre a historiografia brasileira tem representado parcela significativa de dissertações de mestrado e teses de doutorado em diversos cursos de pós-graduação em História. A transformação dessa produção em substancial volume de publicações em forma de livros e artigos demonstra a consolidação desse campo de pesquisas, articulando-se um profícuo debate entre teoria da história e história da historiografia.

As linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe buscam responder às demandas atuais sobre o ofício do historiador em seus mais amplos objetos de interesse e investigação. De um lado, problematiza-se as relações sociais e de poder inseridas no campo da História. De outro, a memória, as identidades e as culturas são confrontadas num debate conceitual com outras disciplinas das ciências humanas.

Pensar a historiografia como fruto destes enunciados ou mesmo como seu veículo é pertinente para que, cada vez mais, a especificidade em História não seja pensada de forma isolada ao todo. Ou seja, não se trata de abolir o macro em prol do micro, mas pensá-los inseridos num amplo processo de relações.

A consolidação disciplinar da discussão historiográfica em Sergipe requer um diálogo com outras historiografias não só no âmbito acadêmico nacional, mas também internacional, especialmente a partir do advento e popularização das novas tecnologias, como a Internet, que possibilita a criação de redes de cooperação acadêmica articulada com redes sociais.

Essa é a proposta do o Seminário Internacional: Intercâmbios Historiográficos (Argentina – Brasil – México), organizado pelos Programas de Pós-Graduação em História das Universidades Federais de Sergipe e de Pernambuco, tendo por objeto a reflexão sobre os muitos fazeres historiográficos e contando com a presença de pesquisadores estrangeiros e brasileiros de diversas IFEs.

Organizado por Conferências com professores de universidades da Argentina e México, Mesas Redondas e Grupos de Trabalho, conduzidos por docentes e pós-graduandos dos dois programas e/ou outros acadêmicos interessados a compartilhar suas pesquisas, o evento nasce como uma proposta solidificada de, cada vez mais, pensar e debater a História nos seus mais amplos objetos.

Contamos com a participação de todos,

Prof. Dr. Antonio Fernando de Araújo Sá (Coordenador do PROHIS-UFS)
Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro (Coordenador Adjunto do PROHIS-UFS)

PROGRAMAÇÃO GERAL

16/11/2015 (SEG)

9-12h - Credenciamento
14-18h - Grupos de Trabalho
19-22h - Conferência de Abertura
Profa. Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (UFRJ)
Reflexões sobre a Pesquisa Historiográfica na Pós-graduação
Local: Auditório da ADUFS-SSIND (Campus São Cristóvão/UFS)

17/11/2015 (TER)

9-12h - Mesa Redonda I - Historiografia e Teoria da História

* Profa. Dra. Edna Maria Matos Antônio (UFS)
Modernidade e revolução: aspectos da historiografia hispânica nos estudos latino americanos sobre a independência das Américas
* Prof. Dr. Marcelo Rangel (UFOP)
O giro ético-político na historiografia contemporânea
* Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon (UFG)
A filosofia no arquivo. M. Foucault e o pensamento histórico nos anos 70.
Coordenador: Prof. Dr. Augusto da Silva (UFS)
Local: Sala dos Conselhos (Reitoria - Campus São Cristóvão/UFS)

14-18h - Grupos de Trabalho
19-22h - Mesa Redonda II - Cultura e Memória
* Prof. Dr. Flávio Weinstein (UFPE)
Uma utopia racionalista: a presença da Sudene no campo intelectual do Recife (1959-73)
* Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (UFS)
Memórias e práticas culturais no Brasil do século XIX
* Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana (PNPD/CAPES/PROHIS/UFS)
O discurso civilizatório e os índios no Brasil
Coordenador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias (UFS)
Local: Auditório da ADUFS-SSIND (Campus São Cristóvão/UFS)

18/11/2015 (QUA)

9-12h - Mesa Redonda III - História e Relações de Poder
* Prof.Dr. Bruno Gonçalves Alvaro (UFS)
Relações senhoriais e poder episcopal em Castela no Século XII: Um balanço historiográfico
* Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda (UFPE)
Pressupostos ideológicos da Eugenia no Brasil, nas três primeiras décadas do século XX
* Prof. Dr. José Vieira da Cruz (UFAL)
Universidade, Poder e Ditadura no Brasil
Coordenador: Profa. Dra. Edna Maria Matos Antônio (UFS)
Local: Sala dos Conselhos (Reitoria - Campus São Cristóvão/UFS)

14-18h - Grupos de Trabalho
19-22h - Mesa Redonda IV - Historiografia Regional
* Profa. Dra. Maria Sílvia Leoni (UNNE/Argentina)
La historiografía regional en la Argentina: trayectorias y desafíos
* Prof. Dr. Antônio Lindvaldo de Sousa (UFS)
"Sergipe e o Nordeste açucareiro...": a historiografia de Maria da Gloria S. Almeida
* Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS)
José Calasans Brandão da Silva e a História de Sergipe
Coordenador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro (UFS)
Local: Auditório da ADUFS-SSIND (Campus São Cristóvão/UFS)

19/11/2015 (QUI)

9-12h - Conferência de Encerramento
Prof. Dr. Jorge Amós Martínez Ayala
(Facultad de Historia de la UMSNH/ México)
De la historia danzada, por escribirse, a la historia escrita por encarnarse. Algunas reflexiones historiográficas sobre las artes tradicionales como narrativas históricas
Local: Sala dos Conselhos (Reitoria - Campus São Cristóvão/UFS)

GT1: SERGIPE OITOCENTISTA: HISTÓRIA, CULTURA E RELAÇÕES SOCIAIS

Edna Maria Matos Antonio (Doutorado em História/UNESP)
Maristela do Nascimento Andrade (Mestranda em História/UFS)
LOCAL: AUDITÓRIO DO DLES

→ SEGUNDA - FEIRA (16/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **Contribuição da Filologia para o estudo da História Social de Sergipe: edição de manuscritos do século XIX.**
   Renata Ferreira Costa (Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo/2002) e Alan dos Santos Silva (Graduando em História/UFS)

   Os documentos manuscritos históricos são objeto de pesquisa de diversas áreas do conhecimento, tais como História, Sociologia, Filosofia, Geografia, Linguística, entre outras. Considerando que os pesquisadores dessas áreas esbarram, na maioria das vezes, em dificuldades de acesso a essas fontes, que, ora encontram-se em péssimo estado de conservação, entregues aos insetos e à ação do tempo, ora são protegidas a sete chaves pelas instituições depositárias, que, quando permitem que o documento seja consultado, cobram preços exorbitantes para a sua reprodução, além dos problemas pertinentes a cada texto, como, por exemplo, sua inteira legibilidade, torna-se patente a importância da recuperação, preservação e difusão desses documentos através de edições confiáveis que só a Filologia pode fornecer. Desta forma, especificamente a partir da relação entre Filologia e História, este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a importância do labor filológico de edição de fontes textuais manuscritas para o estudo da história social de Sergipe. Para tanto, serão apresentados o conceito, o objeto e o método de trabalho da Filologia e sua contribuição para os estudos em História, além de um panorama histórico de Sergipe no início do século XIX, destacando temas interessantes e frequentes em manuscritos sergipanos depositados no APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia).

2. **Carta dos Oficiais da Câmara de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco: manuscrito oitocentista para o estudo da história de um povo em transição**

Sandra Aparecida Silva de Souza (Graduanda em História/UFS) e Renata Ferreira Costa (Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo/2002)

Este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos históricos e ortográficos de um manuscrito produzido na então Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco, atual cidade de Neópolis, em Sergipe, de modo a encabeçar um estudo sobre a memória de um povo que viveu um período de transição – do Brasil Colônia para o Brasil Império, marcado por grandes mudanças históricas, geográficas, sociais e linguísticas. Utilizando como *corpus* o fac-símile de um manuscrito datado de 1822, depositado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e microfilmado pelos pesquisadores do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, o trabalho parte da leitura e transcrição semidiplomática do documento para, numa perspectiva filológica, analisar as características de sua escrita e apontar o fato histórico narrado, a exemplo das divergências entre as províncias de Sergipe e Alagoas, de modo a contribuir para a história dos hábitos de escrita à época e para a história social da região.

3. **Primeiros Esboços de Religiosidade nas terras de Riachão do Dantas- SE (1855-1870)**

Rosana Oliveira Silva (Graduada em História/UFS)

O presente trabalho objetiva analisar as bases da religiosidade riachãoense estabelecidas em meados do século XIX na região centro-sul sergipana. Buscaremos compreender a constituição religiosa do lugar a luz da devoção mariana voltada para a figura de Nossa Senhora do Amparo, padroeira do lugar, e também a ação catequética de seu primeiro pároco, o Padre João Batista de Carvalho Daltro (1818-1910), sujeito influente na Igreja sergipana oitocentista. Ressaltamos que a constituição religiosa deu-se conjuntamente com o estabelecimento e elevação da povoação do Riachão a condição de freguesia (1855) e posteriormente, vila (1870).

4. **O uso de fontes do Judiciário para o estudo da escravidão em Sergipe no final dos Oitocentos**
   Moisés Augustinho dos Santos (Mestrando em História/UFS) e Gleidson Menezes da Silva (Graduando em História/UFS)

   A presente comunicação tem como objetivo trazer para o debate as possibilidades do uso de fontes do judiciário para a investigação histórica. Muito presente nos estudos sobre escravidão, em particular as análises sobre as tentativas de liberdades ou sua restrição, os vestígios judiciários têm mostrado que são imensas as possibilidades para conhecer, interpretar e apresentar esses eventos históricos. No Arquivo do Judiciário de Sergipe são abundantes as fontes que tem a marca do escravo, em especial as petições impetradas por eles na segunda metade do século XIX pertencentes á comarca de Estância, município localizado no sul do Estado de Sergipe. Sendo assim, apresentaremos as várias possibilidades para se conhecer e problematizar os últimos anos da escravidão em Sergipe a partir dessas fontes.

5. **Escrita de si: Uma análise das narrativas presentes em *Luz na Tormenta***
   Joelma Dias Matias (Mestranda em História/UFS)

   As formas de amar, assim como outros traços culturais da humanidade, passaram por diversas transformações ao longo dos séculos. O amor e as formas de amar estão no íntimo da natureza humana, porém cada cultura lhes imprime significados, formas de sentir e de expor que são peculiares. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar as narrativas presentes na obra Luz na tormenta (1948) para compreendermos como se davam as práticas amorosas em Sergipe no século XIX. Essa obra trata-se da compilação de 110 cartas, de teor amoroso, que foram trocadas entre o casal de noivos Emília e Joaquim Fontes no período compreendido entre os anos de 1890 a 1894. Portanto, os conteúdos da escrita de si produzidos pelo casal podem nos revelar não só a forma como eles se comportavam diante das regras socioculturais impostas pela sociedade da época acerca das práticas amorosas como também podem nos mostrar a aspectos relevantes do contexto social no qual os autores estavam inseridos.

6. **Aspectos sobre Morte e Fé Cristã no Jornal O Maroinense (1887-1892)**
   Suelayne Oliveira Andrade (Mestranda em História/UFS)

   O presente trabalho tem como proposta apresentar uma breve análise sobre aspectos simbólicos da morte a partir da fé cristã através dos necrológios presentes no jornal O Maroinense, durante o período de 1887 a 1892, período correspondente aos jornais encontrados na Biblioteca Pública Epifânio Dórea. Tal estudo tem como intenção identificar e descrever os símbolos cristãos com o intuito de contribuir para uma história cultural a partir da análise sobre a visão a respeito da morte no final do século XIX na sociedade sergipana, principalmente na maruinense. Para tanto, serão utilizados como chaves de leituras os conceitos de representações de Roger Chartier, o conceito de morte de Phillipe Ariés e o de "representação e experiência" de Ankersmit. Também utilizaremos um olhar atento sobre a especificidade da fonte jornalística e, sobretudo, do histórico desse jornal e como ele se constitui com veículo de informação para a sociedade de Maruim.

→ TERÇA - FEIRA (17/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **O encantamento pelo progresso econômico: recepção de Maria da Glória a obra de D.Marcos de Souza**
   Amanda Marques dos Santos (Graduanda em História/UFS)

   O presente trabalho busca descrever e analisar a forma como a autora Maria da Glória Santana de Almeida recepcionou a obra *Memória Sobre a Capitania de Sergipe* de D. Marcos Antonio de Souza, escrito em 1808. Pretendo analisar não somente esse aspecto, mas mostrar também a trajetória independente desses dois autores, e compreender o contexto em que eles estiveram inseridos. O texto base trabalhado por mim para compreender como a memória de D. Marcos foi utilizada foi *Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe* de Almeida. Com isso foi possível compreender de modo geral qual a relação de pensamento que existiu entre esses dois autores. Com este trabalho foi possível concluir que apesar das distinções entre os autores eles possuem alguns pontos em comum, ou seja, a ideia e/ou busca pela prosperidade econômica.

2. “**Excellentissimo Conselho”: Economia e Sociedade em Sergipe del Rey nas Atas do Conselho de Governo da Província (1824-1827)**
Damilis Silveira Viana (Graduanda em História/UFS)

No presente estudo pretende-se identificar de que forma a elite local da província, através de sua participação no Conselho de Governo da Província de Sergipe entre os anos de 1824 a 1831, enfrentou as questões de ordem econômica e encaminhou a resolução destes no Primeiro Reinado. A metodologia adotada será a análise documental das atas, juntamente com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Em termos de referenciais teóricos, a pesquisa será conduzida sobre o olhar da Nova História Política e suas implicações na historiografia. Concluindo-se a pesquisa proposta, espera-se contribuir para o esclarecimento do processo de formação do Brasil, enquanto Estado-Nação, sob o viés das questões econômicas regionais, na Província de Sergipe Del Rey, perante os percalços do estabelecimento de uma nova conjuntura política.

3. **Os ideais de modernidade durante a fundação de Aracaju no século XIX**
Jeferson Augusto da Cruz (Mestrando em História/UFAL)

Na segunda metade do século XIX, o presidente da Província de Sergipe Del Rey, Inácio Joaquim Barbosa (1853-1855), transferiu a capital da colonial e secular São Cristóvão, localizada no vale do rio Vaza-Barris, para o pequeno povoado de Santo Antônio do Aracaju. A nova sede do poder político da província, deveria ser dotada de aparatos modernos em voga naquele período, no entanto, a construção de Aracaju ficou inerte durante quase meio século, devido aos problemas econômicos que atingiram Sergipe. Por isso, a intenção deste trabalho é analisar os ideais de modernidade encontrados no processo de fundação de Aracaju ocorrido em 1855. Tomarei como interlocutores autores que se debruçaram sobre a temática, juntamente com os conceitos de modernidade, representação, apropriação e cotidiano, além de documentação da época pesquisada, facilitando assim o descortinar desses eventos e possibilitando a melhor compreensão do objeto.

4. **Riqueza e Sociedade na Comarca de Aracaju: um estudo sobre a dinâmica social da elite sergipana (1855-1889)**
   Bruna Morrana dos Santos (Especialista em História do Brasil)

   Mesmo diante das vicissitudes que atingiam o cenário nacional durante o início do Segundo Reinado como o "clímax cafeeiro", a Província de Sergipe continuava com uma estrutura social sustentada na monocultura, sobretudo a do açúcar. A elite detentora do poder econômico e político era representada por senhores rurais (coronéis), membros do clero, profissionais liberais (médicos, advogados) e integrantes da Guarda Municipal, criada em 1832. Objetivamos por meio da análise da documentação judicial (inventários e testamentos), estudar a composição social e econômica da elite da Comarca de Aracaju e analisar como eram estabelecidos os laços de solidariedade entre as famílias da elite branca e proprietária, que utilizavam estratégias como batismos e casamentos para aumentar o patrimônio, manter a mesma condição social e estabelecer alianças políticas.

5. **Dona Possidônia, mais uma mulher na história da educação sergipana**
   Edirani Tavares de Jesus (Graduada em História/Unit)

   O presente artigo tenta demonstrar o papel da mulher mais precisamente da professora e educadora Possidônia Santa Cruz de Bragança, esposa do então Médico Francisco de Bragança e que era possuidor de um renomado sobrenome residiam no município de Laranjeiras/SE, que anteriormente era uma província no século XIX. Foi nesse século que Dona Possidônia, uma professora de primeiras letras criou o Colégio Santana que muito encantou o Imperador Dom Pedro II e sua esposa a Imperatriz Tereza Cristina, isso se deu no momento em que o imperador fazia uma de suas visitas em Laranjeiras/SE. Sendo assim procura-se saber o porquê dessa figura de tamanha importância para a educação, mais precisamente no Município de Laranjeiras/SE, não tem o seu nome lembrado.

6. **Fragmentos de Vidas: uma construção de contexto arqueológico para as louças oitocentistas resgatadas nos sítios históricos sergipanos**

Monica Nunes Sampaio (Mestranda/ PROARQ/UFS)

Partindo do pressuposto teórico de que as coisas fazem as pessoas, tanto quanto as pessoas fazem as coisas e que aquilo que somos também é o resultado dos objetos que nos cercam, o presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados preliminares da pesquisa que vem sendo realizada no mestrado em Arqueologia Histórica. A proposta da dissertação é contextualizar a louça de Sergipe oitocentista, proveniente das escavações arqueológicas realizadas em âmbito acadêmico e da arqueologia de contrato. A partir do levantamento da louça que foi escavada, seu comércio, distribuição e consumo, pretende-se buscar o entendimento do papel que a mesma exercia na sociedade local e discutir a objetificação dessa cultura material na vida dos seus consumidores. Metodologicamente, a pesquisa foi instrumentalizada pela análise de fontes escritas primárias, secundárias, além de fontes não-escritas, a exemplo das louças escavadas e presentes nas instituições de guarda de acervo arqueológico do Estado de Sergipe.

GT2: MEMÓRIAS DAS DITADURAS LATINO-AMERICANAS NOS PROCESSOS MUSEOLÓGICOS
Janaina Cardoso de Mello (Doutora em História Social/UFRJ)
LOCAL: SALA 16 DA DIDÁTICA VI

→ SEGUNDA - FEIRA (16/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **"*Relatos de un tiempo*": Museo de Sitio y Archivo Provincial de la Memoria da Provincia de Córdoba, Argentina**
   Janaina Cardoso de Mello (Doutora em História Social/UFRJ)

   O golpe de 24 de março de 1976 na Argentina, que derrubou a presidente Isabelita Perón, imprimiu sua feição mais aterrorizante com perseguições virulentas nas províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba, coagindo todo o país sob os coturnos militares. Levados aos tribunais e julgados por seus crimes, mais de 29 militares e policiais, responsáveis por torturas, foram parar na Unidade Penitenciária I de Córdoba. Com um saldo de aproximadamente 30 mil mortos e desaparecidos, a ditadura militar argentina ceifou esperanças e vidas de uma grande parecela da geração jovem dos anos de 1970. O trabalho pretende discutir o processo de musealização realizado nas instalações do antigo D2 (Departamento de Informações da polícia da Província de Córdoba) – Centro Clandestino de Detenção em distintos períodos históricos – cárcere de mais de 20 mil pessoas e hoje abrigo do Museo de Sitio y Archivo Provincial de la Memoria.

2. **Tortura nunca mais: entre a Memória, a Verdade e a Justiça**
   Luzimary dos Santos Rocha (Mestranda em História/UFS)

   O advento tecnológico possibilitou o crescimento dos meios de comunicação de massa, no qual está inserido um dos mais relevantes a tão utilizada *Internet*, que se consolidou entre as sociedades se tornando um espaço de entretenimento, meio de comunicação, rede de sociabilidade e disseminador de ideologias e comportamentos políticos. A partir dessas considerações, essa pesquisa tem por finalidade discutir a atuação do *Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ* dentro do *Ciberespaço*, ou seja, buscou-se analisar como se dá a defesa da memória dos militantes de esquerda que atuaram durante a Ditadura Militar, mediante a ações do *Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ* realizadas no mundo virtual.

3. **Marcha por Deus e pela Liberdade em Sergipe (1964): Pesquisa Documental e Banco de Dados**

Raphael Vladmir Costa Reis (Graduando em Museologia/UFS)

Nos idos da década de 1960, a arena política brasileira encontrava-se imersa em crises e conspirações que ameaçavam proficuamente o nosso frágil sistema democrático de representação. Com efeito, inicialmente no Rio de Janeiro, irromperam-se manifestações públicas procedentes do seio da sociedade civil-militar, reivindicando avanços na implementação das reformas de base. Esta intervenção, então, foi estendida até São Paulo, onde angariou ampla adesão de populares, transformou-se na "Marcha de Deus pela Família" e foi difundida em algumas regiões do país. Tendo em vista o citadino conjunto de acontecimentos políticos no Brasil, o presente projeto, representado através desse artigo, visa elaborar uma base de dados eletrônica com informações sobre o tema, realizar exposições itinerantes nos municípios onde aconteceram as marchas, musealizando os documentos pesquisados, historicizar as "Marchas pela Família" que aconteceram em vários municípios sergipanos, identificando seus percursos, participantes e motivações, preenchendo as lacunas ainda existentes na historiografia sergipana. Para tanto, as pesquisas nos locais de guarda documental auxiliarão no processo de coleta, tabulação e análise dos dados da pesquisa.

4. **Rotas da ditadura militar no Chile: turismo de experiência em uma cidade musealizada**

Lillian Mª de Mesquita Alexandre (Doutoranda em Geografia/PPGEO/UFS)

A ditadura militar no Chile empreendida em 1973 com a deposição do presidente Salvador Allende seguiu até 1990 quando Augusto Pinochet cedeu seu poder a emergência democrática. Durante esse longo período de violência, perseguições e ausência de liberdade o espaço urbano tornou-se palco de uma musealização histórica indireta. Do bombardeio ao Palácio de La Moneda ao Estádio Nacional Julio Martínez Prádanos, mais conhecido como Estádio Nacional do Chile que serviu de cadeia para cerca de 40 mil presos políticos, o espaço urbano da capital Santiago permite uma rota turística crítica-cultural, reflexiva a respeito das experiências e superação dos dilemas. Assim, o trabalho apresenta os percursos das rotas da ditadura militar em seus conflitos e resistências à luz do viés turístico.

5. **Nas Urnas do TRE-SE: Pesquisa Histórica Eleitoral e Musealização (1964-1980)**

   Mara Jane Santos Alves (Graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe e bolsista CNPQ)

   O projeto de pesquisa objetivou abordar o processo eleitoral no Estado de Sergipe no período de 1964-1980, tendo como principal objetivo o reconhecimento deste processo em seus resultados quantificados e analisados de forma qualitativa. Coletando dados no Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), o Arquivo Público de Sergipe e a Biblioteca Pública Epifânio Dórea afim de uma direção objetiva no levantamento de documentação primária, digitalização e musealização das informações. A parceria com o Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Sergipe (CEMEL) neste projeto permitiu a análise expográfica da instituição, a publicação dos artigos em revistas acadêmicas, a montagem de uma exposição ao ar livre em Aracaju, bem como a elaboração e alimentação de um site contendo um "Guia de Eleições em Sergipe".

GT3: SOCIEDADE E PODER NA ANTIGUIDADE E NO MEDIEVO: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS
Bruno Gonçalves Alvaro (Doutor em História Comparada/UFRJ)
Hericly Andrade Monteiro (Mestrando em História/UFS)
LOCAL: AUDITÓRIO DO CECH

→ SEGUNDA - FEIRA (16/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **De John Keegan a Garcia Fitz: Uma breve análise sobre a guerra e seus significados**
   Hericly Andrade Monteiro (Mestrando em História/UFS)

   Atualmente os estudos acerca da Guerra Medieval e suas acepções vêm ganhando adeptos de forma significativa, em sua maioria, abordando principalmente a desmistificação dos estudos do século XIX e início do XX que, de forma errônea, não visualizavam a maneira como a guerra no Medievo era desempenhada. Antes a concepção sobre a guerra era a de algo feito por pessoas sem a mínima ciência do que de fato estavam desempenhando, ou seja, sem táticas ou estratégias. A visão dos antigos pesquisadores sobre a Guerra Medieval era de uma turba de homens violentos que iam ao combate com uma infindável sede de sangue. Contudo, atualmente, uma gama de novos estudos tem conseguido difundir uma nova visão, menos ligada à concepção de "Idade das Trevas" e mais preocupada em observar como era a conduta bélica no período e como era o comportamento em meio às batalhas, além de outros assuntos de natureza guerreira. O presente trabalho visa discutir as acepções sobre a guerra que estão presentes nos trabalhos de John Keegan, Georges Duby, Philippe Contamine e Garcia Fitz, e assim buscar uma síntese sobre o que eles entendem por Guerra e os elementos que a compõem e caracterizam.

2. **A História das Mulheres de Georges Duby: representações femininas na trilogia "damas do século XII"**
   Lívia Maria Albuquerque Couto (Graduanda em História/UFS)

   Nesta comunicação, através de uma análise historiográfica da Trilogia *Damas do Século XII*, de Georges Duby, pretendemos observar sua concepção sobre o sexo feminino no período do medievo. Utilizando como instrumento de pesquisa as obras: *Heloísa, Isolda e outras damas do século XII; A Herança das Ancestrais*; e *Eva e os Padres,* publicadas entre 1995 e 1996, analisaremos o modelo da mulher de

elite do século XII utilizado pelo medievalista e destacaremos seu olhar perante as fontes utilizadas nessas obras. Nesse sentido, nosso objetivo é demonstrar até que ponto a visão do autor foi construída e/ou influenciada por suas fontes, especialmente aquelas de origem masculinas e clericais. As reflexões que serão apresentadas nesta breve comunicação estão vinculadas a nossa pesquisa de conclusão de curso e encontra-se em andamento no Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro (DHI/PROHIS-UFS).

3. **Problematizando a Idade Média: reflexões sobre a perspectiva do gênero nos estudos medievais**
   Cassiano Celestino (Graduando em História/UFS)

   Neste trabalho objetivamos esboçar as propostas de uma pesquisa em fase inicial de desenvolvimento, sobre a utilização das teorias calcadas nos estudos de Gênero no campo da História Medieval. As reflexões serão realizadas a partir da análise de textos de alguns medievalistas brasileiros que tem desenvolvido trabalhos fundamentados nesse arcabouço teórico. Interessa-nos, em específico, apresentar uma breve discussão sobre os caminhos seguidos por tais historiadores no que se refere às questões de Gênero e perceber sob quais teóricos estão ancoradas as suas pesquisas nos últimos anos. Com este trabalho, esperamos compreender um pouco mais o desenvolvimento das investigações científicas sobre a Idade Média no nosso país, tendo a teoria em questão como pano de fundo para a abertura de novos caminhos de interpretação da documentação.

4. **A Baixa Idade Média e as figurações dos temas macabros**
   Airles Almeida dos Santos (Graduada em História/UFS)

   Esta comunicação tem por objetivo fazer uma análise de algumas das produções iconográficas do fim da Idade Média e compreender a maneira como os temas macabros são figurados. Consideramos que eles apontam para uma mudança de mentalidade, cujo reflexo encontra-se na relação entre as atitudes e as representações da morte, que deixa de ser exclusivamente cristã e torna-se um assunto usual tanto na literatura quanto na iconografia e escultura funerária, influenciando desse modo a representação da Dança Macabra – principalmente a partir de 1350. Num primeiro momento analisaremos o que os historiados produziram em relação à temática e os debates travados na historiografia tradicional

e nos trabalhos mais recentes. Em seguida passaremos à análise e compreensão das imagens.

5. **"Intersecção de conjuntos": É possível trabalhar com a periodização "Idade Média" no norte da África?**
   José Wilton Santos Fraga (Graduando em História/UFS)

   Há algumas décadas, a historiografia dedicada ao estudo do passado africano vem ganhando corpo, desenvolvendo sua própria metodologia e elucidando problemáticas que dizem respeito aos próprios povos que ali habitam ou habitaram, caracterizando-se como uma historiografia genuína que pensa a África de "dentro". No entanto, nesta mudança de paradigma, a periodização tradicional utilizada pela historiografia dita Ocidental (bem como os conceitos nela inseridos) não se encaixa nos moldes estabelecidos ou torna-se inconveniente para estudá-lo, pois na maioria das vezes, carregam visões restritas que não se alinham com os fatos ocorridos nesse continente e podem gerar interpretações estereotipadas e preconceituosas, apesar de em algum momento da História, objetos de estudo de ambas as historiografias sejam pontos em comum, a exemplo do Império Islâmico. Sendo assim, coloca-se em debate, nesta comunicação, se é possível trabalhar com o período de "Idade Média" no contexto dos estudos africanistas e em quais pontos essa tensão gerada é fruto das relações de poder em diferentes épocas.

→ QUARTA-FEIRA (18/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **Breves reflexões acerca da organização militar hispanovisigoda durante o reinado de Wamba (672-680 D.C.)**
   Rafael Costa Prata (Mestrando/UFS)

   Um ano após assumir o trono hispanovisigodo, precisamente no dia 1 de novembro de 673 d.C., o monarca Wamba emendou no *Liber Iudiciorum* uma lei militar de sua autoria, a LI, IX, 2, 8, cujo conteúdo ainda hoje tem despertado uma série de divergências entre os estudiosos, tanto em relação as possíveis causas de sua gestação, quanto diante dos objetivos perseguidos pelo monarca frente ao conteúdo disposto nesta disposição jurídica.Levando-se em consideração toda esta gama de debates, objetivamos com esta comunicação discutir, ainda que sucintamente, a natureza dos preceitos apresentados por Wamba nesta lei militar, não negligenciando a crucial influência, exercida em sua composição, dos

eventos políticos-militares imediatamente ocorridos após a coroação de Wamba.

2. **O culto solar na décima oitava dinastia egípcia sob um prisma bibliográfico**
   Bruna Laísa Andrade Santana (Graduanda em História/UFS)

   Durante milênios, a religião egípcia tratou de conservar um panteão de deuses de número e singularidades significativas, quadro este desconfigurado no reinado de Akhenaton, notável personagem da décima oitava dinastia egípcia, cujas transformações realizaram-se no âmbito da religião primariamente, e em seguida alcançaram outros setores daquela sociedade. A presente comunicação abarcará a bibliografia levantada para o tratamento do tema em suas variadas abordagens: aspectos religiosos, ramificando-se para relações de poder, arte, uso de espaços sagrados, imaginário social, a figura da mulher; organizando-os em um centro de onde mais ramificações se fazem: o antes e o depois desse cume atoniano, ou seja, o que encontrávamos antes da chegada de Akhenaton e como se deu o processo de desconstrução de sua obra solar.

3. **A Cruzada Albigense: Guerra, Poder e Historiografia**
   Ives Leocelso Silva Costa (Graduando em História/ UNEAL)

   A Cruzada Albigense (1209-1229) consistiu numa série de violentas campanhas militares promovidas pelo papado, em aliança com a coroa francesa, visando eliminar a heresia dos cátaros, disseminada na região sul da França conhecida como Languedoc ou Occitânia. Este artigo pretende analisar as causas desse conflito - abordando as crenças cátaras e as peculiaridades políticas do Languedoc - bem como sua brutalidade, excessiva mesmo para os padrões da época. Será dada especial ênfase à maneira pela qual a Cruzada Albigense alterou as relações de poder na região, instaurando a hegemonia católica e expandindo o controle monárquico dos Capetíngios. Além disso, será realizado um estudo da historiografia referente ao tema, destacando a forma pela qual as circunstâncias políticas e culturais de cada época moldaram os discursos produzidos sobre esse evento medieval.

4. **As Cantigas de Santa Maria no reinado de Afonso X**
Gustavo de Oliveira Andrade - Graduando em História/UFS

Esta comunicação marca o início de uma recente pesquisa que pretendemos iniciar sobre o Medievo Ibérico. Tomaremos como ponto de partida as Cantigas de Santa Maria, que são um conjunto de quatrocentas e vinte e sete composições divididas em quatro códices com a autoria de Afonso X. Através da leitura das próprias Cantigas e de uma historiografia sobre a Idade Média Ibérica, buscaremos nesse primeiro momento entender como se dava a relação entre as pessoas e a música medieval, quais as influências que os cânticos tinham sobre uma sociedade onde a leitura era para poucos e conhecimento difundido através do "ouvir dizer".

GT 4: PODER, SOCIEDADE E JUSTIÇA NO MUNDO IBERO-AMERICANO (SÉCULOS XVI AO XVIII)
Augusto da Silva
Wanderlei de Oliveira Menezes
LOCAL: AUDITÓRIO DE PSICOLOGIA E FILOSOFIA

→ SEGUNDA - FEIRA (16/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **Perfil social e profissional dos capitães-mores de Sergipe (século XVIII)**
   Heloisa dos Santos Santana (Graduanda em História/UFS) & Joseane da Costa Santos (Graduanda em História/UFS)

   O império português era constituído por territórios de desigual valor para a Monarquia, podendo ser hierarquizado com base no seu peso econômico, estratégico-militar e simbólico. Os critérios de escolha dos governantes (perfil social, nobiliárquico, econômico e profissional), assim como a condição do posto (soldo que recebiam poder jurisdicional do cargo, atração que o posto suscitava), constituem elementos de identificação dessas hierarquias. O cargo de capitão-mor era o mais alto posto civil-militar da capitania de Sergipe d'El Rei no período colonial. Propomos nessa comunicação, com base na transcrição dos manuscritos avulsos da capitania de Sergipe existente no AHU e dos estudos históricos, apresentar uma análise (preliminar) sobre o perfil social e profissional dos capitães-mores de Sergipe no século XVIII.

2. **Mecanismos de obtenção da riqueza na Cidade de Sergipe (1750-1808)**
   Anderson Pereira dos Santos (Doutorando em História Social pela UFBA)

   A compreensão das condições materiais de uma sociedade passa, sobretudo, pela análise da riqueza. A riqueza, aqui, foi entendida como ativo e passivo, capital, rendimento, e fluxos possuídos pelo homem ao longo tempo. A noção de riqueza deve ser dinâmica e relativa. O objetivo principal deste trabalho foi explicar os principais mecanismos de obtenção de riqueza pela sociedade ultramarina na Cidade de Sergipe. Utilizou-se a metodologia qualiquantitativa. Os principais aportes teóricos foram Irving Fischer, Mary Douglas e Michel Foucault. Concluímos, que o principal mecanismo de obtenção da riqueza nesta sociedade foi o crédito. A partir do crédito os afortunados viviam, consumiam e se distinguiam.

3. **O erotismo dos hereges: um estudo sobre a moral sexual dos cristãos-novos**
Nilton Bruno Feitosa Santana (Mestrando/UFS)

O cristão-novo forçado a se converter ao catolicismo e perseguido como herege pela Inquisição espanhola e portuguesa, desenvolveu uma forma distinta de moral sexual totalmente dissonante com o que era apregoado pelo mundo cristão. Para evidenciar isso, foram examinadas obras escritas pelos próprios cristãos-novos, dentre elas um romance chamado *La Celestina* de Fernando de Rojas e o Livro intitulado *Colóquios dos simples e drogas da Índia* de Garcia da Orta que trata da importância de alguns afrodisíacos. Além disso, conta com alguns processos inquisitoriais onde os cristãos-novos foram condenados por crimes sexuais. A maneira como a moral sexual foi apresentada por essas obras nos levará a análise de uma dimensão importante do mundo ibérico.

4. **A lei de Moisés e a justiça dos homens: as *atas das congregações judaicas Zur Israel, em Recife, e Maguen Abraham, em Maurícia,* e a estratégia de autorregulamentação dos judeus do Recife Holandês (1648-1654)**
Nelson Santana Santos (Mestrando em Ciências da Religião/ PPGCIR/Universidade Federal de Sergipe)

Esta comunicação apresentará uma breve análise acerca de alguns dispositivos constantes do livro de *Atas das Congregações Judaicas de Recife e Maurícia*, escrito entre 1648 e 1654. O foco principal estará sobre as regras que prescreviam normas de comportamento, cuja fiscalização e aplicação de sanções – em casos de descumprimento – eram de competência da própria comunidade judaica. Busca-se demonstrar como aquela comunidade desenvolveu uma estratégia de autorregulamentação de suas condutas. Tal estratégia, apesar de formalizada em um documento de cunho religioso, tinha como um de seus corolários a tentativa de resguardar o máximo possível aquele grupo da necessidade de recorrer à justiça estatal, em decorrência da perseguição sofrida pelos judeus em diversos espaços e temporalidades. Intenta-se, assim, demonstrar *in casu* a estreita inter-relação existente entre religião, justiça e poder, na sociedade colonial seiscentista.

5. **Oposição ao poder da religião oficial em Sergipe colonial**
   Priscilla da Silva Góes (Graduada em História licenciatura; Pós graduada em Educação e Patrimônio Cultural em Sergipe; Mestranda em Ciências da Religião / PPGCIR-UFS)

   Quando pensamos em relações de poder no Brasil Colônia tendemos a associar ao domínio da nação Portuguesa ao Brasil no sentido político e econômico. Porém, tal submissão dava-se também no aspecto religioso, pois, no regime absolutista o rei determinava a religião de seus súditos. No caso de Portugal a religião oficial era o catolicismo. Todavia, no território português havia muitos judeus, que após o Édito de expulsão de 1496 tiveram que escolher entre deixar Portugal ou aceitar o cristianismo. Muitos judeus que não quiseram fugir aceitaram a nova religião por conveniência, e em alguns casos tentaram expressar sua fé judaica escondido das mais variadas maneiras. Esse judaísmo secreto ficou conhecido como criptojudaísmo. Várias denúncias foram feitas a Inquisição de judeus conversos que praticavam ritos de sua antiga religião. Trataremos nesse artigo de dois casos inquisitórios de acusados de judaizantes em Sergipe: Diogo Vaz e Antônio Fonseca.

6. **Francisco de Almeida Silva e a variedade dos tempos**
   Augusto da Silva (Doutor em História pela Universidade de São Paulo/2008)

   Apresento aqui uma análise de um manuscrito custodiado pela Academia de Ciências de Lisboa, que é uma instrução crítica dirigida ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar sobre a escolha, permanência e regresso dos governadores nomeados para os estabelecimentos coloniais portugueses. Assinado por Francisco de Almeida Silva, em 1780, o documento, além de oferecer dados importantes sobre o cargo de governador e de secretário de governo, possibilita leituras sobre problemáticas específicas do império português, daquele tempo histórico, no que diz respeito ao campo das ideias políticas e administrativas. Percebe-se no texto a tentativa de conjugar, ou de equacionar, os valores e instituições do Antigo Regime com expectativas futuras de mudanças.

→ TERÇA- FEIRA (17/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **O mercado do Rio de São Francisco: notas interpretativas a partir dos ciganos. Vila de Penedo, 1718-1750**
   Alex Rolim Machado (Mestrando em História/UFAL)

   Constantemente vista na historiografia alagoana como uma área de gado e vaqueiros, a Vila de Penedo do Rio de São Francisco carece de pesquisas acerca de seu mercado e dos grupos sociais que por lá se fixavam ou passavam. Os Ciganos entram nesse rol desconhecido, já que vinham do centro de Pernambuco e da Bahia. No geral, comerciavam cavalos, escravos e ofereciam serviços de consertadores de caldeira e outros objetos, além dos "feitiços", danças e "leituras de mãos". A partir da mercadoria equina e das atividades que exigiam seu uso, essa comunicação busca continuar um debate acerca das trocas mercantis e dos circuitos de pessoas que passavam por Penedo. Pretende-se sair da interpretação documental de local de delinquentes, bem como das obras que a tratam como espaço vaqueiro, e começar a esboçar uma visão mais dinâmica economicamente e aberta socialmente da sociedade do Rio de São Francisco, no que se trata de sua margem pernambucana.

2. **O coronel Francisco Ramos, as Companhias Milicianas e as Ordenanças do Sertão: o cotidiano das tropas do Real Serviço (Comarca das Alagoas, 1779-1819)**
   Everton Rosendo Santos (Graduado em História/UFAL)

   A presente comunicação tem por objetivo demonstrar a estruturação de defesa na Comarca das Alagoas, montada a partir da mobilização de forças auxiliares (milícias e ordenanças) no território, bem como pretende-se esboçar pequenos relatos de como os homens que serviam nas tropas estavam inseridos no contexto da *monarquia pluricontinental* em âmbito local. Analisando os perfis dos indivíduos inseridos nas menores frações dos regimentos, as companhias e as esquadras, este trabalho ainda tem como um de seus objetivos, reconstituir como os membros destas companhias (oficiais, oficiais inferiores, cabos, tambores e soldados), sobreviviam e se relacionavam com as estruturas de poder presentes nas respectivas circunstâncias coloniais, abordando temporalmente o período compreendido entre 1779 e 1819. Desse modo, o aporte documental utilizado para a constituição dessa narrativa, foi guiado por meio das fontes do Arquivo

Público de Alagoas, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, e do Arquivo Histórico Ultramarino.

3. **“Prendia em cadeias públicas a mulheres sem mais crime”: direito e justiça na Vila de Penedo, 1722**
   Anne Karolline Campos Mendonça (Mestranda em História/UFAL)

   Personagens muitas vezes negligenciadas nos estudos dos acontecimentos sociais, as mulheres constantemente foram agentes causadores e articuladores de ações jurídicas. Para fazer valer seus interesses ou queixas utilizaram de suas posições na ordem social que, a priori, serviriam para legá-las ao esquecimento como simples passivas de agentes históricos masculinos. Analisando o caos que se instaurou na Vila de Penedo do Rio de São Francisco, em 1722, esse estudo pretende trazer a luz uma série de reclamações representadas ao monarca por moradores e homens bons da terra em nome da salvaguarda de seus estatutos, direito e mulheres. Trata-se de perceber as possibilidades da Justiça e do Direito para as mulheres de Penedo Colonial a partir do processo que girou em torno de um magistrado, representante do rei e da justiça.

4. **A prisão do Alferes Joaquim José Da Silva Xavier no movimento inconfidente de Minas Gerais**
   Claudivan Santos Guimarães (Graduado em História/UFS)

   O objetivo desta comunicação é destacar a prisão do Alferes Joaquim José da Silva Xavier como marco para o fim do movimento inconfidente, nesse sentido será feito um retrocesso histórico que vai do surgimento das primeiras descobertas de ouro e diamante na capitania de Minas Gerais, que até meados do século XVIII, pertencia a São Paulo, a presença de minérios é um marco para a independência de Minas, a corte portuguesa então fará o controle da exploração das riquezas e com isso implantará uma série de impostos que atingirá o poder econômico da população, desta forma surge nesse cenário em que se mesclava riqueza e pobreza, os inconfidentes, homens de caráter representativo na sociedade mineira.

5. **Práticas de Justiça e Ações dos Magistrados na Capitania de Pernambuco (1789-1821)**
   Antonio Filipe Pereira Caetano (Doutor em História Universidade Federal de Alagoas)

   A criação da Comarca de Itamaracá, em 1789, foi a última circunscrição judicial da Capitania de Pernambuco até a criação do Tribunal da Relação de Pernambuco, em 1821. Antes deste momento, as pendências jurídicas deveriam ser encaminhadas para o Tribunal da Relação da Bahia (instituído em 1609).

6. **Justiça, jurisdição e negociação na comarca de Sergipe d'El Rei (1696-1750)**
   Wanderlei de Oliveira Menezes (Mestre em História/UFS)

   Esta comunicação propõe uma reflexão sobre o papel dos ouvidores-gerais da comarca de Sergipe d'El Rei como principais responsáveis pelo governo da justiça da capitania ao longo da primeira metade do século XVIII. Buscamos dimensionar os espaços de jurisdição, através de uma análise de suas competências, atribuições e acúmulos de funções. Serviu de marcos temporais a data de instalação da comarca, com a posse do primeiro ouvidor, até a ascensão de D. José I, período denominado pela historiografia como época pombalina. Cabia aos ouvidores-gerais procurar estabelecer uma espécie de equilíbrio entre o poder civil-militar dos capitães-mores da capitania e os interesses das elites locais, expressos através das câmaras, o que fazia com que recaíssem sobre eles inúmeras responsabilidades inerentes ao funcionamento do governo.

GT5: JUVENTUDE E EXPRESSÕES IDENTITÁRIAS NO CONTEXTO URBANO

Mateus Antonio de Almeida Neto (Mestre em Antropologia/UFS)

Diogo Francisco Cruz Monteiro (Mestre em Antropologia/UFS)

LOCAL: SALA 18 DA DIDÁTICA VI

→ QUARTA - FEIRA (18/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **"Juventudes": uma reflexão sobre a categoria juventude.**
   Mateus Antonio de Almeida Neto (Mestre em Antropologia/UFS)

   Este trabalho objetiva discuti algumas questões de cunho teórico-metodológico que se constituíram no Brasil sobre os estudos da categoria juventude nas Ciências Sociais. No primeiro momento, pretende-se argumentar sobre os estudos de Mannheim (1968), através do seu achado empírico, a temática da geração, e os seus contributos para o estudo da juventude no mundo urbano-industrial, além dos contributos da Escola Sociológica de Chicago e os do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), da Universidade de Birmingham, na Inglaterra. No segundo momento, o argumento desloca-se para os contributos dos estudos pós-coloniais e o diálogo com a temática da globalização. No terceiro momento, o diálogo versa no sentido de demarcar aspectos da constituição de um campo dos estudos da juventude no Brasil ao dialogar com questões local e global.

2. **No escurinho do cinema: os anos 50 e 60 da juventude palmeirense.**
   Maria Viviane de Melo Silva (Especialista em Ensino de História/ Faculdade São Luís de França)

   Este artigo busca fazer uma reflexão e abordagem sobre o as práticas ligadas ao cotidiano da juventude na cidade de Palmeira dos Índios – AL entre os anos 50 e 60, visando demonstrar as relações sociais e vínculos estabelecidos em torno dos cinemas existentes na cidade na referida época. Além de jornais e alguns livros de cunho local, utilizaremos para embasamento desse trabalho leituras relevantes como Marc Ferro, Maurice Halbawchs, Milton Almeida, dentre outros, que dialogue com conceitos necessários para a amplitude do assunto em questão. A utilização de entrevistas com alguns jovens do período, também se fará presente para uma melhor compreensão e análise,

uma vez que, a ligação da juventude palmeirense com o cinema em seu contexto urbano, foi bastante relevante, assumindo um lugar de destaque nos mais diversos sentidos de sua vida.

3. **Os sentidos da identidade no Brasil dos anos 80: narrativas da juventude em *A Queda para o Alto*, de Sandra Mara Herzer.**
João Batista Peixoto da Silva (Doutorando em História/ Universidade Federal de Minas Gerais)

O presente trabalho possui como objetivo principal discutir a pluralidade de registros em torno da construção das identidades no contexto do Brasil dos anos 80, evidenciando a presença desse debate no interior da obra *A Queda para o Alto*, de autoria de Sandra Mara Herzer, que ganha sua primeira edição ainda em 1982. Pretendemos demonstrar que a diversidade de sentidos que abrangem o universo da formulação de uma política da identidade no contexto da obra não pode ser devidamente avaliado fora do eixo que articula o universo da cultura escrita, a afirmação de uma cultura jovem brasileira – agenciada em função de um conjunto diversificado de manifestações artísticas e culturais mais diretamente associadas com a chamada "Geração dos anos 80" – e a reivindicação de uma narrativa de memória inscrita nos quadros de um reconhecimento da legitimidade do componente individual que marca a construção do significado em torno da experiência de "ser jovem" no Brasil da época, e assim sendo, renegociando os sentidos em torno dos limites e das fronteiras entre a memória individual e a memória social.

4. **Neofascismos, juventude e movimentos sociais no Brasil e nos Estados unidos: aproximações e distanciamentos – uma análise por meio do *hate rock* (1990-2010).**
Pedro Carvalho Oliveira (Mestrando em História/ Universidade estadual de maringá)

O presente trabalho, fragmento de um projeto mais amplo, tem por objetivo propor um debate sobre o conceito de movimentos sociais e as aproximações e distanciamentos entre esses e movimentos neofascistas brasileiros e estadunidenses, entre os anos de 1990 e 2010, buscando compreender sua possível inadequação a tal conceito. Essa análise, feita por meio do *Hate Rock*, gênero musical executado por jovens skinheads neofascistas, buscará, em meio a esse debate, compreender a formação histórica dos neofascismos nos dois países e

a adaptação, num passado recente, de discursos forjados no início do século XX. Portanto, a um só tempo, buscaremos uma síntese que mostre particularidades e similaridades entre os dois casos, tentando formar um perfil histórico de movimentos jovens neofascistas de hoje, bem como sua participação social e política sob a luz de definições estabelecidas sobre o que são movimentos sociais, debatendo tal categoria.

5. **O Coletivo Debaixo e a cidade como espaço de socialização e contestação política em Aracaju.**
   Jonatha Vasconcelos Santos (Graduado em Ciências Sociais e Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFS)

   A presente comunicação é resultado de pesquisas e debates realizados no Laboratório de Estudos do Poder e da Política, o LEPP, na Universidade Federal de Sergipe, em especial, uma dissertação em desenvolvimento sobre as formas de ação coletiva juvenis em Aracaju. Esse paper tem como objeto de pesquisa o Coletivo Debaixo em Aracaju e, com isso, tem como eixos analíticos i) as formas de atuação e organização, assim como ii) a gramática política desenvolvida pelo grupo no processo de contestação política. Sendo assim, os resultados da pesquisa apontam para o Coletivo Debaixo como também resultado de alterações no contexto local e nacional das formas de organização e atuação política, assim como, estabelecimento de novos espaços de socialização política que permitem emergir uma cultura política que tem como base a interação entre os jovens e o espaço urbano.

6. **O ativismo juvenil durante as manifestações de junho de 2013, na cidade Maceió/Alagoas.**
   Sara Angélica Bezerra Gomes (Mestranda em História/Ufal)

   Na cidade Maceió, situada no litoral do Estado de Alagoas, parte significativa dos participantes que foram as ruas para protestar, durante as Manifestações de Junho de 2013, era composta por jovens trabalhadores, estudantes universitários, ou das escolas regulares. Eles destacaram nessas manifestações, sobretudo, por terem levado as ruas um problema que cotidianamente os incomoda: a tarifa do transporte coletivo urbano. A participação desses jovens, e a cobrança dos mesmos em torno do transporte parece ter revelado, como as contradições políticas e socioeconômicas do capitalismo no Brasil, acentuadas nos últimos anos, têm atingido diretamente os horizontes

de expectativa dessa parcela da sociedade, e, simultaneamente, o tipo de sistema de mobilidade urbana oferecido em grandes centros urbanos. Desse modo, este trabalho objetiva discutir sobre a participação e o perfil social, político e econômico dos jovens que atuaram nas Manifestações de Junho de 2013, na cidade Maceió, a partir do uso de fontes como jornais e fontes orais.

7. **Turismo religioso em Divina Pastora/SE: construções socioculturais a partir da peregrinação de Nossa Senhora Divina Pastora.**

Annielma Flávia Santos Silva Lillian Mª de Mesquita Alexandre (bacharel em turismo – ufs. Doutoranda em Geografia – PPGEO/UFS mestre em desenvolvimento e meio ambiente- prodema/ufs)

O turismo é um importante socializador e facilita a interação entre as pessoas de diferentes culturas e apresenta uma diversidade de segmentações, geradas a partir de motivações que instigam os indivíduos ao deslocamento. O turismo religioso é igualmente importante, pois através dele é possível facilitar essa interação, conservar o costume de determinado povo, preservar e revigorar a prática religiosa e os espaços religiosos como patrimônio cultural. Descobrir que nessa prática há o envolvimento não só das mulheres, mas também de jovens e crianças, é uma grata surpresa que a pesquisa traz, pois, a partir de entrevistas realizadas com participantes da peregrinação em Divina Pastora, no ano de 2014, foi possível retratar um perfil sociocultural outrora não observado no viés das pesquisas. Tais envolvimentos sociais, despertam para a prática de um segmento de turismo viável para Sergipe e para o município em questão, uma vez que, toda a família passa a ser referência na construção identitária da festa religiosa.

GT6: A INTERFACE HISTÓRIA DA LITERATURA/LITERATURA (FICÇÃO, POESIA)
Rauer Ribeiro Rodrigues (Doutor em Estudos Literários/Unesp)
Ellen dos Santos Oliveira (Mestranda em Letras/UFS)
LOCAL: AUDITÓRIO DO POLO DE GESTÃO

→ SEGUNDA - FEIRA (16/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **O Ciclo Pombalino Na Literatura Brasileira: O Uraguai (1769), O Desertor (1774) e O Reino da Estupidez (1818)**
   Ellen dos Santos Oliveira (Mestranda/UFS)

   A segunda metade do século XVIII marca um momento importante da formação da Literatura Brasileira. Trata-se de um período transitório, influenciado pelas ideias progressistas e de preparação para a independência do Brasil. Tal período foi historicamente marcado pelo governo do Marques de Pombal. E assim como uma vasta produção artística cultural produzida no período, *O Uraguai (1769)*, *O Desertor (1774)* e *o Reino da Estupidez (1818)* demonstram o engajamento de seus autores na política pombalina: em *O Uraguay*, de Basílio da Gama, é retratada a luta pombalina contra os jesuítas; em *O Desertor*, Silva Alvarenga apoia a modernização dos estudos universitários empreendida pelo Marquês de Pombal; e em *O Reino da Estupidez* (1785), Francisco de Melo Franco satirizou o regresso da treva pré – iluminista e a volta da rotina com o declínio do Marques de Pombal e a ascensão da rainha D. Maria I ao trono português. Pretende-se com este trabalho, contribuir com os estudos da poesia neoclássica no Brasil, no século XVIII, já que, segundo Francisco Topa (1997), este período está ainda mal estudado.

2. **A Bagaceira e as Ideias Sociológicas Modernistas**
   Victor Soares Lustosa (UFPE - Mestrando)

   Em 1928, José Américo de Almeida publica “A bagaceira”, romance que projetará o escritor e político paraibano no cenário nacional e que será considerado o marco inicial dos escritores da geração de 30. Longe de ser um bloco monolítico, os autores da geração de 30 divergiam quanto a concepção de nordeste que elegiam para ser apresentada, romanceada e denunciada. O tema central, pode-se dizer, era a decadência da sociedade patriarcal e a substituição necessária pela sociedade urbano-industrial, o tom era de denúncia e

solução, de como essa sociedade tradicional deveria de reerguer. O objetivo do presente texto é trazer o debate das ideias que orbitava em torno da faculdade de Direito do Recife nas primeiras décadas do século - onde ingressara José Américo de Almeida em 1904 - e perceber como o romance "A bagaceira" dialoga com as teorias geográficas, sociológicas, raciais e cientificas que estavam nas penas daquela rede de intelectuais, políticos e escritores.

3. **A Obra que Reflete a Vida – Apolônio Alves dos Santos**
Mariane Nascimento Dos Santos (Mestranda em História/UFS)

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a vida e a obra de Apolônio Alves dos Santos, cordelista paraibano que migrou para o Rio de Janeiro na década de 1950, onde desenvolveu sua vida artística como cordelista simultaneamente as vivências enquanto operário nordestino. O estudo da vida desse poeta foi realizado através dos vestígios deixado em seus cordéis, pois apesar de ter sido um poeta tradicional, vice-presidente da Academia Brasileira de Cordel e ter escrito poesia por mais de três décadas, até o presente trabalho não existiam registro sobre sua vida. Para além de uma narrativa de vida, neste artigo discutiremos como a obra do artista pode promover o conhecimento da realidade vivida e os modos de compreensão do migrante nordestino parte da classe subalterna diante das mudanças sociais e do cenário político e econômico do país.

4. **História e Literatura: Proximidades na Fronteira Brasil-Bolívia**
Stael Moura Da Paixão Ferreira (Uninassau – Mestre, MEF/UFMS)

Esta comunicação objetiva discutir a construção da identidade do sujeito fronteiriço numa perspectiva histórico-literária, que desvele novos olhares sobre a literatura de fronteira. Considerando que o historiador busca incessantemente de provas, indícios, sinais e pistas que comprovem a veracidade dos fatos, a literatura, por outro lado, sendo um produto do desejo, possui compromisso maior com a fantasia, a ficção. Neste entrelace, refletiremos as obras fazendo uma abordagem na formação identitária fronteiriça. Assim, faremos uma análise crítico-reflexiva da linguagem literária fronteiriça Brasil-Bolívia, entendendo o autor, enquanto participante de uma dimensão sócio-político-econômica e considerando-se os contextos sócio, histórico e ideológico. Buscando-se ler criticamente, imergindo nos interstícios textuais, a fim de extrair pistas que expliquem o vínculo entre linguagem, práticas sociais e multiculturais.

5. **O Modo de Representação do Negro em Menino de Engenho**
Michelle Lima (Mestranda/UFS)

Este trabalho busca evidenciar a maneira como viviam os negros e mulatos do Brasil depois da promulgação da lei áurea em 1988 tendo como fonte de pesquisa a obra de José Lins do Rego, *Menino de Engenho*. Publicado em 1932, esse romance inicia a trilogia do ciclo da cana-de-açúcar composto por três romances do autor: *Menino de Engenho, Doidinho e Banguê*. Essas três obras estão centradas no personagem Carlos de Melo e tematizam sobre o dia-a-dia no engenho do nordeste do Brasil no pós-abolição da escravidão. Nesse sentido, partimos dos pressupostos teóricos de Fernandes (1972), Freyre (2003), Ventura (1991) entre outros estudiosos do racismo e da situação social-econômica brasileira para conhecer, através dos personagens do romance, como as pessoas negras da época resistiam e lutavam contra as explorações que lhes eram impostas.

→ TERÇA- FEIRA (17/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **O Canônico e o Anti-Canônico em Contos de Luiz Vilela**
Rauer Ribeiro Rodrigues (UFMS Doutor, Unesp)

O cânone, no âmbito da História da Literatura, foi construído de modo a amplificar concordâncias e aplastar o dissonante. O ventre do setecentos configurou a estética do Romantismo, que, subterrânea, segue até nossos dias. O realismo, o naturalismo, as estéticas decadentistas do final do oitocentos e as vanguardas do início do novecentos, carregam em si germes românticos. O novecentos e o terceiro milênio questionaram o ideário burguês, cada vez mais afirmado no referente histórico. Nesse quadro, os grandes escritores se tornam expressão do canônico e do anti-canônico. A partir de disciplinas diversificadas das ciências humanas e sociais, tratamos da obra ficcional de Luiz Vilela, em particular de seus contos, observando o embate entre o regional, o local, o particular, e o cosmopolita, o universal, o global.

2. **O Lugar do Relato de Viagens na História da Literatura**
Maria Elizabeth Chaves De Mello (Doutora/UFF)

A literatura de viagens poderia ser considerada literatura? Sabemos que ela não produziu tantas obras primas quanto os gêneros maiores. Mas sabemos, também, que é uma literatura rica, mesmo nos dias de hoje. Textos que nos falam do outro, muitas vezes, são os que nos permitem melhor nos conhecermos. A própria expressão "literatura de viagens"

confere certa ambiguidade ao gênero. A consciência do relato de viagens como gênero literário surge, provavelmente, no século XIX, época em que um egotismo literário estimula o "diário íntimo" ou as "memórias". Que diferença haveria entre a literatura de viagem e esses gêneros citados? De que maneira o relato do olhar estrangeiro sobre o Brasil pode trazer contribuições à História da Literatura Brasileira?

3. **A Mímesis da Escravidão na Narrativa Literária Brasileira do Final do Século XIX**
   Gilda Vilela Brandão (Doutora/UFAL)

Com base nos recursos de composição e afastando os riscos de uma leitura evemerista – definida por Tzvetan Todorov, em *Os gêneros do discurso* (1980), como aquela que percorre o texto em busca de indícios de um mundo real – , pretendemos examinar brevemente o modo como o fenômeno histórico da escravidão inscreve-se no espaço da escritura artística de três escritores brasileiros, cronologicamente próximos e estilisticamente distintos: Bernardo Guimarães (*A escrava Isaura*, 1875), Aluísio de Azevedo (*O cortiço*, 1890) e Machado de Assis ("O caso da vara", 1896). Ao abordarem, sob diferentes perspectivas, a escravidão e seus equívocos, esses prosadores problematizaram, sem dúvida, aspectos éticos que alimentaram a tradição intelectual do período.

4. **Ficção e História; História e Ficção: O Dramático em Oduvaldo Vianna Filho**
   Sérgio da Fonseca Amaral (Doutor/UFES)

Abordarei, nesse trabalho, a obra *Rasga coração*, de Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), analisando-a sob a perspectiva estético-política, sem deixar de considerar tanto o contexto histórico da época de sua elaboração (a ditadura pós 1964), quanto o encenado no enredo da peça. Levarei em consideração, também, a vivência do autor no período como artista engajado que fez parte de um momento otimisticamente movimentado, a década de 1960, em todas as áreas culturais, destacando-se a teatral e cinematográfica. Com seu ativismo, entre outras coisas, contribuiu para a criação do Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à UNE, importante polo irradiador de obras e discussões estético-culturais que procurava fazer uma ponte entre arte e luta política. Contudo, uma das grandes preocupações de Vianinha era justamente a de como resolver o problema de se criar uma autêntica obra de arte com fins políticos claramente definidos. Essa será a tônica do trabalho.

→ QUARTA- FEIRA (18/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **Os Reflexos do Imperador: Uma Análise Estética das Biografias Sobre D. Pedro II Escritas por Gilberto Freyre e Pedro Calmon**
   Mauro Henrique Miranda de Alcântara (IFRO - Mestre)

D. Pedro II é um personagem de grande interesse biográfico. Mapeamos até o momento quarenta biografias publicadas sobre o monarca. Para poder oferecer "novas" explicações para o mesmo sujeito, os biógrafos utilizam de diferentes escolhas estéticas para apresentar e dar forma a vida do Imperador. Vários são os adjetivos que buscam explicá-lo: cidadão, filósofo, cinzento, banana, etc. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar nas biografias escritas por Pedro Calmon e Gilberto Freyre como as suas escolhas estéticas buscam, ao mesmo tempo, estabilizar a vida do personagem por meio das metáforas que são utilizadas para explicar a sua trajetória, mas também possuem a intencionalidade de criar um personagem heroificado, seja ele um herói positivo, que representa uma "época de glória", como o "Rei Filósofo" do Calmon, seja um herói negativo, representação de um período em "decadência", como o "Imperador Cinzento" do Freyre.

2. **Na Bahia do Final do Século XIX: Os Sermões de Dom Frei Domingos da Transfiguração Machado do Mosteiro de São Bento da Bahia**
   Alex Batista Lins (Instituto Federal Educação, Ciência, Tecnologia, Bahia - Dr.) Andréia Batista Lins (Secretaria de Educação da Bahia - Mestre)

Busca-se refletir sobre a conjuntura política, a situação social, as demandas culturais e o arcabouço das mentalidades entremeadas na relação entre história, literatura e religião na Bahia do final do século XIX, a partir dos registros históricos e dos sermões de Dom Frei Domingos da Transfiguração Machado, monge beneditino do Mosteiro de São Bento da Bahia, responsável pela restauração da Ordem Beneditina no Brasil. Tal sermonário se alicerça em três pontos: na liturgia diária da Igreja Católica – um conjunto de três ou quatro leituras bíblicas diárias (do Antigo e/ou do Novo Testamento, um salmo e uma passagem dos Evangelhos) –, na realidade histórico-contextual e na doutrinação moral dos cristãos através da prática dos ensinamentos bíblicos. Dom Frei Domingos imprime nos textos uma riqueza de figuras, de aspectos políticos, sociais, culturais e religiosos do final do século XIX, que serve à perscrutação histórica, literária e sociocultural.

3. “**Novela Das Oito”: Prosa em Diálogo com a Poesia no Poema-Novela de Gilberto Mendonça Teles**
Carmélia Daniel dos Santos (Mestranda/Unimontes)

O presente texto é um traz considerações iniciais de dissertação de mestrado e pretende-se realizar um estudo sobre o poema “Novela das Oito (ou as Aventuras de um Moço Loiro)”, que integra o livro & Cone de Sombras, de Gilberto Mendonça Teles. Neste poema-novela, buscar-se-á identificar como o poeta faz uma “viagem” às principais obras clássicas da prosa brasileira do século XIX e início do XX, e apresenta a paisagem, o cenário e os nomes dos personagens dos mais importantes romances brasileiros, recontextualizando-os. Para nos auxiliar na elaboração deste trabalho, utilizaremos como suporte teórico textos de autores como Tânia Carvalhal, Gèrard Genette e Affonso Romano de Sant`Anna, Teodor Adorno, entre outros.

4. **Uma Breve História da Crítica à Autoficção no Século XXI**
Ruth Trindade Braga Santana (Doutoranda/UFBA)

O trabalho tem como objetivo mapear a repercussão crítica das narrativas autoficcionais no Brasil e na França do início de século XXI até os dias atuais, tendo como objeto de análise textos críticos publicados nos suplementos literários e culturais dos jornais brasileiros Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo e nos periódicos franceses Lire, Le Magazine Littéraire, La Nouvelle Quinzaine Littéraire e Le Monde. Por meio da análise e da leitura comparativa das polêmicas que transitam em torno da autoficção, é possível perceber a persistência do caráter controverso da autoficção do ponto de vista teórico e a formação de um campo progressivamente definido pelo dissenso.

5. **A "Literatura Como Sistema" Instável: A Formação da Literatura Brasileira e Suas Implicações na Historiografia Literária Moderna**
Anderson Pires da Silva (Doutor/UFJF)

Desde sua publicação em 1957, a obra *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, ocupa um lugar paradigmático na historiografia literária. Nesta comunicação, pretende-se discutir o problema do nacionalismo como proposição teórica para a articulação dos conceitos de "sistema" e "manifestação literária", tradição canônica e ruptura. Além disso, como conclusão, analisaremos a recepção das ideias de Candido na teoria literária divergente de Haroldo de Campos e nos estudos culturais de Silviano Santiago.

GT7: HISTÓRIA INDÍGENA
Pedro Abelardo de Santana (Doutor em História/UFBA)
LOCAL: SALA 18 DA DIDÁTICA VI

→ SEGUNDA - FEIRA (16/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **O processo colonial como decadência na cultura dos ameríndios.**
   Ivanilson Martins dos Santos (Graduando/ UFAL)

O presente artigo tem como base o materialismo histórico documental, objetivando observar os impactos culturais dos processos coloniais aos indígenas da América, considerando o processo de colonização destes povos. Os povos indígenas nesses cincos séculos vêm sendo cada vez mais criminalizados e massacrados pelas civilizações, pois em diversas regiões do país, os índios nem são reconhecidos culturalmente pela sociedade. Visto que só edificamos esses aspectos, quando considerarmos junto às comunidades escolares o ensino de história e culturas indígenas, os aspectos da colonização no ensino-aprendizagem das diversidades étnicas e miscigenais culturais que até então, são mal explicados. A visão que se tem sobre os índios é de que eles são selvagens, vivem nus, e só existem na Amazônia. Uma visão generalizada causada pela má informação do processo colonial do ensino de história indígena nas escolas.

2. **Índios aldeados e índios dispersos na província de Sergipe.**
   Pedro Abelardo de Santana (Doutor em História/UFBA)

Esta comunicação busca refletir sobre as motivações que levavam os indígenas a se dispersarem de suas aldeias, passando a viver e interagir com a população dita "civilizada", ou migrar para outras aldeias. A política de aldeamentos foi mantida após a independência do país no século XIX, mas, as aldeias eram vistas como transitórias, existindo somente até os índios alcançarem o *status* de civilizados. Além da convivência conflituosa com outros grupos de brancos e pretos dentro da aldeia, viver nela significava sujeitar-se as pressões para realizar trabalhos externos, envolver-se nas disputas por terra, e sofrer com os diversos preconceitos direcionados aos indígenas. Após discorrer sobre a política indigenista apresentarei os perfis de alguns indivíduos que se deslocaram de suas aldeias para outras áreas e, aparentemente, mantinham a identidade indígena.

3. **De Taperaguá aos remanescentes do povoado aldeia: o processo de extinção do aldeamento de Água azeda - Sergipe.**
   Carine Santos Pinto (Mestranda/ UFAL)

O presente estudo se propõe a analisar as relações de conflito entre índios e não índios, durante dois períodos distintos do século XX no extinto aldeamento de Água Azeda, localizado no município de São Cristóvão (SE). O primeiro momento refere-se a década 1930 quando o índio Anacleto José de Santana posiciona-se à frente das ações judiciais movidas pela família Rollemberg. O segundo momento refere-se a década de 1970 quando conflitos entre os donos do Escurial e os moradores do então povoado Aldeia ressurgem, culminando na total dispersão deste povo. Para tanto as fontes primárias do Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe foram utilizadas em conjunto com bibliografias referentes à temática indígena, aliadas às entrevistas realizadas com os moradores do atual povoado Aldeia, no intuito de subsidiar o desenvolvimento do estudo.

4. **Reforma agraria y política liberal.**
   Percy Daniel Arce Santos (Mestrando em Filosofia/UFS)

El presente trabajo tiene como objetivo presentar la implantación de las políticas liberales especificamente en México en finales del siglo XIX y comienzos del siglo XX en pleno auge de la reforma agraria que afectó en sua mayoria a la población indígena. Debe entenderse – y este trabajo tiende a eso – que el propio pensamiento liberal ha sufrido cambios a lo largo del tiempo tanto en su entendimiento como en sua aplicación. Existe una disyunción entre el individuo y Estado, producto de la dicotomía del modelo antes mencionado y que puede entenderse como el principio del fracaso en la aplicación de este modelo en América latina, así como las revueltas sociales y conflictos internos que se han suscitado dentro de la región. Esta comunicación abordará un análisis conceptual e histórico para evidenciar tal hecho y entender si es procedente responsabilizar el modelo liberal o este estuvo aplicado en una óptico diferente con el propósito de satisfazer otro tipo de intereses.

GT8: DIÁLOGOS LATINO-AMERICANOS: ENTRE HISTÓRIAS, SUJEITOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS
Sheyla Farias Silva (Mestre em História/UFBA)
Vladimir José Dantas (Mestre em Geografia/UFS)
LOCAL: AUDITÓRIO DA DIDÁTICA 2

→ SEGUNDA - FEIRA (16/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **Análise Historiográfica Sobre Interpretações do Gênero Feminino e Sexualidade no Século XVIII.**
   Thamires Pereira (Graduada em História/UFS)

A presente comunicação propõe uma análise sobre a historiografia e interpretações dadas ao gênero feminino no século XVIII, considerando que neste contexto configurou-se um marco temporal de divisões de conceitos sobre gênero e sexualidade, onde seus desdobramentos refletiram nos âmbitos sociais e culturais. Esta pesquisa, de iniciação científica, possibilitou conhecer importantes argumentos nos discursos, estudos e interpretações relacionados à temática produzidos pela Enciclopédia de Diderot e D'Alembert. Os procedimentos metodológicos utilizados foram de natureza bibliográfica e analise dos verbetes com a finalidade de problematizá-la a luz dos objetivos da pesquisa. Nesta comunicação pretende-se expor os fundamentos teóricos sobre o tema proposto uma vez que a pesquisa já fora concluída. Com estudos desta natureza espera-se contribuir através de reflexão e discussões sobre as abordagens e interpretações da história sobre a participação da mulher na sociedade e sua sexualidade, especialmente acerca da condição feminina no século XVIII.

2. **A mulher negra escravizada no Brasil Colonial na obra Casa grande e Senzala de Gilberto Freyre**

Tamires Aparecida Batista de Oliveira (Graduada em Geografia/ Faculdade José Augusto Vieira)/ Aloísio Francisco de Souza(Graduando em História/UFS)/ Kleber FirpoPrado Valença (Graduado em Turismo/IFS)

O presente artigo tem por objetivo descrever e analisar as experiências das mulheres negras escravizadas no período do Brasil Colonial. A principal fonte usada foi o livro Casa Grande & Senzala (1986) de Gilberto Freyre, no qual retrata com bastante ênfase a formação da família brasileira sob o Regime Patriarcal, sendo que o foco de análise recaíra nas passagens

textuais que descrevem a figura da mulher negra escrava e suas experiências. Para embasar teoricamente este estudo, também será retratado autores que analisaram a figura da mulher negra na referida obra, como Leila Mezan Algranti (1993), Eduardo Bueno (2003), Mary Del Piore (2000), Florestan Fernandes (1971), Kabengele Munanga (1988), Aristides Leo Pardo (2012), Caio prado Júnior (1994), Maria da Penha Silva (2010), Marcos Henrique Zambello (2010). A metodologia usada na pesquisa foi a pesquisa qualitativa e descritiva.

3. **A caminho da Abolição: senhores e escravos no Termo de Monte Alto - Sertão da Bahia.**
   Danielle da Silva Ramos (Mestranda/Universidade Federal da Bahia)

Este trabalho busca apresentar algumas reflexões sobre os últimos anos da escravidão no termo de Monte Alto, sertão da Bahia. Ao trazer apontamentos sobre a presença do elemento servil na vida socioeconômica desse local, anos antes da Abolição, as práticas acionadas pelos escravos na luta por seus direitos e as ações dos senhores afim de assegurar os seus interesses, ganham destaque. Desse modo, considerando o embalo das medidas emancipacionistas na segunda metade do século XIX, busca-se, especialmente, a partir do posicionamento dos senhores em relação a manutenção e/ou concessão da carta de liberdade aos escravos, bem como algumas ações por eles empreendidas na conquista da liberdade, perceber as expectativas almejadas por esses sujeitos em relação ao fim da escravidão. Contemplando ainda, o impacto da abolição no sertão da Bahia.

4. **O Correio Sergipense e o homem do Santa Bárbara: Um olhar sobre a representação do Barão de Maruim no jornal Correio Sergipense.**
   Bárbara Barbosa dos Santos (Graduanda em História/UFS)

O objetivo deste artigo é mostrar um ponto de vista sob a representação de João Gomes de Melo, que na segunda metade do século XIX exerceu o título nobiliárquico de Barão de Maroim a partir da análise de alguns números do jornal correio sergipense. Os exemplares utilizados estão disponíveis no site na hemeroteca digital. A pesquisa sobre a atuação social e a influência deste sujeito pode iluminar novos vestígios e nuances na dinâmica da sociedade açucareira sergipana. A utilização dos jornais como uma possível fonte, representa a busca por novas perspectivas a cerca da trajetória do Barão de Maroim, na tentativa de fuga do lugar comum uma vez que não percebemos na historiografia sergipana estudos

mais aprofundados sobre sua importância para o desenvolvimento politico e social da província de Sergipe, para além da transferência da capital de Sergipe enquanto vice-presidente de província ou discursões maniqueístas a cerca de sua personalidade.

5. **Roendo a madeira da escravidão: O Club do Cupim como espaço de luta política (Pernambuco, 1884-1888)**
   Flávia Bruna Ribeiro da Silva Braga (Mestranda em História/UFPE)

Quando o Ceará se declarou a primeira província do Império do Brasil a libertar-se da escravidão, uma onda de regozijo tomou conta das ruas da capital pernambucana. Era 25 de março de 1884, data que passou a ser festival obrigatório anual promovido pelas sociedades abolicionistas, ao lado da já celebrada data de 28 de setembro de 1871. O que não se sabia em 1884 é que, por baixo de toda a festa, escravos fugitivos haviam embarcado ilegalmente para a província do Ceará desde, pelo menos, 1880. A figura que foi responsável pela *underground railroad* que desafiava a emancipação por indenização foi o republicano João Ramos, íntimo contato de João Cordeiro, líder do movimento cearense. Em 1884, foi criado o Club Relâmpago na casa do dentista Numa Pompílio com o objetivo de empregar todos os meios, lícitos ou não, para a emancipação de Pernambuco. Tendo suas identidades reveladas, mudaram o nome para Club do Cupim. Inicialmente com 11 membros, este clube cresceu a ponto de abrigar mais de 300 colaboradores na sua malha, incluindo gente pobre, trabalhadores, de cor, mulheres e personalidades políticas. Na lembrança histórica, os cupinzeiros são lembrados pelas figuras notáveis de José Mariano, João Ramos e Fernando de Castro, mas os pequenos ajudantes, que desafiaram a lei e a própria liberdade, quedaram-se no limbo. O objetivo deste trabalho, além de reconstruir a estrutura deste Club secreto, é tentar trabalhar com essas pessoas esquecidas que participaram do processo.

6. **De ingênuo a menor: a constituição de uma nova ameaça no pós-abolição (Pernambuco, 1888-1892)**
   Gabriel Navarro de Barros (Doutorando em História/UFPE)

O presente trabalho busca investigar como crianças negras foram inseridas em relações tutelares, sob uma estratégia estatal de coação às famílias negras, no pós-abolição, em Pernambuco. Partimos do argumento de que os Juízos de Órfãos, responsáveis por dirigir o mecanismo das tutelas, operaram como dispositivos de poder atenciosos em minimizar o

escoamento das forças produtivas de uma população específica: crianças encaradas como potencialmente perigosas à sociedade. Partimos do conceito de governamentalidade, elaborado por Foucault, para pensar os posicionamentos da província pernambucana sobre o assunto. Despindo-se dos ditames legais colocados pela Lei do Ventre Livre (1871), o infante de tez preta enfim passava a ser incluído em corpos de leis destinados à menoridade e era apresentado como um agente social duplamente ameaçador, tanto pela escassez material que o acompanhava, quanto pela descendência do cativeiro. Nossa análise apontou que a abolição representou uma ruptura no que toca a vida de crianças negras. Não foi capaz, contudo, de afastá-las totalmente de violências que chegaram a ser nomeadas, na época, como "nova escravidão".

→ TERÇA- FEIRA (17/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **Guerra nas ondas do rádio: um estudo acerca das representações do Eixo e dos Aliados na programação da Rádio Clube de Pernambuco (1942-1945)**
   Armando Augusto Siqueira (Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco)

Este artigo pretende analisar a programação da Rádio Clube de Pernambuco durante a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente as representações acerca do Eixo e dos Aliados elaboradas em músicas, propagandas e em alguns programas relacionados ao conflito que foram irradiados na emissora, utilizando para tal o conceito de representação de Roger Chartier, tendo como recorte o período entre 1942 a 1945, onde o Brasil entra ao lado dos Aliados no conflito. Nesse contexto, o Brasil torna-se um importante aliado para os EUA na defesa do Atlântico Sul, onde o Nordeste brasileiro ganha importância para a defesa americana contra o Eixo devido sua proximidade com a África e sua posição favorável para a vigilância do Atlântico. Mas a defesa territorial não bastava. Era necessário criar uma imagem negativa do Eixo e consolidar o *American Way of Life* como paradigma a ser seguido pelos latino-americanos. Para tanto, foi criado o *Office of Coordinator of Inter-American Affairs,* órgão que coordenaria os esforços econômicos e culturais para com a América Latina, propagando os valores do americanismo. Dentre suas principais divisões, destaca-se a Divisão de Rádio, que enviava programas produzidos em português para as rádios brasileiras, inclusive a Rádio Clube de Pernambuco objeto de nosso estudo.

2. **Sergipe e a construção da imagem pública de Augusto Maynard Gomes no Estado Novo (1942-1945)**

Adson do Espírito Santo (Mestrando em História/UFAL)

Durante o Estado Novo, o "mito Vargas" foi um meticuloso trabalho de propaganda política/ideológica sobre a imagem pública de Getúlio Vargas. Todavia, segundo a nova historiografia sobre o Estado Novo, tendo como aporte teórico, Jorge Ferreira, Angela Castro Gomes e Maria Helena R. Capelato, atribuir tal fato somente a propaganda política, torna a análise sobre o fato, um tanto quanto descuidada. Segundo estes autores, é necessário analisar o imaginário político e social dos atores da época, enxergando o poder como uma permuta entre os agentes sociais e a classe política dirigente. Concomitantemente, a partir de análises feitas em jornais, é possível notar que autoridades locais apropriaram-se dessa estratégia para construção de sua própria imagem pública. Assim sendo, o objetivo deste artigo é investigar as estratégias de construção da imagem pública, do então interventor sergipano, Augusto Maynard Gomes, entre 1942 e 1945, observando assim um caso de apropriação regional da propaganda política e das práticas em torno do chamado "mito Vargas" em Sergipe.

3. **Entre ruas, becos e vielas: o chão social da carestia em Salvador (1937-1945)**

Luana Moura Quadros (Mestranda em História Social/UFBA)

A carestia de gêneros alimentícios em Salvador nos anos 1930 e na década seguinte foi um dado responsável por modificar o cotidiano dos sujeitos. As incertezas quanto à reprodução da vida material e, neste caso, o alimentar-se, enquanto necessidade básica à sobrevivência, fazia com que a vida de muitos fosse permeada de inquietudes. Deste modo, a presente comunicação destina-se a analisar a capital baiana neste período, compreendendo o chão social da carestia. Ou seja, quem eram os sujeitos que mais se ressentiam com os altos preços. Através da literatura de Jorge Amado em Suor e de Ariovaldo Matos em Corta-Braço, ancorado na teoria literária de Raymond Williams em diálogo com a História Social, se faz um passeio pela cidade, mergulhando no íntimo da convivência familiar e no trabalho de indivíduos que sobreviviam com parcos recursos perscrutando a vida cotidiana daqueles que mais se ressentiam com os elevados preços.

4. **O Jornal Correio de Aracaju e o Retorno dos ex-expedicionários Sergipanos**
   Marlíbia Raquel de Oliveira (Mestranda em História/UFPE)

O retorno da Força Expedicionária Brasileira ao Brasil após campanha na Itália ganhou enorme destaque na imprensa nacional. Por todo o país foram organizadas diversas homenagens aos pracinhas. Em Sergipe, o jornal *Correio de Aracaju* dedicou significativo número de páginas para tratar de assuntos relacionados à Segunda Guerra e, sobretudo, a participação do Brasil no conflito mundial. Neste sentido, a volta dos ex-expedicionários também foi privilegiada. O trabalho proposto tem como objetivo analisar as notícias relacionadas ao retorno dos ex-expedicionários sergipanos a capital Aracaju e demais municípios do estado, publicados no referido periódico no ano de 1945. Com isso, procuramos compreender os impactos provocados por tais eventos nas cidades onde ocorreram e, dessa forma, preencher algumas lacunas sobre o período estudado.

5. **Serra Talhada/PE na cartografia do cangaço: apontamentos sobre "o massacre de Angico - a morte de Lampião"**
   Jéssica da Silva Souza (Graduada em História/UFS)

O município pernambucano de Serra Talhada, assim como outros que tiveram alguma relação com o fenômeno, tem buscado (re) afirmar sua importância na história do cangaço mediante diversas ações. Principalmente no mês de julho, anualmente, ocorrem variadas atividades referentes à rememoração do cangaço na localidade. Nesse contexto está inserido o espetáculo a céu aberto teatralizado "O massacre de Angico: a morte de Lampião", organizado pela *Fundação Cultural Cabras de Lampião*. O objetivo deste artigo consiste em fazer algumas reflexões sobre um dos roteiros deste espetáculo – apresentado em 2014 – que tem ganhado cada vez mais repercussão como atrativo turístico na região. Buscando perceber de que forma o cangaço é lido pelos atores e como isso tem reverberado na localidade.

6. **A utilização da educação patrimonial como metodologia educacional para o desenvolvimento do turismo cultural.**
   Ivanilson Martins dos Santos, Kleber Firpo Prado Valença e Tamires Aparecida Batista de Oliveira (Graduandos em Turismo/IFES)

O conhecimento e a valorização do Patrimônio Cultural de uma localidade são de suma importância para que o mesmo seja utilizado no desenvolvimento da atividade turística. Para chegar-se a esse conhecimento e valorização, a Educação Patrimonial, referenciada como sendo uma metodologia educacional que tem como finalidade a utilização de técnicas voltadas à construção de uma investigação a cerca do patrimônio (material ou imaterial), utiliza-se de sua metodologia através da observação, registro, exploração, apropriação e valorização do patrimônio cultural de uma localidade, para construção de um olhar diferenciado da população com o patrimônio ao seu entorno. Já o turismo, por se tratar de uma atividade que necessita de um atrativo, utiliza-se do patrimônio preservado e conservado como um atrativo para o desenvolvimento e fomento da atividade, gerando assim renda e desenvolvimento da localidade. Sendo assim, os métodos e técnicas da Educação Patrimonial no desenvolvimento do turismo tornam-se importante por se tratar de uma metodologia que visa à construção do sentimento de salvaguarda e valorização do patrimônio de uma localidade, sendo este preservado podendo ser utilizado para o fomento do turismo local.

→ QUARTA- FEIRA (18/11/2015 - 14:00 ÀS 18:00)

1. **História e memórias vinculadas a beata Dulce dos Pobres em São Cristóvão/Sergipe**
   Ivan Rêgo Aragão (Mestre em Cultura e Turismo/Graduando em História/ Rosa dos Ventos/UNIT/IFS)

São Cristóvão, primeira capital de Sergipe, possui em seu centro antigo um patrimônio material e imaterial reconhecido pela sociedade brasileira. No entanto, um fato pouco lembrado, ocorreu no Convento de Nossa Senhora do Carmo da cidade entre os anos de 1933 e 1934: a Beata Irmã Dulce realizou o noviciado na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. A partir da análise documental de três cartas, entrevistas, pesquisa digital e bibliográfica com trabalho de campo, o objetivo principal do presente artigo é mostrar a relação da Irmã Dulce e São Cristóvão. Nesse contexto, biografaram-se momentos da vida da religiosa católica, sua permanência na cidade, demarcando as memórias e os "lugares de memória" vinculados a sua breve estadia. Ela foi beatificada em 2011 e poderá se tornar na primeira santa católica brasileira.

2. **"Confesso que vivi": Memórias de militância, refúgio e exílio de um Montonero – década de 1970.**
   Marcos Gonçalves (Doutor/Universidade Federal do Paraná)

A comunicação apresenta resultados prévios e derivações de pesquisa mais ampla, cuja temática versa sobre os refugiados argentinos no Brasil no contexto de duas ditaduras militares no cone sul do continente. Abordo a trajetória política/pessoal do ex-militante da organização Montoneros, Miguel Fernández Long, refugiado no Brasil durante curto período e exilado na Suécia até o início da década de 1980. Meu objetivo é, a partir da metodologia da História oral e ancorado em bibliografia delimitada, circunscrever experiências que deram significado e apoiaram o sistema de crenças da militância montonera, porém, tomando como ponto de referência a problemática de como uma voz que narra em modalidade pessoal no presente interatua com as vozes situadas na dimensão comunitária (PORTELLI, 2010). A alusão à obra de Neruda no titulo deste trabalho pretende valorizar a densidade e as demandas utópicas que presidem a ação política do indivíduo.

3. **Unos sangran, otros gozan: las estrategias de perpetuación de poder en el gobierno de México reciente**
   Romulo Gabriel de Barros Gomes (Mestrando/Universidade Federal de Pernambuco)

O México é governado há quase 70 anos seguidos pelo mesmo partido, o Partido Revolucionário Institucional – PRI. Ditos herdeiros diretos da revolução mexicana de Emiliano Zapata e Pancho Villa, o governo segue no poder utilizando meios autoritários e antidemocráticos. O presente artigo tem o objetivo de discutir aspectos que levaram o governo do PRI adentrar os mais profundos veios do cotidiano dos cidadãos mexicanos e se manteve no poder por tantas décadas, para isto, são trazidas as memórias das estratégias de perpetuação deste partido, isto é, desde o uso da violência, traz-se então o exemplo do Massacre de público de estudantes e professores na praça de Tlatelolco, além dos meios mais sutis, como o controle ideológico através do discurso da imprensa e até a difusão de material cinematográfico erótico influenciando na dinâmica cultural deste país, para isto é trazido o exemplo da produção denominada Cine de Ficheras, produções baratas, de cunho erótico e humorístico que alcançaram grande sucesso no país nos anos de 1970 e 1980, contemporâneo, por tanto, ao referido massacre. Assim sendo, o presente artigo propõe-se a analisar o impacto cultural de tais ações no âmbito das relações cotidianas, em especial no que tange à construção dos lugares de gênero e sexualidade no México.

4. **Um religioso pernambucano no sertão sergipano: Trajetória de Frei Enoque e a questão fundiária 1942-1986.**
   Josefa Eliene dos Santos (Graduada em História/UFS)

Este trabalho tem como ponto de partida a invasão da fazenda Ilha do Ouro no município de Porto da Folha. A incursão desencadeou um processo contra Frei Enoque Salvador de Melo que foi acusado pelos irmãos Gonçalo de Faro Rollemberg e Domingos Rollando Rollemberg de incentivar a população a "submergir" a propriedade. A partir da narrativa destes acontecimentos buscamos compreender melhor quem era o frade envolvido na contenda? E porque ele foi acusado? Além disso, procuramos enxergar o mundo de pertencimento do indivíduo Frei Enoque que vai de 1942 a 1986. Dentro dessa perspectiva abordaremos processos de transformações institucionais da Igreja Católica promovido inicialmente pelo Concilio Vaticano II seguido pela Teologia da Libertação. Notemos também, que a partir das pesquisas de campo e da bibliografia estudada, observamos que o sujeito (objeto) aqui analisado foi um agente da igreja Católica Progressista, esta, provocou transformações em uma secular instituição que durante séculos esteve defendendo os interesses da elite em detrimento de outros segmentos sociais, que infringiu no seio de um país dominado por uma ditadura que limitava a liberdade e a democracia uma ruptura nos moldes de ver e agir do catolicismo vigente. Que atuou em prol de uma nação que em pleno século XXI, ainda era dominada pelo mandonismo no interior do Nordeste e que provocou insatisfação não só entre a elite brasileira, mas também entre o próprio clérigo.

5. **Lavadeiras não são trouxas: A formação da ALARMES e a luta por direitos na Bahia**
   Johanna Brígida Rocha Ribeiro Meyer (Mestranda em História/UFS)

Busca-se investigar a atuação da ALARMES na Bahia na década de 1980. Esta associação construiu pautas reivindicativas para as lavadeiras tendo em vista as demandas da categoria, dentre eles, o estabelecimento da tabela com o valor de cada peça de roupa, direito a aposentadoria, 13º salário, bem como a regulamentação da profissão. Para tal empreita, será analisado periódicos da época, boletins da associação, tabelas, cartas. Este trabalho segue as indicações do historiador E.P. Thompson, ao entender a formação da associação como resultados de suas experiências "herdadas e/ou compartilhadas". Além disso, este estudo segue uma bibliografia pertinente com o recorte temporal.

Textos Completos

A BAIXA IDADE MÉDIA E AS FIGURAÇÕES DOS TEMAS MACABROS

Airles Almeida dos Santos
Graduada em História/UFS
Integrante do Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)

Introdução

Em todas as culturas humanas a morte nunca foi um fato corriqueiro, insignificante. Pelo contrário. Sempre teve papel de destaque; era pensada; sentida; vivida e carregada de simbolismo. Na contemporaneidade esse fenômeno se tornou tabu. Ninguém o menciona, ninguém quer pensar nele, e todos querem disfarçar quando chega. A sociedade recusa-se a encará-lo apesar de saber tratar-se de uma coisa certa. Porém, apesar do interdito de hoje, em toda a História ela foi motivo de indagações.

Devemos nos atentar para a diferença entre *a morte* e *o morrer*. Segundo o minidicionário Luft de Língua Portuguesa[1] a palavra *morte* é definida como fim da vida; destruição, ruína, enquanto o ato de morrer é conceituado da seguinte forma: cessar de viver; falecer; fenercer; abrandar-se gradualmente (morrer lentamente). Conforme apontaram Araújo e Viera,[2] do ponto de vista filosófico, a morte aparece como uma condição inerente ao ser vivo, sendo ela a única certeza que se tem do desdobramento humano, onde o morrer torna o homem em absolutamente nada ou torna-o em absolutamente outro. Podemos então definir *a morte* como o fenômeno individual e concreto correspondente ao fim da vida biológica, vivido apenas

[1] LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*, 21ª ed. São Paulo. Ática, 2005.

[2] ARAÚJO, Paula Vanêssa Rodrigues de; VIEIRA; Maria Jésia. A Questão da Morte e do Morrer. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, maio/junho de 2004, p. 361-3. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n3/a22v57n3.pdf. Último acesso em 15/10/2015.

pelo que está morrendo – o protagonista, sendo possível a outros apenas acompanharem o desenrolar desse processo em segundo plano; *o morrer*, no entanto corresponde a um procedimento experimentado ao longo da vida, antecedente à morte final e pontuado por sucessivas mortes antes da *morte* propriamente dita.

Neste artigo voltamos nossa atenção para os anos finais do período medieval para entendermos a complexidade dessa sociedade, seu funcionamento e suas tensões, assim como refletir sobre a forte associação entre morte/mortos e cristandade no Ocidente por meio da identificação dos lugares dos finados nos diferentes sistemas. Com esse intuito analisaremos neste trabalho algumas das produções iconográficas do fim da Idade Média a fim de compreendermos a maneira como os temas macabros foram figurados, apontando a mudança de mentalidade, cujo reflexo encontra-se na relação entre as atitudes e as representações da morte, que deixa de ser exclusivamente cristã e torna-se um assunto usual tanto na literatura quanto na iconografia e na escultura funerária, influenciando desse modo a representação da Dança Macabra – principalmente a partir de 1350. Num primeiro momento analisaremos o que os historiados produziram em relação à temática e os debates travados na historiografia tradicional e nos trabalhos mais recentes e em seguida passaremos a compreensão das imagens, sejam elas visuais ou textuais.

A Historiografia e os temas macabros

Tradicionalmente, convém situar a Baixa Idade Média entre os séculos XIV e XV. Esse período costuma atrair a atenção dos historiadores e pesquisadores da temática da morte por tratar-se de um período marcado por transformações das atitudes dos homens diante do fenômeno, transformações estas percebidas através das produções iconográficas produzidas na época.

Entre os séculos finais do medievo a morte tornou-se o centro dos aspectos retratados pelos artistas, com o enfoque na seguinte mensagem: ninguém está a salvo. Nesse sentido há mudança da natureza da morte na historiografia tradicional, que deixa de ser exclusivamente cristã, e torna-se um assunto bastante usual tanto na literatura quanto na iconografia e escultura funerária, influenciando desse modo a representação da Dança Macabra –

principalmente a partir de 1350 – que passa a ser o reflexo da mudança de mentalidade no fim do medievo. Ilustra-se de forma assustadora, angustiante, demonstra o medo, a dor, o sofrimento das populações que diante de situações sociais adversas enxergam na arte uma forma de se expressar, de mostrar sua impotência diante dos problemas que assolaram os séculos XIV e XV.

As imagens macabras passam a representar a morte como uma força impessoal, com iniciativa própria e inevitável, cujos esqueletos aparecem envoltos por lençóis brancos, completa ou parcialmente desprovidos de matéria carnal e utilizando-se da gestualidade corporal, "reflexo do desespero diante das dores físicas e doenças epidêmicas, como a peste negra, que ceifou milhares de vidas".[3] A epidemia de Peste Negra ou Grande Peste do período de 1348-1349 foi a pior de toda a Europa e provocou redução acentuada da população, que segundo Boccaccio "para se tratar apenas da cidade (...) no período que vai de março a julho, mais de 100.000 pessoas foram arrebatadas à vida, no interior dos muros da cidade de Florença".[4]

A emergência dos temas macabros sempre foi trabalhado pela historiografia tradicional e faz emergir novos questionamentos nos trabalhos mais recentes sobre o tema. Estuda-se desde a questão da memória dos mortos até a relação entre morte e a epidemia de peste negra que assolou toda a Europa nos séculos XIV e XV, assim como as lentas, mas profundas transformações das práticas e das mentalidades relacionadas ao tema.

Em *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte no século XV*,[5] através da utilização da lenda dos três vivos e dos três mortos, Letícia Gonçalves Alfeu de Almeida nos mostra a emergência do macabro como uma alegoria para percepção da morte e uma profunda ligação com os textos de pregação. Um aspecto importante apontado por ela diz respeito ao desenvolvimento do macabro com a peste. Por mais que a multiplicações dos cadáveres tenham impulsionado essa maneira de figurar os que se foram de forma assustadora, com suas

[3] PEREIRA, Jacqueline da Silva Nunes. Um estudo da dança macabra por meio de imagens. *II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina-PR, maio de 2009, p. 806, p. 806). Disponível em http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Pereira,%20Jacqueline%20da%20silva.pdf. Último acesso em 17/10/2015.

[4] BOCCACCIO, *Decamerom*. São Paulo: Abril, 1981, p.17.

[5] ALMEIDA. Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV).* Franca: 2013. Disponível em http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93244/almeida_lga_me_fran.pdf?sequence=1. Último acesso em 15/10/2015.

carnes descompostas e os vermes impregnados a elas, "o aparecimento desse tipo de representação não coincide exatamente com as pestes e, portanto, não pode ser pensado apenas como resultado direto das mortandades, pois lhe é anterior".[6]

Existe um debate na historiografia que defende a crise e o macabro como anteriores e não resultantes da peste, e que, portanto, estão fundados em fatores internos da cultura, como por exemplo, as interpretações de Jean Delumeau. Por outro lado, certos estudos explicam o macabro como mera consequência da doença. Outros afirmam ser difícil não considerar que as pestes tenham consequências marcantes para o impulso de criação das imagens no fim da Idade Média.

Johan Huizinga em *O Declínio da Idade Média* [7] buscou captar as características mais originais dos séculos finais da Idade Média. Para isso a época foi tomada em sua totalidade e de forma homogênea. Huizinga via a morte dos macabros como a descrição realista desse acontecimento, ou seja, o macabro é situado pelo autor em uma perspectiva de crise.

Jacques Chiffoleau em *O que faz a morte mudar na região de Avinhão no fim da Idade Média*[8] levanta uma hipótese diferente do que foi descrito acima. Com base em gráficos e tabelas estatísticas, pretende detectar as mudanças ocorridas na noção de morte dos avinhoneses no fim da Idade Média. Através de argumentos extremamente pertinentes, o autor tece sua resposta a partir das curvas populacionais: o aumento demográfico, subproduto do desenvolvimento urbano e mercantil, introduziria novos padrões de vida e de comportamento, que estariam na base das mudanças. Analisando uma série de testamentos da região, buscou encerrar a visão de que a morte foi reveladora do papel da religião na vida social. Em combate a toda uma corrente que pregava a obsessão pelo macabro por causa do horror à epidemia de peste e diretamente ligado à multiplicação dos corpos e a crise demográfica, Chiffoleau aponta a mutação de mentalidade refletida nas novas atitudes diante dos mortos muito antes das pestes e das mortalidades. O "renascimento" do testamento "romano" já é um sinal dessa transformação, onde a vontade individual do testador aparece independente das pressões do costume. O fato de não se evocar mais a autoridade do *pater famílias* para justificar a continuidade social possibilita o surgimento da "morte de si" devido aos questionamentos às velhas solidariedades sociais. A novidade de seus argumentos

[6] Ibdem, p. 16.
[7] HUIZINGA, J. *O Declínio da Idade Média*. São Paulo: Editora Verbo. 1978.
[8] CHIFFOLEAU, Jacques. *O que faz a norte mudar na região de Avinhão no fim da Idade Média*, p. 117-130. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

consiste em atribuir a essas nuanças um novo significado: as crises do final da Idade Média perturbam a passagem e a relação entre mortos e vivos; afeta a solidariedade da linhagem, rompe com as raízes culturais e geográficas dos homens. O que perturba os avinhoneses é a impossibilidade de reencontro com seus familiares no *pós mortem*, de se juntar aos restos mortais dos seus e não a angustia visceral causada pelas doenças. O sentimento de fracasso pessoal, de fragilidade humana não se trata do amor à vida, mas sim ao surgimento de uma nova solidariedade, em que os mortos se vêem privados do acesso à sua família. Sendo assim, não são os acontecimentos do período que modificam as imagens da morte, mas a relação entre pais e tradição. É esse abandono, esse desenraizamento e a perda da linhagem imaginária e imaginada, "não o simples desaparecimento de parentes reais, que dá conta das novas atitudes em face da morte".[9] Contraditoriamente, a noção de indivíduo se reforça com esse estado de instabilidade. "É na crise, no luto e na melancolia que nascem o homem, a religião e a racionalidade moderna".[10]

A despeito do surgimento do macabro, tanto Chiffoleau quanto Almeida partem do mesmo princípio - o aparecimento desse tipo de representação não coincide com as pestes. A crise social-demográfica, a multiplicação dos corpos e o medo, resultado direto das mortandades não podem explicar a explosão do macabro, pois lhe é posterior.

Ariès nos diz em *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média Aos Nossos Dias* [11] que o macabro não significa o medo da morte nem do além, mas resultado de um amor apaixonado pela vida, pelo mundo terrestre e resultado da consciência do fracasso de cada um na hora do trespasse. As artes e as danças macabras acabam expressando não a revolta, mas o desgosto diante dessa amargura. Os traços cadavéricos não amedrontavam, apenas serviam para fortalecer a ilusão da vida suscitada pelo apego aos bens materiais.

Assim como salientou Ariès, Jean-Claude Schmitt atribui na obra *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*[12] aos mendicantes e suas pregações essa modificação na morte tradicional, diferente do que a maioria dos historiadores faz (muitos relacionam muito mais do que deveriam o macabro às epidemias de peste no fim da Idade Média).

---

[9] Idem, p.129. O autor nos diz que a peste apenas acelera um processo que já vinha sendo acentuado. Dois aspectos são apontados como características desses novos ritos: 1- o cortejo como procissão que representa a última viagem; 2- a teatralidade, o narcisismo e detalhamento dos testamentos.

[10] Idem, p. 130.

[11] ARIÉS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

[12] SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval.* Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999

A iconografia, as danças e o macabro

Ao partir para a análise das imagens percebemos o que Ariès[13] chamou de "triunfo da morte", ou seja, a igualdade dos homens diante do fenômeno. O final da Idade Média ilustra o poder coletivo da morte, contraditoriamente ao mesmo tempo em que faz emergir o individualismo de cada um quando sua hora chega. Essa última alegoria afasta-se do individualismo, mas está muito mais afastada da morte domada.[14] Apesar de ter consciência de que ia morrer e se preparar para isso, a morte não previne; esse é o seu grande triunfo.

1- Bernt Notke's Danse Macabre in Tallinn, disponível em www.dodedans.com/Epict.htm

Vemos nessas imagens como a morte passou a ser retratada pelos artistas do fim da Idade Média. Tornou-se o tema central das produções iconográficas e reflete algumas das manifestações de histerias religiosas que marcaram esse longo período compreendido entre o século V e o século XV. Descarta-se o imaginário de visão hierárquica; as três ordens ou o imaginário do feudalismo rompe-se. Assim, a morte aparece como democrática, igualitária e atingiu indiferentemente a todos, imperadores, reis, nobres, camponeses e até os clérigos como apontou Hilário Franco Júnior.[15] Sobre estes surge uma problemática: se o clero era responsável pelo intermédio Deus-homem, pela luta incessante contra o pecado e estava distanciado dos demais cristão, porque eles também estavam entre as vítimas desse infortúnio?

[13] ARIÉS, Philippe. *O Homem Diante da Morte.* São Paulo: Editora Unesp, 2014.

[14] Concepção de morte ao mesmo tempo familiar e próxima, cuja cerimônia era pública e organizada – característica mesma de culturas pré-cristãs – que a cristandade medieval, com seu aparato ideológico, esforçou-se por fazer prevalecer.

[15] FRANCO JÚNIOR, Hilário. O A Idade Média e o Nascimento do Ocidente, 2ª edição. Brasiliense, São Paulo: 2006.

A peste negra passou a ser vista como um castigo, um flagelo divino, regra que recaía também aos membros da Igreja. Logo, todo e qualquer clérigo que tivesse um comportamento desviado do proposto ou não se enquadrasse nos moldes eclesiásticos também seria severamente punido por ela. Explica-se nesse contexto o surgimento dos Flagelantes, que saíam em procissões penitenciais com danças e cânticos envoltos de mistérios.[16] Nesse sentido podemos extrair a função moralizante dessas figurações que originou-se nos autos de moralidade e devoção, como também em poemas que tratavam da inevitabilidade da morte e do convite à penitência.

Na imagem abaixo, a morte entra na casa de uma camponesa e leva um de seus filhos. No campo inferior direito e em lugar de destaque, aparece uma ampulheta. Notamos uma ligação direta entre a criança e o símbolo do tempo: essa conexão informa que a morte chega para todos independente da idade e informa: como eu sou, tu serás.

2- Dança da morte de Hans Holbein (1538), disponível em Facsimile, Londres, 1982.

Transpondo-nos exclusivamente às imagens, percebemos a morte como alegoria a partir da personificação nos esqueletos – subtenda-se o chamado da morte. A partir de então

[16] HEERS, Jacques. *O Fim da Idade Média no Ocidente*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

ela assume uma forma – descarnada, corporificada. A morte surge para lhes informar a proximidade de seu trespasse, na maioria das vezes, utilizando-se da gestualidade corporal.

Segundo Pereira,[17] as danças macabras, além de serem realizadas nos cemitérios – tornou-se uma prática muito comum no fim do medievo – acabam despertando interesses dos artistas e ganhou grande espaço nas pinturas da época. Nesse sentido há mudança nas maneiras de expor a morte e isso faz com que ela se torne um assunto muito usual tanto na literatura quanto nas artes plásticas. As novas práticas de lidar com os mortos acabam influenciando desse modo a representação dessa dança, principalmente a partir da metade do século XIV. Ela era uma forma de manifestação corporal e reflexo também do desespero diante das dores físicas e doenças epidêmicas.

3- Dança da morte, disponível em http://www.snpcultura.org/vol_danca_morte.html

Fazendo uma comparação das imagens que ilustram a morte com traços cadavéricos, percebemos certa diferença entre as que retratam o fenômeno com ou sem a dança. Em algumas telas, a morte ilustra-se de forma assustadora, angustiante e demonstra, a dor e o sofrimento das populações que diante de situações sociais adversas, enxergam na arte uma forma de se expressar, de mostrar sua impotência diante dos problemas que assolaram os séculos XIV e XV. No entanto, algumas das imagens da dança macabra expressam certa

[17] PEREIRA, Jacqueline da Silva Nunes. Um estudo da dança macabra por meio de imagens. *II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina-PR, maio de 2009, p. 806, p. 806). Disponível em

http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Pereira,%20Jacqueline%20da%20silva.pdf. Último acesso em 17/10/2015.

ironia e comicidades dos atores retratados nessas pinturas. Os esqueletos se contorcem, utilizam a gestualidade e representam as dificuldades e possibilidades dos homens diante das condições de vida. Apesar dessa diferença, em ambos os tipos de imagens o fenômeno é retratado como uma força impessoal e inevitável.

Sobre a relação feita entre a crise social-demográfica resultante das mortandades e a explosão do macabro, acreditamos que a emergência desse tipo de figuração seja pensada a partir da confluência de fatores internos e externos, em que o impacto de choques exteriores numa cultura depende das respostas de dentro, da maneira como uma cultura está predisposta a responder a determinados eventos. Nesse sentido, podemos afirmar que as artes macabras aparecem antes mesmo do aumento da mortalidade causadas pela fome e pelas doenças do fim da Idade Média, mas esses fatores devem ser levados em consideração para compreender o predomínio dessa maneira de figuração nos séculos finas do medievo.

A dança da morte passa dos cemitérios às artes, das artes para os aspectos mais triviais e cotidianos. Saindo das telas pintadas para a análise de imagens textuais, percebemos a partir das Crônicas do Rei Juan II de Castela produzida no século XV como a dança da morte é transposta das telas para os acontecimentos do dia a dia. Na cerimônia de coroação de Fernando de Antequera em 1414 ela é realizada com a intenção de entreter os presentes e eles eram capazes de integrar o macabro, convertido em gênero, em sua cotidianidade e em suas festas. O texto narra com detalhe esse acontecimento

> Se revolvieron los cielos, e en medio de la sala salió una nube en la qual venía la Muerte la qual era muy fea llena de calaveras e culebras e galapagos e venía en esta guisa. Un hombre vestido en baldreses amarillos justos al cuerpo que parecía su cuero, e su cabeça era una calavera e un cuero de baldres toda descarnada sin narizes e sin ojos que era muy fea, e muy espantosa, e con la mano faziendo semejanças a todas partes que llevava a unos e a otros por la sala.[18]

Nos dois séculos finais do período medieval a dança se configura num traço cultural e mental singulares, símbolo característico tanto da cultura aristocrática e das comunidades

[18] Crónica de Juan II. In: ESPAÑOL, Francesca bertrán: *Lo macabro en el gótico hispano*, Madrid, Cuadernos de Arte Español, n. 70, 1992, p. 8.

campesinas, ou seja, produto de movimentos e gestos refinados unidos a formas tradicionais e resistentes das manifestações culturais.[19]

Na Baixa Idade Média a situação de vida dos homens tornou-se difícil, pois além dos fatores que contribuíram para o desmantelamento do feudalismo, a peste contribuiu para as modificações nas atitudes diante da morte e sua figuração. A partir da associação desse fenômeno e da evolução das estruturas mentais da sociedade medieval, o macabro tornou-se o centro das atenções dos medievais e dos aspectos retratados pelos artistas.

Observamos assim que para o homem tardo medieval, a morte não é um conceito abstrato; ela apresenta-se concretamente em seu dia-a-dia, e em suas representações está sempre dotada de significações. Essa complexidade da ideia e do conceito de morte nos faz apreendê-la "como uma realidade física e espiritual. (...) Ela dissolve vínculos sociais antigos e cristalizados e conduz a outros novos".[20]

Considerações Finais

Percebemos assim que existe um debate na historiografia que defende a crise e o macabro como anteriores e não resultantes da peste, e que, portanto, estão fundados em fatores internos da cultura, como por exemplo, as interpretações de Jean Delumeau. Outros como Almeida e Schimitt atribuem às pregações dos mendicantes o advento dessa maneira de retratar a morte e os mortos; Ariès nos diz aponta essa emergência como resultado do fracasso pessoal do abandono de uma vida terrena amada, enquanto Chiffoleau nos oferece uma tese inovadora à temática: é a impossibilidade de reencontro com seus familiares no *pós mortem*, de se juntar aos restos mortais dos seus e não a angustia visceral causada pelas doenças que desembocam no macabro. Há ainda os que afirmam ser difícil não considerar que as pestes tenham consequências marcantes para o impulso de criação das imagens no fim da Idade Média. Por outro lado, os estudos mais antigos, a exemplo dos de Huizinga, explicam o macabro como mera consequência da doença e em uma perspectiva de crise . Acreditamos que a emergência desse tipo de figuração da morte seja pensada a partir da confluência de fatores internos e externos, em que o impacto de choques exteriores numa cultura depende das respostas de dentro, da maneira como uma cultura está predisposta a responder a determinados eventos. Nesse sentido, podemos afirmar que as artes macabras aparecem antes

[19] O que Ginzburg chama de "circularidade cultural".
[20] WILLIANS, G. Scholz. A Morte como Texto e Signo na Literatura da Idade Média. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 132.

mesmo do aumento da mortalidade causadas pela fome e pelas doenças do fim da Idade Média, mas esses fatores devem ser levados em consideração para compreendermos o predomínio dessa maneira de figuração nos séculos finas da Idade Média.

Fontes

Imagens

Bernt Notke's Danse Macabre in Tallinn, disponível em www.dodedans.com/Epict.htm. Acesso em Novembro de 2015.

Dança da morte de Hans Holbein, disponível em Facsimile, Londres, 1982. Acesso em Novembro de 2015.
Dança da morte, disponível em http://www.snpcultura.org/vol_danca_morte.html. Acesso em Novembro de 2015.

Texto

Crónica de Juan II. In: ESPAÑOL, Francesca bertrán: *Lo macabro en el gótico hispano*, Madrid, Cuadernos de Arte Español, n. 70, 1992.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA. Letícia Gonçalves Alfeu de. **O Papel da Memória na Pedagogia da Morte** (século XV). Franca, 2013. Disponível em http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93244/almeida_lga_me_fran.pdf?sequence=1. Último acesso em 20/10/2015.

ARAÚJO, Paula Vanêssa Rodrigues de; VIEIRA; Maria Jésia. A Questão da Morte e do Morrer. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, maio/junho de 2004, p. 361-3. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n3/a22v57n3.pdf. Último acesso em 15/1/2014.

ARIÉS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____**.** *O Homem Diante da Morte.* São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BOCCACCIO, *Decamerom***.** São Paulo: Abril, 1981.

CHIFFOLEAU, Jacques. *O que faz a norte mudar na região de Avinhão no fim da Idade*

Média, p. 117-130. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Paris: Gallimard, 1978.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. O A Idade Média e o Nascimento do Ocidente, 2ª edição. Brasiliense, São Paulo: 2006.

GINZBURG, Carlo**.** *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.* São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

HEERS, Jacques. *O Fim da Idade Média no Ocidente*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

HUIZINGA, J. *O Declínio da Idade Média*. São Paulo: Editora Verbo. 1978.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. 21ª ed. São Paulo: Ática, 2005

PEREIRA, Jacqueline da Silva Nunes. Um estudo da dança macabra por meio de imagens. *II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina-PR, maio de 2009, p. 806. Disponível em http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Pereira,%20Jacqueline%20da%20silva.pdf. Último acesso em 17/11/2014.

SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval.* Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

WILLIANS, G. Scholz. A Morte como Texto e Signo na Literatura da Idade Média. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

GUERRA NAS ONDAS DO RÁDIO: UM ESTUDO ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES DO EIXO E DOS ALIADOS NA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO (1942-1945)

Armando Augusto Siqueira[21]

Este artigo pretende analisar as representações do Eixo e dos Aliados na programação da Rádio Clube de Pernambuco durante a Segunda Guerra Mundial, utilizando para tal o conceito de *representações* de Roger Chartier, concebendo-as como classificações que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real[22]. Adotaremos como recorte o período entre 1942 a 1945, período em que o Brasil adere ao bloco dos Aliados no conflito mundial. Nesse contexto, o Brasil torna-se um importante aliado para os EUA na defesa do Atlântico Sul, onde o Nordeste brasileiro ganha importância para a defesa americana contra o Eixo devido sua proximidade com a África e sua posição favorável para a vigilância do Atlântico. Mas a defesa territorial por si só não bastava. Era necessário criar uma imagem negativa do Eixo e consolidar o *American Way of Life* como paradigma a ser seguido pelos latino-americanos. Fazia-se necessário travar e vencer a guerra na esfera psicológica contra as forças do Eixo que estavam propagando-se pelo Brasil neste momento, encontrando-se em estagio de ascensão e ameaçando a influencia e a hegemonia norte-americana sobre a América Latina.

Assim, o governo Roosevelt cria no dia 16 de agosto de 1940 o *Office of Coordinator of Inter-American Affairs,* órgão que coordenaria os esforços econômicos e culturais para com a América Latina durante o período em questão. Gerson Moura ressalta que, de acordo com as definições oficiais, este órgão teria como objetivo a promoção da cooperação interamericana e a solidariedade hemisférica. Todavia, na realidade, os programas de cooperação e solidariedade hemisférica eram instrumentos para atingir outros fins, como o de "enfrentar o desafio do Eixo no plano internacional e consolidar o Estado norte-americano como grande potência"[23]. O *Office* estava estruturado em várias divisões. Além da Divisão de Cinema, havia a Divisão de Rádio que, juntamente com a Divisão de Imprensa e Publicações, tinha como objetivo a difusão de informações positivas sobre os estados Unidos através de uma rede de comunicação que tinha por objetivo contra-atacar a propaganda do Eixo, além de

[21] Mestrando em História, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: armandinho_recife@hotmail.com
[22] CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002, p. 17.
[23] MOURA, Gerson. **Tio Sam Chega ao Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 21.

difundir uma imagem positiva dos outros países latino-americanos nos Estados Unidos[24]. De acordo com o então diretor da divisão de rádio do *Office*, Dom Francisco, o rádio ajudaria no sentido de criar uma opinião publica dinâmica no hemisfério ocidental, apoiando efetivamente o esforço de guerra das Republicas americanas, pois para ele, a opinião publica informada rejeitaria a propaganda dos países do Eixo que atingia o continente[25]. A Divisão de Rádio do Office enviou as rádios brasileiras programas como *Espírito de Vitória* e *A Marcha do Tempo*. No primeiro, os ouvintes eram informados acerca do papel da resistência em países dominados pelos nazistas. Já no programa *A Marcha do Tempo*, os ouvintes eram informados sobre "as escolas para tripulantes de submarinos, a produção de alimentos em tempos de guerra, a situação dos católicos na Alemanha, a guerra no deserto, o trabalho das enfermeiras americanas e as vitórias americanas no pacífico".[26] Estes programas eram produzidos em português nos estúdios das cadeias de rádio norte-americanas para serem enviados às rádios brasileiras, inclusive a Rádio Clube de Pernambuco objeto de nosso estudo.

A PRA8 E SUA TRAGETÓRIA

A Rádio Clube de Pernambuco surge a partir da iniciativa de um grupo de curiosos e pesquisadores de radiotelegrafia criado em seis de abril de 1919, atividade utilizada e difundida na primeira guerra mundial e que é tida como a precursora do rádio como veiculo de comunicação. Este grupo era composto por diversos segmentos da aristocracia pernambucana, incluindo proprietários de usinas produtoras de açúcar, políticos, comerciantes e jornalistas. A curiosidade, o interesse e o fascínio pela radiotelegrafia eram elementos em comum entre os membros deste grupo. Mário Felix Barreto, o usineiro João Cardoso Ayres, Mario Pena, Edmundo Bentz, Jorge Bentz, Octavio Cirne, Alfredo Chagas, Joaquim Augusto Pereira e o jornalista Mário Melo foram os componentes desse grupo[27]. Mais tarde, outro membro importante viria se juntar ao grupo que se encontrava em certa inatividade: Oscar Moreira Pinto, um jovem telegrafista da Marinha Mercante brasileira que teria se iniciado na atividade de radiotelegrafia. Por motivos de saúde, (foi diagnosticado com tisica na época) Oscar não pode mais realizar as viagens e teve que deixar a Marinha, vindo a residir no Recife

[24] TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor:** a americanização do Brasil na época da segunda guerra. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 55.
[25] TOTA, op. cit. p. 55.
[26] Ibidem, p. 150.
[27] MARANHÃO FILHO, Luís. **Memorias do Radio.** Recife: Editora Universitária-UFPE, 2000, p. 20.

e juntando-se definitivamente ao grupo de radiófilos que pode ser considerado o embrião da emissora.

Vale salientar que no principio o grupo de radioamadores fundadores do Rádio Clube de Pernambuco tinha como objetivo difundir entre os seus associados à Telegrafia sem fio e outras aplicações das ondas hertzianas, como a telefonia sem fio e a radio-dinâmica[28], e não a radiodifusão propriamente dita. Ao contrario da proposta de Roquette Pinto, que concebia o rádio como um meio para estimular a educação e informação da população, a proposta dos radiófilos pernambucanos foi diferente, pois se detinha no estudo dos conhecimentos técnico-científicos em matéria de radiotelegrafia e radiofonia da época, por vezes sintonizando e ouvindo algumas emissoras estrangeiras como a rádio americana KDKA.

No início da década de 30 a Rádio Clube começa a operar em sua sede na Avenida Cruz Cabugá, saindo do pavilhão que situava-se onde fica atualmente o parque 13 de maio, no bairro da Boa Vista, passando agora a ter o prefixo PRAP. O antigo transmissor francês de marca *Levy* foi substituído por outro ainda mais potente, o *Telefunken,* de origem alemã e de 1 KW de potencia, montado e equipado pelo técnico alemão Otto Schiller. Isto permitiu que a emissora transmitisse em ondas curtas para os estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba e também para países europeus como a Alemanha,[29] recebendo varias correspondências confirmando a recepção do sinal da emissora, fato que foi muito comemorado entre os seus membros. Foi também realizado o primeiro concurso para locutor da emissora, tendo como vencedor o professor de latim Abílio de Castro. O número de anunciantes cresce, destacando-se as marcas de produtos conhecidos na capital pernambucana como as gasosas Fratelli Vita e as Casa Parlophon, e até pomadas para calos e purgantes. Em 1937, a PRA8[30] tornou-se uma sociedade anônima, dispondo de uma considerável infraestrutura para a época, possuindo em suas instalações um transmissor de marca *Cinephon* com cem quilowatts de potência, o que permitia a emissora transmitir em ondas curtas de forma mais nítida e aprimorada não só para os estados do Nordeste como também para outros países.

[28] Estatutos do Radio Club de Pernambuco. APUD CÂMARA, Renato Phaelante. **Fragmentos da História do Rádio Clube de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1998, p. 25.

[29] A chegada das irradiações para outros países era confirmada através de correspondências enviadas a Radio Clube, conforme relata Abílio de Castro em seu depoimento, tendo sido recebido correspondências da Alemanha quando a emissora passa a transmitir por ondas curtas.

[30] As emissoras de rádio possuíam prefixos que as identificavam entre as demais a nível estadual, nacional e também internacional. Estes prefixos foram criados pelo então Ministério da Viação no governo Vargas. Em meados da década de 30, o prefixo da Rádio Clube passa a ser o PRA 8. CÂMARA, op. cit., p. 49.

Nesse período a PRA8 Já possuía em seu acervo musical oito mil seiscentas e cinquenta partituras e uma discoteca com doze mil e duzentos discos e um auditório com quarenta poltronas que permitia ao publico acompanhar os concertos e apresentações musicais feitas no estúdio principal da emissora, além de um estúdio auxiliar para as locuções.[31] Além disso, a P.R.A.8 também possuía um serviço de gravação de discos e acetatos que fora inaugurado em seis de julho de 1936, tido como o primeiro sistema de gravações desse tipo no Nordeste[32], possibilitando a emissora fazer várias gravações e registros fonográficos da época. Além dos alto-falantes instalados em Recife, a Rádio Clube também possuía outros alto-falantes instalados em cidades do interior de Pernambuco como Vitória, Caruaru, Catende, Garanhuns e Timbaúba[33], o que possibilitou a irradiação para os principais municípios do interior pernambucano.

Após vencer vários obstáculos durante sua trajetória, a Radio Clube consolida-se nos anos trinta como uma das principais emissoras não só na região nordeste, mas também a nível nacional, adquirindo e possuindo uma boa infraestrutura e um *cast* considerável de artistas para a época. Contudo, após as dificuldades técnicas, institucionais e de infraestrutura que foram vencidas, a PRA8 e os seus integrantes teriam outro desafio ainda maior pela frente: lidar com o controle exercido pelo novo regime de governo instaurado em 10 de novembro de 1937, o Estado Novo, que iria interferir de forma significativa nos meios de comunicação da época, principalmente no rádio.

No caso especifico de Pernambuco, o então interventor Agamenon Magalhães articulou um esquema de propaganda e divulgação das obras e realizações do Estado Novo em sua Interventoria, utilizando-se da imprensa e do rádio como canais de propaganda, doutrinação e persuasão que contribuíram significativamente para a legitimação da ordem vigente. Assim, Agamenon tinha a sua disposição duas edições do jornal de sua propriedade, o periódico *Folha da Manhã,* que circulava em duas edições diárias. Em seu conteúdo, a Folha da Manhã pode ser tida como "um exemplo de apologia ao modelo político nazi-fascista, que exacerba em seus cânones de paradigma politico, os conceitos de ordem, autoridade, pátria e igreja"[34], elementos que foram muito difundidos e propagados nos editoriais escritos por Agamenon neste periódico. Além disso, a *Folha da Manhã* também

[31] MARANHÃO FILHO, Luiz. **Raízes do Rádio.** Olinda: Ed. do Organizador, 2012, p. 49.
[32] CÂMARA, op. cit., p. 61.
[33] Ofício enviado ao Delegado da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), Fábio Correia, em 6 de setembro de 1941. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), DOPS-PE, Rádio Clube de Pernambuco, Prontuário Funcional nº 1106.
[34] ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 32.

tinha a função de divulgar e propagar os feitos do regime estado-novista, tanto a nível nacional quanto local.

Mas além deste periódico, Agamenon também dispunha de dois programas diários na programação PRA8: *Conversa com o ouvinte*, no qual respondia as cartas enviadas pelos ouvintes da emissora e também dissertava sobre assuntos de seu interesse; o outro era *A nota do dia*, onde seus editorias e artigos que eram escritos e publicados na Folha da Manhã eram lidos na emissora pelo locutor Ziul Matos. Desse modo, a PRA8 recebeu a incumbência – ou a imposição – de irradiar os editoriais de Agamenon diariamente em sua programação.

Destarte, a Rádio Clube de Pernambuco não escaparia ao uso político dos meios de comunicação feito pelo regime estado-novista, pois apesar de o Estado Novo não ser definido como um regime fascista por alguns autores, há um aspecto a ser considerado no que diz respeito à semelhança entre esses regimes: a propaganda politica. Como observa Maria Helena Capelato[35], o controle sobre a imprensa, a supressão das publicações opositoras e o uso dos meios de comunicação no sentido moderno são elementos que apontam para uma semelhança entre os regimes. Mas com o advento da Segunda Guerra Mundial, ocorreram mudanças relevantes na programação e na orientação da emissora, principalmente após a entrada do Brasil no conflito.

CENSURA E MUDANÇAS NA PROGRAMAÇÃO DA PRA8

Com a entrada efetiva do Brasil na Segunda Guerra no bloco dos aliados, a programação da Rádio Clube sofre algumas alterações. Através da analise das fontes e da grade de programação, podemos constatar que houve modificações no tocante a orientação seguida pela emissora no desenrolar do conflito, eliminando-se da grade de programação os programas relacionados ao eixo. Mesmo antes de o Brasil aderir ao bloco dos aliados no conflito, já houve a retirada de alguns programas que tinham ligação com elementos do eixo na programação da PRA8, como o Jornal da *Transocean*[36], que era irradiado de segunda a

[35] CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: UNESP, 2009, p. 73.

[36] Na Enciclopédia alemã *Brockhaus*, de 1934, encontra-se um verbete acerca da *Transocean*, afirmando se tratar de uma Agência de noticias alemã fundada em 1914, dirigindo-se exclusivamente ao exterior, principalmente ao além mar. Os serviços desta companhia eram transmitidos por telegrafia sem fio, por ondas curtas de diferentes comprimentos a partir da estação de rádio de Nauen. A Transocean fornecia diariamente uma série de serviços em inglês, francês, espanhol e alemão, contando também com um serviço de artigos e fotos. Havia também um serviço especial para os navios alemães em alto mar. Der Grosse Brockhaus. 1934, v. 19, p. 29. APUD FRANZOLIN, João Artur Ciciliato. **Uma aposta arriscada**: o Jornal Meio dia e o nazismo (1939-1942). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 39.

sexta às 19 horas e 10 minutos[37] e que em maio de 1941 já não aparece mais na programação. Por se tratar de uma empresa que era tida como foco de espionagem alemã no Brasil e que distribuía gratuitamente propaganda nazista para todos os jornais que se interessassem[38], a Transocean foi fechada em 1942 pelo governo brasileiro. Neste mesmo ano, O Repórter Esso estreou na programação da PRA8 no dia 19 de julho de 1942, sendo irradiado de segunda a sábado às 9h30min, 12h 55 min, 19h55min e 22h55min, com irradiações também aos domingos às 12h55min e 22h.30min[39]. O *Repórter Esso* era patrocinado pela *Standard Oil of New Jersey*, produzido pela agência de noticias *United Press* e supervisionado pela *McCann-Erickson Corporation* (todas as empresas norte-americanas) que passou a ser tipificado depois como síntese noticiosa. Este noticioso também alterou substancialmente o modo como os ouvintes se informavam acerca da guerra mundial, passando a contar com um noticioso pontual, conciso, claro e objetivo em seu conteúdo, aparentando parcialidade. As noticias do *Repórter Esso* eram repletas de adjetivos, valorizando o feito das tropas aliadas (inclusive da Força Expedicionária Brasileira), a política de Boa Vizinhança e também preconizavam a união definitiva das Américas contra os agressores mundiais. Também foi conferido um certo tom de mistério ao poder de destruição provocado pelas bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki.[40]

A programação musical também foi sofreu alterações. Após o alinhamento do Brasil com os aliados, o controle e a censura do DIP sobre a Rádio Clube intensificam-se, principalmente em relação às músicas de compositores italianos e alemães que eram irradiadas. Em oficio enviado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda ao diretor do DEIP-PE em 18 de setembro de 1944, o então diretor da Divisão de Rádio do DIP, Enéas Machado de Assis, proíbe categoricamente "a irradiação de canções populares e militares em língua alemã ou italiana", assim como as "óperas de Wagner cantadas em alemão ou italiano"[41]. Por outro lado, se analisarmos a programação deste mesmo período, veremos que abriu-se mais espaço para as músicas de compositores americanos, como no programa *Melodias da Broadway*[42], que ia ao ar às nove e meia da manhã, irradiando as músicas executadas nos diversos musicais da Broadway.

---

[37] APEJE, Folha da Manhã (Edição Matutina) 17 de maio de 1941, p. 6.
[38] FRANZOLIN, op. cit. p. 39.
[39] APEJE, Folha da Manhã (Edição Matutina) 19 de julho de 1942, p. 6.
[40] KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso**: a síntese radiofônica mundial que fez história. Porto Alegre: EDIPUC, 2008. p. 142.
[41] Ofício enviado pelo DIP ao DEIP-PE em 18 de setembro de 1944. APEJE, Fundos Diversos, Interventoria, Fundo nº 5.
[42] APEJE, Folha da Manhã (Edição Matutina) 9 de maio de 1944, p. 6.

Contudo, para melhor compreendermos como a Segunda Guerra foi irradiada nas ondas da PRA8, faz-se necessário analisarmos pormenorizadamente as representações acerca do Eixo e os Aliados nos programas da emissora, assim como o processo de construção das mesmas.

REPRESENTAÇÕES DO EIXO E DOS ALIADOS NAS ONDAS DA PRA8

A guerra também foi assunto das crônicas irradiadas pela Rádio Clube no programa *Crônica da Noite*, que ia ao ar por volta das 19 horas da noite. Em meio a essas crônicas, destaca-se as do médico e escritor pernambucano Otávio de Freitas Júnior. A figura do "quinta coluna" é tema de uma destas crônicas:

> É comum se confundir quinta coluna com espionagem. Nada mais errado. São coisas perfeitamente distintas. O espião é o indivíduo que fornece informações valiosas ao inimigo, que rouba segredos de guerra. O quinta coluna é o sabotador da democracia. É o inimigo da libertação dos povos. O objetivo do espião é puramente militar. O do quinta coluna é espiritual e cultural; é muito mais vasto. A espionagem é um arma de guerra. A quinta coluna é uma atitude moral de degenerados[43].

Nesta crônica, Otávio de Freitas Júnior procura distinguir a figura do espião do quinta coluna, concebendo a atividade do primeiro como uma atividade profissional, como algo útil e positivo num contexto de guerra. Já a atividade do quinta coluna está associada a valores negativos como a traição, degeneração da cultura e do povo, uma vez que o autor concebe-o como um "sabotador da democracia", um "inimigo da libertação dos povos". Desde a década de 30 na Europa, as representações acerca do quinta coluna tiveram várias acepções. Na Inglaterra, a imagem do quinta coluna estava associada ao pacifismo que, de acordo com Hobsbawn, tornou-se uma corrente politica popular entre a população inglesa até a década de 40, sendo adotado pelo governo britânico em face do avanço da Alemanha nazista. Todavia, a esperança dos ingleses no pacifismo para combater o avanço alemão evitando-se outra guerra tornou-se ilusão, pois subestimaram o poder de Hitler e ao mesmo tempo as forças de resistência na Alemanha não tiveram êxito[44]. Assim, para os opositores do pacifismo na Inglaterra, era impossível lutar contra no nazi-fascismo sem armar-se. Para estes, a atitude pacifista perante o avanço de Hitler era uma atitude de traição à Grã Bretanha,

[43] Crônica da Noite. Quinta Coluna. APEJE, DOPS-PE, Rádio Clube de Pernambuco, Prontuário Funcional nº 1106.
[44] HOBSBAWN, Eric. **Era dos Estremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 153-155.

atividade do quinta coluna. Na Espanha, a denominação do quinta coluna foi dada para uma parcela da população que apoiava o General Franco na guerra civil contra os republicanos. Contudo, se analisarmos a representação do quinta coluna num sentido mais particular e historicamente determinado[45], veremos que no Brasil, a expressão "quinta coluna" foi utilizada tanto como arma de acusação contra aqueles que manifestavam indiferença ou divergência em relação à posição politica adotada pelo governo a partir do alinhamento com os EUA na Segunda Guerra como também para designar os brasileiros simpatizantes do nazi-fascismo, pois como afirma Cordeiro[46], a partir do avanço do nazi-fascismo em vários países, a expressão foi adotada para denominar os nacionais acusados de simpatizarem com essas idéias.

Democracia e liberdade também foram temas recorrentes na crônica irradiada no dia 21 de setembro de 1943 intitulada *sobre a liberdade*, onde Otávio de Freitas Júnior defende abertamente os valores incorporados pelos Aliados e critica de forma mordaz o intervencionismo, o militarismo e o autoritarismo defendidos pelos países do Eixo, associando os nazi-fascistas aos antigos déspotas:

> Por mais violentos que tenham sido os antigos déspotas, ou sejam os contemporâneos fascistas, por mais aperfeiçoada que se tenha tornado a máquina da tirania, mais bizantina se mostra o faro policial dos nazismos, nada foi conseguido contra a liberdade de pensar. Ela é violentada pela máquina de propaganda dos ditadores, mas é impotente para dominar um espírito lúcido [...] Cercear a expressão do pensamento humano é ir de encontro à natureza. É pecar contra a dignidade da espécie humana. [...] A liberdade possui limites normais, limites impostos naturalmente. É o direito que a regula. São as convenções estabelecidas através dos tempos. [...] A pessoa humana sem liberdade é incompleta. A liberdade é um direito de que somente os indignos prescindem. E que somente os aproveitadores negam, em proveito próprio.[47]

Já na crônica *Os Direitos do Homem*, que foi ao ar no dia 22 de setembro de 1943, os aliados são representados como os defensores e portadores da liberdade diante da ameaça dos nazi-fascistas, que são tidos como criminosos que atentam contra os "direitos do homem" (conforme a Declaração do Atlântico: direito de pensar, liberdade religiosa e expressão), como elementos que representam retrocesso na marcha do desenvolvimento humano:

> Lesar os direitos do homem é função dos tiranos, assim como lesar os direitos de cada um em particular é função dos criminosos. Pois os tiranos são anomalias na marcha do progresso humano, e repelem o desenvolvimento normal da marcha

[45] CHARTIER, op. cit. p. 20.
[46] CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. **Ascensão das Idéias Nazistas**: a Quinta Coluna em Ação (1937-1945) Recife: UFPE, 2005, p. 13. Dissertação de Mestrado.
[47] Crônica da Noite. Sobre a Liberdade. APEJE, DOPS-PE, Rádio Clube de Pernambuco, Prontuário Funcional nº 1106.

> civilizatória da espécie. [...] Cento e cinquenta anos depois da queda da Bastilha um retorno à tirania e ao despotismo ameaçou a humanidade. Nesta hora homens como Churchill e Franklin Delano Roosevelt, à frente de milhões de indivíduos decididos à luta, levantaram o estandarte dos direitos do homem e enfrentaram as forças aperfeiçoadas dos neo-bárbaros. Como um só homem os povos conscientes e amantes do Direito se levantaram, seguindo os paladinos da liberdade[48].

Se fizermos uma leitura acurada dessas crônicas, relacionando-as ao contexto local e ao cenário politico da época, veremos que não se trata somente de uma critica aos valores do Eixo e uma simples exaltação dos valores defendidos pelos Aliados no contexto do conflito mundial, mas também de uma critica indireta ao regime do Estado Novo e a Interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco, uma vez que o médico e escritor Otávio de Freitas Júnior, juntamente com Gilberto Freire, eram opositores do regime implantado por Vargas e encabeçado por Agamenon Magalhães em Pernambuco. Estas crônicas podem ser lidas como uma critica a ordem vigente, (tanto a nível nacional como a nível local) representando uma afronta ao regime centralizador e intervencionista instalado por Getúlio Vargas. Mais que isso, a leitura destas crônicas também indica que, mesmo que a emissora estivesse sob a influencia de Agamenon e servindo como meio de doutrinação e reprodução de verdades do regime, houve também arestas em sua programação que permitiram com que houvesse a circulação de idéias subversivas e de elementos de contestação à ordem vigente instaurada pelo regime do Estado Novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o abandono da posição de neutralidade e o subsequente posicionamento do Brasil junto aos aliados na Segunda Guerra Mundial, a Rádio Clube de Pernambuco passa por mudanças significativas em sua programação, tornando-se alvo do americanismo difundido pela politica cultural norte-americana durante a Segunda Guerra, que visava conquistar os corações e mentes dos brasileiros através da americanização pelas ondas do rádio. A PRA8 tornou-se também um campo de luta de representações entre o Eixo e os Aliados. Se antes de 1942 os valores do Eixo eram exaltados como modelo de nação e de governo, com a inserção do Brasil no bloco dos aliados houve mudanças nas representações destes elementos, onde os valores do Eixo passam a ter uma conotação negativa, enquanto os aliados e seus respectivos valores – democracia, liberdade – ganham conotação positiva. Desse modo, a Rádio Clube

[48] Crônica da Noite. Os Direitos do Homem. APEJE, DOPS-PE, Rádio Clube de Pernambuco, Prontuário Funcional nº 1106.

passa a estar em consonância com a orientação do regime do Estado Novo, servindo como instrumento de doutrinação e propagação das ideias do regime de Vargas e também dos aliados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

CÂMARA, Renato Phaelante. **Fragmentos da História do Rádio Clube de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda politica no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002.

CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. **Ascensão das Idéias Nazistas**: a Quinta Coluna em Ação (1937-1945) Recife: UFPE, 2005. Dissertação de Mestrado

FRANZOLIN, João Artur Ciciliato. **Uma aposta arriscada**: o Jornal Meio dia e o nazismo (1939-1942). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Estremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso**: a síntese radiofônica mundial que fez história. Porto Alegre: EDIPUC, 2008.

MARANHÃO FILHO, Luiz. **Memória do Rádio**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2000.

_____. **Raízes do Rádio**. Olinda: Ed. do organizador, 2012.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo Sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA ELITE SERGIPANA (1855-1889)

Bruna Morrana dos Santos
(Especialista em História do Brasil/Faculdade Pio Décimo)

INTRODUÇÃO

Nos anos 1960, em meio à difusão das abordagens estruturalistas, os historiadores buscaram dar respostas frente aos desafios levantados quanto às certezas metodológicas e teóricas da história, através da emergência de novos objetos que contemplam as crenças, as atitudes perante a vida e a morte, os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais e as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, entre outros.

Constituía-se assim, uma diversificação do fazer historiográfico, porque o historiador passou a modificar o seu território através da anexação do "território dos outros". Nesse contexto, na década de 1970, a história da família, em particular a ocidental, começa a ganhar uma nova dimensão na historiografia a partir da publicação de inúmeros trabalhos relacionados à demografia histórica. Para Sheila de Castro Faria (2011):

> A família, no período escravista brasileiro, exerceu importância fundamental na montagem e no funcionamento das atividades econômicas, e nas relações sociais e políticas. Foi da ou para a família, não necessariamente consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originavam ou convergiam. A família conferia aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no *status* e na classificação social. [49]

A primeira metade do século XIX foi marcada por profundas transformações nas estruturas econômicas, sociais e políticas do Brasil monárquico. Acontecimentos como a declaração da independência em 1822, a abdicação do trono de D. Pedro I em abril de 1831, as revoltas regenciais como a Farroupilha, a Cabanagem, a Sabinada e a Balaiada, antecederam o início do Segundo Reinado. Nesse cenário, em 25 de julho de 1840, o jovem Pedro de Alcântara tornou-se o novo imperador com apenas 14 anos de idade, através do

[49] FARIA, 1997, pág. 199.

conhecido golpe da maioridade. Além disso, merecem destaque, o declínio da mineração, a abolição do tráfico negreiro internacional pela Lei Eusébio de Queiróz, promulgada em 1850, e também do mesmo ano, a Lei de Terras nº 601, que visava acabar com a especulação agrária, porém, estava ligada à satisfação dos interesses da elite.

A província de Sergipe também passou por algumas mudanças que não mexeram somente com a vida política e administrativa, como a emancipação política de 1820[50] e as disputas político-partidárias pelo poder entre conservadores e liberais (rapinas e camondongos), mas também com a vida social e econômica que se modificava à medida que a vida urbana se desenvolvia, principalmente em centros como Laranjeiras, a vila mais rica da província, Estância, a mais populosa e Maruim, a vila melhor localizada geograficamente. Outras localidades também se destacaram no período como a Vila de Santo Amaro das Brotas, que entre 1836 e 1837 passou por um processo revolucionário e a Vila de Lagarto, que prosperava com a criação de gado e o plantio de fumo. No ano de 1854, a menor província do Império do Brasil possuía 132.640 habitantes, sendo que 100.192 eram pessoas livres e 32.448 escravos.

A epidemia de *Cólera-Morbus* vinda da Bahia alastrou-se rapidamente pelas cidades, vilas e povoados da província, e entre setembro de 1855 e janeiro de 1856, vitimou 142 pessoas em Aracaju, a elevação dos preços da mão-de-obra escrava, as secas de 1857 a 1859 e a diminuição das importações, foram fatores que transformaram a década de 1850 num período conturbado para a economia local. Mesmo diante das vicissitudes que atingiam o cenário nacional, como o "clímax cafeeiro" caracterizado pela expansão contínua das plantações de café na Baixada Fluminense, no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista, a província sergipana continuava com uma estrutura social sustentada na monocultura, onde a riqueza estava concentrada nas mãos de quem possuía terras e escravos.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem como fundamento epistemológico a metodologia do paradigma indiciário proposta por Ginzburg (1986), um dos grandes nomes da micro-história italiana que emergiu na década de 1970, época em que, do ponto de vista metodológico, a história social esteve marcada pela sofisticação de métodos quantitativos para análise de

[50] A autonomia da Capitania de Sergipe Del Rey foi concedida através de decreto régio assinado pelo Rei D. João VI em 08 de julho de 1820.

fontes históricas. O ponto essencial do paradigma indiciário, venatório, ou semiótico surgido em meados no século XIX, é compreender que, por mais difícil e opaca que a realidade seja, algumas zonas privilegiadas como sinais e indícios nos permitem desvendá-la.

A MUDANÇA DA CAPITAL

"Entendo que a Séde da Capital da Província não deve continuar a ser na Cidade de Sam Christovão, e para este fim proponho-vos o Povoado do Aracajú, onde nos achamos, pelas rasões que passo a expôr-vos."[51]. Estas palavras foram proferidas na Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente, o Bacharel Inácio Joaquim Barboza que, juntamente com o deputado João Gomes de Melo[52], protelou em 1855 a mudança da capital de São Cristóvão para o Arraial do Aracaju, uma região cercada por pântanos, dunas, riachos e rios. Tal medida de criar uma cidade foi tomada por homens influentes da política sergipana e segundo a definição do sociólogo americano Wright Mills (1981), "a elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. "[53]

Devemos considerar que, essa mudança "não deve ser vista como um ato precipitado, mas planejado objetivamente, visando às necessidades do comércio, lavoura e navegação."[54], pois a velha capital da província não possuía um porto que fosse capaz de escoar a produção de açúcar. Desde a década de 1830, período que marca a expansão dos canaviais, já se cogitava uma possível transferência da capital que só foi oficialmente efetivada pela Resolução nº 413, sancionada no dia 17 de março de 1855. No mesmo documento, o Povoado Santo Antônio do Aracaju foi elevado à categoria de cidade, passando a se chamar cidade do Aracaju.

[51] Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura de sua sessão ordinária no dia 1º de março de 1855 pelo exm. Snr. Presidente da Província Dr. Ignacio Joaquim Barboza. Sergipe, Tipografia Provincial, 1855.
[52] João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, dedicou-se à agricultura onde adquiriu notável fortuna e próspera carreira política. Chegou a ser chefe do partido conservador, e em 1848 foi nobilitado pelo governo imperial com o título de Barão. Além disso, foi comandante superior da Guarda Nacional, deputado geral e vice-presidente da Província desde 27 de setembro de 1855 até 27 de fevereiro do ano seguinte.
[53] MILLS, 1981, pág. 12.
[54] NUNES, 2006, pág. 141.

Francisco Porto afirma que a evolução de Aracaju pode ser definida em quatro fases. O primeiro momento teve como marco inicial a fundação da cidade e durou dez anos. "É o que poderíamos considerar o período da conquista, caracterizado pelos movimentos iniciais de expansão favorecidos e estimulados, como não podia deixar de ser, pela ação do governo provincial".[55]

Dessa maneira, partindo do pressuposto de que a região da Bacia do Cotinguiba era a mais rica da província de Sergipe Del Rey por causa da produção de açúcar, logo, infere-se que a ocupação do espaço urbano aracajuano pelas camadas de mais alta renda foi motivada por fatores políticos, como a presença de todos os órgãos da máquina administrativa e econômicos, representados por um novo porto, pela mudança da alfândega e da Mesa de Rendas da Cotinguiba que era responsável pela arrecadação da receita provincial. Ainda nessa fase inicial, foi feita a contratação de engenheiros que coordenariam na nova capital a construção de prédios públicos como a Cadeia e o Palácio do Governo, além de outras obras que promoveram melhoramentos de canais, estradas e pontes.

A DINÂMICA SOCIAL DA ELITE SERGIPANA

Apenas alguns trabalhos de fôlego se propuseram reconstruir a história social e econômica da Província de Sergipe durante o Segundo Império. A lacuna ainda é maior quando se trata da trajetória da elite social oitocentista, principalmente a partir da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju, efetivada em 1855. Durante algum tempo, esse assunto foi pouco evidenciado pela historiografia sergipana.

Entretanto, há um trabalho recente que traz maiores subsídios sobre a história das camadas mais abastadas em Sergipe, mas o seu enfoque recai sobre o período colonial. *Elite setecentista instruída em Sergipe Del Rey (1725/1800)* consiste em uma tese de doutorado em Educação defendida na Universidade Federal de Sergipe em 2013 por Eugênia Andrade Vieira da Silva. Nele a autora buscou mediante o estudo das assinaturas e das capacidades alfabéticas (ler e escrever) presentes nos inventários e testamentos, perceber o nível de letramento da elite do século XVIII. Ademais, a pesquisa também serve de referência para perceber as relações de parentesco, amizade e/ou compadrio dentro do referido grupo social.

[55] PORTO, 1945, pág.14.

De maneira geral, a denominação elite "refere-se àqueles indivíduos pertencentes aos grupos melhores situados na estrutura social como um todo."[56]. Desde a chegada da corte portuguesa em 1808 até a época da independência, em 1822, a estrutura econômica da sociedade brasileira era composta pelos senhores brancos, que compunham a classe dirigente, e pelos escravos. Entre esses dois extremos, é importante assinalar a existência dos pequenos burgueses, lavradores e em maior número, dos homens livres pobres. Contudo, "a grande massa do povo se encontrava, pois na dependência de um pequeno grupo de senhores, que, durante a época imperial viriam tornar-se a elite e aristocracia."[57]. A respeito da formação da elite sergipana, Maria Thetis Nunes (2006), explica que:

> O elemento racial branco, predominante na formação étnica sergipana, o português colonizador e seus descendentes constituíram a elite social da colônia, e depois, da província detentora do poder econômico e político, este manobrado através das Câmaras Municipais e, após o Ato Adicional de 1834 das Assembleias Provinciais. Eles eram os representantes da Província no Parlamento do Império, detinham os postos de comando da Guarda Nacional criada em 1832, manipulavam os órgãos judiciários segundo os seus interesses.[58]

Desse modo, podemos inferir que os donos de engenhos de cana-de-açúcar em sua maioria fidalgos lusitanos, que a partir dos séculos XVI e XVII receberam terras (sesmarias) e desenvolveram a agricultura comercial de exportação, também eram os donos do poder. Consequentemente, as principais famílias da província foram constituídas a partir desses portugueses que vieram para a Bahia e Pernambuco, mas que acabaram ficando em Sergipe.

Já no século XIX, mais especificamente a partir da década de 1840, o perfil desse grupo social passou por uma diversificação, pois além da existência dos capitães, coronéis, tenentes, integraram-se à ele bacharéis e médicos, que formavam a elite letrada. Estes profissionais oriundos dos engenhos começaram a galgar espaços na representação política dentro da Assembleia Provincial. Não obstante, os engenhos e outras atividades econômicas continuaram a existir na nova capital sergipana: "Á cultura de canna se dedica a maior parte

[56] MONTEIRO, 2009, pág. 25.
[57] FAUSTO, 1997, pág. 221.
[58] NUNES, 2006, pág.48.

de seus habitantes; não é menos importante o fabrico de sal, de cujo trabalho resulta um capital de 60 a 80:000$000 réis, termo medio."[59]

De acordo com o estatuto de 1832, o círculo judiciário de primeira instância era dividido em: distrito, termo e a comarca. Segundo o relatório provincial de 1854, Sergipe estava dividido em 4 comarcas, 15 termos, sendo 10 de juízes municipais letrados, 19 municípios e 31 distritos de polícia. A priori, a recém-criada Aracaju, fazia parte da Comarca de São Cristóvão que estava sob a jurisdição do Dr. Antonio Joaquim Silva Gomes. Só no ano de 1857 a Comarca de Aracaju foi instituída. No entanto, durante os primeiros anos da nova capital, algumas dificuldades foram encontradas como registrou o relatório de 1856: "A administração da justiça na Capital encontra alguns embaraços pela falta de seu juiz municipal letrado. – A deficiencia de casas no Aracajú, que apenas começa a dar seus primeiros passos, obriga o Dr. Juiz municipal a residir ainda na Cidade de S. Christóvão [...]."[60]

Os inventários *post-mortem* descrevem os bens antes da realização da partilha entre os herdeiros e contém informações que nos permitem avaliar principalmente o montante das fortunas. Podendo ser encontrados em cartórios ou arquivos do Poder Judiciário, os testamentos são documentos de teor jurídico-civil que representam "uma disposição, uma declaração solene, da vontade do testador, sobre aquilo que deseja que se faça depois da sua morte. Essa disposição naturalmente se refere aos seus bens, à sua fortuna."[61] Vale enfatizar que, durante o período estudado, as normas jurídicas em vigor seguiam às Ordenações Filipinas, publicadas em Portugal durante o governo do Rei D. Felipe II.

A maioria dos testamentos foram encontrados como parte integrante dos inventários, o que contribui para completar as informações referentes ao mesmo indivíduo. De acordo com Maria Helena Ochi Flexor (2005), nem sempre o indivíduo inventariado deixava testamento, pois este era facultativo. Contudo, é interessante salientar que nos inventários, foram encontrados os Traslados dos testamentos[62], que além de serem uma parte integrante da tramitação do processo, traziam o seu cumprimento e contas.

O patriarcalismo predominou no Nordeste brasileiro durante todo o período colonial e imperial. Objetivando aumentar o patrimônio, manter a mesma condição social e estabelecer

[59] Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, 1856, pág. 31.
[60] Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, 1856, pág. 05.
[61] DAUMARD, 1984, pág. 112.
[62] A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que regulamenta a instituição do atual Código de Processo Civil Brasileiro, determina no seu Art. 1.128 que "Quando o testamento for público, qualquer interessado, exibindo-lhe o traslado ou certidão, poderá requerer ao juiz que ordene o seu cumprimento."

alianças políticas, as famílias da elite branca e proprietária estreitavam os laços de solidariedade através dos batismos e dos casamentos, ambos sancionados pela Igreja Católica. Durante o período estudado, a Igreja sergipana ainda estava subordinada à Arquidiocese da Bahia e só em 1912 foi criada a Diocese de Aracaju. Além da função religiosa, o batismo, prática comum desde o período colonial, também promovia o reconhecimento das redes de relações existentes na sociedade. No testamento de 1855 do Capitão José Teixeira da Cunha, verificamos como era descrito o compromisso estabelecido na pia batismal:

> Certifico que, revendo um dos livros findos de Baptizados desta Freguezia, n'elle a f-19 achei o assunto mencionado na petição supra pelo theor seguinte = Aos vinte seis dias do mez de Maio do anno de mil e oitocentos e quarenta nesta Matriz do Santissimo Coração de Jesus Baptizou solemnemente o Reverendo Jozé Evangelista de Campos a Anna com edade de dous mezes, filha legitima de João Borges Damasceno, e de Maria Ritta, pardos. Forão padrinhos José Teixeira da Cunha e D. Anna Delmira.[63]

Os testamenteiros eram as pessoas nomeadas pelo testador ou pelo juiz para fazer cumprir o desejo descrito no testamento. Dessa maneira, os laços de compadrio também influenciavam nas escolhas, como foi encontrado no Traslado do Registro do Testamento do Cônego Agostinho Rodrigues Braga, procedente de Aracaju e datado do ano de 1873:

> Declaro que eu reitero por meos testamenteiros, em primeiro lugar o Conego Elisiario Munis Telles e em segundo a meo compadre Felipe José do Bomfim e em terceiro a meo compadre Francisco Xavier Barros Coelho, para que em serviço de DEOS, benefício a minha alma queirão acceitar os encargos do presente testamento.[64]

Os padrinhos no leito de morte, deixavam para os afilhados quantias em dinheiro, como afirma Francisco José de Souza em seu testamento: "Declaro que deixo de esmola a minha afilhada Eugenia filha de minha Comadre Joanna, a quantia de cento e cincoenta mil reis."[65] Além disso, no caso de falecimento dos pais legítimos, os padrinhos assumiam a responsabilidade financeira perante a herança dos órfãos, como exprime em seu testamento o tenente João Luiz da Silva: "Declaro que deixo a quantia de seis mil reis a meo filho Vicente

[63] Referência Arquivística: AGJ-AJU/C 2º OF. Inventário – Cx.13/2320, nº 222, pág. 232.
[64] Referência Arquivística: AGJ-AJU/C 1º OF. Inventário – Cx.01/2083, nº 310, pág. 05.
[65] Referência Arquivística: AGJ-AJU/C 2º OF. Inventário – Cx.14/2321, nº 191, pág. 32.

que seos Padrinhos lhe darão claro que depois de cumpridas as minhas disposições...”[66]. No mesmo documento, o referido tenente ainda designa os padrinhos de sua filha Adelaide para a entrega de uma moleca de nome Maria. Presume-se que esta última seria uma escrava adolescente.

O relatório presidencial de 1853 mostra que na província de Sergipe foram realizados naquele ano 1.104 casamentos, sendo que a grande maioria dos matrimônios se dava entre a população livre (aproximadamente 87,4 %) e em poucos casos ocorriam uniões entre pessoas livres e escravas. Dessa maneira, a respeito dos matrimônios realizados entre membros da mesma classe social, Orlando Vieira Dantas (1980) afirma que “preservaram a existência do senhor bem posto no seu vestuário, no seu poder econômico e político, dos filhos legítimos, com educação e cultura dos meios civilizados.”[67]. Por esta razão, os chefes das famílias tradicionais aproveitavam a autoridade que exerciam sobre os filhos para promover a realização de casamentos por interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS:

AGJ-AJU/C 1º OF. Inventário – Cx.01/2083

AGJ-AJU/C 2º OF. Inventário – Cx.13/2320

AGJ-AJU/C 2º OF. Inventário – Cx.14/2321

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, Tipografia Provincial, 1855. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em 05/11/2015.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, Tipografia Provincial, 1856. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em 05/11/2015.

BIBLIOGRAFIA:

DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

[66] Op. cit., pág. 72.
[67] DANTAS, 1980, pág. 25.

DAUMARD, Adeline. **História Social do Brasil: teoria e metodologia**. Curitiba: UFP, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. **História da família e da demografia histórica**. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 188-201.

FLEXOR, Maria Helena Ochi**. Inventários e testamentos como fonte de pesquisa**. 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maria_Helena_Flexor2_artigo.pdf>. Acesso em 23/09/2015.

MILLS, Wright C. **A Elite do poder**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II: (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju 1855-1865**. Aracaju: Coleção Estudos Sergipanos, 1945, vol. II.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da (Coord.). **Catálogo da Comarca de Aracaju**. Aracaju: TJ: Arquivo Judiciário, 2007. v.1

“NOVELA DAS OITO”: PROSA EM DIALOGO COM A POESIA NO POEMA-NOVELA DE GILBERTO MENDONÇA TELES

Carmélia Daniel dos Santos – Mestranda- Capes- Universidade Estadual de Montes Claros.

NOVELA DAS OITO
(Ou As Aventuras de um Moço Loiro)[68]

Cap. I

em paquetá
a moreninha encontrou o moço loiro
numa boa vidinha
puxando fumo
e olhando
abertamente
a majestosa perna do saci

Cap. II

enquanto isso na aldeota
iracema curtia a sua gravidez
e no sul martim saía com o moço loiro
a visitar as primas cecília e isabel
moradoiras de uma casa-de-pensão
na rua do catete

Cap. III

no terraço de santa tereza
lúcia continua lendo a dama das camélias
diva espera a reação masoquista de amaral
e aurélia brinca com os dotes do moço loiro

Cap. IV

d. plácida recebeu seu fundo de garantia

[68]TELES. 1995, 114-116.

e inaugurou um novo motel na barra
brás cubas de braços dados com virgília
rasgou nos dentes a fita simbólica
enquanto o moço loiro entregava à proprietária
o título de benemérita da zona sul

Cap. V

sofia e capitu resolveram aceitar
a sociedade do moço loiro
e abriram uma butique em ipanema
onde vende de tudo
inclusive alguns romances da garnier

Cap. VI

por um tico a borboleta da inocência
não (des)posou n(o) girino do moço loiro
colecionador de aventuras na retirada da laguna

Cap. VII

a escrava loira
não conseguiu fugir do moço isaura
que a obrigou a casar com o saci
que andava pelos canaviais de campos
em busca do tempo perdido
mas as coisas se complicaram
porque álvaro resolveu tudo

Cap. VIII

grávida e realista
lenita resolve se casar com o moço loiro
e deixa o pobre Manuel barbosa
inteiramente entregue às drogas e baratas

Cap. IX

ema rita baiana luzia-homem e maria
além de outras heroínas e do moço loiro
estão angariando fundos para uma ação de despejo
contra os críticos e professores
que teimam em cortá-las epistemologicamente
através de esquemas e gráficos

pedem sejam consideradas de carne e osso
como toda gente

Cap. X

depois de mais algumas peripécias
a moreninha se casa com augusto brederodes
nome de guerra de j. pinto fernandes
e que realmente nada tinha a ver
com o herói desta história
(TELES, 1995. p. 114-116).

"Novela das oito" é um poema escrito na tradição do Modernismo de Oswald de Andrade moderno, cujos capítulos não possuem nenhuma pontuação. O poeta-autor ao escrever cada capítulo sem pontuá-los, permite que o leitor interprete à sua maneira e coloque a entonação que julgar necessária. Exploramos, no poema, o diálogo que o poeta faz com a tradição literária da prosa brasileira.

Gilberto Mendonça Teles é um dos mais destacados intelectuais brasileiros, conseguiu projeção nacional e internacional como professor, crítico literário e poeta. Assim, podemos situá-lo na importante linhagem poética que se transformou num dos ramos importantes da história da poesia e da crítica modernas: a dos poetas que, sob o signo da "paixão crítica", não apenas converteram poesia em espaço de debate sobre o ato de criação, mas também se dedicaram ao exercício da reflexão crítica sobre autores e obras e estudos sobre poesia.

É poeta e crítico, com mais de quarenta livros publicados nessas duas áreas, tendo recebido os maiores elogios da critica especializada. Seus poemas se encontram reunidos em *Hora Aberta* (Editora Vozes, 2003). Entre seus livros de ensaios e críticas se destacam *Drummond: A estilística da Repetição, Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro, A retórica do silêncio, Camões e a poesia brasileira, A escrituração da escrita* e *Contramargem, I e II*: o primeiro lhe deu, por votação nacional, o prêmio "Juca Pato" e o título de "intelectual do ano 2002". Tem, entre outros, o Premio "Machado de Assis" (Conjunto de obras) da Academia Brasileira de Letras.

Além disso, existem antologias de seus poemas em Portugal, Espanha, França (duas), Itália, Bulgária, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Romênia e Japão. Os livros de *Poesia & Crítica*, 1988 (Org. de Dulce Mindlin) e A *Plumagem dos nomes: Gilberto 50 anos de Literatura*, 2007 (Org. de Eliane Vasconcelos) reúnem a fortuna crítica sobre sua produção intelectual, além das dissertações de mestrado e teses de doutorado e pós-doutorado que vem sendo defendidas sobre sua poesia.

Dentre a vasta e multiforme obra poética de Gilberto Mendonça Teles, tomaremos como objeto de estudo *& Cone de Sombras,* publicada em 1986. A referida obra caracteriza-se pela busca do sentido, sem menosprezar, contudo, a obstinação com o nome e a sintaxe. É a fase de uma poesia mais denotativa, coisificada, preocupada com a linguagem menos metafórica e mais transparente, onde o humor e a ironia irrompem na representação da realidade, como destacou Petar Petrov (2007).

& Cone de sombras, é divida em três partes: "Exercício para a mão esquerda", "A Casa" e "Intertexto". E, é dentro deste último, "Intertexto", que se encontra o nosso objeto de estudo, o poema "Novela das oito (ou as aventuras de um moço loiro)". No conjunto de poemas de "Intertexto", percebe-se uma forte marca da poesia gilbertina: o jogo com as palavras, do mostrar e esconder, que segundo Maria de Oliveira[69]:

> [...]consiste em pistas para o encontro do objeto estético escondido, onde as iscas de sedução, dispostas no labirinto, são vestígios de textos de escritores

[69] OLIVEIRA. 2007, 473.

> que antecederam essa escritura, disfarçados no quebra-cabeca intertextual. Seguir-se-á, pois o jogo de esconde-esconde, perseguindo-se a imagem poética dissimulada nas artimanhas do texto, buscando-se desvelar o não dito na tessitura urdida pelo Poeta no exercício de seu fazer. (OLIVEIRA, 2007, p.473).

Sedução, jogo, discrição, artimanhas, imagens são alguns dos indícios que o poeta usa para que o leitor descubra o não dito por trás de seu texto.

Sobre esse jogo de brincar com palavras, na entrevista concedida a Cláudia Nina,[70], ainda respondendo à pergunta sobre os autores que lhe ajudaram na sua formação, Gilberto completa:

> E o que mais aprendi foi que, brincando e jogando com as palavras, o homem aprende a jogar com o mundo. E é sem dúvida desse jogo que provém uma grande parcela da poesia. Através do jogo com a linguagem pode-se descobrir o outro lado do espelho das coisas.
>
> (NINA, [2003], 2007, p. 678).

O poeta utiliza-se do brincar e jogar com as palavras para tecer sua própria linguagem, criando, assim, o dom de encantar os leitores com a sua poesia. Em "Novela das oito", o poeta nos apresenta os "personagens dos mais importantes romances brasileiros do século XIX e do início do XX. E no último capítulo, a referência é ao poema "Quadrilha", de Drummond." (TELES. 2003. p. 257). No poema, "Novela das oito", o autor modifica as personagens de forma criativa e divertida, e nos leva a relembrar de clássicos como *A Moreninha* e *O Moço Loiro*, de Joaquim Manuel de Macedo; *Iracema*, *Casa de Pensão*, *Lucíola*, *O Guarani* e *Aurélia*, de José de Alencar; *A Dama das Camélias*, de Alexandre Dumas Filho; *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro,* de Machado de Assis; *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães; *A carne*, de Julio Ribeiro; *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo; a lenda brasileira do "Saci-Pererê", sem nos esquecer de "J.Pinto Fernandes" do poema "Quadrilha", de Carlos Drummond de Andrade. Com isso, o texto cria o efeito de sentido do mistério, do suspense, do desejo de esclarecimento desperta-se no leito e curiosidade de descobrir através dos nomes dos personagens, as obras as quais eles pertencem e se/ou em quê, eles diferem da obra original.

[70]NINA. 2007, 678.

Ao escrever o poema que retoma a prosa, o poeta deixa transparecer sua admiração pelas obras literárias românticas, e com elas enriquece sua poética. Essa duplicidade, de um texto se sobrepor a outro, Genette[71], em *Palimpsestos, a literatura de segunda mão*, pontua que :

> a arte de 'fazer o novo com o velho', tem a vantagem de produzir objetos mais complexos e mais saborosos do que os já 'fabricados': uma função nova se superpõe e se mistura com uma estrutura antiga, e a dissonância entre esses dois elementos co-presentes dá sabor ao conjunto. (GENETTE, 2006, p.45).

No poema de Gilberto, esse novo/moderno se mistura com o antigo, dando um novo sentido a cada capítulo escrito. A beleza do poema consiste, então, na relação que ele tem com a prosa, mas sem deixar de ser único, original.

No primeiro capítulo do poema, o poeta nos mostra que a primeira cena da novela se passa na ilha de Paquetá, a "Ilha dos Amores", no Rio de Janeiro, mesmo cenário no qual passa o romance *A moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo.

Apresentando o encontro entre as personagens principais, os "filhos" do romancista Joaquim Manoel de Macedo: "A Moreninha e o Moço Loiro". Um personagem importante também é o Saci-Pererê, que sai da lenda brasileira para participar de algumas cenas da "Novela das Oito". Neste primeiro capítulo, "numa boa vidinha", o Moço Loiro "puxa fumo" enquanto observa "a majestosa perna do saci". Percebemos ai a troca de papeis, pois é o Saci-Pererê que vive com seu cachimbo "puxando fumo".

Assim, no decorrer de cada capítulo, o poeta-autor, apresenta as personagens escolhidas para participar de seu poema-novela, inclusive J. Pinto Fernandes, que do poema "Quadrilha", de Drummond, vem fazer uma participação especial, casando-se com "a Moreninha".

Com a retomada dos nomes das personagens principais para compor cada capítulo, o poeta incita no leitor a curiosidade de descobrir pelas pistas que ele deixa, ao longo de cada capítulo, as obras das quais cada uma faz parte. Seguindo essas pistas, o leitor vai ao encontro com sua poesia e conhece algumas personagens de romances brasileiros pela visão do poeta.

[71] GENETTE, 2006, p.45.

Através da análise do poema, os cenários e as personagens apresentadas rasuram os textos prosaicos originais. Eles saem da prosa e passam a para a poesia, todos unidos por um só poema.

Gerard Genette[72] observa: "Um palimpsesto é um pergaminho cuja primeira inscrição foi raspada para se traçar outra, que não a esconde de fato, de modo que se pode lê-la por transparência, o antigo sob o novo", e que "um texto pode sempre ler outro" (GENETTE. 2006. p. 6).

Assim, podemos relacionar o poema "Novela das Oito", a um palimpsesto, hipertexto, pois o poeta lança mão de vários outros textos na sua composição, o poema é derivado de textos anteriores. E "é próprio da obra literária que, em algum grau e segundo as leituras, evoque alguma outra e, nesse sentido, todas as obras são hipertextuais" (GENETTE. 2006, p.18).

Essa duplicidade que há no poema de Gilberto Mendonça Teles constitui-se um verdadeiro jogo do poeta. Um jogo de mostrar e esconder. Mostra os personagens, mas não as obras das quais eles fazem parte. Esse jogo é também uma espécie de desafio do poeta ao leitor**,** para que este descubra e conheça, por meio de sua poesia, a prosa.

Percebe-se, também, que nos capítulos de "Novela dos oito", o poeta usou de recursos como a intertextualidade e a paródia, ou seja, em sua construção, o poeta fez "um trabalho de ajuntar pedaços de diferentes partes de obra de um ou de vários artistas", (SANT`ANNA. 2007. p. 13), para assim compor seu poema. O poeta se apropriou de vários outros textos na composição poética, mas, no entanto, não se trata de uma cópia, pois o poema possui voz e forma própria. O que há é uma relação hipertextualidade. Uma relação na qual, segundo Gerard Genette, "que une um texto B (hipotexto), a um texto anterior A (hipertexto) do qual ele brota, de uma forma que não é a do comentário" (GENETTE. 2006. p. 12). Assim, o poema "Novela das Oito", é um hipertexto, pois não só se apropria do hipotexto, como também o modifica, o altera de alguma forma, sempre conferindo ao antigo um novo aspecto.

De acordo com T. S. Eliot: "a originalidade poética é, em grande parte, uma maneira original de reunir os materiais mais disparados e mais dissimilares para deles fazer uma totalidade nova" (TELES, 2002, p. 468). E é essa originalidade que Gilberto utiliza para

[72] GENETTE. 2006. p. 6.

compor sua obra. Ele retoma a tradição da prosa brasileira, trabalha sobre ela e a ela dá um novo molde, seu, personalíssimo.

Nesse diálogo que o poeta estabelece com as personagens da prosa, ele deixa transparecer em sua poesia a sua admiração pelas obras e seus autores, e é nelas que o poeta busca alimento para enriquecer sua poética, além disso, ao dialogar com essas obras, ele mantém e valoriza a identidade nacional.

Ao fazer uma recriação dos personagens românticos retirados das obras da prosa brasileira, ele trabalha o moderno sobre o antigo, organiza-o a seu modo e dá um novo sentido às personagens da prosa. Com isso, o poeta-autor cria seu próprio poema-novela; resgata os personagens, une-os em um só poema, dividindo-os em dez capítulos e em forma de novela. Ao intitular o poema de "Novela das Oito", entendemos que o poeta-autor usa essa estratégia parodiando as novelas globais, satirizando e ridicularizando-as, a exemplo na referência do poema a "majestosa perna do saci", no lugar qualificar, o poeta satiriza.

Ao se valer, em seu poema, com personagens da prosa, Gilberto Mendonça Teles incita no leitor, com naturalidade e maestria, a curiosidade de pesquisar sobre esses personagens em suas obras-mãe. O poeta mostra, ainda, a influência que elas e seus personagens exerceram em sua escrita, e, como no presente, resgata o passado na composição de seu poema, com o objetivo de se manter viva a história da Literatura Brasileira através de sua composição poética. Assim, entendemos que o poema-novela de Gilberto Mendonça Teles, desempenha um papel criativo, pois faz a junção da prosa com a poesia e resgata no presente, o passado literário brasileiro.

Desse modo, percebemos que há um diálogo intertextual entre a poética moderna e a prosa do século XIX e início do XX. Isso é perceptível pelo título do poema, "Novela das oito (ou as Aventuras de um Moço Loiro)", pois o poeta deixa evidente a referência à obra de Joaquim Manoel de Macedo. Assim, é fundamental a pesquisa das referidas obras com as quais o poema dialoga, para o leitor construir sua leitura interpretativa, bem como entender a poética de Gilberto Mendonça Teles.

Percebemos que, para tratar dos personagens da prosa brasileira, o poeta "viaja" ao passado com o objetivo de oferecer uma releitura acerca desses personagens. Com isso, ele desloca, no tempo presente, o olhar sobre a tradição brasileira, no intuito de, através da escrita de seu poema, resgatar e resguardar o passado da história da literatura brasileira.

Verificamos, por esta pequena análise, que a poesia de Gilberto Mendonça Teles estabelece um diálogo/ligação entre o presente e o passado e com a poética de Carlos Drummond de Andrade. Desse modo, o poeta cria/recria uma poesia para falar da prosa, afirmando, assim, seu interesse por ela. O poema-novela é uma tentativa de resgatar o passado e arquivar ao longo dos anos em sua poesia, no final do século XX, a história dos personagens românticos da prosa brasileira do século XIX e início do XX.

Referências

ADORNO, Theodor W. Teoria e Estética. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARA, Salete de Almeida. *A poesia Lírica*. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1943.

DUARTE, Rodrigo. *Teoria crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

ELIOT, T. S. Tradição e talento individual. In: *Ensaios*. Trad. IvanJunqueira. Rio de Janeiro: Art. 1989. p. 37-48.

HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos / Max Horkheimer e Theodor W. Adorno. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LE GOFF. Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2012.

MACIEL, Maria Esther. *As vertigens da lucidez*: poesia e crítica em Otavio Paz. São Paulo: Experimento, 1995.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

PETROV, Petar. Introdução [a lugares imaginários] [2007]. In: *A Plumagem dos Nomes*: Org.: Eliane Vasconcellos et AL. Goiânia: Kelps, 2007.

SANT`ANNA, Affonso Romano de. *Paródia, paráfrase & Cia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

STAIGER, Emil. *Conceitos Fundamentais da Poética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1997.

TELES, Gilberto Mendonça. *Drummond* – A estilística da repetição. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976.

TELES, Gilberto Mendonça. *& Cone de sombras*. São Paulo: Massao Ohno, 1995.

TELES, Gilberto Mendonça. *Contramargem– II* – Estudos Literários. Goiana: Ed. da UCG, 2009.

TELES, Gilberto Mendonça. *Hora aberta*. Petrópolis: Vozes, 2003.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

VASCONCELLOS, Eliane. *A Plumagem dos Nomes*: Gilberto 50 anos de literatura. Eliane Vasconcellos. *et al*.(Org.).Goiânia: Kelps, 2007.

PROBLEMATIZANDO A IDADE MÉDIA: REFLEXÕES SOBRE A PERSPECTIVA DO GÊNERO NOS ESTUDOS MEDIEVAIS

Cassiano Celestino de Jesus
Graduando em História/UFS
Bolsista PICVOL/COPES/UFS
Integrante do Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
Orientador: Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro

Os chamados "Estudos de Gênero" tem, há muito tempo, despertado o interesse dos historiadores. Nos últimos anos, pesquisas ancoradas neste arcabouço teórico tem crescido nas mais diversas áreas do saber científico. Tais trabalhos vêm sendo descritos, compreendidos e explicados das mais diversas perspectivas, contribuído de modo significativo para a renovação temática e metodológica, ampliando áreas de investigação e renovando marcos conceituais tradicionais. Vem colocando novas questões, redefinindo e ampliando noções tradicionais do significado histórico.

Para a historiadora Carla Pinsky,[73] é necessário utilizar o conceito de Gênero em trabalhos de História. Para ela, o Gênero adquiriu o mesmo *status* de categorias como Classe e Raça e passou a ser considerado imprescindível em teorias que se propõem a explicar as mudanças sociais. Para a autora, uma das propostas da História preocupada com Gênero é entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações deste enunciado no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos.

No que se refere ao campo da História Medieval, que há anos passa por diversas transformações e ampliações teóricas e metodológicas, o qual tem sido celeiro das mais diversas experimentações; influenciou e deixou-se influenciar por vários debates, que vão de diálogos sobre a Memória até os Estudos de Gênero.[74]

E comentando sobre a perspectiva do Gênero nos estudos sobre o Medievo, a historiadora Carolina Fortes,[75] afirma que é possível uma História Medieval do Gênero. Pois,

[73]PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, vol.17, no.1, p.159-189, abr. 2009.
[74] ALVARO, Bruno Gonçalves; SILVA, Daniele Gallindo. G.; CAVALHEIRO, Gabriela da Costa. Novas paisagens teóricas e metodológicas nos estudos medievais contemporâneos. **Revista Signum**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 1-3, 2015.
[75]FORTES, Carolina Coelho. É Possível Uma História Medieval de Gênero? Considerações a Respeito da Aplicação do Conceito Gênero em História Medieval. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 07., 2006,

tais estudos podem ser adequados à análise de qualquer época da História, inclusive ao período Medieval. Entretanto, segundo ela, para que seja possível uma História Medieval de Gênero é necessário que se temporalize este conceito e que este seja inserido no contexto histórico do Ocidente cristão.

Assim, gênero pode servir como uma referência instável, mas crítica, pois é uma postura teórica que se constrói. É imprescindível que se rompa com os conceitos preexistentes e que se adapte conceitos já existentes, temporalizando-os. Devemos ter referências nos conceitos já formulados para criar nossos próprios conceitos, que se baseiem e se adequem a nossa produção. Os conceitos preexistentes são ponto de partida para a formulação de outros, relativizados.[76]

Neste trabalho, esboçamos as propostas de uma pesquisa, em fase inicial de desenvolvimento, sobre a utilização das teorias calcadas nos estudos de Gênero no campo da História Medieval. Objetivamos realizar uma breve discussão sobre os caminhos seguidos por alguns medievalistas brasileiros no que se refere às questões de Gênero e perceber sob quais teóricos estão ancoradas as suas pesquisas nos últimos anos.

Análises e Discussões

Ao fazer um levantamento sobre os estudos de gênero no campo da História Medieval, a historiadora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva salientou que, de 1990 até o primeiro semestre de 2003, apenas 4 dissertações e teses das 125 pesquisadas empregam a categoria Gênero em suas investigações sobre o Medievo.[77] Obviamente que hoje, em 2015, este número não é o mesmo. Mas, tal constatação evidencia que dos temas de pesquisas desenvolvidas pelos medievalistas brasileiros existem temáticas predominantes e outras esquecidas e que ainda há muito o que ser explorado, tanto em termos temáticos, quanto em formas de abordagem.

Ainda, segundo Andréia Frazão, as pesquisas que incorporam a categoria Gênero começaram a surgir em meados da década passada, mas ainda são quase pontuais. Em muitos casos, são trabalhos de conclusão de curso, como dissertações e teses, realizados como etapas da formação intelectual e nos quais há, efetivamente, a motivação para estudar temáticas ainda pouco desenvolvidas.[78]

Florianópolis. **Anais... .**Florianópolis: Ufsc, 2006. p. 01 - 07.

[76] Idem. p. 4.

[77]SILVA, A. C. L. F da. Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 11, n. 14, p. 87-107, 2004.

[78]Idem.

Nas teses e dissertações analisadas por ela, percebeu-se que a teórica do Gênero Joan Scott apresentou-se como a mais influente o que, para a autora, pode ser explicado pelo fato dela ser uma historiadora e ter sido uma das primeiras a refletir, de forma sistemática, sobre o uso da categoria Gênero nas investigações históricas.[79]

Analisando alguns novos artigos, dissertações e uma tese no campo da História Medieval que adotam a perspectiva do Gênero, podemos perceber que, desde 1990, Joan Scott prevalece como a teórica mais utilizada nos estudos de Gênero sobre o Medievo.

Começamos nossas análises, tomando como marco o ano de 2003, com a dissertação de mestrado *Os atributos masculinos das santas na Legenda Áurea: os casos de Maria e Madalena*, redigida por Carolina Coelho Fortes, sob a orientação da Profª Dr.ª Leila Rodrigues da Silva, que foi apresentada e aprovada no Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ.

Em sua dissertação, Carolina Fortes analisou a obra *Legenda Áurea* de Tiago de Vorágine, frade dominicano do século XIII. Seu objetivo era discutir como este autor caracterizou as santas e santos em sua obra. Para tanto, estudou as vidas de dois homens, Domingos e Vicente, para depreender seu perfil de santidade e contrapô-lo ao das santas Madalena e Maria, consideradas pela autora como representativas dos modelos do feminino no cristianismo. Há que ressaltar que, em sua introdução, fica clara a sua cautela em empregar a categoria Gênero, seguindo as propostas teóricas de Joan Scott.[80]

Além de Carolina Fortes, Bruno Gonçalves Alvaro, em dezembro de 2008, teve sua dissertação de mestrado *A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII: Um Estudo Comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo deSilos,* apresentada e aprovada no Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ, sob a orientação da Prof. Dr.ª Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva.

Em sua dissertação, Bruno Alvaro preocupou-se em analisar, à luz dos Estudos de Gênero e através do Método Comparativo em História, como foram construídas as masculinidades no Medievo Ibérico. Não na Península Ibérica como um todo, mas, sim, em casos específicos de Castela no século XIII, a partir da análise dos discursos de duas obras selecionadas, o *Poema de Mio Cid* e a *Vida de Santo Domingo de Silos*.

Para ele, através do estudo das vidas dos protagonistas das obras selecionadas, foi possível observar um mesmo ideal de masculinidade, comum a leigos e religiosos, construído

[79]Idem.
[80]Conferir em SILVA, A. C. L. F da. Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 11, n. 14, p. 88-107, 2004.

mediante qualificações positivas como coragem, bondade, fidelidade, compromisso com a fé cristã, etc., e em seu relacionamento com outros homens e mulheres. A pesquisa se desenvolveu através do arcabouço teórico de gênero postulados por Joan Scott.

Somando-se a estes historiadores tivemos, em 2010, a tese de doutorado ***O Gênero do adultério no discurso jurídico do governo de Afonso X (1252-1284),*** **de Marcelo pereira Lima, defendida e aprovada pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos.**

Em sua tese, Marcelo Lima procurou investigar os discursos jurídicos sobre o adultério nos Reinos de castelã e Leão no século XIII, principalmente, durante o reinado de Afonso X (1252-1284), a partir de uma perspectiva de Gênero e da análise de discurso. O autor, objetivou compreender as relações entre o processo de centralização monárquica, o programa de unificação jurídica e a questão do adultério nas obras legislativas de Afonso X. A pesquisa segue as propostas teóricas desenvolvidas por Joan Scott e Jane Flax.

Já em 2011, tivemos a dissertação **"***Sore ich me ofdredeheowolde Horn misrede": Um estudo comparativo da sexualidade feminina no Romance of Horn (cerca de 1170) e em King Horn (1225)*, de Gabriela da Costa Cavalheiro, apresentada e aprovada pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ, sob a orientação do Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior.

Em sua dissertação, Gabriela Cavalheiro faz uma (re)leitura de dois romances insulares compostos no baixo medievo inglês, a saber, o *Romance of Horn* (cerca de 1170) e em *King Horn* (1225). Seu estudo se pautou no diálogo com diferentes autores e no uso interdisciplinar do aporte teórico e metodológico dos estudos em História Comparada, Gênero e Sexualidade. Cavalheiro identifica, em ambos os romances, a presença acentuada de expressões relativas à sexualidade feminina. E, a partir da análise dos textos e de seus contextos discursivos, identificou que os saberes de Gênero permeavam todas as expressões da sexualidade em ambas as narrativas. A pesquisa é realizada dentro da perspectiva da teórica pós-estruturalista Joan Scott.

Por fim, concluiremos nossas breves análises com dois artigos da Prof.ª Dr.ª Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva: *Reflexões sobre o gênero e o Monacato hispânico Medieval*[81] e *Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade,*

[81]SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões sobre o gênero e o monacato hispânico medieval. **Opsis**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 141-164 - jul-dez 2010.

maternidade, santidade e gênero.[82] No primeiro, a autora tem o objetivo de apresentar a construção da identidade de Gênero pelos monges, através de textos produzidos por eles, verificando como as relações sociais e de poder foram significadas em conexão com o gênero. No segundo, ela traz reflexões sobre a importância da contribuição da linguística e da literatura para os estudos históricos, tecendo considerações sobre o conceito de discurso e em especial dos discursos de Gênero. Ambos os artigos são desenvolvidos sob a perspectiva de Gênero da Joan Scott.

Joan Scott: breves considerações sobre o seu (tão utilizado) conceito de gênero

Todos os trabalhos acima citados são ancorados nos postulados teóricos da historiadora Joan Scott. Questionamo-nos então: O que significa Gênero para esta autora pós-estruturalista? Quais foram as suas inovações para os estudos de Gênero a ponto de ser tão citada por estes pesquisadores?

A contribuição de Joan Scott pode ser verificada no texto "Gender a Useful Category of Historical Analysis", de 1986, posteriormente traduzido, em 1990, no Brasil com o título "Gênero: uma categoria útil de Análise Histórica". Este artigo tornou-se um clássico, pois representou um dos principais avanços teóricos para os pesquisadores interessados pelo recente campo, que começou a se consolidar no nosso país no início dos anos 90.

Para Joan Scott, Gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e constituem-se no interior de relações sociais de poder. As relações de Gênero não só instituem o "verdadeiro sexo", como também atuam no regime de uma heterossexualidade obrigatória.[83]

A autora articula Gênero com a noção de poder. Para ela, Gênero:

> [...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.[84]

A definição de Gênero que Scott apresenta parte de duas proposições: a) Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e

[82]SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. **Cronos: Revista de História**, Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002.

[83]SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: _____. **Gender and Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1999. p. 28-50.

[84] Idem. p. 30.

b) Gênero é um modo primário de significar relações de poder. A primeira refere-se ao processo de construção das relações de Gênero. A segunda refere-se à pertinência da aplicação do termo como categoria de análise de outras relações de poder único, é um meio recorrente de proporcionar a significação de poder e conduz o historiador a buscar as formas pelas quais os significados de Gênero estruturam a organização concreta e simbólica de toda a vida social.[85]

Para Scott, devemos descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas; achar qual o sentido e como funcionaram para manter a ordem social e para mudá-la; como as sociedades representam o Gênero e como utilizam dele para articular regras de relações sociais.

Visitando novos conceitos: Gênero por Judith Butler

Existe um oceano de teorias diante dos historiadores que podem possibilitar novas descobertas e novas perspectivas de análise sobre o passado. E, diante de tantas possibilidades, é necessário ao pesquisador escolher um só paradigma, ou um único sistema teórico? Há autores incompatíveis uns com os outros, bem como conceitos que não podem ser misturados entre si sob hipótese alguma? Existem "autores consagrados", cuja contribuição é inquestionável e definitiva? E mais que isto, aceitar imposições cegamente não é contraproducente e limitador?[86] Como foi apresentado anteriormente, temos inúmeros trabalhos sobre o medievo que baseiam suas pesquisas no arcabouço teórico da autora Joan Scott. Mas, é possível pensar o Gênero a partir de outros postulados?

Diante de tais questionamentos, queremos apontar outros possíveis conceitos/abordagens de Gênero para quem se interessa por tais estudos no campo da História Medieval. Nesta parte do nosso trabalho, faremos uma breve explanação sobre a perspectiva da autora Judith Butler.

Ao conceituar Gênero tanto a filósofa estadunidense Judith Butler, como sua colega Joan Scott – falando a partir de uma perspectiva construcionista social, altamente influenciada por Foucault – destacam que tanto Sexo quanto Gênero são, em primeiro lugar, formas de saber, isto é, conhecimentos a respeito dos corpos, das diferenças sexuais, dos indivíduos

[85]PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, vol.17, no.1, p.159-189, abr. 2009.

[86]É com tais questionamentos que o historiador José D'Assunção Barros reflete sobre a liberdade teórica nas pesquisas históricas em seu livro Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais. Conferir em: BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

sexuados. Ambos são conceitos históricos (no sentido de possuírem uma história, serem passíveis de uma genealogia) e, desta forma, mutáveis no tempo e no espaço.[87]

Fazendo uma manobra semelhante à Joan Scott, Butler pretende historicizar o Corpo e o Sexo, dissolvendo a dicotomia *Sexo versus* Gênero, que fornece às feministas possibilidades limitadas de problematização da "natureza biológica" de homens e de mulheres. Para Butler, em nossa sociedade estamos diante de uma "ordem compulsória" que exige a coerência total entre um Sexo, um Gênero e um Desejo/Prática que são obrigatoriamente heterossexuais.

Para Butler, "O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, […] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos."[88]

Para a autora o gênero é a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser. Tornar-se um sujeito feminino ou masculino não é uma coisa que aconteça num só golpe, de uma vez por todas, mas que implica uma construção que, efetivamente, nunca se completa. Butler complica a noção de "identidade de gênero". Afirma que gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos. Não é algo que se "deduz" de um corpo. Não é natural. Em vez disso, é a própria nomeação de um corpo, sua designação como macho ou como fêmea, como masculino ou feminino, que "faz" esse corpo. O gênero é efeito de discursos. O gênero é performativo.[89]

Quanto ao não uso da Butler na medievalística, penso que se explica em muito por conta da ênfase no caráter performativo da noção de Gênero. Como um resultado mais da "repetição" da performance do que da identificação de "diferenças sexuais", como coloca a Scott. Entretanto, como pensar isso para o medievo? Como pensar as "diferenças" fisiológicas no campo puramente discursivo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repetindo o que sempre se tem dito: ainda há muito o que ser feito e problematizado no que se refere aos estudos de Gênero no campo da História Medieval. "Abrir-se a novidade, de todo modo, é sempre uma excelente postura".[90] Combinar teóricos (ou não) pode

[87]Conferir em: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
[88] Idem. p. 24.
[89] LOURO, Guacira Lopes. Uma sequência de atos. **Cult**. São Paulo, ed. 185, 2014.
[90]Op. Cit.BARROS, 2014, p. 229.

perfeitamente abrir espaço para novas "visões de mundo". É adequado considerar uma nova utilização de conceitos já existentes para produzir algo novo.

O mais importante é termos sempre em mente que História é um processo de rupturas, permanências, construções e desconstruções, logo, são múltiplos os seus olhares, o que significa que, jamais, teremos uma perspectiva única, melhor ou pior que outras. E como afirma o historiador francês Marc Bloch, a História é busca, portanto, escolha. Ela deve ser ampla, profunda, longa, aberta e comparativa.[91]

REFERÊNCIAS

ALVARO, Bruno Gonçalves. **A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII: Um Estudo Comparativo do *Poema de Mio Cid* e da *Vida de Santo Domingo de Silos***. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ALVARO, Bruno Gonçalves; SILVA, Daniele Gallindo. G.; CAVALHEIRO, Gabriela da Costa. Novas paisagens teóricas e metodológicas nos estudos medievais contemporâneos. **Revista Signum**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 1-3, 2015.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALHEIRO, Gabriela da Costa. **"Sore ich me ofdredeheowolde Horn misrede": Um estudo comparativo da sexualidade feminina no *Romance of Horn* (cerca de 1170) e em *King Horn* (1225)**. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (mestrado em História Comparada)–

[91]BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FORTES, Carolina Coelho. É Possível Uma História Medieval de Gênero? Considerações a Respeito da Aplicação do Conceito Gênero em História Medieval. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 07., 2006, Florianópolis. **Anais... .**Florianópolis: Ufsc, 2006. p. 01 - 07.

LIMA, Marcelo Pereira. **O Gênero do adultério no discurso jurídico do governo de Afonso X (1252-1284).** 2010. 361 f. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Uma sequência de atos. **Cult**. São Paulo, ed. 185, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, vol.17, no.1, p.159-189, abr. 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: _____. **Gender and Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1999. p. 28-50.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. **Cronos: Revista de História**, Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 11, n. 14, p. 88-107, 2004.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões sobre o gênero e o monacato hispânico medieval. **Opsis**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 141-164 - jul-dez 2010.

A PRISÃO DO ALFERES JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER NO MOVIMENTO INCONFIDENTE DE MINAS GERAIS

Claudivan Santos Guimarães

Graduado em História

Universidade Federal de Sergipe

INTRODUÇÃO

O artigo científico que se construiu nas laudas que seguem, busca destacar a "Prisão do Alferes Joaquim José da Silva Xavier no Movimento Inconfidente de Minas Gerais", nesse sentido a obra procura identificar quem foi esse sujeito, o qual como participante do movimento de revolta, surgido na década de 80 do século XVIII possibilitou colocar essa conjuração como umas das mais preocupantes, no sentido político e econômico para a corte portuguesa.

Sua presença na inconfidência não foi a de maior destaque, mas a sua atuação no movimento fará desse mero alferes um mito criado e instituído pela historiografia da época, nesse sentido ao se aproximar da imagem criada de Tiradentes é possível identificar todo um corpo intelectual que permeava o acontecimento da inconfidência, seu nome foi acompanhado pela história como o idealizador, embora esse texto irá demonstrar que não passa de mais uma farsa de uma história das elites, onde o sujeito simples recebe a culpa pela idealização de uma burguesia letrada, e que era predominante nas feitorias, freguesias e comarcas de Minas Gerais em pleno século XVIII.

Este trabalho surge pela necessidade de se estudar um período que remonta para a história brasileira como um prenúncio de acontecimentos posteriores, os participantes da conjuração mineira levantarão as hipóteses para a possível tomada de independência do Brasil, uns pontos levantados pelo movimento em conseqüência de outras colônias na América haverem conseguido sua independência, a exemplo da colônia inglesa, Estados Unidos da América, que conseguia na mesma época da inconfidência mineira a separação da Inglaterra (Mota, 1996).

O estudo sobre personagens da história possibilita o entendimento a cerca de períodos da história como é o caso do Movimento Inconfidente, pois o contorno histórico que se amplia é margeado de figuras que abrem asas para a ocorrência do fato histórico. É a partir de tais personagens que o historiador pode reconstruir o enredo pelo qual vivenciou o ator histórico.

Este trabalho, portanto utilizará de pesquisadores no assunto como Carlos Guilherme Mota, Cândida Vilares, Eliane Teixeira Lopes, Paulo Benevides entre outros que possibilitaram a ampliação no domínio do conhecimento do tema deste artigo, facilitando dessa maneira o aprofundamento em uma área do conhecimento histórico sobre Brasil, que se comporta como fundamental para entender acontecimentos posteriores na *Terra Brasilis*.

O SURGIMENTO DO OURO NAS MINAS GERAIS

Esse discurso se inicia apontando como se deu e o que provocou o surgimento de recursos minerais nas regiões das Minas Gerais, então embora esta seção aborde "o surgimento do ouro em Minas", não se limita apenas ao ouro, pois os diamantes também foram elementos de destaque, sendo este explorado essencialmente pela corte portuguesa, ao contrário do ouro que podia ser explorado e comercializado pelas pessoas simples da sociedade mineira.

Início do século XVIII, a descoberta do ouro no sertão brasileiro, as áreas auríferas logo seriam ocupadas por uma população em busca de um recurso, que para muito era visto como inesgotável, embora fosse o contrário, logo foram surgindo pequenas feitorias e arraiais, que serviam para abrigar os exploradores. A vinda de emigrantes europeus, principalmente portugueses, era a mostra viva de que a corte, embora lucrando com a produção de cana-de-açúcar, almejava desde a vinda de Cabral, encontrar metais preciosos nas terras do novo continente, nesse sentido Minas Gerais é o palco principal desse episódio que perdurou por um século, a ida de emigrantes para as minas era tão extensa que fazia esvaziar outras capitanias e vilas da colônia, isso mostra como a sociedade almejava a riqueza a todo custo. Discorre sobre isso Flavio de Campos:

> A descrição feita pelo jesuíta Antonil, no início do século XVIII, retrata bem o que as notícias das descobertas de ouro e pedras no interior da colônia provocaram na América portuguesa. A corrida para a região das minas envolveu milhares de pessoas de todas as capitanias. Vilas e pequenos povoados ficaram praticamente desabitados. Cerca de 600 mil portugueses deixaram a Metrópole para se aventurarem no interior do Brasil. Inúmeras

> bandeiras cruzavam o sertão e informações sobre novas minas circulavam por toda a colônia, alimentando ainda mais a febre do ouro que contaminou a população colonial. (Campos, 2005, p. 251)

Entre os recursos minerais pode-se destacar o diamante, que diferentemente do ouro se mantinha no julgo das autoridades portuguesas a exploração de tal minério, assim regiões como Tijuco, que passou no início do século XVIII, a ser chamada de Arraial do Tijuco, pelo número considerável de pessoas que iam para as regiões em busca da melhoria de vida, assim outras regiões logo desenvolveram, como Diamantina, Vila Rica e São João del Rei, essa última foi cogitada até para ser a capital da colônia, em virtude do número considerável de habitantes e da expressiva população que sobrevivia diretamente da produção de ouro.

A mostra de como Minas Gerais passou por evolução no quesito, progresso e urbanização pode ser vista na obra "O manto de Penélope", do autor João Pinto Furtado, onde o mesmo discorre sobre a condição social das vilas que foram criadas no início do século XVIII, e assim enumera as vilas que surgiram a partir do início da exploração do ouro em Minas.

> Das catorze vilas que foram criadas na capitania de Minas Gerais ao longo de todo o século XVIII, as nove mais importantes e mais densamente povoadas remontam aos três primeiros decênios desse século. Ao longo desse período forma criadas, em 1711, as vilas do Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto), Vila Real do Sabará (atual cidade de mesmo nome); em 1713, a Vila de São João Del Rey (atual cidade de São João Del Rei); em 1714, a Vila do Príncipe (atual Serro) e a Vila Nova da Rainha (atual Caeté). (Furtado,2002, p. 14)

Não ficou apenas no surgimento de novos aldeamentos, o progresso desenvolvido, pelo ouro e pelo diamante em Minas Gerais, assim a própria capitania que até o século XVIII, estava agregada a São Paulo recebera a independência, em virtude justamente do grande desenvolvimento ocasionado na capitania pela presença dos minerais, assim Minas Gerais receberá forte influência intelectual o que provocará anos mais tarde as revoltas que tanto marcaram esse século, a exemplo da revolta dos Emboabas em 1707 e a revolta de Felipe dos Santos em 1720, mas essa é uma temática que não está na discussão desse artigo, embora possa definir o mapa de insatisfação da camada da sociedade que utilizava os minérios como meio de sobrevivência.

Nos anos que seguem ao início da exploração do ouro o que se ver é um cenário de crescimento econômico que não duraria muito tempo, em virtude das altas cobranças de

impostos, surgidos para regular o comércio do ouro entre as minas e Portugal, evitando assim o tráfico e o não arrecadamento.

Uma Exploração Controlada

O ouro era extraído a partir de técnicas bem rudimentares na época, assim o ambiente das minas era diverso, os métodos empregados necessitam essencialmente da mão de obra escrava, mas também havia homens livres que trabalhavam diretamente na exploração, entre os tipos de extração pode-se destacar a de: aluvião, catas e extração das grupiaras, nesses três tipos de extração eram comuns o uso excessivo de água, a autora Cândida Vilares Gancho, apresenta em que consistiam essas técnicas apontadas acima.

> 1. Extração de aluvião: desvia-se o leito dos rios e no leito seco peneira-se o cascalho aurífero, que passará por fases de purificação.
> 2. Catas: perfuram-se poços para atingir as camadas mais ricas do minério, que também passará por processo de purificação.
> 3. Extração das grupiaras: criavam-se instalações hidráulicas destinadas a levar água morro acima, para lavar o cascalho aurífero. (Gancho, 1991, p. 10).

Se a extração era algo rudimentar, também o era o processo de fiscalização da exploração, no posto mais alto da hierarquia do controle estava a Figura do Rei, que nesse período concentrava na figura de D. José I e logo depois sua mulher, a Rainha Dona Maria, a louca, os quais se beneficiavam de parte da produção, sem necessitar fazer esforços para isso, logo depois, tinha figura do Vice-Rei, acompanhado do governador da capitania e dos intendentes das minas, que se dividiam em intendentes das minas de ouro e de diamantes, o último somente instituído no ano de 1771. Ao intendente ficava a principal responsabilidade a de fiscalizar de perto a exploração, traçando rotas para o comércio, evitando o tráfico e cobrando impostos e enviando-os a coroa.

E falando em impostos um dos primeiros instituídos durante a extração de ouro nas Minas Gerais, foi o *Quinto*, onde do total da produção era retirada a quinta parte para a coroa portuguesa, a cobrança desse imposto era feita de maneira persistente e bem controlada o que fazia com que muitos donos de minas utilizassem do tráfico para evitar a cobrança de impostos. Em "Carta Régia" de 15 de agosto de 1603 deixava claro:

> 1º "Qualquer pessoa que quiser descobrir minas se apresentará ao Provedor d'elas, que tendo ordenado, que tenho ordenado haja nas ditas partes, e lhe

> declará como quer fazer o tal descobrimento e lavrará e tirará os metais que nela forem achados à sua própria custa, de que pagará o quinto fora de todas as despesas à minha Fazenda, sem ter obrigação de lhe dar para isto coisa alguma..." (Lopes, 1985, p. 68)

Não ficaram apenas no quinto, os impostos relativos ao ouro em Minas Gerais, a cobrança foi instituída através de outros mecanismos de arrecadação, assim surgiu em 1751, *As avenças*, imposto que fiscalizava a arrecadação do Quinto, *A capitação*, imposto que estava relacionado a quantidade de escravos utilizados na exploração de ouro, *As entradas*, pedágios instituídos sobre a entrada e saída de pessoas e animais nas regiões das minas e o mais contestado de todos, *A derrama*, sobre este imposto deve-se levar em conta o que explicita Cândida Vilares sobre as características desse imposto.

> *A derrama*: era uma cobrança suplementar sobre o ouro extraído, sempre que não se atingissem as 100 arrobas anuais fixadas por Portugal. A derrama recaía sobre toda a população, por meio do confisco de propriedades e bens. Considerando que em meados do século XVIII a produção aurífera começou a declinar, fica evidente o pavor que a população tinha pela derrama, que já havia sido aplicada em anos anteriores à Inconfidência Mineira. (Gancho, 1991, 31).

Pode-se perceber a partir desse texto que a insatisfação da população mineira era grande em virtude da cobrança da derrama, como o declínio do ouro já se iniciava a partir da segunda metade do século XVIII, a população era obrigada a pagar a coroa portuguesa uma cobrança que era impossível em muitos casos, pois os níveis de pobreza já começavam a assolar as vilas de Minas Gerais, sendo assim aqueles que não pagavam o imposto tinham seus bens materiais confiscados, indignados surgem contestadores dessa condição social, inclusive da própria coroa portuguesa, já visto que a derrama atingia todas as classes sociais.

A esses contestadores dar-se o nome de Inconfidentes ou Conjuradores, termos que serão bem esclarecidos na própria seção, assim a figura de Tiradentes, o Joaquim José da Silva Xavier se apresentará em um cenário social de críticas as ações de Portugal sobre a colônia.

Os Atores da Inconfidência

A primeira discussão que se faz sobre a inconfidência é a significação do termo, e o que ele se diferencia de outro já usado nesse texto, conjuração, assim este termo do ponto de vista dos conspiradores, significava conspirar contra o poder de Portugal, já do ponto de vista

das autoridades portuguesas inconfidência significava, falta de fé (nos princípios e na autoridade da Metrópole). O último termo ficou o mais conhecido e utilizado, mas quem foram esses inconfidentes e quando esse acontecimento surgiu? Sobre quais princípios ele foi idealizado?

1789 foi o ano em que o movimento da inconfidência foi destituído antes mesmo dele efetivamente acontecer, o ambiente de formulação dos ideais foi em Vila Rica, nesse espaço vários intelectuais, se reuniam em cafés, reuniões literárias, para divulgar ações da coroa como também ideologias liberais formuladas na Europa por Voltaire, Montesquieu, Rousseau, todos participantes ativos da Revolução francesa. As reuniões aconteciam na casa de um Tenente-coronel Freire de Andrade, em que esse componente da realeza portuguesa se uniu na conspiração contra a dependência de Brasil por Portugal. O ideal de revolução é projetado em uma sociedade onde os problemas sociais locais se mesclaram com idéias importadas fazendo eclodir uma posição revolucionária. Conforme expressa Carlos Guilherme Mota.

> As idéias do século penetravam também as consciências daqueles que seriam os esteios formais da ordem estabelecida: *os setores militares.* Não se supunha com isso, no entanto que sua totalidade estivesse anestesiada por tais novidades. Mas, aqui e ali, eram encontradiços setores frágeis, mais propensos a criticar a velha ordem. Havia como é o caso de Minas, "justo receio de estar algum tanto contaminada das mesmas idéias e tropa do lugar". Não se deve esquecer – e esta talvez não seja uma lembrança banal – que o próprio Tiradentes era militar. (Mota, 1996, p. 62)

Entre os atores diretos da inconfidência se pode citar: O Coronel Inácio José Alvarenga Peixoto, fazendeiro e minerador da Comarca do Rio das Mortes, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, tão rico quanto rude, era um homem ambicioso e bom negociante, os irmãos Antônio Gomes Freire de Andrada e José Antônio Freire de Andrada, este último foi o suposto líder militar as sedição, contrariando o que muitos da época achavam que fosse o Joaquim da Silva Xavier, embora esse fosse Alferes do Exercito. Inácio Correia Pamplona, o traidor da sedição Joaquim Silvério dos Reis, o denunciante da empreitada inconfidente, essa também foi uma figura que depois de denunciar Tiradentes as autoridades locais, sofreu inúmeras perseguições.

Mas aqueles em que a história fez questão de eternizar como líderes do movimento foram o desembargador Luís Antônio Gonzaga e o Joaquim José da Silva Xavier, de vulgo Tiradentes. O primeiro era um exímio escritor, viveu sua vida dedicando seus poemas a sua

esposa Marília, utilizando, na metade de 1780, de seus trabalhos literários para compor conspirações literárias, usando o pseudônimo de Dirceu, em uma de suas obras mais conhecidas, *Cartas Chilenas.* Já o segundo inconfidente apontado e o que esse trabalho traz de mais relevante, não tirando o mérito dos outros, mas em virtude de sua prisão em julho de 1789, ser o ápice do desfecho do movimento de conjuração. Fato que será abordado no próximo discurso, onde a figura de Tiradentes, é colocada não apenas como projetista da inconfidência, mas como marco nas mudanças sociais que viriam posteriormente no Brasil.

A PRISÃO DO ALFERES E O FIM DA INCONFIDÊNCIA E DOS INCONFIDENTES

Antes de se aproximar da discussão sobre o fim da inconfidência, fato culminado com a prisão de Tiradentes e sua morte posteriormente, é necessário trilhar o caminho desse homem que a história mitificou mas que poucos conhecem verdadeiramente, para João Pinto Furtado,

> O alferes Joaquim José da Silva Xavier, embora tenha como um de seus grandes méritos militares o combate à quadrilha da Mantiqueira, um bando de ladrões que aterrorizava os caminhos das Minas na gestão de D. Rodrigo José de Meneses (1780-3), não deixou de acumular logo depois, em 1784, queixas de um futuro colega de inconfidência, o padre Domingos Vidal de Barbosa Lage, por usar de violência, "tirania" e arbitrariedade contra um clérigo doente e seu irmão, sempre a mando de Luis de Cunha Meneses. (Furtado, 2002, p. 43)

Na citação acima apresenta, Tiradentes como um home de caráter austero, tendo convivido na região das minas durante longos anos e vivido de perto as tiranias da corte portuguesa na cobrança do Quinto e da derrama, assim é que se cria o espírito avesso de Joaquim sobre a corte que ele por obrigação militar devia defender. Tiradentes não buscou viver sempre sobre a obediência exigida do regime militar, era seu objetivo, sair da carreira militar e buscar viver de empreendedor de obras e dono de moinho, mas a história lhe deu outro rumo que veremos a seguir.

Xavier, como já foi dito acima viveu de perto a condição social das pessoas nas regiões das minas, era insatisfeito também com o tratamento dado aos escravos negros, mostrando seu caráter abolicionista e revolucionista. Como apresenta a passagem a seguir.

> Joaquim José da Silva Xavier se dá conta das contradições e da crueldade do sistema de exploração colonial no Brasil. Em uma de suas viagens, em meados da década de 1760, quando chega à região de Minas Novas e se prepara para um pernoite antes de seguir viagem, depara com a "triste" cena de um negro sendo açoitado por seu dono. Revoltado, procura intervir a fim de não permitir o prosseguimento do castigo e, irascível que era na defesa de suas posições, acaba por entrar em luta corporal com o proprietário do escravo. São ambos os contendores presos até que, cerca de dois meses depois, o juiz itinerante em visita à vila estabelece o veredicto: culpado o tropeiro, com multa de dói contos por perturbar a paz do reino e "tentar defender um escravo, propriedade total e inalienável do dono que dispõe totalmente de sua vida e morte". (Furtado, 2002, p. 47)

Mas antes de ser enviado a forca pela devassa, o Visconde de Barbacena, Governador de Minas Gerais em 1789, exigiu a prisão de Tiradentes neste mesmo ano, para fins de averiguar as denúncias sobre as insatisfações sobre a derrama. Sobre esses acontecimentos relata o Vice-Rei à corte portuguesa em 1789.

> Ilmº e Exº Sr. Tendo chegado à notícia do governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais Visconde de Barbacena que se premeditava naquela capitania uma grande sublevação, aproveitando-se os autores dela para a pôr em prática da ocasião de se lançar a derrama, e desgosto, com que os povos esperavam; para a qual se andava convocando gente não só pelas suas diferentes comarcas mas ainda se pretendia excitar nesta cidade a que fosse possível, para o que tinha vindo a ela o alferes do Regimento de Cavalaria de Minas Joaquim José da Silva Xavier[...] Mandei prender e por incomunicável na ilha das cobras, e proceder a devassa do maior segredo possível. (Bonavides, 1996, p. 307)

A devassa se instaurou e Tiradentes julgado foi condenado a morte, em fim para a corte portuguesa o movimento estava controlado e a paz reinaria novamente, engano, pois a sociedade brasileira imortalizaria a participação de Joaquim na sedição de 1789, dessa forma o que sua prisão e posterior morte significou foi a idealização de um objetivo que somente seria conquistado em 1822, a independência.

A imagem de Joaquim no levante, não consumado da inconfidência, não ocorrido porque antes que fosse efetivado, foi traído por um membro do próprio movimento, o Joaquim Silvério Reis, o qual apresentou os planos da sedição. Tiradentes assumiu na Conjura mineira o papel de bode expiatório, além de forte agitador político do movimento nesse sentido ele se mantinha na frente da sedição, ele foi o único do movimento que foi levado pela devassa, processo criminal instaurado para definir os culpados da sedição, nesse processo Joaquim da Silva Xavier foi levado a pena de morte, pela forca, assim seu nome foi imortalizado.

CONCLUSÃO

O retrocesso histórico feito sobre a história da inconfidência tendo a imagem de Tiradentes como protagonista faz perceber como a sociedade brasileira de meados do século XVIII, se ostentava sobre o luxo oferecido pelo o ouro, enquanto que de outro lado Portugal tirava proveito das descobertas de recursos minerais na sua colônia, que não via outro jeito do que entregar parte da produção, àqueles que nada tinham feito para merecê-lo.

Certo que enquanto dependente da Corte, o Brasil, devia obediência, mas não percebia as estratégias montadas pela sociedade que amava as suas ideologias e a pátria Brasil, mantinham reuniões em que se construía estratégias de ação para evitar os exageros de Portugal na cobrança de impostos do ouro e de tantos outros bens cedidos a Metrópole de maneira tão facilitadas.

Nesse cenário surgem homens como Tiradentes, o qual surgido das dependências da corte, enquanto membro militar, também não mediu esforços para agitar a sociedade afim de que esta pudesse sair do estado de inércia que se mantinha, sua figura não foi de importância estratégica de fato, porém foi utilizada como marco na edificação de ideais, os quais ele mesmo não sabia de fato, levado ao movimento inconfidente ou por seu instinto militar ou por seu instinto humano de revolta.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, subsecretaria de edições técnicas, 1996.

CAMPOS, Flávio de. MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da História**. São Paulo: escala educacional, 2005.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GANCHO, Cândida Vilares. TOLEDO, Vera Vilhena de. **Inconfidência Mineira**. São Paulo: ática, 1991.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **Colonizador-Colonizado: Uma relação educativa no movimento da história**. Belo Horizonte: UFMG, 1985.

MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de revolução no Brasil (1789-1801).** São Paulo: ática, 1996.

“EXCELLENTISSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1831)

Damilis Silveira Viana
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
damilisviana92@gmail.com

Introdução

O presente estudo é fruto de uma pesquisa em estágio final, na qual se utiliza as atas das Sessões do Conselho de Governo da Província – também chamado de Conselho da Presidência da Província- entre os anos de 1824 e 1831, com o intuito de analisar o processo de formação do Brasil enquanto Estado-Nação, sob o viés do tratamento dado às questões econômicas locais na província de Sergipe Del Rey. O universo documental deste trabalho é constituído de 66 atas, que vão do ano de 1824 a 1831, compreendendo o período de instalação do Conselho de Presidência da Província até meses antes da Abdicação do trono, por parte de D. Pedro I. Tal seleção é justificada na medida em que, a partir do momento que D. Pedro I deixa de ser Imperador e a Regência Trina Provisória assume- em nome de D. Pedro II, toda a organização do Poder no Brasil é modificado.

Apesar do recorte temático e temporal bem delimitados- Conselho de Província de Sergipe Del Rey entre os anos de 1824 e 1831, para obter uma visão mais ampla de todo o processo de organização e montagem da máquina administrativa imperial faz-se necessário retroceder alguns anos. Pode-se dizer que tal processo derivou, em maior ou menor instância, dos desdobramentos políticos após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Dentre estes foi a Revolução do Porto ou Vintista, em 1820, o gatilho para a separação entre Portugal e a América Portuguesa, que se constitui como o início do processo de formação do Império do Brasil. Este movimento é caracterizado como uma revolução liberal e constitucionalista tendo como objetivo a ‘regeneração política’ através da derrocada do Antigo Regime em substituição pelas práticas liberais.

Em 1815, com a elevação da América Portuguesa à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, os ânimos dos portugueses residentes no Brasil e em sua metrópole de origem, foram acirrados, aprofundando as diferenças entre os dois lados do Atlântico. Os portugueses não mais possuíam *status* de dominador, a partir desse momento,

eram iguais aos antigos colonos. Para um povo ainda dominado pela mentalidade do Antigo Regime, tal equiparação era, antes de tudo, indesejada. Essa sucessão de fatos deixou vários setores da sociedade portuguesa indignados a tal ponto, que alguns traços do Antigo Regime se tornaram indesejados, ao mesmo tempo em que alguns ideais liberais foram cobiçados.

Esses ideais faziam parte da corrente do Liberalismo, muito conhecida pelos intelectuais daquela época, cuja definição é complexa, variada e abrangente. Contudo, para melhor compreensão do presente estudo, faz-se necessário uma conceituação geral, para isso adota-se o enunciado elaborado por René Rémond, que segundo este "O liberalismo é também uma filosofia política inteiramente orientada para a idéia de liberdade, de acordo com a qual a sociedade política deve basear-se na liberdade e encontrar sua justificativa na consagração da mesma. ". (2002, p.16.).

No século XIX, o Império Português passou por diversas mudanças e estas abriram caminho para que o liberalismo se infiltrasse nos discursos políticos da época. Apesar da adoção de ideias liberais, deve-se relativizar o grau de radicalização destas, pois dentre os portugueses, da Metrópole ou da Colônia, muito do ideário do Antigo Regime resistia. O liberalismo vai ser utilizado de forma relativa e para atingir determinados objetivos, contudo, não se buscava a liberdade plena e total. É dentro dessa conjuntura que, em agosto de 1820, foi então declarada a Revolução Vintista. Na Colônia portuguesa a adesão ao Movimento de 1820 dentre as províncias foi variada, gerando diversas consequências. Dentre elas, a Independência do Brasil em relação à Portugal, que, como foi afirmado anteriormente, foi o fato histórico que desencadeou todo a montagem administrativa do Império do Brasil, seguida pela aclamação de D. Pedro a Imperador.

Após a aclamação de D. Pedro I à Imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822, algumas questões precisavam ser definidas: qual seria o modelo de governo adotado, quais órgãos e instituições- com respectivos cargos e funções- seriam criados, como se dividiria o poder político, quais mecanismos de representação do poder local seriam implantados, dentre outras. Para solucionar tais questões, em 03 de maio de 1823 entrou em funcionamento a Assembleia Nacional Constituinte, que deveria propor e escolher o melhor projeto de governo, de acordo com as conjunturas políticas, sociais e econômicas da época, gerando uma Constituição.

Neste momento em particular, dois grupos políticos atuavam no cenário brasileiro: os "coimbrãos" e os "brasilienses". O primeiro almejava o poder centralizado, com inspiração nos ideais monárquicos do Antigo Regime, mantendo os privilégios que a classe alta obteve

no período colonial, sem defender qualquer alteração estrutural na ordem social e política em vigência. O segundo grupo defendia medidas inspiradas no Liberalismo, tal qual pregava a Revolução do Porto, dentre elas, estava uma constituição forte que delimitasse o poder do Imperador.

D. Pedro I, apesar de sua posição enquanto monarca, negociou com os dois grupos para definir seu projeto de governo. Entretanto, o rumo que a Assembleia Constituinte de 1823 tomou, foi o de um posicionamento mais liberal que conservador, como o Imperador precisava, portanto, este a dissolveu e organizou uma Comissão para reestruturar o projeto de Constituição a partir de seus desejos. O resultado desse processo foi a outorga da Constituição de 1824, que apesar de não diferir completamente do Projeto de 1823, define fortes mecanismos de centralização do poder, nas mãos do Imperador.

No Projeto de Constituição elaborado na Constituinte de 1823, o poder seria dividido em três instâncias – como pregava os preceitos liberais: Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo. Já na Constituição de 1824, as modificações principais foram realizadas nas atribuições do Legislativo, subjugando-o ao Executivo e a inclusão do Poder Moderador. Dessa forma, D. Pedro exerceria seu poder através dos dois últimos e ainda, teria poder de veto no Legislativo. Tais determinações deixavam explícitas as intenções centralizadoras que tanto temiam os liberais de tendência mais radical. Grandes modificações foram feitas ainda, nos artigos que tratavam da legislação eleitoral, reduzindo mais o contingente populacional que teria direito ao voto censitário. A partir dessa limitação, pode-se traçar um perfil do eleitor brasileiro, pois este formaria um contingente diminuto e elitista, com renda alta e, em sua maioria, seriam adeptos das políticas centralizadoras que ganharam espaço com a Constituição.

O resultado de todo esse processo foi a outorga de uma Constituição que respondia às necessidades de um grupo pequeno, mas que era majoritário na política e na economia, pois era constituído “dos mais opulentos proprietários de terra e de escravos, ligados à produção dos principais produtos de exportação, ao grande comércio e à burocracia do Estado” (Lyra, 2000, p. 40).

O papel das Províncias na organização do Estado Imperial Brasileiro

Quanto ao governo das províncias, na Constituinte de 1823 o assunto fora muito discutido e apesar dos longos debates,

> o Projeto desenhava uma forma muito genérica. Propunha que se tomassem as comarcas, subdivididas em distritos e freguesias, com a designação de um presidente, um "subpresidente" e um "conselho presidial eletivo" para cada localidade. Neles residiriam todo o governo econômico e municipal por meio de um "administrador e executor" alcunhado "decurião" (nome inspirado no cargo administrativo existente na Roma antiga).[92]

Já na Constituição de 1824, o Conselho atribuiu às Províncias o papel de representação local, e estas seriam governadas por um Presidente, auxiliado pelo Conselho Geral de Província -de caráter consultivo, ou seja, não podendo elaborar leis. Contudo, o panorama se tornava confuso e complexo, na medida em que em 20 de outubro de 1823 tinha sido determinado por Lei, o fim das juntas governativas vinculadas à Lisboa e sua substituição pelo Conselho de Presidência de Província ou Conselho de Governo de Província. Porém, com a Constituição de 1824 estes órgãos não foram dissolvidos, mas sim, houve o acréscimo de outro órgão: o Conselho Geral da Província, que só iria ser implantado efetivamente após a Lei de 27 de agosto de 1829.

Cabia ao Presidente e ao Conselho de Presidência de Província[93] a função executiva, gerindo a região, aplicando as leis, mas também, como afirma Andrea Slemian, " não impedia que entre as atribuições do primeiro estivesse a proposição de medidas para melhoramento público." (2006, p. 205). Quanto ao Conselho Geral de Província[94] caberia a proposição de projetos a respeito das necessidades apresentadas por cada província. Seus representantes se reuniriam anualmente, durante dois meses, e, se fosse necessário, por mais um mês. A implementação conjunta dessas instituições gerou certa desorientação nos membros do governo, pois, segundo Andréa Slemian, "pelo fato do Conselho de Presidência ser entendido numa concepção de administração que delegava aos protagonistas do Executivo um grande poder de ação, não era incomum que suas jurisdições se misturassem." (2006, p. 205). Além desse fato, ainda havia o de que o conselho supracitado teve origem numa lei provisória e no texto da Carta de 1824 não havia instruções para sua continuidade ou extinção.

[92] SLEMIAN, 2006, p. 124 a 125.
[93] Órgão criado a partir da Lei de 20 de outubro de 1823, como *locus* de representação local.
[94] Criado pela Constituição de 1824, como órgão consultivo.

Salienta-se que apesar da instalação da Presidência, do Conselho Geral e também do Conselho de Governo de Presidência, a complexa trama de relacionamentos entre as elites locais nunca deixou de ocorrer, cabendo espaço para a busca constante de beneficiamento particular. Há também a ressalva de que, apesar de estes órgãos serem intermediários entre o 'povo' e o governo imperial, havia outras formas de representação, pois "O que a ação dos Conselhos procurava era o fortalecimento da esfera provincial como espaço “constitucional” de “apontamento” das necessidades locais e de “observância” da execução das leis." (SLEMIAN, 2006, p. 222).

Diante da grandeza territorial do Império recentemente originado e, principalmente, levando-se em conta a complexa união dos preceitos constitucionalistas e liberais juntamente com as tradições políticas do Antigo Regime; a real implantação e funcionamento da Presidência e dos Conselhos Geral e de Governo só podem ser observados fielmente, a partir da realidade de cada região, pois "Até que ponto isso foi bem sucedido só é possível inferir avaliando o impacto de tal ação em cada uma das localidades." (SLEMIAN, 2006, p. 222).

Considerações Finais: O caso da Província de Sergipe Del Rey

Em Sergipe Del Rey, a Presidência e o Conselho de Governo entraram em funcionamento com a Sessão Ordinária de 1824, porém, o Conselho Geral de Província entrou em vigor somente em 01 de dezembro de 1829[95].

A partir da análise documental das atas, pode-se perceber que as principais necessidades econômicas da Província de Sergipe Del Rey eram as ligadas à infraestrutura e às parcas rendas no cofre da Fazenda Pública. As Câmaras Municipais, órgãos responsáveis pela manutenção das vias públicas, raramente cumpriam com sua obrigação, deixando a desejar sobre o estado de conservação das estradas, das pontes, fontes públicas e limpeza das ruas. Como pode ser exemplificado através da Ata XXXI, de 11 de dezembro de 1826, em que o Conselho coloca a responsabilidade de tais tarefas nas mãos dos Capitães-mores da Província, contudo “ser-lhe-hião fornecidos ela Fazenda Publica Provincial os artigos indispensáveis”[96].

[95] LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. Memória sobre o Poder Legislativo em Sergipe (1824-1889) IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº08, Vol. IV, de 1919, p. 01 a 176.
[96] Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº05, Vol. II, fascículos 3 e 4, 1916, p. 347.

Contrastando com tais afirmações, os Conselheiros queixavam-se constantemente da falta de fundos nos cofres públicos, impedindo-os de realizar obras necessárias ou manter o pagamento correto dos funcionários. Esse esvaziamento das rendas provinciais derivava de diversos motivos, sendo assunto discutido constantemente nas reuniões do Conselho. Uma das razões, pode-se dizer que derivava da falta de estrutura portuária, causando diversos problemas, dentre eles, a continuidade da dependência da Província de Sergipe em relação à da Bahia, visto que era por esta última que todos os produtos produzidos pela primeira escoavam. A dinâmica desta dependência causava outros transtornos, como a cobrança de taxas alfandegárias que diminuíam ainda mais as rendas pertencentes aos comerciantes sergipanos.

Além de tais assuntos recorrentes, existiram alguns que chamam atenção por seu conteúdo peculiar. Como é o caso das atas XLVII e XLIX, do dia 01 e do dia 15 de junho de, respectivamente, em que foi discutido o projeto para a redefinição dos limites entre a Província de Sergipe e Bahia. A divisão territorial deveria se estabelecer pelo Rio Itapicuru e não pelo Rio Real como acontecia, anexando ao território sergipano, as Vilas de Abadia, Itapicuru e o Julgado de Jeremoabo, esta mudança era justificada pelos seguintes fatos: O rio Itapicuru é caudal e perene, já o rio Real costumava secar em épocas de calor intenso, abrindo um espaço entre os dois rios, servindo de refúgio para criminosos, que não podiam ser apreendidos pela justiça de Sergipe, pois o território não lhes pertenciam e nem pela justiça da Bahia, pois o alcance desta se estendia para as zonas próximas a Salvador.

Pode-se considerar que o Conselho de Governo da Província de Sergipe Del Rey, juntamente com seu Presidente, se articulava de formas diversas para solucionar os muitos problemas apresentados, muitas vezes incumbindo pessoas de diferentes cargos, numa tentativa de estender sua esfera de atuação ao máximo que era possível. Na busca pela resolução de praticamente todas as questões descritas nas atas, os Conselheiros sempre resolviam por enviar as informações ao Imperador e esperar por sua decisão. Raros eram os problemas efetivamente resolvidos sem passar pelo crivo imperial, pois mesmo se tratando de ocasiões emergenciais, após tomada uma decisão, informava-se ao Imperador sobre o ocorrido e este poderia voltar atrás ou aceitar as decisões tomadas anteriormente.

Fontes

Atas do Conselho de Governo da Província. De 1824 a 1831. Revista do Instituto

Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju.

Coleção Leis do Império do Brasil: 1808-1830. Disponível em: www2.camara.gov.br. Acessado em 04/11/2015.

Constituição do Brasil. 1824. Disponível em: www.senado.gov.br. Acessado em 04/11/2015.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos**. O constitucionalismo luso-brasileiro na cultura política da Independência: a Capitania de Sergipe**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 44, vol. 01 Dossiê "História e Culturas políticas", p. 107-125, 2014.

___. **A Independência do Solo que Habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império. Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

DINIZ, Diana Maria de Faro (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju, UFS/Banese, 1991.

FERNADES, Renata Silva. **O Conselho da Presidência e o Conselho Geral de Província "Na Letra da lei" (1823-1828)**. Monografia de bacharelado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes e Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial-Volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O Império em Construção: Primeiro Reinado e Regências**. Coleção Discutindo a História do Brasil. São Paulo: Atual, 2000.

MACHADO, Humberto Fernandes; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

MOTT, Luiz. **Sergipe d'El Rey** - População, Economia e Sociedade. Aracaju, FUNDESC, 1986

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820.** Rio de Janeiro: editora Cátedra/MEC, 1978.

RÉMOND, René. **O Século XIX: 1815-1914**. 8ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SODRE, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia: 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

A CAMINHO DA ABOLIÇÃO: SENHORES E ESCRAVOS NO TERMO DE MONTE ALTO - SERTÃO DA BAHIA

Danielle da Silva Ramos
Mestranda em História Social -
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Os debates em torno da posse escrava tornaram-se mais acalorados na segunda metade do século XIX. Via-se crescer movimentos abolicionistas, insubordinações de escravos, além de uma conjuntura internacional de propagação de ideais liberais, que muito influenciou o pensamento e a organização da sociedade brasileira em fins do XIX, sobretudo por parte da elite governante, que dentro de cada contexto soube articular os seus interesses. Em outras palavras, assegurar o domínio senhorial, tal como se percebe na maneira gradual e nos artifícios utilizados para assegurar a longevidade da escravidão. Essa situação, todavia, não deve anular o reconhecimento de conquistas, fruto de mobilizações de escravos e abolicionistas, também decisivas para o fim da instituição. No horizonte de parcela considerável da classe senhorial, não se observa interesse na extinção da mão de obra escrava. Parte dos "escravocratas baianos, embora cientes da iniciativa do governo no sentido de abolir a escravidão, decerto não acreditava tão próxima a libertação total e, além disso, incondicional" (MATA, 2002, p.14).

Se de um lado, medidas foram lançadas para restringir a posse escrava, de outro, brechas foram utilizadas/criadas para prosseguir com as atividades vinculadas ao trabalho servil. Com a lei de 28 de setembro de 1871[97] não foi diferente. Apesar de mexer com os ânimos dos senhores, já que a concessão de liberdades era considerada "um dos fatores mais decisivos no controle social dos trabalhadores escravos" (CHALHOUB, 2003, p.109), e representar um importante passo no processo emancipacionista, ela também revelou tensões entre setores e autoridades da elite. Mesmo não sendo mais prerrogativa exclusiva do poder senhorial a concessão da alforria, muitos se comportaram como se ainda fosse, utilizando dos mais variados meios para impedir a conquista da liberdade por parte do escravo. Além disso, conforme, José Pereira Santana Neto (2012, p.137), a condução das alforrias também pelas mãos do Estado, insere-se num almejado projeto "de substituição do trabalho escravo para o livre sem grandes perturbações e abalos na ordem pública. Uma transformação das relações

[97] Conforme destaca Chalhoub (1990, p.27), a lei de 28 de setembro "representou o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos vinham adquirindo pelo costume, e a aceitação de alguns dos objetivos das lutas dos negros. Na realidade, é possível interpretar, entre outras coisas, como exemplo de uma lei cujas disposições mais essenciais foram "arrancadas" pelos escravos às classes proprietárias".

de trabalho feita com a participação bem sucedida do Estado e um pretenso controle sobre os libertos". Vale lembrar que esse pensamento ia de encontro à construção do Estado brasileiro, "a escravidão era um sinal de atraso para a Nação, porquanto contrariava a liberdade natural do homem, impedindo-o de seguir a marcha do progresso social" (SILVA, 2007, p.147).

Se as ações dos senhores foram as mais diversas a fim de assegurar seus interesses, não foi diferente daquelas empreendidas por escravos. Além de ações tidas como subversivas, também fizeram uso do meio legal. Só que ao contrário da expectativa de muitos senhores, não era pretendido uma liberdade dentro dos moldes escravistas, mas a procura por um afastamento desse mundo. Segundo a historiadora Iacy Maia Mata (2002, p.15), os fazendeiros baianos estavam "agarrados até às vésperas da abolição ao escravo como principal responsável pelos trabalhos de lavoura", que mesmo com o tráfico interprovincial, que conduziu levas de escravos, sobretudo do interior, para a cafeicultura no sudeste do país, a Bahia, na ocasião, apresentava-se como quarta província em termos de concentração de cativos.

Na região do alto sertão, Erivaldo Fagundes Neves, identificou que o maior número de escravos comercializados deu-se entre os anos de 1840 e 1879, concluindo que o baixo número encontrado para a década de 1880 é "revelador da exaustão do trabalho escravo" (2012, p.198). No entanto, Maria de Fátima Novaes Pires (2009) demonstra, através de pesquisas a inventários, que senhores da região de Caetité e Rio de Contas mantiveram o elevado número de cinco a dez escravos nos anos finais da escravidão.

Diante dessa realidade e no embalo das medidas emancipacionistas é que se pretende trazer algumas reflexões sobre os últimos anos da escravidão no termo de Monte Alto, sertão da Bahia. A partir do posicionamento dos senhores em relação a manutenção e/ou concessão da carta de liberdade aos escravos, bem como algumas ações por eles empreendidas na conquista da liberdade, pretende-se perceber as expectativas almejados por esses sujeitos em relação ao fim da escravidão. Estariam os fazendeiros dispostos a facilitar a alforria diante da onda abolicionista, ou propensos a manter a posse escrava? Quais práticas foram acionadas pelos escravos na luta por seus direitos?

Últimos anos da escravidão - Termo de Monte Alto

Localizado no sudoeste da Bahia, o que hoje constituiu o município de Palmas de Monte Alto, tem sua origem no século XVIII, período em que o português Francisco Pereira de Barros, adquiriu parte das terras anteriormente pertencente aos Guedes de Brito, denominando-as Riacho da Boa Vista. No ano de 1742, com o término da construção da Capela em Louvor a Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens, deu-se origem ao povoado que recebeu o nome de Sítio das Palmas, e um século mais tarde, em 1840, foi elevado à categoria de Vila, e em 1880 foi criada a comarca, carregando o mesmo nome, quando nesse ano foi desincorporada da de Caetité. No recenseamento realizado no ano de 1872, a freguesia contava com 10.761 habitantes, desse número 5.709 compunha-se de homens e 6.052 de mulheres. Em cada grupo, a classificação racial atribuída a maioria foi de "pardos", respectivamente, 2.623 e 3.157, sendo seguida pela "branca": com 1.202 brancos e 1.040 mulheres. No que diz respeito ao número de escravos, foi contabilizado 1.105, dos quais 645 homens, e a minoria, que não deixa de ser expressiva, compreendida por mulheres, 460 especificamente. Em ambos os grupos o número de solteiros sobressai em relação aos casados, assim como os classificados como "pretos"[98].

Como ainda não contamos com estudos sobre a escravidão em Monte Alto, não podemos trazer informações mais detalhadas das experiências escravas naquele local. Porém, os estudos iniciais desenvolvidos pela historiadora Rosangela Figueredo Miranda[99] têm revelado que houve uma presença expressiva da mão de obra cativa, sugerindo que o número de escravos distribuídos nas fazendas de Monte Alto pode alcançar números maiores do que encontrados em outras localidades do alto sertão baiano, como Caetité. A pesquisa realizada por Miranda com livros de notas de tabelionato inventários, livro de registro de nascimento e óbito tem sinalizado a intensidade da mão-de-obra escrava naquela localidade. Nos inventários da família Barbosa, do ano de 1842, a referida historiadora identificou o arrolamento de "cinquenta e cinco escravos de diferentes nações e profissões, como escravo vaqueiro e tropeiro". Três anos depois a mesma propriedade contava com "cento e dezessete escravos" (MIRANDA, 2013, p.04/06).

Assim como em outras locais, eles estiveram desempenhando diversificadas funções, especialmente aquelas vinculadas à lavoura e a pecuária, base da economia do termo de

[98] Recenseamento de 1872. Disponível em https://archive.org/details/recenseamento1872bras. Acesso em 13 de janeiro de 2015.
[99] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, desenvolve o projeto intitulado: "Dinâmicas de escravidão e da liberdade no alto sertão da Bahia: Vila de Monte Alto (1800 - 1888).

Monte Alto. Erivaldo Fagundes e Maria de Fátima Novaes Pires, já apontaram em seus estudos especificidades da escravidão no alto sertão da Bahia[100]. Para a segunda metade do século XIX, alguns elementos são destacados, entre eles o impacto do tráfico interprovincial, as secas e as medidas emancipionistas. Em se tratando de Monte Alto, ainda não temos referências, mas as análises realizadas por esses estudiosos, são essenciais para melhor compreendermos a conjuntura escravista nesse termo. Se para Caetité e Rio de Contas entre 1801-1887, Neves (2012) identificou, a partir da análise dos inventários do termo da Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité e seus distritos no período em estudo, uma média de 1 a 5 escravos por plantel, no estudo de Pires (2009), sobre a posse escrava em Rio de Contas e Caetité, foi identificado, também por meio da análise de inventários, uma média de 5 a 10 por plantel. Esses números, como ressalta a historiadora, não deixa de ser significativo, tendo em vista o funcionamento da economia regional.[101] Em Monte Alto, o número não difere dessa realidade, ficando também em média de 02 a 05 escravos por plantel, sendo que a maioria dos inventariados detentores da posse escrava, não representava grandes proprietários, e sim modestos produtores que tiveram a soma da riqueza inventariada até Rs.5:000$000. Além de poder acessar esses dados, os inventários da década de 1880 nos ajudam a compreender como o elemento servil esteve presente na organização da vida socioeconômica.

Tabela I. Presença de escravos arrolados nos inventários entre os anos de 1880 e 1888

Ano	Número de inventários	Presença de escravos
1880	03	02
1881	03	02
1882	09	06
1883	05	03
1884	09	05
1885	12	09
1886	10	07
1887	04	03

[100] Ver: Erivaldo Fagundes Neves (2012) e Maria de Fátima Novaes Pires (2003 e 2009).
[101] Ver: *Fios da vida: Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertoins de Sima – Ba (1860-1920)*. São Paulo. Annablume, 2009.

1888	03	02
TOTAL	58	39

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Maço: 31 a 37

Como pode ser observado nesta tabela, a presença da mão-de-escrava ainda possuía uma presença considerável nos investimentos realizados pelos senhores, mais da metade dos inventários analisados tiveram escravos arrolados. Em alguns casos, não foram descritos como bens dos inventariados, mas como bem doado por conta de dote, e também sendo arrolados como devedores de dívidas. Assim, "apesar da intensidade do tráfico interprovincial, das estiagens e dos abalos econômicos locais e gerais, uma parcela de senhores da região conseguiu manter os seus escravos" (PIRES, 2009, p.124). Sendo que representava o segundo bem de destaque dos investimentos realizados nesse período, ficando atrás do gado vacum e seguido pelos bens de raiz. Nota-se ainda, que o valor do monte mor nos inventários com ausência de escravos, não alcançou a soma de Rs. 3:000$000, exceto no inventário de Antonio Pereira e Costa[102], que chegou a um monte mor de Rs. 35:927$000. No entanto, o arrolamento dos bens deu-se em junho de 1888, pós abolição, mas mesmo assim trouxe menção a sua presença, só que listado como bens doados a dotes, perfazendo um total de 19 escravos, dos quais 10 mulheres e 09 homens. Destes, apenas um é mencionado a idade de 18 anos, nenhuma outra informação foi fornecida.

Ainda sobre a presença dos escravos em Monte Alto, percebemos que poucos foram os que apresentaram idade acima de 50 anos, em sua maioria eram adultos ou crianças, estas por vezes acompanhando as mães e declarado como ingênuos, filhos de escravas que a partir da lei de setembro de 1871 seriam considerados livres, ficando sob a tutela dos senhores até os 08 anos "quando poderiam ser transferidos à tutela do Estado mediante uma indenização de 600 mil réis, ou permanecer em companhia de seus proprietários prestando serviços até completarem 21 anos de idade, depois do que se tornariam plenamente livres" (SILVA, 2007, p.146), como o caso de "Joana, preta, 31 com tres filhos ingênuos: Angélica, Julia e Joana" [103], "Victorina, parda, com ingênuo de nome Izidorio, matriculado, que houve por herança"[104] e também o caso de "Lusia, preta, 16 anos, solteira, filha de Venancia do serviço

[102] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – BA. Inventário de Antonio Pereira e Costa. Maço: 37. Ano: 1888.
[103] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventário de Lourenço Alves Botelho. Maço: 34. Ano: 1884.
[104] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventário de Lourenço Alves Botelho. Maço: 34. Ano: 1884.

domestico"[105]. Além destes, outros jovens ficaram sob a tutela dos senhores, nem só ocupando-se dos serviços domésticos, mas levando em conta a produção do algodão, algumas foram descritas como "fiandeiras", "rendeiras" e "costureiras". Aos homens o desenvolvimento de atividades vinculadas a lavoura ganharam destaque, sem esquecer da figura do vaqueiro, como "Tertuliano, pardo, 30, solteiro, natural de Monte Alto"[106].

Como se percebe, nos últimos anos da escravidão, os escravos auferiam lucros aos proprietários, não só na lida nas fazendas, mas também com comercialização própria. Nos livros de escrituras públicas, para além das vendas para outras províncias, percebe-se que essa prática não foi incomum entre proprietários locais. Em 25 de outubro de 1880, Bento Moreira de Magalhães, comprou de Augusto Barboza Madureira, um escravo de nome Joaquim, preto, de vinte anos de idade mais ou menos, matriculado sob o número 2:431 deste município, pelo preço de Rs. 1:550$000. Alguns dias depois, em 02 de novembro do citado ano, vendeu o mesmo escravo a Candido Spinola Castro pelo preço de Rs. 1:600$000. Tendo um lucro de Rs. 50$000 em relação a primeira compra[107]. A razão dessa revenda não sabemos ao certo, mas pelo curto intervalo de tempo, talvez já estivesse nos planos de Augusto Barboza Madureira comercializá-lo novamente.

Se a presença dos escravos ainda era significativa, não podemos esquecer que suas ações e medidas emancipacionistas tornaram-se cada vez mais intensas. A mencionada lei de setembro de 1871, insere-se nessa conjuntura, mas como ressalta José Pereira (2012, p.21) corroborando com o pensamento de Regina Xavier em seu estudo sobre os libertos em Campinas na segunda metade do XIX:[108]

> Boa parte dos contemporâneos que viviam aquelas mudanças, sobretudo os senhores, ainda compreendiam que a superação da escravidão via carta de alforria deveria ser marcada por continuidades. Dito de outro modo, os senhores desejavam que os libertos continuassem em sua órbita de poder e de influência; antes como escravos, agora na condição jurídica de alforriado dependente.

Nessa lógica, percebemos a emissão de alforrias condicionais, como a passada por Dona Maria Luiza da Conceição, em março de 1881, aos escravos, "Tiburtino, Francisco, Galdino, David, Dezidorio, Luzia Roza, os quais do dia trinta e um de Dezembro de mil

[105] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventário de Porfirio de Souza Prates. Maço: 36. Ano: 1886.
[106] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventário de Lourenço Alves Botelho. Maço: 34. Ano: 1884
[107] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Livros de Escrituras Públicas –Século XIX. Ano: 1880. Documentação não catalogada.
[108] XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 1996.

oitocentos e noventa em diante gozarão de sua plena liberdade, como de ventre livre nassecem: sendo este serviço prestado a mim onde eu estiver"[109]. Em outros casos, a concessão da alforria também se associava a manter uma boa imagem perante o cativo, o que sugere a manutenção e reforço da ideologia paternalista[110], além de se antecipar a prováveis iniciativas dos escravos e a extinção legal da escravidão que se tornava cada vez mais próxima. Percepção que tivera também José Fernandes dos Santos ao libertar a crioula Torquata, de 48 anos de idade "por bons serviços pela dita escrava prestado", sendo alegado ainda que se achava "doente mentalmente"[111], o que pode ter contribuído para conceder a sua alforria, já que nesse estado de saúde, provavelmente não compensava desprender de gastos para a manutenção da escrava. Francisca de Santa Clara, por sua vez, utilizou como estratégia de manutenção do domínio por tempo indeterminado do escravo Rafael, pardo, de apenas quatro anos de idade, o pagamento de uma soma de dinheiro:

> de quatrocentos mil reis, por quanto contratei [sic] para elle todos os sabados, para elle trabalhar para si, e será obrigado a me acompanhar e servir onde eu estiver em quanto for viva, e por minha morte será obrigado a servir meos herdeiros até acabar de pagar, dali em diante podera gozar de sua liberdade como se de ventre livre nascesce [...][112]

Os escravos, por sua vez, negociaram com seus senhores, reivindicaram e conheciam direitos previstos por lei. A prioridade para concessão de liberdade, via fundo de emancipação, concedida aos casados e que apresentassem pecúlio foi por eles utilizadas, o que levou o vice-presidente da junta em Monte Alto solicitar esclarecimentos do governo provincial, visto que os casamentos de escravos e escravas com pessoas livres e libertas, tomaram grandes proporções, "[...] ficando assim sempre prejudicados os do § 1º no 1º do art. E decreto citado, visto nunca se esgotar os da classe dos casados, como já tive a honra de expor a VExa essa duvida a fim de que V.Exa se digne resolve-la em sua alta sabedoria"[113]. O que pode ter sido o caso da "escrava Antonia, com a idade de cincoenta e quatro anos, cazada

[109] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Livros de Escrituras Públicas –Século XIX. Ano: 1881. Documentação não catalogada.
[110] Ver: NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. O horizonte da liberdade e a força da escravidão: últimas décadas do século XIX. In. CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos reis (orgs.). *Barganhas de querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XIII e XIX)*. Salvador: Edufba, 2014.
[111] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Livros de Escrituras Públicas –Século XIX. Ano: 1880. Documentação não catalogada.
[112] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Livros de Escrituras Públicas –Século XIX. Ano: 1883. Documentação não catalogada.
[113] APEB - Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Judiciário (Escravos: Assuntos) 1880-1888, maço 2900. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888.Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2007, p. 203-204

com pessoa livre, [...] alforriada pelo juiz de órfãos desta villa por conta do fundo de emancipação pela quantia de quinhentos mil reis [...] a dita escrava com cincoenta mil reis de pecúlio"[114].

A partir dessas análises, algumas experiências e expectativas vêm à tona. Tanto por parte dos senhores como pelos cativos, torna-se nítido que havia posicionamentos tomados em virtude da intensificação das medidas e das ideias abolicionistas. Os senhores, em sua maioria, não pretendia se desfazer do domínio da posse escrava, por isso criaram meios de garantir a presença da mão de obra do (ex) escravo no alcance das suas vistas. É evidente, no entanto, que estes não agiram como meras peças do interesse senhorial, mas exigiam, concediam e atendiam demandas próprias. Experiências diversas foram experimentadas por esses sujeitos, seja se desvencilhando da propriedade, seja construído outras relações no mesmo espaço de trabalho quando conseguido a liberdade, tanto no período da escravidão como no pós-abolição.

Ao contrário do que observado por Iacy Maia Mata em seu estudo sobre o processo abolicionista em Cuba e no Brasil, em que grandes senhores de engenho não se prepararam para a transição, havendo "em muitos casos, a interrupção e paralisação das atividades de plantação e uma crise econômica [que] acompanhou a abolição"[115], percebe-se que para a realidade do alto sertão, não houve grandes abalos, visto que muitos que detinham a posse escrava já estavam realizando acordos para sua manutenção e também da mão de obra livre, além disso, antes mesmo da intensificação das medidas emancipacionistas distintas formas de trabalho já se davam na lavoura e pecuária sertaneja, o que não gerou uma total dependência da mão de obra escrava.

Nesse sentido, a presença de agregados e camaradas foi constante, como demonstrado na relação de dívidas do inventário de Venância Pereira de Lacerda, que "Deve, Manoel, camarada", a quantia de Rs. 83$400[116], além de outros libertos que continuaram a viver e desempenhar suas atividades na região.

Vale notar que o empréstimo concedido a esses sujeitos, ao tempo em que pode revelar o universo das relações criadas entre ex- senhores e libertos, também revela

[114] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Livros de Escrituras Públicas –Século XIX. Ano: 1881. Documentação não catalogada.
[115] MATA, Iacy Maia. Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da abolição: Bahia e Cuba – notas iniciais. Revista de História Comparada. Rio de Janeiro, 5-1: 66 – 90, 2011, p.73. Ver de maneira mais detida a análise sobre o processo emancipacionista em Cuba em sua tese intitulada: Conspirações da "raça de cor": escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864/1881). Campinas: Unicamp, 2012.
[116] Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventário de Venancia Pereira de Lacerda. Maço: 34. Ano: 1884.

dificuldades enfrentadas pelos recém saídos do cativeiro, provavelmente acentuadas com a estiagem do início da década de 1890. Walter Fraga Filho (2006, p.151), analisou semelhante situação no Recôncavo baiano, indicando "que as dificuldades de subsistência diminuíram o poder de barganha dos libertos, no processo de negociação com os donos de engenho". Na correspondência abaixo, publicada no jornal "Pequeno Jornal", em 03 de março de 1890, percebemos aspectos desse contexto enfrentado em Monte Alto:

> Como sabeis, nestas quadras calamitosas, há uma certa classe pobre que geme soffrendo occulta as agonias da fome, com pejo de estender a mão a caridade publica, e esta hoje aqui é grande. Conheço famílias que tem 8 e 10 filhos e passam dias sem accender fogo em casa e seus chefes não tem recurso algum!
> Roceiros, segundo tenho ouvido, tem passado e passam mezes sem farinha. As poucas roças de mandioca estão sendo roubadas de maneira espantosa, e até já houve um assassinato em uma; e o mesmo dá-se com as creações de toda espécie e já se fala em ataques pelas estradas[117].

Mesmo não informando de maneira precisa se esses sujeitos eram ou não ex-escravizados, podemos supor que a menção a "certa classe pobre" e "roceiros", compunha-se também desses sujeitos. Além de ressaltar as agruras por eles sentidas, o documento faz menção às práticas que se manifestaram diante dessa situação. Por um lado, o destaque para a caridade, como uma prática "grande", pode ser vista como um meio utilizado para manter esses sujeitos sob seu domínio, o que não quer dizer que houve uma submissão ou aceitação, ao menos sob a ótica do proprietário. Por outro, a recorrência a roubos além de ser movida pela escassez de alimentos, talvez pode ter servido como meio de reivindicar ações mais energéticas e não ceder a tais vínculos. Deste modo, antes e a pós decretada a abolição as estratégias de domínios dos escravos, libertos e livres, continuaram presentes na realidade sertaneja. Concedendo alforrias, ou realizando acordos com demonstrações de benevolência, os (ex)senhores perseguiram o desejo pela manutenção desses sujeitos debaixo de suas vistas. Ao que tudo indica, muitos permaneceram, construindo relações, negociando e enfrentando as dificuldades impostas cotidianamente.

Referências

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

[117] Hemeroteca Digital Nacional. Pequeno Jornal, 03 de março de 1890.

FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910*). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

MIRANDA, Rosângela Figueiredo. *Trânsitos culturais de poder local, tráfico interno de escravos e liberdade no alto sertão da Bahia, no período de 1840 a 1888*. In. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal –RN, 2013.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. O horizonte da liberdade e a força da escravidão: últimas décadas do século XIX. In. CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos reis (orgs.). *Barganhas de querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XIII e XIX)*. Salvador: Edufba, 2014.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830- 1888)*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Fios da vida: Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertoins de Sima – Ba (1860-1920)*. São Paulo. Annablume, 2009.

MATA, Iacy Maia. *Os treze de maio: Ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2002.

_____.*Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da abolição: Bahia e Cuba – notas iniciais*. Revista de História Comparada. Rio de Janeiro, 5-1: 66 – 90, 2011.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Pecuária, Policultura e escravidão no alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SANTANA NETO. José Pereira. *A alforria nos termos e limites da lei*: *o Fundo de Emancipação na Bahia (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2012.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Caminhos e descaminhos da abolição: Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888).* Tese de Doutorado. Curitiba: UFP, 2007.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*.Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2007.

O CICLO POMBALINO NA LITERATURA BRASILEIRA: *O URAGUAI (1769), O DESERTOR (1774)* E *O REINO DA ESTUPIDEZ (1818)*

Ellen dos Santos Oliveira (mestranda/UFS)

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XVIII sinaliza um momento importante da formação da Literatura Brasileira. Trata-se de um período transitório, influenciado pelas ideias progressistas e de preparação para a independência do Brasil. Conforme Candido (2006 b), o Brasil vivia a Época das Luzes e caminhava para a independência política e às teorias da emancipação intelectual, que contribuiu para o surgimento de uma consciência Nacional, tema do nosso Romantismo Brasileiro após 1830. Tal período foi historicamente marcado pelo governo do Marques de Pombal e isso foi muito oportuno ao Brasil e aos brasileiros. O pombalismo foi também exemplo do ideal setecentista de bom governo, desabusado e reformador (CANDIDO, 2006b, p. 105) marcado pelo despotismo esclarecido[118]. Conforme observa Candido (2006 b):

> Para uma colônia habituada à tirania e carência de liberdade, pouco pesaria o despotismo de Pombal; em compensação, avultaram a sua simpatia pessoal pelos colonos, que utilizou e protegeu em grande número, assim como os planos e medidas para o nosso desenvolvimento. **Algo moderno parecia acontecer; e os escritores do Brasil se destacam no ciclo do pombalismo literário, com o *Uraguay*, de Basílio da Gama, justificando a luta contra os jesuítas; O *desertor*, de Silva Alvarenga, celebrando a reforma da Universidade; *O reino da estupidez*, de Francisco de Melo Franco, atacando a reação do tempo de D. Maria I.** (CANDIDO 2006b, p. 105) (**grifo meu**)

Essas três obras citadas por Cândido (*O Uraguai*; *O Desertor* e *O Reino da Estupidez*, de Francisco de Melo Franco) incorporam as principais ideologias e o engajamento político de seus autores, enquanto atuantes intelectuais no cenário da ilustração luso-brasileira. Estas obras revelam o quanto seus autores se empenharam a louvar e exaltar os feitos pombalinos que transformaram a educação brasileira a partir da segunda metade do século XVIII.

É consenso que, dentre os principais feitos de Pombal, destacam-se: o papel que o ministro desempenhou na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755; a destituição do

[118] Despotismo esclarecido (ou iluminado) corresponde à forma de governar característica da Europa na segunda metade do século XVIII, que embora partilhe com o absolutismo a exaltação do Estado e do poder soberano é animada pelos ideais de progresso, reforma e filantropia do iluminismo.

poder da Companhia de Jesus em 1758, com a expulsão dos Jesuítas dos domínios portugueses em 1759; e as reformas do sistema de ensino, principalmente do ensino superior (OLIVEIRA, 2010; NUNES, 2013; ARRUDA, 2009; CARVALHO, 1978).

Assim, considerando que as obras retratam os feitos de Pombal desde a chegada do Marquês à cidade de Lisboa, após o terremoto de 1755 até a destituição de seu governo com o declínio do Reinado de D. José I, para o desenvolvimento desta análise, optar-se-á pela ordem proposta por Candido (2006b), ou seja, começando a análise por *O Uraguai* de Basílio da Gama, em seguida com *O Desertor* de Silva Alvarenga e finalizando com *O Reino da Estupidez* de Melo Franco, sem, no entanto, deixar de fazer pontes estre elas, a fim de descobrir, com maior precisão, como tais obras enquadram-se em um Ciclo Pombalino na Literatura Brasileira. Um Ciclo em que cada obra reflete um momento importante no governo pombalino.

Em *O Uraguai*, de Basílio da Gama, é retratada a luta pombalina contra os jesuítas que objetivou reduzir o poder político da igreja e submetê-la integralmente ao Estado. Nesse poema épico, a intervenção de Pombal no cenário indígena se justifica por ser o ministro o libertador dos índios sob o domínio opressivo dos jesuítas. Assim o índio é apenas um suporte para a celebração de Pombal, associada à desqualificação dos jesuítas (TEIXEIRA, 1999, p.39-41).

Para Antonio Candido (2006a), ao antijesuitismo de *O Uraguai* corresponde o pombalismo educacional dos dois poemas herói-cômicos (*O Desertor* de Silva Alvarenga, e *O Reino da Estupidez* de Francisco de Melo Franco), feitos para defender a reforma da Universidade e atacar o ensino escolástico, formando os três uma espécie de tributo às medidas transformadoras, referente aos feitos pombalinos, como se um gênio oculto insinuasse aos rapazes ultramarinos que elas abriam perspectivas favoráveis à superação do estatuto colonial (CANDIDO 2006a, p.163).

Da mesma forma como Basílio da Gama, Silva Alvarenga apresenta uma posição ideológica e estética bem definidas ao escrever o poema herói-cômico *O Desertor* (1774), quando ainda era estudante em Portugal. No poema, Silva Alvarenga apoia a modernização dos estudos universitários empreendida pelo Marquês de Pombal por influência do pensamento ilustrado.

Com o mesmo espírito iluminista com que Alvarenga escrevera *O Desertor* em apoio à reforma universitária, Francisco de Melo Franco, satirizou o regresso da treva pré – iluminista e a volta da rotina no poema *O Reino da Estupidez* (1785) (CANDIDO 1999, p.34).

E se no primeiro poema, Alvarenga retrata o Marquês de Pombal como sendo um "Gênio da Lusitânia" que "depois dos estragos da ignorância" "no teu seio / De novo atentas as amáveis Artes" (ALVARENGA, 1774, p. 07), já no segundo, Melo Franco retrata a Rainha D. Maria I como a "Deusa da estupidez" que "usurpara [...] o seu trono" (MELO FRANCO, p.03), nesse mesmo poema o autor "Diz que já o Pombal faz tanta falta" e ainda invoca o retorno do "bom ministro" (idem, ibidem, p.09). É assim, como afirma Candido, que aderindo às reformas brutais, mas progressistas do Marquês de Pombal, os intelectuais brasileiros se opuseram em geral ao retrocesso que seguiu a sua queda (CANDIDO 2006a, p.163).

Assim sendo, essa análise seguiu essa linha de interpretação ao comparar essas três obras (*O Uraguai* de Basílio da Gama, *O Desertor* de Silva Alvarenga, e *O Reio da Estupidez* de Francisco de Melo e Franco), sob a perspectiva de um Ciclo Pombalino da Literatura Brasileira, em que cada obra denuncia o engajamento político de seus autores ao Governo Pombalino, levando em consideração o momento histórico e sua repercussão nas artes, em especial na literatura brasileira.

Não é exagero dizer que alguns apontamentos que culminaram nessa reflexão surgiram há, aproximadamente, cinco anos, quando cursava a graduação em Letras e, especificamente, durante a realização de um trabalho interdisciplinar que envolvia as disciplinas de Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira, em que foi proposto o estudo da obra "*O Desertor*", de Silva Alvarenga. Desse trabalho, foram encaminhadas algumas questões estéticas que foram desenvolvidas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "*O Desertor: Epos ou Romance?*". No entanto, o mais importante a frisar é que, durante o desenvolvimento do trabalho, dentre os autores revisados[119], apenas Candido (2006 b), tratava *O Desertor*, como obra de destaque no "ciclo do pombalismo literário", juntamente com *O Uraguai*, de Basílio da Gama, e *O Reino da Estupidez*, de Francisco de Melo Franco, sendo, pelo menos, a segunda reconhecida como um clássico da literatura brasileira.

Notou-se também que, apesar dessas obras serem consideradas representativas de um período crucial da formação da literatura brasileira, são poucas as páginas críticas dedicadas à poesia neoclássica no Brasil. Dentre os poucos estudos desenvolvidos acerca do pombalismo literário na literatura brasileira, embora que muito substanciais, têm-se demonstrado ainda

[119] COUTINHO (2001), *Introdução à literatura no Brasil;* TUFANO (1983), *Estudos da Literatura Brasileira;* MARTINS (2002), *A Crítica literária no Brasil;* CANDIDO (1999, 2006-a), SILVA (1864), *Obras Poéticas de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga* ; VERÍSSIMO (1969), *História da Literatura Brasileira;* TOPA (1997) *Para uma edição crítica da obra do árcade brasileiro Silva Alvarenga;* TOPA (1998), *"Da teoria à crítica literária: reexame da questão à luz de um texto inédito do autor" "Os sonetos: atribuições ignoradas e inéditos"*; TUNA (2009), *Silva Alvarenga: representante das Luzes na América portuguesa;* NEJAR (2011), *História da Literatura Brasileira.*

pouco devido à importância do período que compreende a segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, Francisco Topa percebe que este período está ainda mal estudado e cita, como exemplo das consequências do relativo desinteresse da crítica literária, o autor árcade Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que apresenta vários erros e julgamentos precipitados no que diz respeito a sua biografia e contextos histórico-cultural (TOPA 1997).

Diante disso, pretende-se com esta análise contribuir com a crítica e historiografia literária no que diz respeito ao estudo da literatura brasileira da segunda metade do século XVIII, e, possivelmente, complementar a fortuna crítica das obras: *O Uraguay* de Basílio da Gama; *O Desertor* de Silva Alvarenga; e *O Reio da Estupidez* de Francisco de Melo e Franco. Obras que se adequam ao espírito ilustrado da época e delineiam um Ciclo do Pombalino na Literatura Brasileira.

Socialmente, este estudo poderá ajudar a compreender como o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, com as Reformas Pombalinas, não só transformou a educação brasileira a partir da segunda metade do século XVIII, mas influenciou a cultura e as artes, principalmente no que diz respeito à literatura brasileira.

Para uma compreensão mais acurada sobre o contexto histórico e político de Portugal e do Brasil, até então colônia portuguesa, na segunda metade do século XVIII, foram de grande importância os estudos desenvolvidos por: Oliveira (2010); Nunes (2013); Arruda (2009); Carvalho (1978). Tais estudos proporcionaram uma ampla visão sobre as influencias históricas e políticas que motivaram e/ou inspiraram a produção literária dos poetas árcades brasileiros, com destaque para: Basílio da Gama (O Uraguai); Silva Alvarenga (O Desertor); e Francisco de Melo Franco (O Reino da Estupidez).

Tais obras foram analisadas sob a mesma perspectiva adotada por Ivan Teixeira (1999) em seu estudo "Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio", quando autor considerou que o núcleo da significação de *O Uraguay* encontra-se no louvor ao Marquês de Pombal, que implica o ataque aos inacianos, e não na valorização do índio enquanto elemento típico da terra do autor, como geralmente é abordado pela crítica literária brasileira (TEIXEIRA, 1999, p.32-33).

Assim, *O Uraguai* de Basílio da Gama, *O Desertor* de Silva Alvarenga, e *O Reino da Estupidez* de Francisco de Melo e Franco serão consideradas e interpretadas como obras integrantes do discurso ilustrado português, dando ênfase às suas principais temáticas que resultam no domínio das luzes, que são o antijesuitismo e o pombalismo. Para desenvolver essa linha de interpretação, esta pesquisa contará com as contribuições de: ALBUQUERQUE

(1975); CANDIDO (1996, 2006 a, 2006 b); NEJAR (2011); NUNES (2011); SILVA (1864); TEIXEIRA (1999); TUNA (2009).

Para interpretar as obras *O Uraguai (1769), O Desertor (1774),* e *O Reino da Estupidez (1818)*, como obras iconográficas do Ciclo Pombalino na Literatura Brasileira, será adotada a primeira definição básica para a palavra "ciclo", apresentada por Larousse (2001), que diz respeito a uma "Série de acontecimentos ou fenômenos que se sucedem numa ordem e período determinados" (LAROUSSE, 2001). Nesse sentido, serão considerados como acontecimentos e fenômenos os feitos de Sebastião Carvalho de Melo, o Marquês de Pombal, enquanto ministro de Portugal durante o reinado de D. José I.

Antes de adentrar na análise das obras, cabe salientar que, Segundo Franco 2007, as Reformas Pombalinas tiveram como base os ideais Iluministas que eram pregados por um grupo de intelectuais e políticos, que surgiu em Portugal no século XVIII. Trata-se de revolucionária reforma educacional feita na Universidade portuguesa que destituiu os jesuítas das funções de administração e magistério até então exercidas. A partir daí, foi criada a faculdade de Filosofia e de Matemática que, juntamente com a de medicina, compunham a congregação Geral das Ciências e suas disciplinas de História Natural, Física, Química, e Geometria passaram a ser pré-requisitos obrigatórios para todos os alunos dos demais cursos. Também significou a obrigatoriedade da formação de nível superior para os matemáticos e determinou o surgimento de um novo profissional: o naturalista. Segundo Arruda 2009:

> Dos muitos feitos de Pombal, os que mais destaque ainda hoje recebem da historiografia acerca de sua vida e obra são: o papel que teve na reconstrução de Lisboa após o notório terremoto de 1755 – evento após o qual recebeu do monarca autoridade sem paralelos; a destituição do poder temporal da Companhia de Jesus, a 1758, com a expulsão de todos os membros daquela ordem dos domínios portugueses, a 1759; e, acima de tudo, as subseqüentes reformas do sistema de ensino, em especial do ensino superior. (ARRUDA, 2009)

O POMBALISMO E O ANTIJEJUITISMO EM *O URAGUAI*

Comecemos situando historicamente *O Uraguai*. A narrativa é centrada em uma fase importante do governo pombalino. O Rei D. José I, direcionado por seu ministro, o Marques de Pombal, já havia assumido o reinado de Portugal e dado início a uma série de medidas para reconstruir a cidade de Lisboa que havia sido totalmente destruída após o terremoto de 1755. Tais reformas conseguiu reanimar não só a população, que vivia um período de sobrevivência

da grande tragédia, mas também um grupo de artistas e intelectuais que acreditaram e se engajaram na política pombalina, abraçando-a com esperança de superação e fé no progresso. Considerados como heróis nacionais, o Rei D. José I e o Marques de Pombal, foram exaltados em diversas obras artísticas culturais do período. O soneto que abre o épico de Basílio da Gama, O Uraguai, faz referência a tal exaltação:

> Ergue de jaspe um globo alvo e rotundo,
> E em cima a estátua de um Herói perfeito;
> Mas não lhe lavres nome em campo estreito,
> Que o seu nome enche a terra e o mar profundo.
>
> Mostra na jaspe, artífice facundo,
> Em muda história tanto ilustre feito,
> Paz, Justiça, Abundância e firme peito,
> Isto nos basta a nós e ao nosso mundo.
>
> Mas porque pode em século futuro,
> Peregrino, que o mar de nós afasta,
> Duvidar quem anima o jaspe duro,
>
> Mostra-lhe mais Lisboa rica e vasta,
> E o Comércio, e em lugar remoto e escuro,
> Chorando a Hipocrisia. Isto lhe basta.

O poema é versado em louvores ao Rei D. José I, o "herói perfeito", que fora homenageado, com uma estátua feita a sua imagem, pelos feitos pombalinos empreendidos em seu governo, evidenciando a perspectiva de mudança pelo "ilustre feito". Se por um lado, o olhar do eu-lírico prevê uma "Lisboa rica e vasta" em um "século futuro", por outro, já vislumbra o choro da "Hipocrisia" que representa os padres jesuítas que serão atacados e expulsos, pelo novo rei de Portugal, de toda a colônia portuguesa.

O antijesuítismo em *O Uraguai* é uma característica marcante e peculiar da obra, uma vez que a narrativa do poema gira em torno da expulsão dos padres jesuítas das terras situadas à margem do rio Uraguai, o Brasil, que na época era colônia portuguesa. Esse sentimento de repúdio à igreja e aos padres, por parte da Coroa portuguesa, é justificado no poema pelo fato de que os jesuítas se afastarem da supremacia do Rei e tornarem-se mais próximos dos índios, conforme é versado no poema:

> Se aos Padres seguem os rebeldes povos?
> Quem os governa em paz e na peleja?
> Que do premeditado oculto Império
> Vagamente na Europa se falava
> (CANTO I, 153 – 156)

Para Basílio da Gama essa aproximação dos padres com os índios era motivada por interesses de dominação da colônia. No poema, os jesuítas são acusados de serem os responsáveis pela rebeldia dos índios que resistiam a entregar as terras na execução do Tratado de Madri, e por isso é a eles atribuída a culpa pela guerra, uma vez que somente os padres tinham o poder de persuadir os índios e evitar a guerra, e o genocídio. Assim, Gama, sob a ótica do colonizador, não consegue ver sofrimento na rebeldia dos índios para defender sua terra.

> Não sofrem tanto os índios atrevidos:
> Juntos um nosso forte entanto assaltam.
> E os padres os incitam e acompanham.
> Que, à sua discrição, só eles podem
> Aqui mover ou sossegar a guerra.
> (CANTO I, 182 – 186)

Favorável à coroa portuguesa e à política pombalina, Basílio compartilha do entendimento de que grande parte dos problemas da Nação repousava acima de tudo no peso que a Igreja, e principalmente a Companhia de Jesus, desempenhava na organização da sociedade e na formação das atitudes, principalmente por conta de sua influência no sistema educacional. A esse respeito, Luis Antonio Verney (1952) escreveu que era "necessário abater o poder e a influência dos jesuítas, os quais, pelo controle da educação e pelo poder junto aos príncipes, constituem um dos males mais difíceis de resolver" (VERNEY, 1952, p. 260).

A luta contra a influência dos padres jesuítas sobre os índios é característica marcante em *O Uraguai*. Ex-aluno do colégio de jesuítas, Basílio da Gama mostra-se completamente desfavorável à educação implantada pelos inacianos nas colônias portuguesas e vê na política de Pombal um melhor destino para o país sedento de independência política e emancipação intelectual, e, para alcançar esses fins, a educação dos padres jesuítas parecia um empecilho, já que colocava os índios contra a coroa portuguesa. Fazendo os índios ignorar o rei português, conforme se lê na fala de Cacambo: "De que serve ao teu rei? Aqui não temos / Nem altas minas, nem caudalosos" (GAMA, 2009, p. 45).

Na perspectiva de Basílio da Gama, os índios, idealizados à *la Rousseau*, tinham uma boa índole até serem corrompidos e influenciados pelos padres jesuítas, rebelando-se contra a coroa portuguesa. Partindo dessa crença o poeta atribui a culpa da rebeldia dos índios, o que culminou na guerra, aos padres:

> A resistir-te em campo aberto. Pode

Custar-te muito sangue o dar um passo.
Não queiras ver se cortam nossas frechas.
Vê que o nome dos reis não nos assusta.
O teu está muito longe; e nós os índios
Não temos outro rei mais do que os padres
(CANTO II, 106 – 111)

Por isso que há de se concordar com Candido (1984) quando ele afirma que, embora Basílio celebre uma guerra destruidora, no fundo o poeta não simpatiza com ela e quase justifica o inimigo, que assim como os índios também são tratados como vítimas dos padres jesuítas, lamentando a necessidade cruel da razão do Estado (CANDIDO, 1984, p. 08).

O general Andrade, embora fale em nome da Coroa Portuguesa desde o início da narrativa parecia opor-se à guerra, conforme se nota em seu discurso iluminista, mas é durante a guerra que ele parece comprovar a inutilidade desta. No capítulo IV, após a morte de Lindóia, há uma cena, cuja narrativa é capaz de comover o leitor, quando Andrade presencia vários corpos indígenas massacrados enquanto os padres permaneciam protegidos e salvos em seus edifícios. Diante da cena o guerreiro português chora:

Dos pobres índios, e no chão caídos
Fumegavam os nobres edifícios,
Deliciosa habitação dos padres.
Entram no grande templo e vêem por terra
As imagens sagradas. O áureo trono,
O trono em que se adora um Deus imenso
Que o sofre, e não castiga os temerários,
Em pedaços no chão. Voltava os olhos
Turbado o General: aquela vista
Lhe encheu o peito de ira, e os olhos de água.
(CANTO IV, 265-274)

Parece que é no canto V, quando ao deparar-se com a realidade representada nas obras de arte, pinturas da Companhia de Jesus expostas no teto, que o general Andrade irá humanizar[120]-se completamente ao ver os crimes cometidos pela ordem, e compreender que os índios foram vítimas de tais barbaridades:

Na vasta e curva abóbeda pintara
A destra mão de artífice famoso,
Em breve espaço, e Vilas, e Cidades,
E Províncias e Reinos. No alto sólio
Estava dando leis ao mundo inteiro
A Companhia. Os Cetros, e as Coroas,
E as Tiaras, e as Púrpuras em torno
Semeadas no chão. Tinha de um lado

[120] Humanizar: v.t. (fr humaniser) [conj.4.]. 1. Tornar humano, dar estado ou condições humanas. 2. Tornar benévolo, benigno. v.pr. 1. Tornar-se humano. 2. Tornar-se sensível, caridoso (LARROUSE, 2001, p.520).

Dádivas corruptoras: do outro lado
Sobre os brancos altares suspendidos
Agudos ferros, que gotejam sangue.
(CANTO V, 1-11)

Ao presenciar, nas obras de arte, tanta corrupção praticada pelos Jesuítas, Andrade fica sensibilizado com as consequências trágicas da guerra. Os índios guaranis, vendo seus entes queridos morrerem na guerra, também pareciam desejosos de paz, e de um fim para aquele sofrimento. Ao que parece, o general e os índios almejam acabar com a guerra, e dar ouvidos à voz da razão.

Se, por um lado, os padres são narrados como lobos vorazes e traidores que abandonaram os índios à própria sorte em meio a uma guerra, conforme lê-se no fragmento abaixo:

Em trajes de caminho ambos os padres,
Que mansamente do lugar fugiam,
Desamparando os miseráveis índios
Depois de expostos ao furor das armas.
Lobo voraz que vai na sombra escura
Meditando traições ao manso gado,
Perseguido dos cães, e descoberto
Não arde em tanta cólera, como ardem
Balda e Tedeu. [...]
(CANTO V, 108 – 116)

Por outro lado, o general "invicto Andrade" é narrado em generosidade ao reprimir a guerra após o genocídio e ao amparar e abrigar alegremente "chorosas mães, e filhos inocentes" que lamentam a morte de seus entes queridos, e acabam cedendo ao colonizador.

O invicto Andrade; e generoso, entanto,
Reprime a militar licença, e a todos
Co'a grande sombra ampara: alegre e brando
No meio da vitória. Em roda o cercam
(Nem se enganaram) procurando abrigo
Chorosas mães, e filhos inocentes,
E curvos pais e tímidas donzelas.
Sossegado o tumulto e conhecidas
As vis astúcias de Tedeu e Balda,
Cai a infame República por terra.
Aos pés do General as toscas armas
Já tem deposto o rude Americano,
Que reconhece as ordens e se humilha,
E a imagem do seu rei prostrado adora.
Serás lido, Uraguai. Cubra os meus olhos
Embora um dia a escura noite eterna.
(CANTO V, 126 – 141)

O fim do episódio da guerra para a execução do Tratado de Madri termina com a expulsão dos jesuítas da colônia portuguesa e a submissão dos índios sobreviventes. Diante da aparente bondade do general, os guaranis "reconhece as ordens e se humilha". Logo, percebe-se a dicotomia vencedor e vencido que fica evidenciada no poema através do contraste entre: a alegria e brandura do colonizador, e choro e humilhação dos índios sobreviventes. Certo de ter feito um épico favorável aos olhos do Rei D. José I e à política pombalina, o poeta, confiante que o poema seria publicado com o aval do rei, suspira: "Serás lido, Uraguai".

Após a expulsão dos jesuítas das terras portuguesas e o rompimento com o ensino eclesiástico, conforme mostrou o épico basiliano, o caminho estava livre para a implementação das reformas no ensino superior, e essas serão motivos de louvor e exaltação no Poema Herói-Cômico "O Desertor", de Silva Alvarenga.

AS REFORMAS POMBALINAS E/EM *O DESERTOR*

O poema classificado como herói-cômico tem todos os elementos de uma epopeia clássica (proposição, invocação e divisão em cantos). Em *O Desertor* há todos esses elementos. No entanto, diferente de um épico cujo herói é um sujeito capaz de um enfrentamento de uma situação humano existencial que lhe é imposta em sua trajetória, no poema herói-cômico tem o modelo anti épico, ou seja, tem-se um sujeito que não é digno de heroicidade pela sua incapacidade de tal enfrentamento.

O Desertor, de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, é um poema narrativo em estilo solene que encerra um assunto banal e ridículo. Os cinco cantos giram em torno de Gonçalo e seus amigos que desertam da Universidade de Coimbra, fugindo dos cansativos e exaustivos estudos, decorrentes da mudança no Ensino Superior, em busca de uma vida simples e feliz em uma cidade chamada Mioselha, onde morava o tio do protagonista. O poema é chamado herói-cômico porque abraça ao mesmo tempo uma e outra espécie de poesia, a heroica e a cômica, e faz uma crítica satírica aos hábitos e comportamentos de parte da juventude do período que se opõem às Reformas Pombalinas, exaltando o Rei D. José I, e o Marquês de Pombal.

No poema de Silva Alvarenga, a narrativa inicia na Universidade de Coimbra e a situação imposta a Gonçalo, sujeito central da história e que representa os estudantes da Universidade, são as Reformas Pombalinas implementadas no Ensino Superior. Nota-se na invocação às musas e a proposição do poema, em que o eu-lírico/narrador apresenta o protagonista Gonçalo que ao invés de agir como um herói épico – o que seria permanecer na

Universidade de Coimbra e aceitar as reformas no ensino, criando um esforço para se adaptar aos novos métodos de estudos implantada pelo ministro do Rei, o Marquês de Pombal, sob o pensamento ilustrado – ele deserta da Universidade ao dar ouvidos à voz da Ignorância, pois estava acostumado ao ensino escolástico ministrado pelos Jesuítas até a chegada do Marquês de Pombal que trouxe consigo "as luzes da verdade":

> Musas, cantai o Desertor das letras,
> Que, depois dos estragos da Ignorância,
> Por longos, e duríssimos trabalhos
> Conduziu sempre firme os companheiros
> Desde o loiro Mondego aos Pátrios montes.
> Em vão se opõem as luzes da Verdade
> Ao fim, que já na idéia tem proposto:
> E em vão do Tio as iras o ameaçam.
>
> E tu, que à sombra duma mão benigna,
> Gênio da Lusitânia, no teu seio
> De novo alentas as amáveis Artes;
> Se ao surgir do letargo vergonhoso
> Não receias pisar da Glória a estrada,
> Dirige o meu batel, que as velas solta,
> O porto deixa, e rompe os vastos mares
> De perigosas Sirtes povoados.
> (CANTO I, 1-16)

Em *O Desertor*, de Silva Alvarenga, as Reformas Pombalinas são narradas de forma otimista pelo poeta. Nela é retratado o rompimento com o ensino eclesiástico que até então era desempenhado pelos padres jesuítas e dá início ao ensino estatal. A obra narra desde a chegada do Marquês de Pombal à Universidade até os "grandes feitos" do ministro do Rei D. José I. Tais feitos são tratados como temas gloriosos de uma nação, e o Marquês de Pombal é referência logo no primeiro Canto, quando ele chega à Universidade de Coimbra trazendo "as Ciências", na quarta estrofe, quando o eu-lírico versa:

> Já o invicto Marquês com régia pompa
> Da risonha Cidade avista os muros.
> Já toca a larga ponte em áureo coche.
> Ali junta a brilhante Infantaria;
> Ao rouco som de música guerreira
> Troveja por espaços: a Justiça,
> Fecunda mãe da Paz, e da Abundância,
> Vem a seu lado: as Filhas da Memória
> Digna imortal coroa lhe oferecem,
> Prêmio de seus trabalhos: as Ciências
> Tornam com ele aos ares do Mondego;
> E a Verdade entre júbilos o aclama
> Restaurador do seu Império antigo.
> (CANTO I, 33-45)

De todos os ministros do Rei D. José I, o Marquês de Pombal foi o que teve maior repercussão na Coroa e nas colônias portuguesas pela sua administração, seu empenho em reerguer Portugal e melhorar a economia do país. Pombal, conhecido como "ministro esclarecido", incorpora, com tais reformas, a estética iluminista na Universidade e afasta a ciência baseada na "ignorância". No poema, Alvarenga traz essa mudança estética ao situar Gonçalo como um estudante de Letras acostumado ao ensino baseado na leitura de romances, na retórica, no ensino baseado na fé cristã e na subjetividade, considerado como um método de "Ciência antiga", ultrapassado. Conforme mostra o trecho abaixo, em que Tibúrcio, influenciado pela ignorância, tenta convencer Gonçalo a desertar dos estudos, pois, na sua visão de "ignorante", tudo havia mudado para pior:

> Gonçalo, que foi sempre desejoso
> Da mais bela instrução, lia, e relia
> Ora os longos acasos de Rosaura,
> Ora as tristes desgraças de Florinda,
> E sempre se detinha com mais gosto
> Na cova Tristiféia, e na passagem
> Da perigosa ponte de Mantible.
> Repetia de cor de Albano as queixas
> Chamando a Damiana injusta, ingrata;
> Quando Tibúrcio apaixonado, e triste
> Ralhando entrou. Que esperas tu dos livros?
> Crês que ainda apareçam grandes homens
> Por estas invenções, com que se apartam
> Da profunda ciência dos antigos?
> Morreram as *postilas*, e os *Cadernos*:
> Caiu de todo a *Ponte*, e se acabaram
> As *distinções*, que tudo defendiam,
> E o *ergo*, que fará saudade a muitos!
> Noutro tempo dos Sábios era a língua
> Forma, e mais forma: tudo enfim se acaba,
> Ou se muda em pior.
> (CANTO I, 128 – 148)

Gonçalo, cedendo à voz da ignorância, deserta da Universidade de Coimbra e, demonstrando-se um grande orador ao proferir um discurso no pátio da Universidade, através de sua retórica, consegue convencer outros estudantes a abandonar os estudos. Formando, assim, a "Esquadra dos Desertores" liderada por Gonçalo e composta por mais cinco estudantes, que são: Tibúrcio, Cosme, Rodrigo, Bertoldo, Gaspar e Alberto. Esses são os que acompanharam o Desertor:

> Os que aprendem os nomes dos autores,
> Os que lêem só o prólogo do livro,

E aqueles, cujo sono não perturba
O côncovo metal, que as horas conta,
Seguiram as bandeiras da ignorância
Nos incríveis trabalhos desta empresa.
(CANTO II, 43 - 48)

É importante salientar que a ignorância é uma personagem personificada. É a antagonista da obra. Responsável por toda ação negativa que acontece no decorrer da narrativa. É ela quem guia Gonçalo e o esquadrão enquanto desertam da Universidade. Aparece inicialmente no Canto I, na sétima estrofe, tomando a forma de Tibúrcio, para tentar convencer o amigo e protagonista a desertar dos estudos. A partir daí passa a guiar Gonçalo e seus companheiros. No Canto III, na quarta estrofe, ela tomando uma nova forma "finge o rosto da bela Dorotéia" para convencer Rufino a guiar os companheiros até a cidade de Mioselha, e no Canto IV novamente assume a forma de Tibúrcio para enganar Amaro, e depois toma a forma de Marcela, fingindo ser uma velha que lia mãos para enganar Dorotéia. Durante toda a narrativa a ignorância se empenha em fazer com que os estudantes desertem da Universidade, e quando eles desertam, faz com que eles continuem firmes no caminho que lhe propõe, o caminho da Ignorância.

Se por um lado o poema apresenta essa rebeldia dos estudantes às Reformas Pombalinas, por outro lado o eu-lírico/narrador versa confiante que as Luzes triunfarão sobre a Ignorância que em poucos dias será substituída pela Razão ilesa e pura. Os versos demostram entusiasmo na chegada do pensamento iluminista, através de ótimos e famosos professores que El-Rei fidelíssimo atraiu de diversas partes da Europa, abrindo caminho para os estudos Racionais, como a Física e a História Natural. No sonho de Gonçalo as "Luzes da Verdade" exalta a Reforma da Universidade de Coimbra, e diz:

Eu vejo renascer um Povo ilustre
Nas armas, e nas letras respeitado.
O seu nome vai já de boca em boca
A tocar os limites do universo.
(CANTO IV, 31 - 34)

Depois de passar por várias situações conflituosas, Gonçalo chega à cidade de Miosela, consagrando-se como um anti - herói por desertar da Universidade. Porém não é aceito pelo seu tio que tenta convencê-lo, com ameaças, a voltar aos estudos, mas Gonçalo permanece inflexível, firme na ignorância! O tio conhecendo tudo que o sobrinho aprontou durante a viagem, e vendo-o como um mal exemplo para os estudantes da época, fecha a porta impedindo-o de entrar em sua casa. Nota-se o papel didático do poema, pois carrega implicitamente a intenção de educar a juventude do período. Gonçalo é apresentado aos

leitores como um anti - herói que vive apenas com a Glória de trazer consigo a derrotada estúpida Ignorância. Na última estrofe da obra o eu-lírico/ narrador finaliza advertindo à Ignorância:

> Goza, Monstro orgulhoso, o antigo império
> Sobre espíritos baixos, que te adoram;
> Enquanto à vista de um Prelado ilustre,
> Prudente, Pio, Sábio, e Justo, e Firme
> Defensor das Ciências, que renascem,
> Puras as águas cristalinas correm
> A fecundar os aprazíveis campos.
> Brotam as flores, e aparecem frutos,
> Que hão de encurvar co próprio peso os ramos
> Nos belos dias da estação doirada.
> Possa a robusta mão, que o Cetro empunha,
> Lançar-te num lugar tão desabrido,
> Que te sejam amáveis os rochedos
> Onde os coriscos de contínuo chovem.
> (CANTO VIII, 258-271)

Com as Reformas Pombalinas, Portugal caminhava confiante no progresso e triunfante pela derrota da Ignorância, até a morte do Rei D. José I, em 1977, quando o país passou a ser governado por D. Maria I, cujo reinado será versado por Francisco de Melo e Franco como "O Reino da Estupidez".

O REINO DA ESTUPIDEZ E O DECLÍNIO DE POMBAL E DO POMBALISMO

O Reino da Estupidez, de Francisco de Melo e Franco, é um poema herói-cômico composto em quatro cantos, versos livres, e com proposição e invocação. De estilo satírico, o poema ridiculariza a Universidade de Coimbra, seu reitor, e ataca a rainha D. Maria I, que é apresentada como a "Estupidez", logo na preposição do poema:

> Não canto aquele herói pio e valente
> Que depois de ter visto a cara Pátria
> A cinzas reduzida e campo vasto,
> Mil perigos contrastando, um dima busca
> Aonde com os seus ditoso seja.
> A mole Estupidez cantar pretendo
> Que, distante da Europa desterrada,
> Na Lusitânia vem fundar seu Reino.
> Dita-me, oh musa, que eu não posso tanto,
> Os nobres feitos, e diversos casos,
> Que a esta grande empresa acompanharam.
> Viu feio monstro de cruel figura,
> Desgrenhados cabelos, olhos vesgos.
> (CANTO I, 1-13)

Com a morte do Rei D. José I, sua filha D. Maria I assumiu o trono. Vinda de uma educação religiosa, e agindo sempre fiel ao cristianismo, a nova Rainha não só se opôs à política Pombalina como, também, demitiu e perseguiu o ministro e seus adeptos. Dentre os perseguidos estava o estudante de medicina Francisco de Melo e Franco que escreveu seu poema como uma forma de vingança por ter sido perseguido e preso pela inquisição acusado de enciclopedismo após a morte de Pombal.

O poema narra a chegada da Estupidez que, depois de ser repelida das bandas do Norte, vem para a Europa - acompanhada do Fanatismo, da Hipocrisia, e da Superstição - reinar em Lisboa. Abaixo um trecho do poema, em que a Estupidez, em prantos por não achar abrigo na Alemanha, na França e na Inglaterra, é consolada pelo Fanatismo:

> — A vosso e meu pesar já tendes visto
> Que suamos em vão; Minerva impera
> Nos duros peitos desta gente infame;
> Deixemos, pois estes gelados climas,
> Bem digna habitação de tais cabeças;
> Daqui fujamos para o meio-dia,
> País de toda a Europa o mais ditoso;
> Aqui mais resistência não teremos;
> O povo habitador deste terreno,
> Apesar dos passados contratempos
> A meu mando viveu sempre sujeito.
> Não chores, cara irmã; o teu Império
> Segundo creio, lá verás fundado.
> Fugir, fugir desta inimiga terra."
> (CANTO I,161-174)

No segundo canto, é narrada a chegada do esquadrão – formado pela Estupidez, o Fanatismo, a Hipocrisia e a superstição – à Lisboa. E é recepcionado pelo discurso da Raiva que lamenta:

> Acusa de infiel a sua sorte
> Porque tenha num reino tal nascido
> Que tantos Neros tem quanto fidalgos;
> Diz que já o Pombal faz tanta falta
> Porque ele era somente quem sabia
> Desta raça abater o grande orgulho.
> (CANTO II,101 – 106)

Mais adiante, a Superstição discursa e reafirma que Lisboa é o lugar propício para fundar o Reino da Estupidez, pois:

> Lisboa já não é, torno a dizer-vos,
> A mesma que há dez anos se mostrava.

É tudo devoção, tudo são terços,
Romarias, novenas, vias-sacras.
Aqui é nossa terra, aqui veremos
A nossa cara Irmã cobrar Seu reino".
(CANTO II,217-222)

Após a fala da Superstição, a Hipocrisia segue discursando e criticando a presença dos estrangeiros na cidade que se assumem portugueses, mas que segundo ela:

É chamar-lhe, sem dúvida, macaco,
Somente imitador dos vãos caprichos
Das estranhas nações, não das virtudes.
Sem rebuço, é chamar-lhe um ignorante,
Um confirmado tolo, que não sabe
Nem artes, nem ciências, nem comércio.
Miserável nação! Que fielmente
Os tesouros franqueia aos estrangeiros
Por chitas, por fivelas, por volantes,
E por outras imensas ninharias!
(CANTO II, 259-268)

Mediante os discursos da Superstição e da Hipocrisia, que dá um panorama atual da cidade, o Fanatismo fala confiante sobre a fundação do Reino da Estupidez na decadente Lisboa, oito anos após a queda de Pombal e três anos após sua morte, impregnada de religiosidade e estrangeiros que roubam a riqueza do país, o que justifica o atraso econômico da nação, e sugere:

Agora, pois, só resta que assentemos
Se deve ser aqui ou em Coimbra
A nossa cara Irmã entronizada.
Nesta Corte, anos há, se tem fundado,
Uma coisa, chamada Academia;
Mas isto, quanto a mim, sem diferença,
É um corpo sem alma que não pode
Produzir ação própria, ou um fantasma
Que em bem poucos minutos se dissipa.
O meu voto é que vamos demandando
O mesmo assento donde foi lançada
A mansa Estupidez injustamente.
Cobrar novos esforços é preciso,
Que por fim a vitória está segura."
(CANTO II, 366 – 379)

Após fundar seu Reino em Lisboa, a Estupides segue com o esquadrão para a Universidade de Coimbra. No terceiro canto é narrada a chegada da Rainha à Coimbra e

A linda perspectiva da cidade
Que tem tanto de bela, quanto é dentro
Imunda, irregular e mal calçada.
A terra é pobre, é falta de comércio:

O povo habitador é gente infame,
Avarenta, sem fé, sem probidade,
Inimiga cruel dos estudantes,
Mas amiga das suas pobres bolsas.
Aqui de muito tempo está fundada
A nobre Academia Lusitana.
O monstro, que é dotado de cem olhos,
Que ao longe avista os mais pequenos vultos,
Que debaixo do teto o mais forrado
Nada se passa sem lhe ser notório;
O monstro, que por outras tantas bocas,
Quanto sabe e não sabe põe patente;
Aqui em altas vozes apregoa
Que vem a Estupidez em breve tempo
Seus domínios cobrar, seu diadema,
Armada de terrível companhia.
Na minha fantasia acende, Oh Musa,
Um fogo vivo; põe na minha língua
Expressivas palavras, com que pinte
As proezas que vou dizer agora.
A Acadêmica gente alvoroçada
Não pensa, não conversa noutra coisa;
Em quase todos, geralmente reina
Excessiva alegria e nos Conventos,
De que consta a cidade em grande parte,
Mandam os guardiões que os refeitórios
De mais vinho e presunto se reencham.
(CANTO III, 16 – 46)

A rainha, a Estupidez, é aguardada pela "Acadêmica gente alvoroçada" que fazia circular a chegada da nova rainha, e o reitor Mendonça convocou um claustro universal para cerimônia solene:

Da Universidade o grande Chefe
Um claustro universal convoca logo,
Para que em pleno conselho votem todos
O que deve fazer-se neste caso.
(CANTO III,47 – 50)

Na cerimônia, Mendonça, o reitor da Universidade de Coimbra, acena para que a Teologia comece a discursar. Logo, percebe-se a aversão aos novos métodos de ensino implementados pelo antigo ministro, que questiona as ciências trazidas pelo estrangeiro, e que são exaltadas no poema *O Desertor,* de Silva Alvarenga. Voltando ao poema de Francisco de Melo e Franco, e à recepção da Estupidez na Universidade, o primeiro a ter voz discursiva é o Lente de prima de Teologia que diz:

Acaso precisais de mais ciência?
Se os dias desta breve e curta vida
Tivéssemos com os livros perturbado
Teríamos acaso mais prebendas,

Mais dinheiro, mais honra, mais estima?
De que podem servir estes estudos
Que mais da moda se cultivam hoje?
A bárbara geometria tão gabada
Que mil proposições, todas heréticas,
Aqui faz ensinar publicamente,
Sabeis para que presta neste mundo?
[A sua utilidade temos visto,]"
Diga-o a Inquisição e mais não digo.
Oh, góticos estudos nunca ouvidos
Nos tempos, em que tanto florescia
Um Seara, maior do que o seu nome
Um Pupilo, um frei Paulo de São Mauro,
Que sempre chorarão os frades bentos!
Histórias Naturais, Foronomias,
Químicas, Anatomias, e outros nomes
Difíceis de reter, são as ciências
Que vieram trazer os estrangeiros.
(CANTO III, 87 – 108)

O Lente de prima de Teologia é totalmente descrente das ciências e crê ser uma falta de humanidade os estudos desenvolvidos pela Medicina,

Há coisa mais cruel, mais desumana,
Mais contrária à razão, que ver os médicos
Um cadáver humano espatifando,
Um corpo que habitou o Espírito Santo?
(CANTO III, 109 – 112)

A visão religiosa, contrapondo-se às Ciências, é evidente e imperante nesse primeiro discurso, que conclui, dando as boas vindas à nova rainha, a Estupidez:

Deixemos, pois, um dia, oh sábia gente,
Estes prestígios que nos têm cegado;
Ponhamos como dantes estas coisas
Em seu antigo ser; como bons filhos
Recebamos a nossa Protetora;
O que foi sempre seu, em paz governe".
(CANTO III, 122 – 127)

Logo mais, tem-se a fala de Tirceu – homem singelo, que consome seus dias sobre os livros – Lente de prima de Matemática, que discursa em defesa das Ciências, evocando à Memória do Marquês de Pombal e repelindo o culto da Estupidez que implantava seu reino na Universidade:

— "Não é a glória vã de distinguir-me".
Quem me obriga a encontrar a tantos votos
Que, por serem conformes, talvez sejam
Ao parecer de muitos, verdadeiros.
A glória do meu rei, o amor da pátria,
São dois fortes motivos que me impelem
A dizer francamente quanto penso.

Trazei, sábios ilustres, à memória,
Aquele tempo em que contentes vistes
Entrar nesta cidade triunfante
O grande, invicto, o imortal Carvalho,
Às vezes de seu rei representando;
Daquele sábio rei, cujo retrato
Inda agora me anima e me dá forças
Para que, em seu favor, em sua glória,
Derramando o meu sangue, exale a vida.
Vistes ao grão marquês, qual sol brilhante
De escura noite, dissipando as trevas,
A frouxa Estupidez lançar ao longe;
E erigir à ciência novo trono
Em sábios estatutos estribado.
(CANTO III,146 – 166)

Tirceu representa os amantes das Ciências e os devotos de Pombal que permaneceram firme no círculo pombalino, mesmo após sua morte, protestando contra o novo reino:

Que dor a tua, que aflição não fora
Ver sem fruto as vigílias, os trabalhos
Que por zelo da pátria padeceste!
Ver, sobretudo, ingratos e falsários,
Que afetando aparências de alegria,
No fundo do seu peito, idolatravam
A mole Estupidez, como uma Deusa!
Se o mesmo que então eras, hoje fosses,
Quisera, oh pai da pátria, que tivessem
Com a tua presença validade
As minhas vozes, o meu zelo ardente.
Ainda reinará, com mágoa o digo,
Na nossa Academia essa tirana,
Essa vã divindade. Mas protesto
Que nem hoje o aprovo, e que inimigo
Há de em mim encontrar, enquanto o sangue
Seu círculo fizer, neste meu corpo.
(CANTO III, 186 – 202)

No poema, Tirceu satiriza e acusa de supersticiosos, hipócritas, fanáticos os que idolatram a nova Rainha, como uma Deusa, e finaliza seu discurso com lágrimas e palavras que "já presas ficaram na garganta", simbolizando, talvez, a incapacidade dos devotos de Pombal de se expressarem a favor do pombalismo.

No quarto e último capítulo é narrada a chegada da Estupidez que se hospeda no Convento dos cónegos da Santa Cruz, e recebe com amorosidade às eloquentes e entusiásticas alocuções dos doutores da Universidade. A Rainha, a Deusa da Estupidez, aceitando a "geral confissão de vassalagem", abençoa a todos:

— "Em paz gozai (a Deusa assim profere)
Da minha proteção, do meu amparo;

Eu gostosa vos lanço a minha bênção.
Continuai, como sois, a ser bons filhos,
Que a mesma que hoje sou, hei de ser sempre."
(CANTO IV, 315 – 319)

Assim, sob a ótica de seu autor, por não estimular o progresso científico e aceitar o método das "Ciências Antigas", a rainha é e sempre será a "Deusa da Estupidez" e, considerando a estética do gênero poema herói-cômico, uma anti heroína nacional, pois para ser consagrada como heroína seria necessário um enfrentamento humano existencial por parte da rainha que seria, uma posição favorável à ideologia pombalina. Isto é, o comportamento esperado para a rainha seria o que desse continuidade ao progresso incentivado pelo seu pai, o Rei D. José I, apoiando o pombalismo e não o contrário, como ela fez apoiando a igreja e se opondo à política de Pombal.

No poema, têm-se o cenário da Universidade de Coimbra após o declínio de Pombal e do pensamento iluminista. Vemos o fortalecimento da Igreja e o retrocesso do progresso científico que é questionado e desacreditado pelos portugueses mais tradicionalistas e religiosos que veneram e louvam a chegada da Estupidez que traz consigo a Superstição, a Hipocrisia, o Fanatismo. Esses personagens alegóricos encarnam tudo aquilo que o Pombal tentou afastar do Estado e da Universidade: a Igreja e a religiosidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Uraguai, Basílio da Gama, centra na luta pombalina para expulsar as raízes jesuíticas das colônias portuguesas, exemplificando com o caso do Brasil, até então colônia de Portugal, na ocasião da Execução do Tratado de Madri. No poema temos a rebeldia do índios como motivos que levaram os padres a serem expulsos, justificando que os jesuítas incitavam os índios a se rebelarem contra o rei. Temos assim, a luta do Estado contra a Igreja na dominação da colônia, e por fim o triunfo do colonizador sobre a igreja e os índios.

O Desertor, de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, expressa em seus versos narrativos uma sentimento confiante e eufórico quanto ao desenvolvimento científico. Apresenta abundantes exaltações às famosas Reformas Pombalinas, enchendo de louvores o Rei D. José I e seu ministro Marques de Pombal, pelos seus grandes feitos.

Silva Alvarenga expressa em sua obra, como seu pensamento estavam fortemente influenciados pelos ideais iluministas da época. E como membro da Arcádia Ultramarina, com o pseudônimo de Alcindo Palmirendo, não era diferente dos seus amigos e poetas

árcades. E a o poema herói-cômico analisado aqui, faz uma sátira cômica aos estudos que eram realizados nas Universidades antes das Reformas Pombalinas e da chegada do Iluminismo, na Universidade de Coimbra.

A obra, tanto na temática como no ritmo sonoro, nos remete à fugacidade Arcádia. Pois a fuga, que Gonçalo e seus amigos praticam, é expressa nos versos *enjambement*, ou seja, no cavalgamento entre um versos e outro em busca de uma unidade de sentido. Para os Desertores, aquela vida de estudos, proposta pelos novos métodos baseado no Racionalismo, não fazia sentido, por isso dando ouvidos à voz da Ignorância buscam aquilo que eles acreditavam ser o verdadeiro sentido da vida que, tanto para eles quanto para os árcades, era uma vida simples no campo, longe da cidade, e no caso dos estudantes, longe dos exaustivos estudos implementados pelas Reformas Pombalinas, em prol do progresso científico.

Progresso científico, esse, que será questionado e menosprezado pelos seguidores da rainha D. Maria I, a "Deusa da Estupidez", no poema *O Reino da Estupidez*, de Francisco de Melo e Souza. No anti-épico é narrada a chegada da rainha, a anti-heroína, na decadente Lisboa, e na Universidade de Coimbra após o declínio de Pombal, e do pombalismo. Figurando o retrocesso da modernização e retorno da treva, simbolizada pelo pensamento religioso.

Assim, confirma-se o que foi dito a princípio, ou seja, que os três poemas aqui analisados refletem um momento ideológico importante e decisivo no governo de Pombal, isto é: *O Uraguai*, de Basílio da Gama, retrata a luta pombalina contra os jesuítas; em O Desertor, Silva Alvarenga apoia a modernização dos estudos universitários empreendida pelo Marquês de Pombal; e em O Reino da Estupidez (1785), Francisco de Melo Franco satirizou o regresso da treva pré – iluminista e a volta da rotina com o declínio do Marques de Pombal e a ascensão da rainha D. Maria I ao trono português, evocando à Memória do "bom ministro". Logo, conclui-se que tais obras esboçam em versos um Ciclo Pombalino na Literatura Brasileira.

REFERÊNCIAS

Obras literárias

ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *O Desertor: poema herói-cômico.* 1.ed. Coimbra: Na real officina da Universidade, 1774. Acervo Digital da BRASILIANA USP, Disponível em <brasiliana@usp.br>. Último acesso em Agost. de 2012.

_____ *O Desertor: poema herói-cômico*; notas ao poema Joaci Pereira Furtado, Ronald Polito. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

GAMA, Basílio da. *O Uraguay*. 1.ed. Lisboa: na Régia Officina Tipografica, 1969.

_____. *O Uraguai*. In. O Uraguai; A declamação trágica. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MELO E FRANCO, Francisco de. O Reino da Estupidez. 1818. Versão digitalizada pela UNAMA: Universidade Amazônica. Disponível em: < http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/franc_melo.pdf>. Último Acesso em: nov. 2015.

Obras críticas científicas

ALBUQUERQUE, Luiz de. *O Reino da Estupidez e a reforma pombalina*. Coimbra: Atlântica, 1975.

ARRUDA, Paulo H. de M. *As Reformas Pombalinas na Universidade de Coimbra: algumas considerações.* PUCRJ: IX Congresso Nacional de Educação- EDUCARE, III Encontro Sul brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de out. 2009.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. São Paulo: Humanitas Publicações - FFLCH/USP,1999.

_____ *Literatura e Sociedade*. 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006-a.

_____ *Formação da literatura brasileira:* momentos decisivos, 1750-1880. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006-b.

FALCON, Francisco Calazans. *Pombal e o Brasil*. In: TENGARRINHA, José (Org.). História de Portugal. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. 371p.; 23cm. -- (Coleção História)

LAROUSE, Ática. Ciclo. In. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Paris: Larouse / São Paulo: Ática, 2001, p.192.

NEJAR, Carlos. Arcádia e os poetas mineiros no século XVIII – Manuel Inácio da Silva Alvarenga, In. *História da Literatura Brasileira*: da carta de Caminha aos Contemporâneos. São Paulo: Leya, 2011, p. 77-78.

NUNES, Cristiane Tavares da Fonseca de Moraes. *A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1972*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

NUNES, Rossana Agostinho. *Nas sombras da Libertinagem*: Francisco de Melo Franco (1757-1822) Entre Luzes e censura no mundo Luso-Brasileiro. Niteroi, Dissertação de Mestrado em História da UFF, 2011.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas*: suas implicações na educação brasileira (1757-1827). Maceió: EDUFAL, 2010.

_____. *O Mito da Inglaterra em Portugal*. Palestra proferida no II SEFELI, na Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 19 jun. 2013.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Obras Poéticas de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga* (Alcindo Palmireno) colegiadas, anotadas e precedidas de juízo critico dos escritores nacionais e estrangeiros e de uma notícia sobre o autor e suas obras e acompanhadas de documentos históricos por Joaquim Norberto de Souza Silva.1 tomo Rio de Janeiro: Livraria B.L.Garnier, 1864.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*: Basílio da Gama e a Poética do encômio. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

TOPA, Francisco. "Da teoria à crítica literária: reexame da questão à luz de um texto inédito do autor" "Os sonetos: atribuições ignoradas e inéditos". Porto, XIV: *Revista da Faculdade de letras: Línguas e Literaturas,*1997. P. 343-398.

_____ . *Para uma edição crítica da obra do árcade brasileiro Silva Alvarenga:* Inventário sistemático dos seus textos e publicação de novas versões, dispersos e inéditos. Porto: Edição do Autor, 1998.

TUFANO, Douglas. Século XVII - Arcadismo. In: *Estudos da Literatura Brasileira*. 3ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1983.

TUNA, Gustavo Henrique. *Silva Alvarenga:* representante das Luzes na América portuguesa. São Paulo, Tese de doutorado em História Social/USP, 2009.

VERNEY, Luís Antonio. *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952.

Material da internet

CORREIA, Arlindo. *O Reino da Estupidez*. 2011. Disponível em: < http://arlindo-correia.com/180311.html> Último acesso em nov.2015.
FRANCO, Sandra Aparecida Pires. *Reformas Pombalinas e o Iluminismo em Portugal*. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 4, ano IV, n.4, dez. 2007. Disponível em: < http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/SECAO_LIVRE_ARTIGO_3-Sandra_Aparecida_Pires_Franco.pdf > .último acesso em novembro de 2015.

DE INGÊNUO A MENOR: A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA AMEAÇA NO PÓS-ABOLIÇÃO (PERNAMBUCO, 1888-1892)

Gabriel Navarro de Barros (Doutorando, UFPE)

Os filhos e as filhas das "treze de maio" deveriam contar com a "assistência" do Estado e da sociedade. O temor diante dos infantes sem arrimo apontava desde antes da promulgação da Lei Áurea para o estigma da desordem social e a preocupação com o futuro da nação, não se limitando, portanto, a meninas e meninos negros ou pardos, mas também aos de pele branca. A abolição da escravidão, neste sentido, não operou na consolidação do mecanismo jurídico da tutela, mas em sua aproximação junto a crianças reconhecidas como duplamente perigosas, isto é, àquelas que, além de contarem com mínimas condições materiais, eram filhas e filhos de mulheres ex-escravizadas. De tal maneira, é possível assinalar que após a extinção legal do cativeiro, os Juízos de Órfãos passaram a atender uma nova categoria de infantes: aqueles que, antes nomeados por *ingênuos*, vão sendo categorizadas como *menores*.

O governo de Pernambuco encarava esses pequenos seres sob uma ótica que incidia enfaticamente na problemática que os apontava como frutos da "imoralidade" e da "lassidão" do regime escravista. O Estado assumia a necessidade de intervenção sobre essa população, em nome da "ordem" e do "progresso". Os Juízos de Órfãos, neste sentido, foram acionados com a finalidade de direcionar filhos de mulheres libertas a tutores, sob a justificativa que indicava a ameaça que rondava a inserção desses na inatividade das ruas. Tais infantes eram encarados como as proles geradas nos últimos tempos da barbárie e, por tal razão, eram representados como os herdeiros dos "maus hábitos" escravistas.

As instituições dos Juízos de Órfãos atuaram como importantes dispositivos neste novo tempo, se responsabilizando em dar destino a essas crianças. Através de ações de tutela, destinou-as à companhia de tutores que deveriam ser responsáveis pelo sustento e educação das mesmas. Juntamente ao poder provincial e governamental, comunicavam o quadro que surgia, compondo assim, espaços de discussões que apresentavam o objetivo de solucionar a seguinte questão: o que fazer com os filhos e as filhas das mulheres libertas, reconhecidos

como uma "dupla ameaça" a um Estado que custava a gerenciar a sua população sob uma perspectiva de aproveitamento de suas energias e de economia social[121]?

O *Diario de Pernambuco* de 18 de maio de 1888 nos permite perceber a expectativa criada diante dessa conjuntura, arguta em prevenir maiores tumultos por conta da libertação dos ainda nomeados como ingênuos. O recorte do texto conta com o discurso do deputado fluminense Andrade Figueira, que se posicionava impetuosamente a favor da escravidão, reclamando que seus pares voltassem à razão e não deixassem ser levados pela euforia diante do término do cativeiro. O político insistia em expor o receio que o ocupava diante do desencadeamento da nação após a Lei 3.353:

> Pergunta (o senhor Andrade Figueira) se o poder público está apto para decretar a libertação geral, sem conhecer, a matrícula ultimamente feita e se pode medir o alcance dessa libertação em relação à segurança e à ordem pública. Entendem que pelo menos existem 600,000 escravos de 17 a 50 anos, representando a força ativa de trabalho; sendo assim, tirar esse contingente de força disciplinada ao trabalho, não afetará a organização do mesmo trabalho, não afetará as finanças do Estado e por consequência a todas as classes sociais? Referindo-se aos ingênuos, em número superior a 600,000, que até agora concorriam para a produção, mostra que vão sair das fazendas, sem que o governo tenha estabelecimento montado para onde eles vão trabalhar e educar-se.[122]

É conveniente argumentar que as palavras do político em questão não estavam imersas em caução apenas no que toca possíveis problemas relacionados à mão de obra que pudessem ser gerados com o fim do regime escravista. Se por um lado, Andrade Figueira reconhecia que a abolição poderia significar a perda de grande força de trabalho e, por conseguinte, a desestruturação das finanças da nação e um significativo impacto nas relações sociais, por outro, apontava elevada preocupação com o destino dos filhos dos libertos. Contava o Estado com estabelecimentos próprios para amparar os menores negros, educando-os e dirigindo-os a atividades úteis a si e à sociedade?

Os estabelecimentos que constituíam a rede de assistência caritativo-filantrópica às infâncias, em Pernambuco, eram incapazes de cumprir com o objetivo central que os norteavam: sustentar e educar os infantes que ali adentravam. Seja na Colônia Isabel[123] ou na Companhia de Aprendizes Marinheiros[124] - instituições que dialogavam mais proximamente aos Juízos de Órfãos - podemos perceber as frequentes reclamações diante do insatisfatório

[121]FOUCAULT, Michel, 2008.
[122] ARQUIVO EDGAR LEUENROTH. Diário de Pernambuco, 18 de maio 1888, p.2-3.
[123] Sobre a instituição, ver: BRAGA, Vera, 2003.
[124] Acerca da Companhia de Aprendizes Marinheiros, ver: SILVA, Wandoberto, 2013.

estudo que meninos e meninas recebiam. Inaptos ao trabalho, incapazes de se tornar sujeitos produtivos, em sua maioria, acabavam se transformando em novos problemas sociais quando atingiam a idade adulta.

Além disso, pontuamos que nem sempre a própria manutenção desses meninos e dessas meninas foi efetivada com diligência. Não era raro que crianças padecessem por conta da ausência de medicamentos, higiene e alimentação de má qualidade no interior desses edifícios. Dormindo em caixas ou ao chão, em meio a estabelecimentos que frequentemente precisavam de reparos, conviviam com a umidade provocada pela chuva e com a presença de animais nocivos à saúde humana.

Andrade Figueira não estava errado ao suspeitar das capacidades da nação em abrigar esse demasiado número de ingênuos que se faziam "livres" no 13 de Maio de 1888. A soma de aproximadamente seiscentas mil crianças, filhas de libertos, em território nacional, não nos parece exorbitante. Como aponta Robert Edgar Conrad, o Brasil, na época da abolição, contava com aproximadamente meio milhão de ingênuos em todo o seu território[125], isto é, um número, que se levarmos em conta a extensão das terras brasileiras, não dista do frisado por Figueira.

O *Jornal do Recife* de 7 de junho de 1888 apresentava dados mais específicos sobre o número desses infantes na província de Pernambuco.[126] A matrícula de aproximadamente trinta e sete mil ingênuos apenas na província pernambucana reforça os números apresentados no *Diario de Pernambuco* sobre o quadro das crianças libertas no início de 1888. A fonte ainda nos permite refletir acerca de algumas questões relativas ao tratamento desses garotos meses antes da abolição da escravidão. Aproximadamente um décimo desses meninos e dessas meninas acompanharam as mães, que foram alforriadas. Grande parte continuou sob a tutoria dos senhores, como recomendava a Lei do Ventre Livre[127]. A indenização que o Estado legava aos proprietários não era interessante, visto ser de um valor reconhecido como insignificante frente à utilização dos serviços desses infantes, o que impulsionava a utilização da mão de obra desses negrinhos e dessas negrinhas.

É possível notar que Figueira, ao conjecturar acerca da futura situação dos ingênuos, dispunha de um pensamento que buscava antecipar o futuro, tentando evitar assim que males sociais viessem a ocorrer ou assumir maiores proporções. Esse modo de analisar a sociedade

[125] CONRAD, 1972.
[126] HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Jornal do Recife, 7 de junho de 1888, capa. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em dezembro de 2013.
[127] BRANDÃO, Sylvana, 2011.

não foge a uma das grandes preocupações políticas de boa parte do século XIX: a prevenção social[128]. Preocupava-se com o futuro e também com o presente: a libertação não comprometeria a segurança e a ordem pública?

Em Pernambuco, a quantidade de filhos de libertos pontuada sugere o contraste entre a necessidade de grande demanda de estabelecimentos de assistência e o parco número de instituições apropriadas a fazer desses garotos e dessas garotas sujeitos produtivos, capazes de sustentar a si e auxiliar no desenvolvimento da sociedade. Se essas crianças não fossem devidamente encaminhadas, poderiam representar futuros problemas sociais ao Estado, pois cresceriam e poderiam se tornar delinquentes, prostitutas, vadios ou outras classificações que afastassem a nação de um gerenciamento produtivo de sua população.

O panorama de medo e a incapacidade de arcar efetivamente com a assistência de quase trinta mil ingênuos, fez com que os Juízos de Órfãos de Pernambuco, bem como o poder provincial, vissem no encaminhamento às tutelas uma alternativa para amenizar o agravamento de profundas desordens. É profícuo inferir, por conseguinte, que a utilização dessa estratégia encontrou respaldo nas práticas posteriores à Lei Rio Branco, que pontuava que o filho da mulher escravizada e possuidora de um ventre livre[129], poderia ser tutelado pelo senhor de sua mãe. Essa escolha, portanto, não se fundamentou na elaborações de estratégias dispostas a encaminhares esses menores a destinos seguros, uma vez que as tutelas recebiam também variadas críticas

A leitura de documentos referentes aos Juízos de Órfãos de Pernambuco nos viabilizou atentar aos desalinhos que se revelaram diante das atitudes que deveriam vir a ser cometidas pelos poderes públicos quanto à problemática das crianças negras libertas. É possível notar isso no texto escrito pelo primeiro suplente do Juízo de Órfãos do termo de Ouricuri, Marinho Falcão, em vinte e cinco de agosto de 1888. A carta fora dirigida ao presidente da província, de Pernambuco, Joaquim José de Oliveira Andrade, expondo uma dúvida consistente diante de que destinos a instituição em questão deveria providenciar aos filhos dos recentemente libertos:

> Recomenda-se formalmente o Dr. Juiz (...) Mathias Pereira da Costa, ampliar os meios de tutela em favor dos ex-senhores de escravos, como verá V. Exª do despacho da petição junta, que tenho a honra de submeter a consideração de V.Exª, apesar nesse sentido dessa Presidência em circular publicada na parte oficial do Diário de Pernambuco, consulta-se V.Exª se na qualidade de 1º suplente daquele juízo, em exercício pleno, posso conceder aos ditos ex-

[128] MARCÍLIO, Maria Luiza, 1998.
[129] CHALHOUB, Sidney, 2003.

> senhores o favor da lei, mandando que se tutele os menores filhos dos recentemente libertos?[130]

Antes de analisarmos o recorte, é salutar apresentarmos a circular citada, publicada no *Diario do Pernambuco*, pois a mesma apresenta uma profunda relação com a fonte acima:

> Eis a circular que na segunda feira, 14 do corrente, expediu o Exm. Sr. desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade, digno presidente desta província, às autoridades judiciais: "Palácio da Presidência de Pernambuco, em 14 de Maio de 1888 – 2ª seção – circular. Recebi hoje, do Exm. Sr. Ministro e secretário de estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas o seguinte telegrama: Está sancionada a lei extinguindo a escravidão no Brasil. Providencie para que seja executada desde já. Assim recomendo (...) que por editais e por quaisquer outros meios possíveis, de publicidade, faça chegar ao conhecimento de todos a lei citada dando-lhe imediata execução pela sua parte, e recomendando-as as demais autoridades existentes no território sob sua jurisdição".[131]

Através do exame dos documentos, é possível compreender que o erguimento de uma estratégia disposta a encaminhar filhos e filhas de libertos à tutoria de ex-senhores esbarrou em dúvidas diante do que viria a significar essas crianças para os Juízos de Órfãos pernambucanos, a partir da abolição. O suplente Marinho Falcão perguntava ao presidente da província de Pernambuco se efetivamente deveria ampliar os meios de tutela a favor dos ex-senhores, apesar da circular do *Diário de Pernambuco* assinalar a necessidade de difusão do conhecimento acerca da extinção da escravidão. Ora, a imprecisão de como os Juízos deveriam lidar com os rebentos dos ex-escravizados permeava o questionamento de Marinho Falcão.

Frente à abolição e a devida comunicação que implicava o fato, o suplente suscitava se efetivamente deveria incentivar a tutoria de tais crianças aos antigos proprietários de suas mães. Se o regime escravista havia findado, por que, então, dar continuidade a uma prática tão comum às últimas décadas da barbárie? Esta era a interrogação que parecia fundamentar o texto de Falcão. Percebemos, portanto, que por mais que a escravidão viesse a ter se extinguindo e a legitimidade de práticas sustentadas pela Lei do Ventre Livre encontrasse o seu derradeiro fim, o mecanismo da tutela continuava a operar junto aos rebentos das mães "treze de maio". Através dele, era possível realizar o direcionamento de tais infantes à custódia de antigos proprietários de seres humanos escravizados. De tal maneira, o *ingênuo*, juridicamente, transformava-se em *menor*, sendo afastado de um corpo legislativo referente à escravidão e aproximando-se de leis relativas a crianças e jovens órfãos.

[130] ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÂO EMERENCIANO. Juízes Municipais e de Órfãos (J.M.O) – 56, p.14.
[131] ARQUIVO EDGAR LEUENROTH. Diário de Pernambuco, 17 de maio de 1888, p.2, 17/05/1888.

Isso, contudo, não impediu que o passado, marcado pela herança do cativeiro, deixasse de marcar esses garotos e essas garotas. Como afirma Maria Aparecida Papali, a Lei do Ventre Livre distinguiu o filho da mulher escravizada, mantendo procedimentos que remetiam ao costume e à tentativa de manutenção de laços tutelares entre senhores e crianças negras[132], o que acabou por permitir, após a abolição, a continuidade da utilização das tutelas como um modo de garantir aos antigos proprietários a força produtiva dos filhos das libertas, bem como de suavizar minimamente o desconforto simbólico criado com o desmantelamento do regime escravista.

Se ao término da escravidão, a Lei Rio Branco não mais se sustentou, caindo em desuso pela evidência que implicava o fim do cativeiro, é possível assinalar, todavia, que as práticas que a ela se relacionavam, legaram tentativas de continuidade de um passado que custava a se extinguir. Ações costumeiras acabaram por permitir a eclosão de um campo propício à continuidade de tutorias dos ex-proprietários, agora sustentadas, no entanto, por corpos legais relativos à orfandade.

O *ingênuo,* juridicamente, transformava-se em *menor*, passando a ser tratado legalmente como qualquer criança livre. Essa modificação, contudo, não implicou no desuso brusco do primeiro termo, tampouco na suspensão de práticas discriminatórias que anunciassem a herança escravista que dele emanava. Em nossa documentação, percebemos que essas crianças foram nomeadas sob as alcunhas de "filho da liberta" ou "filho da preta".

Flávio Gomes e Olívia Gomes da Cunha explanam que os significados da liberdade transformaram amplamente as práticas sociais e políticas, fazendo com que novas classificações viessem à tona em documentos, processos, registros estatísticos, cartas e relatórios, para se referir a quem até pouco tempo era compreendido como escravo ou ingênuo. Neste sentido, vários ajustes no campo da linguagem jurídica foram necessários para significar debates em torno dos direitos das pessoas de cor parda ou negra, marcadas também por uma "sutil e poderosa memória social fortemente enraizada no imaginário patriarcal e escravista"[133].

A modificação dos termos, nesse contexto, operou para, de um lado, anunciar os novos direitos àqueles que juridicamente não podiam mais ser administrados por leis cuja pauta versasse sobre escravos e ingênuos, e, por outro, para frisar que, mesmo livres, esses sujeitos não deveriam ser compreendidos como quaisquer outros indivíduos[134].

[132] PAPALI, Maria Aparecida, 2003.
[133] GOMES, Flávio, 2007.
[134] MATTOS, Hebe, 1995.

Os ingênuos que aparecem na documentação posterior ao 13 de maio não são os mesmos que aqueles encontrados durante a vigência da Lei Rio Branco[135]. Se a "ingenuidade" dos filhos das escravizadas significava a certeza que a escravidão iria se extinguir, apresentando a denominação um efeito de positiva emancipação, os filhos dos "treze de maio" carregavam a certeza que a abolição não significaria o acesso à liberdade incondicional e a ruptura imediata a um pretérito marcado de violências. Ao menor negro dos anos posteriores ao fim da escravidão, fincava-se a herança da senzala e o perigo social que o seu corpo, vestido da "imoralidade" que descendia da escravidão, insinuava. Uma diferenciação, portanto, incisiva, marcada por uma trajetória que, em primeiro lugar, propagava o desmantelamento do regime escravista, para, posteriormente, anunciar que mesmo após o seu aniquilamento, práticas costumeiras e árduas condições sociais anunciavam as dificuldades em lançar um violento passado para longe do que se vivia.

A circular emitida pelo presidente da província em 25 de junho de 1888, disposta a anunciar o modo como deveriam ser tratados os filhos das "treze de maio" a todos os Juízos Municipais e de Órfãos de Pernambuco, nos auxilia a perceber como essas crianças eram representadas por uma forte ambiguidade, que, mesmo sendo colocadas como sujeitas à legislação comum, ainda eram denominadas por ingênuas.[136] O presidente da província enfatizava que os meninos e as meninas cujos pais haviam sido libertados através da Lei 3.353 deveriam ser encarados juridicamente como quaisquer outros menores. É útil rememorar que esta condição não implicava necessariamente na compreensão da criança problema, mas a qualquer indivíduo menor que 21 anos, não necessitando ser órfão ou pobre. Aqui os filhos das mulheres escravizadas são assemelhados a qualquer outro jovem, independentemente de cor ou condição social, o que contribui para compreendermos o distanciamento que a semântica do termo assumiu após o 13 de maio.

Se, legalmente, pontuava-se a equidade desses infantes junto a garotas e garotos brancos, no universo das práticas sociais podemos assinalar gritantes diferenciações. Em primeiro lugar, como indica a fonte, aconselhava-se que os filhos das mulheres libertas fossem encaminhados à soldada, isto é, à tutoria juntamente ao pagamento de um salário. Esse mecanismo, capaz de fazer da criança um sujeito trabalhador e assalariado, percorreu o século XIX, a um nível nacional, pelo menos desde a sua terceira década, como já discutimos no primeiro capítulo.

[135] Sobre a transformação da semântica dos conceitos, ver: KOSELLECK, Reinhart, 2006.
[136] ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÂO EMERENCIANO. Juízes Municipais e de Órfãos (J.M.O) - 56, p. 219.

Ocorre que a possibilidade de pagamento de um soldo a um menor negro, através do instrumento da tutela, apareceu como uma prática nova no pós-abolição, uma vez que no período de regência da Lei do Ventre Livre, o senhor que assumia a tutoria de um ingênuo não era obrigado a ceder-lhe soldada, ao contrário, possuía o direito de ser indenizado pelo Estado. Esse mecanismo, portanto, se pautou em minimizar as tensões sociais relacionadas a uma infância egressa da escravidão, que carregava consigo múltiplos signos de ameaças. Apesar desses laços de trabalho contarem agora com a obrigação de um parco pagamento, em sua maioria, isso não invalida o caráter simbólico de uma relação de poder sustentada na expectativa de minimizar a perda da autoridade senhorial diante dos ex-escravizados, bem como de seus filhos.

As tutelas, de tal maneira, foram os principais destinos escolhidos pelos Juízos de Órfãos e pelo presidente da província no direcionamento dessa população "duplamente perigosa" à tentativa de controle. Isso se deu pelo fato desse instrumento já ser largamente utilizado desde a Lei Rio Branco, tendo favorecido os antigos senhores no emprego da força produtiva dessas crianças a mínimos custos. Todavia, deve-se atentar aos cuidados de não cristalizar essas relações, como se não houvesse existido, a partir de abolição, uma dinâmica distinta daquilo que ocorria anteriormente. Não há uma continuidade das práticas tutelares entre 1871 e os anos posteriores ao 13 de maio de 1888, mas uma transformação no modo de encarar os infantes negros que eram tocados pelas tutelas e que, a partir da abolição, poderiam usufruir do direito de receber salários, como previa a legislação orfanológica, e não mais a Lei do Ventre Livre.

Portanto, apesar de a criança negra ainda ter sido denominada como ingênua, no pós-abolição, percebemos que a conceituação da palavra se modifica bem naquilo que adverte Koselleck e que se incide na atenção diante das transformações políticas, sociais e culturais que sustentam uma gama de significações envoltas a um termo. Os conceitos não se modificam apenas quando a grafia é moldada. Essa pode permanecer idêntica e designar entendimentos destoantes do que outrora apontava.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Sylvana. **Ventre livre, mãe escrava:** a reforma social de 1871 em Pernambuco. 3ª. ed. rev. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis:** historiador. São Paulo: Companhia das Letras,

2003.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCALT, Michel. **Microfísica do poder.** 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos Gomes e CUNHA, Olívia M. Gomes da. Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença. IN: GOMES, Flávio dos Santos Gomes e CUNHA, Olívia M. **Quase-cidadão:** histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados daliberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Editora do Arquivo Nacional, 1995.

PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. **Escravos, libertos e órfãos:** a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

SILVA, Wandoberto Francisco da. **Guerreiros do mar:** recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

A MÍMESIS DA ESCRAVIDÃO NA NARRATIVA LITERÁRIA BRASILEIRA DO FINAL DO SÉCULO XIX

Gilda Vilela Brandão,doutora em Letras, Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

Que representação da escravidão africana nos deram as narrativas de ficção brasileira antes, durante e após o regime escravocrata? É natural que tal questão seja levantada, sobretudo se temos em mente um país como o Brasil, cuja produção econômica alicerçou-se no trabalho escravo, conforme assinala Fernando de Azevedo:

> Foram as necessidades da força motora e a insuficiência da técnica que nos levaram a instituir esse sistema social hereditário que é a escravidão e que iniciado nos latifúndios agrícolas, para o cultivo e a exploração da cana, se estendeu pelos latifúndios pastoris no sertão e pelos centros urbanos do país, sustentados durante três séculos pelos seis milhões de escravos africanos[137].

Contudo, quando se examinam nossas primeiras manifestações literárias, percebe-se que a escravidão irá se tornar um *topos* somente no final do século XIX, isto é, no momento em que se constitui como discurso político e como discurso social.É então que se percebe com clareza a elisão do negro na literatura brasileira seiscentista e setecentista. Esse silêncio na estética literária reflete o silêncio das estruturas de poder, visto que, àquela altura,"desafiar a escravatura era um terrível empreendimento, até mesmo para um Imperador, numa sociedade ainda dominada por potentados rurais"[138].

Numa estrutura histórica patriarcal dessa ordem, fundada nos bens coloniais, a sorte dos negros era de somenos importância. Então, a representação mimética da escravidão só poderia ocorrer mais tarde, no momento em que se iniciam as primeiras campanhas abolicionistas[139]. Na poesia, no final do século XIX, Antônio Frederico de Castro Alves (1847-1871) escreve o antológico "Navio negreiro" e Luiz Gama (1830-1882), em *Trovas burlescas de Getulino*, assume sua identidade negra numa poesia misturada de timbres românticos e celebração de sua cor. Na prosa de ficção, Bernardo Guimarães (1825-1884), Aluísio Azevedo (1857-1913) e Machado de Assis(1839-1908)irão abordar literariamente a questão, assunto deste trabalho.

[137]AZEVEDO, s.d., v. XI, p. 52.
[138]CONRAD, 1975, p. 90.
[139]Como é notoriamente sabido, dessas campanhas participaram vultos negros como Teodomiro Pereira, Manuel Querino, José do Patrocínio e André Rebouças (um dos fundadores da Confederação Abolicionsita da Sociedade Brasileira contra a Escravidão).

Como o marfim do teclado

Em 1875, Bernardo Guimarães escreve *A escrava Isaura*, romance cujo número de edições "é difícil de precisar", segundo Cavalcanti Proença[140]. A fábula narra a história de uma escrava branca, educada por ricos cafeicultores, cobiçada pelo proprietário da fazenda, o mau-caráter Leôncio, filho do Comendador e esposo de Malvina, "a formosa filha de um riquíssimo negociante da Corte"[141]. Isaura repudia-o. Perseguida, foge em companhia do pai (Miguel). Após muito sofrimento, conhece Álvaro, "um abolicionista exaltado"[142], que por ela se apaixona, e a ela é destinado, posto que "o céu [...] o escolhera para instrumento da nobre e generosa missão de arrebatá-la à escravidão"[143].

A ação romanesca passa-se em um espaço reconhecível pelo público da época: uma fazenda situada no Campo de Goitacazes, a pouca distância da vila de Campos (Rio de Janeiro), um dos maiores centros escravagistas do País. Novamente, é Fernando de Azevedo quem nos fornece um dado histórico a respeito das relações sociais e políticas construídas à sombra da "casa grande":

> A "casa grande", na sua robusta estrutura, não exprime apenas a ordem privada, nem somente a persistência e a solidez com que ela se constituiu, mas a tendência, característica do patriarcalismo, de absorver e confundir as funções sociais que, só por um longo processo, acabaram por diferenciar-se, deslocando-se da órbita de sua atração. [...] No seu conjunto, não tardou, pois, a transformar-se num bloco de interesses solidários, petrificado pelas tradições, um baluarte onde se abriga, a coberto de forças desagregadoras, o mais poderoso elemento de unificação e de coesão social, mas também de descentralização política e de resistência particularista, senão de hostilidade ao Estado[144].

O romance abre-se com uma descrição – motivo estático, na terminologia de Tomachevsky[145] – que podemos qualificar de *sedativa*, cujos elementos reproduzem, passo a passo, a estrutura arquitetônica colonial: em primeiro plano, vê-se a casa de fazenda rodeada de colinas, com seu alpendre e escadarias; em segundo, os "edifícios acessórios" constituídos por senzalas, pátios, currais e celeiros. No centro desse quadro – herdado do modelo mimético

[140]PROENÇA, 1967, p. 13.
[141]Ibid., loc.cit.
[142] Ibid., p. 75.
[143] Ibid., p. 184.
[144] AZEVEDO, s.d., p. 66.
[145]Em "Thématique", Tomachevsky (1965, p. 272) considera que "As descrições da natureza, do lugar, da situação, das personagens e de seu caráter, etc. são motivos tipicamente estáticos; os feitos e os gestos do herói são motivos tipicamente dinâmicos". Cf. original: "Les descriptions de la nature, du lieu, de la situation, des personnages et de leur caractère,etc., sont des motifs typiquement statiques; les faits et gestes du héros sont des motifs typiquement dynamiques".

horaciano do *ut pictura poiesis* (a poesia assemelha-se à pintura) –, uma "fada" entoa uma cantiga ao piano, rompendo, assim, o silêncio "quase harmonioso da natureza"[146]. O advérbio "quase" é sugestivo, pois, logo adiante, a presença do adjetivo "ondulados" e de outro advérbio, "fortemente", agora modal, ambos aplicados aos cabelos de Isaura, acusam os traços mestiços da moça. A cantiga lembra uma *complainte* medieval, semelhante àquela cantarolada pelas pobres tecelãs (*tisseuses*) citadas por Chrétien de Troyes (século XIII) em "Queixa das operárias da indústria de tecidos" ("Plainte des ouvrières de l'industrie de draps"). Aqui, a voz que canta seu amargo destino não o canta em versos amplos, como os de Troyes, mas em versos septassílabos, que conferem um ritmo aligeirado à canção:

> Desd'o berço respirando
> Os ares da escravidão,
> Como semente lançada
> Em terra de maldição,
> A vida passo chorando
> Minha triste condição[147].

O romance explora comparações desgastadas pelo uso, caras à estética, aqui, genericamente, denominada de *romântica*, em que prevalece a representação do corpo feminino revestido de valores estéticos platônicos, legitimados pela tradição. Isaura é "cândida e modesta"[148], pertence à "família dos anjos"[....]; tem "uma alma pura, nobre e inteligente, e uma beleza incomparável"[149]; é "uma Vênus saindo das ondas do mar"; "um assombro de beleza"[150]; sua fisionomia é "toda modéstia, ingenuidade e candura"[151]; e "sua tez é *como o marfim do teclado*"[152]. Em *A escrava Isaura*, a adjetivação, cheia de sentidos adocicados – entediante, talvez, para o leitor de hoje – casava bem com um enredo pontilhado de sofrimento e lágrimas, fórmula, aliás, de sucesso do romance folhetim[153]. Em torno dessa formosura, o autor vai tecendo o discurso político, empostado, de Álvaro, discurso, por sinal, em perfeita sintonia com a causa que defende:

> A escravidão, em si mesma, já é uma indignidade, *uma úlcera hedionda* na face da nação, que a tolera e protege. Por minha parte, nenhum motivo enxergo para levar a esse ponto o respeito por um preconceito absurdo,

[146]GUIMARÃES, 1967, p. 19.
[147]Ibid., loc.cit.
[148] GUIMARÃES, 1967, p. 134.
[149]Ibid., p. 70.
[150]Ibid., p. 111.
[151]Ibid., p. 122.
[152]Ibid., p. 11.
[153] Os segmentos descritivos são construídos sob efeitos de redundância. Em Isaura, tudo é equilíbrio e harmonia, o que, aliás, na opinião de Cavalcanti Proença, torna-a "simpática à sociedade escravagista do tempo" (PROENÇA, 1976, p. 5). Assim também o desejo sexual de Leôncio por Isaura, demonstrado nas entrelinhas, apresenta um comedimento na linguagem, bem distante, é claro, de *O elixir do Pajé*, livro do mesmo autor.

> resultante de um abuso, que nos desonra aos olhos do mundo civilizado (ibid., p. 110).

Sobrepondo cabalmente a militância à literatura, Guimarães faz de Álvaro um humanista, um defensor da ideia de que, abolida a escravidão, o Brasil seria respeitado por contextos sociais civilizados. Na retidão de caráter de Álvaro e na candura de Isaura percebe-se, mimetizado, nosso lado bom, pregado pelas alas abolicionistas do País, ao passo que Leôncio seria a contraparte de uma história má, escabrosa, fundada na exploração servil, na exploração do pobre, para fazer do dinheiro mais dinheiro, segundo os ditames do processo capitalista, ainda embrionário no Brasil oitocentista monárquico. É curioso que a síntese dessa história vil seja trazida pela voz de uma velha crioula da casa grande, tia Joaquina, e não por Isaura:

> Este [Leôncio] não quer saber de fiados nem de tecidos, não; e daqui a pouco nós todo vai pra roça puxar enxada de sol a sol, ou prá o cafezal apanhar café, e o piraí do feitor aí rente atrás de nós. Vocês verão. Ele o que quer é café, e mais café, que é o que dá dinheiro[154].

O discurso desta "crioula matreira e sabida em todos os mistérios da casa, desde os tempos dos senhores velhos"[155], cria uma ilusão mais ou menos forte de mímesis, causando, no leitor da época, o sentimento de que a história narrada estava, naquele exato momento, acontecendo. O desejo de converter a realidade em ficção, e a ficção em realidade, é trazido continuamente para o plano da composição. É o caso, por exemplo, do "pequeno sinal preto" que Isaura traz no rosto. Emblema metafórico de sua pertença a duas raças, *o pequeno sinal negro* – motivo associado, na terminologia de Tomachevsky[156] – é um elemento fundamental na organização da trama, sabiamente utilizado pelo autor, que dele se serve para descrever fisicamente Isaura.Para tanto, não hesita em aderir mimeticamente à realidade, quando utiliza o meio de comunicação de que se serviam proprietários rurais e mercadores de escravos – o jornal – para noticiar a fuga da escrava. Segundo Gilberto Freyre, notícias de fuga de negros eram comumente dadas "numa linguagem de fotografia de gabinete policial de identificação: minuciosa e até brutal, nas minúcias. Sem retoques nem panos mornos"[157]. É,desse modo, rente ao real, que o narrador descreve Isaura:

> Fugiu da fazenda do Sr. Leôncio Gomes da Fonseca, no município de Campos, província do Rio de Janeiro, uma escrava por nome Isaura, cujos sinais são os seguintes: cor clara e tez delicada *como de qualquer branca*;

[154] GUIMARÃES, 1967, p. 86.
[155] Ibid., loc. cit.
[156] TOMACHEVSKY, 1965, p. 269.
[157] FREYRE, 1963, p. 85.

> olhos pretos e grandes; cabelos da mesma cor, compridos e ligeiramente ondeados; [...] tem *na face esquerda um pequeno sinal preto*,e acima do seio direito um sinal de queimadura, mui semelhante a uma asa de borboleta. Traja-se com gosto e elegância, canta e toca piano com perfeição[158].

O que Bernardo Guimarães entroniza – a beleza e a bondade – Aluísio de Azevedo, em *O cortiço* (1890) subverte, pois, em uma sociedade dominada por charlatães, como Miranda e João Romão, não há lugar para Bertolezas. Isaura, "a desditosa escrava"[159], contrasta, em todos os níveis, com a negra Bertoleza, caracterizada, pelo próprio narrador, como "uma boa mulher"[160].

Bertoleza, a "boa mulher"

Logo à abertura do romance, a apresentação de Bertoleza como uma "crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade"[161] já mostra a disposição do autor de abandonar o registro culto e o discurso didático-sentimental – instrumento formal de Guimarães – para adotar um registro popular entremeado de detalhes sórdidos, segundo a concepção do romance naturalista – filiação estética posta em evidência por estudos críticos. Antonio Candido, porém, ao examinar a trama de *O cortiço* sob o prisma da escrita e da história, enriquece a problemática da filiação, propondo uma revisão no modelo analítico. Para Candido, o método discursivo do romancista brasileiro distingue-se do método do naturalista Émile Zola (1840-1902), pois, embora Aluísio procurasse seguir as convenções do romance experimental, aplicou-as de forma bastante particular, indo buscar suas inspirações no contexto de sua própria história:

> A originalidade do romance de Aluísio está nesta existência íntima do explorado e do explorador, tornada logicamente possível pela própria natureza elementar da acumulação num país que economicamente ainda era semicolonial. Na França, o processo econômico já tinha posto o capitalista longe do trabalhador; mas aqui eles ainda estavam ligados pelo regime da escravidão, que acarretava não apenas contacto, mas exploração direta e predatória do trabalho muscular [...][162].

[158]GUIMARÃES, 1967, p. 95. Grifo nosso.
[159]Ibid., p. 132.
[160]O título do romancealude, realisticamente, ao conjunto de casas habitadas por uma população pobre. É um tipo de habitação coletiva, por analogia com o substantivo *cortiço*, relativo a uma colmeia.
[161]AZEVEDO, 1976, p. 15.
[162]CANDIDO, 1993, p. 127.

Ainda, para o crítico, o romance é tematicamente mais variado do que *l'Assommoir* "porque Aluísio concentra no mesmo livro uma série de problemas e ousadias que Zola dispersou entre os vários romances"[163]. A figuração de uma sociedade herdeira de uma estrutura que procedia da condição colonial, e que repentinamente se depara com a necessidade de criar outras formas de produção, constitui o fio narrativo deste romance, composto de cerca de vinte personagens, cheios de aberrações (adultério, lesbianismo, prostituição, alcoolismo). É em meio a essa população corrupta, hipócrita, charlatã e alcoólatra que surge a figura da negra e ex-escrava Bertoleza, explorada pelo português João Romão, proprietário do cortiço "São Romão", enriquecido por meio de falcatruas. Na esperança de que poderia, pela sua força de trabalho, juntar dinheiro para comprar sua alforria, Bertoleza passa a viver com Romão:

> Ele [João Romão] propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior a sua[164].

Interessa-nos mostrar de que modo o romancista resolve, discursivamente, o conflito entre convenção naturalista e imaginação. Em outras palavras, como consegue transportar a forma convencional do romance de tese zolaiano para o contexto histórico brasileiro. A nosso ver, duas soluções inter-relacionadas apresentam-se: a primeira diz respeito às relações entre discurso literário e processos históricos. No momento pós-abolição, as oligarquias rurais, fragilizadas, tiveram de disputar seu prestígio econômico e político com uma burguesia comercial ascendente. Nesse jogo de poder, no qual "o binômio senhor-escravo passa a ser, nas fazendas de café, senhor-colono, na sua quase totalidade imigrante"[165], o negro é desprezado. Isso faz de *O cortiço* um ponto de confluência entre literatura e história. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré:

> Quando soltaram o negro da "algema" da escravidão, quem pensou nele? Quem cuidou de ampará-lo, de garantir-lhe o trabalho, de assegurar-lhe a subsistência? A lenta assimilação dessa massa imensa, liberta duma hora para outra, sem preparo suficiente, sem medida preventiva, sem um gesto de alcance social, foi dos problemas mais difíceis para o organismo da sociedade brasileira. E começou a surgir a lenda, forjada pelo branco vadio e inconsciente, de que o negro, com a abolição, não queria mais trabalhar, caíra na ociosidade[166].

[163] Ibid., p. 124.
[164] Ibid.,p. 16.
[165] CARONE, 1972, p. 148.
[166] SODRÉ, s.d., p. 171.

A segunda solução é estética e permite ao romancista saltar da história para a invenção, e é nesse salto que consegue escapar dos rígidos preceitos naturalistas. Liberto dessas amarras,o autor também escapa de explicações críticas redutoras[167], cabíveis num romance de tese: na configuração artística da negra trabalhadora, nada de vícios, nada de taras. É assim, pois, sem vícios e sem taras, que Bertoleza aparece diante do leitor: suja por fora, limpa por dentro; suja no corpo, limpa na alma. Limpíssima. O trecho abaixo é elucidativo:

> Bertoleza é que continuava na cepa torta, sempre a mesma crioula suja, sempre atrapalhada de serviço, sem domingo[168].
> Bertoleza representava agora ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre, às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando o café para os fregueses e depois preparando o almoço [...]. E o demônio da mulher ainda encontrava tempo para lavar e consertar, além da sua, a roupa do seu homem[169].

É dessa perspectiva que deriva a força da personagem: "Sou negra, sim, mas tenho sentimento! Quem me comeu a carne, tem de me roer os ossos!"[170]. Curiosa inversão: ao salvar a personagem de vícios e taras, o escritor termina jogando-a num fosso escuro da história – o suicídio.

> Quando não podiam reagir pela resistência passiva ou a violência, muitos escravos cometiam suicídio. "Eva, escrava de Francisco Soares Torres, fazendeiro da freguesia de Mendes, cometeu suicídio no dia sete de abril com uma facada no abdômen" ["O Município", 7 de outubro de 1877]. Igualmente, "na manhã do dia 3 de novembro, Maximiniano, escravo de José Manuel Teixeira Coelho, cometeu suicídio abrindo a barriga" [idem, 09 de novembro de 1873][171].

O romance de Aluísio de Azevedo foi saudado pela crítica da época com a régua naturalista. Esqueceu-se de que sua trama romanesca inscreve-se no espaço específico de nossa história.

Um enigma literário: Machado de Assis

[167]A interpretação do romance tem sido costumeiramente voltada para argumentos de tipo determinista, em que predominam os conhecidos elementos: raça, meio e momento.
[168]AZEVEDO, 1976,p. 134.
[169]Ibid., p. 17.
[170]Ibid., p.195.
[171] STEIN, 1961, p. 170.

De um modo geral – sem querer entrar em detalhes alheios a este trabalho –, formou-se a ideia, entre escritores e intelectuais dos novecentos, de que a identidade do País estaria na paisagem, espécie de patrona de nossa literatura.[172] Em seu fundamental ensaio "Instinto de nacionalidade", Machado de Assis transcende esse quadro crítico-ideológico e propõe uma mudança no discurso sobre a relação literatura e nacionalidade. Diz ele: "O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda que trate de assuntos remotos no tempo e no espaço"[173].Mais adiante, acrescenta:

> Um poeta não é nacional só porque se insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto[174].

Assinava, pois, sua autonomia, provocando reações extremadas, como as de Gilberto Freyre, que exaltava "o paisagismo agreste e corajosamente tropical no romance de José de Alencar, em contraste com a quase ausência de paisagem, de cor e de trópico em Machado"[175].Ora, essa frieza pela paisagem tropical trouxe de roldão uma acusação mais grave: a de ele ser um escritor indiferente às formas históricas existentes em nosso país.

Para mostrar que, em Machado, a história configura-se como consciência literária, escolhemos o conto "O caso da vara", cuja fábula é a seguinte: Damião foge do seminário e busca ajuda na casa de Sinhá Rita, viúva, "quarenta anos na certidão de batismo, e vinte e sete nos olhos"[176], e amante, quem sabe, do padrinho do rapaz, Sr. João Carneiro.

Deixamos de lado as incursões irônicas do narrador sobre amores suspeitos para nos ater ao essencial: Damião é amavelmente recebido por Sinhá Rita, que o aconselha a retornar para o seminário ("a vida de padre era santa e bonita, disse-lhe ela"[177]). Depois de muita conversa, Damião consegue que Sinhá Rita convença seu padrinho a dissuadir seu pai da ideia de fazer dele um padre (haveria, aqui, um parentesco de Damião com Bentinho, de *Dom Casmurro*). Esse é o nó da trama.

---

[172] Ver, sobretudo, SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana. *América Latina:* palavra, literatura e cultura. Campinas: Unicamp, 1994. Em nosso artigo, publicado na revista "Leitura"(PPGLL/Ufal), intitulado "História, paisagem e construção literária" nos detivemos nessa questão. Ver: AYMORÉ MARTINS, Ana Claudia (org.). *História e construção literária.* Maceió: Edufal, 2012, v. 49. p. 172-191;
[173]ASSIS, 1955, p. 144.
[174]Ibid., p. 145.
[175]FREYRE, 1977, p. XI.
[176]MACHADO DE ASSIS,1961, p. 393.
[177]Ibid., p. 395.

Acontece que, em Machado, as coisas aparentam ser o que deviam ser, mas não são. Ao entrar, de supetão, na casa de Sinhá Rita, Damião vê-se diante de uma simpática senhora rodeada de bordadeiras, dentre as quais uma chamará sua atenção, ao ser ameaçada com uma vara pela dona da casa. É Lucrécia, "uma negrinha magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação"[178]. Atenta à conversa entre Sinhá Rita e Damião, Lucrécia "esquecera o trabalho, para mirar e escutar o moço."[179] Há momentos na narração em que se percebe o sentimento de piedade de Damião pela menina: "Viu-a com a cabeça metida na almofada para acabar a tarefa; não riu; ou teria rido para dentro como tossia"[180]. A interpretação de Sonia Brayner, segundo a qual "um de seus[de Machado] temas prediletos [é] a distância entre o ser e o parecer"[181], vem bem a propósito. O rapaz com nome de santo, que havia prometido, para si mesmo, intervir, caso Lucrécia não terminasse seu bordado na hora prevista, muda bruscamente de ideia:

> Era hora de recolher os trabalhos. Sinhá Rita examinou-os: todas as discípulas tinham concluído a tarefa. Só Lucrécia ainda à almofada, meneando os bilros sem ver. Sinhá Rita chegou-se a ela, viu que a tarefa não estava acabada, ficou furiosa e agarrou-a por uma orelha. [...]
> – Minha senhora, me perdoe! Tossia a negrinha.
> – Não perdôo, não. Onde está a vara? A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala. [...]– Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?
> Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. [...]. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita[182].

Assim, sem mais nem menos, termina o conto. O narrador deixa o leitor a ver navios, sem lhe fornecer nenhuma solução para o problema que havia conduzido Damião à casa de sinhá Rita. A arte deste conto está no desfecho enigmático, quer dizer, na sutilíssima ironia machadiana pela qual o mundo real é transposto para a construção artística. Damião é um individualista a mais na extensa galeria do autor: egoísta, esquece princípios e valores para angariar favores ou escalar posições. Contudo, visto que as personagens de Machado vivem por meio de disfarces, é preciso que o leitor fique de sobreaviso.

Observe-se que, nas primeiras linhas do conto, o narrador, sorrateiramente, informa o tempo de referência de sua história: "Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de

[178]Ibid., p. 396.
[179]Ibid., loc.cit.
[180]Ibid., p. 400.
[181] BRAYNER, Sonia. Metamorfoses machadianas. In: BOSI, Alfredo *et al.*. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982, p. 435.
[182]ASSIS, Machado de. 1961, p. 402.

uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano; foi antes de 1850. [...] Para onde iria? [...]. De repente exclamou: Vou pegar-me com sinhá Rita!"[183]. Para que sua narrativa pareça digna de crédito, o narrador toma, como campo de referência, o ano em que foi sancionada a Lei Eusébio de Queiroz[184] (1850), e, logo a seguir, injeta uma boa dose de descrença quando marca a fuga de Damião em um mês (agosto) e em um dia da semana (sexta-feira) considerados popularmente como agourentos. Assim Machado de Assis, com sua ironia devastadora, recusa o *topos* da natureza, como emblema identitário e dádiva divina, para colocar o dedo nas feridas resultantes do processo escravocrata no Brasil.

Não há, conforme demonstrado, narradores mais opostos, pela tessitura das obras e na vontade figuradora da história, do que essas três vozes autorais – necessárias e fundamentais para a compreensão do pensamento político e estético do Brasil do final de século XIX.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil.* 2. ed.XI. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

BRAYNER, Sonia. Metamorfoses machadianas.In: BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis.* São Paulo: Ática, 1982 (Escritores brasileiros, antologia e estudos).

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: ____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CARONE, Edgard. *A República Velha* (Instituição e classes sociais). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972 (Corpo e Alma do Brasil).

CONRAD, Joseph. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*: 1850-1889. Trad. Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

FREYRE, Gilberto. José de Alencar, renovador das letras e crítico social. In: ____. ALENCAR, José de. *O sertanejo.* 7. ed. Rio de Janeiro: INL, 1977.

GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Tecnoprint,1967.

MACHADO DE ASSIS, José Maria. *Machado de Assis*: seus 30 melhores contos. Rio de

[183]Ibid., p. 395.

[184]A Lei Eusébio de Queiroz foi precedida pela chamada Lei Bill Aberdeen, de autoria do ministro inglês George Hamilton Gordon, Lord Aberdeen (08 de agosto de 1945), que proibia o comércio de escravos entre a África e a América (o tráfico no Atlântico Sul).

Janeiro: Nova Aguilar, 1961.

MACHADO DE ASSIS, José Maria. Instinto de nacionalidade. In: ____. *Crítica literária*. Porto Alegre: Jackson Inc., 1955.

PROENÇA, Cavalcanti, Manuel. Introdução. In: GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura.* São Paulo: Tecnoprint, 1967.

STEIN, J. Stanley. *Grandeza e decadência do café no vale de Paraíba*. Trad. Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira (*seus fundamentos econômicos). São Paulo: Cultura Brasileira, s.d.

TODOROV, Tzvetan. *Gêneros do discurso*. Trad. Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

TOMACHEVSKY. "Thématique". In: *Théorie de la littérature* (Textes des Formalistes russes réunis, présentés et traduits par Tzvetan Todorov). Paris: Seuil, 1965.

AS CANTIGAS DE SANTA MARIA NO REINADO DE AFONSO X

Gustavo de Oliveira Andrade
Graduando em História – UFS
Integrante do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
Orientador: Dr. Bruno Gonçalves Alvaro

O desenvolvimento deste artigo foi impulsionado primeiramente por uma pesquisa anterior acerca do Medievo Ibérico, o projeto PVD2392-2014 - Idade Média e Modernidade: Um estudo sobre as relações de poder na sociedade senhorial ibérica através da documentação e da historiografia. Esse trabalho foi fundamental para um conhecimento da documentação e historiografia do tema e período em questão, possibilitando novas propostas e abordagens para os estudos.

Inúmeros artigos, teses e pesquisas sobre as Cantigas de Santa Maria já foram feitas, fica visível a importância delas não só no campo da História, mas também da literatura e estudos linguísticos, pois o galego e o português têm uma proximidade muito grande e os poemas ibéricos são uma grande fonte de estudos sobre essa familiaridade. Porém não tenho como objetivo fazer uma análise literal ou linguística do documento, pretendo me debruçar em uma análise contextual daquilo que ele expressava no momento em que foi escrito.

Em segundo, posso colocar a vontade pessoal de tentar entender quais influencias a música tinha no Medievo, quais traços ela carregava e como retratava os Mouros. Esse artigo mostrará os caminhos que pretendo seguir e algumas características do documento que será analisado, por se tratar de uma pesquisa nova e consequentemente em andamento, não serão apresentadas conclusões finais sobre o tema.

As Cantigas de Santa Maria foram escolhidas como objeto de estudo justamente por sua ampla variedade de temas e abordagens diferentes. O cancioneiro mariano foi coligido e publicado durante quase todo o período de reinado de Afonso X (1252-1284), resultando em quatro códices: o To (da Biblioteca Nacional de Madri), os E e T (ambos da Biblioteca do Escorial) e o manuscrito da Biblioteca Nacional de Florença. O resultado é uma compilação total de 427 cantigas, sendo que a intenção inicial do Rei Sábio era elaborar uma coleção de apenas 100, que se remetessem à Virgem. Ao fim de cada 9 cantigas de milagre, há uma de louvor (e uma iluminura). Delas, 42 tratam diretamente dos mouros (cerca de 10% do total das cantigas), demonstrando a importância quantitativa e qualitativa do tema dentro desta obra tão portentosa que ainda traz outros temas em suas linhas.

Encontraremos nas CSM poemas sobre o cotidiano no campo, sobre os aspectos políticos vivenciados no período em que era redigido, a vida na corte, judeus na península ibérica, conversões de personagens fictícios e não fictícios ao cristianismo e até mesmo traços da personalidade e forma de governar do Rei Sábio.

Importante destacar que as canções foram escritas em galego e não em espanhol, acredita-se que um dos motivos tenha sido a convivência do Afonso X com seus mentores enquanto criança.

> Durante su niñez estuvo bajo el cuidado de Garci Fernandez de Villamayor y de su mujer doña Mayor Arias, cerca de Burgos. Allí, posiblemente, entraria em contacto com el galego, lengua que adoptará más tarde em la redacción de su obra poética.[185]

A maioria dos poemas escritos em galego podem ser enquadrados em quatro categorias distintas, e as cantigas escritas pelo Rei Sábio entrem nessas definições. As canções de amor: Neste tipo de cantiga, o trovador empreende a confissão, dolorosa e quase elegíaca, de sua angustiante experiência passional frente a uma dama inacessível aos seus apelos, entre outras razões por ser de superior estirpe social.

As de amizade: esse tipo de cantiga focaliza o outro lado da relação amorosa: o suporte do poema é agora representado pelo sofrimento amoroso da mulher, via de regra pertencente às camadas populares (pastoras, camponesas, etc.). O trovador, amado incondicionalmente pela moça humilde e ingênua do campo ou da zona ribeirinha, projetasse-lhe no íntimo e desvenda-lhe o desgosto de amar e ser abandonada, em razão da guerra ou de outra mulher.

> Es difícil distinguir las Cantigas de scarnio de las de maldecir.Por esto, casi todos los autores adoptan el estilema conjunto para denorminarlas. [186]

Já para as de escarnio é preciso compor falando mal de alguma coisa, ou seja, fazendo uma crítica a algum grupo ou pessoa através de palavras de duplo sentido e de ambiguidades, trocadilhos e jogos semânticos.

[185] MOTOYA, 2008, p.13

[186] MOTOYA, 2008, p.57

E nas de maldizer é comum também trazer críticas, porém diretas, é normal que ocorra agressões verbais à pessoa ou grupo que está sendo criticado, geralmente usa-se até mesmo palavrões para compor esse tipo de cantiga, onde se revela ou não o nome da pessoa que está sendo agredida.

> En el caso de las composiciones del Cancionero Marial éstas son las menos, siendo su gran mayoria composiciones que exceden de las cinco estrofas, así como sus versos son mucho más largos – predominan los versos de 14 sílabas- que los de las correpondientes de amor y de amigo, que Suelen ser octossílabos o decassílabos em su mayoria.[187]

Uma das características estruturais presentes em quase todas as canções marianas é o "*Zéjel*", que seria uma forma tradicionalmente Árabe de se fazer poemas e que foi incorporado pela cultura hispânica após os anos de dominação dos Mouros.

Segundo a definição do dicionário de Oxford seria: Composição poética hispanoárabe métrica popular, também propagada na poesia espanhola; é constituída por uma ou duas linhas de abertura que compõem o coro e um número variável de versos; cada estrofe consiste em três linhas retas monorritimicas e uma última linha que rima com o refrão.

Veremos então que o século XIII, considerado para muitos historiadores o auge da cristandade, será de lutas contra aqueles que são considerados os infieis. E esses aspectos serão representados nas CSM, incluindo uma visão em quase todo tempo menozprezada dos judeus e muçulmanos, esse ultimo grupo o qual analizaremos um pouco melhor.

Ao se utilizar de letra, música e imagem para fazer as suas exposiçoes nas canções marianas, Afonso X deixa bem clara a imagem que ele queria transmitir, a imagem que somente o cristianismo era detentor da salvação e que todo o resto era uma farsa ou até mesmo algo diabólico. Os Mouros eram sempre representados como violentos, sem coração, nem mesmo Maomé ou Alá escapava das canções de escarnio e maldizer.

No trecho abaixo da canção 328, temos a figura de Maomé no inferno servindo aos interesses do diabo

[187] MOTOYA, 2008, p.45

> Ca se ela quér que seja o séu nom' e de séu Fillo nomeado pelo mundo, desto non me maravillo, e corrudo del Mafomét' e deitado en eixillo, el e o dïab' antigo que o fez séu avogado.[188]

É comum que os poemas retratem além da visão marginlazada dos adoradores de Alá, a iamgem da conversão como a salvação, mostrando que o cristianismo é o caminho até mesmo para aqueles que o um dia foram infiéis, como veremos no trecho canção 28, que retrata um exercito muçulmano tentando dominar a cidade, porém, graças as orações dos soldados a invasão não foi bem sucedida e termina com a conversão do Sultão que se apaixoa pelo altar da Virgem Maria.

> Todo logar mui ben pode sseer deffendudo o que a Santa Maria á por seu escudo.Poderia-vos de dur dizer as grandes dõas que aquel Soldan de Sur deu y, ricas e bõas; demais foy-os segurar que non fosse corrudo o reino, se Deus m' anpar, e foi-lle gradeçudo.[189]

Sempre se referindo aos aspctos violentos que possam lhe ser atribuidos, teremos a canção 46 que mostra como após derrotar cristãos em um batalha e ficar com uma imagem da Virgem Maria como spoloios de guerra, esse mouro se encanta pela imagem e ao olhar para sua mulher e filho chama um padre para converte-los.

> Adur pod' esta razôn toda o mour' encimar, quand' à omagen entôn viu dúas tetas a par, de viva carn' e d' al non, que foron lógo mãar e deitar leite come per canudos. Quand' esto viu, sen mentir, começou muit' a chorar, e un crérigo vĩir fez, que o foi batiçar; e pois desto, sen falir, os séus crischãos tornar fez, e ar outros bẽes connosçudos.[190]

Ao olhar a canção marina 83, intitulada “Aos séus acomendados”, veremos muçulmanos apreendendo um jovem e rindo de seu desespero, porém ao cair da noite o jovem conseguiria libertar-se graças a Maria e procurar abrigo ao lado de um padre que escreveria a sua história.

[188] METTMANN, 1959, p.191
[189] AFONSO X, Disponível em: http://www.cantigasdesantamaria.com/csm/28. Acesso em: 24 nov.2015
[190] AFONSO X, Disponível em: http://www.cantigasdesantamaria.com/csm/46. Acesso em: 24 nov.2015

> El, quand' esto viu, ergendo se foi pass', e pois correndo fogiu e, segund' aprendo, chegou a días contados. Aos séus acomendados...A Sopetrán, cabo Fita. E pois esta cousa dita ouve, lógo foi escrita e muitos loores dados Aos séus acomendados...A Virgen grorïosa, Madre de Déus pïadosa, porque sempr' é poderosa d' acorrer aos coitados. Aos séus acomendados.[191]

Podemos então ver um esforço notável por parte da corte afonsina, autora e promotora das CSM, quanto da doutrina cristã em integrarem os mouros em seus projetos unificadores.

> O cristianismo medieval "recupera" de uma maneira ou de outra todos os marginais e investe, de todas as partes, a margem interna da sociedade num prodigioso esforço de legitimação: a tarefa é relativamente fácil no caso dos comerciantes ou dos intelectuais.[192]

Na cantiga 181, novamente ocorre uma demonização dos mouros, que usando de uma violencia repentina e e brutal tentam derrubar a estabilidade cristã com a queda de um rei.

> Que eran da outra parte, atal espant' en colleron que, pero gran poder era, logo todos se venceron, e as tendas que trouxeran e o al todo perderon, e morreu y muita gente dessa fea e barvuda. Pero que seja a gente d' outra lei e descreuda...E per Morabe passaron que ante passad' ouveran, e sen que perdud' avian todo quant' ali trouxeran, atan gran medo da sina e das cruzes y preseran, que fogindo non avia niun reda tuda. Pero que seja a gente d' outra lei e descreuda...E assi Santa Maria ajudou a seus amigos, pero que d' outra lei eran, a britar seus emigos
> que, macar que eran muitos, nonos preçaron dous figos, e assi foi ssa mercee de todos mui connoçuda. Pero que seja a gente d' outra lei e descreuda.[193]

O rei de Marraquexe estava em guerra contra mulçumanos, os mouros tinham cruzado o rio Morabe com um enorme exército e tinha colocado o cerco à cidade, os guerreiros de Alá estavam com tendas armadas ao lado de um rio. Muitos homens são mostrados a cavalo e empunhando lanças longas .

O rei marroquino foi aconselhado a sair da cidade com seus melhores guerreiros para a batalha. Ele levava a bandeira de Santa Maria e era acompanhado pelos cristãos que

[191] AFONSO X, Disponível em: http://www.cantigasdesantamaria.com/csm/83. Acesso em: 24 nov.2015
[192] SCHMITT, 1990, p. 287
[193] AFONSO X, Disponível em: http://www.cantigasdesantamaria.com/csm/181. Acesso em: 24 nov.2015

transportavam cruzes. A vitória heroica é conseguida e os muçulmanos derrotados e retirados de suas terras, aqueles que sobreviveram fugiram ao ver as cruzes e as bandeiras.

As relações estabelecidas entre as minorias étnico-religiosas nas canções marianas, quer dizer, os judeus e principalmente os mouros, foi extremamente marcada pelo tensionamento entre incluir-los ou não na sociedade ibércia daquele momento.

> Instabilidade espacial significava perigo social. Além disso, o conceito de marginalização na Idade Média também está relacionado com a noção de espaço, interpretado dicotomicamente como "dentro" e "fora", centro e periferia, e contendo um juízo de valor, já que ao primeiro termo atribui-se um valor positivo. Compreensivelmente, os cristãos se colocavam no centro, enquanto seus opositores (judeus, heréticos e muçulmanos) eram postos na periferia, fosse efetiva ou simbólica.[194]

E para finalizar parcialmente as analises das cantigas, vejamos a intitulada "Poder á Santa María grande d' os séus acorrer". A ma fé e a vontade aproveitar-se de um cristão inocente são caracteristas que aparecem nessa leitura.

> Dest' oý un miragre que avo pouc' a y en Chincoya, un castelo, per quant' end' eu aprendi, que fezo Santa Maria; e aos que o oý ataes omees eran a que devemos creer.
> Poder á Santa Maria grande d' os seus acorrer...Aqueste castelo ést[e] eno reino de Geen, e un alcaid' y avia que o guardava mui ben; mais de guarda-lo a cima lle mengou muito o sen, assi que per pouc' un dia o ouvera de perder. Poder á Santa Maria grande d' os seus acorrer...Este grand' amor avia con un mouro de Belmez, que do castel' alcald' era; mas o traedor, que fez? Falou con rei de Grãada e disse-lle: «Desta vez vos darei eu o castelo de Chincoya en poder. » Poder á Santa Maria grande d' os seus acorrer.[195]

O castelo de Chincolla , no reino de Jaén, era guardado por um castelão que o manteve bem , mas tinha-se tornado imprudente . Ele fez amizade com um mouro de Bélmez . O traiçoeiro Muçulmano disse ao rei de Granada que ele poderia tomar o castelo de Chincolla . O rei de Granada perguntou-lhe como isso poderia ser feito . O guardião de Bélmez

[194] FONTES, 2009, p.03
[195] AFONSO X, Disponível em: http://www.cantigasdesantamaria.com/csm/185. Acesso em: 24 nov.2015

respondeu que ele poderia capturar enquanto conversava com ele. O rei deu -lhe permissão para fazê-lo; ele ameaçou matá-lo se ele estavivesse mentindo, e prometeu recompensá-lo se ele capturou o castelo.

O mouro saiu para Chincolla . Ele pediu ao castelão para sair e assinar um pacto com ele. O homem desavisado saiu com dois escudeiros . Disseram-lhe que eles estavam com medo da Mouro traí-lo . Os escudeiros , que acompanhavam o seu senhor, desarmados, ficaram tão aterrorizada que eles correram de volta e se esconderam no castelo.

O castelão , porém, não recuou , mas atravessou o rio para atender o mouro . Quando ele se aproximou foi capturado e levado para o rei de Granada .Orei perguntou o castelão sobre suas posses e disse que ele iria decapitá-lo se houvesse mentira . O castelão lhe informou que quinze homens famintos guardavam o local.

O rei de Granada reuniu imediatamente suas tropas e se dirigiu para o castelo. Ele exigia a rendição, mas os defensores se recusaram a ceder. O rei de Granada lançou um ataque com saraivadas de flechas e pedras .

Os defensores levaram a estátua da Virgem da capela e a colocaram sobre a muralha . Eles oraram à Virgem para defender o castelo dos mouros infiéis .Eles deixaram a estátua lá e todos os atacantes recuaram.

Três mouros negros, que tinham entrado no castelo, foram jogados para a morte do alto do muro. O rei de Granada estava determinado a não ir contra a Virgem . Ele ordenou que as tropas recuassem.

A partir deste artigo, percebemos que a representação do mouro na literatura religiosa do século XIII passou por sua demonização. Porém, não se pode perder de vista que as cancções marianas são um discurso régio, que carrega o modo de pensar de uma corte, nesse caso, a de Castela e Leão representados por Afonso X.

Sendo então as Cantigas de Santa Maria uma das mais importantes obras não só do periodo Afonsino, mas também do baixo-medievo, trazendo histórias que relacionam os muçulmanos aos pagãos. Tais grupos eram deliberadamente associados ao Mal, com o propósito de caracterizar e intensificar sua marginalização. enquanto os cristãos, portadores e propagadrores do bem, da vida intergra e da verdade religiosa.

BIBLIOGRAFIA

Documentação**:**

AFONSO X. **Cantigas de Santa Maria**. Edição de Jesús Montoya. Catedra, 2008

AFONSO X. **Cantigas de Santa Maria**. Edição de Walter Mettmann. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrensis, 1959.

Referências:

CASTRO, B. M. de. **As Cantigas de Santa Maria: um estilo gótico na lírica ibérica medieval**. EdUFF, 2006.

FONTES, Leonardo Augusto Silva. **A FUNÇÃO POLÍTICA DAS CANTIGAS DE SANTA MARIA NO REINO DE AFONSO X (CASTELA E LEÃO, 1252-1284)**. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9854/5702>. Acesso em: 15 nov. 2015.

FONTES, Leonardo Augusto Silva. **A marginalização dos mouros na literatura religiosa do século XIII – os exemplos das Cantigas de Santa Maria e da Legenda Aurea.** 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0715.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2015.

MOISES, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. 30ª ed., São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHMITT, Jean-Claude. "**A história dos marginais**". In: J. Le Goff (org.), A nova história. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 261-290

VEREZA, Renata. **ESPAÇOS DE INTERAÇÃO, ESPAÇOS DE CONFLITOS: A REPRESENTAÇÃO SOBRE OS MUÇULMANOS EM CASTELA NO SÉCULO XIII**. Revista do Mestrado de História, Vassouras, v. 11, n. 1, p.169-191, 24 nov. 2015.

DE JOHN KEEGAN A GARCIA FITZ: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A GUERRA E SEUS SIGNIFICADOS

Hericly Andrade Monteiro
Mestrando pelo PROHIS-UFS
Bolsista CAPES
Integrante do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
hericly@gmail.com
Orientador: Dr. Bruno Gonçalves Alvaro

O que é a Guerra? A resposta para essa pergunta é deveras difícil de traçar com a devida certeza, pois mesmo no âmbito linguístico atual nós temos vários significados, e nenhum deles nos dá uma definição precisa sobre o que de fato é a guerra. Porém mesmo não havendo uma certeza absoluta sobre o tópico, especificamente, vários trabalhos já foram publicados sobre o mesmo, várias acepções foram criadas, várias maneiras de fazer a guerra foram mapeadas, mas nunca se chegou a um consenso sobre o que é a guerra ou como ela é feita. E isso não é algo que nós pretendemos alcançar aqui.

Essa primeira parte tem por objetivo delinear uma linha de pensamento, norteada por diversos autores que tratam da guerra, seja como conceito mais abstrato ou de uma forma mais prática, abordando movimentações, armamentos entro outros assuntos de natureza técnica. Com isso o que queremos é tentar definir a guerra tendo em base a especificidade espacial e temporal do tema que tomamos como ponto central: o medievo Ibérico.

John Keegan e A guerra como um aspecto social

No livro Uma História da Guerra, o objetivo central de Keegan é traçar, através da análise antropológica de diversas sociedades tais como os Maori, os povos montados, os samurais e Gregos, uma resposta para a pergunta que ele faz ainda na introdução do livro: O que é a Guerra?

Porém esse questionamento serve apenas como um apoio que o autor pode deixar de lado, a partir do momento em que nós nos apegamos a ideia de que a guerra é plural e que os seus significados estarão postos de formas distintas em culturas diferentes. Logo, o significado da guerra é nada mais do que social, partindo do ponto de vista da sociedade em que o estudioso se debruça. Não existe, portanto um significado que define guerra de uma maneira a suprir todas as culturas mais diversas existentes no globo.

Analisando individualmente ele encontra no que convenciona chamar de “guerra primitiva”, convenções que nos permitem chegar a essas características. Ele incorre que, no exemplo dos povos primitivos, nós temos a capacidade de limitar as ações da guerra. Por exemplo, ao permitir ou não a participação de mulheres, crianças, velhos e incapazes, aqueles que fazem a guerra estão isentando estes da violência do conflito.

Como já falado, a sociedade tem um papel determinante pois, é a mesma que irá ditar de que forma o povo observará e lidará com a guerra. Entendemos aqui não só os fatores estruturais e puramente militares, mas também a sua filosofia guerreira, a sua maneira de pensar o conflito, de reagir aos inimigos e de assimilar, ou não, novas formas de guerrear. E para o autor isso é o que define a distância que temos hoje sobre o que é fazer a guerra e se portar na mesma, diferente do que era para esses povos.

Ele vê na sociedade ocidental um certo orgulho da guerra, muito pelo fato de que essa maneira marcadamente ocidental de guerrear subjugou diversos povos durante a história, durante o século XIX. Diferentes culturas, algumas inclusive que fizeram parte da análise do livro, foram alvo nesse século da guerra ocidental aniquiladora. Sendo assim, o ocidente e seu modelo de guerra, é vitorioso sob o modelo oriental.

Para Keegan a guerra precisa ser repensada e essa ação deve ser realizada principalmente por aqueles que a fazem, os guerreiros devem voltar-se a reflexão, devem reencontrar o seu papel em sociedade. Mas não com o intuito de acabar com a guerra, pois é ela que define o guerreiro, mas para reencontrar algo que permeava as mais diversas sociedades, principalmente as orientais: a honra daquele a faz a guerra. Mas não só isso, precisam recuperar o papel do guerreiro como aquele que luta pela sua civilização, aquele que defende a sua cultura e a sua sociedade.

Paz e a Guerra em Bouvines: Discutindo um pouco sobre os temas com Georges Duby

Tão importante quanto o conceito de guerra que Duby nos apresenta posteriormente no livro, é o conceito de paz com o qual ele inicia o primeiro capítulo dos seus Comentários, onde aborda suas considerações sobre a Paz, que é fundamental para entender não só a dualidade que é intrínseca ao conceito de guerra no medievo, mas também para apreender uma mudança de mentalidade que se instaura a partir do século XI.

Ele trata da guerra em dois grandes momentos, num primeiro onde:

> [...] a guerra – os escritos dos autores cultos denominam, à época de Bouvines, com o termo germânico e latinizado Werra – tinha sido uma boa coisa. Para homens em condição de fazê-la, era a ocupação normal. Ela renascia a cada ano com o bom tempo, e os deuses a abençoavam. Cumpria uma função econômica primordial, tão importante quanto o trabalho produtivo: era necessário combater para proteger os recursos da comunidade, grande ou pequena, da tribo, do clã, do grupo familiar; combater era também incrementar esses recursos, tal como pela colheita ou pela caça, indo apoderar-se de joias, víveres, gado, rapazes e moças. Assim a paz não passava de uma interrupção fortuita, imposta pelas circunstâncias, pelo esgotamento das forças, pela rarefação das presas, pelo mau tempo – um relaxamento temporário, um interlúdio durante o qual as transferências de riqueza que suscitavam normalmente a guerra tomavam outro curso, a forma da doação e da contradoação, do intercâmbio matrimonial, do negócio.[196]

Sobre esse primeiro momento podemos dizer que a guerra tem uma importância crucial, socialmente falando, pois é a partir dela que certos tipos de trocas comerciais acontecem, muitas vezes até antes do comércio propriamente ser inserido em certas localidades, o butim e a rapina já eram presentes e faziam parte da realidade social local. Podemos ver nesse primeiro momento uma maior aceitação da guerra como algo socialmente viável, como um item que integra a própria sociedade.

De interjeição fortuita, a paz passa a ser algo mais interessante para aqueles que integravam o clero. Portanto a concepção da paz como o caminho da salvação passa a ser parte integrante de uma nova concepção de mundo que surge. Porém a sociedade já era formada em meio a guerra e pela guerra, como então proceder para mudar, ou pelo menos atenuar, essa cultura guerreira existente?

É nesse instante que surge a contradição colocada por Duby. Em um primeiro momento uma sociedade que se desenvolve em torno da guerra, passa então a condená-la filosoficamente. Porém com essa condenação os mecanismos sociais e de pensamento não se esvaem completamente. Os que antes guerreavam, não deixarão de fazê-lo, os que tinham na guerra o seu ofício primordial, aquilo que os definia socialmente, não deixarão isso para trás. Todo o mecanismo social que antes tinha em seu centro a guerra não poderia simplesmente deixar de existir. Assim surge uma contradição: a guerra passa a ser condenada e ao mesmo tempo validada por seus detratores.

Partindo desse pressuposto, a figura do próprio Deus passa por uma mudança, antes o deus de paz, passa a também ser o deus da guerra, sendo invocado contra aqueles que são seus inimigos. Evidências para isto nas escrituras não faltam, várias são as ocasiões em que o

[196] DUBY, 1993. p. 86-87.

próprio Deus vem ajudar seus seguidores em batalha e é sob essa ótica que continuarão os escritos posteriores do clero.

Além disso, todos os homens estavam assim sujeitos aos pecados da carne. Dentre eles obviamente estava a guerra e o derramamento de sangue, porém, assim como todos os outros pecados, este também possuía uma forma de salvação. Em alguns casos o perdão acontecia na forma de contrição, com a confissão do pecado e o pedido perdão após o ocorrido. Mas mesmo assim, não tardaram a surgir mecanismos que validavam a guerra como algo necessário e perdoável. Isso tudo inclusive antes mesmo de qualquer derramamento de sangue ocorrer.

Dentre os mecanismos que surgiram a época nós temos a Guerra Justa, que segundo Duby ao citar Isidoro de Sevilha "Justa é a guerra quando conduzida para recuperar seus bens e para rechaçar os agressores em virtude de um édito".[197]

Feita essa declaração temos podemos assumir então, que uma retaliação ou uma *vendetta*, é por si só, uma causa justa e que aos olhos de Deus está livre de qualquer punição. Além disso, temos nessa afirmação feita por Isidoro, que a autoridade real também concede para os realizadores da guerra o aval para realiza-la. Portanto o homem que age em defesa de si, do seu patrimônio ou em virtude do chamado real, está longe da condenação pela violência.

Porém ao passar essa responsabilidade para o rei, o clero - além de tirar a responsabilidade dos atos das suas mãos – coloca o papel de juiz e júri muitas vezes em mãos reais, esses que são, em muitas das ocasiões, responsáveis pela administração da guerra.

Junto a isso, outras maneiras de santificar a guerra se manifestam: as armas abençoadas e juramento de defesa aos fracos, antes feitos apenas por reis, são agora estendidos a toda uma classe guerreira, criando assim laços de atuação entre todos aqueles que tinham a guerra como seu princípios, meios e fins.

Outros mecanismos foram criados, indo da proibição de domingo à Trégua de Deus. Porém todos esses éditos estavam não só sujeitos a interpretação dos próprios guerreiros, como também, à aceitação daqueles que criaram todos esses regulamentos. Pessoas essas que, como dizia Guilherme Marechal em sua cantiga, estavam propensas a aceitar as relíquias de São Rufino e Albino, ao ouro e a prata para perdoar todas as transgressões. As leis e éditos nada mais eram do que uma receita alternativa para o enriquecimento dos clérigos locais, ou até mesmo do próprio Papa.

[197]DUBY, 1993. p. 89.

O clero era vital para comprar perdões ou uma suposta autorização ao conflito, porém não integravam o grosso do exército, o dinheiro tinha um outro papel a desempenhar na guerra, era através dele, e porque não dizer por ele, que giravam muitos dos objetivos que integravam a prática da guerreira.

A primeira delas é o pagamento dos soldos, os soldados deveriam ser pagos, e uma das poucas maneiras que se observava nesse momento a manutenção do conflito era que a própria guerra geria o pagamento daqueles que nela atuavam, o butim gera os rendimentos necessários para a manutenção dos seus soldados e o progresso do conflito.

Mas essa equação que quase nos lembra um ciclo, tende a se quebrar na medida em que um novo fator é inserido nesse organograma, e o desequilíbrio - se é que podemos assumir a existência de um equilíbrio anterior – jaz na figura do Mercenário.

Aqui utilizamos o termo à maneira do autor, sem problematizar a nomenclatura a ponto de relativizá-la, o que dá entender que todos aqueles que recebiam para lutar e que não faziam parte de uma casta guerreira, eram de alguma forma mercenários. Outra característica atribuída por Duby a esse grupo é a sua origem, em sua maioria advindo das classes mais pobres e que além disso, tinham sua lealdade condicionada ao recebimento ou não do pagamento, ou até a quantia de dinheiro proposta aos mesmos.

O que nesse quesito nos traz uma versão interessante sobre o que de fato era a honra entre os mercenários. Pois da mesma maneira que não ser pago por seus serviços era um motivo para virar-se contra o seu empregador, o contrário também era verdadeiro, receber e desertar durante a batalha era um sinônimo de desonra, como também poderia atrair a ira do seu empregador.

Mas o "problema" que representava o dinheiro nas atividades guerreiras não estava apenas restrita àqueles que vinham das camadas mais baixas, pois aqueles que guerreavam precisavam do mesmo para manter seus status e nesse sentido me refiro àquilo que os define enquanto guerreiros materialmente, as suas armas. E assim surgem os terceiros filhos, ou mais precisamente, o fenômeno dos torneios que envolvem esses cavaleiros sem-terra, que a exemplo de Guilherme, o Marechal, vão em busca de honra, fama e glória, mas não sem abandonar o ouro.

Torneios esses que mesmo com proibição do clero, ainda assim cumpriam bem a sua função de preparar os inexperientes para as futuras batalhas que seriam travadas. Então a vemos a Normandia, Ilê-de-France, Maine e Anjou serem invadidas por cavaleiros em busca de torneios. Assim, quando a guerra de verdade acaba, aqueles que dela vivem e são

pertencentes a um “extrato social elevado” podem retornar as suas atividades através do combate simulado. Em mundo onde o derrotado paga resgate àquele que o derrotou e onde uma soma vultuosa de ouro também pode ser adquirida em apostas, verdadeiro ou simulado, o combate faz o dinheiro girar.

Percebemos que em Duby a guerra é muito semelhante a uma estação, apesar de todas as modificações que ela sofre, devido aos diversos impedimentos advindos da nova concepção de paz adotada no discurso do clero, é perceptível que o próprio clero estabelece formas de contornar essas proibições, seja atuando em conjunto com reis e guerreiros para validar o seu pedido a guerra, ou até mesmo através do dinheiro, sendo subornado para validar os argumentos de algum senhor a favor da guerra. Assim isso gera uma contradição, pois ao mesmo tempo que essa nova legislação guerreira visa a paz, ela ao mesmo tempo abre precedentes para a guerra.

A Guerra medieval: O domínio do espaço e do tempo

Longe de apresentar apenas uma síntese da história da guerra medieval Philippe Contamine nos traz em seu livro *La Guerra en la Edad Media*, um verdadeiro tratado sobre a multiplicidade na guerra e sobre os envolvidos na mesma. Indo das armas que usavam até as táticas aplicadas, ele nos apresenta um sem número de informações técnicas sobre a guerra medieval.

Porém é na segunda parte do seu trabalho que ele começa uma ferrenha crítica aos historiadores militares que vieram antes dele, onde ele apresenta um capítulo que não se restringe apenas a mera crítica como também ao apontamento de que o olhar preconceituoso e anacrônico.

Ao analisar a guerra e os historiadores da mesma para ele fica claro que a concepção filosófica que pregava haver um vazio de mil anos entre a antiguidade e renascimento, também influenciou a história militar. Não é raro observar historiadores anteriores ao autor, que simplesmente ignoram o período medieval, como se em termos filosóficos e militares não houvesse nada digno de registro durante os mil anos que compreendem a Idade Média.

Porém é justamente nesse ponto que Contamine tece críticas aos seus antecessores, para ele muito mais preocupados em processos de longa duração ou em obras que visavam serem totais, assim ignoravam completamente a guerra no medievo:

> Las reflexiones acerca del arte militar han venido siendo, durante mucho tiempo, obra de historiadores que, preocupados por los procesos de dilatada duración, han intentado comparar el período medieval con la Antigüedad y

> con la época moderna. De forma casi invariable, han llegado a la conclusión de que el arte militar de la Edad Media había sido rudimentario, rudo (incluso inexistente), en el sentido de unos conocimientos pensados, organizados y constituidos, aplicables a los diferentes niveles del encuadramiento en función de su rango y de su papel. Muchos de estos historiadores, oficiales militares en activo o retirados, se movían, de forma más o menos consciente, en las perspectivas de una enseñanza pragmática, utilitaria y destinada a futuros oficiales o a escuelas militares, por lo que llegaban a la conclusión de que no había nada en limpio que sacar ni que aprender del estudio de las campañas, de las batallas o de los asedios militares.[198]

Mas como afirmar a proeminência dos antigos ou o total desconhecimento dos medievais acerca dos tratados anteriores, quando encontramos partes inteiras da *Epitoma de re militari,* escrita por Vegecio aos fins do Sec. IV, literalmente transcritas em tratados medievais como: *Art de laChevalerie* de Christine de Pizan, ou no *EspeculumMajus* de Vicent de Bauvais e, em um exemplo mais próximo geograficamente do tema dessa dissertação, as *Siete Partidas* de Alfonso X o sábio.

Além das citações em obras, é possível ver também essa aplicação no medievo. Através de cartas, crônicas, pedidos registrados a monges como foi o caso de Godofredo Plantageneta que requisitou a fabricação de uma bomba incendiária aos monges de Marmoutier e que foi efetivamente usada em combate.

Porém não apenas de reprodução e aplicabilidade dos escritos de Vegecio vivia o medievo. Assim não tardaram a surgir tratados que traziam novos conceitos militares à mesa de planeamento de campanha, textos como *Expugnatio hibérnica* de Giraud de Barri, que tratava exclusivamente das táticas utilizadas pelos irlandeses e como vence-los em batalha, ainda temos o texto do sec. XIII *Liberrecuperationis Terre sancti*, escrito por Fidencio de Padua no qual contava com todo um planejamento de tomada da terra santa, desde aplicação de estruturas, valorização dos efetivos necessários, tendo inclusive ideias para a manutenção de uma armada na região, que segundo o tratado poderia ser mantida caso cada abadia, cidade ou castelo, cedesse dois ou três cavaleiros para integrar essa hoste.

Vemos aqui que o medievo não foi apenas um reprodutor do conteúdo que fora antes escrito. A Idade Média também produziu conteúdo novo, alguns específicos as suas necessidades, mas que nem por isso deixavam de ser úteis, muito pelo contrário, eles exprimiam as preocupações correntes em cada época.

Os escritos de Contamine apontam para o fato de que muito desse anacronismo talvez surja da incompreensão de como aqueles que viviam no medievo praticavam a guerra. A visão

[198] CONTAMINE, 1984.p.264

de Calusewitz e tantos outros do campo de batalha era diferente, ter um campo aberto onde dois grandes exércitos se enfrentavam não fazia parte da realidade medieval, as táticas do medievo eram distintas.

No medievo a guerra daquele que controlava o espaço e o tempo, e a recusa da batalha frontal, para contamine é o que causa isso. Essa reação chamada de "reflexo obsidional" é a causa para que a guerra medieval seja travada principalmente na resposta a um ataque de forma defensiva, respondia o atacante dentro das suas muralhas. Essa característica é o que marca o avanço muito lento dos atacantes, enquanto os atacados sempre procuram a melhor forma de defesa possível para tecer os seus contra-ataques.

Além disso no medievo encontramos também a presença da chamada "guerra de desgaste", feita principalmente através da rapina, ataques aleatórios e constantes aos territórios que acercam o ponto onde o inimigo está concentrado, o intuito disso é minar os recursos dos defensores, fazer espalhar-se o medo dentro das suas muralhas e impedir que o aquartelado receba ajuda de pessoas externas.

Outra característica marcante apontada por contamine é o foco na defesa através de um conceito de fronteira estabelecido através de um ponto fortificado e não apenas através de um limite territorial. Assim a guerra acontece através da defesa de pontos chaves no território, pontos esses, que quando tomados pelos atacantes, servirão como uma base avançada para esses possam progredir através do terreno inimigo, através da "guerra de desgaste" que se torna um ponto chave da equação, pois é através dos butins conseguidos, que o exército atacante consegue fixar-se de maneira mais contundente no território do inimigo.

Portanto vemos que a guerra no medievo, para Contamine, se dava através era do domínio do espaço físico, aquele que conseguisse dominar o terreno através de táticas defensivas perpetradas iria obter vantagem, mas só aquele que dominasse o momento de atacar, podendo reagrupar as suas forças e minando as forças do inimigo através da guerra de desgaste controlaria o tempo, podendo assim intensificar o desgaste até obter a vitória do seu inimigo.

Assim vemos que as características da guerra na Idade Média são bastante diferentes e não inferiores como era o pressuposto tomado através da visão de Clausewitz e Liddel Hart. A maneira de guerrear no medievo levava em conta as especificidades do seu tempo e as suas limitações, portanto, vemos uma guerra útil e totalmente adaptada às necessidades daquelas sociedades, uma guerra onde o domínio do espaço e do tempo fazem mais diferença do que os números de homens em cada exército.

García Fitz e as relações político/guerreiras na Península Ibérica

Em uma perspectiva que visa à aproximação entre guerra e política, temos o medievalista espanhol Francisco García Fitz que em sua obra *Relaciones políticas y guerra. La experienciacastellano-leonesa frente al Islamsiglos XI-XIII*, trata mais a fundo de como esses dois binômios se cruzam no contexto da reconquista espanhola.

Para García Fitz, existe uma aproximação muito forte entre guerra e política, e uma aproximação maior ainda entre a guerra e a diplomacia:

> Sin embargo, sería caer en una ingenuidad un tanto plana o, en ocasiones, directamente en una posición marcadamente cínica, ignorar que el diálogo, la negociación, el acuerdo, o por decirlo de una manera más genérica, las relaciones de índole política como alternativas a la violencia, pueden conducir a situaciones claramente perversas, injustas o simplemente inmorales. Políticos y analistas saben, aunque no siempre lo confiesen, que las relaciones políticas que se desarrollan en una mesa de negociaciones entre partes antagónicas no siempre constituyen opciones verdaderamente distintas al enfrentamiento, sino que por el contrario se plantean como una estrategia más de ese mismo enfrentamiento para alcanzar el fin propuesto e inicialmente defendido por la fuerza, que no es otro que la imposición de la voluntad propia al enemigo.[199]

Assim, nós percebemos que para García Fitz a guerra, a política e a diplomacia são faces de uma mesma moeda e que ambas podem sim ser utilizadas com a mesma finalidade, que seria segundo o próprio autor, "impor sua vontade ao inimigo". Também é possível observar na obra do medievalista espanhol uma aproximação entre guerra e política como âmbitos que visam alcançar o mesmo interesse e que muitas vezes podem sim ter consequências nocivas e nefastas em ambos os lados.

O autor inclusive é categórico ao afirmar que em alguns casos a política pode causar um dano até maior que as ações militares, ressaltando que a guerra e a diplomacia são caminhos que muitas vezes levam a um único objetivo. No entanto, a decisão sobre qual abordagem utilizar muitas vezes está na análise feita a partir dos recursos disponíveis naquele momento. É então através do uso da tática e da estratégia que será decidido qual o caminho percorrer.

Posteriormente, ele faz uma análise do Ocidente medieval, chegando à conclusão de que sem o binômio guerra/política não seria possível a constituição dos reinos castellano-leoneses, pois, a todo o momento os reinos cristãos da Península Ibérica estavam em contato

[199] GARCIA FITZ, 2002. p. 11.

diplomático com os reinos *taifas* ali presentes. Muitas vezes, inclusive, forjando alianças e as utilizando posteriormente como uma estratégia para a retomada de territórios.

Ainda sobre tratados militares, ele cita Gaston Bouthoul com a sua obra *La guerra* e A.H. Jomini com *The Artof War*, a fim de mostrar uma nova visão de tratadistas sobre a guerra, aqui já ocorre uma inversão prática do que é proposto por Clausewitz em seu aforismo, propondo que a diplomacia e a política já seriam parte da guerra e não o contrário.

Além disso, o autor também aponta uma mudança significativa no conceito de estratégia, mencionando que o conceito proposto pelo já citado Liddel Hart era a época muito preso à concepção da guerra como uma situação advinda da política.

Para García Fitz, atualmente o conceito de estratégia já se encontra totalmente desvinculado de meios exclusivamente militares operando inclusive em esferas conceituais mais amplas:

> Actualmente, el concepto de estrategia se ha liberado plenamente de su antiguo cursé estrictamente militar para operar en esferas conceptuales mucho más amplias que tienen en cuenta campos de actuación diplomáticos, psicológicos o económicos, entre otros, influidos todos ellos por factores que inciden directamente en el pensamiento y planteamiento estratégico y que no pueden ser considerados como exclusivamente bélicos, tales como la geografía, la ideología, la cultura o el tipo de gobierno y de administración.[200]

Para ele, fica clara a importância da participação da política em meio à guerra, ou para ser mais exato, que a guerra está longe de ser um meio político e sim o contrário: a diplomacia e os outros meios, esses sim, figuram como parte de uma estratégia de guerra, algo que é muito bem observado em toda a análise que se segue sobre a importância dessa diplomacia no contexto de reconquista.

Guerra e pluralidade

Em nossa pequena trajetória sobre a guerra nesse artigo vimos diferentes abordagens e conceitos, porém acreditamos que essas acepções podem muito bem ser utilizados de maneira complementar.

Vimos que, por exemplo, na abordagem antropológica trazida por John Keegan a guerra é um aspecto social, e que, portanto, é fortemente influenciada pela visão que cada sociedade tem do fazer a guerra e da profissão exercida pelo guerreiro. Assim a própria sociedade estabelece o papel da guerra e do guerreiro em seu seio e isso é particular a cada

[200] GARCIA FITZ, 2002. p. 19.

meio social. Diferentes sociedades possuem diferentes visões sobre a guerra e sobre como ela deve ocorrer, quais são suas leis e o que a caracteriza.

Com isso podemos dizer que a guerra no medievo tendo como base o pensamento de Keegan é, portanto, um fenômeno próprio daquela sociedade, que carrega suas características e é definido pela mesma.

Essa "definição" de guerra nós encontramos no medievalista Georges Duby, que ao nos apresentar as características que envolvem a prática guerreira e o fazer da mesma, nos abre precedentes para definir de que forma essa guerra é pensada pela sociedade, definida e praticada.

Vemos a importância da dicotomia entre paz e guerra, e como os mecanismos de permissão à guerra em uma sociedade que busca religiosamente proibi-la existem de várias maneiras e caracterizam a sociedade, que no caso, é representada por uma forte cultura guerreira, onde a guerra tem um papel crucial na vida das pessoas, ao ponto de ser sazonal, a guerra no medievo é algo cotidiano para aqueles que a fazem no sentido mais prático da palavra, existe tempos para a paz onde os guerreiros treinam entre si a suas habilidades em combates simulados, e existem os tempos para a guerra onde essa sociedade se move e é onde existem as suas trocas, sejam elas monetárias ou não. Nesse sentido percebemos a importância da guerra para a sociedade, pois ela intensifica os ganhos monetários e políticos, assumindo assim um caráter impar nessa sociedade.

Porém como essa guerra é realizada? De que forma as hostes guerreiras se movem? Como elas atuam? A respostas para essas perguntas revelam características essenciais para um entendimento mais aprofundado do fazer a guerra no medievo, como nos traz Phillipe Contamine.

Com ele podemos perceber a característica evasiva da guerra medieval, onde os defensores fixam-se em castelos enquanto aqueles que atacam buscam a todo momento minar as forças do inimigo através do desgaste de suas tropas, esse tipo de tática revela bastante sobre como a guerra é feita. Vimos uma predominância dos aparatos defensivos, não só em castelos, como também nos armamentos dos guerreiros, que com o avanço do tempo ficam cada vez mais sólidos com o intuito de preservar a vida daqueles que as usam, chegando ao ponto de cobrir praticamente todo aquele que veste a armadura.

Mas isso revela uma sociedade onde o guerreiro tem um valor muito grande, não apenas no sentido abstrato da palavra valor, mas também no sentido monetário, pois essas armaduras e armas custavam verdadeiras fortunas e quanto mais protegido o guerreiro ia para

o combate, maior era o seu status e sua riqueza pois eram necessárias grandes somas de dinheiro para conseguir tal armamento. Esse valor também se adequa ao custo que esse guerreiro tinha em sua preparação. A batalha campal geralmente era evitada, pois sempre causava grandes perdas em ambos os lados, levavam-se anos preparando e treinando esses guerreiros e geralmente repor vidas com tal habilidade nem sempre era possível. Por isso a cautela e o predomínio da defesa sempre existente no combate.

Porém a guerra não se restringia apenas ao combate, diplomacia, espionagem e alianças sempre foram parte integrante da mesma, e isso não era diferente no medievo . Garcia Fitiz nos apresenta à uma série de estratagemas que figuram a guerra, nesse caso com especificidade na península ibérica. A península ibérica que se encaixa perfeitamente dentro do conceito estabelecido por Contamine da guerra de fronteira, pois esta é uma sociedade que lida a todo momento com a ameaça dos reinos taifas. Na busca para expandir seus domínios vemos constantes movimentos de dilatação e recolhimento da fronteira entre os taifas e os reinos da península Ibérica, muitos deles frutos de ações políticas, alianças temporárias que visavam minar o poder do inimigo, muitas vezes aproveitando-se das querelas internas existentes entre os senhores que integravam os reinos taifas, alimentando as rivalidades inimigas, fazendo incursões regulares ao território, minando suas forças e aliando-se muitas vezes com o inimigo, fazendo valer o ditado que diz “o inimigo do meu inimigo é meu aliado”.

Portando vemos que diferente do pensam alguns, teorias não são completamente auto excludentes, podemos perceber que sim, alguns conceitos e abordagens de outros autores podem ser mesclados em prol de uma análise mais rica, mais precisa, e que venha colaborar mais com o trabalho do que limita-lo, percebemos que que os autores citados tem pontos de convergência sobre o medievo, embora alguns, como é o caso de Keegan, tenham uma visão mais global sobre o assunto, mas que contribui para elucidar alguns problemas. Vemos então que a guerra é social, política e diplomática e além de tudo, plural.

Referências bibliográficas

CONTAMINE, Phillipe. *La Guerra em la Edad Media*. Editorial Labor, S.A. Barcelona. 1984.

DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines: 27 de Julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GARCIA FITZ, Francisco. *Relaciones políticas y guerra. La experiencia castellanoleonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002.

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

A CRUZADA ALBIGENSE: GUERRA, PODER E HISTORIOGRAFIA

Ives Leocelso Silva Costa[201]

Considerações Iniciais

O início do século XIII foi marcado pela expansão e consolidação do poder real e católico em diversas áreas da Europa. No Báltico, foi promovida uma Cruzada[202] contra as populações pagãs locais, submetendo a região à influência papal. Na Península Ibérica, a Reconquista ganhou novo ímpeto sob a direção da coroa de Castela na Batalha de Las Navas de Tolosa (1212), que interrompeu o avanço muçulmano e foi um ponto de virada para as forças cristãs.[203]

A Cruzada Albigense, convocada pelo papa Inocêncio III como uma guerra religiosa contra os cátaros, ou albigenses, do Languedoc, insere-se firmemente nesse contexto. Segundo Power:

> A Cruzada Albigense (1209-29) foi um evento formativo na história Europeia. No apogeu medieval de seu poder, a Igreja Romana convocou a extirpação da heresia no sul da França. As energias cruzadistas que haviam arrebatado a aristocracia da Cristandade Latina por mais de um século contra o Islã, os pagãos do norte da Europa e outros inimigos externos, eram agora direcionadas contra os habitantes de uma região no coração da Cristandade.[204]

Entretanto, além de seu caráter anti-herético, a Guerra contra os Albigenses também se configurou como uma guerra de conquista, uma vez que também buscou a submissão da nobreza languedociana, vinculada ao Reino de Aragão, à coroa da França, então sob o poder dos Capetíngios. Conforme argumenta Fried, "O Languedoc inteiro parecia se alinhar com o trono aragonês; naquela época até mesmo o conde de Toulouse era mais próximo do rei espanhol que de seu senhor francês".[205]

Por sua natureza polêmica - que opõe ortodoxia e heresia, norte e sul da França, cruzada e guerra nacional – a Cruzada Albigense foi um ponto de disputa intensa entre historiadores posteriores. Usada tanto para justificar quanto para criticar a realidade política

[201] Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.
[202] A Cruzada da Livônia, autorizada por Inocêncio III.
[203] FRIED, 2015, p. 299.
[204] POWER, 2013, p. 1047.
[205] FRIED, 2015, p. 188.

e/ou religiosa de cada época[206], sua historiografia revela-se um tema interessantíssimo, capaz de lançar luz sobre a maneira como a História é pensada.

Percebe-se, portanto, que a Cruzada Albigense adquiriu complexidade e expressão inimagináveis no momento de sua deflagração. A repressão ao Catarismo foi, porém, seu ponto de partida, de maneira que é apropriado iniciarmos nossa abordagem tratando das crenças e práticas desse grupo religioso que despertou a ira da Igreja Católica.

O Catarismo

O termo cátaro, do grego *katharos*, os "puros", é usado por Eckberto de Schönau em 1163 para designar a forma como os membros da seita se autodenominavam, não aparecendo em nenhuma outra fonte.[207] As fontes do século XIII utilizam o termo Albigenses, como consta de escrituras e cartas mesmo antes do lançamento da Cruzada.[208] "A expressão, como se sabe, associa os dissidentes religiosos com as populações da cidade de Albi, embora as idéias heréticas tenham circulado em todo o Sul da atual França [...]."[209]

Albi foi uma de várias cidades associadas a atividades heterodoxas na metade do século XII por Bernardo de Claraval e sua conexão com a heresia foi fortalecida pelas tentativas do conte de Toulouse de transferir as acusações de dissidência religiosa feitas contra ele para seus vizinhos, a família Trencavel, viscondes de Albi, Béziers e Carcassonne.[210]

Para Franco Júnior, o Catarismo se insere no florescimento de heresias ocorridas no século XI em resposta à Reforma Gregoriana promovida pela Igreja Católica.[211] De acordo com Macedo:

> [...] não se pode negar que a proliferação de movimentos dessa natureza estivesse relacionada à insatisfação dos leigos com a Igreja, até porque, em sua maior parte, os seguidores das heresias criticavam os padres e a hierarquia católica pelo seu distanciamento das promessas do cristianismo primitivo e propunham o retorno às práticas do tempo dos apóstolos e mártires.[212]

O que diferencia os cátaros das demais heresias da época é sua ruptura radical com a mitologia Católica. Possivelmente influenciados pelo Bogomilismo da Trácia, eram dualistas,

[206] Cf. CABRER, 2009; MACEDO, 1996; RACAUT, 1999.
[207] FRANCO JÚNIOR, 2010, p. 11.
[208] POWER, 2013, p. 1071.
[209] MACEDO, 2000a, p. 1.
[210] POWER, 2013, p. 1070.
[211] FRANCO JÚNIOR, 2010, p. 9.
[212] MACEDO, 2000a, p. 2.

acreditando em um Deus do Bem, que governava o reino espiritual, e um Deus do Mal, criador do universo e tudo que há nele.[213]

> O que define de imediato a cosmogonia cátara é a crença na coexistência eterna de dois princípios iguais em poder e eficácia radicalmente opostos e tendo cada um seu papel no equilíbrio do universo: o primeiro é o princípio do bem, que se confunde com Deus; o segundo, o princípio do mal, que se confunde com Satã.[214]

Para os seguidores do Catarismo a matéria era má, portanto repudiavam o sexo e o consumo de carne. Rejeitavam o Antigo Testamento e identificavam o deus vingativo dos hebreus, causador do Dilúvio e da destruição de Sodoma e Gomorra, com Satanás. Negavam a existência do Inferno, que identificavam com a própria vida terrena, e também do Purgatório. Acreditavam na reencarnação e na metempsicose – que somente através de uma vida de pureza as almas dos homens, na verdade anjos aprisionados em forma corpórea pela divindade maligna, poderiam ascender à luz do mundo espiritual.[215]

Dado seu caráter ascético, acredita-se que apenas alguns poucos indivíduos, os perfeitos ou bons homens, seguiam à risca os princípios da seita[216]. Contudo, a ausência de uma liturgia elaborada e o caráter não autoritário da relação entre iniciados e crentes permitia ao fiel mais liberdade do que a encontrada no seio da Igreja de Roma, o que pode justificar sua disseminação no Languedoc.

A Situação Política do Languedoc no Início do Século XIII

Ainda que o Catarismo encontrasse apoio entre homens e mulheres comuns oprimidos pela Igreja Católica, é de se estranhar que a nobreza fosse acolher uma seita tão radical. Para os cátaros todos os juramentos feitos aos homens eram sem validade[217], o que ataca a base de uma sociedade senhorial. Contudo, é exatamente o que acontece na Occitânia e a justificativa está na própria ideologia cátara:

> Os hereges insuflavam a nobreza com seus discursos, alimentando o anticlericalismo. Como conseqüência, os bens eclesiásticos eram pilhados, os feudos clericais acabavam sendo canalizados para a dependência laica com a subseqüente cobrança de impostos e acumulação de rendas; além disso, os nobres recusavam a repassar certos tributos devido à Igreja, como o dízimo.[218]

[213] RUMMEL, 2006, p. 46-47.
[214] MACEDO, op. cit., p. 5.
[215] FRANCO JÚNIOR, op. cit., p. 19 et seq.
[216] MACEDO, op. cit., p. 7.
[217] FRANCO JÚNIOR, 2010, p. 11.
[218] MACEDO, 2000b, p. 10

Raimundo Rogério, conde de Foix, Raimundo Rogério Trancavel, visconde de Carcassonne, e especialmente Raimundo VI, conde de Toulouse, utilizavam o discurso dos hereges quando lhes era conveniente, visando o enriquecimento e aumento de sua autonomia. Segundo Rummel, "Podia-se contar com o Conde de Toulouse para fazer qualquer coisa que diminuísse a influência e o poder da Igreja Romana e do Rei Filipe Augusto da França. Raimundo foi denunciado pelo Papa diversas vezes, até excomungado, sem nenhuma mudança real em suas ações".[219]

Raimundo VI dificilmente teria agido com tanta ousadia se não tivesse o apoio de um poderoso aliado: seu cunhado, o rei Pedro II de Aragão. A coroa de Aragão destacava-se como um dos grandes poderes da Península Ibérica, e no final do século XII controlava territórios na França que se estendiam até a cidade de Nice.[220]

Desta forma, os representantes da Igreja pregavam e exortavam a nobreza languedociana a perseguir os hereges e eram ignorados. Até que no fatídico dia 15 de janeiro de 1208, Pedro de Castelnau, legado papal, foi assassinado.[221]

Em julho do ano seguinte a Cruzada era lançada.

Guerra contra os Albigenses

Ao justificar a Cruzada, escreveu o cronista Pierre des Vaux de Cernay[222]:

> Com tantos milhares de de fiéis na França já tomando a cruz para vingar o mal feito ao nosso Deus [...] nada resta a não ser o Senhor Deus das Hostes despachar seus exércitos para destruir os cruéis assassinos – Deus que com Sua costumeira bondade e amor inato havia mostrado compaixão para Seus inimigos, os hereges e seus apoiadores, e enviou Seus pregadores a eles – não um, mas muitos, não uma vez, mas com frequência; mas eles persistiram em sua perversidade e foram obstinados em sua torpeza; alguns dos pregadores eles cobriram de abuso, outros eles até mataram.[223]

A guerra era vista, deste modo, como uma maneira de restaurar a paz, obtendo justa vingança contra os cruéis hereges que desprezaram a bondade divina e atacaram seus emissários. Tanto que nas cartas papais referia-se à Cruzada Albigense como *negotium pacis et fidei*, empresa de paz e fé[224].

---

[219] RUMMEL, 2006, p. 49.
[220] FRIED, 2015, p. 188.
[221] MACEDO, 2000a, p. 9.
[222] Monge cisterciense autor da *Historia Albigense*, uma das principais fontes da Cruzada juntamente a *La Chanson de la Croisade Albigeoise*, do monge trovador Guilherme de Tudela.
[223] apud KURPIEWSKI, 2005, p. 1-2

[224] POWER, 2013, p. 1077.

Sob a liderança de Simão de Montfort, conde de Leicester, cruzados do que hoje são a França, a Alemanha, a Bélgica e a Inglaterra, entre outros[225], marcharam para o sul da França determinados a extirpar a heresia.

O primeiro embate da guerra foi o cerco da cidade de Béziers, pertencente ao visconde Trencavel. A princípio tentou-se uma via diplomática: os cruzados ordenaram que os moradores da cidade expulsarem os cátaros que lá viviam, no que foram recusados. Ora, por que católicos, que afinal permaneciam a maioria da população na Occitânia, dariam proteção aos hereges? Rummel especula que isso decorreu do estilo de vida dos sulistas, que possuíam um forte senso de comunidade e por isso eram capazes de olhar além das diferenças religiosas, ou nem sequer percebê-las como heresias.[226] Iremos além ao sugerir que um fator influente nessa decisão pode ter sido a percepção dos cruzados como um simples exército invasor estrangeiro, que não tinha o direito de fazer exigências.

Qualquer que tenha sido a motivação dos sitiados, o resultado foi a tomada da cidade à força e o massacre de quase todos os seus 20 mil habitantes. "Nada pôde salvá-los, nem cruz, nem altar, nem crucifixo. Os mercenários mataram clérigos, mulheres e crianças; ninguém escapou. Se Deus quiser, receberá suas almas no Paraíso! Não creio ter havido tal massacre desde o tempo dos sarracenos"[227], escreveu Guilherme de Tudela que, por ser nativo do Languedoc, não era indiferente ao sofrimento de seus conterrâneos.

O mesmo não se observa na narrativa de Pierre des Vaux de Cernay: "[...] os cruzados, pregadores e Pierre legitimavam o derramamento de sangue ao santificar seu propósito e ações como parte de uma estratégia divina. Tal violência sagrada era alimentada pela certeza desses homens de que agiam como instrumentos de Deus em passos para sua salvação".[228]

Após a conquista de Béziers várias cidades e fortalezas foram tomadas, dentre as quais Carcassonne. O visconde Raimundo Rogério Trencavel foi aprisionado e Simão de Montfort recebeu todas as suas terras.[229]

Entretanto, apesar das vitórias iniciais, logo se percebeu que manter os novos territórios seria muito mais difícil que conquistá-los. Faltavam principalmente homens e o vasto exército que adentrou o Languedoc em 1209 começou a se desfazer, principalmente em

[225] Para um estudo detalhado sobre a participação na Cruzada Albigense, cf. POWER, 2013.
[226] RUMMEL, 2006, p. 49-50.
[227] apud MACEDO, 2000b, p. 2.
[228] KURPIEWSKI, 2005, p. 12-13.
[229] MACEDO, op. cit., p. 12-13.

virtude do curto período de tempo pelo qual a maioria dos cruzados lutava – geralmente de quarenta dias.[230]

Apesar do papa Inocêncio III prometer aos cruzados a terra confiscada dos albigenses, a maioria dos combatentes não tinha intenção de se fixar na região[231], buscando na verdade as recompensas espirituais oferecidas pela Igreja: os que prestassem voto de cruzado receberiam a remissão dos pecados.[232] "A Igreja logo estava prescrevendo a participação na Cruzada Albigense como uma forma padrão de penitência"[233], afirma Power.

Se no imaginário cruzado a guerra permanecia como uma guerra santa com o objetivo de combater a heresia, a realidade ia, aos poucos, se tornando outra:

> Em sua fase inicial, a luta apresentou as características de uma guerra religiosa, parecendo tratar-se de uma ação armada dos defensores da Igreja contra os protetores dos cátaros [...]. Mas na sucessão dos acontecimentos, as conotações religiosas perderam força diante dos interesses materiais, de maneira que, a partir de 1211, o conflito assumiu os contornos de uma guerra de conquista contra toda a feudalidade meridional [...].[234]

Em 1213, o conde de Toulouse, aliado ao conde de Foix, consegue trazer o rei de Aragão para sua causa. Pedro II, conhecido como "o Católico", exerce pressão sobre Inocêncio até que este suspende a Cruzada. A razão eram os excessos cometidos por Simão de Montfort no que havia se tornado uma guerra de conquista contra populações católicas.[235] Além disso, o papa havia convocado a Quinta Cruzada, temendo retaliação pela grande vitória contra os islâmicos obtida na Espanha no ano anterior.[236]

As forças de Toulouse e Aragão enfrentaram Montfort e os cruzados na Batalha de Muret, a maior batalha de toda a Cruzada Albigense, que do contrário foi marcada por cercos. Pedro II, herói de Las Navas de Tolosa, foi morto e Simão de Montfort triunfou. "Que ironia da História foi, então, que precisamente este bom Católico, que desfrutava da proteção do papa, tenha encontrado seu fim [...] na Batalha de Muret (1213), enquanto lutava ao lado dos hereges."[237]

Apesar da vitória, sublevações continuaram pelos territórios conquistados e Montfort passou os cinco anos seguintes de conflito em conflito, até que a população de Toulouse se rebelou e recebeu Raimundo VI, que estava exilado na Espanha. Ao fim de oito meses de

[230] POWER, 2013, p. 1048.
[231] Ibid., p. 1078.
[232] MACEDO, op. cit., p. 4.
[233] POWER, op. cit., p. 1081.
[234] MACEDO, op. cit., p. 18.
[235] KURPIEWSKI, 2005, p. 21.
[236] POWER, 2013, p. 1078.
[237] FRIED, 2015, p. 257.

cerco, Simão de Montfort foi morto em um contra-ataque dos defensores em junho de 1218.[238]

São notáveis as discrepâncias dos epitáfios deixados pelos cronistas da época. Para Pierre des Vaux des Cernay, seu assumido admirador:

> […] ele foi descansar na proteção do Senhor. Antes de receber o ferimento fatal, o bravo cavaleiro do Senhor […] Seu mais glorioso mártir – foi ferido cinco vezes pelos arqueiros inimigos, como o Salvador pelo qual ele agora pacientemente aceitou a morte, e em cujo lado vive agora em sublime paz.[239]

Enquanto na visão de Guilherme de Tudela:

> […] se por matar homens e derramar sangue, por condenar almas e causar mortes, por confiar em maus conselhos, causar incêndios, destruir homens, [...] por alimentar o mal e esmagar o bem, por matar mulheres e chacinar crianças, um homem pode neste mundo receber Jesus Cristo, certamente Simão usa uma coroa e brilha no céu acima.[240]

O filho de Simão, Amauri de Montfort assumiu, então, a liderança do conflito. Mas sem o gênio militar e energia de seu pai, os senhores espoliados foram pouco a pouco recuperando seus domínios. Em 1224, Amauri abriu mão de seus direitos e os transferiu ao rei Luís VIII, herdeiro de Filipe Augusto.[241] O rei Luís conduziu uma expedição contra os rebeldes em 1226, e a fase final da Cruzada Albigense (1226-29) assume cada vez mais o caráter de uma expedição militar real, sem muita distinção de campanhas posteriores para subjugar o Languedoc.[242] Os interesses da coroa e da Igreja tornaram-se um só: "[...] serviço pago no exército real podia contar como um ato de penitência".[243]

Segundo Macedo:

> A atuação direta do rei na 'questão albigense' aconteceu em 1226, e limitou-se ao assédio e submissão da cidade de Avignon. A derrota daquela grande cidade, associada com o prestígio da monarquia, levou a uma torrente de submissões. [...] A Cruzada Albigense terminou oficialmente em 12/04/1229, quando os representantes da Igreja e de Luís IX (São Luís) estabeleceram em Paris um tratado de paz com Raimundo VII. A partir da assinatura do tratado, os direitos da realeza foram assegurados e a ingerência dos representantes da monarquia na administração local aumentaram paulatinamente.[244]

Ainda que a Cruzada Albigense tenha terminado em 1229, o Catarismo que ela visava combater persistiu. A última fortaleza cátara, Montségur, foi derrotada em 1244 e no início do século XIV os últimos seguidores daquela heresia foram mortos[245]. A erradicação total da

[238] KURPIEWSKI, op. cit., p. 23.
[239] apud KURPIWESKI, op. cit., p. 26.
[240] Ibid., loc. cit.
[241] MACEDO, 2000b, p. 13-14.
[242] POWER, 2013, p. 1082.
[243] Ibid., loc. cit.
[244] MACEDO, op. cit., p. 14.
[245] Ibid, p. 16.

seita albigense só foi possível, ressalta Le Goff, graças uma nova instituição criada na esteira da Cruzada: a Inquisição.[246]

Desta forma, uma das principais consequências das duas décadas de guerra foi o estabelecimento da autoridade e hegemonia religiosa da Igreja Católica, com efeitos que seriam sentidos por toda a Europa. Por outro lado, as repercussões políticas também foram notáveis, com o fortalecimento da monarquia francesa e a transformação das relações com Aragão. Nas palavras de Fried:

> A expansão de Aragão na Provença foi abruptamente revertida pela Cruzada contra os Albigenses. [...] A partir de então, os reis aragoneses voltaram-se cada vez mais para o sul, enquanto a monarquia Capetíngia consolidava seu controle sobre as terras fronteiriças na costa do Mediterrâneo.[247]

Um Breve Passeio pela Historiografia da Cruzada Albigense

De acordo com Nunes, "Cada documento se vale de uma rede de significados que contribuíram para sua elaboração, assim, possui uma intencionalidade, nenhum discurso é destituído de valor [...]".[248] Isso é perceptível desde os escritos dos cronistas da Cruzada Albigense, que são um reflexo de suas crenças, origens e preconceitos, conforme demonstrado anteriormente.

Do mesmo modo, as obras produzidas por historiadores sobre a Guerra contra os Albigenses - inspiradas nessas fontes, bem como em escrituras, contratos, cartas, etc.- possuem um forte viés valorativo e são excelentes para se compreender a época em que foram escritas.

Macedo afirma que "Nos textos dos propagandistas dos reis capetíngios e da dinastía dos Valois, o reino da França aparece como o eleito para a 'nova aliança' e o 'Paraíso terrestre', espaço jamais maculado por qualquer tipo de cisma ou heresia".[249] Essa era a França da centralização e do início da formação da monarquia nacional, projeto que não aceitava a presença de regionalismos ou subversões.

[246] LE GOFF, 1988, p. 89.
[247] FRIED, 2015, p. 188-189.
[248] NUNES, 2011, p. 17.
[249] MACEDO, 1996, p. 107.

A Cruzada Albigense foi amplamente utilizada durante as Guerras de Religião na França no século XVI, tanto por católicos quanto protestantes, para validar suas posições. Segundo Racaut:

> A comparação entre a Igreja Calvinista emergente e a heresia Albigense tornou-se lugar comum durante das Guerras de Religião da França. Ao mesmo tempo, a demanda Protestante por identidade e legitimidade estava sendo respondida na forma de martirologias e histórias da Igreja Verdadeira. Os martirologistas Protestantes gradualmente aceitaram a comparação Católica com a heresia medieval e a inverteram para sua vantagem.[250]

Os católicos pretendiam exortar o rei a guerrear contra os protestantes usando o exemplo de Luís VIII e Luís IX e atribuíam aos protestantes as crenças dos cátaros, quais sejam, dualismo e negação da humanidade de Cristo, indo além e os acusando de práticas ocultas. Os protestantes, por outro lado, afirmavam ser de fato descendentes dos albigenses, mas que todas as crenças não ortodoxas atribuías a eles não passariam de distorção da Igreja Romana. Na visão dos protestantes, os cátaros eram representantes da Igreja Verdadeira, da qual seriam os herdeiros, e a Igreja Católica era sua inimiga, representante de Satã na terra. Percebe-se, portanto, que cada grupo religioso usava os aspectos da História que interessavam para promover sua própria doutrina.[251]

Do século XIX a boa parte do século XX, os autores dividem-se no antagonismo entre França do Sul e do Norte. Diversos lugares comuns emanam desse período, tais como a ideia de um Languedoc urbano, cultural e civilizado, e um Norte bárbaro, rude e intolerante. Alguns defendem a conquista da Occitânia como mal necessário para a unificação da França, que do contrário seria um país fragmentado e sem grandeza. Outros que a unificação foi forçada através do sacrifício das especificidades locais: a língua, a música e a literatura.[252]

No início do século XX surge o Neocatarismo, movimento esotérico que mistura a religião cátara com o mito do Graal e o ciclo arturiano. Otto Rahn identifica Raimundo Rogério Trancavel com o cavaleiro Percival e o castelo de Montségur com o santuário do Graal. Apesar de não possuir nenhuma base histórica, tais ideias se popularizaram em periódicos sensacionalistas, em especial durante a década de 1970.[253]

Ainda mais interessante é um episódio trazido por Cabrer:

> Em 1942, em plena ocupação, é publicada em Paris *A Cruzada contra os Albigenses e a união do Languedoc à França*, uma obra escrita por Pierre Belperron, um historiador vinculado ao Regime de Vichy. Ainda que bem documentada, essa obra é uma tentativa de explicar a derrota de 1940 e a posição da França colaboracionista. Belperron descreve um Midi medieval corrompido e debilitado (reflexo da França

[250] RACAUT, 1999, p. 261.
[251] RACAUT, 1999, passim.
[252] CABRER, 2009, p. 115 et seq.
[253] MACEDO, 1996, p. 110 et seq.

> da Frente Popular dos 30), que sofre a invasão dos cruzados do norte (os alemães) até que a paz é restaurada pela salvadora intervenção da monarquia Capeto (Marechal Petain).[254]

Essa breve explanação serve para ilustrar diversas maneiras pelas quais a Cruzada Albigense foi utilizada no discurso histórico. Talvez o leitor contemporâneo sinta-se inclinado a acreditar que tais "erros" pertençam ao passado, e que a História atual está livre de interpretações subjetivas, que hoje conhece-se a "verdade histórica". A esse respeito, Nunes cita Pesavento:

> Na reconfiguração de um tempo - nem passado nem presente, mas tempo histórico reconstruído pela narrativa - face à impossibilidade de repetir a experiência do vivido, os historiadores elaboram versões. Versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teria se passado um dia. O historiador atinge pois a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto.[255]

E o que é passível de aceitação varia, como tudo, de acordo com o momento histórico.

Considerações Finais

A Cruzada Albigense (1209-1229) foi uma guerra brutal declarada pelo papa Inocêncio III para destruir o Catarismo no Languedoc. Logo, contudo, tornou-se um conflito senhorial, onde se combatia não pela religião, mas pelo controle de terras e submissão do sul da França, ligado a Aragão, à Dinastia Capetíngia.

É nesse sentido que afirma Power:

> Vinte anos de campanhas quebraram o poder da nobreza da Occitânia, permitindo à monarquia Capetíngia extender seu domínio ao Mediterrâneo e assim pavimentando o caminho para a supremacia francesa na Europa Ocidental. Essa revolução política tornou possível o estabelecimento da Inquisição para perseguir a heresia. Essas duas décadas de guerra no Languedoc e Provença contribuíram, portanto, para uma refiguração muito mais ampla da autoridade religiosa e do poder temporal através do continente.[256]

Além de seu impacto na Europa medieval, a Cruzada Albigense possui uma rica historiografia, que merece ser apreciada por todos aqueles que se dedicam a compreender o ofício do historiador e os processos pelos quais a História é construída.

Através de seus participantes, a Cruzada Albigense se insere num contexto muito mais amplo, se inter-relacionando com a Reconquista e a Península Ibérica, com Bouvines e as guerras entre Plantagenetas e Capetíngios, com a Quarta e a Quinta Cruzadas.

[254] CABRER, op. cit., p. 122.
[255] NUNES, 2011, p. 22.
[256] POWER, 2013, p. 1047.

Não nos cabe aqui explorar todas essas conexões, apenas ressaltar que esse importante evento medieval não se trata mais de um tema relativo apenas à História da França, pois, como afirma Cabrer: "[…] há uma clara internacionalização da Cruzada Albigense, que deixou de ser um conflito entre franceses do norte e franceses do sul para contemplar-se, hoje, como um "*affaire* da cristandade" com múltiplas implicações […]".[257]

REFERÊNCIAS

CABRER, Martín Alvira. La Cruzada contra los Albigenses: Historia, Historiografía y Memoria. **Clio & Crímen**, Durango, n. 6, p. 110-141, 2009.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Catolicismo e Catarismo: Um Choque entre Mitologias. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 11, n. 14, 2010.

FRIED, Johannes. **The Middle Ages**. Tradução de Peter Lewis. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

KURPIEWSKI, Christopher M. Writing Beneath the Shadow of Heresy: The Historia Albigensis of Brother Pierre des Vaux-de-Cernay. **Journal of Medieval History**, Southampton, v. 31, n. 1, p. 1-27, mar. 2005.

LE GOFF, Jacques. **Medieval Civilization**. Tradução de Julia Barrow. Oxford: Blackwell, 1988.

MACEDO, José Rivair. **Um Grupo em Busca de Perfeição Espiritual:** Os Cátaros na França Medieval, 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtestudosmedievais/artigos/cataros.pdf>. Acesso em 17 de out. 2015

_____. **"Guerra Santa em País Cristão":** A Cruzada Albigense, 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtestudosmedievais/artigos/guerra_santa.pdf>. Acesso em 19 de maio 2015.

[257] CABRER, 2009, p. 139.

_____. Memória Histórica e Historiografia da Cruzada Albigense. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, n. 6, p. 104-118, dez. 1996.

NUNES, Daniela. Pesquisa Historiográfica: Desafios e Caminhos. **Revista de Teoria da História**, Goiânia , ano 2, n. 5, p.15-25, jun. 2011.

POWER, Daniel. Who Went on the Albigensian Crusade?. **English Historical Review**, Oxford, v. 128, n. 534, p. 1047-1085, out. 2013.

RACAUT, Luc. The Polemical Use of the Albigensian Crusade during the French Wars of Religion. **French History**, Oxford, v. 13, n. 3, p. 261-279, 1999.

RUMMEL, Eric O. The Albigensian Crusade: A Historiographical Essay. **Perspectives in History**, Highland Heights, v. 21, p. 45-57, 2006.

ESCRITA DE SI: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE AS PRÁTICAS AMOROSAS EM LUZ NA TORMENTA

Joelma Dias Matias (Mestranda em História/PROHIS/UFS)

Introdução

As formas de amar, assim como outros traços culturais da humanidade, passaram por diversas transformações ao longo dos séculos. Podemos identificar essas mudanças através das diferenças de mentalidades entre as épocas. Dessa forma, o amor e as formas de amar estão no íntimo da natureza humana, porém cada cultura lhes imprime significados, formas de sentir e de expor que são peculiares. Nesse sentido, este artigo tem como objeto de investigação as práticas amorosas em Sergipe no século XIX, especificamente no período compreendido entre os anos de 1890 a 1894.

Esse recorte temporal (1890-1894) justifica-se pelo fato de abarcar o período em que Emilia de Marsillac Motta e Joaquim Fontes trocaram diversas correspondências com teor amoroso e que foram, posteriormente, publicadas por Emilia na obra *Luz na tormenta*[258] (1948). Além disso, entendemos que a redução da escala de observação de um objeto de estudo, como a aqui pretendida, pode nos revelar aspectos que numa perspectiva ampla não seriam apreendidos minuciosamente. Assim sendo, através de uma análise detalhada de alguns trechos dos conteúdos daquela obra, procuraremos identificar como se desenvolviam as práticas amorosas na sociedade sergipana naquele espaço temporal.

Os estudos sobre as práticas amorosas no Brasil ainda são muito tímidos, uma vez que poucos pesquisadores têm se enveredado pelos terrenos invisíveis do amor. Dessa forma, podemos citar a obra *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933), de Gilberto Freyre, como um dos primeiros estudos a mencionar aspectos da intimidade relacionada à sexualidade no Brasil. Na atualidade, Mary del Priore (2012) pode ser destacada como uma das poucas investigadoras que se dedica aos estudos sobre o amor no Brasil.

Em Sergipe, a temática sobre o amor e suas práticas ainda não atraiu a atenção dos pesquisadores e nem da academia. Dessa forma, no sentido de colaborar com a investigação sobre essa temática em nosso estado e minimizar as lacunas existentes acerca da produção historiográfica sobre as práticas amorosas em Sergipe no século XIX, pretendemos, com esse

[258] O exemplar analisado nessa pesquisa é uma cópia do original que está disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Publicado em 1948 em São Paulo com 383 páginas.

estudo, lançar novos olhares acerca dos costumes da sociedade sergipana relativos a essas práticas.

Entendemos ainda que o desenvolvimento do nosso objeto de estudo, além de contribuir para a compreensão dos relacionamentos amorosos, poderá lançar luz sobre outros aspectos da cultura sergipana no século XIX: cotidiano, educação, política, convívio familiar, dentre outros, que serão observados como interfaces imprescindíveis para o aprofundamento da compreensão acerca do tema aqui exposto.

A nossa pesquisa está inserida no campo da História Cultural, que se configura como aquela que se atribui o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional, regional, social ou política – e que analisa sua gestação, expressão, transmissão (SIRINELLI, 1992 apud TÉTART, 2000, p. 142). De modo genérico, os seus conteúdos devem favorecer uma melhor inteligibilidade do passado mediante o conhecimento do universo mental no qual os homens nascem, crescem, pensam, agem, trabalham e morrem (TÉTART, 2000, p. 142).

Dessa forma, o nosso estudo dedicará grande esforço no sentido de compreender a constituição de expressões da mentalidade sergipana em torno das práticas amorosas por meio da consideração da obra *Luz na tormenta*, como um espaço de inteligibilidade específico. Para tanto, realizaremos uma análise minuciosa das narrativas epistolares presentes nessa obra. Assim, dialogaremos com um referencial teórico-metodológico que trata como produtivo o uso da escrita de si como fonte para a história.

Nesse sentido, de acordo com Philippe Lejeune, escrever sobre si mesmo é uma atividade individual e social que não se restringe aos escritores profissionais (LEJEUNE, 2002, p. 20). Sendo assim, a escrita de si pode se apresentar configurada em livros memorialísticos, cartas, cartões postais, fotografias, recortes de jornais ou em objetos do cotidiano que resultem ou não de coleções. Esse conjunto de documentos, ao ter em comum o caráter autorreferencial de seu autor, constitui formas de deixar para a posteridade algo de si e sobre si (MAGALHÃES, 2007, p. 2).

Através da escrita de si os autores elaboram sua versão da vida, dos acontecimentos cotidianos de sua época, enfim, travam um diálogo de si mesmo, um autorretrato escrito. Dessa forma, a carta, uma modalidade deste gênero, faz o escritor "presente" àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas atividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física (FOUCAULT, 1992, p. 8).

Embora a escrita de si seja compreendida como um tipo de registro individual, a historiadora Ângela de Castro Gomes afirma que os registros contidos nas correspondências podem ser uma "estratégia eficaz de aproximação das experiências de vida de um tempo e de um lugar, como indícios da (s) cultura (s) de uma época e de uma certa configuração das relações sociais" (GOMES, 2004, p. 21).

Assim, através das correspondências é possível detectar maneiras de viver, códigos e ideias que circulavam numa determinada época, a posição social ocupada pelo autor e o seu meio familiar, ou seja, toda realidade sociocultural na qual o autor da escrita de si está inserido.

Dessa forma, para a mulher do século XIX, a escrita de si se configurava em um dos poucos meios de expressão permitidos a ela. Limitada ao espaço doméstico e impedida de se manifestar publicamente, a mulher oitocentista, que segundo Michelle Perrot (1989), se enquadrava em uma "categoria indistinta e destinada ao silêncio", expressava suas emoções, principalmente, por meio da escrita de diários e cartas, um momento de liberdade exercido no silêncio do seu lar.

Condenadas ao espaço privado de suas casas, era no seio do lar que as mulheres do século XIX tinham a liberdade de se expressar, na dimensão privada da experiência emocional pessoal, situando-se no mundo e deixando seu testemunho à posteridade (PEREIRA, 2004, p. 5).

Apesar de o casamento e o lar serem os poucos locais de atuação da mulher do século XIX, algumas delas tiveram o privilégio de ser alfabetizadas, chegando a frequentar os bancos de uma escola ou a passar pelas mãos de preceptoras, professoras particulares, como foi o caso da sergipana Emília que estudou o primário, porém não chegou a concluí-lo.

Mesmo com a pouca instrução formal que lhe foi concedida e, possivelmente, sem consultar nenhum manual de escrita epistolar, Emilia escreveu diversas cartas de amor para Joaquim Fontes. Essas cartas se tornaram uma espécie de espaço privilegiado para o relacionamento amoroso entre os dois.

No intuito de compreender as práticas amorosas na conjuntura social sergipana de fins do século XIX, dialogaremos com os conceitos de "cotidiano" presentes nas teorias sociais apresentadas por autores como Georg Simmel (2006), Pierre Bourdieu (2002), Michel de Certeau (1994), Norbert Elias (2005) e José Machado Pais (2007).

A teoria social apresenta pontos de vista divergentes sobre a noção de cotidiano, que englobam desde aqueles que o apresentam como regularidade, normatividade, onde as regras

estabelecidas pela estrutura social garantem certa rotinização das condutas (SIMMEL, 2006) até aqueles pressupostos que admitem a possibilidade de que as rupturas não colocam em risco a cotidianidade. O cotidiano, nesse particular, seria marcado pela coexistência da normatividade e da contingência, por uma espécie de equilíbrio instável da ordem (BOURDIEU, 2002; CERTEAU, 1994; ELIAS, 2005; PAIS, 2007).

Nesse sentido, alinharemos as nossas reflexões a esse último posicionamento teórico, que observa o caráter ambivalente da concepção de cotidiano, sendo esse definido, simultaneamente, pelas regularidades e rupturas. Sobre esse particular, Pais (2007) ressaltou as conexões entre as regularidades (rotinarização) e rotina (*rupta*) na análise social da vida cotidiana. Considerado a partir de sua regularidade, normatividade e repetitividade, o cotidiano se manifesta como um "campo de ritualidades", a rotina sendo um elemento básico das atividades do dia a dia (PAIS, 2007, p. 30-31). Porém, o significado de rotina está associado à ideia de rota (caminho), do latim *via*, *rupta*, donde derivam a expressão ruptura, ato ou efeito de romper ou interromper, corte, rompimento, fratura. É nestas rotas, na encruzilhada entre rotina e a ruptura, que se passeia a análise social do cotidiano (PAIS, 2007).

Em suas ponderações sobre as "modalidades das práticas" dos consumidores, Certeau parece sugerir que a existência das normas/convenções, garantia das regularidades nas ações dos indivíduos em suas relações sociais, não impede que eles criem meios autônomos de ação que, de alguma forma, possibilitam-lhes tirar alguma vantagem dessas convenções.

Nesse sentido, compreende-se que haveria uma "[...] proliferação de manipulações aleatórias e incontroláveis, dentro de uma imensa rede de coerções e seguranças sócio-econômicas: miríades de movimentos quase invisíveis, operando na textura sempre mais fina de um lugar homogêneo, contínuo e próprio a todos." (CERTEAU, 1994, p. 105).

Ao sugerir uma distinção entre *estratégias* e *táticas*, Certeau adotou uma postura heterodoxa. O cotidiano para ele não se define pelas regularidades sociais, ainda que possa ser formado por recorrências. O cotidiano para Certeau são *procedimentos*. Certeau aproxima seu conceito de cotidiano à noção de jogo. As ações são proporcionais às situações vividas. Trata-se de um jogo articulado de práticas de dois tipos: as *estratégias* e as *táticas*. Com essa dupla de conceitos, Certeau rompeu com a definição de cotidiano como rotinização para dar lugar à ideia de cotidiano como *movimento* (LEITE, 2010, grifos nossos).

Dessa forma, Certeau chamou tática "[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de

autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro." E por isso "deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha." (CERTEAU, 1994, p. 100).

A tática é caracterizada pela ausência de poder, é a "arte do fraco", por isso ela opera golpe por golpe, lance por lance: a tática "tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia." (CERTEAU, 1994, p. 124-125).

Já a estratégia é entendida como cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. Dessa forma, a estratégia é uma prática que "postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças, um lugar do poder e do querer próprios." (CERTEAU, 1994, p. 99, grifos do autor).

Portanto, levando em consideração o fato de a escrita de si refletir as percepções de mundo produzidas e compartilhadas pelos atores de dado contexto sócio-histórico e, entendendo o cotidiano como um campo imerso em regularidades e rupturas, resta-nos lançar alguns questionamentos que pretendemos equacionar nessa pesquisa: quais os posicionamentos das mulheres sergipanas diante das normas que orientavam as práticas amorosas? De que maneira a obra *Luz na tormenta*, de Emilia Fontes, reflete as regras e os posicionamentos das mulheres diante das práticas amorosas em Sergipe no século XIX?

Assim, a análise da obra *Luz na tormenta*, de Emilia Fontes, a ser aqui desenvolvida, possibilitará o conhecimento e a compreensão da conjuntura sociocultural em que viveu sua autora e, principalmente, das maneiras como as mulheres sergipanas do século XIX se comportavam diante das regras sociais impostas a elas no tocante às práticas amorosas.

Emília e Joaquim: breves apresentações

Emilia Rosa de Marsillac Motta ou simplesmente Emilinha, como era carinhosamente chamada pelos seus amigos, nasceu na antiga cidade de Laranjeiras, província de Sergipe, em 1871. Era filha de Pedro Amâncio de Almeida Motta e de Maria Emilia de Marsillac Motta. Inicialmente, Emilinha foi criada pelos seus avós maternos até os seis anos de idade, tendo que retornar a companhia dos seus pais, que moravam em Aracaju, após dois tristes episódios que marcaram sua vida, ainda na infância: o falecimento de sua avó em 1877 e uma grave

doença que acometeu o seu avô, o francês Jean Baptiste Aimé Du Verdier de Marsillac. Tal enfermidade o impossibilitou de continuar com a criação da neta (ALBUQUERQUE, 2007, p. 15-40).

Já em Aracaju, na casa de seus pais, Emília ingressou no curso primário passando a ter aulas com a professora Francina Telles de Menezes. Estudou também um pouco de música com o professor Antonio Paz e piano com Natinha de Andrade. No entanto, não foi possível concluir os seus estudos primários, pois Emilia foi surpreendida por mais uma dolorosa perda, o passamento de sua mãe. Tendo que abandonar os seus cursos, Emília, ainda pequena, aos 14 anos incompletos, passou a dedicar-se aos afazeres domésticos (DANTAS, 2007, p.42).

Passados alguns anos, Pedro Amâncio de Almeida Motta, pai de Emilia, contraiu novo casamento, embora não admitisse que a filha se relacionasse com nenhum homem ou pensasse em matrimônio. Aos 19 anos de idade e sob a rigidez da educação de seu pai, Emilia recebeu às escondidas uma carta de amor do estudante de Direito Joaquim Fontes, onde ele revelava a sua admiração por ela e demonstrava a intenção de tê-la como sua noiva.

Joaquim Fontes, que nasceu em 1866 no Engenho Salobro em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, era filho de Joana Fontes da Silva e do Dr. Francisco Joaquim Silva. Apesar de pertencer a uma família pouco afortunada, Joaquim conseguiu concluir seus estudos na Faculdade de Direito do Recife em 1890. Além de possuir grande competência como magistrado, se tornou um famoso rodólogo, diplomado como membro titular da Sociedade Francesa de Roseiristas (ALBUQUERQUE, 2006, p. 1).

As práticas amorosas em Sergipe através das narrativas epistolares de Emilia e Joaquim

A coletânea de cartas de amor trocadas entre Emilia e Joaquim, durante quatro anos de namoro e noivado, de 1890 a 1894, constitui importante fonte de estudo para a compreensão do cotidiano da sociedade sergipana do século XIX. A partir dos vestígios das experiências individuais encontrados nas cartas desse casal, podemos compreender de que forma Emilia se comportava diante das regras sociais vigentes nesse período, levando em consideração uma sociedade marcada pelo poder masculino que exercia não só influência sobre a família, como também sobre os relacionamentos amorosos dos filhos.

Dessa forma, a partir de breves fragmentos das primeiras cartas trocadas por Emilia e Joaquim, poderemos perceber alguns detalhes sobre como se davam as práticas amorosas na sociedade sergipana do século XIX.

Bom comportamento perante a família e a sociedade era imprescindível para qualquer senhora ou senhorita dessa época. Assim, ao receber a primeira carta de Joaquim Fontes, datada do dia 10 de maio de 1890, onde ele revelava o seu amor e a intenção de casar-se com ela, Emília ficou extremamente emocionada a ponto de ler e reler a carta por várias vezes. Porém, por não achar conveniente que uma mulher sincera e honesta como ela se comprometesse com situações difíceis, solicitou a um amigo confidente que lhe desse conselhos e referências a respeito da carta e de Joaquim, no que foi ligeiramente atendida.

Apesar da felicidade que sentiu ao receber a carta de um pretendente e de ter boas referências sobre o rapaz, Emilia decidiu que inicialmente não responderia as cartas enviadas por Joaquim. Essa decisão foi influenciada pelos padrões sociais do período, que estabeleciam ser de bom tom para as mulheres de boa família zelar pelo seu nome e moral, evitando a exposição de seus sentimentos amorosos à revelia do consentimento dos seus pais.

Dessa forma, o missivista apaixonado, Joaquim, indignava-se com o comportamento padronizado de Emília, denunciando a recusa dela em corresponder-se via cartas.

> A Senhora teme-se de tudo; *arreceia-se de receber uma carta minha quando daqui distante, porque zela muito pelo seu nome*, e a minha carta pode ser extraviada.
> E, não, porque se a Senhora tem um nome a zelar, não pode ser tão egoísta, a ponto de supor que o meu não careça de zelo.[259]

As cartas revelam, também, aspectos do cotidiano de um período em que a paquera entre os casais se dava de forma regrada e regulada pelas famílias. Lembremos que o século XIX ainda estava fortemente marcado pelo patriarcalismo que exibia conceitos morais rígidos comandados pela figura do pai (SANTANA, 2011, p. 93).

Em uma das cartas escritas por Emília, percebe-se, novamente, o temor que ela sentia em escrever a Joaquim. Com o receio de que tivesse suas cartas desviadas, evitou o quanto pôde respondê-lo. No entanto, ao receber a quinta carta de Joaquim e anexadas a ela diversas poesias em sua homenagem, rendeu-se ao amor e, enfim, enviou-lhe a tão esperada resposta. Dessa forma, mesmo apreensiva, Emília justificou a sua decisão de corresponder-se com Joaquim:

> Jamais em minha vida, deveria dar semelhante passo; mas hoje, levada por um sentimento que não sei explicar, e, confiada nas reiteradas provas de sinceridade que tive a ventura de merecer, é que me arrisco a praticar êste

[259] FONTES, 1948, p. 21, grifo do autor.

> ato de insensatez que muito desconceitua, segundo a minha maneira de pensar. Apreensiva fico a ponderar no resultado de um extravio qualquer, porquanto já sabe sou zelosa do meu nome... Nada temo, entretanto; pois estou certa de que cumprirá a promessa que me fez, devolvendo as minhas cartas, caso eu lhe escrevesse.[260]

Após decidir corresponder-se com Joaquim, acreditando no amor sincero que ele nutria por ela, Emilia empenhou-se em viabilizar alguns procedimentos táticos para a efetivação posterior do enlace entre ela e Joaquim. Dessa forma, o primeiro desafio de Emilia seria convencer o pai, como dissemos anteriormente, homem rígido em relação aos costumes do período, a aceitar Joaquim como noivo dela.

Para alcançar os seus objetivos, Emilia solicitou a Joaquim que escrevesse uma carta para os irmãos dela, a fim de que eles ajudassem na tentativa de convencer o pai a aceitar o relacionamento do casal:

> Insisto no pedido que lhe fiz para escrever aos meus dois irmãos sôbre as suas intenções a meu respeito. A proteção e o concurso dêles são-nos utillíssimos na ocasião do pedido, pois meu pai, que não quer perder o *seu braço direito*, se opõe a que eu me case, seja com quem fôr.

Apesar da ousadia inscrita nessas atitudes de Emilia para alcançar o objetivo de relacionar-se com Joaquim, ainda povoava a sua consciência a necessidade de comportar-se de acordo com os preceitos socialmente estabelecidos. Dessa forma, frequentemente Emilia reportava-se à importância de manter o respeito em relação aos posicionamentos do seu pai no que dizia respeito a sua vida amorosa.

Nesse sentido, apesar de ter assumido o risco de manter correspondências de teor amoroso com Joaquim, Emília não se permitiu avançar em seu relacionando – arriscando-se, por exemplo, a encontrar pessoalmente o seu pretendente - caso isso viesse a contrariar as vontades do seu pai. Dessa forma, Emilia admitia para Joaquim:

> Sofro demais em pensar na minha situação, caso meu Pai se oponha ao nosso enlace, porque, permita que lhe diga, não nasci para heroísmos de insensatez!... Perdoe-me esta franqueza: mas se faz mister que o Sr. conheça as minhas idéias e sentimentos e que partilhe deles.[261]

Nesse particular, entendemos como Peter Gay (1984, p. 131) que a predominância de sentimentos de respeito e obediência que as mulheres do oitocentos nutriam em relação ao

[260] FONTES, 1948, p. 38.
[261] FONTES, 1948, P. 41.

patriarca, mantinham-nas, num plano ideal, na condição de um bem, elemento submisso e passivo na instituição familiar. Durante boa parte do século XIX, e em todo o mundo ocidental, as mulheres permaneceram virtualmente na condição de propriedade de seus pais e, depois, de seus maridos. O duplo padrão, definido e defendido pelos homens, vigorou quase sem oposição alguma.

Assim, diante da postura de Emilia de não aceitar cometer atos desvairados, como uma possível fuga ou rapto[262], e de não pretender contrariar a vontade de seu pai, Joaquim afirmou, em outra carta, ter planejado seu casamento com Emilia, atitude pensada em meio ao desespero e aos obstáculos enfrentados desde o início do seu relacionamento com Emilia.

> Tenho concebido planos, porque, mesmo contra a vontade de seu Pai, pode dar-se o nosso casamento, sem o menor escândalo para nós e para a sociedade.
> Por uma frase de sua carta, depreende-se claramente que a Sra., nessa questão, se submete absolutamente à vontade de seu Pai. Mas, perdão! Isso nunca foi amor. Em matéria de sentimento, não há submissões.... Os pais não tem o direito de negociar com o coração dos filhos.[263]

A resposta de Emília à proposta de casamento de Joaquim indica o possível traço de subserviência que ainda pairava sobre a sua consciência, orientada para o cumprimento das regras de bom comportamento social da época. Dessa forma, Emília esforçava-se para não adotar nenhum tipo de conduta que a condenasse perante a família e a sociedade, reafirmando que não nasceu "para atos aviltantes, que possam servir de maus exemplos." (FONTES, 1948, p. 103).

Apesar de todos os argumentos astuciosos de Joaquim para convencê-la a se casar mesmo sem o consentimento do pai e insatisfeita com essa situação, Emilia deixou claro que não se daria ao desfrute de uma atitude impensada, como fugir com seu noivo. Dessa forma, expressando indignação e revolta, Emilia ameaçou ir para um convento caso o seu pai não lhe desse a permissão que tanto almejava:

> E, logo que atinja a maioridade, me recolherei a um convento, ou a qualquer instituição de Caridade, uma vez que não encontrei felicidade no seio de minha família.
> A moça deve pensar assim, embora chamem de louca.
> O meu temperamento prefere o sacrifício de minha própria existência, à uma fuga, de que tenho horror!...

[262] Quando o namoro não era o desejado pelos pais, acabava resultando, muitas vezes, em fugas ou raptos. No sertão nordestino, o rapto era uma maneira que a moça arranjava para se casar com o pretendente escolhido por ela.
[263] FONTES, 1948, p. 99.

> Penso que toda mulher, que não se embala nos verdadeiros princípios puros e santos, nunca poderá ser uma esposa, excelente mãe, dedicada filha e sincera amiga.[264]

Diante da possibilidade de perder de uma vez por todas a sua amada Emilia para o convento, Joaquim, como quem pretendia expressar, através de um gesto de revolta, a sua oposição sobre as convenções sociais da época, arrematou:

> Os meus [familiares], quando muito, poderão com minha cabeça ao passo que os seus têm no bolso a chave de seu coração.
> Isto é triste, mas eu não aconselho que os contrarie porque, infelizmente, a mulher é ainda muito e muito escrava dos velhos conceitos sociais.
> Eu sou homem: nada tenho a temer a não ser o *desideractum* da sociedade, uma vez que eu tenha praticado o mal.
> Pouco me importam os maus juízos que os caracteres repreensíveis e degenerados possam fazer de mim, porque mais tarde, provada a maledicência, a iniqüidade deles, posso denunciá-los como delinqüentes à opinião pública. Não se dá, porém, o mesmo com a Sra., que é naturalmente uma criatura imbele e cativa da vontade autocrática de seu Pai e dos prejuízos sociais que agrilhoam o espírito da mulher no século dezenove.[265]

Nesse sentido, de acordo com a citação acima, podemos presumir que Joaquim adotou uma postura crítica acerca da ideia de submissão da mulher aos padrões sociais da época, que criavam obstáculos às suas pretensões de se casar com Emilia. Os seus posicionamentos críticos acerca das normas sociais do período estão inscritos em expressões utilizadas por ele para descrever a situação social da mulher naquele contexto, tais como: "velhos conceitos sociais", "vontade autocrática" do pai, "prejuízos sociais que agrilhoam o espírito".

Portanto, diante do exposto pelos trechos das cartas aqui analisadas, podemos atestar que as praticas amorosas estavam condicionadas às regularidades impostas pelas regras sociais de fins do século XIX. Observamos, ainda, nas intenções do casal Emilia e Joaquim, a possibilidade do desenvolvimento de ações que desafiavam constantemente as convenções sociais (a insistência em se casarem mesmo sem a anuência do pai de Emilia, solicitar ajuda aos irmãos na tentativa de convencer o pai a aceitar o relacionamento do casal, além da ameaça de Emilia de enclausurar-se num convento). Porém, apesar dessas intenções do casal representarem um indício de mudanças nos costumes, elas não colocaram em risco a existência das normas que regulavam as práticas amorosas daquele período.

[264] FONTES, 1948, p. 133.
[265] FONTES, 1948, p. 131.

Considerações finais

As práticas amorosas em Sergipe, no século XIX, eram alvo do rígido controle da coletividade, expresso pelas prescrições morais estabelecidas, sobretudo, pela família. Esse controle incidia, principalmente, sobre as condutas amorosas das mulheres, que eram obrigadas a aceitar o parceiro escolhido e imposto pela família, a manter o celibato até o casamento e a se submeter à autoridade do marido. Nessa perspectiva, a sociedade patriarcalista na qual Emilia vivia estava pautada em conceitos morais rígidos comandados pela figura paterna.

Nesse sentido, observamos que a vida amorosa de Emília estava submetida à rigorosa vigilância social, sendo que a sua consciência se orientava para o cumprimento das regras de bom comportamento vigentes durante aquela época. Vislumbramos ainda nas intenções do casal, Emilia e Joaquim, a possibilidade do desenvolvimento de ações que desafiavam constantemente as convenções sociais (a insistência em se casarem mesmo sem a anuência do pai de Emilia, solicitar ajuda aos irmãos na tentativa de convencer o pai a aceitar o relacionamento do casal, além da ameaça de Emilia de enclausurar-se num convento). Porém, apesar dessas intenções do casal representarem um indício de mudanças nos costumes, elas não colocaram em risco a existência das normas que regulavam as práticas amorosas daquele período.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros, **Memórias de D. Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005, 176. P.

_____. ESCRITA DE SI EM REVISTA: A autobiografia de Emilia Rosa de Marsillac Fontes (1871-1948), **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 36, 2007, 15-40.

BURKE, Peter**. O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005, 191 p.

_____. **Variedades da História Cultural**. Trad. Alda Porto. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 246.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuel Galhardo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: Usos e Táticas. In:____. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes. 1994. Terceira parte, cap. 3, p. 91-106.

COSTA, Lourenço Resende. História e Gênero: A condição feminina no século XIX a partir dos romances de Machado de Assis, **Revista Eletrônica Discentes História.com**, Cachoeira, vol. 1, 2013, 66-81.

DANTAS, Ibarê Costa. Cartas de Emilia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 36, 2007, 41-47.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: **História das Mulheres no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Unesp, 2002, 223-240.

DÓRIA, Epifânio. D. Emilia Fontes, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 19, 1945-1948.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30 ed. – Rio de Janeiro: Global, 1933, 768 p.

FONTES, Emilia. **Luz nas Tormentas**, São Paulo, 1948, 382p.

_____. Auto-Biografia, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 19, 1945-1948.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. 129-160.

GAY, Peter. A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud: **A Educação dos Sentidos.** Sã Paulo: Companhia das Letras, 1984, 405 p.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____, **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LEITE, Rogério Proença. A *Inversão* do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na vida Urbana Contemporânea. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.53, n.3, p. 737-756, 2010.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Delo Horizonte: UFMG, 2008.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Tecendo memórias. Gustavo Barroso e as escritas de si. In III Jornada da **Revista Ars Histórica**, 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://revistadiscenteppghis.wordpress.com/anais-iii-jornada/>. Acesso em: 02 set. 2014.

MAYNARD. Andreza S. Cruz. A nova História Cultural, suas noções e possibilidades. **Revistamuseitec**, vol. 1, nº 1, 2012. Disponível em: https://sites.google.com/site/revistamuseitec/sumario>. Acesso em: 09 jun. 2014.

MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Tereza S. (Orgs.). **Refúgios do eu**: educação, história e escrita autobiográfica, Florianópolis: Mulheres, 2000.

PAIS, José Machado. Nas rotas do quotidiano. In:____. **Sociologia da Vida Quotidiana: Teorias, métodos e estudos de caso.** 3. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2007.

PEREIRA: Ana Carolina Huguenin. A escrita feminina no século XIX: As cartas de Flora de Oliveira Lima e Eufrásia Teixeira Leite. **Revista Gênero**. Disponível em:< http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/search/results>. Acesso: 20 set. 2014.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: **Revista de História**. São Paulo, ANPHU/ Marco Zero, vol. 9, nº 18, 1989.

PRIORE, Mary Del. **História do Amor no Brasil**, São Paulo, Contexto, 2012, 330 p.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade: exemplo de sociologia pura ou formal. In:_____. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 59-82.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. Práticas amorosas e afetividade na Paraíba (Séculos XIX e XX): **O papel da família, da igreja e do Estado nas tentativas de regularização social**. Veredas da História. Rio de Janeiro, ano IV, ed. 2, 2011. Disponível em:< www.veredasdahistoria.com>. Acesso em 18, jan 2015.

SANTOS, Marcela Ernesto dos. Autobiografia feminina: a identidade e o preconceito nas memórias de Carolina Maria de Jesus e Maya Angelou. **Revista Iluminart do IFSP**, Sertãozinho, vol. 1, nº 4, 2010.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru. EDUSC, 2000.

"INTERSECÇÃO DE CONJUNTOS": É POSSÍVEL TRABALHAR COM A PERIODIZAÇÃO "IDADE MÉDIA" NO NORTE DA ÁFRICA?[266]

José Wilton Santos Fraga
Graduando em História/UFS
Bolsista do JTC-IC/CAPES
Integrante do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
Orientador: Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro

Em primeira instância, não se terá nesta comunicação a pretensão de responder o questionamento exposto no título de nossa fala, visto seu nível de complexidade e pelo fato de que, na ciência histórica, não existe um veredicto que dê por encerrado os debates que nela surgem. Mas, se dará destaque às características dos campos em estudo e dos seus pontos levantados a fim de conhecimento, nos limites das possibilidades aqui impostas.

Questiona-se a utilização do período histórico conhecido como "Idade Média" no contexto dos estudos que envolvem a região do norte da África porque é sabido que, por volta da década de 1980, surgiu como marco e referência dos estudos africanistas a coleção patrocinada pela UNESCO, a *História Geral da África*, com suas propostas e métodos próprios sobre o fazer historiográfico referente aquele continente. Para entender a complexidade do questionamento, cabe mostrar o que se entende por "Idade Média".

O uso da terminologia "Idade média" forjada na Renascença para abordar um período da história humana, carrega em si um paradigma referente à visão do período que antecede os formuladores desse termo que, de antemão, afirmam uma posição de superioridade do seu tempo e que a "'Idade Média' teria sido uma interrupção no progresso humano, inaugurado pelos gregos e romanos e retomado pelos homens do século XVI".[267] A nova historiografia medievalista foi ou está sendo a responsável por desfazer essa ideia pejorativa à respeito da época que se estende do fim do Império Romano até o século XVI.

Preconceitos ou não à parte, a pertinência aqui se dá pelo fato da historiografia manter o termo "Idade Média" como ferramenta teórica e guiar os estudos das sociedades que viveram nesse período e no espaço que hoje se compreende como Europa. Como "a

[266] Este artigo está associado ao projeto de pesquisa de iniciação científica Conexões entre a África e a Península Ibérica na Idade Média Central: Um estudo sobre a possibilidade de presença de relações senhoriais em território africano (262014), financiado pelo Programa Jovens Talentos Para a Ciência 2015 -2016 /Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e coordenado pelo Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro.
[267] JUNIOR, 2001, p. 10.

historiografia é um produto cultural que, como qualquer outro, resulta de um complexo conjunto de condições materiais e psicológicas do ambiente individual e coletivo que a vê nascer",[268] a inteligibilidade dos fenômenos que ali ocorreram são íntimos e devem ser analisados a partir de sua perspectiva. Talvez por isso a periodização como modelo conceitual (utilizando o termo "Idade Média") ainda perdure a fim de facilitar uma compreensão dos fenômenos relativos aos indivíduos que viveram naquele espaço e dos elementos os quais constituíram os processos históricos inerentes a eles: a herança romana clássica, a herança germânica e o cristianismo.[269] Isso implica dizer que "o termo 'Idade Média' só tem significado no contexto europeu".[270]

Porém, uma tensão torna-se latente: os "medievais", mesmo em suas especificidades de vida ligadas às características sócio-culturais e geográficas, a partir de certo ponto no decorrer do tempo, não permaneceram imóveis. O ato de cruzar os limites do seu mundo e realizar contatos com outros povos aconteceu, seja motivado por questões econômicas ou por conflitos militares, etc. Fato é que as relações oriundas desses contatos de alguma forma contribuíram para o "desenrolar" da trama histórica do mundo medieval. Surge então outro ponto pertinente, o que caracteriza os homens da chamada Idade Média está restrito ao espaço em que vivem ou eles carregam consigo? Vejamos o que Blockmans e Hoppenbrouwers afirmam:

> Mesmo após o declínio do Império Romano, as perdas causadas pelas invasões bárbaras e a ruptura criada pelas conquistas árabes, havia mais riqueza e potencial de desenvolvimento no sul da Europa do que no norte. Essa riqueza e potencial de desenvolvimento eram estimulados por uma economia estável e trocas culturais entre cristãos e muçulmanos na Península ibérica, na Sicília e no sul da Itália. Ao apresentar a região do Mediterrâneo como uma área econômica e cultural de contato e trânsito, evitamos que a Europa medieval se encerrasse em si mesma.[271]

"Evitamos que a Europa medieval se encerrasse em si mesma". Então quer dizer que onde os medievais foram, levaram consigo a Europa medieval? Mas, os povos que com eles mantiveram contato, em qual situação enquadram-se?

Um dos pontos de contato entre cristãos e muçulmanos na região do Mediterrâneo foi o norte da África e ainda existe o fato de que esse território foi parte integrante do mundo clássico, compartilhando assim um elemento em comum com a Europa e fazendo parte de um marco cronológico que identifica o início da Idade Média, como já foi exposto, o fim do

[268] Idem. p. 14.
[269] Idem. p. 15.
[270] BLOCKMANS; HOPPENBROUWERS, 2012, p. 9
[271] Idem. p. 9 e 10.

Império Romano. Surge um impasse de cunho historiográfico. É a partir deste momento que o questionamento proposto no início toma forma mais explícita.

Apesar do norte da África possuir especificidades relativas à herança clássica e depois em relação à expansão muçulmana, que criou ali sociedades genuínas e por vezes são inseridas nos estudos medievalistas e orientalistas, a historiografia africanista, entende-se a que elaborou a *História geral da África*, no geral não convém com a ideia de separar a África em duas, tão pouco utilizar a periodização tradicional da historiografia Ocidental e analisá-la a partir de fora.

Essa obra de grande relevância na historiografia nos traz uma proposta de análise da África no decorrer do tempo a partir de uma perspectiva interna, pelo menos como foi colocada pelos seus organizadores. De acordo com Muryatan Santana Barbosa:

> Tratar-se-ia de uma história essencialmente examinada a partir do seu interior. Mas ela seria também, "em larga medida", o fiel reflexo do modo como os autores africanos vêem sua própria civilização. Ademais, seria uma história científica, uma história que buscasse o reconhecimento do patrimônio cultural africano e que buscasse os fatores que contribuem para a unidade do continente. Por fim, trataria uma concepção particular dos valores humanos.[272]

Ainda sobre o propósito da obra, Ki-Zerbo, um dos autores do projeto, comenta que não se trata de "construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens 'esquecidas' ou perdidas" [273] do continente e dos seus povos:

> Certamente, a opção e a ótica de auto-exame não consistem em abolir artificialmente as conexões históricas da África com os outros continentes do Velho e do Novo Mundo. Mas tais conexões serão analisadas em termos de intercâmbios recíprocos e de influências multilaterais, nas quais as contribuições positivas da África para o desenvolvimento da humanidade não deixarão de aparecer.[274]

Como resultado desse propósito, que veio contribuir com a mudança de paradigma da visão que era produzida na historiografia a respeito da África, uma metodologia inerente à sua produção se fez necessária. Uma periodização considerando as necessidades de compreender a diversidade e uma unidade do continente foi posta (e ela dá conta do que foi ressaltado aqui):

- Da Antiguidade até o Islã: Antigo Império até +622 (a noção de Antiguidade também não é a que vigora no Ocidente);

[272] BARBOSA, 2012, p. 18.
[273] KI-ZERBO, 2010, p. 32.
[274] Idem. p. 52 e 53.

- Da primeira Idade Islâmica: de +622 até a metade do século XI (1050);
- Da segunda Idade Islâmica: do século XI ao século XV.[275]

Há ainda quem subdivida essa periodização e utilize mais referenciais.[276]

Pois bem, percebe-se dessa maneira que os pontos levantados de ambas as historiografias são posições interpretativas. Uma, de certa forma, vê a possibilidade de levar noções de seu campo a fim de análise até onde puder. A outra reage a essa posição e reivindica um estudo que privilegie os indivíduos locais do seu campo.

Reação que caracteriza um estado de "supremacia" da interpretação da História vinda do primeiro exemplo. O que implica dizer que a historiografia Ocidental expressa ou expressou uma relação de poder, assim por dizer, ao "impor" sua maneira de enxergar certos processos históricos (pode até ser remetida à própria discussão a cerda da noção de Idade Média iniciada na Renascença e combatida pela nova historiografia medievalista). Coube então ao outro grupo expressar sua situação, apesar de não querer ser uma historiografia "revanchista" como já foi citado, no entanto, acabou por expressar sua posição política dentro desse jogo de relações (grosseiramente aqui explanado, diga-se de passagem, pelas limitações que são dadas, mas levantando um ponto possível de aprofundamento) refutando modelos conceituais a fim de evitar a disseminação de visões restritas que não se alinham com os fatos ocorridos no continente africano e de não corroborar com o surgimento ou com as já existentes interpretações estereotipadas e preconceituosas, apesar de, em algum momento da História, os objetos de estudo de ambas as historiografias sejam pontos em comum, como o Império Islâmico e sua dinâmica de relações no Mediterrâneo, por exemplo.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela mesma*: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO). p. 18-19. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BLOCKMANS, Wim; HOPPENBROUWERS, Peter. *Conceitos e estruturas interpretativos*. In: ___. Introdução à Europa Medieval: 300-1550. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2012. Cap. 1, p. 1-14.

[275] DJAIT, 2010, p. 72.
[276] WEDDERBURN, 2005, p. 17-24.

DJAIT, H. *As fontes escritas anteriores ao século XV*. In: KI‑ZERBO, Joseph (Ed.). História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 5, p. 77-80.

JÚNIOR, Hilário Franco. *Introdução*. In: ___. A Idade Média: nascimento do Ocidente. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 9-20.

KI‑ZERBO, Joseph. *Introdução Geral*. In:___ (Ed.). História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 31-52.

THE PELICAN HISTORY OF AFRICA (1968). África. In: LOYN, Henry R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 7-8.

WEDDERBURN, Carlos Moore. *Novas bases para o ensino da história da África no Brasil*: considerações preliminares. [S.l.:s.n], 2005, p. 1-40.

A HISTÓRIA DAS MULHERES DE GEORGES DUBY: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA TRILOGIA "DAMAS DO SÉCULO XII"

Lívia Maria Albuquerque Couto
Graduanda em História/UFS

Introdução:

Ao analisarmos as representações femininas do medievo percebemos que a imagem da mulher deste período é aquela construída por homens, principalmente, ligados a instituições eclesiásticas, como, por exemplo, padres e monges. Nesse sentido, pretendemos destacar o olhar que o medievalista, Georges Duby, dirigiu a condição das mulheres na sociedade medieval. Desse modo, examinaremos como se deu à interpretação entre a imagem feminina proposta e idealizada contrapondo a realidade daquela sociedade.

Assim, utilizaremos a trilogia, *Damas do Século XII* que o medievalista, Georges Duby, escreveu sobre as mulheres, *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII* (1995)*; A Herança das Ancestrais (*1997); e *Eva e os Padres* (2001), e analisaremos sua visão sobre o sexo feminino no período do medievo, mais precisamente durante o século XII, que foi o recorte temporal utilizado pelo autor nas suas obras.

Abordando dentro desta temática temas específicos, como por exemplo, o casamento, as relações de dominação masculina, e a relação entre o feminino e a Igreja medieval. No entanto, devemos entender a problemática em torno das fontes, principalmente, as que foram utilizadas pelo medievalista já que estas informariam mais a respeito da ideologia dominante, do que sobre a realidade. Ideologia construída em favor de uma suposta submissão da mulher ao homem, e ambos à Igreja Medieval.

Nesse contexto, é importante destacar o conceito eclesiástico medieval ao falarmos da mulher. Esta, considerada como fruto do pecado original que podiam levar à perdição da sociedade, por isso precisaria ser vigiada. Assim, a mulher como sujeito geral é considerada, pelos clérigos, passiva, mas as partes dos seus corpos são dominadoras e perigosas. O medo da feminilidade levou os moralistas da Igreja, por exemplo, a desenvolverem um movimento pastoral com vistas à orientação espiritual das mulheres. A compostura feminina deveria ser assegurada a qualquer preço, inclusive com penitências, pois a honra doméstica dependia, em larga escala, da conduta das damas.

No entanto, compartilhamos a visão de Duby de que é impossível separar a história das mulheres da história dos homens, ressaltando a importância da evolução da condição de cada sexo e nas relações de poder que permeavam o relacionamento dos casais na família medieval. Dessa forma, o autor lança a ideia de uma "lenta promoção" do sexo feminino na cultura medieval. Logo, podemos considerar ao analisarmos o contexto desta sociedade que também houve uma "promoção" da condição masculina. Fato que, contribuiu para a distância entre os sexos.

Assim, como historiador "das mentalidades" e depois de analisar e se especializar em assuntos ligados ao medievo, Duby chega a história das mulheres pelo estudo do parentesco, para ele esta história é concebida pela dominação masculina. Segundo Sales "sem dúvida, Georges Duby, se convencera, no fim da vida, que os textos literários que lia e relia sem parar não lhe permitiam fazer outra coisa senão uma história dos discursos e das representações. Manipulada e muda, a mulher se esquivava sem cessar à sua busca"[277].

Nesse contexto, precisamos nos atentar as fontes utilizadas pelo medievalista, em seus estudos sobre as *Damas do século XII*, já que suas escolhas documentais, de certo modo, privilegiaram um pequeno número de fontes narrativas, podemos citar como exemplo destas, os escritos normativos, os textos canônicos, as crônicas de religiosos, as biografias, as correspondências, os capitulares, os inventários, os tratados, os códices, as atas de arquivos eclesiásticos, os cartulários, contos, literatura cortês etc. Sendo estas ligadas a opinião dominante, logo, masculina do medievo, nelas "são sempre os homens que falam"[278].

Duby, então, procurou mostrar reflexos, captou a imagem e não a verdade das mulheres. Já que, os escritos foram redigidos por homens e o latim registrava somente as falas importantes feitas em formas artificiais. Estes eram redigidos para a declamação ou o canto. Lembrando que a leitura era privada, geralmente feita em voz alta e que existia uma função pedagógica nesses textos. Assim, o medievalista se situa como historiador das estruturas, porque o que a sociedade afirmava e ocultava permitiu alcançar as suas estruturas. Sua operação histórica combinou releitura e identificação. Ele diz que releu "textos [...] esforçando-me por identificar-me com aqueles que os escreveram a fim de dissipar ideias falsas que depois perturbaram seu sentido"[279].

Dessa maneira, a maioria dessas fontes são obras misóginas têm como tema recorrente a crítica ao matrimônio, pois segundo estas a "vida doméstica" era uma verdadeira desgraça,

---

277 SALES, Véronique. *Os Historiadores.* São Paulo. Editora: UNESP, 2003. p. 279.

278 DUBY, Georges. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, 1993. p. 151.

279 DUBY, Georges. *Heloísa, Isolda e outras damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.12.

enquanto que o celibato era considerado como uma condição de excelências morais, intelectuais e espirituais. Outro assunto recorrente, que teve origem nos escritos de Aristóteles, trata sobre a passividade da mulher na procriação, pois considerada como um "macho deformado", sua contribuição para a sociedade viria da chamada "cópula justa". Mas era consenso que considerada agenciada pelo diabo, ou comparada a uma "espada desembainhada", com predisposição para a incontinência, as mulheres necessitavam de vigilância e isso reforçou a ideia do monopólio do homem na pregação e na prática de atividades religiosas sagradas.

Analisando a *Trilogia* de Georges Duby, percebemos que a voz masculina abafa a feminina, mas nem por isso a excluí, ou seja, podemos considerar que as identidades de gênero se constroem com relação uma a outra dado a mentalidade diacrônica própria da sociedade medieval. Dessa forma, é indubitável que a sociedade medieval pode ser analisada sob o viés dos Estudos de Gênero e também pode ser utilizado como uma forma de significar as relações de poder, sendo o masculino – nas fontes eclesiásticas – sempre entendido como superior ao feminino.

Sendo que, consideramos importante em nossa análise das *Damas do Século XII* sermos norteados pelos Estudos de Gênero, como uma tentativa de corrigir o privilégio concedido pela História das Mulheres às "vítimas ou rebeldes", "ativas ou atrizes do destino", em detrimento "das mulheres passivas, vistas muito facilmente como consentidoras de suas situações". Assim, segundo Chartier, definiremos a submissão imposta às mulheres como uma relação de violência simbólica o que ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irredutível, universal[280].

Por fim, percebemos a importância dos Estudos de Gênero e como utilizaremos este para nossa análise das obras de Georges Duby sobre o período medieval. Entendemos que ele sabia das dificuldades do seu estudo, relacionado à situação das fontes, mas vemos como ele praticamente desapareceu diante de sua obra, pois suas fontes informam mais sobre a ideologia dominante do que a realidade. Ideologia, construída em favor de uma suposta submissão natural da mulher ao homem. Logo, os textos da sagrada escritura se constituíram na base teórica sobre a qual assentou a imagem exemplar da mulher medieval. Por outro lado, domínios distintos, como a participação da mulher na vida religiosa e o do processo de "feminização" do cristianismo no Ocidente, permaneceram à espera de investigações.

[280] CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*. Nº 4, 1995. p. 42.

Análise das obras:

A primeira das obras de Georges Duby, da Trilogia *Damas no Século XII*, ressaltando que estas foram escritas entre as décadas de 1980 e 1990, a respeito de "Heloísa, Isolda e outras damas no século XII"[281], aborda as mulheres medievais utilizadas pelo autor e a temática em torno do matrimônio, que será um ponto importante em nossa análise. Assim, nesta obra, Duby dá nome a essas damas, ou seja, o livro é dividido em seis capítulos que levam o nome de suas protagonistas, são essas: Alienor, Maria Madalena, Heloísa, Isolda, *Juette e Dorée d'Amour e a Fênix*. Nestes o autor explica o porquê dessas mulheres serem consideradas importantes. Assim, seu principal objetivo é tentar recompor o modelo da mulher de elite na sociedade medieval. Nesse processo de interpretação e recriação do passado, a consciência da relatividade dos fatos e da influência que os sistemas ideológicos exercem na constituição do fato histórico tornaram-se elementos importantes para sua narrativa.

Nos capítulos desta obra, como em uma narrativa literária, Georges Duby mostra que apesar das particularidades das trajetórias individuais dessas mulheres consideradas damas, elas demonstram na imaginação dos homens os comportamentos que eles exigiam ou, pelo menos, esperavam que elas tivessem. Contrapondo, assim, a intensa relação entre o imaginado e o vivido. Sendo que, a partir das representações masculinas registradas nos escritos medievais são abordados problemas de várias ordens que envolvem o mundo dessas damas podemos citar, por exemplo, a questão do matrimônio, como um desses.

O que percebemos ser um assunto recorrente durante todos os capítulos desta obra de Georges Duby é a questão do casamento. Segundo o autor, a instituição matrimonial passou por um processo de cristianização progressiva. Sendo que, houve dois modelos de casamento: o laico e o eclesiástico. O primeiro modelo quer manter o "status" de uma casa, já que havia a necessidade de impedir o empobrecimento[282]. E o segundo foi instituído em uma tentativa de disciplinar a sexualidade, pois não havia uma estrita monogamia na sociedade da Alta Idade Média e a sexualidade masculina não se reduzia ao quadro conjugal, assim, a prostituição e o concubinato constituíam esse meio. Prontamente, a Igreja trabalhou com o intuito de corrigir

[281] DUBY, Georges. *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[282] DUBY, Georges. El matrimónio em la sociedade de la Alta Edad Media. In: ROJAS, Beatriz (Presentación y compilación). *Obras selectas de Georges Duby*. México: Fondo de Cultura Económica: 1999, p. 281-282.

os "costumes matrimoniais laicos"[283] e os ritos matrimoniais passaram por um processo de sacralização.

A Igreja construiu, então, um edifício de normas matrimoniais que impunha a castidade elaborando um modelo de vida cristão. Sobre a transformação do casamento em um sacramento, Duby descreve:

> a Igreja, na metade do século XII, acabava de fazer do casamento um dos sete sacramentos a fim de assegurar seu controle. Ela impunha ao mesmo tempo jamais romper a união conjugal e, contraditoriamente, rompê-la de imediato em caso de incesto, ou seja, se verificasse que os cônjuges eram parentes aquém do grau. O que permitia à autoridade eclesiástica, na verdade ao papa, quando se tratava do casamento de reis, intervir à vontade para atar ou desatar, e assim tornar-se senhor do grande jogo político.[284]

Constatamos que a Igreja Medieval tentava ditar modelos para toda a população, uma vez que devido a sua interpretação do pecado original ser tratado como pecado sexual a mulher tornava-se a peça principal da sociedade, aquela que se não fosse vigiada e controlada levaria todos a perdição. Porém, percebemos que a institucionalização do matrimônio não surgiu na tentativa de controlar as mulheres, mas sim de controlar a sexualidade exuberante da sociedade medieval. E para que ocorresse esse controle sexual a Igreja criou um imaginário em torno do sexo feminino. Este fez com que os homens as temessem e as julgasse.

A segunda obra da trilogia, "A Lembrança das Ancestrais"[285], trata, essencialmente, da imagem das damas feitas pelos cavaleiros do medievo. Dessa forma, observaremos as consideradas funções da feminidade, a imagem ideal do feminino feita, essencialmente, pelos clérigos e como o amor cortês fez um contraponto a esta visão e influenciou a sociedade.

O livro é dividido em três capítulos principais, sendo que estes possuem alguns sub-tópicos, (Servir os Mortos; Esposas e Concubinas; e O Poder das Damas), nos quais o autor procurará demonstrar o que achavam os cavaleiros e padres das mulheres "comuns", ou seja, das figuras femininas ligadas ao seu sangue. Aliás, este assunto ligado a linhagem de parentesco será recorrente no livro. Para o autor saíram das sombras algumas mulheres que não são nítidas como princesas ou santas, por exemplo. Seu objetivo principal é demonstrar como as esposas dos senhores levavam a sua existência no período do medievo.

Nesta obra de Georges Duby, vemos como a questão da linhagem e do parentesco atingiram ambos os sexos no medievo, pois uma mulher só tinha valor devido aos ancestrais

---

283 *Idem*. p. 285.

284 DUBY, Georges. *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 17-18.

285 DUBY, Georges. Damas do Século XII: *A Lembrança das Ancestrais.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

que possuía. O homem tinha necessidade de ter este prestígio social, que só seria adquirido, no caso da maioria dos cavaleiros, pelo casamento, já que havia uma abertura para que os homens ascendessem economicamente assim. Logo, a Igreja Cristã Medieval, cria para o matrimônio, regras e o institucionaliza, com o intuito de evitar o incesto, porque era comum que membros da família se casassem para manter a herança, como também para controlar a sexualidade da época.

Com relação a ascensão social, que os homens tinham acesso ao casar com uma "dama", é necessário destacar que para a Igreja, "o dever do homem medieval era permanecer onde Deus o tinha colocado. Elevar-se era sinal de orgulho (...) era necessário respeitar a organização da sociedade pretendida por Deus e essa organização estava de acordo com o princípio da hierarquia"[286]. Assim, um cavaleiro ao casar com uma dama e torna-se senhor, estaria contrariando a lógica clerical medieval ao desobedecer às leis de Deus. Dessa forma, constatamos que também existia modelos e regras em torno do sexo masculino, e não somente para as mulheres existiam padrões a serem seguidos. Tanto as mulheres, quanto os homens do medievo pensaram, agiram e viveram no quadro de determinados valores fundamentais que correspondiam à vontade de Deus e às aspirações desses homens.

Ao abordarmos esse assunto ligados a questão da linhagem e do parentesco, a partir dos Estudos de Gênero, percebemos que se trata de uma sociedade onde o masculino se sobrepõe ao feminino, mas nem por isso o excluí. Através da análise que Georges Duby faz a respeito da linhagem de algumas famílias ligadas às "grandes casas", vemos que a mulher tinha sua importância na sociedade. E que tinham voz, mesmo que os homens ligados a instituições eclesiásticas quisessem abafá-la.

O último livro da trilogia, "Eva e os Padres"[287], demonstra o que os norteadores de consciência, ou seja, os homens da Igreja pensavam das mulheres. Nesse sentido, destacaremos a misoginia medieval, onde a Igreja baseava-se na dicotomia entre a visão feminina, isto é, o modelo comportamental a ser seguido: Maria, exemplo de mãe, esposa, filha e mulher. Contrapondo o modelo de Eva, a pecadora original.

O livro é dividido em quatro capítulos (Os pecados das mulheres; A Queda; Falar às mulheres; e Do amor), nos quais Duby faz uma análise sobre o cotidiano das mulheres no século XII. Relata ainda, como a mulher era considerada possuidora do pecado na mentalidade do mundo medieval e acerca do estigma de Eva, ou seja, escreve sobre o tratamento dado às mulheres pelos clérigos, fraca, vulnerável, e sujeita a se entregar ao

[286] LE GOFF, Jacques (dir.). *O Homem Medieval*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1989. p. 29.
[287] DUBY, Georges. Damas do Século XII: *Eva e os Padres.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

pecado, aos vícios da carne, como por exemplo, enfeitiçar os homens, e serem malignas e adúlteras. Assim, demonstrando a visão que os homens ligados às instituições eclesiásticas tinham delas.

O autor quer nos mostrar a visão que os homens de Igreja, ou seja, norteadores de consciência, têm das mulheres medievais, além da visão deles, para alguns temas, como, por exemplo, o casamento e o amor entre o homem, a mulher e Deus. Ao apresentar os modelos de feminilidade podemos encontrar a dicotomia: Eva e Maria. Eva simbolizava as mulheres reais, plenas de pecado, e Maria, a mulher ideal, mas inalcançável. No entanto, entre os séculos XI e XII, Eva é a mais relacionada às mulheres. Contudo, entre Maria e Eva, existe uma "balança", já que Madalena representaria de uma melhor forma as mulheres, demonstrando que a salvação é possível, mas tem vários preços, entre eles, a confissão, o arrependimento e, principalmente, a penitência.

Outra temática abordada pelos eclesiásticos e tão contraditória, entre eles, é o casamento, a princípio considerado um ato profano, mas posteriormente institucionalizado e sacralizado. Até que ao final do século XI e início do XII o consentimento mútuo do casal passa a ser exigido pela Igreja. Sendo que no século XII é imposto um ritual o qual os noivos após fazerem os votos trocam alianças que são benzidas pelo pároco. Este consentimento só ocorria após o sacerdote ter verificado os consentimentos e a não consanguinidade entre ambos.

Assim, a Igreja consegue impedir que os casamentos, que tinham por objetivo estabelecer alianças e assegurar transmissão de patrimônio, assim como o sangue e a honra da linhagem, acontecessem. Desse modo, a partir do ano mil, os "casamentos por contratos" tendem a desaparecer. Os bens do marido cedidos à esposa, passam a ser menores, e ela é obrigada a deixá-los aos filhos primogênitos, passando apenas a dispor do dote dos seus familiares para passar às filhas[288].

Dessa forma, a visão do sexo feminino como possuidor do pecado era retratada na mentalidade de grupos específicos. Nesse sentido, nos modelos de feminilidade impostos pelos eclesiásticos, Eva seria o oposto da visão de Maria e causadora de todo o pecado a que estava sujeito a sociedade. No entanto, a documentação utilizada pelo autor afirma que seus estudos não chegam perto, ao que de fato, era a condição das mulheres no medievo. Porém, a importância de sua obra é incontestável no âmbito não só da História Medieval, já que se trata de uma fase grandiosa da produção dubyniana.

[288] Cf. ARIÉS Philippe; DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. Porto: Ed. Afrontamento, 1990. p. 138.

Considerações Finais:

Com base no que foi dito, é fato que as damas escolhidas pelo Georges Duby não representavam todas as mulheres da Idade Média, segundo Sales ele permanece instalado em sua época de predileção, sem se aventurar além do século XII quando os discursos das mulheres são menos abafados pelo ruído de fundo da sociedade masculina. Ele continua fiel a um "grupo social: o das damas ociosas e sonhadoras da aristocracia, enquanto, por outros meios, a historiografia desenvolve a figura da mulher no trabalho"[289]. Podemos então afirmar, que as mulheres do medievo de Duby não eram absolutamente as da Idade Média, já que a história delas foi escrita, a partir de um terreno estritamente delimitado, uma historiografia que se prendeu apenas ao reflexo das mulheres no discurso dos homens.

É importante destacar que a visão sobre as mulheres para o medievalista, passa a ser questionada. Estudos recentes, essencialmente, abordados pela historiografia feminista norte-americana afirmam que Duby em certo sentido exagerou sobre o silêncio e a submissão das mulheres. Em parte, isso teria explicação devido as escolhas documentais e seu olhar sob um pequeno número de fontes narrativas.

Desse modo, percebemos que a figura feminina recebeu maior interesse nos anos 60 e 70 por historiadoras(es) e pesquisadoras(es) ligadas(os) ao feminismo. Assim, "surge" a história das mulheres, onde a palavra "gênero", que parece ter surgido com as feministas americanas seria o sinônimo de "mulheres". No entanto, é necessário afirmar que não existe clareza ou coerência quanto ao sentido de gênero. Para Joan Scott[290], é necessário conceituar o gênero enquanto categoria útil à história e não apenas à história das mulheres.

Seria dar um caráter fundamentalmente social e entender que o gênero não estaria filiado a um questionamento sobre desigualdade ou poder, ou tomaria partido pela "parte lesada"[291]. Já que as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se pode compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado.

Nesse contexto percebemos como o sexo feminino foi negligenciado durante muito tempo e deixado à sombra do gênero masculino. Os homens, por sua vez, eram considerados donos das mulheres no medievo. Contudo temos que concordar com Casagrande no sentido de que não podemos considerar que as mulheres se mantiveram submissas a tudo que estava acontecendo, para a autora:

---

289 SALES, Véronique. *Os Historiadores.* São Paulo. Editora: UNESP, 2003. p. 279.

290 SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

291 IDEM.

> não sei em que medida as mulheres do medieval se mantiveram quietas e silenciosas entre as paredes das casas, das igrejas e dos conventos, ouvindo homens industriosos e eloquentes que lhes propunham preceitos e conselhos de toda a espécie. Os sermões dos pregadores, conselhos paternos, os avisos dos diretores espirituais, as ordens dos maridos, as proibições dos confessores, por mais eficazes e respeitáveis que tenham sido nunca nos restituirão a realidades das mulheres às quais se dirigiam, mas com toda a certeza faziam parte dessa realidade: as mulheres deveriam conviver com as palavras daqueles homens a quem uma determinada organização social e uma ideologia muito definida tinham entregue o governo dos corpos e das almas femininas. Uma parte da história das mulheres ouviram ser-lhes dirigidas, por vezes com arrogância expedita, outras vezes com carinhosa afabilidade, em qualquer caso com preocupada insistência[292].

Todavia Danielle Régnier-Bohler traça um outro perfil feminino, isto é, nos mostra uma mulher que tem voz e vontade de expor suas experiências, como, por exemplo, Maria da França, Cristina Pisano e Berta de Corne, esta última que chegou a mencionar: "sou mulher, não posso calar-me(...)"[293]. Outro ponto que merece ser ressaltado é que em algumas regiões, mulheres da elite conseguiram comprar o direito de se casar com quem quisessem, essas compras eram negociadas com funcionários do rei. Macedo exemplifica que:

> três delas, Emma de Normanville, Roheisa e Margareth, prestaram contas de dez marcos por uma licença parasse casar onde quisessem. Alice, condessa de Warwich, prestou contas de mil libras para permanecer viúva, enquanto lhe conviesse, mantendo a guarda dos filhos que teve com o marido falecido. Noutro caso, Hawisa, viúva de Willian Fitz Robert, prestou contas de 130 marcos e quatro cavalos para Peter de Bourough, aquém o rei tinha dado licença para casar com ela, a deixasse em paz; e para não ser compelida a casar[294].

Nosso objetivo foi demonstrar até que ponto a visão do autor foi construída e/ou influenciada por suas fontes, especialmente aquelas de origem masculinas e clericais. E para estudar a mulher medieval é necessário um cuidado, pois dependendo da fonte há a tendência de uma construção da imagem mais ou menos realista ou estilizada. No entanto, gostaríamos de frisar que a intenção desta comunicação não é reduzir a obra de Georges Duby a uma análise baseada na História das Mulheres, mas sim demonstrar como este tipo de pesquisa é possível sob a luz dos Estudos de Gênero.

Por fim, acreditamos estar contribuindo para ressaltar o que vem sendo abordado sobre a temática das mulheres na Idade Média, pela historiografia, não só brasileira, mas como

---

[292] CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*: a Idade Média. Trad. Ana Losa Ramalho. Porto: Afrontamento, 1990. V. II. p. 99.

[293] REGNIER-BOHLER, Danielle. Vozes literárias, vozes míticas. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (dir.). *História das Mulheres no Ocidente: a Idade Média*. Porto: Afrontamento, 1990. V. II. p. 554.

[294] MACEDO, José Rivair. *A Mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 22.

também, norte-americana e europeia. Para que, enfim, possamos criar uma visão do que de fato, representa a mulher no medievo. E como as fontes da época atrapalham a visão de muitos. Sendo que, é de suma importância abordar esta temática a luz dos estudos de gênero, pois em nossa pesquisa, pretendemos ainda, demonstrar a clara diferença entre este e a História das Mulheres. E como esta é primordial para entendermos a sociedade daquele período sem favorecer ou "vitimizar" os membros desta sociedade.

Referências Bibliográficas:

CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*: a Idade Média. Trad. Ana Losa Ramalho. Porto: Afrontamento, 1990. V. II.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*. Nº 4, 1995

DUBY, Georges. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, 1993

DUBY, Georges. Damas do Século XII: *A Lembrança das Ancestrais.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DUBY, Georges. Damas do Século XII: *Eva e os Padres.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUBY, Georges. El matrimónio em la sociedade de la Alta Edad Media. In: ROJAS, Beatriz (Presentación y compilación). *Obras selectas de Georges Duby*. México: Fondo de Cultura Económica: 1999.

DUBY, Georges. *Heloísa, Isolda e outras damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. Porto: Ed. Afrontamento, 1990.

LE GOFF, Jacques (dir.). *O Homem Medieval*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1989.

REGNIER-BOHLER, Danielle. Vozes literárias, vozes míticas. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (dir.). *História das Mulheres no Ocidente: a Idade Média*. Porto: Afrontamento, 1990. V. II.

SALES, Véronique. *Os Historiadores.* São Paulo. Editora: UNESP, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

ENTRE RUAS, BECOS E VIELAS:
O CHÃO SOCIAL DA CARESTIA EM SALVADOR (1937-1945)

Luana Moura Quadros
Mestranda em História Social – UFBA

Em carta escrita para Jorge Amado em agosto de 1936, Monteiro Lobato relata a emoção trágica que os livros do escritor baiano lhe despertam. Dizia ele: "Difícil seus livros, meu caro Jorge", porque estes "desgarram de todos os moldes assentes". Explicitava ainda que eram livros "dolorosamente terríveis porque contam verdade demais. E contam verdade demais porque, como harpa eolea que você é, eles são a própria verdade circulante no ar como ondas e captadas por uma antena potentíssima".[295]

O que Monteiro Lobato relata sobre os conteúdos dos livros de Jorge Amado podem ser estendidas à publicação do autor para a década de 1930, quando sua produção se debruça principalmente sobre a compreensão da realidade social de Salvador. As preocupações do escritor, pelo menos no que toque à capital baiana, residem nas desigualdades sociais atenuantes numa cidade que vive os prazeres e os problemas de um processo modernizador baseado na lógica capitalista.

Os romances amadianos contém gente, ainda que, muitas vezes, apareçam sem nome. Gente que é percebida não numa perspectiva individual, na construção de um herói, mas na relação com o outro, nas suas experiências cotidianas, na coletividade. Trazem a perspectiva de grupos sociais que ao mesmo tempo em que são abduzidos por uma avalanche modernizador, dele são repelidos, ficando às margens de um processo e sofrendo as consequências dele.

O romance *Suor* (1934) é um destes exemplos. Passando-se num sobrado situado na Ladeira do Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, a narrativa é permeada de luta pela sobrevivência. São sujeitos diversos e de origens distintas que guardam entre si as experiências das más condições de moradia, alimentação, trabalho e saúde. Lutam contra os donos dos quartos, dos quais eles são inquilinos, em relação às condições e aos sucessivos aumentos de aluguéis. Moram em um sobrado insalubre, considerado um mundo fétido. Em sua trama Jorge Amado denuncia estas questões e põe em cheque os ditames da higienização presente nos discursos urbanísticos da época que procurava adentrar, inclusive nos espaços

[295] Correspondência de Monteiro Lobato endereçada a Jorge Amado em 23 de agosto de 1936. Documento em exposição na Casa do Rio Vermelho.

privados. Entretanto, não deixa de apontar o quanto as práticas higienistas foram além da ideia da salubridade e afetou o cotidiano dos sujeitos ao transitarem por uma cidade que passou a arrevesar os olhos para comportamentos e atitudes considerados incivilizados.

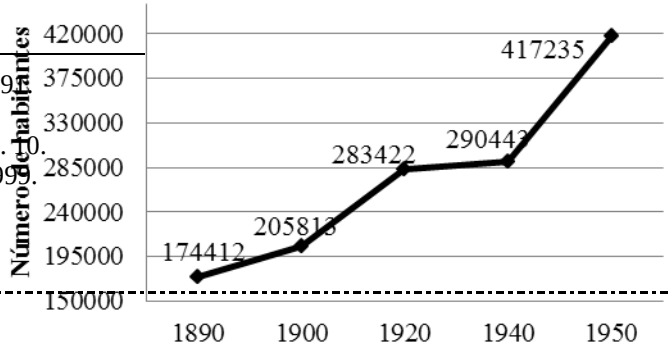
O espaço deslindado em *Suor* mostra uma Salvador das contradições que fogem dos ditames sanitaristas do urbanismo em voga. O sobrado situado na Ladeira do Pelourinho que compõe a narrativa, não era o símbolo dos tempos modernos expressos nas "novas casas de apartamentos, arranha-céus de dez andares que humilhavam os sobrados coloniais"[296]. Ele era a face do que se queria esconder dentro deste processo de modernização urbana. Era "um mundo fétido, sem higiene e sem moral, com ratos, palavrões e gente"[297].

As experiências diante do processo de modernização, segundo Marshal Berman, levam o ser moderno a estar compelido em ambiguidades, pois no mesmo momento em que é buscada a unidade para se produzir a imagem da cidade radiante, lugar de aventura e progresso, ela desintegra, desfaz para se refazer, indicando sempre a contradição existente entre a norma e a necessidade, o idealizado e o vivido. Assim, enquanto a ideia do que é moderno se transforma, novas estéticas e comportamentos gestados pela elite capitalista se impõem na cidade, procurando desfazer e readequar as vivências dos sujeitos no espaço.[298]

As transformações urbanas que se operavam em Salvador, como em outras capitais do Brasil, eram ressonâncias de um movimento mais amplo que vinha encontrando respaldo entre as burguesias desde o início do século XX. A década de 1930, ao longo do governo de Getúlio Vargas, viu o movimento de intensa transformação ir à frente como projeto das elites brasileiras e com o objetivo de legitimar o próprio governo, que se impunha, naquele momento, como uma nova política.[299]

As ambiguidades deste projeto levado a frente pelas elites econômicas materializavam-se não só nas formas arquitetônicas, mas também na expansão das cidades, sendo Salvador um destes exemplos. Após ter tido um crescimento lento nas primeiras décadas do século, a década de 1940 apresentaria a capital baiana uma elevação demográfica vertiginosa: sendo registrados em 1940, 290.443 habitantes, enquanto dez anos mais tarde este número chegaria a 417.235. Como se vê no Gráfico 01:

Gráfico 01 – Crescimento



[296] AMADO, 2011, p. 9.
[297] Ibid, p. 10.
[298] BERMAN, 1986, p. 10.
[299] Cf. PANDOLFI, 1999.

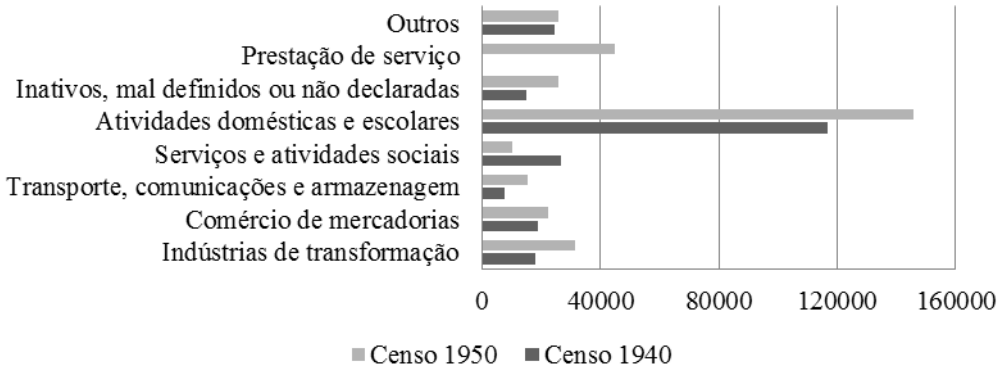
demográfico de Salvador (1890-1950)

Fonte: IBGE (2010)

Após o lento crescimento demográfico apresentado na Bahia nas primeiras décadas republicanas, Milton Santos aponta que 70% do incremento populacional registrado em 1950, correspondiam aos imigrantes rurais. Em sua análise, os indícios da migração estão no decrescimento da proporção do número de mulheres em relação ao de homens, grande número de pessoas que não liam e nem escreviam, e em relação às ocupações que desempenhavam. Este quadro conformava-se da seguinte maneira: maridos sem profissão definida, meninos com mais de 10 anos que não trabalham e nem vão à escola, a existência de subempregados e a grande quantidade de agregados que vinham aventurar-se na cidade.[300]

As alterações quantitativas no quesito ocupação (Gráfico 02) dos censos de 1940 e 1950 e dos recenseamentos econômicos são importantes para elucidar a compreensão que Santos possuía a respeito do crescimento demográfico, bem como o chão social da população de Salvador:

Gráfico 02 – Atividades principais desempenhadas pela população (1940 e 1950)



[300] SANTOS, 2009, p. 49-56.

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1940 e 1950.

A partir do Gráfico 2 nota-se uma comparação entre os dois censos.[301] Ele assinala a grande quantidade de indivíduos que exerciam atividades domésticas e escolares. Vê-se como o crescimento populacional refletiu-se nesta esfera, representando um aumento de 24,8% de sujeitos que não tinham fonte de renda. A maioria deste grupo é representada por mulheres, certamente donas de casa, sendo 84,1% em 1940 e 85% dez anos após.

O ramo prestação de serviço, categorizado no último censo em análise, englobam, entre outras atividades, sujeitos que trabalham em alojamentos e restaurantes, higiene pessoal, conservação e reparos, diversões, atividades domésticas remuneradas. Ou seja, lavadeiras[302], garçons, pedreiros, carpinteiros, empregadas domésticas. Este grupo soma 44.686 habitantes, 30% do total, dos quais 64,5% são mulheres. Muitas delas como as do casarão 68 que resistiam às intempéries da vida lavando roupas de ganho.

> Mulatas, portuguesas, árabes, velhas e moças, comentavam a vida dos fregueses, sabiam de tudo que se passava no prédio, se queixavam umas às outras, maldiziam a existência e, juntas, iam à sessão grátis do Olímpia. Amarravam os vestidos nas coxas ou vestiam calças abandonadas pelos homens. Envelheciam depressa, sob o sol que as castigava duramente nas tardes de verão.[303]

Suor, assim como outros romances do escritor, retrata o lado da mulher corajosa e perseverante na luta diária. Mulheres que não estão recônditas apenas ao privado dos lares, mas que estão no mundo do trabalho dividindo com os maridos as despesas, quando não são as próprias mantenedoras das casas. Algumas delas eram iguais à esposa de Joaquim, ajudante de pedreiro que, caiu de um andaime na obra de um sobrado no Garcia onde trabalhava e terminou falecendo, largando-a com seis filhos para dar de comer apenas com o que ganhava como lavadeira.[304]

No cortiço K. T. Espero situado dentro do casarão colonial à Ladeira do Pelourinho, a maior parte dos habitantes era formada por "lavadeiras e engomadeiras, que ajudavam os

[301] Diante do quadro de ocupações dos censos de 1940 e 1950, escolheu-se destacar as atividades que havia maior número de habitantes. Aquelas com menor proeminência foram englobadas em outros, sendo elas os ramos de indústrias extrativistas; comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, seguros e capitalização, transportes e comunicação; administração pública, justiça, ensino público; e defesa nacional, segurança pública.
[302] Cf. NUNES NETO, 2005. Neste trabalho o autor procurou observar as representações da figura da lavadeira presente nas obras de Jorge Amado *Suor* e *Capitães da Areia*, bem como seu modo de viver, e as confrontou com notícias apresentadas no jornal Diário de Noticias e A Tarde. Com isso, percebeu em ambos aproximações ao tratarem de aspectos cotidianos das lavadeiras na cidade do Salvador durante os anos 1930.
[303] AMADO, 2011, p. 85.
[304] AMADO, 2011, p. 61.

maridos operários no sustento da casa, entrando muitas vezes com a maior parte"[305]. Isso demonstra que, mesmo a rua sendo um espaço ainda masculino, onde o homem ganhava a vida trabalhando no comércio, nas fábricas ou no porto, a participação da mulher, ainda que de modo secundário e complementar, era muitas vezes decisiva na sobrevivência da família.

Ao analisar as estratégias de sobrevivência de famílias de trabalhadores, a socióloga Elisabete Bilac, ao fazer estudo sobre a sobrevivência de famílias proletárias, percebe que esta posição complementar do trabalho feminino se reveste por conta de uma importância dada ao trabalho masculino, como aquele que é responsável por manter o lar. Entretanto, ela ressalta que esse caráter secundário fica mais evidente quando se observa a dupla jornada que ela faz parte, pois num primeiro plano sua função é da "produção de valores de uso" para a família que são as atividades inerentes ao lar.[306]

A proeminência do trabalho feminino numa perspectiva complementar ao do masculino, reforçando a ideia da produção dos valores de uso pode ser vista ao examinar que, no ramo da indústria e do comércio, a proporção de homens sobre a de mulheres era de cerca 85% nos dois censos analisados. De preponderância masculina, esses dois setores da economia, apesar de terem número significativo de pessoas ocupadas, são apresentados por Milton Santos como reduzido e inelástico.[307] No caso das indústrias, apesar de nestes dez anos ter tido um aumento de 316 para 449 estabelecimentos industriais na capital, elas são complementares às atividades comerciais, sendo, muitas delas, de fabricação artesanal e familiar. Este caráter é explícito em toda a Bahia. Num total de 4270 estabelecimentos industriais, 55,4% tinham de 2 a 5 operários, 14,7% tinham apenas 1 operário, enquanto que 8,9% não possuía.[308] Ainda que houvesse o apelo de uma modernização econômica via industrialização, defendida na época, Salvador, por exemplo, possuía poucas indústrias que não fossem ligadas à vida da cidade e de suas necessidades mais imediatas, capazes de abarcar grandes quantidades de mão-de-obra.[309]

Além disto, as condições de vida do operário também eram permeadas de incertezas. Os momentos de crise econômica podiam ser carregados com o fantasma da desvalorização

[305] Ibid, p 82.
[306] BILAC, 1978, p. 53-54.
[307] SANTOS, 2009, p. 53.
[308] IBGE. Censo econômico: censo industrial de 1940 e 1950.
[309] Enquanto que nesta época desenvolviam-se no sul do país as chamadas indústrias de base, arregimentadas no plano nacional-desenvolvimentista do Brasil, no Guia Bahia de 1949 foram apresentados os seguintes ramos de produção industrial na capital baiana: tecidos, pregos, cigarros, vidros, refrigerantes, cofres, algodão medicinal, cal, cerâmica, óleos vegetais, tintas, chocolates, sabão, banha, massas, calçados, portas, produtos químicos, vela, fossas, couro, ladrilho hidráulico, sacos de papel, fibras, trigo e cereais. Ou seja, a produção que se concentrava em Salvador era estritamente voltada para o consumo local. IN: PORTO, 1949, p. 171-183.

dos ordenados ou então com o desemprego, como o caso de Manuel de Tal, morador do sobrado nº68, que teve seu caso divulgado com título "em letras gordas" em um jornal da capital.

> COVARDE, COMO ESTAVA SEM TRABALHO, ENFORCOU-SE
> Os moradores do sobrado nº68 à ladeira do Pelourinho acordaram esta manhã com a notícia de que um homem se enforcara num quarto do terceiro andar.
> Tratava-se de Manuel de Tal, português, operário, que há meses fora despedido da Fábrica Ribeiro. Achando-se sem trabalho, devendo três meses de casa, enforcou-se nas traves do seu quarto com um lençol. O desditoso suicida contava 54 anos e há 38 residia no Brasil. Não deixa parentes.
> É mais um caso de covardia ante a vida. Porque perdeu um emprego, preferiu desertar, sem se esforçar por conseguir outro. Porque, com o maior orgulho o dizemos, se há um país onde a situação do operário seja de absoluto bem estar, esse país é o Brasil, onde não falta trabalho para os que não sejam preguiçosos.[310]

O narrativa acima revela o desespero vivido nesta linha tênue que era a sobrevivência para a população pobre. Discordando do tal jornalista, o narrador expõe que "crise" é o que lhe respondiam cada vez que procurava emprego, e que sua atitude não teria sido ato de covardia, mas de uma vida sem esperanças, pois já "não comia há dois dias e ia ser posto para fora do quarto"[311].

O desespero levava a tristes desfechos, no qual a morte era o melhor remédio para os males em que se vivia. Como um infeliz, noticiava o jornal O Imparcial a morte de um baiano no Rio de Janeiro que vivia "sem trabalho e faminto". Este era Manoel Francisco de Carvalho que do alto de uma das galerias da Câmara Federal, atirou-se em cima da bancada de Alagoas numa altura de 15 metros.[312] Tal atitude, apesar de ser visto como ato de desespero, tampouco é inconsciente ou espasmódico, uma vez que a cena da tragédia é carregada de simbologias: ela ocorre junto ao órgão que deveria resguardar os direitos mais básicos do cidadão.

Ainda que pouco se saiba sobre o caso de Manoel Francisco, pelos indícios oferecidos pela nota do jornal, é simplista a compreensão de que ele se jogou apenas pela fome, como se fosse movido apenas pelo estômago, como criticou E. P. Thompson ao analisar o comportamento da multidão em épocas de crise de abastecimento.[313] Não era apenas a fome que trazia inquietudes à vida deste sujeito, sua própria atitude foi consciente de que no mundo em que viver, outras alternativas não lhe restavam. Talvez, Manoel tenha estado entre muitos que migraram do sertão baiano em direção ao sul do país e que, ao chegar à capital federal, não tenha encontrado as oportunidades que vislumbrava para melhorar o seu padrão de vida.

[310] AMADO, 2011, p. 74-75.
[311] Ibid, p. 75.
[312] O Imparcial. 15 de abril de 1937, p. 8.
[313] Cf. THOMPSON, 1998, p. 150-202.

Em épocas de grande instabilidade econômica, a decorrência de insucessos na aventura migratória pode lhe ter colocado aquela alternativa como a melhor.

Tais instabilidades econômicas não é o que propulsa as camadas populares a agirem de tais formas, mas o que se decorrem delas como o encarecimento de vida e a diminuição da oferta de trabalho. Edgard Carone em estudo que oferece uma série de dados sobre o período do Estado Novo faz uma análise sobre a inflação do período, que conforma uma crise geral que vem desde 1929, e persistiu na década seguinte e se acentua com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Segundo ele, o crescimento da inflação repercutiu no encarecimento da vida, na qual o custo de vida se acentuou apresentando os seguintes índices: de 1934 a 1940, teve elevação em média de 6,6% ao ano; em 1941 de 10,9%; em 1942 de 12%; em 1943 de 14,9%; em 1944 de 27,3%; e em 1945 de 16,7%.[314]

A partir destes índices não se pode considerar a guerra apenas enquanto confronto direto. Ela necessita de uma perspectiva ampliada de análise: vendo-a como um todo beligerante que irrompem consequências sobre o cotidiano dos sujeitos sob as mais variadas formas. Assim, a declaração de guerra ao Eixo pelo Brasil em 1942, após os torpedeamentos de navios na costa brasileira, é o início de uma participação não só mais efetiva em termos de confronto, como também de uma série de acontecimentos que transformou a rotina da população como o *blackout*, o aumento dos preços dos alimentos, ou ainda, a sua escassez.[315]

O cenário de crise encarecia o custo de vida da população em todo o país e representava, para os industriais baianos, um cenário pouco atrativo para investimentos. Além disso, a economia do período baseada numa substituição de importações não favorecia ao modelo de industrialização baiano, já que sua produção era voltada para um consumo local.[316]

Situação semelhante vivenciava o comércio na capital baiana, que entre 1940 e 1950 o número de estabelecimentos comerciais tanto atacadista como varejistas tiveram crescimento em torno de 27%. Com pouca expansão, se comparado à oferta de trabalhadores, o que se viu neste setor foi a profusão de um mercado informal composto por ambulantes, camelôs,

[314] CARONE, 1976, p. 96.

[315] Sobre os torpedeamentos de navios na costa brasileira cf.: CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *"A guerra já chegou entre nós"!* O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2013.

[316] O modelo econômico que se delineava no momento era voltado para a construção de indústrias de base, a exemplo das siderúrgicas, como também o aumento da produção nacional. O caráter nacionalista da industrialização para a construção de um Brasil integrado e forte, contou com o financiamento do Estado a partir da criação da carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai) do Banco do Brasil, além de incentivos e acordos com o governo norte-americano. Sobre o assunto cf.: CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. IN: BASTOS, 2012, p. 219-252.

vendedores de doces, além das quituteiras.[317] À informalidade convergiam aqueles que procuravam formas alternativas de garantirem o pão de cada dia. Sem renda fixa no mês, os dias oscilavam entre agitações e marasmos, entre perspectivas e incertezas, cotidianos denunciados por Jorge Amado através do personagem Artur, que era um entre tantos outros do sobrado nº 68 que vivia as incertezas da sobrevivência:

> A maleta de sabonetes para a pele e de vidros de limpa tudo descansava em cima do caixão da cobra. Artur, estirado na cama, um dos cotocos dos braços raspando a parede, considerava a inutilidade da maleta. Não vendiam mais nada. Nos últimos dois dias nem haviam saído. Gastavam o sapato e ficavam roucos, sem que vendessem um único sabonete, um único vidro de limpa-tudo. Era a fome em perspectiva.[318]

Como morador do sobrado, pode-se supor que não só a fome apontava, mas também um possível despejo se não tivesse dinheiro para pagar o aluguel do quarto. Contudo, ainda que a renda fosse incerta, não se pode afirmar que todos os sujeitos que assim se ocupavam, foi apenas pela incapacidade do mercado de trabalho lhes absorverem.

Para Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e botequim*, o esquema que traz o trabalhador sempre como despossuído, que detém apenas sua força de trabalho, num mercado capitalista em formação a lhe comprimir, é engessado demais para compreender as experiências que estão por detrás dele. Tal observação faz descortinar uma série de questões relacionadas ao mercado informal, pois a opção por este tipo de trabalho, apesar de oscilante e incerto, traz ao cotidiano do indivíduo a liberdade que não teria se estivesse submetido aos horários das fábricas ou das casas comerciais. Além disto, está o desprendimento da figura do patrão, ainda muito ligada à figura do senhor da sociedade escravocrata.[319]

Entretanto, ao analisar a relação entre ocupação e sobrevivência, é possível pensar que situações como as que são romanceadas em *Suor*, nas quais a esperança por dias melhores se distanciava, eram limites para que os efeitos da carestia lhes fossem mais vorazes. A falta de rendimentos ocasionava problemas relacionados à reprodução da vida material que poderiam desaguar em atos de desespero como o de Manuel de Tal.

Conforme evidenciou o Gráfico 2, remetendo às ocupações em 1950, a população que vivia em condições inativas, atividades mal definidas ou não declaradas aproxima-se em termos quantitativos o pessoal empregado na indústria ou no comércio. De um total de 25.769

[317] É importante destacar que há diferenças numéricas quanto à ocupação formal no censo econômico e as ocupações registradas enquanto atividades principais que os sujeitos exerciam no censo demográfico, sendo este último sempre superior ao primeiro.
[318] AMADO, 2011, p. 78.
[319] CHALHOUB, 2012, p. 62.

habitantes, quase 68% eram homens, o que condiz com o que Santos afirmou sobre as numerosas famílias cujo pai não tinha profissões definidas, vivendo de trabalhos esporádicos.

Em outros casos, a mendicância apresentava-se como alternativa à sobrevivência. Zefa, mais uma personagem que compõe o cenário do sobrado sito à Ladeira do Pelourinho, tem sua trama desencadeada através da mendicância na Rua Chile. Sendo a rua elegante da cidade, Zefa mostrava os seus filhos aos transeuntes dizendo: "Tenha pena dessas crianças sem pai..."[320]. Assim como ela, havia Cabaça que procurava a piedade alheia mostrando suas feridas na perna e dormia debaixo da escada no velho sobrado à Ladeira do Pelourinho. Neste universo, ainda é possível citar as estratégias de muitos homens e mulheres que se prostituíam para sobreviver. Eram "mulheres da vida [que] buscavam homens que pagassem o almoço do dia seguinte"[321], eram homens que se "amigavam" com outros quando "se desempregavam e a fome batia à sua porta e a mulher do andar falava em desalojar o quarto"[322].

Ao cruzar os dados dos censos de 1940 e os de 1950 com as experiências de sujeitos abordadas na literatura, observa-se como o crescimento demográfico da capital baiana, aliado a uma economia pouco expansível, incapaz de absorver a mão de obra disponível, resultou no aumento de pessoas sem profissões definidas e sem trabalho. Desse modo, diante da elevação constante do custo de vida, aliado aos projetos de urbanização, contemplando os interesses de uma parcela diminuta da sociedade, irrompia uma realidade difícil, uma cidade real onde muitos necessitavam de questões básicas para sobreviver como a alimentação, a moradia e a saúde.

Dessa maneira, a literatura descortina um mundo de vivências, de gestos, sentimentos, sonhos e estratégias, escapáveis aos números. Em *Suor*, os vieses da miséria urbana são retratados a partir dos problemas da moradia. Quartos apertados, mofados, molhados, ratos e doenças: esta era a moradia de mais de seiscentas pessoas que, ao longo do romance, tem suas experiências individuais entrelaçadas por meio da própria convivência e pela experiência compartilhada naquele sobrado. Daí emergia o povo, que na sua coletividade de lutas é o herói de sua própria história.

A narrativa de Jorge Amado parece mais fragmentada, de forma que, ao menos nos primeiros capítulos, apenas morar no sobrado é capaz de unir aquelas vivências. Entretanto, ao apresentar indícios sensíveis para a compreensão do cotidiano das camadas populares relacionado às lutas pela habitação, remete também à percepção de como estes sujeitos

[320] AMADO, 2011, p. 91.
[321] Ibid, p. 43.
[322] Ibid, p. 44.

vivenciavam os tempos de carestia e como estes lhes eram embaraçosos. As narrativas literárias permitem o que é tão caro à outras tipologias documentais: o escrutínio da vida familiar. Ao fazê-lo, os escritores permitem a análise das questões econômicas a partir de um movimento de âmago social, coletivo, mas que insurge na vida doméstica.

A crítica literária, entretanto, vem chamando atenção para os estudos de cunho sociológico para a literatura, iluminando os limites da relação existente entre a narrativa ficcional com as condições sociais. Dessa forma, é salutar a distinção realizada por Lucien Goldmann e apropriada por Raymond Williams sobre a consciência do real e a consciência do possível. Esta dissociação apresenta primeira como a realidade no seu modo mais amplo, escapável a qualquer interpretação totalizante; e, a segunda, como a organização da realidade de modo coerente. Segundo Williams, a construção de uma consciência do possível é criada coletivamente, no qual o objetivo é oferecer um caminho de respostas a uma situação dada. A visão organizadora do mundo, estabelecida por um grupo, cria uma espécie de estrutura de sentidos para a primeira percepção do mundo que se dá como caótica[323].

Assim, ao se buscar uma compreensão do cotidiano das camadas populares a partir da narrativa desenrolada em *Suor*, não se pretende encontrar nela uma imagem real da sociedade de Salvador. A literatura amadiana possibilita encontrar verossimilhanças com o mundo em que seu escritor viveu ou imaginou, calcado em histórias de vida e até mesmo no "ouvi dizer". Jorge Amado traz de modo romanceado, e não se pode esquecer de mencionar o seu compromisso com a produção de um militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), essa consciência do real enquanto algo vivido. Ele transforma-o e dá inteligibilidade, construindo tramas próprias do romance para que essas múltiplas vivências vividas, apreendidas e/ou imaginadas tivessem coesão.

Logo, a narrativa de *Suor* permite um escrutínio do cotidiano das camadas populares de Salvador, que leva à compreensão da carestia dentro de um conjunto de agruras e condições-limites de sobrevivência, dentre elas também a moradia. Diante de um universo de transformações que englobavam a transformação dos espaços e de hábitos, as precárias condições de vida põem em tela as desigualdades sociais, destacando a "humanidade proletária que se move nas ladeiras e ruas escuras"[324] da cidade. É preciso ressaltar que ainda que as normatizações dos projetos urbanos impusessem, cada vez mais, obstáculos ao viver numa cidade em expansão tanto demográfica, quanto espacial, as experiências coletivas dos

[323] WILLIAMS, Raymond. Literatura e Sociologia: em memória a Lucien Goldmann. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: EDUNESP, 2011, p. 32-33.
[324] AMADO, 2011, p. 115.

sujeitos das classes populares expressam uma consciência social do papel que ela tem na construção dos espaços, indo além das idealizações burguesas.

Desse modo, assim como os moradores do sobrado nº 68, tomaram consciência do poder de ação da multidão e uniram-se contra o proprietário que os colocavam em situações humilhantes e explorava-os com altos preços de aluguéis, pode-se inferir que, se a vida imita a arte, os sujeitos que viviam diante do alto custo de vida, também travaram estratégias cotidianas de ação e resistência diante da carestia.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. *Suor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BASTOS, Pedro Pauo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Fonseca (Org.). *A Era Vargas:* desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BILAC, Elisabeth Doria. *Famílias de trabalhadores:* estratégias de sobrevivência. São Paulo: Símbolo, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril.* Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. 3ªed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *"A guerra já chegou entre nós"!* O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2013.

NUNES NETO, Francisco Antonio. A condição social das lavadeiras (1930-1939): quando a História e a Literatura se encontram. Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2005.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Jorge Amado: um escritor das putas e vagabundos? In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.) *A história contada:* capítulos de história social da literatura do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PORTO, A. Marques (Org). *Guia da Bahia.* Informações Turísticas. Edição comemorativa do 4º Centenário da Fundação da Cidade do Salvador. Bahia, 1949

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador.* Salvador: EDUFBA, 2009.

THOMPSON, E. P *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: EDUNESP, 2011.

NAS URNAS DO TRE: PESQUISA HISTÓRICA ELEITORAL E MUSEALIZAÇÃO (1947-1980)

Mara Jane Santos Alves
marajaneufs@gmail.com
Graduanda em Museologia pela UFS e bolsista PICVol-COPES

Introdução

A parceria entre a equipe de estudiosos desse projeto e Centro de Memória da Justiça Eleitoral do TRE-SE (CEMEL) resultou no desenvolvimento do projeto aqui apresentado, objetivando, dentre tantos, o reconhecimento do processo eleitoral referente ao período de 1940 a 1980. Para tanto se fez necessária a busca de fontes que dialogassem com todo processo histórico vigente à época.

Foi preciso acrescentar as informações encontradas no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Sua hemeroteca e, principalmente o *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, e seus cadernos, a saber: *Diário da Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe* e *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe* que se revelaram gratas surpresas no cerne de dados estatísticos – um dos motivos que nos levou à preocupação, uma vez que algumas literaturas que se encontravam ao nosso alcance possuíam ausência de dados bibliográficos – inclusive, numa das edições, foi possível encontrar a forma como foram contabilizados e estabelecidos os parâmetros para que fossem eleitos os candidatos.

As pesquisas históricas realizadas no âmbito da graduação em Museologia objetivaram, principalmente, a coleta e organização dos dados referentes aos resultados das eleições na esfera estadual do TRE/SE, de 1940 a 1980, gerando produtos diferenciados, a exemplo de: dados seriais, análises qualitativas, publicações, *site*, *QR Code* e exposições. Este trabalho justifica-se frente às lacunas e inconsistências de informações nos resultados das eleições do período e dada a grande procura por essas informações pelo público em geral junto à Ouvidoria e ao Arquivo Central do TRE-SE.

Sendo 2014 um ano importante para as rememorações do golpe militar no Brasil, vinculado à supressão de direitos eleitorais e 2015 um ano instável politicamente, com manifestações civis por *impeachment* nas principais capitais do país, além da tramitação da Reforma Política Eleitoral no Congresso, o tratamento do processo eleitoral, tendo como foco Sergipe, insere questões relativas à democracia e cidadania na ordem do dia. Por isso, a parceria de pesquisa entre o Tribunal Regional Eleitoral e essa equipe de pesquisadores curso

de graduação em Museologia da UFS tomou a iniciativa de tratar de uma documentação em grande parte ainda não explorada nos estudos sergipanos.

Entre memoriais e conceitos museológicos

Em primeira instância, fora relevante abordar as reflexões que permeiam a literatura museológica, sobretudo as representações conceituais que apresentam espectros ostensivos de inconsistência, que se fazem presentes na definição de Memorial. Embora a Museologia disponibilize várias discussões teóricas pertinentes sobre a concepção de museu e suas tipologias, ainda é escassa a delimitação conceitual acerca dos centros de memória e, por isso, optou-se por esta conceituação, vinculada à Ciência da Informação. O Conselho Internacional de Museus (ICOM), para caracterizar as instituições com perfil museal, dentre elas os memoriais e suas competências, grosso modo, define museu como "uma instituição permanente, sem fins lucrativos, que conserva e expõe coleções de objetos de caráter cultural".

Conforme Vieira (2013), mediante perspectiva comparada com pressupostos filosóficos, o conceito de memorial não deve, de fato, vincular-se a parâmetros de natureza tipológica. Ela afirma que "Os memoriais são monumentos à memória, onde a cultura material seria, portanto, meio e não fim" (VIEIRA, 2013. P. 09-10).

Dentro destas circunstâncias de inconsistência teórica, encontra-se o Centro de Memória Eleitoral Des. José Antônio de Andrade Góes - CEMEL/TRE, nas instalações do TRE/SE - Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Bairro Capucho. Durante a gestão do jurista que concedeu o nome da instituição, iniciada em meados de 1999, foi constituído o Programa Cidadão, cujo objetivo consistia em organizar o acervo documental dos cartórios eleitorais regionais. Após a resolução nº 15, promulgada em novembro de 2000, é oficializada a criação do CEMEL/TER, inaugurado aos 06/02/2001.

Com o intento de extroverter a robusta quantidade de informações de maneira lúdica, portanto, optou-se por instituir uma "linha do tempo" no espaço geográfico cedido para abrigar às coleções, estabelecendo um recorte temporal que vai desde as primeiras eleições, processadas em meados do século XIX, até os pleitos eleitorais que correspondem a contemporaneidade, perpassando pelos períodos da República Velha e do Regime Ditatorial, respectivamente.

Há cerca de um ano, visando intensificar as potencialidades do memorial, a Ouvidoria do TRE-SE sancionou uma proposta cuja intervenção consistiu em direcionar recursos

financeiros advindos das instâncias do Poder Judiciário, intencionando revitalizar, na íntegra, a disponibilidade infra-estrutural do CEMEL, propondo a aproximação do público mediante a instalação de equipamentos modernos e interativos. É dessa maneira, a rigor, que o CEMEL concede sua parcela de contribuição para a sociedade, conforme prescreve suas normas estatutárias.

Nos filões da hemeroteca: os passos da pesquisa histórica em periódicos sergipanos (1947-1962)

Em 1947, conforme as informações do periódico *Diário de Sergipe,* as eleições em Sergipe têm o seu ápice com a candidatura para os cargos eletivos de governador, senador e deputado. Nessa perspectiva, o pleito daquele ano foi fixado conforme as prerrogativas constitucionais provisórias do Art. 11, promulgado em 1946, sendo realizado no dia 19/01/1947, a exceção das eleições para os cargos de deputado federal e estadual, que foram operadas em meados de dezembro de 1946.

Os primeiros resultados foram veiculados pelo *Diário de Sergipe,* em 01 de fevereiro de 1947, após os dois primeiros dias de apuração e apresentou os resultados parciais da votação para o governo em alguns municípios até a divulgação dos números finais, por volta do dia 15.03.1947.

Tabela 1: Resultados eleitorais parciais até o dia 01.02.1947

Município	Leite	Garcia
Maruim	313	75
Japaratuba	232	155
Frei Paulo	409	308
Itabaiana	152	35
Lagarto	350	116
S. Cristóvão	192	218

Tabela 2: Resultado eleitoral final – 15.03.1947

Candidatos ao Governo	Partido	Votação
José R. Leite	PSD	40.827
Luís Garcia	UDN	25.793

Nesse contexto, é imprescindível destacar a participação dos candidatos que concorreram ao Senado, além de seus partidos, coligações e votação. O candidato Augusto Maynard Gomes, membro do PDS/PR, foi eleito com o quantitativo de 38.825 votos. Por sua vez, o candidato Mauricio Graccho Cardoso, que se filiou a UDN, obteve uma pequena margem de votos para poder ser eleito, aproximadamente 26.466.

Tabela 3: Resultado eleitoral final – 15.03.1947

Candidatos ao Senado	Partido	Votação
Augusto Maynard	PDS	38.225
M. Graccho Cardoso	UDN	26.466
Orlando V. Dantas	ED	1.225

Com base nos dados estatísticos disponíveis acima, conclui-se que a coalizão entre PSD/PR, na qual seus egressos constituiriam a base da ARENA duas décadas depois, dominava hegemonicamente a política sergipana até meados de 1955, alternando a ocupação das legislaturas com a UDN. Conforme atestam Montalvão e Seidl no artigo intitulado *Arena Sergipana: Trajetórias Políticas dos Deputados,* a configuração política de Sergipe se dava:

> No período anterior ao golpe militar, que corresponde aos anos de 1945 e 1964, dominada por dois partidos: o PSD com aliança do PR, domina o primeiro período (1945-1955), com os governos de Rollember Leite e Rollemberg Garcez; já a UDN domina o período seguinte, que corresponde aos anos de 1955-1962, com os governos de Leandro Maynard Maciel e Luís Garcia (MONTALVÃO; SEIDL. P. 01).

Em meados de 07.11.1950, no curso das apurações, o referido periódico estava premeditando o pior: a derrota de seu candidato. Dez dias após apresentar indícios de um provável revés, Maynard Gomes confirmou sua derrota. Com 42.832 votos, o candidato Júlio César Leite foi eleito o senador do Estado. Gomes apresentou 38.258 votos, número insuficiente para credenciá-lo como senador reeleito. Na disputa dos cargos de deputado, a coligação PSD-PR elegeu 15 candidatos, enquanto no pleito anterior alcançou o quantitativo de 21. A União Democrática Nacional, tendo em vista as estatísticas de seu concorrente, elegeu 11 deputados no desenrolar do pleito de 1950.

O pleito eleitoral para a disputa de governador teve três grandes concorrentes para o cargo eletivo, dentre os quais podemos destacar Arnaldo Rolemberg Garcez (PSD/PR), Leandro Maynard Maciel (UDN) e Francisco de Araújo Macedo (PTB). Conforme Dantas, a derrota do candidato Leandro Maynard Maciel, da UDN, foi preterida pelo desenvolvimento da agremiação em Sergipe. Para ele:

> A disputa pelo resultado de governador e a diferença final de 59 votos foram indicativos do equilíbrio de forças, e tal equilíbrio fica mais patente, quando se admite que Macedo, nas eleições suplementares, teria recomendado aos seus próprios eleitores sufragarem o candidato da coligação PSD-PR (DANTAS, 1989. P. 192).

Tendo em vista a configuração da arena política em Sergipe, vale ressaltar que as campanhas eleitorais apresentaram-se mais violentas e coercitivas do que a edição anterior, realizada em 1947. Durante a apuração dos votos, foram registradas diversas atividades

fraudulentas e o resultado final foi oficializado após diversas ações judiciais, que foram seguidas pela anulação de algumas urnas (DANTAS, 1989).

A 05 de agosto de 1954, em meio às campanhas eleitorais da ascese nacional, o deputado federal Carlos Lacerda, aspirante a reeleição do citadino cargo eletivo, regressara à residência após um comício. Constantemente ameaçado por dissidentes políticos, Lacerda estreitou laços maciços de fidelidade com alguns membros das forças armadas e grupos de simpatizantes, *modus operandi* que garantia sua segurança durante os compromissos de campanha. Após retornar do último comício, Lacerda, seu filho e o segurança, um oficial da aeronáutica, foram surpreendidos por um desconhecido que desferiu vários disparos contra o automóvel, alvejando fatalmente aquele último. A oposição, por razões óbvias, atribuiu a autoria do atentado ao governo federal, sob a liderança de Getúlio Dornelles Vargas.

Devido a grande repercussão do atentado, as consequências foram trágicas. O envolvimento dos homens do presidente implicou no advento de uma atmosfera instável para Vargas, que jamais assumiu a autoria do crime. Em 24 de agosto de 1954, sucumbindo às pressões da oposição e dos militares, Vargas cometeu suicídio e pôs fim a uma trajetória política eivada de controversas e triunfos. Café Filho, até então vice-presidente em exercício, foi nomeado e assumiu o posto de 24 de agosto a 08 de novembro de 1955.

Depois de sucessivas e áridas consultas aos periódicos, não foi possível precisar a data de veiculação do resultado final, uma vez que o referido periódico disponibilizou as apurações conforme as seções eleitorais finalizavam o cômputo.

Na contramão dos eventos eivados de irregularidades insanáveis dos pleitos anteriores, as eleições de 1958 processaram-se, guardadas as devidas proporções, dentro da mais perfeita plenitude. O periódico *Folha Popular* publica, no dia 18 de outubro do citadino ano, o triunfo do candidato Luís Garcia, que assumira o cargo de governador de Sergipe em 31.01.1959.

Finalizando parcialmente a interpretação contextual e estatística dos pleitos eleitorais em Sergipe, faz-se necessário registrar algumas informações do processo que vigorou em 07.10.1962. Vale salientar, para efeito de análise, que as eleições para o cargo eletivo de presidente foram realizadas em 1960, conforme as determinações processuais da Justiça Eleitoral. O último pleito realizado antes da intervenção militar outorgou eleições diretas para o cargo eletivo de governador, dois terços dos assentos no Senado Federal, 409 cadeiras na Câmara dos Deputados, bem como várias vagas nas Câmaras Municipais.

Na arena política sergipana, formaram-se duas coalizões heterogêneas, segundo Dantas (1989). Em um espectro, encontramos a Aliança Nacional Trabalhista (ANT), que mobilizou agremiações como UDN, PTB, PST, uma pequena fração do PSP, além dos correligionários dissidentes do PSD; noutro, a Aliança Social Democrática (ASD), constituída pelo PSD, PR, PRT, PDC, bem como pela dissidência da UDN.

Tabela 4: Resultado final das eleições de 07.10.1962

Candidatos a Governador	Partido	Votação
J. Seixas Dória	ASD	67.514
Leandro Maynard Maciel	ANT	58.825

Fonte: *Diário Oficial*, 26.10.1962; FORTES, Bonifácio *apud* DANTAS, Ibarê Dantas. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Entre armas e eleições: o voto em Sergipe no período autoritário (1964-1980)

A princípio, se fez necessário fazer uma varredura documental, a fim de identificar o período de cada jornal com o intuito de nortear as pesquisas e não 'rodar em círculos'. Levantados os dados, dos cerca de vinte títulos, reduziu-se o número para quatro, sendo estes Jornais: *Gazeta de Sergipe* (1964-1979), *A Voz de Lagarto*, *A Cruzada* (1965-1970) e *Defesa de Propriá* (1963-1980).

Durante o primeiro semestre do corrente ano, seguimos utilizando especificamente os seguintes informes: *O Diário Oficial do estado de Sergipe* e alguns de seus cadernos (*Diário da Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe* e *Diário da Assembleia de Sergipe*), além do *Jornal Alavanca*, semanário laranjeirense (ambos fazem parte da hemeroteca do Arquivo Público do Estado de Sergipe), sempre acompanhados de reuniões para viabilizar o andamento do supracitado projeto de modo profícuo.

Em Sergipe, as eleições ocorreram mais precisamente em 15 de novembro de 1966, porém grande parte da mídia se movimentou a fim de noticiar tudo o que pudesse. Em 08 de novembro, o *Gazeta de Sergipe* trazia nos números e divisões por zonas dos eleitores: um total de 215 mil, segundo a edição. Todavia, de acordo com dados do livro *100 anos de Eleições em Sergipe*, a conta exata é de 218.194, tendo 148.617 votados no pleito. E concomitante a eleição, há na edição datada de 22 dos mesmos mês e ano, a divulgação das eleições municipais para o ano seguinte.

Aos 12 de outubro de 1967 ocorreram as eleições municipais, numa movimentação que acarretou até caso de fraude eleitoral praticada pelo candidato a prefeito Luciano Barbosa. As edições não apresentam informações concretas, sendo necessárias buscas em outras

instituições, já que os livros não são tão elucidativos, ou melhor, não trazem informações concretas sobre tal feito.

Nos anos que se seguiram, o movimento político foi angariando mais força e cresceu em proporções consideráveis, não positivamente, infelizmente, mas por estar subsidiado por AI's cada vez mais severas amedrontando e reprimindo a maioria da população. Não diferindo o processo eleitoral. A Assembléia, a Câmara e o Senado garantiam para a agremiação ARENA o maior número de cadeiras destinadas a cada um dos espaços citados.

Durante os registros realizados ao pesquisar o *Diário Oficial* da década de 1970, o informe carregava vários dados sobre o processo eleitoral, desde telegramas até informações sobre a desistência de determinado candidato à vaga pretendida. Pode-se observar que o mesmo expunha dados estatísticos pós-pleito de cada zona eleitoral e seus respectivos municípios.

É possível também verificar como foram calculados os votos do pleito de 1970, uma vez que no próprio informe há um relatório composto pela Comissão Apuradora das Eleições Federais e Estaduais.

Vale salientar que os dados expostos acerca do pleito de 1970 não são referenciados diretamente do *Diário Oficial* porque existem edições faltosas, impedindo assim a exatidão da informação. Por isso, o uso dos dados referenciados acima tornou-se necessário.

No pleito de 1974, houve uma quebra na hegemonia da cadeira do Senado, contrariando perspectivas, o vencedor fora um candidato do MDB. As eleições ocorreram num momento de "afrouxamento das normas autoritárias e pelo resgate de alguns direitos individuais e coletivos". (DANTAS, 2014).

Tabela 5 – Resultado das Eleições

Candidato a Senador	**Partido**	**Votação**
João Gilvan Rocha	MDB	103.454

Fonte: TRE-SE. *100 anos de Eleições em Sergipe.* Tribunal Regional Eleitoral. Aracaju: TRE/SE, 2002.

Durante a pesquisa no *Diário Oficial do Estado de Sergipe* no que concerne ao pleito de 1974, fora perceptível uma brusca diferença de informação do período eleitoral com relação ao de 1970: este estava totalmente raso, não somente por falta de edições, mas por falta de informações do próprio pleito.

O uso de tecnologias sociais para a musealização da história política sergipana

Falar do tempo presente é falar, necessariamente, do uso de equipamentos e tecnologias propostas para uso em rede, 4G, captando e registrando informações na *internet*

onde a virtualização de dados em *emails*, redes sociais, blogsferas tornam-se cada vez mais linguagem comum. No campo da Museologia, isso também é perceptível. De acordo com Mello (2013):

> Com o século XXI, novos paradigmas culturais emergem no processo de expansão das novas tecnologias de informação e comunicação, do ciberespaço, do mercado globalizado, do uso da comunicação digital e da internet. Assim, a cultura material e imaterial encontra uma nova linguagem para comunicar sua historicidade, sua identidade e seu valor de bem patrimonial (MELLO, 2013. P. 06-29).

Por isso, além da pesquisa histórica, o projeto em tela, representado pelo presente artigo, buscou o desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica capaz de socializar as informações coletadas de modo mais amplo (imagem 2). Para isso, foi escolhida a plataforma Wix.com, pela oferta de espaço gratuito e com boa capacidade de memória em nuvem digital para armazenamento do banco de dados quantitativo (tabelas) e imagético (digitalização dos jornais pesquisados), além de textos curtos sobre pesquisa histórica, processos de musealização e uma expovirtual com base nos resultados obtidos.

Imagem 1: *Site* Guia de Eleições em Sergipe.

Fonte: http://museusdesergipe.wix.com/guiaeleicoessergipe, Acesso em: 20/08/2015.

Assim, o usuário pode navegar pelas seguintes áreas de exercício: Eleições em Sergipe, Memórias das eleições em Sergipe, Museologia das Eleições, História das Eleições, Tecnologia & Eleições (*QR-Codes*) e Digitalizações de periódicos.

Escolheu-se como nomenclatura do *site* "Guia das Eleições em Sergipe" (http://museusdesergipe.wix.com/guiaeleicoessergipe) para facilitar o encontro do mesmo em buscadores normalmente usados (*google*, *yahoo*).

O *site* ainda disponibiliza informações sobre o CEMEL e o Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, como forma de divulgação não somente de instituições parceiras, mas dos processos museológicos que são realizados nestas.

No que diz respeito a articulação direta desse trabalho com o campo museológico, além da parceria com o CEMEL, ressaltam-se as palavras da museóloga Manuelina Duarte Cândido (2014), para quem o processo de musealização ocorre "a partir de uma seleção e

atribuição de sentidos dentro de um universo patrimonial amplo", afirmando que os recortes dos indicadores de memórias podem ser tangíveis ou intangíveis, naturais ou artificiais.

Inicialmente, o acesso ao *site* pelo público extra-muros universitário se deu através da exposição "Nas urnas do TRE: Eleições & Cidadania", realizada na praça da Catedral de Aracaju, em julho de 2015. Com a disseminação de *QR Codes*, ou seja, códigos gerados eletronicamente, impressos e afixados em árvores e postes de iluminação, era possível acessar via celular ou *tablet* o *site* e conhecer mais da pesquisa realizada.

Considerações Finais

O presente artigo teve por objetivo apresentar dados provenientes da ação conjunta dos envolvidos no projeto científico "Nas urnas do TRE-SE: Pesquisa Histórica dos resultados das Eleições em Sergipe (1947-1980)". O uso de bibliografias e jornais consultados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e no Arquivo Público do Estado de Sergipe nos revelou uma infinidade de dados a (ainda) serem explorados com deleite e zelo, sempre o zelo. Para nós, o que foi de grande valia nas discussões sobre os resultados conquistados foi a arquitetura de uma exposição ao ar livre, trazendo para o século XXI a época dos momentos eleitorais sergipanos do período da ditadura militar no Brasil e propiciando aos sergipanos o acesso remoto, via *QR Codes*, ao *site* Guia das Eleições em Sergipe.

Hoje, cá estão os resultados deste primeiro trabalho que nos exigiu muito, mas com a certeza ainda há de render muitos frutos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Jorge. O memorial como instituição no Sistema de Museus: conceitos e práticas na busca de um conteúdo. In: **Palestra para o Fórum estadual de Museus** (versão modificada). Porto Alegre: Fórum estadual de Museus, 1999.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Patrimônio, preservação e processo de musealização: interfaces necessárias e um caso concreto de aplicação no Museu da Cidade de Parambu. **Anais do Evento – 7º SIMP, Seminário Internacional em Memória e Patrimônio**. Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, 2014. p.34-61.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe (1964/1984)**: Partidos e eleições num Estado Autoritário. 2ª Ed. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

DANTAS. Ibarê. **Os Partidos Políticos em Sergipe 1889-1964**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

MELLO, Janaina Cardoso de. Museus e Ciberespaço: novas linguagens da comunicação na era digital. **Cultura Histórica & Patrimônio**. Vol.1, nº 2, pp.6-29, Unifal-MG, 2013. Disponível em: http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/01_art_v1n2, Acesso em: 20/08/2015.

MONTALVÃO, A. T.; ERNESTO, Seidl. Arena Sergipana: Trajetórias Políticas dos Deputados Federais. **Scientia Plena**. Aracaju, v. 6, n. 3, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

RAMOS, Francisco R.L. **A danação do objeto**. "O museu no ensino de História". Chapecó: Editora Argos, 2004.

VIEIRA, Ana Maria da Costa Leitão. Os Memoriais são um novo gênero de museu ? **Revista Museu**. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=28640, Acesso em: 20/07/2015.

"CONFESSO QUE VIVI": MEMÓRIAS DE MILITÂNCIA, REFÚGIO E EXÍLIO DE UM MONTONERO – DÉCADA DE 1970

Marcos Gonçalves [325]
Universidade Federal do Paraná

Em suas Memórias, o poeta chileno Pablo Neruda começa por dizer que o único personagem inesquecível de sua infância foi a chuva: frequente, impassível, a ser observada não como látego que feria as janelas da casa familiar, mas deslizando lenta e pacientemente como arte produzida por um céu cinzento. [326] Nessa fronteira extrema do Chile, ao poeta nascido para a vida, para a terra, para a poesia e para a chuva, não houve tempo suficiente para testemunhar e entender de pleno jovens de outra geração e outro país nascerem para a luta política, e, no limite, morrerem na política. Se a Temuco pioneira descrita por Neruda, posto avançado da vida chilena nos territórios do sul revelava uma longa história de sangue, a também pioneira Buenos Aires, aristocrática, cosmopolita e esnobe, centro da cultura latinoamericana; foi ela mesma invadida por histórias cuja dimensão trágica mostrar-se-ia em sua inteireza na década em que as ditaduras civil-militares devastaram o continente. Histórias escritas a fogo e sangue, vividas como paradoxal experiência acelerada e descontínua do tempo histórico, tragadas com impaciência, e apressadamente moldadas pela vontade de transformar para além dos irreparáveis danos existenciais, físicos e afetivos daquele agora e do longo depois. Um dos mais inquietantes significados dessa história argentina dos anos 1970 talvez não seja a violência em si – esta, inscrita como tatuagem política no corpo do país desde o tempo de suas mitologias fundadoras [327] – e sim, o transbordamento dessa violência em forma de extermínio planejado e sistemático. Um extermínio equivalente àquilo denunciado por Rodolfo Walsh na célebre carta aberta escrita à ditadura militar às vésperas do seu assassinato, como sendo "o terror mais profundo que a sociedade argentina jamais conheceu".[328] É nessa história coletiva gerada pela intensificação de um grau inédito de terror de Estado investido de um poder desaparecedor, nos termos de Pilar Calveiro,[329] que se podem depreender histórias particulares, testemunhos de militância que atravessam o tempo,

[325] Doutor em História. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Esta pesquisa recebe apoio do PRONEX – Programa de Apoio a Núcleos de Excelência do CNPq, e do Grupo de Pesquisas "Mitos de unidade irracionais: sentimentos de pertença e exclusão na era dos nacionalismos" coordenado pela Dra. Marion Brepohl de Magalhães (UFPR), e criado no âmbito de recursos do PRONEX em 2013.

[326] NERUDA, 1982, p. 7.
[327] Ver: SHUMWAY, 2008.
[328] WALSH, 2010, p. 247.
[329] CALVEIRO, 2013.

instalam-se no passado vivido em refúgio e exílio, e cristalizam no presente sonhado como continuidade de uma luta por justiça menos que encerrada, mas ainda em construção.

Ao empenhar-se na compreensão sobre o "confesso que vivi" do ex-militante montonero Miguel Fernández Long no período que corresponde à adesão aos Montoneros até o refúgio e o exílio entre 1977/78, este texto também dialoga com interpretações normativas que, em certa medida, tendem a relativamente desconsiderar as experiências pessoais e as memórias individuais como bases possíveis de entendimento dos processos históricos mais amplos. [330] Por que o interesse em um militante "secundário" da organização sendo que a historiografia tem tratado, majoritariamente, a questão dos Montoneros dentro de uma grade pragmática de interpretação, e a partir de um *corpus* documental predominantemente doutrinário produzido pela voz autorizada de suas lideranças? [331] O que pode nos revelar minimamente a trajetória pessoal sobre um fenômeno histórico de tal magnitude para uma sociedade? De outro modo, a experiência individual da militância, e posteriormente a proscrição do país poderiam representar um desafio de natureza analítica que proporcionasse recursos para compreendermos os fenômenos coletivos e/ou comunitários do desterro político?

Sem negligenciar o valor sintético-compreensivo do testemunho documental e de como esse testemunho é organizado pelo método histórico, julgo a experiência do indivíduo como uma experiência que deve encontrar justaposição às interpretações historiográficas. Ou, como possibilidade de tangenciar a dualidade "memória individual" e "memória normativa" consolidada na historiografia pela atribuição ao relato do personagem da ideia (ou paradigma) de "indivíduo como valor". Tomar o indivíduo como valor, como destacou Verena Alberti, não é apenas considerá-lo uma entidade valorizada em nossa cultura individualista, o que representaria um evidente reducionismo. Mas nutrir uma imprecisa crença de que esse indivíduo, como outro, comporta a totalidade, apesar de nivelado e fragmentado: "Ele é igual perante os outros, mas é também único e singular". [332] Neste sentido, a mesma autora lança duas interrogações cruciais e inspiradoras para o meu texto:

> Mas em que medida a experiência individual pode ser representativa? O que faz um pesquisador procurar um indivíduo que tenha sido ator ou testemunha de determinado acontecimento ou conjuntura para fazer dele um entrevistado? Com certeza a busca de alguma informação e de algum conhecimento que aquele indivíduo detém e que o próprio pesquisador não detém. [333]

[330] Por exemplo: SZNAJDER E RONIGER, 2013.
[331] GILLESPIE, 1987, e mais recentemente: PACHECO, 2014a, 2014b, 2014c.
[332] ALBERTI, 2013, p. 20.
[333] ALBERTI, 2013, p. 23.

Ao longo do último ano e meio, através de documentos do sistema de informações da ditadura brasileira disponibilizados pelo Arquivo Nacional, estudo a trajetória de refugiados argentinos que começaram a ingressar no Brasil a partir de meados de 1976, quando o *Proceso de Reorganización Nacional* mobilizado pelos militares platinos avançava na erradicação e extermínio físico dos integrantes de duas organizações armadas: o Exército Revolucionário del Pueblo (ERP) e a Organização Montoneros. Essa pesquisa preliminar resultou na produção de um artigo com informações sobre três contextos reciprocamente considerados: os refugiados e seu processo de fuga da Argentina, o papel assumido pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) na proteção a eles, e os dispositivos repressores da ditadura brasileira no enquadramento e vigilância de tais atores. [334] O ponto central afetado por esses contextos é que caberia ao ACNUR retirar do Brasil, no mais breve prazo, as pessoas às quais tinha dado proteção, e como não interessava ao país participar do processo de seleção de refugiados para consolidar os termos de destino final na condição de exilados, restou ao ACNUR assumir uma série de responsabilidades e exigências que, se não atendidas, colocariam seriamente em risco a vida dos refugiados argentinos. Encurralados por cinco ditaduras (Argentina, Brasil, Paraguai, Chile e Uruguai), um caminho pensado pelos refugiados para sobreviverem foi o Brasil. No entanto, é equivocada a percepção de que apenas "subversivos estrangeiros" buscaram o Brasil como realidade territorial intermediária. Centenas de familiares de desaparecidos e/ou detidos, ou então, pessoas que sentiam-se ameaçadas pelas condições políticas impostas pela ditadura argentina procuraram em outra ditadura militar o impulso para recompor a vida a partir de um tríplice roteiro: fuga da Argentina, refúgio no Brasil, exílio em algum país disposto a recebê-los. Salvo juízo mais adequado, existem poucos casos registrados pela historiografia, de argentinos que optaram por uma atitude de risco extremo permanecendo e radicando-se no Brasil, ou, pelo menos, na cidade do Rio de Janeiro.[335] Nesse aspecto, em face de uma realidade política extremamente desfavorável, a migração, que alude a um "horizonte de assimilação mais definitiva da sociedade de acolhida", [336] somente foi possível em casos muito isolados. Assim, a copiosa documentação que evidencia as negociações entre o ACNUR e a ditadura brasileira acaba por revelar que a diáspora argentina nesse período atingiu seus mais altos índices de frequência, transformando o Brasil em um dos corredores de

[334] GONÇALVES, 2015 [no prelo].
[335] QUADRAT, 2007, p. 63-102; QUADRAT, 2011, p. 169-204.
[336] RONIGER, 2011, p. 39.

acesso a países da Europa principalmente. Engolfado por esse processo de diáspora em massa da Argentina, estava o jovem militante montonero Miguel Fernández Long. Sua condição impactou a minha pesquisa sobre os refugiados porque, como alguns de seus compatriotas, Fernández Long teve uma filha nascida no Brasil enquanto aguardava a posição oficial do ACNUR sobre o destino de exílio que acabou sendo a Suécia, como apontaram os documentos investigados.[337] E, como outros refugiados, somente conseguiu ingressar no Brasil pela cidade de Foz do Iguaçu portando documentos falsos:

> Salimos en la mañana de Aeroparque en un vuelo que hacía escala en Puerto Iguazú y por lo tanto la aduana se hacia allá, donde asumimos que sería más facil pasar. Íbamos por separados, ellos con sus documentos legales y yo con uno que tenía desde que pasé a la clandestinidad en el año 75 a nombre de Juan Domingo Montoya, DNI 103557553, nacido el 17 de octubre de 1952, creo que hicimos aduana en San Pablo el 22 o 23 de marzo de 1977. [338]

Neste sentido, após localizar Fernández Long em Necochea, cidade localizada na costa atlântica da Província de Buenos Aires, e firmar os primeiros entendimentos para obter um depoimento, juntei à minha reflexão categorias conceituais que indicam a privação física e forçada do espaço original da cultura política, além do que, aparecem como marcas emblemáticas de uma história da violência política latinoamericana. Termos como proscrição, desterro, refúgio, diáspora e exílio, embora não tenham o mesmo significado, ou sejam enunciados muitas vezes a partir da designação que os próprios sujeitos atingidos atribuem à sua condição e em seu contexto histórico, em algum momento evocam relações de simetria porque ensejam a experiência da perseguição, do abandono e expatriação. É de Silvina Jensen a proposição de revisar a polifonia contida na experiência exilar que atravessa a história nacional argentina desde o século XIX, para aportar na assombrosa diáspora provocada pela ditadura militar na década de 1970. No caso de "inimigos públicos" dos regimes, as designações para a expatriação acabaram por assumir sucessivas readequações no âmbito do vocabulário político definindo um sistema de referências identitárias negativas: ostracismo, proscrito, desterrado, apátrida, refugiado, perseguido. [339] Evoluímos então, até chegarmos na

[337] Ofício n. 131 de 05 de abril de 1978, do ACNUR/PNUD ao Ministério da Justiça e cópia ao Ministério das Relações Exteriores. Este documento informa aos órgãos da ditadura que Miguel Fernández Long, sua companheira S. F. e a filha brasileira M. F. L. deixaram o Brasil em 19 de março de 1978 após conseguirem exílio na Suécia. Cf. Arquivo Nacional – Documentos do Executivo e do Legislativo. Classificação BR.RJANRIO_TT_O_AVU_0056 , fls. 264-265.

[338] FERNÁNDEZ LONG, 2015, s/p. A data de 17 de outubro aposta no documento falso de Fernández Long, é, de fato, a data de nascimento do militante, no entanto o ano do seu nascimento é 1954. Coincidentemente, essa data, no "calendário peronista", seria transformada no "Dia de la Lealtad", quando milhares de trabalhadores argentinos ocuparam a Plaza de Mayo a exigir a libertação de Juan Domingo Perón. Na mitologia peronista, a data corresponde à certidão de nascimento do peronismo. Ver: PLOTKIN, 2007; 2013.

[339] JENSEN, 2009, p. 21. Em linha de argumentação semelhante, SZNAJDER E RONIGER (2013, p.19)

quintessência nomeadora e estigmatizante dos militantes políticos proscritos, exilados, assassinados e desaparecidos durante as ditaduras mais recentes: o subversivo. O vínculo da diáspora argentina de meados da década de 1970 na sua relação com os desterros políticos do século XIX é que o exílio de 1976 não pode ser entendido senão:

> (...) en esta tradición de expulsiones del territorio tradicional producidas bajo gobiermos autoritarios, dictatoriales y militares que clausuraron la esfera de acción política, pero también bajo regímenes con ciudadanias restringidas y ampliadas que no eliminaron mecanismos legales como la relegación, la deportación o ejercieron la persecución y propiciaron la huida. [340]

No depoimento a mim concedido por Fernández Long, reforçado por alguns documentos da organização Montoneros, por uma entrevista concedida a Ricardo Weinmann em 2013, e por uma declaração testemunhal prestada ao Poder Judicial de la Nación na cidade de San Martín em 2015, e que não poderão em sua integridade ser tratados neste espaço, aparecem os fragmentos que permitiram esboçar problemas de pesquisa à luz de variáveis metodológicas pensadas por Alessandro Portelli. O autor italiano, em artigos que exploram, como ele mesmo afirma, o modo como a relação entre história e memória toma forma na narração oral, sugere a partir do trabalho de campo, que alguns narradores empenham-se em articular um discurso dual ao combinarem uma "modalidade comunitária", tracejada por referentes espaciais relativos a um local: trabalho, paróquia, sindicato, partido, etc., que repercutem em seu entorno imediato; e uma "modalidade pessoal", não dissociada da outra, embora apropriando nesta última referentes sociais e espaciais "concernentes à vida privada, à família, à casa". [341] Em que medida é possível perceber tal dualidade na narrativa de Fernández Long?

Com extenso currículo de militante, Fernández Long lembra um pouco o pastor batista entrevistado por Portelli: "um discurso já experimentado", [342] e um domínio sobre a história política recente argentina que parece pré-legitimado pela retórica historiográfica, e auxilia na

---

estudam o exílio como um mecanismo regulador para os sistemas políticos incapazes de criar modelos de participação plurais e inclusivos: "y pese que el destierro se desarolló como un fenómeno de élite durante el siglo XIX cuando la participación política era restringida, se volvió una tendencia masiva durante el siglo XX, cuando las nuevas movilizaciones y una participación más inclusiva desembocaron nuevamente en regímenes autoritarios". Na alusão ao século XIX, um dos responsáveis por atribuir status político à condição do exílio foi o líder liberal Domingo Faustino Sarmiento, perseguido e desterrado pelo governo de Juan Manuel de Rosas (1793-1877). Nas páginas iniciais do seu clássico texto *Facundo*, Sarmiento adverte sobre as condições que o fizeram fugir da Argentina: "Em fins de 1840, saía eu de minha pátria, lastimavelmente desterrado, estropiado, cheio de hematomas, pontapés e golpes recebidos no dia anterior, numa dessas bacanais sangrentas de soldadesca e mazorqueiros". Ver: SARMIENTO, 2010, p. 46.

[340] JENSEN, 2010, p. 18.

[341] PORTELLI, 2010, p. 22.

[342] PORTELLI, 2010, p. 21.

compreensão sobre a precocidade pela qual, entre os anos 1960/70, os jovens argentinos de classe média engajavam-se numa espécie de simbiose de militância social e política:

> Nací en una clínica de la entonces capital federal, pero fui inmediatamente trasladado a mí casa de becar partido de San Isidro. Tuve educación primaria y secundaria en colegios privados de clase media: San Isidro Labrador, laico; Santa Isabel, de la orden de los salesianos; Nuestra Señora de Fátima; religioso pero administrado por laicos. (...) En la Argentina de años 50, 60 y 70 no se "entraba" en política, la política nos atravesaba desde temprano. Se vivían tiempos signados por la experiencia democratizante del peronismo, no solo en cuanto al respeto a los mecanismos de la democracia representativa republicana, sino que democratizante en el sentido de la tradición moderna revolucionária o asambleísta. [343]

Ainda muito jovem e bem antes de ingressar em Montoneros, crescendo numa família em que o pai era católico e "profundamente antiperonista y humanista", Fernández Long conviveu com uma dupla e paradoxal vizinhança: de um lado vivia o brigadeiro Jorge Rojas Silveyra, notório conspirador antiperonista, e ativo participante no golpe que depôs Arturo Frondizi em 1962. [344] Em outra esquina "vivía Héctor Oesterheld, un geólogo de ideas anarquistas, y el mayor guionista de historietas de la Argentina, creador del *El Eternauta*, un símbolo en la Argentina del heróe colectivo". [345] Esta referência ao paradoxo e, sobretudo, a Oesterheld não é gratuita nem fugaz. Ela adquire especial significado para a articulação entre as modalidades "comunitária e pessoal" no âmbito da experiência de Fernández Long. Oesterheld foi sequestrado e permanece, como mlhares de outros argentinos, desaparecido, igual a três de suas quatro filhas. A outra filha, Beatriz, foi sequestrada e assassinada pelo Grupo de Tarefas 2, atuante no CCD (Centro Clandestino de Detenção) de Campo de Mayo: "con el correr del tiempo, sería mí amiga, después mí novia y mí compañera". [346] Vínculos católicos – embora matize a formação com a palavra "leigo" –, classe média, e "atravessado pela política" tal como grande parte da juventude argentina de então, é Miguel Fernández Long o arquétipo de militante imaginado pela historiografia?

A historiadora Julieta Pacheco argumentou em trabalhos recentes que há uma confusão entre a origem política dos militantes montoneros – classe média, proveniência do nacionalismo católico radicalizado pelos eventos pós Concílio Vaticano II e pela interferência

[343] FERNÁNDEZ LONG, 2015, s/p.
[344] FERNÁNDEZ LONG, 2015, s/p; POTASH, 1980, p. 111-113.
[345] FERNÁNDEZ LONG, 2015, s/p.
[346] FERNÁNDEZ LONG, 2015, s/p. Além do depoimento, Fernández Long, redigiu gentilmente um documento que intitulou "Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld", no qual narra, entre a comoção e a lucidez, um pouco da trajetória pessoal e política de Beatriz: "Sus lecturas, los comienzos y el luche y vuelve", ressaltando "Un corazón brillante, una mente lúcida y ética inflexible. Su voz todavía se escucha con claridad".

de religiosos nucleados na organização Sacerdotes para o Terceiro Mundo [347] – e os antecedentes programáticos da organização, optando por uma separação de campos: a expressão de um programa partidário, segundo a autora, acontece dissociada de possíveis fenômenos religosos que atuam supostamente como fatores irracionais e/ou emotivos, e que seriam levados para dentro da organização pelos militantes oriundos do catolicismo. Este fator acentuado por Pacheco é uma crítica evidente ao trabalho pioneiro de Richard Gillespie, ainda realizado no marco do *Proceso*. [348] Nesse âmbito, a questão mais atual e frequentemente problematizada por estudiosos como Julieta Pacheco em suas investigações da história política sobre Montoneros incide num duplo movimento: 1) reavaliar os modos de interpretação que a historiografia sobre Montoneros e as memórias de ex-militantes (diga-se, lideranças) sedimentaram a *práxis* da organização, e a partir daí; 2) indagar sobre o caráter político da organização: se revolucionário ou reformista. Essa tensão entre reforma e revolução, segundo Pacheco, é um dado não resolvido na historiografia precedente, e, portanto, a autora reivindica a verticalização sobre o que, de fato, expressaria a plataforma política da organização para a determinação dos aspectos oscilantes ou descontínuos na relação entre reforma e revolução. O dado trazido por Pacheco, se bem que relevante, não neutralizaria a dialética presente no imaginário dos militantes quanto à pluralidade de fontes que agem sobre os modos de categorizar o mundo do discurso político e a *práxis* do movimento?

Quatro décadas passadas, Fernández Long reconstrói o labirinto de tendências poliédricas no qual constitui-se a experiência intelectual do militante:

> (...) quizás a los 14 [anos] leí *Los Caudillos* del historiador radical Felix Luna, y me identifiqué con los caudillos montoneros, pariticpando en acaloradas discusiones con mís condiscípulos y profesores, después leí *El diario de Che en Bolívia*; *El estado y la revolución*; *Católicos postconciliares en la Argentina*; *La introducción a la Crítica de la Economía Política*; *El origen de la familia, la propiedad y el estado*; *El miedo a la libertad*; *Escucha Blanco*; y *Los condenados de la tierra*. [349]

Talvez a pergunta cabível aqui não seja propriamente o quanto os signos literários, e mesmo a origem social podem influenciar a adesão a uma causa política – uma vez que nessa época Fernández Long ainda não havia aderido a Montoneros – , ou até que ponto o

[347] Seria operativo pensar na configuração sóciopolítica construída por Gillespie: "Al dar conjuntamente al catolicismo radical, al nacionalismo y al peronismo una expresión populista de socialismo, los Montoneros fueron capaces de aglutinar una riqueza de legitimidad histórica en algo que atrajo a los civiles de diversas denominaciones políticas: católicos militantes, nacionalistas populares, macionalistas autoritarios pero populistas, militantes de la izquierda tradicional y peronistas combativos". GILLESPIE, 1987, p. 99.
[348] PACHECO, 2014, p. 241-253.
[349] FERNÁNDEZ LONG, 2015, s/p.

aprofundamento sobre o problema da dualidade reforma/revolução permeia efetivamente ou determina a *práxis* do militante; mas interrogar o quanto a experiência intelectual do indivíduo pode determinar no futuro sua completa disciplina, comprometimento e fidelidade ao programa – sectário ou não – de uma organização sem ao menos questioná-lo.

Quando finalmente a convicção de Fernández Long o levou a ingressar na organização no ano de 1971, o primeiro contato foi com a militância nas vilas comunitárias próximas à sua casa, como integrante da juventude peronista. Em 1973, no contexto "camporista", precedente imediato ao retorno de Perón do exílio, o aprofundamento de sua formação é traduzido pelas práticas que irá exercer em diversas unidades da organização Montoneros. A passagem obrigatória pelas UB (Unidades Básicas), distribuídas em UB revolucionária, UB de aspirantes e UB de combatentes foi um esquema vigente no início de sua militância montonera, até que se chegasse ao esquema clássico de partido de revolução e exército que se consubstancia na luta armada e no colapso do movimento.

As várias funções exercidas, assim como, o manancial de sentimentos sobre a necessidade de intensificar a luta armada, já no contexto do *Proceso*, e, ao mesmo tempo, deparar-se cada vez mais com a queda dos companheiros, com o desgaste causado pela clandestinidade, e com a burocratização demasiada da organização, levaram Fernández Long a duas decisões que desconstroem um sistema de crenças que considera o militante mergulhado na disciplina e obediência militarizadas. Ou seja, as prescrições morais, tanto provenientes da historiografia e das memórias, como salienta Esteban Campos, são insuficientes para explicar a permanência do militante à organização. [350] Em 1977, com sua deserção da luta armada, resolve refugiar-se no Brasil, empregando o país como porta de acesso ao exílio europeu. Em 1979, já no exílio, e junto a outros companheiros, produz o documento "Reflexiones para la construcción de una alternativa peronista montonera auténtica", que marca sua saída da organização, depois de seis anos de militância.

No refúgio brasileiro:

> Hacia fines del 77 vivíamos en San Pablo yo trabque a su vez los conocióajaba en la "Livraria Zapata" el gerente de la librería era Helio Muniz, y los dueños eran dos, Luiz Clauset era uno y el otro no recuerdo, ellos habían participado de movimientos armados. Yo los conocí por mí suegra que a su vez los conoció viajando a Paraguay en omnibus, ellos iban a pasear y ella a cumplir el trámite de salir del país para obtener otra visa de turista por seis meses. Todos sabían que yo estaba clandestino, que podía no solo ser blanco de los servicios sino complicarlos a ellos y sin embargo me dieron el mejor trabajo que tuve y nos contuvieron con su amistad. [351]

[350] CAMPOS, 2013, pp. 8-9.
[351] FERNÁNDEZ LONG, 2015, s/p.

A intervenção de dois companheiros de militância, Abel Madariaga e Arnaldo Lizaso, e a gestão do ACNUR junto ao Ministério de Relações Exteriores da Suécia favoreceram a Fernández Long para que este país aceitasse seu exílio. Autores como Elda González Martínez afirmaram que a Suécia possuía uma ampla estrutura para a recepção de exilados latinoamericanos, além de uma política de integração projetada pela social-democracia sueca que vinha desde a década de 1960. Tal política tinha especial atenção na ocupação laboral dos exilados e na manutenção dos seus referentes culturais, porém, buscando uma articulação com os referentes locais, como idioma e hábitos. [352]

Como acontece essa experiência na perspectiva de Fernández Long, sabendo que suas "errâncias" como militante político no exílio europeu continuaram? Foram comuns as tratativas dos exilados políticos argentinos com as organizações de direitos humanos internacionais, e, sobretudo, com as várias organizações de familiares de detidos/desaparecidos constituídas na Europa. Desqualificados tanto pela ditadura militar quanto por órgãos da imprensa comprometidos com o regime como antiargentinos, traidores, e subversivos agindo desde o exterior, os exilados, mesmo aqueles não vinculados formalmente com as organizações de direitos humanos, empenharam-se na denúncia da repressão e das violações. Fernández Long participou de vários debates e conferências cujo principal tema era o apoio às demandas pelos detidos/desaparecidos, porém, apenas colaborou com estas organizações sem estar ligado oficialmente a nenhuma delas. Houve intensa pressão para que a ditadura militar respondesse aos questionamentos efetivados pela CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) e Comitês espalhados pela Europa repercutiam as demandas de exilados pelas ditaduras de países latinoamericanos, presos sem processo, e familiares de desaparecidos, tais como: Comité de Defensa de Presos Políticos de Chile (CDPPCH), CADHU (Comisión Argentina de Derechos Humanos); Comité Francia-Brasil, Cristianos Latinoamericanos.

No retorno do exílio, Fernández Long, gradativamente retomará suas lutas por justiça e reparação. Depois de 2005, quando a Corte Suprema da Nação votou pela imprescritibilidade dos crimes cometidos pelos agentes civis e militares da ditadura, e, igualmente, derrogou as leis de anistia do período de Alfonsín, e os vergonhosos indultos de Menem, Fernández Long irá reconstruir sua experiência em outra esfera: como querelante nos processos de ajuizamento dos criminosos da ditadura. Em 13 de abril de 2015, prestou declaração testemunhal junto ao Poder Judicial de La Nación da cidade de San Martín no

[352] MARTÍNEZ, 2009, p. 13.

Processo do CCD (Centro Clandestino de Detenção) de Campo de Mayo, campo de confinamento e extermínio no qual sua companheira, Beatriz Oesterheld, depois de sequestrada em 19 de junho de 1976, permaneceu presa e dias depois, nos arredores do Arsenal Esteban de Luca, foi abatida por seus algozes, em simulação de um enfrentamento armado.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar. Textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BRASIL. Arquivo Nacional – Documentos do Executivo e do Legislativo. Classificação BR.RJANRIO_TT_O_AVU_0056 – 357 páginas.

CALVEIRO, Pilar. Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina. Tradução. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAMPOS, Esteban. Memorias, ensayos y polémicas. El balance de la experiencia montonera en los años 80. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan/jun 2013, pp. 6-17.

FERNÁNDEZ LONG, Miguel. *Depoimento/entrevista* concedido a Marcos Gonçalves. Necochea, Província de Buenos Aires, maio/junho de 2015.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: Los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

GONÇALVES, Marcos. Indesejáveis "hermanos". Os refugiados argentinos e o sistema de informações da ditadura brasileira, 1977-1979. *HIb – Revista de Historia Iberoamericana*, vol. 8, n. 2, 2. Semestre 2015 [no prelo].

JENSEN, Silvina. Representaciones del exilio y de los exiliados en la historia argentina. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, vol. 20, n. 1, 2009, pp. 19-40.

JENSEN, Silvina. *Los exiliados. La lucha por derechos humanos durante la dictadura*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2010.

MARTÍNEZ, Elda González. "Buscar un refugio para recomponer la vida: el exilio argentino de los años '70", *DEP – Deportate, esuli, profughe – Rivista telematica di studi sulla memoria femminile*, n. 11, 2009, pp. 1-15.

NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi. Memórias*. Tradução de Olga Savary. São Paulo: Difel, 1982.

PACHECO, Julieta. Una aproximación a los antecedentes programáticos de la organización político-militar Montoneros. *Revista SAAP*, vol. 8, n. 1, mayo 2014, pp. 237-257.

PACHECO, Julieta. Montoneros a la luz de su programa. *Revista THEOMAI – Estudios críticos sobre Sociedad y Desarrollo*, número 29, primer semestre 2014, pp. 1-20.

PACHECO, Julieta. Acerca del programa de la organización Montoneros: ¿reformistas o revolucionarios?, *Trabajo y Sociedad*, Núm. 23, 2014, pp. 249-265.

PLOTKIN, Mariano. *El día que se inventó el peronismo: la construcción del 17 de ocutubre*. Buenos Aires: Editoral Sudamericana, 2007.

PLOTKIN, Mariano. Mañana es San Perón. Propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955). Buenos Aires: Eduntref, 2013.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaios de História Oral*. Tradução Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

POTASH, Robert. *El ejército y la política en la Argentina, 1945-1962. De Perón a Frondizi*. Buenos Aires: Sudamericana, 1980.

QUADRAT, Samantha Viz. Exiliados argentinos en Brasil: una situación delicada. In: JENSEN, Silvina e YANKELEVICH, Pablo. (Orgs.). *Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007, p. 63-102.

QUADRAT, Samantha. Da Argentina para o Brasil, de uma ditadura a outra. In: QUADRAT, Samantha. (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios laltino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 169-204.

RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *Caminhos cruzados. História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, pp. 31-61.

SHUMWAY, Nicolas. A invenção da Argentina: história de uma ideia. Tradução de Sergio Bath e Mario Higa. São Paulo: Edusp, 2008.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. La política del destierro y el exilio en América Latina. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo, ou civilização e barbárie*. Tradução Sérgio Alcides. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WALSH, Rodoldo. *Operação massacre*. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras,

O LUGAR DO RELATO DE VIAGENS NA HISTÓRIA DA LITERATURA

Maria Elizabeth Chaves de Mello -Universidade Federal Fluminense/CNPq/FAPERJ _ Professora Titular

Escrever sobre narratividade é um grande desafio. Quando falamos em narrativa, supõe-se que se saiba o que é "narrar". A mão é importante na narrativa. Não seria a relação entre o narrador e sua matéria uma relação artesanal? Segundo Walter Benjamin[353], o narrador sabe dar conselhos que servem para muitos casos, pois dispõe da experiência. Seu dom é poder contar alguma coisa e contá-la por inteiro. Por outro lado, a memória é a mais épica de todas as faculdades.

Mas, se estivermos nos referindo ao relato de viagem, a situação se complica, pois, além da memória, surge a questão do ficcional, do imaginário e do fictício. É preciso, então, estabelecer algumas considerações. Numa narrativa, é necessária uma organização temporal, uma ordem na desordem do diverso, irregular e acidental. Essa ordem seria concomitante ao ato de escrever. No entanto, ao fazermos um texto sobre a narratividade de relatos de viajantes franceses no Brasil, isso não seria, também, nos inserirmos na narratividade? Aliás, como um texto em prosa, crítico ou literário, se relaciona com a narrativa? Estará sempre ligado a ela, de uma maneira ou de outra? Monsieur Jourdain, personagem de Molière na peça *Le bourgeois gentilhomme*, descobre, a um dado momento, que fala em prosa, sem ter disso consciência. Não estaríamos nós, ao escrevermos um texto sobre viajantes franceses no Brasil, adotando a mesma atitude do personagem, usando a narrativa sem o saber?

Numa narrativa, é necessária uma organização temporal, uma ordem na desordem do diverso, irregular e acidental. Essa ordem seria concomitante ao ato de escrever. No entanto, ao fazermos um texto sobre a narratividade de relatos de viajantes franceses no Brasil, isso não seria, também, nos inserirmos na narratividade? Aliás, como um texto em prosa, crítico ou literário, se relaciona com a narrativa? Estará sempre ligado a ela, de uma maneira ou de outra? O termo "literatura de viagem" suscita ambiguidade, dando ao relato um status de gênero, que merece ser problematizado. O escritor viajante é, antes de tudo, *um jornalista em missão,* afirma François Moureau (cf. 2005, p. 12). Por outro lado, é a viagem que faz o escritor. Mas não basta ser um escritor e viajar, para sentir a necessidade de passar da situação de espectador para a de narrador. O que dizer, então, sobre a narrativa de viagens? Ela surge junto com a imprensa e trata, inicialmente, da única coisa que valia a pena ser narrada, aos olhos renascentistas, pós- medievais: as peregrinações, as cruzadas, as viagens à Terra Santa. Marco Polo, mais ou menos na mesma época, impregna os seus relatos de fictício e imaginário, seduzindo os europeus para as viagens a novas terras e o encontro com novos povos. Há quem diga que ele nem sequer esteve na China, o que torna mais interessante, ainda, a sua narrativa, pois a liberta da memória, passando a inseri-la nos domínios do fictício e imaginário. A partir dos Descobrimentos, os jesuítas foram os primeiros a divulgarem os relatos de suas missões, *ad majorem Dei gloriam.* O velho mundo é sacudido nas suas certezas, surge a *Utopia* de Thomas Morus, em 1516, dando conta das mudanças que ocorriam na concepção dos europeus, diante da descoberta do outro. Durante muito tempo, o relato de viagem estará ligado à ficção utópica...

Em 1558, André Thevet publica *Les singularitez de la France Antarctique* – as primeiras impressões sobre a tentativa francesa de colonização do Brasil. Padre católico,

[353] BENJAMIN, 1994, p. 210

Thevet acusa os protestantes do fracasso da empreitada. Anos mais tarde, para responder ao autor, o protestante Jean de Léry escreve l'*Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dit Amérique*, uma das obras primas da literatura de viagem francesa no século XVI. Nela, Léry narra a sua viagem de cerca de um ano na França Antártica, na Baía de Guanabara, cujos habitantes, os tupinambás, são descritos, nos seus costumes e modos de vida. A *Histoire d'un voyage* só é publicada vinte anos após o retorno do seu autor à Fraça, tempo mais do que suficiente para os franceses terem sido obrigados a deixar o Brasil, e para as guerras de religião explodirem em toda parte, na Europa. A apresentação que Léry faz dos índios interessa, entre outros elementos, pela questão da narrativa, pois ele apresenta, logo no início, a necessidade de por ordem na desordem da memória. Afinal, o texto é publicado vinte anos depois do seu retorno à França :

> Em primeiro lugar, portanto (para que, começando pelo principal, eu possa continuar na ordem), os selvagens da América, habitantes da terra do Brasil, chamados de Tupinambás, com os quais vivi e frequentei familiarmente durante cerca de um ano, não sendo nem maiores, nem mais gordos, nem menores do que somos na Europa, também não têm o corpo mais monstruoso, nem prodigioso, em relação a nós : mas são mais fortes, robustos e repletos, mais bem dispostos, menos sujeitos à doença : quase não há mancos, cegos, deficientes, ou prejudicados, entre eles. Muitos chegam até a idade de cem ou oitenta anos (pois sabem muito bem guardar e contar sua idade pela lua), sendo poucos os que, na velhice, têm os cabelos brancos ou grisalhos. Esses fatos provam, não apenas o bom ar e boa temperatura de seu país, o qual, como já afirmei, aliás, não possui geleiras nem grandes frios, mas bosques, ervas e campos sempre verdejantes ; mas também (como todos bebem, realmente, na fonte de Juvêncio) provam o pouco cuidado e preocupação que eles têm com as coisas deste mundo.[354]

Lendo esses textos, podemos afirmar que, no século XVI, os projetos de França Equinocial e França Antártica, a fascinação pelo pau-brasil e pelos costumes indígenas, fazem do Brasil o « avesso da Europa ». O Brasil é e tem tudo o que a Europa não é, ou tudo o que ela não tem. Diante dos índios brasileiros levados a Rouen e exibidos na corte como selvagens e exóticos, Montaigne se inspira e escreve uma das páginas mais importantes sobre o homem natural, o ensaio *Os canibais*, em que ele questiona o epíteto de « selvagens », dado a esses índios, e afirma sua superioridade sobre o europeu, dito « civilizado ». Estavam lançadas as bases das teorias sobre a bondade natural do homem, o *bon sauvage.*

Após o fracasso da colonização no Brasil, durante muito tempo, a França voltará o seu olhar sobre o hemisfério norte. É o tempo dos aventureiros na América do Norte, da colonização na América Central e na África. O Brasil é constantemente saqueado por piratas franceses e ingleses, mas só retomará um lugar no imaginário francês durante o século das luzes.

De fato, no final do século XVIII, a Europa tornara-se maníaca pelas viagens, pelo encontro com o outro, alargando a cada dia o seu objeto de interesse, estudo e reflexão. Ora, entre essas novas possibilidades que se ofereciam ao Velho Mundo, a América era um dos lugares preferidos para a difusão das *luzes*, o lugar de teste e prática das doutrinas sobre o homem primitivo e a sociedade civilizada. Assim, a França lança-se às missões científicas, que, sob pretexto de explorações do solo, do clima, da latitude e longitude, do estudo dos povos, da fauna e da flora, vão muito mais longe, no sentido de buscarem garantir a irradiação

[354] LERY, 1994 : 210-211

das ideias do Iluminismo. Cumpre lembrar que esses cientistas viajavam todos, ou quase todos, em missão do governo, com o compromisso de publicarem os seus relatos, de retorno à metrópole. Estes textos, escritos na volta à França, reforçavam a utopia do homem natural, representado pelo indígena. Mas o mito do *bon sauvage* é ambíguo, servindo tanto a religiosos quanto a ateus: aos primeiros, como base de crítica à moral da civilização do século XVIII, apresentando-lhe o selvagem como isento de todos os vícios e defeitos dessa sociedade; por sua vez, os cientistas livres pensadores, não religiosos, servem-se também dos índios para provarem a superioridade do homem natural, baseada no instinto e na razão. Acrescente-se a isso um outro elemento, pois alguns viajantes falam de seres repulsivos, antropófagos e ferozes e teremos o selvagem ora bom, ora mau, dando respaldo a agnósticos e religiosos, e o Brasil torna-se, ao mesmo tempo, um paraíso natural a ser preservado e um mundo primitivo que deve ser 'civilizado'**.**

Se os primeiros viajantes a escreverem textos sobre o Brasil eram franceses, religiosos (Thevet, católico; Léry, protestante), narrando a cena da tentativa de colonização francesa do país segundo o ponto de vista de suas respectivas crenças, será também um outro francês, Charles-Marie de la Condamine, cientista e escritor, que reintroduzirá o Brasil na cena da literatura mítica, quando a região havia caído no esquecimento, após o fracasso da tentativa de Villegagnon. Em abril de 1735, La Condamine é encarregado, pela *Académie des Sciences*, de organizar uma expedição ao Peru, para medir o comprimento de um arco de meridiano perto do equador. Ele desce o Amazonas (é o primeiro cientista a fazê-lo) e chega até Caiena. Em relação à ciência, essa viagem é importante, pois permite a primeira descrição do quinino, assim como a descoberta da borracha e do curare. Na sua volta a Paris, em 1745, La Condamine leva mais de duzentos objetos de história natural. Esse viajante nos fornece, no seu relato,muitos elementos de reflexão, ao falar dos índios amazonenses:

> Creio ter reconhecido em todos uma mesma característica, cuja base seria a insensibilidade. Deixo em aberto se devemos honrá-la com o nome de apatia, ou aviltá-la, com o de estupidez. Provavelmente, ela nasce do número reduzido de suas ideias, que não vão muito além de suas necessidades. Glutões até a voracidade, quando têm com o que se satifazer ; sóbrios, quando a necessidade a isso os obriga, chegando até a ficarem sem nada, parecendo nada desejarem ; pusilânimes e poltrões em excesso,se não forem tomados pela bebedeira ; inimigos do trabalho, indiferentes a qualquer motivo de glória, de honra ou de reconhecimento, ocupados apenas com o objeto presente, e sempre por ele determinados ;sem preocupação com o futuro ; incapazes de previsão e de reflexão sobre qualquer coisa ; quando nada os perturba, entregam-se a uma alegria pueril, manifestada por saltos e gargalhadas imoderadas, sem sentido e sem objetivo ; passam a vida sem pensar e envelhecem sem sair da infância, da qual conservam todos os defeitos[355].

Esse encontro com os índios, que ele descreve como apáticos e estúpidos, sem vontade, pusilânimes e covardes, nos remete às idéias de Montesquieu sobre o efeito do clima nos habitantes das regiões quentes. Autêntico leitor e herdeiro da teoria dos climas do *philosophe*, La Condamine interesssa-se pela questão dos escravos, pela mistura das raças, pelos costumes nas cidades e povoados onde pernoita, sempre com um olhar minado pelo

[355] LA CONDAMINE: - *Relation abrégée d'un voyage à l'intérieur de l'Amérique Méridionale. Depuis la côte de la mer du Sud, jusqu'aux côtes du Brésil et de la Guiane, en descendant la rivière des Amazones, lue à l'assemblée publique de l'Académie des sciences, le 28 avril* - 1745, pp. 52-53

preconceito, pelas leituras prévias que fizera, fornecendo material rico para estudar aquele momento no Brasil, mas, também, e principalmente, para refletirmos sobre o olhar estrangeiro, herdado do pensamento iluminista francês, sobre a nação que se formava. Esta passagem nos fornece muito material de discussão, já que se trata de um olhar negativo, diferente do *bon sauvage*, a que a literatura de viagens nos acostumara, desde o texto citado de Jean de Léry. Trata-se aqui do selvagem, habitante de clima quente, com as características que Montesquieu descrevia, para esses homens : a moleza, a malandragem, a pouca aptidão para o trabalho serão o seu traço mais forte.

Com a citação acima, torna-se clara a confirmação da hipótese inicial, ou seja, da ambiguidade do olhar europeu sobre as terras americanas, ora vistas como um lugar paradisíaco, ora como o lugar da indolência e da crueldade, ora como o lugar ideal para a difusão das luzes (tema presente em todos esses autores viajantes).

No entanto, poucas páginas antes, no seu relato, La Condamine trata de um Brasil do rio e da floresta, da Amazônia, onde o viajante procura, sem encontrá-las, as mulheres guerreiras da mitologia. A narrativa interessa-se pouco pela população, debruçando-se mais sobre a mineralogia, a fauna e a flora, num relato pretensamente científico, fonte eventual de lucros coloniais. O homem entra como parte do cenário majestoso e é o último, na ordem de elementos descobertos:

> Um novo mundo, afastado de todo comércio humano, num mar de água doce, no meio de um labirinto de lagos, rios e canais que penetram, em todos os sentidos, numa floresta imensa que só se alcança através das águas. Eu descobria novas plantas, novos animais, novos homens[356].

Assim, ao longo dos séculos XVIII e XIX, muitos viajantes escrevem sobre o Brasil :La Condamine, Ferdinand Denis, Saint-Hilaire, Francis de Castelnau, Adèle Toussaint-Samson e muitos outros falam de um paraíso natural, o lugar dos selvagens, da ambição, da crueldade etc. Escolhemos, para estudar um pouco mais atentamente, dois desses autores, considerando que os seus textos são bons exemplos desse paradoxo – sociedade má/natureza boa (leitores de Rousseau ?) : Francis de Castelnau, cientista que esteve durante quatro anos no país, a trabalho, e Adèle Toussaint-Samson, escritora que viveu no Rio de Janeiro durante doze anos. Francis de Castelnau ficou no país de 1843 a 1847. Sua narrativa de viagem contém seis volumes. O texto descreve uma parte do Brasil, bem como a sociedade brasileira da primeira metade do século XIX, seus costumes e hábitos, assim como a relação dos europeus com os índios e escravos, a condição da mulher, a cidade e o campo, a floresta, os animais, o diálogo ou a falta dele entre a Europa e o Brasil, o imperador, a aristocracia urbana e rural etc. Considerando a vastidão de estudos a que isso dá ensejo, assim como o desconhecimento do autor sobre o Brasil, a leitura da obra é preciosa para o estudo que realizamos sobre as relações França/Brasil.

Percebe-se que a narrativa de viagem apropria-se do ritmo e das técnicas da narrativa histórica, para recriar a cor local, através de um olhar testemunha, subjetivo. O relato da viagem de Francis de Castelnau sobre o Brasil e a América do Sul apresenta-nos a oportunidade de refletir sobre até que ponto um texto pretensamente científico pode nos levar a pensar no que é literatura, questão que está na base de todas as nossas pesquisas. O

[356] Idem, p. 47

entusiasmo de Castelnau pela América do Sul revela-se em muitos momentos, mas é sempre em relação à paisagem natural, ao aspecto primitivo do Brasil e da América do Sul :

> Poucos lugares se oferecem à imaginação com tanto prestígio quanto a América do Sul; enquanto a parte setentrional desse continente perde a cada dia seu caráter primitivo, para ser substituída pelas maravilhas da indústria moderna, a parte do Sul, ao contrário, conserva ainda hoje o selo da natureza virgem: nada de estradas de ferro, nem de canais, nem, muitas vezes, estrada nenhuma, mas, em toda parte, admiráveis florestas virgens, rios, cuja extensão é sem limites, montanhas cujos cumes gelados se perdem além das nuvens, nações selvagens, para as quais até o nome da Europa é desconhecido.[357]

Castelnau chega a estabelecer uma hierarquia entre os diferentes países, dando um lugar privilegiado ao Brasil, em relação aos outros países sul americanos, como podemos observar, quando ele entra na Bolívia :

> Assim que entramos na Bolívia, percebemos logo a diferença que existe entre essa região e o Brasil, em termos de configuração física. A raça portuguesa apoderou-se, na América, do lugar mais admirável do mundo, que a natureza parece ter prazer em culminar com todos os seus benefícios. A repartição das águas na vasta superfície desse império é absolutamente notável; magníficos rios e inumeráveis braços d´água percorrem em todas as direções suas florestas e campos, levando essa fertilidade que acompanha com tanto prestígio o nome do Brasil, cuja lembrança nos vem à imaginação cercada de seu brilhante cortejo de florestas virgens, povoadas por pássaros com ricas plumagens e resplandecendo com todo o brilho do sol dos trópicos. [358]

No entanto, ao retratar a sociedade brasileira, ele o faz com as cores mais sombrias, como podemos ver, em descrições de cenas da vida social :

> ..foi com uma viva contrariedade que recebemos o convite oficial para fazer parte de uma procissão que, no dia de Santo Antônio, devia percorrer a cidade. Nos países tropicais, é uso celebrar tais festas após o por do sol; mas, em Mato Grosso, por uma estranha exceção, elas acontecem quando esse astro lança os seus raios mais ardentes. Com efeito, ao amanhecer, fomos despertados por um barulho horrível de sinos, tambores, trombetas, fogos etc, acompanhamento indispensável de todas as festas brasileiras; logo vieram nos buscar para irmos almoçar no palácio e, de lá, à capela de Santo Antonio. Esta é pequena, mas, pelo menos, desprovida dessa quantidade de enfeites de mau gosto que, normalmente, se acumulam nas igrejas desse país...[359]

Como podemos constatar, o autor critica até as igrejas barrocas, reclamando da quantidade de enfeites que elas apresentam! Tudo o que se refere à cultura brasileira o desgosta ou entedia. Na verdade, haveria muito a dizer sobre Castelnau, que, além disso, abala as fronteiras entre o relato documento e a ficção, usando propositalmente o imaginário

[357] Bulletin de la Société de géographie, 1847, tome 8, n° 43-48
[358] CASTELNAU, Francis de . *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para, exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847.* Paris : Bertrand Libraire Éditeur, 1851, vol. 3, p. 205.
[359] Idem, pp. 69-70

na memória, ao afirmar, desde o início da obra, que ele perdeu uma grande quantidade de suas anotações de viagem.

Mas é também muito instigante apresentar aqui uma mulher francesa, Adèle Toussaint-Samson. Cumpre observar que ela se distingue de outras mulheres viajantes que escrevem sobre o Brasil, pois, ao chegar ao Rio de Janeiro, já escrevera livros na França. No seu relato sobre o Brasil, propõe relatar a vida quotidiana do século XIX, durante os doze anos passados no país, onde ela veio « faire fortune, ou faire l´Amérique ». O livro foi lançado em Paris em 1883, com o título de *Une parisienne au Brésil* e traduzido no Brasil no mesmo ano. Gostaríamos de aprofundar o estudo da diferença desse olhar feminino, no intuito de questionarmos se há, efetivamente, mudanças de visão na narrativa de uma mulher. Adèle termina o seu prefácio pedindo o julgamento do público leitor :

> Cabe ao público me dar a sua opinião, e julgar, em última instância, se tive razão de tirar esse livre do fundo da minha escrivaninha, onde o havia relegado, e esperar que esses quadros dos costumes brasileiros, absolutamente verdadeiros, poderão ter algum interesse para os meus compatriotas. É o meu desejo, e peço também aos brasileiros que os acolham bem; pois, embora eles possam não acreditar, eles foram escritos por uma pena imparcial, mas amiga.[360]

Essa passagem do livro já nos apresenta muitos elementos de reflexão, pois a autora, de volta à França há muitos anos, ignora o trabalho do imaginário associado à memória, que estaria implícito no seu relato. As expressões « absolument vraies » e « plume impartiale » trazem uma conotação positivista, muito adequada ao momento de publicação do texto. Antes de ser publicado em livro, o relato surge em forma de novela, simultaneamente no *Jornal do Comércio,* no Brasil e no *Figaro,* em Paris, onde nascera em 1826, filha caçula de Joseph-Isidore Samson, ator, professor de teatro e autor de peças de teatro de sucesso. Ela fora educada em um meio progressista e liberal, em contato com pessoas de teatro, das letras e do mundo artísticco em geral. Daí a sua perplexidade diante dos temas e da futilidade das conversas nos salões do Rio de Janeiro :

> Eu, que acabava de sair do meio artístico de Paris, e estava habituada a ouvir debaterem sobre todas as questões sociais, políticas, literárias e artísticas nos salões do meu pai, fiquei muito espantada, na minha chegada ao Rio, com essa falta absoluta de prática de conversa. (idem, p. 194)

Embora arrogante, a observação justifica-se pela sua historia de vida e oferece-nos uma visão da sociedade brasileira daquele momento. Habituada à sofisticação do meio artístico parisiense, ela fica impressionada com a reclusão das mulheres brasileiras, que raramente saem de casa e não sabem nem mesmo manter uma conversa nas festas, por falta de prática. Antes de embarcar para o Brasil, com a idade de vinte anos, Adèle se casara, na França, com um dançarino de teatro, Jules Toussaint. Embora fosse filho de francês e com nacionalidade francesa, ele nascera no Brasil. Depois da revolução de 1848, a vida em Paris se tornara difícil para os profissionais do meio artístico, que necessitavam de um público espectador. Após o nascimento do primeiro filho, o casal viaja para o Brasil com o intuito de *faire l'Amérique,* a convite de um tio de Jules Toussaint. Naquela época, viviam no Rio de

[360] TOUSSAINT-SAMSON, Adèle: *Une parisienne au Brésil.* Paris, P. Ollendorf, 1883, p. XI. Disponible sur http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5747774p/f19.zoom

Janeiro muitos franceses, artistas, alfaiates, cabelereiros, professores de francês e de outras disciplinas, lecionando inclusive o piano e a dança.

Quando o casal desembarcou no Brasil (entre 1849 e 1850), Adèle já havia publicado dois textos na França : *Essais: d'après une note manuscrite* e um *Livre* de *Poésie de Mlle. Adèle Samson*, nos quais podemos constatar seu talento para a escrita. O casal encontrou no Rio uma cidade devastada e aterrorizada pela febre amarela, que fazia grandes estragos. Assim que chegaram, ambos foram contaminados pela doença. No entanto, a partir de 1851, o nome de Jules Toussaint já figura no *Almanaque Laemmeert*, como professor de dança e, dois anos após, encontra-se ali também o nome de Madame Toussaint, como professora de francês e de italiano, no mesmo endereço que o marido. Algum tempo depois, Jules torna-se professor de dança da família imperial, nomeado por D. Pedro II. Para Adèle, mulher obrigada a sair na rua sozinha para trabalhar, francesa, a vida era bem mais difícil, conforme ela nos deixa entrever :

> Como as brasileiras não saíam nunca sozinhas nas ruas, nessa época, só se via, na cidade, francesas ou inglesas, que, só pelo fato de saírem sozinhas, viam-se expostas a muitas aventuras: "É uma *Madame",* diziam sorrindo os brasileiros, o que significava uma francesa e subentendia uma *petite dame;* porque a exportação de nossas *petites dames* para o estrangeiro não é uma das partes menos importantes de nosso comércio. (Idem, p. 164) [361]

> Quanto às brasileiras, enclausuradas por seus esposos no fundo das casas, em meio aos filhos e escravas, só saindo acompanhadas para irem à missa ou às procissões, não se pode crer que fossem, por isso, mais virtuosas do que outras. Simplesmente, elas assim o parecem. (Idem, p.164).[362]

Nessas passagens do texto, vale observar a reclusão a que eram condenadas as brasileiras, impedidas de saírem na rua. Uma reclusão imposta, artificial, hipócrita. Vítima de preconceitos, por ser francesa e por sair sozinha nas ruas, diferente das mulheres do país, a vida de Adèle é difícil no Rio de Janeiro. Segundo ela, a importação de prostitutas europeias era muito grande, naquele momento no Brasil, o que fazia com que toda mulher que chegasse do Velho Mundo fosse vista com desprezo e desconfiança. Principalmente se saísse sozinha para trabalhar. Sofrendo com esse preconceito, Adèle apresenta a contrapartida dessa situação, no olhar sobre as negras escravas, cuja nudez a choca e escandaliza. Temos, então, uma ambiguidade interessante, pois a vítima dos preconceitos revela-se, por sua vez, preconceituosa. O paradoxo consiste na situação de uma francesa, educada no meio artístico e intelectual parisiense, sofisticada e liberal, ser vista com desprezo, considerada uma cortesã pela sociedade brasileira, pelo fato de ser estrangeira, de trabalhar e sair na rua. No entanto, ela mesma, diante do outro, vê as negras com suas vestimentas e costumes diferentes dos europeus e demonstra o mesmo preconceito que os brasileiros, que a tratam de « Madame ».

> Nada existe de mais depravado do que essas negras minas: são elas que pervertem e envenenam a juventude do Rio de Janeiro.[363]

---

[361] Idem, p. 164
[362] Idem, p.164
[363] Idem, p. 47
Mina deriva de negro-mina, de São Jorge da Mina, denominação dada aos escravos procedentes da

As negras são impudicas, ardentes e assustadoras, do mesmo modo que ela é considerada « cortesã » pelo fato de ser diferente. Apesar da educação liberal que recebera, Adèle revela-se pudica, quando se refere à nudez, à exibição do corpo, tanto das negras, quanto das mulheres brancas europeias. Mas o que é mais assustador é a escravidão, descrita com crueza, quando ela conta sua estadia em uma fazenda do estado do Rio :

> Foi ali que as misérias da escravidão surgiram para mim em toda a sua hediondez. Negras cobertas de farrapos, outras seminuas, tendo como única vestimenta um lenço amarrado atrás do pescoço e sob os seios, que escondia apenas a garganta, e uma saia de índia, cujos rasgões deixavam ver seu pobre corpo descarnado; negros de olhar selvagem ou abobalhado vieram se colocar de joelhos no piso da varanda. (Idem, p.104) [364]

À medida que o texto avança, percebe-se uma mudança no olhar da francesa sobre a mulher negra. De repente, a nudez não está mais relacionada à falta de pudor, mas à miséria da escravidão, o que a espanta mais no Brasil, naquele momento. Assim, o olhar outrora arrogante da escritora europeia fica cheio de solidariedade diante das vítimas de um sistema que ela recusa e critica. Desde o relato de sua chegada no Brasil, a crítica da escravidão está presente na voz da narradora. Oriunda de Paris, então o centro da « civilização », e de uma família de artistas, Adèle possuía um olhar avançado e moderno sobre a escravidão, participando de discussões sobre inúmeras questões, inconcebíveis até entre as mulheres europeias de meios menos evoluídos. Isso faz com que ela interfira no apartamento de uma vizinha, que surrava as escravas por tudo e por nada. Ela narra essas interferências com muito bom humor, e ridiculariza os resultados : a vizinha passa a amordaçar as escravas, para que os seus gritos não cheguem à vizinhança. Haveria muitos outros episódios a contar, percebe-se que o olhar feminino é mais rigoroso do que o masculino, pois Adèle denuncia a escravidão de maneira muito mais aguda e crítica do que a maioria dos viajantes do sexo masculino, desgostando-se e sofrendo, diante das cenas de violência e crueldade com os escravos. A sociedade brasileira é apresentada por ela de maneira bem negativa : selvagem, despudorada, vulgar.

No entanto, ao voltar à França, Adèle reproduz as atitudes clichés dos viajantes, quando valoriza a natureza, que ela vai eleger como o máximo de valor positivo no Brasil :

> Quantas vezes senti falta desses imensos horizontes que alargam a alma e o pensamento; meus banhos de mar à luz do luar na praia fosforecente; minhas corridas a cavalo na montanha; aquela baía esplêndida, para a qual davam as janelas da minha casa, e onde, à noite, barcas de pescadores passavam agitando suas tochas sobre as ondas.... Prefiro os países onde a vida é maior, onde o ar e o sol não são contados, onde não se corta uma fruta em quatro, onde se toma banho todos os dias, e onde, por quase nada, pode-se comprar , não um pedacinho de terra, mas léguas de terreno....(Idem, pp. 216-217)..[365].

"costa situada a leste do Castelo de São Jorge da Mina" (Verger, 1987: 12) , no atual República do Gana, trazidos da região das hoje Repúblicas do Togo, Benin e da Nigéria, que eram conhecidos principalmente como negros mina-jejes e mina-nagôs.

[364] Idem, p.104

[365] Idem, pp. 216-217

Ao ler esses viajantes, constatamos o que já suspeitávamos desde o início do nosso trabalho: que o Brasil é um mito paradoxal para os franceses, na modernidade, servindo como base de crítica à moral da civilização, pelo fato de oferecer o espetáculo da superioridade do homem natural. O mito de um mundo novo a ser preservado, um mundo primitivo que deve ser civilizado... E onde o imaginário tem o seu lugar... Esse imaginário surgido dessa visão ambígua dos viajantes europeus será responsável pela imagem que os brasileiros fazem de si mesmos, ainda hoje. E que estão na base de muitos temas nas obras literárias, teatrais e cinematográficas do Brasil, ainda hoje. Daí a importância de ler e estudar esses textos na História da Literatura, para uma melhor compreensão da formação da nacionalidade brasileira, através do olhar do outro.

Bibliografia

.BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

.BOUGAINVILLE, Louis-Antoine . *Voyage autour du monde*, Paris : La Découverte, 2007.

.CASTELNAU, Francis de . *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, deRio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para- exécutée par ordre du gouvernement français, pendant les années 1843 à 1847, sous la direction de Francis de Castelnau.* Paris : Chez P. Bertrand, Libraire-Editeur, 1850. 6 vv.

.CHARTIER, Roger . *Ecouter les morts avec les yeux.* Paris:Collège de France, Fayard, 2008.

._____ . *La « Nouvelle Histoire Culturelle » existe-t-elle ?*, Ostifildern : Jan Thorbecke Verlag, 2006.

.DAHER, Andrea .*O Brasil francês. As singularidades da França Equinocial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

.DUCHET, Michèle. *Diderot et l'Histoire des deux Indes ou l'écriture Fragmentaire*, Paris : A.G.Nizet, 1978.

.LA CONDAMINE, Charles-Marie de .*Relation abrégée d'un voyage à l'intérieur de l'Amérique Méridionale. Depuis la côte de la mer du Sud, jusqu'aux côtes du Brésil et de la Guiane, en descendant la rivière des Amazones, lue à l'assemblée publique de l'Académie des sciences, le 28 avril 1745* (1745) . Paris : vve. Pissot, Quai de

Conti, à la Croix d'Or, 1745.

.LERY, Jean de . *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil*, Paris :

Librairie Générale Française, 1994.

.LESTRINGANT, Frank . *Le Brésil de Montaigne – Le Nouveau Monde des Essais,* Paris : Chandeigne, 2005.

.MOUREAU, François . *Le théâtre des voyages,* Paris : PUPS, 2002005.

. ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*. São

Paulo : Siciliano, 1991.

A OBRA QUE REFLETE A VIDA – APOLÔNIO ALVES DOS SANTOS

Mariane Nascimento dos Santos
Mestranda PROHIS - UFS

Este artigo é parte da pesquisa realizada para o projeto de mestrado apresentado e aceito no Programa de Pós Graduação em História. O trabalho foi realizado com base nas pesquisas de campo relatadas neste artigo e tiveram por principal objetivo refazer e tornar conhecimento a trajetória de vida do poeta cordelista Apolônio Alves dos Santos. A pesquisa realizada não tem cunho biográfico, no entanto reconhecemos que para melhor compreender a obra do artista se faz necessário o conhecimento de sua vida e os percursos trilhados. Em um âmbito mais geral o projeto desenvolvido ao longo do curso de mestrado, tem por objetivo geral o estudo da conjuctura política e econômica durante as décadas de 70, 80 e 90, no entanto para está comunicação apresentaremos apenas o resultado da investigação realizada para descobrir a história de vida do cordelista.

Sereno, introspectivo e observador. É assim que Apolônio Alves dos Santos é descrito pelos colegas cordelistas que vendiam folhetos de cordéis no Rio de Janeiro com ele. Nasceu em 20 de setembro de 1926, em Serraria – PB, porém cresceu na cidade de Guarabira – PB, com seus pais Francisco Alves dos Santos e Antônia Maria da Conceição[366]. Muito jovem, começou a ajudar o pai no trabalho do campo, porém tinha um forte desejo de estudar. Apesar do desejo, cursou apenas até a segunda série do Ensino Primário, o que lhe possibilitou aprender a ler e escrever.

> Guarabira és meu berço
> do meu tempo de criança
> tenho na minha lembrança
> teu come e teu endereço
> por tanto por qualquer preço
> eu visito o meu rincão
> venho com satisfação
> rever o meu pé de serra
> Guarabira minha terra
> Te amo de coração.[367]

Desde cedo, Apolônio dos Santos interessou-se pela arte de fazer rimas e contar histórias, dizia que seu pai tinha um pouco de talento com a poesia e por isso levava sempre folhetos para o filho ler para sua mãe e irmãs nas festas (SLATER, 1984, p. 128). Com

[366] O Nordeste. Enciclopédia Nordeste. Apolônio Alves dos Santos. Olinda: [s. d.]. Disponível em: <http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Apol%C3%B4nio+Alves+dos+Santos&ltr=a&id_perso=1241>. Acessado em: 09 mar. 2015.
[367] SANTOS, Apolônio Alves dos. *O Encontro do Cangaceiro Vilela com o Negrão do Paraná*. Rio de Janeiro. [s.d.] p. Quarta capa.

dezoito anos, escrevia estrofes completas e rabiscava seus primeiros folhetos[368]. Não demorou muito para concluir seu primeiro romance, com o título de *Maria Cara de Pau e o Príncipe Gregoriano*, que encontra-se disponível para consulta no acervo da Fundação Casa de Ruy Barbosa e na Biblioteca Átila Almeida – UEPB. Como não tinha condições financeiras para editar e publicar o romance, vendeu-o a José Alves Pontes, em 1948, e no ano seguinte foi realizada a publicação do folheto[369].

Aos vinte quatro anos e sem muita perspectiva em Guarabira, Apolônio dos Santos resolveu sair de seu município rumo à cidade do Rio de Janeiro. Assim como muitos nordestinos, vivenciou a difícil vida de quem morava na região nordeste do país, sem muita esperança de futuro ou mesmo qualidade de vida. A cidade de Guarabira, entretanto, nunca esteve entre as regiões do Nordeste mais sofridas em decorrência da seca, muito pelo contrário, era conhecida como *Rainha do Brejo*, por estar próxima da Microrregião do Brejo Paraibano. Também auferiu esse nome por ser uma referência econômica e política na região, e pelo grande volume de chuva que sempre recebeu.

Embora Guarabira estivesse a apenas 98 km da capital do estado, João Pessoa, esta nunca foi uma opção para Apolônio dos Santos. Ele queria algo que pudesse lhe oferecer maiores e melhores perspectivas. A partir das leituras dos cordéis, percebe-se que as poucas condições de vida oferecidas pelos pais, as limitações políticas e econômicas de Guarabira e as prováveis oportunidades que o Sudeste poderia fornecer foram fatores que impulsionaram Apolônio dos Santos a, em 1950, decidir migrar para o Rio de Janeiro.

Ao chegar à grande capital, logo começou a trabalhar, exercendo diversas profissões como pedreiro, ladrilheiro na construção civil e porteiro de edifício. Porém, não conseguiu desenvolver de forma significativa sua carreira como poeta, pois a vida nos canteiros de obra era difícil e fatigante.

Apolônio dos Santos continuou alargando seus horizontes. Em 1959, seguiu para Brasília, onde estava sendo construída a nova capital do Brasil. Em meio às construções e ainda com a função de pedreiro, o poeta aperfeiçoou seus versos e começou uma produção um pouco mais expressiva. Agora não apenas trabalhava nos canteiros de obra, mas também

[368]SANTOS, Manuela Fonseca dos. Le DVD : une nouvelle technologie au service de l'édition de la littérature populaire brésilienne. Revista: Escritural Ècritures d'Amérique latine. N°02, dècembre 2009, Issn n°2102-5797. Disponível em: <http://www.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/ESCRITURAL/ESCRITURAL2/ESCRITURAL_2_SITIO/PAGES/Fonseca.html#t3> . Acesso em 03 mar. 2015.

[369] O Nordeste. Enciclopédia Nordeste. Apolônio Alves dos Santos. Olinda: [s. d.]. Disponível em: <http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Apol%C3%B4nio+Alves+dos+Santos&ltr=a&id_perso=1241>. Acessado em: 09 mar. 2015.

produzia e vendia seus folhetos de cordéis. Com o término da construção, em 21 de abril 1960, Brasília foi inaugurada e Apolônio dos Santos escreveu o folheto *A construção de Brasília e sua inauguração,* que esgotou rapidamente[370]. Diferente da maioria dos trabalhadores, que fixou residência nas cidades-satélites do Distrito Federal, resolveu voltar para o Rio de Janeiro – contando então com uma estrutura financeira melhor para dar continuidade à sua carreira como poeta cordelista.

Na capital fluminense, conheceu Dona Enedina Silva Martins, que também havia migrado do Nordeste para o Rio de Janeiro com o intuito de trabalhar. Durante anos, ela foi funcionária da empresa Casa da Borracha, em que também se aposentou[371]. Apolônio dos Santos casou-se oficialmente em 1968 com Dona Enedina, que passou a carregar o sobrenome do esposo, Enedina Silva dos Santos. Viveram juntos até os últimos dias de vida do poeta[372]. Juntos moraram durante anos no bairro Benfica, região próxima a sede do 16° Distrito Policial, onde as casa são improvisadas, sem organização, asfalto, saneamento, e onde residiam outros nordestinos, trabalhadores, operários, pobres (SLATER, 1984, p. 127).

Como o casal não teve filhos, encontrar informações a respeito da vida particular tornou-se um grande desafio para este trabalho de pesquisa; porque em geral, após a morte do cordelista, os filhos cuidam de manter as memórias, documentos, dados que podem ser disponibilizados ao pesquisador. Esse não foi o caso de Apolônio dos Santos; que, contudo, deixou informações biográficas em seus próprios escritos. No folheto *O divórcio no Brasil*, por exemplo, ele revela que, mesmo de maneira informal, havia passado por uma convivência conjugal antes de conhecer Dona Enedina. Ele diz "casei-me novamente" e nos versos anteriores conta que, antes de migrar para o Rio de Janeiro, vivera outro relacionamento e que não havia sido muito feliz. Após sua viagem ficou sabendo por carta de sua irmã que a mulher também teria ido embora para outras "bandas" [373].

Logo após a inauguração de Brasília, Apolônio dos Santos voltou para o Rio de Janeiro onde se estabeleceu e passou então a priorizar sua carreira, dedicando se exclusivamente à produção de cordel. O poeta fazia questão de participar de todo processo de produção, publicação e divulgação de suas obras. Ele era perfeccionista na construção poética, em especial, na métrica. Sua sobrinha, Sr.ª Maria José, conta que os dicionários eram os

[370] BELIZARIO NETO, Manuel Messias. *Cordel Paraíba.* Cordelista paraibano póstumo APOLÔNIO ALVES DOS SANTOS. Paraíba: 2010. Disponível em:<http://cordelparaiba.blogspot.com.br/2010/06/cordelista-paraibano-postumo-apolonio.html.> Acesso em 09 mar. 2015. Até o momento o folheto sobre a inauguração de Brasília não foi encontrado em nenhum nos principais acervos de cordéis.
[371] SILVA, Gonçalo Ferreira da. Entrevista a autora. Rio de Janeiro: 26 nov. 2014.
[372] SILVA, Maria José da. Entrevista a autora. Campina Grande: 27 fev. 2015.
[373] Idem.

grandes companheiros no momento da escrita. A composição, a revisão ortográfica e a métrica eram extremamente importantes para Apolônio dos Santos, e os poetas que até os dias atuais ao se referirem a ele logo o caracterizam pela exigência e por ser meticuloso. Esta é uma das características do poeta que escreve o folheto de cordel e que se difere do poeta cantador, a pesquisadora Rosilene Melo aponta essa distinção:

> Na poesia de bancada não havia lugar para o improviso. Nenhuma palavra era colocada, como na cantoria, de repente. Tratava-se de um trabalho minucioso de escolhas das expressões que ocupariam, de maneira cuidadosa, o lugar permitido pela métrica. No entanto, o cuidado com as regras de metrificação não significava restrições à verve criativa do narrador. (2010, p. 80).

Ele escrevia predominantemente seus folhetos em sextilhas de heptassílabo ou octossílabo, com rimas de combinações variadas. Das sextilhas mais utilizadas por Apolônio dos Santos destacamos duas. A sextilha rimada de sete sílabas na forma ABCBDB; e o mourão dialogado com rimas em ABC BD DB. Encontramos entre os folhetos cordéis que foram escritos com décimas de heptassílabo, no estilo do Martelo Agalopado, em que as rimas se combinam em AAABBCCB ou ABBAACCDDC; e um folheto com estrofes de oitava ou oito pés, de heptassilaba.

Outra característica dos poetas tradicionais é o mote[374]. Registramos a presença do mote em pelo menos três folhetos, sendo que, nesses folhetos, o mote criado por Apolônio dos Santos tem apenas um verso, desviando assim da forma mais tradicional.

> Hoje o leite é congelado
> num saco plastificado
> já com água misturado
> seu gosto ficou pra traz
> só tem um que satisfaz
> é o que vem enlatado
> mas vem num preço danado
> **bom tempo não volta mais[375].** *[grifo meu]*

No início da sua carreira de poeta, Apolônio dos Santos não tinha máquina de datilografar, assim, escrevia seus versos em folhas de papel pautado. Somente na década de 70 adquiriu sua máquina de datilografia. Os originais eram enviados para a gráfica, o editor fazia a correção e reenviava para o poeta, que novamente corrigia. Nesse processo, o poeta

[374] Mote é a repetição de dois ou quatro versos no final de cada estrofe. Ver: ALMEIDA, Átila Augusto de. SOBRINHO, José Alves. *Dicionário bio-bibliográfico de repentistas e poetas de bancadas*. João Pessoa: Editora Universitária, 1978.
[375] SANTOS, Apolônio Alves dos. *O Bom Tempo Não Volta Mais.* [s.d.], p. 01.

contatava o xilógrafo e lhe entregava o poema completo para que lhe servisse de inspiração para criar a xilogravura que iria compor a capa.

Os principais locais de edição e impressão dos folhetos de Apolônio dos Santos foram a Gráfica e Editora Dantas Ltda., Luana Artes Gráficas e Editora Ltda. E a Tipografia Pontes. Desses locais, a Tipografia Pontes foi a que mais publicou folhetos do poeta, a partir da década de 1970. Ela pertencia a José Alves Pontes, que acompanhou Apolônio dos Santos desde o início de sua carreira. As outras duas gráficas citadas publicaram folhetos a partir da década de 80, junto com a Tipografia Pontes.

As capas de Apolônio dos Santos seguem a ordem título, nome do autor e imagem, utilizando quase sempre figuras produzidas a partir da xilogravura. Apenas alguns folhetos, os quais acredito serem da década de 60, utilizam imagem a partir de clichês fotográficos.

Para ser um cordelista com "nome na praça" não bastava ser comunicativo. O principal requisito era fazer boas rimas, escrever bons poemas. Apolônio dos Santos tornou-se um cordelista referência no auge da sua carreira de poeta, nas décadas de 70 e 80, não apenas pelos temas que escolhia, mas principalmente pela qualidade das suas rimas e a composição dos elementos da poética.

Na literatura de cordel de Apolônio dos Santos existe uma predominância dos tradicionais folhetos de 8 e 16 páginas. Porém, o poeta escreveu também romances, que é uma classificação atribuída a cordéis com 16, 24, 34, 48 e 64 páginas (LESSA, 1973, p. 16). Com base na catalogação realizada, o poeta escreveu 14 romances.

O Aventureiro do Norte, composto de 32 páginas, é um exemplo de romance escrito por Apolônio dos Santos. Esse romance provavelmente foi adquirido pela Tipografia Pontes, uma vez que na capa e na primeira folha constam "Editor Prop. – José Alves Pontes". A compra dos direitos autorais do folheto era algo comum quando o poeta não tinha condições financeiras de publicá-lo, principalmente quando se tratava de um romance. O que comprova a autoria do título referido é o acróstico na última estrofe:

> **A**final já terminei
> **A** história de Honorina
> **L**eiam com muita atenção
> **V**endo a sorte o que se destina
> **E**sses fatos de amores
> **S**ó Deus é quem determina.

O acróstico é utilizado pela maioria dos cordelista, pois é um mecanismo de identificação e autenticação da composição poética do autor. Na maioria dos folhetos de Apolônio dos Santos encontra-se na última estrofe o acróstico **AALVES**, normalmente

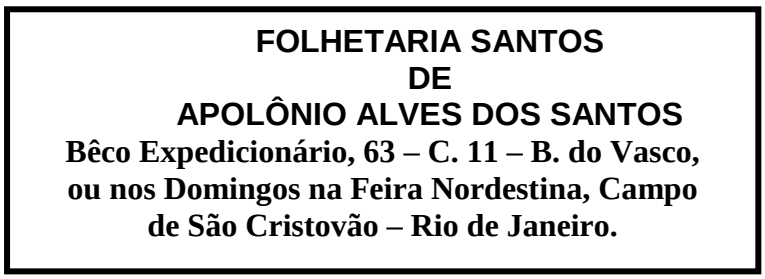
acompanhando o assunto do poema e sem perder a rima, o cordelista deixa o registro que considera fundamental para que seus folhetos não fossem plagiados.

O outro recurso possível para evitar os plágios é o registro de direitos autorais, esse, porém não era utilizado por Apolônio dos Santos. Muitos poetas realizam a solicitação, que é feita no Departamento de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional. O poeta pode solicitar esse registro nos postos estaduais ou via correio, através do preenchimento da ficha com todas as características da obra, informações do autor, comprovante de pagamento da taxa e um exemplar da obra. Como Apolônio dos Santos já não se encontra em vida, esse processo pode automaticamente ser realizado pela sobrinha Srª Maria José ou por outro parente que comprove seu vínculo familiar com o poeta[376].

A realização desse processo de autenticação torna-se imprescindível para publicação dos folhetos em acervos digitais. Sem essa, nenhuma instituição tem autorização para disponibilizar os folhetos de Apolônio dos Santos em sites. Apenas para fins de pesquisa, como neste trabalho, o acervo disponibiliza ao pesquisador fotografar os folhetos (como ocorreu na FCRB) ou é concedido o arquivo digital, (como no arquivo da CNFCP, que tem os folhetos digitalizados); em ambos os casos, são necessários uma solicitação formal e um termo de responsabilidade sobre o material. E mesmo se tratando de uma pesquisa de cunho acadêmico, sem o registro de direitos autorais, nenhum trabalho pode ser publicado com o livro sem a prévia autorização da família do poeta.

A Folhetaria Santos estava localizada em um endereço principal que se repete na maioria dos folhetos, a Feira de São Cristóvão. Na quarta capa dos folhetos consta a seguinte descrição:

Figura 1- Quarta capa. O Sacrifício do Pobre no Mundo da Carestia.



Fonte: Acervo particular da autora.

[376] Direitos Autorais. Registro ou Averbação. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível em http://www.bn.br/servico/direitos-autorais/registro-ou-averbacao. Acesso em: 01 jun. 2015.

A conquista da firma Folhetaria Santos não foi algo imediato ao retorno de Apolônio dos Santos ao Rio de Janeiro. Apesar de ter retornado de Brasília "mais equilibrado, [pronto para] experimentar viver exclusivamente da Literatura de Cordel", como o próprio afirmou em sua autobiografia[377], o caminho até conquistar a folhetaria levou cerca de uma década. Apenas em alguns poucos cordéis do final da década de 70 e em folhetos da década de 80 em diante é possível encontrar referência à Folhetaria Santos.

Apolônio dos Santos, assim como a maioria dos cordelistas, tinha seus pontos de venda fixos, mesmo antes de ter a folhetaria. Na quarta capa do folheto *Novo pacote depois da eleição – Foi Traição!...*, por exemplo, o autor indica os lugares onde pode ser encontrado: o anexo a Feiarte, Praça XV de Novembro e a Feira Nordestina Campo de São Cristóvão. Slater indica ainda que Apolônio dos Santos informou em entrevista sobre as vendas que realizava no Largo do Machado durante a década de 70.

Aos 63 anos, Apolônio dos Santos e sua esposa Enedina dos Santos resolveram voltar para sua terra, Paraíba. Apesar de tantos anos no Rio de Janeiro, sempre foi seu desejo voltar para o Nordeste e viver mais tranquilamente.

Nos folhetos escritos por Apolônio dos Santos após seu retorno para a Paraíba, encontramos o seguinte endereço nas quartas capas dos folhetos publicados a partir da década de 1990: Rua Dr. Eduardo Correia de Lima, n° 12, Quadra 95, Conjunto Álvaro Gaudêncio – Bodocongó, bairro mais conhecido como Malvinas. Em visita ao local, encontramos uma antiga casa e uma senhora, de nome Maria José da Silva, sobrinha do casal por parte de Dona Enedina dos Santos. Foi através da Sr.ª Maria José que obtivemos algumas informações pessoais sobre Apolônio dos Santos.

Em 1989, a ida para Campina Grande foi definitiva. Na cidade, passaram a morar em um anexo construído pela sobrinha, a Sr.ª Maria José, atrás da sua própria casa. O poeta continuou escrevendo seus folhetos e publicando, enviando ainda muitos para revendedores no Rio de Janeiro, até o adoecimento que o levou a falecer, no dia 18 de novembro de 1998. Lutou contra o diabetes por anos, mas foi um câncer no estômago a causa do seu falecimento. Chegou a realizar uma cirurgia, mas após um mês internado no Hospital Alcides Carneiro, não resistiu.[378]

Apolônio dos Santos, mesmo deixando o Rio de Janeiro, até o fim da vida, dedicou-se ao cordel. Nos últimos versos escritos pelo poeta e publicados In Memoriam pela ABLC, um clamor a Deus e aos Santos em dias difíceis:

[377] SANTOS, Apolônio dos. *A Descrição da Cidade e o Progresso do Rio de Janeiro*. [s.d]
[378] SILVA, Maria José da. Entrevista a autora. Campina Grande: 27 fev. 2015.

Com tantas complicações
Minha vida se declina
Estou confiando em Deus
E na Santa Medicina
Combatendo a diabete
Na base da insulina.

Peço a todos os Santos
Que venham me socorrer
Em nome de Jesus Cristo
Com vosso imenso poder
Venham salvar minha vida
Me defendam de morrer[379].

O poeta deixou uma extensa produção, que ficou sob a responsabilidade de sua esposa. Alguns meses depois do falecimento, Dona Enedina dos Santos vendeu parte dos folhetos ao cordelista Manuel Monteiro e outra parte foi doada para o acervo da ABLC.

Reconstituir a vida do cordelista Apolônio dos Santos foi um desafio, o que é natural quando se trata dos artistas populares. A produção artística na cultura popular é grande, em decorrência muitos dos seus autores e atores acabam no anonimato. Poucos tornam-se inspirações de pesquisas e muitos acabam esquecidos com o passar do tempo. Superar os obstáculos para encontrar informações sobre o poeta, um cordelista até então anônimo, foi uma tarefa árdua, em alguns momentos, frustrante. Nem mesmo as principais instituições de acervos da cultura popular que foram visitados, as informações sobre a vida de Apolônio dos Santos, não eram significativas, elas sempre se repetiam. Sempre o mesmo parágrafo com dados resumidos e superficiais.

Somente depois de meses de pesquisas, seguindo os sucintos rastros fornecidos pelos cordelistas e os que foram deixados pelo próprio poeta nos folhetos que escreveu até seu último ano de vida, conseguimos então encontrar um parente. Assim muitas informações que compõe a narrativa da vida de Apolônio dos Santos foram possíveis através das entrevistas que realizamos com sua sobrinha, a senhora Maria José da Silva, cordelistas que tiveram longo tempo de convivência com o poeta, como o Gonçalo da Silva e o Marcelo Soares, e os próprios folhetos que entre uma estrofe e outra guardam informações pessoais do cordelista.

Também foram importantes nessa investigação duas publicações em que Apolônio dos Santos cedeu entrevista direta, relatando sobre sua história, cotidiano e vida enquanto poeta cordelista. Ambas as pesquisas realizadas no decorrer da década de 1970. O primeiro deles foi

[379] SILVA, Gonçalo Ferreira da. (org). *In Memoriam de Apolônio Alves dos Santos.* Rio de Janeiro: Studio Gráfico e Editora, 1998, p. 08.

o livro *A Vida no Barbante – A Literatura de Cordel no Brasil*, da pesquisadora Cadance Slater, publicado em 1984, a qual a autora dedica o capítulo V "O Monstruoso Sequestro de Serginho de Apolônio Alves dos Santos" para analisar o folheto do poeta que leva este mesmo título, antes, porém Slater relata sobre a vida do cordelista e apresenta algumas frases ditas pelo mesmo em entrevista. O segundo trabalho, *O Cordel no Grande Rio,* publicado em 1985 e organizado pela professora Cássia Frade reuni uma classificação e relação dos folhetos disponibilizada pelo próprio poeta e uma entrevista onde o mesmo relata sua história e o cotidiano da produção dos cordéis.

Concluímos que através das obras do poeta cordelista Apolônio Alves dos Santos foi possível traçar sua trajetória de vida, identificar vestígios que levaram a sujeitos que conviveram com o poeta e reconstruir sua carreira e contribuição enquanto cordelista. Entendemos ainda que a vida e obra de Santos é um legado que deve ser salvaguardado, visto a contribuição ofertada não apenas ao mundo da literatura popular poética, mas a história e a cultura brasileira.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Átila Augusto de. SOBRINHO, José Alves. *Dicionário bio-bibliográfico de repentistas e poetas de bancadas.* João Pessoa: Editora Universitária, 1978.

FRADE, Cáscia (org.). *O cordel no grande Rio* - Catálogo. Rio de Janeiro: Luana Artes Gráficas e Editora, 1985.

LESSA, Orígenes. *Getúlio Vargas na literatura de cordel.* Rio de Janeiro: Editora Documentária, 1973.

MELO, Rosilene Alves de. *Arcando do verso: trajetórias da literatura de cordel.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

SLATER, Candace. *A vida no barbante – A literatura de cordel no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1984.

"JUVENTUDES": UMA REFLEXÃO SOBRE A CATEGORIA JUVENTUDE

Mateus Antonio de Almeida Neto

1. A constituição do conceito de juventude no cenário anglo-norte-americano

> [...] Aproximadamente nos últimos quinze anos, algumas transformações sociais e acontecimentos econômicos e políticos modificaram o modo de agir, de pensar e de socializar entre os jovens. Eles passaram a se divertir, relacionar, protagonizar e manifestar de modo diferente das gerações precedentes. [380]

Os primeiros estudos sobre a juventude surgiram em função do industrialismo, do mundo em franca transformação do início do século passado. Acirraram-se, então, os estudos sobre geração, a partir da perspectiva de Kal Mannheim (1968). O autor passou a investigar de forma qualitativa os processos de mudança social interligado à construção de uma visão de mundo, o que passou a definir como geração. Observou-as no processo de substituição da vida em termos de faixa etária atrelada a cultura parental e os modos de vida dos jovens. Dizia que múltiplos indivíduos em termos de idade, classe social e localização geográfica, dentre outras variáveis, poderiam estabelecer diferentes tempos para uma mesma época, ou formas de experimentação da vida, o que poderia possibilitar o convívio de diversas gerações numa mesma época.

Nesse contexto, os estudos da Escola Sociológica de Chicago passaram a se destacar, ao problematizar a temática da juventude com os problemas da sociedade urbana-industrial: imigração, delinquência, violência e criminalidade no sentido do desvio social, na primeira metade do século passado. Saindo do contexto de Chicago para Boston, destaca-se o estudo de Whyte (2005), *A sociedade de equina*. A obra refere-se ao estudo da juventude urbana, nos anos trinta do século vinte nos Estados Unidos. O estudo foi realizado através do convívio com gangues de jovens filhos de imigrantes italianos em uma região segregada de Boston. O autor conseguiu desenvolver uma análise distinta das abordagens quantitativas que apontavam para um quadro de anomia ou desvio social na sociedade urbano-industrial. Através de um intenso estudo a partir da observação participante, conclui que o discurso que define essa juventude como desorganizada está equivocado. Para além dos conflitos e das tensões presentes no espaço urbano, "[...] resultantes da pobreza e da falta de reconhecimento, a

[380] MARCON e TOMÁZ, 2012, p. 138.

sociedade encontra-se em estado de fluxo, mas até esse fluxo traz um sentido de organização para os agentes sociais"[381].

A observação participante demonstrou a Whyte (2005) que, num contexto de escassez, os jovens, quando passam a trabalhar e a ter responsabilidades familiares iniciam um rito de passagem para o mundo adulto, isso tende à desintegração das gangues; como também o fato de não ter dinheiro, emprego e pouca escolarização pode intensificar o estigma da pobreza e da violência, associada à vida na esquina. Além disso, para o autor, os clubes e as gangues resultam de relações de sociabilidades presentes na vida de seus integrantes desde os primeiros contatos sociais no período da infância, ou pelo convívio próximo uns dos outros, o que estabelece e internaliza padrões costumeiros de organização de suas atividades.

Dentro de uma ordem funcional estrutural, destacam-se os estudos de Parsons (1962), entre eles, *Youth in the context of American Society.* O autor defende a emergência de uma juventude urbana a partir do desenvolvimento de um conjunto de padrões de comportamento em termos geracionais, que envolve elementos de papéis sexuais e estilos. Destaca ainda que as formas de interação entre gerações permite a definição de uma cultura jovem. Para o autor, o desenvolvimento econômico desigual na sociedade capitalista passou a exigir maior preparação e escolarização para o mundo do trabalho, visto que, paulatinamente, passou a prolongar a transição do jovem ao mundo adulto. Contudo, surgiram tipos sociais não integrados, considerados desviantes.

Ainda dentro da ótica dos estudos funcional estruturalista, a juventude passa a ser observada como um fenômeno moderno e de caráter mais universalista. Essa tendência se refere às dificuldades da juventude de se integrar na sociedade, devido o grau de especialização exigido para algumas atividades e as distorções geracionais, que passaram a dá espaço à distribuição da juventude em grupos etários, o que explicaria o surgimento de grupos de subculturas juvenis, além de um maior aproveitamento dos equipamentos urbanos e dos espaços públicos para reificar o lazer e o consumo como uma forma de demarcar gostos, o que não era comum até os últimos decênios do século vinte, explica Tavares (2012, p. 183).

No contexto europeu, destaca-se o *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), da Universidade de Birmingham, na Inglaterra. Ficou conhecido como estudos culturais nos anos setenta do século passado. Edward P. Thompson, Raymond Williams,

[381] TAVARES, 2012, p. 182.

Stuart Hall, entre outros intelectuais, passaram a discutir sobre uma nova abordagem que não incluía as tradicionais concepções psicológicas e sociológicas da juventude. Aí se desenvolveu uma historiografia de inspiração marxista combinada com uma antropologia cultural, que sofreu inspirações da Escola de Chicago, além do interacionismo e da etnografia. No CCCS, os estudiosos passaram a desenvolver a teoria das subculturas, mas no sentido de descrever os estilos de vida, neste caso, os da juventude inglesa operária.

Nesse contexto, Willis (1977) em sua obra *Learning to labour*, através de uma pesquisa etnográfica, percebeu o comportamento de oposição dos jovens marcado pelo desprezo a escola, e assim se voltavam para a formação de grupos de afinidades, definido por um estilo de vida peculiar. Ficava exposto que, às desigualdades, como parte de um sistema econômico capitalista não oferecia condições semelhantes de mobilidade social para a juventude.

O trabalho clássico organizado por Hall e Jeffersson (1983), *Resistance through rituals* objetivou reformular o debate sobre as subculturas juvenis, que também era acionada pela mídia e as técnicas do *marketing* como cultura jovem. O CCCS passou a qualificar os jovens de idade similar, gostos e experiências afins e distintas, a partir da ótica do discurso sobre os estilos particulares e espetaculares, através do consumo e orientados para o lazer.

Para os pesquisadores, os estilos espetaculares, formados pela música, o lazer e a indústria cultural, disfarçava e reprimia alguns fenômenos: o distanciamento entre a cultura paterna, da qual os jovens eram uma fração, a cultura dominante e a cultura de massa, os quais eram experimentados entre os diferentes estratos da juventude de forma diferente. Os estilos eram, então, indicativos de hábitos de consumo e formas de experimentação da vida recém-adquirida no período pós-guerra, como uma resposta cultural dos jovens aos problemas de classe mediado pela geração, pela etnia e mais tarde pelo gênero. Destacam-se os estudos sobre os estilos distintivos, baseados em novas maneiras de se vestir, de atitudes políticas e culturais como o *rock* e o *reggae* (o rastafári).

Contudo, o CCCS propôs desconstruir o conceito mercadológico de cultura jovem acionado pela mídia e focar nas discussões sobre as variadas subculturas juvenis, suas vinculações com a divisão do trabalho e as relações de produção, no entanto, "[...] sem negligenciar as especificidades de seu conteúdo e de sua posição etária e geracional"[382]. Não

[382] FREIRE FILHO, 2005, p. 141.

se tratava apenas de produzir inventários de padrões de consumo e estilos subculturais, mas uma forma de avaliar as funções dos artefatos culturais de consumo no tempo e nos espaços territoriais, além das formas que assumiam perante as instituições dominantes da sociedade, diz Freire Filho (2005, p. 141).

2. Os estudos pós-coloniais: as culturas juvenis em questão

Os críticos aos estudos sobre os jovens dentro do contexto anglo-americano do pós-guerra passaram a reavaliar a relação entre jovens, música, estilo e identidades, agora com suas conexões associadas aos fluxos globais e ao processo da descolonização, que se articulam e se reestruturam com questões locais de maneira complexa e produz novas formas culturais, que contradiz o conceito de subcultura.

Feixa (s/d, p 01), em seus estudos sobre a juventude na Espanha percebeu que o conceito de subcultura não seria tecnicamente correto, pois historicamente está associado ao desvio social no sentido de patologia, o qual observava o jovem como delinquente. Além disso, o autor também propõe mudar o prisma do olhar sobre a cultura jovem, termo mais acionado na literatura para destacar uma heterogeneidade interna. Tais mudanças envolve a maneira de refletir o problema, o qual possibilita transferir à ênfase da identidade marginalizada e a violência para as estratégias da descrição dos estilos, o lazer, as práticas culturais, os usos dos espaços de sentidos e os jovens como atores sociais.

Como destaca Feixa (s/d), a categoria juventude precisa ser repensada a partir da ótica dos estilos, como microculturas, ou seja, no plural, culturas juvenis. Tal conceito refere-se às experiências sociais dos jovens expressas de forma coletiva através da construção de estilos distintos que são vivenciados principalmente no universo do lazer ou em espaços intersticiais da vida dos jovens. Nesse sentido, formam microsociedades definidas pela aparência, linguagens, práticas e gostos com graus significativos de autonomia das instituições dos adultos, especificamente coincidindo com os processos de mudança social no domínio econômico, educacional, trabalho e no terreno ideológico, que historicamente foram se constituindo nos países ocidentais após a Segunda Guerra Mundial e ganhou maior ressonância com o processo de descolonização.

Pais, em *Culturas Juvenis* (2003) percebeu que os jovens de Lisboa misturam elementos advindos da cultura do lazer e do consumo nos termos de uma indústria jovem: indumentária, acessórios, música, ritual e linguagem, o que possibilita a formação de estilos

que se agrupam em torno de afinidades, a vizinhança e a memória relativa a um dado lugar em contraposição aos laços familiares. Featherstone (1995) defende que os objetos culturais podem ser ressignificados e suas práticas podem promover outros sentidos numa variedade de combinações improvisadas, que são contrastados na relação com outros estilos. As cidades, o mundo urbano e seus equipamentos tornam-se o lugar do embate entre as culturas jovens.

Os estudos sobre as culturas juvenis dividem-se basicamente em dois enfoques diferentes: um deles é a corrente geracional. Nela as culturas juvenis são definidas em termos de critério etário, em relação à geração adulta. O foco diz respeito à continuidade/descontinuidade dos valores ditos intergeracionais. Pode-se afirmar que essa corrente tem um caráter mais funcionalista, definida por oposição à cultura dominante das gerações precedentes.

A outra é a corrente classista, na qual é enfatizada a origem social dos diferentes grupos de afinidades, em termos de relações de gênero e étnicas, enfim, classes sociais (PAIS, 2003, p. 55-56). Como destaca Pais, essa corrente seria crítica a qualquer conceito de juventude, mesmo quando entendida como categoria, a noção de juventude é marcada pelas relações de classe como fator dominante e, assim, apresenta um significado político, o que a associa aos estudos culturais.

Em linhas gerais é uma forma de demarcar os rituais e os estilos, de certa forma, como resistência política. Em ambas correntes ao discutir a cultura jovem aparece à noção de subcultura, definida como uma cultura subordinada à outra cultura dominante, em acordo ou em desacordo com ela (PEREIRA, 2007, p. 7).

Pais (2003), ao estudar a juventude portuguesa decide não adotar nenhuma dessas correntes como pressuposto principal para a análise. Afirma se valer da realidade do campo, revelada através da observação participante e focar nas diferentes manifestações culturais juvenis, "[...] de tal forma que umas vezes elas aparecerão como culturas de geração, outras como culturas de classe, outras vezes, ainda, como culturas de sexo, de rua, etc"[383]. Feixa (s/d) também segue tais direcionamentos, afirma que os estudos sobre a juventude precisam focar nas microsociedades e nas microculturas da juventude, ou seja, nas culturas juvenis, na dinâmica dos gostos.

[383] PAIS, 2003, p. 109.

3. Aspectos da constituição de um campo: apontamentos sobre os estudos da juventude no Brasil

No contexto brasileiro, os primeiros estudos sobre juventude estavam voltados para a percepção da geração em termos de estrutura social, na relação de classe e status sociais. Apenas nos anos oitenta e noventa do século vinte, abordagens à maneira dos estudos culturais, interessados numa etnografia das subculturas juvenis, teve maior visibilidade no âmbito da pós-graduação. Já nos anos noventa, autores como Sposito (1994), Abramo (1994), Madeira (1999), entre outros, passaram a se dedicar a temática da juventude no Brasil e a influenciar instituições como a Unesco e o próprio Estado, que contribuíram para a articulação dos estudos frente a criação de políticas públicas. Em linhas gerais, a temática da juventude foi problematizada no Brasil pelos contributos da Escola de Chicago e o *Centre for Contemporary Cultural Studies*.

Em estudo organizado por Sposito (2009) em conjunto com um grupo de pesquisadores sobre as pesquisas desenvolvidas no interior das pós-graduações no Brasil sobre os jovens, entre os anos de 1999 e 2006, ligados as Ciências Humanas (Educação e Ciências Sociais) e as Ciências Sociais Aplicadas (Serviço Social), constatou-se que, a maior parte dos estudos ainda percebe a juventude sobre a ótica do desvio social e da violência, associado às questões das desigualdades dentro da sociedade urbano-industrial e a formação de gangues.

A autora também demonstra uma inquietação sobre alguns argumentos que trata a categoria juventude a partir da busca de uma unidade sobre o conjunto de percepção dessa categoria, o que provavelmente pode criar um postulado estanque. Com efeito, grupos sociais podem ser reais sem, no entanto, serem homogêneos, como as mulheres, as crianças e os idosos, entre tantos outros. A reflexão sobre a juventude que segue essa corrente precisa ser tencionada e construída pelas experiências juvenis e a formação de um mundo dito jovem relativamente autônomo, assim como a distribuição de indivíduos na estrutura social (SPOSITO, 2009, p. 34).

Considerações finais

Como visto, desde a Escola de Chicago a temática da juventude tem sido problematizada, associada às questões do mundo urbano. O jovem, nesse contexto, aparece associado à violência, a criminalidade, a delinquência, ou seja, como desviante social, devido

os problemas de adaptação à vida urbano-industrial. Além disso, numa segunda fase dos estudos norte-americanos, alguns autores passaram a pensar o jovem a partir do conceito de geração, ao demarcar aspectos cronológicos à transmissão de valores. No entanto, segundo Sposito (2009, p. 35), a perspectiva da geração ainda é pouco explorada no Brasil, principalmente com as contribuições de Karl Mannheim (1968), no sentido de entender os processos intergeracionais.

Somente pós-Segunda Guerra Mundial, problemas relacionados a uma cultura jovem vão adquirir mais relevância, mas associado em termos de classe social e status. Apenas no final dos anos sessenta do século vinte os estudos culturais passam a criticar as abordagens estruturalistas e passaram a valorizar a pesquisa etnográfica relacionada à teoria marxista, combinadas no estudo das subculturas juvenis, uma espécie de herança norte-americana. Aspectos relacionados a estilo e tipos de diversão e lazer criaram condições para a juventude ser observada como uma classe social, em oposição ao mundo adolescente e o adulto.

Associado a essa perspectiva crítica dos estudos culturais, o mundo passou pelo processo de descolonização, sujeitos foram repatriados e outros ficaram em trânsito, entre fronteiras, como diria Hall (2003; 2006). Além disso, bens culturais ganharam outros sentidos daqueles ditos como autênticos. Surge uma perspectiva pós-colonial que passou a perceber a juventude entre questões global e local. A indústria cultural jovem possibilitou aspectos que, em escala global, passou a ser denominada de culturas juvenis: vestimentas, acessórios, trejeitos e linguagens que associados à música criaram gostos, intensões, atitudes políticas e estilos. Contudo, bens culturais atrelados a um determinado estilo de vida passou a ser reapropriado por outros, que em contexto diferente, ganhou novos sentidos. A tecnologia de comunicação estreitou o mundo e as culturas possibilitando um caldeirão de enunciados.

Sposito (2009, p. 30) destaca que em todos os eixos de estudos sobre a temática da juventude é predominante a condição juvenil urbana, sobretudo de grandes metrópoles, o que pode induzir a generalizações sobre a juventude brasileira, "[...] se não forem levadas em conta as condições de vida das pequenas e médias cidades e das zonas rurais"[384]. Tais estudos podem ser reveladores de múltiplas temporalidades, gostos e estilos, imbricadas nas relações sociais, e podem articular as relações de complementariedade e das tensões existentes entre

[384] SPOSITO, 2009, p. 30.

metrópoles e cidades de escalas reduzidas, muitas vezes obscurecidas por uma ótica excessivamente urbana, enfatiza a autora.

Assim, com a inserção destes na paisagem urbana, problematizados a partir de métodos modernos que possam formar um corpus robusto, entre eles, entrevistas e a observação participante, é possível perceber os jovens e os parceiros com quem eles estabelecem contatos e trocas na cidade, o que, por outro lado, também pode ajudar a perceber as permanências e regularidades, em detrimento da fragmentação. Nesse sentido, trabalhos etnográficos que foquem a perspectiva do microcosmo e as dinâmicas culturais das juventudes, articulados com os estilos de vida são fundamentais para entender a vida ordinária e suas conexões porosas com a vida social da cidade, que provavelmente pode ajudar a pensar a categoria juventude de forma plural, juventudes.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis:* punks e darks, no espetáculo urbano. São Paulo: Página Aberta, 1994.

ALMEIDA NETO, Mateus Antonio. *Juventudes e estilos de vida*: os usos dos lugares de lazer e sociabilidades. Jundiaí-SP, Paco Editorial, 2013.

BORELLI, Silvia Helena Simões; FREIRE FILHO, João (org.). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo, SP: EDUC, 2008.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do Cotidiano*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. v. 2.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. 11 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v 1.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, Osmar e NOVAES, Regina Reys (org.). *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

FÁVERO, Osmar e NOVAES, Regina Reys (org.). *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

FEIXA, Carles e LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. In: *Revista Sociedade e Estado***,** volume 25, número 2 Maio / Agosto, 2010.

FEIXA, Carles. De culturas, subculturas y estilos. In: *www.cholonautas.edu.pe / Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales*, s/d. disponível em http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Feixa%20cap3.pdf.

FREIRE FILHO, João. Das subculturas às pós-subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. In: *Contemporânea*, vol 3, nº1, p. 138-166, janeiro/Junho, 2005. Disponível em, http://pt.scribd.com/doc/70898228/Das-subculturas-as-pos-culturas-juvenis-Joao-Freire-Filho-1.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade***.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart; Jefferson , Tony (Eds.). *Resistance Through Rituals:* YouthSubculture in post-war Britaisn, Hutchinson, Londres. Working papers in Cultural Studies, University of Birmingham, 1983.

HOBSBAWM, E. J et al. *A invenção das tradições*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2006.

MADEIRA, M. A. B. G. Música, estilo e cultura urbana: juventude brasiliense dos anos 90. In: TORRES, Rodrigo (Org.). Musica popular em America Latina – Actas Actas do. *II Congresso Latinoamericano (IASPM)*. Santiago, Chile: Fondart, Ministerio de Educación de Chile, v. 1, p. 270-289, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro*: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17(49): 11-29. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_arttext.

_____. Os circuitos dos jovens urbanos. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2, 2005, pp. 173-205. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a08v17n2.pdf.

_____. *Festa no pedaço*: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2003.

_____. *Jovens na metrópole*: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Na metrópole*: textos de antropologia urbana. 3. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: Org. BRITO de, Sulamita. *Sociologia da juventude, 1*: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARCON, Frank Nilton e TOMÁZ, Cláudio. Kuduro, juventude e estilo de vida: estética da diferença e cenário de escassez. In: *Tomo*: revista do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe. – n. 21 (jul./dez. 2012). São Cristóvão: Editora UFS. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo.

MARCON, Frank Nilton. O Kuduro - Estilos de Vida e os Usos da Internet pela Juventude do Tempo Presente. In: *Cadernos do Tempo Presente*. Edição nº. 07. Disponível em: http://www.getempo.org/revistaget.asp?id_edicao=33&id_materia=126.

MILER, Daniel. O consumo como cultura material. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a03v1328.pdf.

PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Edição: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

PARSONS, Talcott. Youth in the context of American Society in youth*:* change and challenge. *Daedalus*, v. 91, nº 1, Winter, p. 97-123, 1962.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. In: FÁVERO, Osmar e NOVAES, Regina Reys (org.). *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

PEREIRA, A. B. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. *Ponto Urbe* (USP), v. 1, 2007.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. "A maior zoeira": experiências juvenis na periferia de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2010. (Tese de doutorado).

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, Carlos. (org.). *Cidade, Cultura e Globalização*. Ensaios de sociologia. Oeiras, Celta Editora, 1997.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social –Rev. Sociol.*, v. 5, nº 1-2, p. 161-178, 1994.

SPOSITO, Marilia Pontes (coordenação). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira*: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2008.

TAVARES, Breitner. Sociologia da Juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. In: *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 181-191, jan./jun. 2012. Disponível em, file:///C:/Users/Mateus/Downloads/20683-87853-1-PB%20(2).pdf.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WILLIS, Paul. *Learning to labor:* How working class kids get working class jobs. New York: Columbia Univ. Press, 1977.

OS REFLEXOS DO IMPERADOR: UMA ANÁLISE ESTÉTICA DAS BIOGRAFIAS SOBRE D. PEDRO II ESCRITA POR GILBERTO FREYRE E PEDRO CALMON

Mauro Henrique Miranda de Alcântara[385]

Em 1925 o jornalista Gilberto Freyre realizou uma conferência na Biblioteca Pública do Recife em celebração ao centenário de nascimento de D. Pedro II. Freyre deu o seguinte título a sua conferência: "Dom Pedro II: Imperador Cinzento em uma terra de Sol Tropical". Cinquenta anos depois em comemoração do sesquicentenário do nascimento do segundo imperador, o Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, lançou a conferência em formato de livro. Nesse mesmo ano, Pedro Calmon, historiador vinculado ao IHGB e professor no Colégio Pedro II, relançou, em edição especial comemorativa, a sua primeira biografia sobre D. Pedro II. "A vida de D. Pedro II: O rei filósofo", ganhou então a sua terceira edição, chancelada como uma obra da Biblioteca do Exército.

As memórias e histórias construídas sobre o Imperador são constantemente temas de trabalhos acadêmicos. No entanto, o que nos faz percorrer as duas obras, muito além de uma coincidente data de publicação, são as características que cada uma dá ao personagem biografado. Para Freyre, o Imperador Cinzento; para Calmon, o Rei filósofo. Tais títulos apresentam a disposição e a intenção dos biógrafos em dotar o seu personagem de uma modelagem, para que possam apresentar em suas narrativas uma justificativa para a trajetória e destino do Imperador.

Apesar de pautados em pesquisas em arquivos e leituras historiográficas (e biográficas), os biógrafos usam e abusam do suporte ficcional em suas obras. Como argumenta Leonor Arfuch, a biografia faz um jogo duplo, "ao mesmo tempo história e ficção"[386]. Utilizam-se de estratégias do ofício do historiador, mas ao modelar o seu personagem, buscando dar maior ênfase na sua interpretação, do que na análise das fontes e documentos levantados sobre o biografado, acabam por transformar a sua narrativa em um híbrido de história e romance. A narrativa biográfica situa-se então, em um terreno irresoluto, devido a esse hibridismo no qual se move:

> [A biografia] se moverá num terreno indeciso entre o testemunho, o romance e o relato histórico, o ajuste a uma cronologia e a invenção do tempo

[385] Professor do Instituto Federal de Rondônia. Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista FAPERO/CAPES. Contato: alcantara.mauro@gmail.com
[386] ARFUCH, Leonor, 2010. p. 117.

> narrativo, a interpretação minuciosa de documentos e a figuração de espaços reservados que, teoricamente, só o eu poderia alcançar[387].

Verifica-se, portanto, que a forma estética é uma estratégia do biógrafo para conseguir reunir em sua narrativa as características apresentadas por Arfuch: um relato ao mesmo tempo histórico e um romance, o ajuste da cronologia vivida pelo biografado e a invenção de um tempo narrativo. Na biografia, o autor organiza o caos que é a trajetória de uma vida, de forma análoga à construção do "herói" em um romance. Segundo Bakthin, o autor abre um caminho entre o caos das reações cotidianas de uma vida, buscando estabilizar os valores, os quais ele verifica como primordiais no personagem, para que o "rosto" dele apresente as características necessárias para a compreensão de sua trajetória[388].

A partir da perspectiva de Bakhtin, podemos verificar que tanto o Imperador Cinzento de Freyre, quanto o Rei Filósofo de Calmon, são construções dos biógrafos, buscando tal estabilização através dos valores captados no personagem biografado. Por vezes, a mesma característica pode ser apresentada como positiva em uma obra, e negativa em outra. É o caso da intelectualidade de D. Pedro II nas biografias mencionadas, como poderemos ver adiante.

O processo de fabricação do herói em narrativas biográficas, todavia, não é idêntico ao herói do romance livre. Bakthin descreve que os traços de um personagem biografado, são preconcebidos pelo biógrafo. Diante disso, para o teórico o herói nesse tipo de romance permanece inalterado, e o que será movido para apresentar as escolhas estéticas do escritor, serão os acontecimentos e fatos da vida do protagonista. Eles serão delineadores para justificar o destino do herói:

> (...) esses traços têm um caráter estratificado, preconcebido, são dados enquanto tal desde o início e, em toda a duração do romance, o homem permanece inalterado. Os acontecimentos não modelam o homem, mas seu destino (ainda que este seja criador)[389]

Nas obras analisadas, os títulos são um tanto quanto sugestivos, demonstram a perspectiva que os biógrafos adotam em relação ao seu protagonista. Freyre busca apresentar D. Pedro II como um Imperador Cinzento, contrastando com a realidade nacional de um país tropical. Calmon constrói uma representação de D. Pedro II como um amante das ciências e das letras, que sacrifica sua vida para o bem do seu povo outorgando ao governante a figura de mártir. Uma estratégia verificada nas duas biografias, é a apresentação dos fatos e eventos

[387] ARFUCH, 2010, p. 137-138.
[388] BAKHTIN, Mikhail M., 1997.
[389] BAKHTIN, 1997, p. 233.

vividos que justifiquem o destino do biografado, dando forma a sua escolha estética. É o que Bakthin nos diz: "os acontecimentos não modelam o homem, mas seu destino".

Esse é um aspecto intencional do biógrafo. É outra estratégia para produzir na narrativa, qualidades que acompanham o personagem do início ao fim da sua trajetória. Dessa forma, além de estabilizar as características que ele evidencia no seu herói, procura também universalizar um "tipo ideal" de personalidade. Para Paul Ricoeur, a narrativa como é construída, tende a agir sobre os personagens nela evolvidos:

> Compreende-se mais uma vez por que a ação prima sobre os personagens: é a universalização da intriga que universaliza os personagens, mesmo quando eles conservam um nome próprio. Donde o preceito: primeiro conceber a intriga, em seguida dar nomes[390].

No caso das biografias que aqui analisamos, o sujeito biografado é o mesmo, mas as descrições sobre a sua trajetória, tornam-no diferente. Diante disso, é a narrativa que constrói e universaliza o Imperador Cinzento de Freyre e o Rei Filósofo do Calmon.

A utilização de inovações semânticas nas duas obras, para explicar a trajetória do biografado, demonstra que essa é uma estratégia para amarrar a estória do personagem narrado, porém, apresentando algo novo, "inédito". Esse é um artifício utilizado pelo biógrafo, na narrativa, para apresentar a estabilização e universalização do protagonista, dotando-o de atributos heroificados (positivamente ou negativamente).

Paul Ricoeur descreve que o uso de inovação semântica é uma tática, que ele nomeia como imaginação produtiva, que consiste na síntese dos valores verificados nos personagens, por meio de termos e expressões:

> É nessa mudança de distância no espaço lógico que a imaginação produtiva opera. Esta consiste em *esquematizar* a operação sintética, em *figurar* a assimilação predicativa da qual resulta a inovação semântica. (...) Ora, a intriga de uma narrativa é comparável a essa assimilação predicativa: ela "toma juntamente" e integra numa história inteira e completa os acontecimentos múltiplos e dispersos e, assim, esquematiza a significação inteligível vinculada à narrativa tomada como um todo[391].

A imaginação produtiva consegue integrar e completar os fatos e acontecimentos dispersos, e ainda contemplar uma explicação inovadora e organizada. Isso nos permite pensar que as figuras de linguagem utilizadas pelos biógrafos são uma estratégia tanto para conseguir justificar a estética de sua narrativa, quanto para apresentar, a partir dos mesmos fatos e acontecimentos, uma nova explicação.

[390] RICOEUR, Paul., 2010. p. 73.
[391] RICOEUR, 2010, p. 2.

Diante do exposto, a intenção desse trabalho é demonstrar como as construções estéticas nas narrativas biográficas desenvolvem atividades miméticas, devido a busca da "imitação" ou "representação" de D. Pedro II.

O Imperador Cinzento do Gilberto Freyre

A realização da conferência em comemoração aos cem anos do nascimento de D. Pedro II, em 1925, na Biblioteca Pública do Recife, para o seu ministrante, Gilberto Freyre, não poderia ter tido melhor escolha. Para o escritor pernambucano, biblioteca é o melhor pano de fundo para narrar a vida do segundo imperador, pois era entre os livros que ele se sentia mais à vontade:

> O ambiente, aliás, não pede outra atitude: nem o assunto pedia outro ambiente. O ambiente de uma biblioteca. A sombra dos livros. Entre os livros, mais que entre as casacas dos ministros e os decotes das viscondessas, viveu Dom Pedro II; e agora que ele é morto, e passa o centenário do dia em que nasceu, é justo que falemos de sua vida entre os livros que tanto amou. Entre os livros que amou demasiadamente. Entre os livros que no seu palácio recebia, como Pedro I às mulheres: antes dos grandes do Império[392].

A analogia que Freyre faz entre o lugar da sua conferência com o lugar de preferência do Imperador demarca uma característica importante, e que será o mote principal da vida do monarca, para esse escritor: o amor às letras e a busca por se apresentar intelectualmente.

Verifica-se, também, que ele compara o amor de D. Pedro II pelos livros, ao amor de D. Pedro I às mulheres. A excessiva libertinagem do primeiro imperador, o levou à ruína. O excesso de intelectualidade do segundo o levou para o mesmo caminho. A partir disso, outra característica que o escritor descreve como importante para um príncipe é a necessidade de certa malemolência, típica dos brasileiros para ele. A intransigência e tirania da moralidade foi um dos maiores erros do D. Pedro II, segundo Freyre.

Assim que toma as rédeas do seu reinado, a partir da maioridade, o monarca começa a moldar o país a partir de seus valores, delineando no Brasil uma "Era Vitoriana brasileira", "projetando sobre a vida nacional uma sombra de governante inglesa fantasiada de imperador"[393]. O biógrafo apresenta as tendências e virtudes do Imperador como cinzentas. Inicialmente, aparenta-se como um atributo interessante, inovador e que traria benefícios para o país. No entanto, tal peculiaridade, acaba por se tornar uma "tirania da moralidade", trazendo prejuízos para o seu governo, e para a sua posição de governante:

[392] FREYRE, Gilberto.,1975. p. 9.
[393] FREYRE, 1975, p. 12.

> Dizer-vos que o Segundo Reinado foi no Brasil, pela tirania moral de Pedro II e o seu **lápis fatídico** – que até ao um tanto boêmio Barão do Rio Branco dificultou a ascensão política – um período melancolicamente virtuoso, isto não hesito. Não é que a virtude não se possa aguçar em alegria artística. (...) Mas a estética da virtude dificilmente a conseguem os governantes que se parecem às governantes; ou que pretendem tiranicamente acinzentar em calvinistas os povos que governam. E é o que foi Pedro II com sua "ditadura da moralidade", com suas preocupações de marcar a lápis azul o estadista que tinha amante, o senador que bebia, o político que jogava. (...) A tirania moral tem o inconveniente de dar saudade dos próprios excessos do pecado[394].

Para Freyre, D. Pedro II pecou pelo excesso de moralidade e intelectualidade. Parecia o monarca não compreender o país que governava: católico e tropical. Percebe-se nesse momento, que o escritor utiliza de figuras de linguagem para apresentar os atributos do governante: é o Imperador Cinzento. É importante destacar essa metáfora, pois ela é o ponto central da narrativa: a busca em acinzentar o país tropical, será, ao mesmo tempo, a marca do reinado de D. Pedro II e o motivo para a sua derrocada.

Constata-se nessa passagem, que o "pecado" é uma qualidade para o governante. Ao pecar na medida certa, o príncipe constrói um imaginário sacro, no qual ele é ao mesmo tempo divino e humano. E para Freyre, esse é um atributo importante para um Imperador, principalmente sendo ele do Brasil. Para ele os brasileiros queriam ver D. Pedro II de "cetro, reinando e a cavalo, como um São Jorge de verdade". Não estaria disposto o povo brasileiro em "ouvir os discursos e as frases de censor moral, de Marco Aurélio medíocre"[395].

O monarca deveria ter sido mais tropical e menos cinzento. Para o escritor, D. Pedro II deveria ter compreendido que governava o Brasil, um país escravocrata, latino-americano. Os seus atributos cinzentos não estavam de acordo com as necessidades de um estadista brasileiro:

> E de tanto manejar o lápis azul de censor moral, o falado ***lápis fatídico***, Dom Pedro acaba quase perdendo o jeito de empunhar o cetro. Este, o seu drama – ou a tragicomédia? – da Monarquia no Brasil do século XIX: um Brasil predisposto ao governo de um Arqui-Patriarca, cujo palácio fosse uma arqui-Casa-Grande e cuja figura só surgisse aos olhos do povo a cavalo, as esporas de ouro tilintando como as de um Carlos Magno de história de Trancoso[396].

A excessiva preocupação com as artes, ciências e letras, em manusear o seu "lápis fatídico", como um burocrata, ou como prefere o biógrafo, como um "censor moral", D. Pedro II perdeu a habilidade de manusear os instrumentos majésticos, e com isso, não

[394] FREYRE, 1975, p. 13. Mantivemos os grifos existentes na obra.
[395] FREYRE, 1975, p. 16.
[396] FREYRE, 1975, p. 16.

conseguiu atender aos reclamos do seu povo. Para este escritor, o monarca deveria ter honrado a "tradição do homem brasileiro do povo", mais "senhor-de-engenho rústico", "caboclo macho do Norte", amigo dos "senhores poderosos, de caciques resistentes e astuciosos, de patriarcas duros e ao mesmo tempo paternais no exercício do mando". Assim como foi o "Marechal de Ferro", na república[397].

Apesar de tais descrições, para Freyre D. Pedro II era um "mártir", pois sacrificou a sua "meninice" e "mocidade" para cumprir o seu papel de Imperador[398]. A partir dessas colocações, compreende-se o papel heroificado que o escritor concebe do seu biografado. As características do protagonista evidenciado na obra, principalmente a intelectualidade, moralidade e estoicidade, pesquisados por Freyre em obras de escritores e historiadores de sua época e que escreveram sobre a vida do Imperador (caso de Oliveira Lima e Ferreira Vianna), jornais e outros arquivos, são direcionados na narrativa, negativamente. Tais características se chocavam com as necessidades do país, e como governante, o monarca colocou a sua vontade a frente da população que governava.

Entre os vários períodos e momentos de um reinado de quase meio século, dentre as várias e conflituosas qualidades do governante, Freyre escolheu os momentos finais do Império e as justificativas que circulavam nos periódicos da corte, para construir a narrativa sobre o personagem. Com isso, ele seguiu os passos descritos por Bakthin: utilizou de determinados adjetivos verificados nas pesquisas sobre o biografado para estabilizar o seu "rosto" e organizar o caos que é uma vida. Nesse caso, o caos da vida de D. Pedro II, foi organizado pela sua (sempre) intransigente moralidade e estoicidade.

Ao colocar o seu protagonista no espelho, é de casaca, cinzento, sisudo e nada popular que Freyre representa o seu D. Pedro II. A "ação prima sobre o personagem", como diz Ricoeur, e o trágico destino do monarca é a justificativa. E são os desdobramentos semânticos do "cinza" (cinzento, acinzentado, acinzentar, etc.) que realiza a síntese do heterogêneo, conseguindo a partir de uma imaginação produtiva organizar as escolhas estéticas, das fontes, das leituras e da trajetória do biografado, através de uma expressão metafórica: O Imperador Cinzento.

O Rei Filósofo do Pedro Calmon

Pedro Calmon, em sua biografia "A vida de D. Pedro II: O Rei Filósofo", apesar de apresentar o seu protagonista diferentemente da perspectiva do Gilberto Freyre, também tem

[397] FREYRE, 1975, p. 15.
[398] FREYRE, 1975, p. 10-11.

no amor do Imperador pelas artes, ciências e letras, o mote principal para sua narrativa. Afinal, era D. Pedro II, um Rei Filósofo, para Calmon. E assim como Freyre, Calmon destaca a biblioteca como um lugar central na vida do monarca.

Para Calmon, D. Pedro II cumpriu com determinação e esmero seu papel de Imperador. Por mais entediantes que pudessem ser suas funções, sempre que era possível, fugia para sua biblioteca, devorava os livros, como se fossem brinquedos:

> Representou corretamente o seu papel. Fatigou-se dele muitas vezes. Aprendeu longamente a dissimular, conter-se, sacrificar-se, com o tempo retalhado pelo horário, escravo do protocolo, um pouco mecanizado pela etiqueta nova, que lhe mudara a vida, e fugindo disso quanto podia, para as leituras prediletas, o esquecimento de tudo, na ampla biblioteca, onde o esperavam, como brinquedos amados da infância interrompida, os livros que devorava...[399].

É possível perceber nessa passagem, que ser Imperador para o sujeito Pedro de Alcântara, era um ofício fatigante, praticamente um sacrifício que fazia. Em diversas outras passagens da obra, essa argumentação é repetida, às vezes até mais enfática e efusivamente. Essa é uma estratégia do biógrafo, para demonstrar que o seu protagonista exercia sua função de monarca, como uma obrigação, e não pelo amor ao poder. Para Calmon, a vida ideal, a qual D. Pedro II sonhou para si, seria ser um professor, mestre-escola. As leituras, as curiosidades científicas, o amor as artes, era o que mais deixava o monarca feliz. A biblioteca e os livros são a válvula de escape do personagem. E essas passagens repetidas no transcorrer da narrativa, são inseridas após Calmon descrever funções políticas, as quais o monarca as cumpria sem grande entusiasmo.

Para Calmon, D. Pedro II era um modelo humano, um "indivíduo raro". Sua obra seria um retrato verídico da memória do Imperador. Este que presenciou e participou de mudanças importantes da realidade brasileira:

> É assim um diferente retrato da mesma severa fisionomia; uma outra projeção, da mesma vida laboriosa; um D. Pedro II que do nascimento à morte se acompanha do desenvolvimento, da crise, das transformações, da realidade brasileira. Oferecemo-lo ao público que aprecia os sinceros e velhos, os grandes e famosos modelos humanos, preferindo a verdade – na memória – à ficção – na fábula: a longa verdade sobre esse indivíduo raro, aos seis anos de idade imperador, aos 14, soberano, durante perto de cinquenta anos encarnação da autoridade – e árbitro do poder[400].

Nesse trecho Calmon descreve as qualidades que caracterizam o seu personagem: severa fisionomia; laborioso; modelo humano; indivíduo raro; soberano; árbitro do poder.

[399] CALMON, Pedro., 1975. p. 36.
[400] CALMON, 1975, p. VIII.

Tais atributos estão presentes, juntos ou separados, em toda a biografia. Todas as ações, reações, atitudes e até mesmo o destino do Imperador, são diretamente relacionadas a esses adjetivos. O biógrafo recorre a tais características, mesmo quando o seu personagem aparece nas mais complicadas situações.

Quando no final da Guerra entre os países da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai, D. Pedro II não aceitava a retirada das tropas brasileiras do país vizinho até que o General Solano López, presidente do Paraguai, fosse capturado: "Somente o Imperador permanecia implacável: não lhe falassem em paz antes da captura ou expulsão dele"[401]. Tal atitude do monarca foi bastante criticada na época, e trouxe certo desgaste para ele junto ao comando do exército, principalmente ao Duque de Caxias, que não concordava com essa obsessão do D. Pedro II pelo "El Mariscal", como era chamado Solano López. Para Caxias, já havia terminado, o Paraguai já estava capitulado.

Mas para Calmon, o grande problema da "caçada a López" foi a forma como se efetivou sua morte, e não a persistência do Imperador em caçá-lo. Destituir os chefes de estados do sul da América do Sul, que impossibilitavam a paz na região do Bacia do Prata, para trazer a estabilidade e harmonia a região, foi um dos grandes atos do D. Pedro II. E ele sonhava que López teria o mesmo destino de Estigarribia e Rosas, o exílio.

> A magnanimidade entrava no sistema de sua política, na sedução de sua diplomacia: Estigarribia vivia no Rio em liberdade, de uma pensão que lhe dava o Imperador, e frequentava o teatro... Não interessava ao equilíbrio platino o trucidamento do "Mariscal": faria ele, na Inglaterra, boa companhia a Rosas. Disse-se mesmo que este, no seu exílio de Southampton conservava à mesa um lugar vazio, à espera do outro adversário de D. Pedro II...[402].

A magnanimidade do Imperador é visível até na sua política diplomática, segundo Calmon. Mas para um rei filósofo e pacifista, essa atitude seria a única condizente com a sua posição, alega o biógrafo. A posição imperial de só aceitar o fim da guerra, quando López fosse capturado, era mais um ato de grandeza, do que de tirania, para Calmon. Tal atitude era uma marca do reinado do Imperador, que tinha na manutenção da paz e estabilidade suas principais preocupações para com o Brasil. Ele havia sacrificado sua vida para proporcionar tais condições para o seu país. Só mantinha o seu poder, só não renunciava o seu cargo por não ser egoísta. Na verdade era um "democrata", segundo Calmon.

> *Eu sou republicano. Todos sabem. Se fosse egoísta, proclamava a república para ter as glórias de Washington... Somente sacrificava o Brasil à minha*

[401] CALMON, 1975, p. 171.
[402] CALMON, 1975, p. 173.

> *vaidade... Porque as pequenas províncias não têm pessoal para a federação, e seria um desgoverno geral, que acabaria pela separação*. (...)
> República era, para ele, como para Montesquieu, a virtude civil, sem ambições e pompas da coroa, que é a glória. Poderia ser mais exato: era democrata. Que ninguém sobrepusesse à razão e ao povo um direito, mesmo que fosse o seu direito[403].

Nessa passagem, verificamos que o biógrafo cita um trecho como se fosse de autoria do próprio imperador, se autoproclamando republicano[404]. E ele corrige D. Pedro II, alegando que na verdade ele era um democrata. Ambas as colocações, estão para ratificar a posição que colocamos no início da análise da biografia escrita por Calmon: o desapego do Imperador ao poder, mas ao mesmo tempo seu cuidado com o país e presteza e zelo com suas funções políticas. Nesse momento, o biógrafo insere, o que ele faz em diversos momentos da obra, qual seria o destino do protagonista: perder a sua coroa e a implantação da República. No entanto, esse advento não era algo inesperado ou contrário a vida do D. Pedro II, ao contrário, era um destino natural do país, e que ele vislumbrava que aconteceria, cedo ou tarde.

Diferentemente do Gilberto Freyre, as qualidades do Imperador na biografia de Pedro Calmon, apresentam-se de forma positiva. Esses atributos estabilizam uma vida (como o próprio Calmon descreve) longa e como podemos perceber pela grandeza da sua obra e pela sua forma de narrar, repleta de eventos, fatos e episódios. Esses adjetivos, ao mesmo tempo, modelam o caráter do biografado, colaborando para o desfecho da sua vida. Mas não há rupturas, todos os atos são condizentes com as suas virtudes e, sair de cena na proclamação da República, fora mais um ato de alívio, fim do sacrifício, do que uma perda para D. Pedro II:

> De política, falava o menos possível. Não combatia a república; achava-a natural e duradoura. "Oxalá mostre-se a minha gente digna do sistema republicano, não sentindo eu pena senão de não lho haver dado mais cedo" (*trecho do diário do Imperador*)[405].

D. Pedro II não falava sobre política, após o exílio, pois ela nunca lhe interessou, na visão do Calmon. Nesse fragmento, o qual apresenta uma interpretação do biógrafo e um trecho do diário do Imperador, para ratificar sua interpretação, percebemos que o exílio fora mais uma aposentadoria, ou até mesmo, um júbilo para o Imperador, do que um momento de angustiante tristeza ou sentimento de perda. Para Calmon, o sistema republicano viria engrandecer o reinado do D. Pedro II, que não foi nada mais do que um momento de preparação da população brasileira, para a vida republicana.

[403] CALMON, 1975, p. 263.
[404] No entanto, não há referências de qual fonte/arquivo foi retirado esse fragmento.
[405] CALMON, 1975, p. 295.

A descrição do reflexo do Imperador para Pedro Calmon, é de um homem magnânimo, democrata coroado, republicano, visionário e, acima de tudo, filósofo. Tais características, verificadas em toda a obra, em todos os momentos, inclusive nos mais complexos, são as "inovações semânticas", que Calmon utiliza para "universalizar" sua narrativa, e com isso, universalizar a sua ideia/percepção de um Rei Filósofo. Este é construído heroificadamente, e o seu destino (o exílio) foi um presente para um homem que sacrificou sua vida pelo bem da nação que governava.

Tanto foi um presente, que foi "agraciado pelo regime que o derrubou com os vencimentos de presidente da Nação"[406], insiste o biógrafo. Tais adjetivos são a representação da "imaginação produtiva" do Calmon. É através deles, que o autor consegue estabilizar uma longa trajetória, repleta de enigmas e situações de difícil explicação. A partir dessas palavras adjetivas, ele conseguiu fazer a "síntese do heterogêneo", garantindo uma narrativa que explica a vida do seu protagonista, mesmo em situações difíceis de serem explicadas, em lugares, como diz Arfuch, que somente o "eu" poderia ter acesso, bem como, o representa como um modelo humano, um príncipe ideal. Uma típica biografia exemplar.

Considerações Finais

As duas biografias analisadas aqui representam algumas das *mimeses* narradas e publicadas sobre o D. Pedro II. Personagem esse, um tanto quanto enigmático, por tantas obras terem sido, e ainda têm sido publicadas (ou republicadas) sobre ele. As obras de Gilberto Freyre e Pedro Calmon possuem características diferentes: a primeira trata da publicação de uma conferência, curta, menos de trinta páginas, mais preocupada em apresentar a contradição entre o Imperador Cinzento da Terra de Sol Tropical, do que em explicar a trajetória da vida do protagonista. A segunda, ao contrário, busca justamente narrar a vida do monarca, aliás, narrar a "verdade" da sua longa vida, como enfatiza Calmon.

Mesmo com tais diferenças, ambas utilizam de estratégias estéticas para explicar a vida do biografado. Apesar de partirem das mesmas características, o Imperador Cinzento de Gilberto Freyre, apresenta-se como um herói dotado de características negativas, e o Rei Filósofo de Pedro Calmon, é o que de mais positivo poderia ter existido para o Brasil, em sua época.

Sendo assim, percebemos que, como descreve Paul Ricoeur, há uma busca de universalizar ideias e ideais na narrativa, para posteriormente universalizar os personagens

[406] CALMON, 1975, p. IX.

envolvidos nela. Freyre e Calmon, buscam a partir das suas escolhas documentais, e principalmente, das suas escolhas estéticas, apresentar uma narrativa justificadora para o destino do biografado, utilizando qualidades e figuras de linguagens que representam (mimeticamente) o seu biografado.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico:** dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CALMON, Pedro. **A vida de D. Pedro II, o rei filósofo**. Edição especial comemorativa do sesquicentenário de seu nascimento. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975. p. 36.

FREYRE, Gilberto. **Dom Pedro II:** Imperador Cinzento de uma Terra de Sol Tropical. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Vol. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. CALMON, 1975.

A LEI DE MOISÉS E A JUSTIÇA DOS HOMENS: AS *ATAS DAS CONGREGAÇÕES JUDAICAS ZUR ISRAEL, EM RECIFE, E MAGUEN ABRAHAM, EM MAURÍCIA* E A ESTRATÉGIA DE AUTORREGULAMENTAÇÃO DOS JUDEUS DO RECIFE HOLANDÊS (1648-1654)

Nelson Santana Santos[*]

Resumo:

Esta comunicação apresentará uma breve análise acerca de alguns dispositivos constantes do livro de Atas das Congregações Judaicas de Recife e Maurícia, escrito entre 1648 e 1654. O foco principal estará sobre as regras que prescreviam normas de comportamento, cuja fiscalização e aplicação de sanções – em casos de descumprimento – eram de competência da própria comunidade judaica. Busca-se demonstrar como aquela comunidade desenvolveu uma estratégia de autorregulamentação de suas condutas. Tal estratégia, apesar de formalizada em um documento de cunho religioso, tinha como um de seus corolários a tentativa de resguardar o máximo possível aquele grupo da necessidade de recorrer à justiça estatal, em decorrência da perseguição sofrida pelos judeus em diversos espaços e temporalidades. Intenta-se, assim, demonstrar *in casu* a estreita inter-relação existente entre religião, justiça e poder, na sociedade colonial seiscentista.

Palavras-chave: Judaísmo. Autorregulamentação comunitária. Brasil Holandês.

1. **Introdução**:

Durante quase todo o período de domínio português sobre sua colônia na América, a única religião permitida foi a católica. Os súditos da coroa lusa sobre os quais pairassem indícios (ou boatos) de práticas diversas dos ensinamentos daquela religião corriam o risco de serem processados e condenados pelo Tribunal do Santo Ofício.

Exceção a este cenário foi o interregno de domínio holandês sobre a porção nordeste da colônia portuguesa. Naquele período, transcorrido entre 1630 e 1654, a administração batava garantiu aos habitantes daquela colônia o mesmo direito que gozavam os cidadãos da

[*] Mestrando em Ciências da Religião (PPGCIR-UFS), membro do Grupo de Pesquisas Diáspora Atlântica dos Sefarditas. Licenciado em História (UFS) e Bacharel em Direito (UFS).

metrópole neerlandesa: a liberdade de consciência religiosa. Mesmo antes de efetivarem seu domínio sobre as terras até então pertencentes a Portugal, os holandeses já haviam editado um documento que assegurava a todos os cidadãos de suas colônias a liberdade de consciência religiosa. Tratava-se do *Regimento do Governo das Praças Conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais*, redigido em 1629, pela Companhia das Índias Ocidentais – sociedade responsável pela administração da colônia neerlandesa –, o qual em seu artigo 10 proclamava que:

> Será respeitada a liberdade dos espanhóis, portugueses e naturais da terra, quer sejam católicos romanos, quer judeus, não podendo ser molestados ou sujeitos a indagações em suas consciências ou em suas casas particulares. E ninguém se atreverá a inquietá-los, perturbá-los ou causar-lhes estorvo, sob penas arbitrárias ou, conforme as circunstâncias, exemplar e rigoroso castigo[407].

Percebe-se que além dos católicos – que, como já vimos, compunham a única religião permitida na colônia portuguesa até então – o documento faz menção expressa à liberdade de consciência religiosa para os judeus. Com base nesta garantia jurídica estabelecida pelo "Regimento das Praças", bastou que o domínio neerlandês se efetivasse sobre o nordeste brasileiro para que os judeus começassem a surgir naquela região. A rigor, alguns deles já viviam ali, sob a condição de cristãos-novos, ou seja, judeus forçados à conversão ao catolicismo ou descendentes destes. Outros vieram da Holanda – a nova metrópole para aquelas terras – onde o número de judeus portugueses fugitivos da vigilância da Inquisição já era bastante considerável.

A comunidade judaica reunida na colônia holandesa na América inicialmente praticava seus rituais religiosos em casas: as chamadas esnogas particulares. A partir de 1636, o fluxo de judeus oriundos da Holanda para Pernambuco e províncias vizinhas intensifica-se cada vez mais. Como decorrência disto, fez-se necessária a construção de sinagogas. Apesar de referências esparsas a existência de outros locais de reunião dos judeus no chamado Brasil holandês[408], só há prova documental da existência de duas sinagogas naquele período: a *Kahal Kadosh Zur Israel [Santa Congregação Rochedo de Israel]*, em Recife e a *Kahal Kadosh Magen Abraham [Santa Congregação Escudo de Abraão]*, na Cidade Maurícia – povoação construída defronte para Recife, na Ilha de Antônio Vaz, na outra margem do Rio

407 RIAHGP, 1886, p. 292.

408 Bruno Feitler (2005, p. 72), por exemplo, refere-se à existência de sinagogas informais na Paraíba, em Olinda, em Itamaracá e em Penedo.

Capibaribe, atual bairro de Santo Antonio – fundadas, respectivamente, em 1636 e 1637[409]. Estas duas congregações tiveram existência independente em certo momento porém no ano de 1648, a congregação de Maurícia passou a subordinar-se a *Zur Israel*. Dentre os documentos produzidos por tais congregações, o mais importante foi o seu "Livro de Atas".

O Livro de Atas das Congregações Judaicas[410] é um documento fundamental para o estudo do judaísmo no Brasil Holandês. Alguns estudiosos deste período da história brasileira, a exemplo de Ronaldo Vainfas (2010) e David Weitman (2003) concordam que tal documento tem sido muito citado por estudiosos de tal religião no Brasil, porém, por mais paradoxal que pareça, tem sido – em contrapartida – pouco estudado. De acordo com o professor de História Moderna da UFF, o "Livro de Atas" trata-se de "documento valioso, que permite reconstruir o modelo organizacional da *Zur Israel*, sua filosofia de governo, seu sistema de escolha dos dirigentes, as rendas da Congregação e os detalhes da visa sinagogal"[411].

O objetivo deste artigo é abordar alguns aspectos desta importantíssima fonte documental. Mais precisamente, buscaremos, neste escrito, tratar deste documento enquanto fonte de regulamentação interna da comunidade judaica, inclusive como estratégia para evitar a interferência da justiça estatal sobre a vida de tal comunidade.

2. O Livro de Atas das Congregações Judaicas do Recife: visão geral.

O "Livro de Atas" começou a ser escrito no ano de 1648 (5409, no calendário judaico). O manuscrito original consta de 28 páginas. Para efeito didático, podemos dividir o seu conteúdo em duas partes: as *haskamot* e os registros.

A primeira parte, as *haskamot,* ocupa oito páginas do manuscrito. Corresponde ao conjunto de 42 estatutos que regulamentavam a administração das referidas congregações. A aprovação destes estatutos ocorreu no dia 16 de novembro (1º de *Kislev*) de 1648. Conforme veremos, no entanto, alguns desses artigos ultrapassavam a esfera da administração sinagogal e espraiavam sobre as condutas dos integrantes daquelas comunidades religiosas. Vale destacar que os termos *Haskamot, Escamot* ou *Scamoth* significam o conjunto de "decisões, acordos, artigos e dispositivos da Constituição de uma congregação judaica"[412].

Já a segunda parte do livro, é composta por registros de fatos e ordenanças que a

409 FEITLER, 2005, p. 69

410 Doravante, referido apenas como "Livro de Atas" ou "Pinkas"(palavra hebraico para designar os livros de atas das sinagogas).

411 VAINFAS, 2010, p 149.

412 WEITMAN, 2003, p. 20.

administração daquelas comunidades julgou importantes o suficiente para serem anotadas no seu principal instrumento de documentação. Percebe-se, portanto, que é nesta segunda parte que o "Livro" se aproxima mais claramente do tipo de documento que lhe serve de título. É nesta parte que efetivamente encontramos um "Livro de Atas".

3. O Livro de Atas das Congregações Judaicas: sua história.

Como já indicado anteriormente, o *Pinkas* começou a ser escrito em 1648. Isto se deve ao fato de que naquele ano o conselho executivo das sinagogas, o *Mahamad*[413], reuniu-se para proceder a uma reformulação das *haskamot* até então existentes. Assim, os 42 artigos anotados no Livro de 1648 substituem um conjunto de regulamentos anterior. Constituem-se na sua reformulação. Quanto ao conjunto de normas anterior, não se tem notícia nem do documento original nem de cópia do mesmo.

O domínio holandês em Pernambuco estendeu-se de 1630 a 1654. Nesta última data, momento em que os portugueses retomaram o controle político e militar sobre todo o nordeste de sua colônia na América, os judeus aqui residentes viram-se obrigados a deixar o Brasil ou (re)converterem-se ao catolicismo. A maioria dos que optaram pela primeira alternativa tomaram como destino a mesma terra onde já viviam antes: a Holanda. O "Livro de Atas" seguiu este mesmo trajeto rumo às Províncias Unidas. Acabaria guardado na livraria *Ets Haim-D. Montezinos* (o arquivo da comunidade judaica), em Amsterdam, onde permaneceria no esquecimento historiográfico por quase três séculos.

Conforme apurado por Arnold Wiznitzer[414], após 1653 (ano do último registro inserido), a primeira referência ao "Livro de Atas" foi feita pelo historiador português J. Mendes dos Remédios, em 1911. Posteriormente, referências esparsas foram feitas por importantes nomes como J.S. da Silva Rosa, em 1925; Nahum Sokolow, em 1929; Cecil Roth, em 1931; Samuel Oppenheim e Herbert Bloom, em 1934; Salo Baron, em 1942; e José Honório Rodrigues, em 1949. No entanto, tal documento só se tornaria efetivamente conhecido através da iniciativa do pesquisador austríaco Arnold Wiznitzer, o qual resolveu transcrevê-lo na íntegra e torná-lo público através de sua inserção no volume 74 dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O ano era 1953. Exatos trezentos anos haviam passado desde que o último registro fora inserido no *Pinkas*, em 1653.

---

413 O *Mahamad* era composto por cinco integrantes: quatro *parnassim* (conselheiros) e um *gabai* (tesoureiro), eleitos pelo próprio Conselho. A este conselho cabia "a direção da comunidade, velando pela realização do culto divino, evitando disputas entre correligionários" (MELLO, 1996, p. 336).

414 WIZNITZER, 1953, p. 216-218.

Vistas sucintamente a estrutura e a história do "Livro de Atas", passemos então à apresentação dos artigos que mais interessam ao objetivo deste texto.

4. O Livro de Atas e a autorregulamentação da comunidade judaica no Brasil Holandês.

Como já dado a entender anteriormente, o "Livro de Atas" é antes de tudo um conjunto de ordenações comunitárias cuja finalidade principal é a regulamentação da administração da comunidade judaica do Recife e de Maurícia, particularmente no tocante aos assuntos das sinagogas e a manutenção de suas atividades. No entanto, alguns de seus artigos vão além disto. Acabam funcionando também como estratégias de normatização do comportamento comunitário de forma a garantir que seus membros não precisem recorrer à justiça secular e não deem caso a serem alvo dela. Este tipo de estratégia é, em grande parte, uma decorrência do fato da religião judaica ter sua prática proibida em diversos países até aquele momento da história – século XVII. Na península ibérica, uma das consequências desta proibição era o fato de que aqueles sobre quem pairasse a mera suspeita de práticas religiosas judaicas, pudessem ser investigados e até mesmo condenados pelo Tribunal da Inquisição do Santo Ofício. Outro aspecto muito ligado a este receio em recorrer à justiça estatal refere-se às constantes acusações – infundadas, nunca é demais dizer – de que os judeus eram responsáveis diversos infortúnios ocorridos na Europa, sobretudo na Idade Média. Em alguns locais, os judeus chegaram a ser responsabilizados até pelo aparecimento da peste. Por todos estes motivos, era interessante, do ponto de vista das comunidades judaicas, evitar ao máximo o recurso à justiça comum, secular. Era muito mais seguro e salutar resolver os problemas internamente[415]. Sob este ponto de vista, a comunidade religiosa seria capaz de resolver grande parte de seus problemas, inclusive alguns cuja alçada seria *prima facie* de competência da justiça estatal e secular.

Vejamos, então, como este tipo de estratégia manifestou-se através do "Livro de Atas" das comunidades judaicas pernambucanas. Os artigos nos quais este tipo de estratégia fica mais clara são os de número 19, 20, 25, 26, 27, 28 e 31, dentre as *haskamot*. Além destes, deve ser citado, também, o comando inserto na anotação datada de 05 de Hesvan de 5411.

[415] Bruno Feitler (2005, p. 71) acrescenta ainda o fato de que as comunidades judaicas de Pernambuco exerciam uma política da "maior descrição possível". Para ele, tanto a comunidade de Recife quanto a de Amsterdam, adotavam tal postura a fim de "não se demarcar culturalmente da sociedade protestante que a acolhia". Ronaldo Vainfas (2010, p. 183), por sua vez, destaca que "buscava-se preservar a pureza da lei e a ordem da congregação, quer para reforçar a autoimagem de todos, quer para defender a comunidade das hostilidades externas".

A *haskama* de nº 19 estabelece o seguinte[416]:

> Nº 19
>
> Que nenhuma pessoa faça reuniões com outras, em público ou em segredo, para obter votos, pareceres por escrito ou não, para efeito de irem contra o que os Senhores do *Maamad* ordenarem. Nem pode [ninguém] defender [ações] que se façam para obstruir as ordens dos Senhores do *Maamad* e a quietação deste K.K. Qualquer pessoa que for tão atrevida a for contra este, pagará de pena 250 florins. Sendo admoestado e ficando em sua contumácia, o declaramos desde logo apartado de nossa nação. Não serão admitidos sem primeiro pagarem a dita pena e fazer a penitência que os senhores do *Maamad* lhes ordenarem. Na mesma pena incorrerá quem fizer papéis difamatórios ou pasquins, ou escrever cartas difamatórias contra qualquer pessoa que seja, tanto neste Recife como para a Holanda e outras partes, e sempre fará a penitência que os Senhores do *Maamad* ordenarem[417].

Aqui destacamos o último parágrafo da norma. Os Senhores do Conselho determinam que nenhum membro da comunidade poderia escrever papéis ou cartas difamatórias contra qualquer pessoa do Recife. Desta maneira, embora no poloI ativo da norma estejam apenas os membros da comunidade, a esfera passiva compreende todos os habitantes do Recife e da Holanda. Sob o ponto de vista dos *mahamadim*, a difamação espalhada por algum dos membros da comunidade judaica acabaria por redundar na difamação e prejuízo da própria comunidade. Por tal razão, este tipo de conduta deveria ser seriamente desencorajada e punida.

O regulamento de nº 20, por sua vez, determina:

> Nº 20
>
> Que ninguém tome cartas alheias vindas da Holanda ou de outras partes para ficar com elas sob pena de *berachá*, salvo se for com bom coração de dá-las logo aos seus donos. E se terá muito cuidado com que em *Shabat* não se vá tomar cartas do correio e nem de outras partes, pois é contra a observância de nossa Santa Lei[418].

Berachá é o termo hebraico utilizado para designar uma espécie de advertência que constitui-se num passo inicial para o afastamento da congregação. A palavra significa literalmente benção, no entanto seu uso ocorre como "eufemismo para significar maldição" (WEITMAN, 2003, p. 18). A norma em tela refere-se a um serviço de escopo público: a entrega de cartas. Diante de tal prescrição não há como não lançar a pergunta: seria a prática de ficar com cartas alheias um hábito tão comum, na comunidade, a ponto de ser elaborado

---

416 Quanto à transcrição dos artigos, optamos por apresentá-las sob a forma modernizada, conforme apresentadas pelo Rabino David Weitman (2003). Por questão de espaço, ficamos impossibilitados de apresentar a transcrição paleográfica. O leitor mais ávido, no entanto poderá consultá-la na célebre transcrição realizada por Arnold Wiznitzer (1953).

417 WEITMAN, 2003, p. 31.

418 Ibidem, p. 31.

um estatuto específico para proibi-lo?

Na *haskama* de nº 25, lemos o seguinte:

> Nº 25
>
> Terão os Senhores do *Maamad* obrigacão de se ajuntarem duas vezes na semana para tratarem das necessidades que houver na terra e cuidar delas e juntamente do bem comum. Particularmente, para que não haja pessoa de ruim vivenda, ou de outras suspeitas ruins e tratar de emendá-la pelo melhor meio que se possa, sem escândalo público. E, caso não haja progresso, ditos Senhores do *Maamad* lhe darão a pena que merece tal desobediente, e a que se lhe puser se executará. Entende-se sempre que a pena imposta por execução é para que não haja iniquidade em Israel[419].

Neste artigo, a preocupação com a esfera extra-religiosa é cristalina. Cabia aos *mahamadim* zelar não somente pelo correto exercício do culto divino como também pelas questões terrenas. Para tanto, deveriam reunir-se duas vezes por semana. Importante frisar, também, que o âmbito desta norma refere-se tanto a questões materiais (não deveria haver na comunidade "pessoa de ruim vivenda") quanto comportamentais (não deveria haver, também membros da comunidade alvos de suspeitas ruins).

A regulamentação contida no nº 26, por sua vez, determina:

> Nº 26
>
> Que sucedendo algum caso indecente com alguma pessoa, e ela cair nas mãos da justiça, desde logo lhe protestam de não darem favor nem palavra por ela, pois seu caso não o merece e nem é de nossa reputacão[420].

Esta *haskama* é a que demonstra mais explicitamente a postura da comunidade judaica no sentido de evitar fazer uso da justiça secular. Caberia aos seus membros zelarem por suas condutas de maneira tal que não corressem risco de caírem nas "mãos" da justiça. Aos desobedientes, cuja indecência os levasse ao malho da justiça, a comunidade não deveria prestar auxílio algum e nem mesmo palavra em seu favor.

Já no artigo 27 podemos ler o seguinte:

> Nº 27
>
> E, considerando que todo gênero de disputa contra outras religiões é em nosso dano e prejuízo, se ordena que nenhuma pessoa o possa fazer. O que se achar que caiu em dito erro, terá sua pena [prescrita] pelos Senhores do *Maamad* como bem lhes parecer[421].

Uma das percepções mais claras da comunidade judaica era a de que todas as disputas de cunho religioso em que os judeus se envolviam sempre redundavam em se prejuízo. Por este motivo, a postura mais correta – e segura – era evitar qualquer tipo de disputa acerca de

419 WEITMAN, 2003, p. 33.
420 Ibidem, p. 33.
421 WEITMAN, 2003, p. 33.

assuntos religiosos.

Já na haskama de nº 28, a determinação diz que:

> Nº 28
> E, havendo alguma divergência de dinheiro ou fazenda ou crime ou outra divergência qualquer entre os *Yachidim* deste K.K., serão obrigados a vir com ela diante dos Senhores do *Maamad* como é costume do povo de Israel, sob pena de *Berachá*. Os Senhores do *Maamad* os ouvirão e os julgarão fazendo compromisso ou não; procurando que a pena que se puser a quem não estiver com razão, que uma metade seja aplicada para os nossos pobres e a outra metade para o hospital. Se alguma das partes puser suspeita em alguma pessoa do *Maamad,* seja lícita ou ilícita, se aceitará e se porá outra pessoa em seu lugar a contento das partes. E parecendo aos Senhores do *Maamad* ser conveniente remeter o caso a outros homens bons, poderão fazê-lo e as suas sentenças e acordos terão o mesmo vigor que as dos Senhores do *Maamad,* ficando reservados casos que parecer aos Senhores do *Maamad* que convém dar licença para ir à justiça. Que nenhuma pessoa dê testemunho contra seu próximo sem licença dos Senhores do *Maamad* nem por palavra nem por escrito sob pena de *Berachá*[422].

Yachidim é o termo designativo dos membros de uma congregação judaica. Seu singular é *Yachid* (WEITMAN, 2003, p. 23). Os membros da comunidade deveriam levar ao conhecimento dos *mahamadim* inclusive suas querelas jurídicas. O poder do Mahamad deveria estender-se inclusive a questões meramente civis.

O artigo de nº 31, por sua feita, estabelece o seguinte:

> Nº 31
> Em dia de *Purim* não se admitirá taça [de coleta] de particulares; tanto daqui como pobres de fora. Nem poderão pedir fora da sinagoga esmola particular para ninguém. Exceto uma taça geral da sinagoga para repartir entre todos os pobres – fora a do meio siclo e das maiores caixinhas. Quem quiser oferecer aos oficiais da sinagoga, o poderá fazê-lo com *Misheberach*[423].

A festa de *Purim* ocorre no dia 14 do mês de Adar (ou no dia 15, em cidades muradas, cf. WEITMAN, 2003, p. 21). *Mi Sheberach* é "uma prece oferecida pelo cantor para honrar pessoas, pedindo a benção de D-us para aqueles mencionados na prece" (WEITMAN, 2003, p. 21). A presente determinação pretende que a ordem prevaleça não só no interior da sinagoga como em todo o seu entorno já que nenhum pedido de esmola poderia ser feito fora da casa de orações.

Finalmente, a anotação inserida no Livro em 05 de Hesvan de 5411, estabelece que:

> Em 5 de *Cheshvan,* de 5411
> Considerando os Senhores do *Maamad* o dano que podem causar os ajuntamentos e tumultos de *goim* que ocorrem na noite de *Simchá Torá* por se abrir a sinagoga depois de *arvit* e, juntamente, ser isto causa de se

422 Ibidem, p. 35.
423 Ibidem, p. 35.

> cometerem descomposturas tanto de *goim* como dos nossos, coisas que não se permite que aconteça na casa de nossas orações.
> Comparaceram todos os *Yachidim* deste K.K. e concordaram que em dita noite de *Simchá Torá* e *Shabat Bereshit*, ao sair de *arvit* se feche a porta da sinagoga levando as chaves o *Parnas* que então servir, com o que se evitará toda inquietação e escândalo; E que tudo seja *Besiman Tov* em serviço do D-us Bendito[424].

Goim é o termo que designa as pessoas que não são adeptas da religião judaica. *Simchá Torá* trata-se "do festival de júbilo pela Lei, o qual encerra o festival de *Sucot* (Tabernáculos). *Arvit* é o serviço religioso noturno. *Shabat Bereshit* é o sábado em que se lê a primeira seção do Pentateuco. Besiman Tov significa de bom algúrio. É uma "maneira usual de congratular-se com alguém" (WEITMAN, 2003, p. 18-23).

Ronaldo Vainfas (2010, p. 185) tece algumas considerações acerca da festa de *Simchá Torá*. Para ele "o livro de Atas da Zur Israel comprova que a festa de Simchá Torá parecia ser a mais desordeira no cotidiano da comunidade". Vainfas conjectura ainda que, "nessa ocasião, contrariando o isolamento pretendido pela Zur Israel, havia um congraçamento geral na noite da Torá, reunindo-se os judeus com seus conterrâneos cristãos-novos ou até cristãos-velhos". Esta concentração inesperada inclusive de pessoas de outras religiões é que teria levado o *Mahamad* a determinar o fechamento da sinagoga, inclusive devendo o *Parnas* levar as chaves.

5. Considerações finais:

O GT para o qual este trabalho foi escrito busca discutir as relações entre Poder, Sociedade e Justiça no Mundo Ibero-Americano entre os séculos XVI e XVIII. Ao longo deste texto buscamos apresentar, através do "Livro de Atas" das congregações judaicas, um caso exemplificativo do entrelaçamento de poder, sociedade e justiça com um quarto elemento extremamente importante na história humana: a religião. Ao indicarmos como determinados artigos constantes de um texto de regulamentação da vida religiosa acabavam interferindo – propositalmente – sobre aspectos seculares da vida dos fiéis regidos por aquele documento, tencionamos demonstrar que na sociedade ibero-americana do século XVII, a diferenciação entre aspectos laicos e religiosos não era tão clara como na sociedade contemporânea. Num contexto societário onde a religião perpassava por todas as dimensões da existência da maioria dos seres humanos, o poder e a justiça não escapariam a tal influência. Ali, o

[424] WEITMAN, 2003, p. 63.

entrelaçamento entre as esferas do poder, da sociedade, da justiça e da religião era muito mais intrincado do que o senso comum contemporâneo permite enxergar. Eis o que esperamos ter dado a entender.

Referências:

FEITLER, Bruno. “Gentes” da Nação: judeus e cristãos-novos no Brasil holandês. In GRINBERG, Keila (Org.). **Os judeus no Brasil**: inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 65-85.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da Nação**: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654. 2. ed. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1996.

REGIMENTO DO GOVERNO DAS PRAÇAS CONQUISTADAS ou que forem conquistadas nas Indias Occidentaes. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, nº 30, 1886, P. 289-310.

VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém colonial**: judeus portugueses no Brasil holandês. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WEITMAN, David. **Bandeirantes Espirituais do Brasil**: Rabinos Isaac Aboab da Fonseca e Mosseh Rephael d'Aguilar. São Paulo: Mayaanot, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2003.

WIZNITZER Arnold. **O livro de atas das congregações judaicas “Zur Israel” em Recife e “Magen Abraham”, em Maurícia, Brasil, 1648-1653**. in Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 74. Rio de Janeiro, 1953, p. 214-240.

O EROTISMO DOS HEREGES: UM ESTUDO SOBRE A MORAL SEXUAL DOS CRISTÃOS-NOVOS

Nilton Bruno Feitosa Santana[425]

Introdução

As obras que hoje conhecemos como *La Celestina* de Fernando de Rojas e *Colóquios dos simples e drogas da Índia* de Garcia da Orta podem expressar naturezas diferentes quanto aos objetivos pelos quais foram escritos. O primeiro é um romance que compõe uma das obras mais importantes da literatura espanhola, já o segundo trata-se de uma obra de botânica que relata sobre a farmacopeia oriental.

Ambas eram obras de cristãos-novos[426] e foram divulgadas por toda a Europa, sendo bastante afamadas. Somente pelo fato de serem obras produzidas por membros de um grupo social perseguido pela sanha inquisitorial, já concederia a pesquisa uma relevância considerável. Pretendo investigar de fato os cristãos-novos, no entanto, partirei observando outro campo pouco explorado pela historiografia acerca dos marranos: a sexualidade. Há motivos que me levam a crer que os marranos desenvolveram uma forma peculiar de sexualidade. Essa forma peculiar de sexualidade soava de forma estranha tanto para o mundo cristão, quanto para o mundo dos judeus. A pesquisa visa adentrar no mundo do cristão-novo a partir de moral sexual, evidenciar a sua liberalidade e, por isso, a sua diferença entre as demais. A moral sexual é construída sob a concepção de mundo de um grupo social.

Para tal intento utilizei-me de alguns casos da Inquisição. Porém, sabendo que o discurso inquisitorial é enviesado de julgamentos de valor e que os crimes sexuais analisados poderiam ser fruto de um estigma social lançado sobre os hereges, uma vez que a inquisição buscava uniformizar ao máximo os costumes sob a égide de uma ortodoxia (MELLO E SOUZA, 1986). Dessa forma seria necessário estigmatizar as formas heterodoxas de religiosidade e sexualidade. Por esse motivo foi necessário a procura e a análise e comparação

[425] Mestrando em História pela UFS (Universidade Federal de Sergipe) e membro do GPDAS (Grupo de Pesquisa Diáspora Atlântica dos Sefarditas). Cursa Mestrado pelo PROHIS (Programa de Pós-graduação da UFS). Email: nbrunofs@yahoo.com.br

[426] No decorrer do artigo poderão ser utilizadas as palavras: cristão-novo, marrano ou *anussin.* Esses termos são usados para descrever os judeus da Península Ibérica que foram forçados a se converter ao catolicismo em 1492 na Espanha e em 1496 em Portugal (NOVINSKY, 1992). O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição criado primeiramente na Espanha (1478) e depois em Portugal (1536) teve o intuito de perseguir os hereges do catolicismo e colocar em voga os Ideais de Pureza de Sangue, onde todo aquele que tivesse sangue judeu, negro ou mouro seria considerado impuro (GREEN, 2007).

de obras escritas pelos próprios cristãos-novos, observar o que escreveram sem perder de vista que produziram sob o reinado do medo inquisitorial (GREEN, 2007).

A sexualidade e sua simbologia

Como bem sublinha Laraia (1986) os modos como suprimos as nossas necessidades varia muito de acordo com o grupo social, e essa variação é o que chamamos de cultura**.** Esther Villar (1974) também fala em sua obra que os impulsos naturais são racionalizados pelo homem, encontrando diversas maneiras de conceder vazão as necessidades básicas. Laraia e Villar atestam para o fato de que os impulsos naturais são universais. A cultura por sua vez é uma forma de adaptação do homem, o meio pelo qual encontra uma maneira de suprir as suas necessidades. Em outras palavras, os modos como esse homem satisfaz as suas necessidades básicas é que deflagra uma atitude cultural. Alimentar-se é uma necessidade fisiológica, no entanto, a maneira como satisfazemos isso denuncia a nossa cultura, e esta se modifica de acordo com o povo e o tempo em que se está inserido (Ginzburg, 1986). Dentre as maneiras que evidenciam a cultura temos a sexualidade.

A antropologia além de evidenciar a Cultura como um meio de adaptação, também a encara como um sistema Simbólico. Em seu reconhecidíssimo e magistral trabalho, Clifford Geertz (2008) deixa claro que os objetos e as experiências não possuem significados intrínsecos, e sim significados aceitos e propagados socialmente. Os símbolos são utilizados para conceder uma concepção de mundo, uma classificação que o homem faz do mundo a sua volta para se situar e agir. Fornecendo programas para o processo social que condicionam o comportamento. Poderíamos afirmar que a cultura opera por meios simbólicos, o próprio idioma é um conjunto de símbolos que possibilita o aprendizado e está dentro da cultura (Laraia, 1986). Desse modo observar como cada povo significa a sua sexualidade pode nos revelar muito acerca da sua significação de mundo. Perpassando pelos tabus e pelos costumes podemos conhecer a religiosidade e a cultura e mentalidade de cada época.

A cultura como bem assinalou Robert Darnton (1984) e Carlo Ginzburg (1986) por se tratar de um conjunto de símbolos necessita ser interpretado, ser lida com um texto. Esse empreendimento se faz necessário afim de que se possa apreender sobre determinada época. É preciso adentrar no universo simbólico de cada povo para entender a sua cultura. Ver o significado que os membros davam a cada atitude de sua esfera sexual, e por meio disso,

poderemos esquadrinhar a moral em que baseavam o seu erotismo. Observando a maneira como se doavam aos prazeres corporais pode-se traçar mais nitidamente a sua mentalidade, encarando a cultura como uma linguagem resgatável a partir de documentos, e ver como esses refletem o seu ambiente social estando encaixados em um universo simbólico como bem salienta Darnton (1984).

A sexualidade ímpar do cristão-novo

A sexualidade cristã-nova desenvolvida mediante a perseguição do Santo Ofício também pode ser resgatada seguindo os mesmos procedimentos. Os padrões religiosos e tantos outros parâmetros, desenvolvidos por um povo, poderão ser identificáveis em suas práticas sexuais.

O universo simbólico que me proponho analisar data do final do século XV e metade do XVI, e para isso é necessário explanar sobre o mundo cristão para somente depois se debruçar sobre o mundo do marrano. Observar a sexualidade de cada um e notar o que havia de distinto em cada pensamento propagado por cada religiosidade. Uma ortodoxa e hegemônica, a outra heterodoxa e por isso marginal.

Diante disso temos a sexualidade cristã-nova. A verificação da existência de uma sexualidade com traços comportamentais e significações singulares fica evidente a partir da constatação de Nathan Wachtel que adentra no o universo da moralidade erótica do cristão-novo. Wachtel (2002) em seu livro *A Fé da Lembrança* constata que na América Espanhola, em meio aos criptojudeus, um ritual pouco convencional tanto para o mundo cristão quanto para o mundo judeu. Trata-se do Ritual de Crô que consistia em um jejum com atividades sexuais entre os participantes. Esse ritual acabou criando uma dinâmica social entre os cristãos-novos, notabilizando como a relação social de um grupo perseguido pode encontrar diversas formas de organização.

A relação sexual em meio aos rituais é algo que não é novidade no meio judaico sefardita[427]. Basta lembrar que alguns cabalistas tinham relações sexuais e isso passou a fazer dos rituais do *shabbat* como bem observa Scholem (2012). O *shabbat* (Sábado) considerado dia sagrado para o judaísmo, uma vez que é um dos mandamentos do Livro Sagrado chamado Torá, requer um conjunto de rituais para celebrarem semanalmente. Alguns cabalistas para

[427] A palavra "sefardita" vem de Sefarad e significa Espanha em hebraico. É um termo gentílico utilizado para se referir aos judeus provenientes da Península Ibérica. (MIGUEZ, 2004).

celebrar esse dia, realizavam uniões carnais fazendo uma alusão à noite de núpcias, onde Deus era simbolizado pelo esposo e o sábado era simbolizado pela esposa e que com a relação sexual executavam a união mística. Ou seja, era a presença divina se manifestando no dia de Sábado. Uma união entre a divindade figurada pelo homem e o Sábado figurado pela mulher. Algumas vezes tinha também a conotação de que Israel estava se unindo para com Deus em meio a esse ritual sexual.

A grande diferença entre os rituais ditos por Scholem que eram praticados na Idade Média e os Rituais Modernos da Wachtel é que esses últimos possuem uma natureza religiosa que beira a libertinagem para um observador externo. Enquanto no ritual narrado por Scholem os participantes eram esposos, no ritual marrano colocado por Wachtel geralmente os participantes não eram cônjuges. O que deixa a entender uma tendência para um liberalismo sexual por parte do cristão-novo. Wachtel faz uma verdadeira análise de micro-história sobre o caso, procurando os pequenos indícios e descrevendo densamente o caso.

La Celestina: Um marrano na literatura espanhola.

O enredo do romance *La Celestina*[428] é algo bastante conhecido pelos amantes da literatura espanhola, tendo sido traduzido para os mais diversos idiomas, inclusive o português. A obra é do espanhol cristão-novo Fernando de Rojas[429] e que possui muita influencia do pensamento hedonista, pois, a todo o momento os personagens convidam-se ao prazer. A ideia de prazer em uma vida doce e terrena, e não em alguma recompensa em que se possa esperar depois da morte como propaga o pensamento religioso cristão. Vejamos uma passagem do Livro:

[428] Calisto que durante a caça busca seu falcão em um pomar, encontra-se com a bela Melibea e a partir desse momento a paixão o toma de assalto. Depois de investidas frustradas, decide procurar Celestina, uma espécie de feiticeira e cafetina que em troca de dinheiro utiliza de feitiçarias e de astúcias para facilitar-lhe a aproximação dos dois. Tendo conseguido aquilo que almejava, Calisto dá cem moedas de ouro a Celestina como pagamento pelos serviços de alcoviteira. Celestina fora assassinada depois de um desentendimento originado pela ganância com os dois criados de Calisto, isto é, Parmeno e Sempronio que também tramavam contra seu senhor. Ambos também foram sentenciados e enforcados pelo crime. Por vingança aos amigos e a Celestina, as prostitutas Elicia e Areusa, promovem um acidente que levará a morte de Calisto. Após saber que seu amante despencara da escada, Melibea suicida-se, atirando-se de uma torre. O último capítulo apresenta o lamento niilista de Pleberio, pai da jovem. (ROJAS, 1994)

[429] Sobre a vida de Fernando de Rojas posso acrescentar que além de um grande dramaturgo foi também advogado e exerceu a função de alcaide maior (o que seria hoje como um tipo de oficial de justiça) na cidade de Talavera de la Reina, na região de Toledo na Espanha. Não convém aqui entrar na discussão sobre os autores de La Celestina, Fernando de Rojas certamente é "um" dos autores ou "o" autor desse texto dialogado (AGUIAR, 2011).

> *Disfrutad vuestros hermosos años. Besaos y abrazaos, que a mi no me queda outra cosa sino disfrutar viéndolo. (Las dos parejas se besan y se acarician.) ¡ Cómo reís y disfrutáis! ¿ En esto há terminado vuestro enfado? ¡ Cuidado, no tireis la mesa!*
> (ROJAS, Fernando de. La Celestina, p. 55).

O convite ao desfrute dos anos da juventude é uma constante na obra. Na verdade, a obra pode ser enxergada contendo elementos de transição entre a mentalidade medieval e a mentalidade renascentista (AGUIAR, 2011). Assim como em poetas do arcadismo mineiro, o *Carpe Diem*[430] é abordado a todo instante na obra de Rojas, mas o que interessa constatar aqui é a contribuição que Rojas possa dar ao Renascimento.

Edgar Morin (2007) situa os marranos como integrantes e essenciais propulsores do humanismo renascentista, uma vez que eram vistos com suspeitas pelos cristãos e pelos judeus, os cristãos-novos desenvolveram uma forma de pensamento independente de ambos os grupos.

> Entre alguns marranos, a colisão mental das duas religiões provoca a desintegração da fé, tanto numa como noutra, e seus espíritos ultrapassam ao mesmo tempo o judaísmo e o cristianismo. É a isso que podemos chamar de pós-marranismo, ilustrado por Michel de Montaigne, Baruch Spinoza, François Sanchez, Uriel da Costa, Juan de Prado.
> (MORIN, 2007, p. 28-29)

Colocaria nesse ínterim o Fernando de Rojas e o Garcia da Orta, além de tantos outros que mereceriam a mesma atenção. Os marranos são na verdade homens sem compromissos dogmáticos, pois, não são representados por nenhuma religiosidade ortodoxa. O único engajamento que tinham era com a investigação e reflexão sobre a verdade. Como fala o próprio Morin (2007) de maneira poética, eram amantes da verdade. Fernando de Rojas não foge a essa linha a analisar o homem sem as interferências divinas, as suas reflexões são unicamente terrenas e baseiam-se no mundo dos sentidos, sejam esses sentidos da alma ou da carne, o que o aproxima bastante do filósofo grego Epicuro[431]. O mundo dos sentidos é sempre o exaltado e o único no qual se podem encontrar os prazeres que dão significado a

[430] Termo clássico do renascimento e muito presente em Obras como as Cartas Chilenas de Tomás António Gonzaga e que teve início nos poemas de Horácio.
[431] Para maiores conhecimentos sobre o Hedonismo recomendo as obras de Epicuro em sua Carta sobre a Felicidade ou até mesmo Diogenes Laertios que retrata a vida e a doutrina dos principais filósofos gregos e latinos.

"doce" vida. Ressalto aqui a liberalidade erótica presente em *La Celestina* onde o sentido de uma vida feliz e completa é acompanhado pela consumação sexual dos amantes.

Um marrano na Índia

No século XV o Império português estendia seus domínios pela América, África e Ásia. Portugal deixava de ser aquele pequeno Reino europeu para se tornar uma das potências marítimas de sua época (VAINFAS, 2002). Dentre as mais famosas navegações temos a descoberta de um caminho para Índia por Vasco da Gama, a partir de então podemos citar as possessões portuguesas como Goa, e nela viveu uma das mentes mais brilhantes daquele século, estamos nos referindo a Garcia da Orta[432]. Cristão-novo que em seu famoso livro tratou de remédios que estimulavam a sexualidade, ou seja, afrodisíacos.

Na Europa do século XVI era obrigação masculina cumprir com os deveres sexuais, apesar de todo o controle da Igreja e da repressão acerca do prazer feminino havia os produtos que eram comercializados para estimular a libido masculina. Um homem que não cumpre com o seu "papel" na cama era uma figura desonrada e humilhada perante a sociedade. O falo ereto era na verdade uma obrigatoriedade na cultura luso-brasileira, pois, simboliza aquilo que era a maior característica masculina para a sociedade patriarcal: a virilidade. Como bem salienta a historiadora Mary Del Priore:

> Ao longo de séculos, na literatura e na poesia, não faltaram indicações do sonho de ereções permanentes e infatigáveis. Isso porque a obrigação da virilidade já estava profundamente arraigada em nossa cultura. Para melhorar o desempenho, nada melhor do que os afrodisíacos importados da Ásia.
> (PRIORE, Mary Del. 2011, p.36)

Cumprir com seu papel sexual era assunto também da Igreja, uma vez que o "Crescei e multiplicai-vos" do texto bíblico era posto como uma obrigação sagrada, uma lei na qual os homens eram responsáveis por cumprir. Os processos contra maridos frígidos eram comuns

[432] Nascido em 1499, na cidade de Castelo de Vide, iniciou os seus estudos médicos nas universidades espanholas, terminado a sua formação regressou a sua terra natal. O que mais nos interessa é que em 1534 abandona a Universidade portuguesa na qual trabalhava e embarca para a Índia sob a proteção de Martim Afonso de Sousa onde exerce o ofício de médico durante trinta anos. Nesse ínterim Orta escreve o primeiro livro feito por um europeu onde se relata o conhecimento sobre plantas e as mais variadas drogas da Índia. Foi também amigo de Camões e chegou a trabalhar como físico do Rei D. João III de Portugal (FICALHO, 1886).

nos séculos XVI e XVIII, inclusive houve um documento papal alegando que a impotência era um impedimento ao casamento. Houve homens que em julgamentos públicos tinham que demonstrar exames de "elasticidade", em suma, exames de ereção. (PRIORE, 2011). A ideia de individualidade ainda não grassava na Europa, e os problemas conjugais eram problemas expostos para toda uma sociedade, uma vez que a ideia de privacidade ainda não tinha surgido (CASTAN, 2002).

Para a sorte de alguns homens, remédios que visavam excitar o apetite sexual eram importados da Índia. As drogas indianas que visavam estimular o apetite sexual passaram a ser largamente utilizados na Europa na intenção de excitar os amantes e também fazê-los escapar da vergonha pública. Nesse meio é que entra a obra de Garcia da Orta intitulada *Colóquios dos simples e drogas da Índia*. Dentre as drogas listadas pelo português temos:
a) As que visavam melhorar o hálito para que os namorados pudessem se aproximar sem grandes repulsas, ou seja, conceder um "bom cheiro a boca". Nisso temos o Gengibre, o Cardomomo, o Betel que era muito usado em relações amorosas pelas mulheres, a Noz-moscada e o açafrão. b) As que visavam excitar as mulheres. Aí temos a *Cannabis Sativa,* conhecido hoje como maconha e que Orta chama de Bangue, nome comum dado na sua época. Temos também a pimenta negra e a Noz-moscada que eram usadas com esse mesmo propósito. c) Orta lista ainda especiarias para untar o corpo antes das relações sexuais como o Ambre e o Almiscar.

Por último temos o Amfiam, ou como hoje é conhecido por Ópio. Orta (1885) diz que o ópio era usado como agilizador da "virtude imaginativa" e retardador da "virtude expulsiva". Em outras palavras, controla o orgasmo e a ejaculação masculina, fazendo com que a relação sexual perdure por mais tempo. Orta ainda aconselha que seja utilizado em pequena quantidade para que se estimule a "virilidade".

Em meio a essa divisão podemos observar uma preocupação em instigar o erotismo feminino, mas isso não significa dizer que a cultura portuguesa estava dando maior atenção aos desejos carnais das mulheres, lembremos que Orta estava descrevendo o uso das especiarias pelos indianos e não pelos europeus. Fez uma obra que relata o uso de drogas pela farmacopeia oriental. Mas é claro que aquilo foi descrito em seu livro pode ter surtido efeitos em Reinos europeus e em suas colônias ultramarinas. A própria Mary Del Piore (2011) ressalta que o uso destes remédios eram amplamente usados em Portugal e na sua colônia americana, o que induz a pensar que os afrodisíacos eram conhecidos por essas terras. A

autora lembra que na Europa, Portugal era a porta de entrada desses produtos. Pode-se dizer que um cristão-novo concedeu aos europeus um catálogo de especiarias afrodisíacas.

Outra observação é pertinente acerca de Garcia da Orta, seria o fato do compromisso técnico-científico que tinha na época, pois, seu compromisso era ater-se as especiarias e as suas funcionalidades em Goa. Tinha certo desprendimento para com os dogmas científicos e filosóficos de sua época, pois, em nenhum momento hesitou em criticar autores clássicos do pensamento Greco-romano ou até mesmo árabe. Relatou sobre os afrodisíacos é que com certeza percebeu a necessidade e o almejo que os europeus detinham por esses produtos. Podemos acentuar o puro compromisso que o autor tinha com a farmacopeia oriental. Mas vejo que o seu interesse em publicar a obra que cita a estimulação dos prazeres carnais em ambos os sexos diz muito acerca do seu desprendimento com a moral sexual ortodoxa católica. Garcia de Orta estimulou muitos amantes com seus escritos e salvou muitos casamentos no mundo ocidental.

Conclusões:

Em ambas as obras podemos ver um desprendimento de crenças religiosas e o único compromisso que ambos os autores tinham era com aquilo que pensavam ser inerente a toda a espécie humana. Se por um lado Fernando de Rojas utiliza-se de uma linguagem romanceada para falar do homem em suas generalidades, por outro, temos o compromisso puramente científico de Garcia da Orta, ou ao menos aquilo que se aceitava como ciência em sua época. O que importa é observar como esses autores desenvolveram e concederam amplitude e propagação do pensamento humanista.

Fontes:

Garcia de Orta, Colóquios dos Simples e Drogas da Índia, Academia Real das Ciências de Lisboa. Vol. II. Imprensa Nacional

Fernando de Rojas. *La Celestina*. Adaptación de Miguel Reino; Ilustraciones interiores: Luis Jover. Madrid: Universidad de Salamanca y Santillana, S.A. 1994.

Referências

AGUIAR, Andrea Augusta de. *O discurso de Celestina: a construção e a desconstrução da personagem.* São Paulo, 2011. 152f. *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Modernas. Área de concentração: Língua e Literatura Espanhola e Hispano-americana, Universidade de São Paulo, 2011.*

CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: ÁRIES, Philippe e CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada: da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos: e outros episódios da história cultural francesa.* São Paulo: Editora Graal, (1984) 2011.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FICALHO, Conde. Garcia da Orta e o seu tempo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro:LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GREEN, Toby. *Inquisição: O reinado do medo* Rio de Janeiro: Objetiva, 2011

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico***.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

MELLO E SOUZA, Laura. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz***.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MIGUEZ, Antón Castro. O Judeu-espanhol na comunidade Sefaradi de São Paulo. São Paulo, 2004. *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

MORIN, Edgar. *O mundo moderno e a questão judaica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

NOVINSKY, Anita. *Cristãos Novos na Bahia*: A Inquisição. 2ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida de. **A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

SCHOLEM, G.G. **A Cabala e o seu Simbolismo**. 2ª Edição. 3ª Reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2012.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz de**.** *Brasil de todos os santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

_____. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VILLAR, Esther. *O Sexo polígamo: o direito do homem a duas mulheres.* Rio de Janeiro: Editorial Nórdica LTDA, 1974.

WACHTEL, Nathan. *A Fé da Lembrança: Labirintos Marranos***.** Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

ÍNDIOS ALDEADOS E ÍNDIOS DISPERSOS NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana[433]
pedroabelardo@ig.com.br

Introdução

Esta pesquisa embrionária registra algumas notícias a respeito de dispersão espacial de índios em Sergipe oitocentista. As fontes indicam a constante movimentação de indígenas de uma aldeia para outra, principalmente no século XIX, sendo a disputa por terras a motivação aparente. Também são retratados os perfis de alguns indígenas vivendo fora das aldeias e convivendo com outros trabalhadores brancos e pardos.

Uma das notas sobre os deslocamentos refere-se a aldeia de São Pedro do Porto da Folha e, certamente, retrata um episódio ocorrido nos finais do século XVIII. Segundo Manuel Aires de Casal, em 1817, o aldeamento era habitado por aproximadamente "oitenta vizinhos", na maioria indígenas das etnias dos "romarís" e "Ceocoses" (Xocó), estes trazidos da serra de Pão de Açúcar, que, por sua vez, tinham vindo do riacho Piancó em Pernambuco.[434] A anotação "vizinhos" deve se referir a quantidade de habitações e não o total de pessoas. Mas, o destaque é para essa origem migratória de parte do aldeamento. Embora Aires de Casal não esclareça o motivo da migração, sabemos que o sertão das capitanias da Bahia e Pernambuco foi palco de inúmeras disputas por terra envolvendo fazendeiros e indígenas. A violência desses conflitos, aliada as secas e a atuação de religiosos explica a movimentação de grupos indígenas em direção aos aldeamentos já formados.

Pelos indícios encontrados, as entradas e saídas de indígenas dos aldeamentos eram constantes. No ano seguinte, 1818, uma leva de indígenas teria se ausentado de São Pedro do Porto da Folha e se dirigido para o território de Pernambuco onde foram buscar trabalho. Esse ato de retirada também teve como motivação as desavenças com o pároco Antônio Simões, responsável pela administração das terras e bens do aldeamento. Os aldeados o acusaram de arrendar as terras e deixá-los sem ter onde plantar, de usar a mão de obra indígena em proveito próprio, além de castigá-los caso descumprissem as suas ordens.[435]

[433] Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES, ligado ao Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) da Universidade Federal de Sergipe.
[434] CASAL, 1976, p.250-51.
[435] Sumário de Testemunhas produzido em prova da conta que deram os índios da Missão de São Pedro contra seu Reverendo Pároco, 2 de janeiro de 1818. DANTAS e DALLARI, 1980, p.151.

Durante as primeiras décadas do século XIX, a aldeia de São Pedro continuou recebendo índios de outras missões. Em 1823, o padre Gaspar de Faria Bulcão, diretor dos índios, comunicou que no mês de abril aportaram no aldeamento todos os índios da missão Águas Belas, em Pernambuco, acompanhados com seus oficiais. Chegaram cerca de sessenta indivíduos portando "arcos", enquanto em São Pedro só existiam 30 arcos, por esta razão não foram repelidos, mas aceitos de bom grado.[436] O interesse do prelado pelos "arcos" deve ser entendido como o aumento da mão de obra a seu dispor.

Em 1827, trinta e seis índios procedentes da "aldeia de Curral dos Bois" se estabelecem em São Pedro juntando-se aos outros haviam imigrado anteriormente. Assim, em 1829, este aldeamento contava com índios das seguintes procedências: Curral dos Bois, Rudela, Águas Belas, Pacatuba, Colégio, Traipu e Pambu. Neste período, dos indivíduos residentes no aldeamento, os brancos exerciam predominantemente as atividades de agricultura e pecuária, enquanto os índios estavam mais voltados para atividades extrativas e o exercício de pequenos ofícios. Também as mulheres índias se dedicavam mais a cerâmica enquanto as portuguesas ocupavam-se de fiar, tecer, costurar e fazer rendas.[437]

Política de aldeamentos

O confinamento dos índios em aldeamentos foi uma prática dos primórdios da colonização. Visava atender a dois objetivos: um era o de liberar os seus territórios tradicionais de vivência para dar lugar aos colonos; o outro era facilitar a catequese católica. No modo de ver dos colonos, os índios catequizados e aldeados tinham mais aptidão para o trabalho, porque, além de mais "civilizados que o gentio selvagem" passavam a ter alguma noção de trabalho manual adquirido com os padres das diversas ordens religiosas. Isso explica também a dubiedade da legislação indígena que revezava agrados ora aos religiosos, ora aos colonos, promovendo, dessa forma, a dilatação da fé católica e do Império português.[438]

Uma disposição legal do início do século XVII fazia a subdivisão das aldeias em três tipos: Aldeias do Colégio – da Companhia de Jesus, Aldeias de El-Rei e as de "repartição". As primeiras eram definidas como estando à serviço do sustento dos missionários, as seguintes destinavam-se a realizar serviços públicos em salinas e pesqueiros – por exemplo, e as últimas como estando a serviço dos moradores. Essa derradeira caracterização engloba

[436] Ofício do vigário de São Pedro ao Presidente da Província 6 de abril de 1823. DANTAS e DALLARI, 1980, p.151.
[437] Relação dos habitantes da Freguesia Missão de São Pedro do Porto da Folha, seus nomes, (...) em 1829. DANTAS e DALLARI, 1980, p.151 e 158.
[438] PINHEIRO, 2003, p.8-9.

outro tipo chamado de aldeia ou missão, que acabou predominando como modelo. Ficava longe das cidades ou vilas e constituía-se em núcleos principalmente de evangelização, para a fixação de índios em lugares remotos. No imaginário da época, a aldeia simbolizava a fronteira entre o mundo civilizado e o selvagem.[439]

A formação dos primeiros aldeamentos resultou do "descimento" ou migração forçada dos indígenas do interior para a zona litorânea. Esses aldeamentos foram desastrosos para os índios, em decorrência da sua proximidade com a vila dos brancos, ocasionando doenças, mortes e fugas. Num segundo momento, após um século de colonização, os religiosos passaram a separar os aldeamentos dos povoamentos portugueses e a adaptar-se aos costumes indígenas. A realidade desses lugares era mais ou menos a mesma em várias partes da Colônia. A descrição de um aldeamento de São Paulo serve como ilustração: os homens eram retirados dele para o garimpo e nunca mais voltavam, ficando as mulheres abandonadas; a catequese era como um sistema militar, com castigos incluindo o tronco e chibatadas diárias e os índios sendo obrigados a trabalhar alguns dias por semana para a missão.[440]

A empresa missionária no sertão do São Francisco entrou em choque com os interesses dos fazendeiros de gado cuja prosperidade dependia da eliminação dos grupos indígenas. A imagem típica desse conflito é a oposição entre o padre Martinho de Nantes e o coronel Francisco Dias d'Ávila na segunda metade do século XVII. A razão principal dos atritos entre os fazendeiros e os religiosos era o fato das missões serem "cidades só de índios", consideradas como lugares de "armazenamento de peças", ideais para as incursões escravistas. Até os índios não subordinados aos padres eram seus inimigos.[441]

As missões do rio São Francisco estavam sob a responsabilidade da Prefeitura da Bahia (pertencente aos capuchinhos), seus missionários eram residentes, mas após a expulsão pombalina eles passaram a ser ambulantes, não permanecendo nos aldeamentos mais que alguns dias. Os missionários eram remunerados com recursos do erário público, mas, para complementarem essa renda possuíam fazendas onde mantinham escravos e exploravam o trabalho indígena. Houve casos em que os religiosos foram grandes fazendeiros. As justificativas de Pombal para acabar com as missões atacavam esses pontos, ou seja, as missões enriqueceram demais, não obedeciam às autoridades civis, militares ou religiosas de fora, entre outras.

[439] LEITE, 1943, p.97.
[440] HOORNAERT, 1992, p.126-9.
[441] OMEGNA, 1961, p.75.

No período imperial os aldeamentos viviam numa situação de quase abandono, resultado da expulsão dos jesuítas em 1758. O trabalho mais sistemático dos religiosos nessa época foi entregue aos capuchinhos italianos a partir de 1840, pelo governo regencial. Em todo o Império, os padres totalizavam apenas 45 missionários (quando expulsos os jesuítas beiravam 500 padres), que cuidaram de reorganizar os aldeamentos. Estes se formavam e se desfaziam com a mesma facilidade. Até chegar a República o número de missionários foi decaindo, até porque sua maior parte não se dispunha ao trabalho com os índios. Entre outras razões, eles alegavam dificuldades para sobreviverem entre nas missões. Ao final do Império brasileiro, a preocupação das autoridades com a catequese estava voltada para o norte do país como o Amazonas, o rio Branco e o rio Negro, por isso, os capuchinhos foram chamados de volta ao Brasil e suspensas todas as restrições anteriormente impostas a esta ordem.[442]

Dispersão espacial dos indígenas

Alguns mapas de meados do século XIX nos fornecem os números dos habitantes indígenas de muitas localidades. Destas, em 1849, somente São Cristóvão, Santa Luzia, Vila Nova e Porto da Folha possuíam aldeamentos. No mapa deste ano, outras povoações registram a presença indígena, são eles: Maruim (seis índios), Santo Amaro (sessenta e dois índios), Estancia (noventa e oito), Itabaianinha (trezentos e quatorze), Propriá (oito). O mapa do ano 1850, se possuir exatidão, apresenta grande número de indígenas vivendo fora dos seus aldeamentos de origem. Em localidades que não possuíram aldeias aparecem vultoso contingente indígena, são elas: Nossa Senhora do Socorro (cem índios), Itabaiana (133), Maruim (12), Rosário do Catete (6), Santo Amaro (3), Divina Pastora (65), Lagarto (82), Campos (43), Simão Dias (288), Capela (79). Esses dados são indicativos de que as pressões sobre os aldeamentos provocou a constante evasão de seus indígenas.[443]

A despeito da intenção da política de aldeamentos em manter os indígenas segregados em aldeias, desde os primórdios destes estabelecimentos temos notícias da constante evasão de índios por diversos motivos. Destaquei alguns perfis desses indígenas presentes na documentação judicial, todos da segunda metade do século XIX.

O indígena se chamava José e, provavelmente pertencia a aldeia Geru por ser a mais próxima da vila da Real de Santa Luzia onde residia José Francisco de Oliveira, seu "pai" adotivo. Este era proprietário de uma engenhoca de fazer rapadura. Sabemos que a adoção de

[442] HOORNAERT, 1992, p.296-304.
[443] Quadro da população livre da Província de Sergipe em 1849; Mapa estatístico da população livre e escrava da Província de Sergipe em 1850.

indígenas geralmente era simulada, uma forma de explorar o seu trabalho, pouco tendo a ver com uma relação filial. O "pai" adotivo, José Francisco de Oliveira, criou o índio e, depois de adulto, providenciou o seu casamento com sua escrava, a mulata Nicácia. No dia 7 de janeiro de 1804 sofreu a acusação de ter matado o indígena, frequentemente chamada "tapuia" na documentação. Por esse e outros motivos foi preso e enviado para as cadeias da cidade da Bahia, possivelmente Salvador, juntamente com outro réu, Manoel Francisco de Oliveira.[444]

O proprietário da engenhoca deu outra explicação para a sua prisão e para a morte do indígena. Afirmou se encontrar em querelas com um agregado de João Batista da Sylveira, irmão do sargento-mor, por um falso testemunho lhe imputando ter assassinado um índio de nome José, o qual foi criado pelo réu. Agravou a morte do índio o fato de ter sido enterrado fora da igreja. José Francisco explicou não ter matado este índio, atribuindo sua morte ao vício de comer terra. Sobre o enterro explicou, quando ocorreu o falecimento era tempo de inverno e, por estarem cheios os rios ele não pode conduzir o cadáver para a igreja localizada na povoação de Estância, distante da sua morada mais de quatro léguas, assim o mandou enterrar na beira de uma estrada pública, mas logo que os rios deram passagem ele tratou de comunicar ao pároco do ocorrido através de um documento.[445]

Um breve perfil da vida de José Francisco de Oliveira é esclarecedor de como ocorria a exploração do trabalho indígena fora da aldeia. José Francisco foi descrito como branco, casado, idade superior a setenta anos, morador no termo de Santa Luzia há mais de quarenta anos, afável e prestável para todos, sem nunca transgredir as leis. Exercia a função militar de "Soldado de Acavalo" matriculado há mais de trinta anos, sendo obrigado a conservar para o real serviço (cita um Decreto de 22 de março de 1766) armas como clavina (a qual utilizava somente para o Real Serviço), fardamento de cavaleiro e escudeiro, sendo seu superior o comandante capitão geral Luis da Fonseca Maciel.[446]

As propriedades de José Francisco de Oliveira eram uma "engenhoca" de fazer rapadura, fábrica que contava com uma quantidade de escravos e bois para a sua manutenção e para as outras necessidades da agricultura; atividade que o obrigava ter uma tenda, isto é, oficina de sapateiro e outra de ferreiro, operadas por profissionais do ramo. A existência desse tipo de atividade era comum em todas as propriedades dos senhores de engenho e demais lavradores. Além da acusação de matar o índio José, pesava contra o senhor de engenho a acusação de fabricar armas. Porém, na sua defesa, ele afirmou nunca ter permitido que os

[444] *Arquivo Judiciário de Sergipe*. EST/C. 2º Of. Justificação Cível. 7 de janeiro de 1804. Cx. 01/587.
[445] *AJES*. EST/C. 2º Of. Justificação Cível. 7 de janeiro de 1804. Cx. 01/587.
[446] *AJES*. EST/C. 2º Of. Justificação Cível. 7 de janeiro de 1804. Cx. 01/587.

trabalhadores de sua tenda de ferreiro fizessem armas de fogo "prohibitivas pelas Sanctas Leys". Afirmou também possuir nas terras de sua propriedade vários agregados, tanto pessoas estranhas como parentes seus por afinidade e por laços sanguíneos, todas essas pessoas procediam bem, estavam no "temor de Deos", sendo assim, em suas fazendas nunca ocorreram procedimentos revoltosos, nem da parte de desocupados, nem da parte dos seus agregados.[447]

José Francisco de Oliveira, para se defender, falou da sua vida pregressa. Destacou ter vivido muitos anos no engenho Poços, na vila de Santa Luzia, o qual pertencia ao capitão-mor das ordenanças da vila, Domingos de Almeida Branco. Durante esta estada nunca teve desavenças com o proprietário nem com sua família. Com relação ao avultado número de vizinhos da propriedade, afirmou sempre ter uma boa relação com eles, sem intrigas. Muitos poderiam ser consultados, mas faleceram ou se mudaram por diversos motivos. Segundo ele, a provável razão do seu encarceramento, como era do conhecimento público, era estar "bastante intrigado" com o sargento-mor Vicente Felix a Sylveira, atual proprietário dos engenhos Poços e Panelas, o qual era seu vizinho. O motivo da desavença foi o fato de ele proteger um agregado do sargento-mor, Domingos José de Oliveira Santos, o qual foi maltratado com muitas bordoadas. Essa teria sido a razão para ser denunciado perante o sargento-mor, por Miguel de Souza, de trazer armas de defesa.

Como ocorreram as prisões? Aconteceu no dia 8 de dezembro de 1803, quando se encontravam na povoação de Estância para participar da costumeira demonstração geral comandada pelo capitão-mor governador das armas, com a assistência do coronel da cavalaria. Concorreu para a prisão dos réus o comparecimento de Miguel de Souza perante a Ouvidoria Geral do crime da capital, onde foram denunciados. Mas a prisão foi executada por outro inimigo dos réus, o alferes Luiz Vieira de Britto. José Francisco de Oliveira foi preso enquanto estava no seu próprio quartel, em Estância, onde iria participar do ato com o governador das armas. Após executar a prisão, o alferes Luis Vieira que era seu inimigo, recolheu as armas, pólvora, chumbo e balas.[448]

Outro episódio revela pistas de como viviam os indígenas ausentes do aldeamento. Em novembro de 1810, o índio Felipe de Santhiago, morador no Sítio Serrado, vila de Santa Luzia, foi testemunha no processo apurando a morte de João Barbosa Ramos. Este indivíduo apareceu morto e, segundo seu meio irmão, Manoel do Nascimento, ela havia se ausentado de casa no dia de Todos os Santos. Saindo com os vizinhos para procurar ao clarão no dia

[447] *AJES*. EST/C. 2º Of. Justificação Cível. 7 de janeiro de 1804. Cx. 01/587.
[448] *AJES*. EST/C. 2º Of. Justificação Cível. 7 de janeiro de 1804. Cx. 01/587.

seguinte, encontrou de trás de uma moita de capim e caraíbas, morto e caído sobre uma estaca ou tora de pau. Não sabendo a causa da morte, acrescentou que seu meio irmão era doido e destemperado.[449]

Felipe de Santhiago, de nação índio, era lavrador e contava com a idade de quarenta anos. Disse ter participado no dia de finados, juntamente com outros vizinhos, da procura de João Barbosa Ramos desaparecido de casa no dia antecedente. Avistaram um homem muito inchado parado no clarão, morto, caído com a barriga para cima, mas não sabia quem para isso concorreu. São poucas as informações sobre a vida desse indígena, mas sabemos que era lavrador, provavelmente ocupando uma posse de terras, convivendo com outros posseiros pardos e brancos.[450]

Um caso rumoroso envolveu o espancamento do índio Ignácio Correia, de "Nação Tapuia", na povoação de Estância. O fato ocorreu na noite de 20 de agosto de 1813. A acusação recaiu sobre a mulata Bernarda, escrava de Antônio José Cabral, e outros mulatos dos quais estava acompanhada. O cirurgião descreveu da seguinte forma os ferimentos: achou "uma ferida na cabeça, procurando a fronte com três relepadas de boca funda ali do crânio com couro e carne cortada e bastante efusão de sangue, que declarou não ser de necessidade mortal, da mesma sorte achou uma contusão bastantemente inxada e de negridade e outra igual no braço esquerdo e outra igual com ferimento na coxa direita acima do joelho que tudo mostra ser feito com instrumento contundente".[451]

O local do acontecimento foi a praça do Rosário, em Estância. Os envolvidos eram o índio Ignácio Correia (vítima), o pardinho José Francisco, de Abadia, uma mulata de nome Bernarda, cativa de Antônio José Cabral, outro mulatinho baixo. Segundo relatos, a mulata Bernarda com um pau de ticum tirado da cerca do curral, feriu o índio. Outro mulato fugitivo, nome Francisco Antônio, de Itapicuru, era amigo de Bernarda e a ajudara.[452]

Em seu depoimento, Úrsula das Virgens, mestiça forra, casada, moradora no Caminho dos Patinhos, subúrbio de Estância, vinte e oito anos de idade, disse estar em sua casa acampado um mulatinho do Hospício de nome Francisco Antônio, chegou seu companheiro de ofício, José, chamado o caseiro, amásio da mulata Bernarda, escrava de Antônio José Cabral. Bernarda foi comprar um pouco de aguardente, o índio Ignacio sentiu ciúmes e quebrou a garrafa, em seguida a mulata tirou uma estaca de um curral e lhe deu a pancada que

[449] *AJES*. EST/C. 2º. Of.- Auto de Devassa. Cx. 05/668. 08/11/1810.
[450] *AJES*. EST/C. 2º. Of.- Auto de Devassa. Cx. 05/668. 08/11/1810.
[451] *AJES*. EST/C. 2º. Of.- Auto de Devassa. Cx. 05/668. 23 de agosto de 1813.
[452] *AJES*. EST/C. 2º. Of.- Auto de Devassa. Cx. 05/668. 23 de agosto de 1813.

lhe quebrou a cabeça, e outra no rosto dela testemunha quando foi acudir o índio. Chegando o caseiro para auxiliar sua amásia, ambos bateram mais no caboclo.

Para outros a causa da briga foi o fato de a mulata tomar uma garrafa de bebida do índio e este lhe dar uma pequena cipoada, como vingança, ela juntamente com um mulato do Hospício, Francisco Antônio, lhe deram muita pancada e quebraram a cabeça. Houve testemunha que atribuiu a briga à putaria.

O indígena aparece nas falas das testemunhas com referências diversas: é chamado de caboclo Ignacio, um índio, "um Tapuia", "um Tapuio", um caboclo, "um vermelho". Das mais de trinta testemunhas convocadas, a maioria morava na rua do Rosário, ou próximo dela, e era parda (22), seguida de brancos (7), mestiços (2), e um declarado "forro". Dentre as profissões a maioria era ferreiro ou vivia embarcado, mas aparece também um músico, um seleiro e um oleiro. O processo foi concluído com as condenações a pena de prisão contra a mulata Bernarda, o mulato José Francisco e o outro mulato, Francisco Antônio Moraes, morador no Hospício. Quanto ao índio, ficamos sabendo da sua convivência pessoas da sua condição.

Considerações finais

Podemos concluir que as pressões sobre os aldeamentos indígenas ocorreram desde a sua formação na fase colonial e se acentuaram no século XIX. Estavam relacionadas com a cobiça pelas terras das aldeias, com a exploração do trabalho indígena e com a administração dos bens e terras desses estabelecimentos. Como resultado, ocasionavam fugas de pequenos grupos, deslocamentos da aldeia inteira, ou a saída de indivíduos para sobreviver fora do mundo do aldeamento.

Apesar das disputas, viver no aldeamento e identificar-se como índio, era um benefício e garantia o direito à terra. Nas poucos casos apresentados, pois é um estudo em andamento, a vida dos indígenas não parece se diferenciar daqueles que ficaram nas aldeias. Fora desta, restava a prática da agricultura como posseiro de um pedaço de terra irregular ou viver agregado sob o poder de algum senhor de engenho. Em todos os casos, os indivíduos são identificados inequivocamente como indígenas. Sendo casos da primeira metade do século, possivelmente demonstrem a valorização da identidade como um elemento garantidor de direitos, apesar de estarem dispersos e dos preconceitos enfrentados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. (1ª edição 1817). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

DANTAS, Beatriz G. DALLARI, Dalmo A. *Terra dos Índios Xocó:* estudos e documentos. São Paulo: Editora Parma, 1980.

HOORNAERT, Eduardo. Et alli. *História da Igreja no Brasil*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, 1992.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, vol. 4

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. Conflitos entre colonos e jesuítas na América portuguesa. V Congresso Brasileiro de Historia Econômica. *Anais / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.* Belo Horizonte, 2003.1 CD-ROM. p.8-9.

OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial.* Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1961.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

REGO, André de Almeida. Deslocamentos espaciais de índios nas aldeias e vilas indígenas da Bahia do século XIX. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.2, nº 4, jan-jun 2013. p.48-67.

SANTANA, Pedro Abelardo de. *Os índios em Sergipe oitocentista:* catequese, civilização e alienação de terras. Salvador: UFBA, 2015. (Tese de doutorado).

SILVA, Amaro Hélio da Silva. Trabalho indígena na formação das Alagoas (século XIX): os índios das matas nas falas e relatórios oficiais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

TERRAS INDÍGENAS E LIBERALISMO

Percy Daniel Arce Santos (UFS)

Introdução

O liberalismo, doutrina liberal ou política liberal tem suscitado intensos debates desde longa data. Porém é preciso esclarecer que desde sua concepção as ideias liberais passaram por diversos enfoques, mas o que é o liberalismo? O liberalismo é uma corrente ou pensamento que toma ao indivíduo como responsável de seu próprio destino, não existe um determinismo seja este religioso, econômico ou social, de alguma maneira todos podem alcançar a prosperidade por meio de seu próprio esforço.

A pesquisa está estruturada da seguinte forma. Começa expondo os antecedentes do pensamento liberal na visão de diferentes autores como Max Weber e Richard Hooker. Posteriormente, trabalha os três estágios do liberalismo para logo passar até a primeira crise do modelo liberal na Inglaterra do século XIX com a aparição do socialismo. Fazendo um paralelo, veremos a situação do liberalismo na América Latina. Finalmente, analiso como a doutrina liberal na América Latina foi decisiva para a realidade de pobreza e exclusão dos indígenas na região, embora existam exemplos de reforma agrária, como o caso da Bolívia, que conseguiu uma divisão de terras adequada. (Muñoz e Lavandez, 1997: 56).

O foco da pesquisa será o contexto histórico que fez possível a situação dos indígenas da América Latina na atualidade. Desde o momento da independência, continuando com as estruturas tradicionais oligárquicas até a aparição do Estado burguês e as consequências políticas e econômicas que trouxe para a população indígena.

Finalmente, este trabalho pretende contribuir com a discussão referente à questão indígena, um problema complexo, pois os indígenas não compartilham o mesmo modelo de sociedade consumista e, por isso, as políticas públicas em relação a eles têm que ser específicas e que procurem melhorar sua situação.

Antecedentes Históricos

Já no século XVI é possível identificar algumas sementes de onde surgiria o pensamento liberal. Diversos autores afirmam, com destaque para o sociólogo alemão Max Weber, que as sementes podem encontrar-se na doutrina protestante. Também o pastor inglês

Richard Hooker defendia a separação entre a Igreja e o Estado, fato necessário para a aparição de um pensamento secular.

Ao falar do liberalismo é importante entender que não existe um liberalismo único, pois este sofreu diversas mudanças ao longo do tempo, assim como as diferentes direções que tomou no contexto em que era utilizado. Nesse sentido, pode entender-se como um primeiro estágio do liberalismo à chamada filosofia liberal que destaca o filósofo inglês John Locke, denominado o pai do liberalismo. Na obra *Segundo Tratado do Governo Civil* (p.10), Locke indica que o homem tinha uma propriedade em seu próprio corpo e por meio de seu próprio trabalho poderia conseguir bens, em outras palavras os bens são a extensão de seu próprio corpo o que torna o princípio da propriedade privada. Este pensamento é crucial pois torna a propriedade como um direito natural e algo inerente ao homem.

O segundo estágio histórico do liberalismo é o chamado liberalismo econômico que posteriormente, foi uma projeção do liberalismo político. Neste caso, a figura corresponde ao pensador escocês Adam Smith em sua obra *Riqueza Das Nações* (pag.13) que estipulou que o Estado não deveria interferir nas ações económicas, pois estas encontram-se já regulamentadas por meio de leis naturais como a mão invisível, entenda-se mercado. Neste momento as leis da produção deixou de lado uma utilidade coletiva ancestral. mudaram, foram encontrados novos modelos de produção aparecendo assim o capitalismo.

É com a Revolução Francesa no século XVIII que aparece o liberalismo político já definido. As ideias de liberdade, cidadania e igualdade dos iluministas franceses ganharam uma força surpreendente que motivou a mudar a ordem política na França monárquica.

Estas ideias com o tempo foram ultrapassando fronteiras até chegar a América. As ideias da revolução de 1789 estiveram presentes no momento da declaração de independência das treze colônias americanas que posteriormente formaram os Estados Unidos. Pode-se dizer sem sombra de dúvidas esta este documento é manifesto eminentemente liberal.

Na Inglaterra do século XIX com a descomposição do utilitarismo ortodoxo, um renovador de certos princípios da escola clássica foi David Ricardo. Em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação 1817*, reconhece a propriedade privada como uma necessidade social e uma fonte de riqueza. Desse modo as leis de produção são consideradas como eternas e naturais (pag.19). Aqui se vê que os antigos modelos do liberalismo clássico são transformados em paradigmas o que levaram posteriormente a uma crise do liberalismo.

Posteriormente, com o advento da escola utilitarista que propunha um individualismo abstracto, o modelo econômico liberal começou sendo deixado de lado pelo socialismo

incipiente no século XIX, um retorno a filosofia liberal clássica que os especialistas acostumam chamar de "escola idealista" de Thomas Hill Green. O socialismo enfraquece a influencia das doutrina liberais nas políticas públicas aparecendo um novo enfoque que pretende estabelecer um novo modelo de produção e uma nova ordem social.

O Liberalismo na América Latina

O nascimento do Estado na maior parte da América Latina se viu influenciado pelas doutrinas liberais que provinham da Europa no fins do século XVIII. Nesse sentido, o liberalismo pretende uma cultura de emancipação. Embora o principio seja distinto, os países latino-americanos compartem de ideias essenciais que poderia ser chamada historia política comum.Com o advento da repartição do poder se realizou a divisão política e territorial. Não obstante a maioria dos territórios estava nas mãos de poderosos proprietários ou da igreja católica.

Embora que os processos de independência dos países latino-americanos pretendiam o divorcio com Espanha, este processo era dirigido pelas classes dominantes que pouco tinham de interesse democrático ou principio de cidadania para todos. Vale lembrar neste caso que José de San Martin logo de proclamar a independência do Peru desejava que este seja regido por um "príncipe". Simon Bolivar foi um ditador que impulsionou uma férrea política em detrimento de alguns países.

Por este enfoque, o modelo de liberalismo proclamado foi o liberalismo burguês que propôs um modelo de sociedade altamente bipolar e excludente. Os primeiros proprietários eram donos de imensas extensões de territórios que só ganhavam pela produção de suas terras por terceiros. Os primeiros afetados com esta política foram os índios, que nem sequer tinham um rango para se denominar de cidadãos e muito menos para reclamar propriedade.

Neste ponto é necessário explicitar que o conceito de propriedade como nos conhecemos era desconhecido pelos índios. O trabalho ancestral era feito de maneira comunal o que determina que os bens eram de todos, é o caso dos incas como o minka e a mita.

Esta proposta do liberalismo latino-americano, após um período prolongado de luta pela independência chegou a etapa da construção nacional. O grande problema de varias nações foi a busca de um caráter de identidade devido a pluralidade de seus habitantes.

Desconhecimento porque a construção da identidade foi feita a partir de moldes europeus tomados como referencias nas grandes cidades deixando de lado a rica identidade

cultural de seus ancestrais levando a um processo de exclusão histórico. Pode ser o caso de países como Mexico, Ecuador, Perú e Bolivia.

Embora a pluralidade de uma nação seja uma sinal de riqueza cultural se faz difícil a construção de uma proposta homogênea capaz de englobar todos os grupos sociais.

Seguindo a tendência liberal, cujo postulado é que a riqueza se origina por meio da labor do indivíduo deixando ao Estado livre de qualquer compromisso económico, muitos países entenderam que o desenvolvimento passava por liberar as terras produtivas ociosas que naquele momento estavam na posse dos grandes proprietários. Assim temos um modelo onde aparecem oligarcas com tendências conservadoras.

Esta maneira de abordar a problemática económica e social, contraria ao que muitos pensam está enraizada em uma profunda raiz liberal. Efetivamente, o filósofo inglês John Locke (2005, p.5) postulava que a propriedade era fruto do trabalho, uma extensão do corpo da pessoa que transforma aquilo que esta na natureza em propriedade sua. Vemos aqui que a propriedade é um principio moral, aquele que realmente trabalha – neste caso a terra – deve ser sua propriedade.

O problema que suscita – e efetivamente suscitou – é que existe uma brecha enorme entre o proprietário lockiano e a realidade latino-americana. Os índios viviam em condições de extrema pobreza, com uma alta taxa de analfabetismo, não tinha as ferramentas necessárias para alcançar um sistema produtivo coerente que impulsionasse seu desenvolvimento econômico e social.

Visto deste modo o acesso à terra foi somente o primeiro passo, pois o sistema colonialista e explorador – a outra cara do sistema – submetia estas pessoas humildes a um circulo vicioso de pobreza, apatia e desesperança.

Não existia também iniciativa para formar Estados produtivos. Os modelos econômicos tinham como objetivo o papel extractor de riquezas com o intuito de conseguir matéria primas a industria ou as iniciativas privadas eram muito incipientes.

Para poder facilitar uma visão rápida do que pode considerar-se como panorama geral do liberalismo latino-americano no século XIX, e sem ignorar o desfase histórico e ideológico que se observa no caso de alguns países e figuras individuais, como aconteceu com a tardia maduração do pensamento liberal em Bolivia e Equador se inclui o seguinte esquema: (Diaz, 2010: 10)

A Questão Indígena e o acesso à terra

A questão indígena devemos considera-la a partir de uma revisão histórica onde nos remite ao estudo de um fato fundamental em todos os países latino-americanos: o fato colonial. América Latina atualmente é fruto da condição histórica produto da colônia. Desde o primeiro momento em que a conquista europeia se instalou em América o que antes foi um conjunto de grandes sociedades independentes, começaram a perder sua autonomia e passaram ser satélites de uma metrópole colonial que impus sua organização política que quebrou a matriz económica redistributiva das sociedades andinas e da América Central para submeter a seus habitantes a um tipo de produção para o mercado, dentro de relações de produção servis.

As formas económicas-políticas e ideológico-culturais impostas pelos europeus para montar seu próprio império colonial se impuseram como as únicas formas nacionais em seu alcance geográfico e su organicidade. Os povos indígenas começaram perder as condições históricas para seu desenvolvimento autónomo. Desde então a reprodução de suas formas económicas, políticas e cultural-ideológicas que se fez dentro do sistema colonial ia introduzindo nos povos indígenas.

A independência da Espanha não significou para muitos ou quase todos os povos indígenas de América Latina o rompimento da situação colonial. Pelo contrario, o processo republicano aprofundou a dominação sobre os indígenas. A monarquia espanhola tentou conservar o indígena e sua legislação foi eminentemente protecionista e afirmando uma suposta inferioridade do índio.

E importante citar aqui a figura de José Carlos Mariategui. Um dos principais pensadores do socialismo; no Perú que embora proclama certas doutrinas que o aproxima ao pensamento liberal, em seu Sete ensaios da Interpretação da Realidade Peruana, sustenta que a questão indígena começa da economia, tendo suas raies no regime da propriedade da terra, embora que sua estrutura não seja liberal, mas feudal. Nesse sentido o indígena esta submerso em uma condição onde é submetido de maneira sistemática por causa não de um modelo liberal, mas ao contrario por um modelo onde esta presente um pensamento feudal onde um grande senhor ou proprietário controla a terra. (pag.27)

Mariategui continua. O programa liberal da independência compreendia também a redenção do índio e seus postulados igualitários, embora isto, a aristocracia conservou a estruturas das colônias e seu direitos feudais sobre a terra e por conseguinte do índio. Ele compara o virreynato como um regime medieval e estrangeiro onde a figura da republica deveria redimir as condições de seus cidadãos como fez a revolução na França com seus

ideários liberais. (pag. 42) Não entanto, a republica só consistia na troca de uma classe dominante que terminou apropriando das terras indígenas. Em outra palavras não se podia falar de promoção do indio mantendo as mesmas estruturas medievais que truncavam seu desenvolvimento social. (pag. 63)

Na América Latina, a estrutura da tenência da terra se caracteriza por dois tipos de propriedade: a concentração da terra agropecuária privada em mãos de poucos proprietários e a terra comunal em mãos de comunidades campesinas e grupos indígenas. Uma grande proporção da terra agropecuária privada está controlada por uma porcentagem pequena de proprietários quem também tem os melhores terrenos para cultivo, deixando à maioria de famílias campesinas sem terra ou com tão pouca que não satisfazem suas necessidades básicas. (Diez Hurtado, 2010: 10)

Ao longo de varias décadas (de 1950 a 1980) de reformas agrarias que tentaram redistribuir a terra aos minifundistas e camponeses sem terra, pode-se perceber nos anos oitenta e noventa, que os países adotaram políticas neoliberais, em outras palavras, um abandono os programas de reforma agraria. A falta de vontade política e de apoio internacional, junto com a pouca capacidade do setor reformado de converter suas parcelas em unidades agrícolas altamente produtivas orientadas à produção para o mercado, contribuindo a que os governos desmantelassem os programas de redistribuição. (Lastarria, 2011: 62)

O desenvolvimento agrícola e rural almejado com a reforma agraria e a distribuição de terra aos pequenos camponeses, foram substituídos com programas para favorecer o mercado de terras: a titulação ou legislação de direitos e a modernização das instituições de administração da terra (os registros públicos e os cadastros). Esta viragem nas políticas agrarias se justificava em supor que a titulação asseguraria os direitos de propriedade para todos os proprietários incluindo os camponeses; lhes daria acesso ao crédito bancário e promoveria o investimento e produção agropecuária, ao mesmo tempo que criaria um mercado dinâmico de terras: requisito básico para o uso “eficiente” da terra. A sua vez, por médio deste mercado dinâmico de terras se geraria a redistribuição das terras dos latifundiários e camponeses improdutivos para os produtores mais eficientes. (Lastarria, 2011: 62).

Na realidade latino-americana não há crédito bancário para pequenos produtores. Apesar de ter títulos de suas parcelas, camponeses com pequenas extensões de terra não podem aceder ao crédito para a produção agropecuária e menos para investimentos em terra.

As terras comunais, ou seja aquelas em mãos de comunidades camponesas ou indígenas, geralmente segue um modelo de uso que combina a exploração individual de terras cultiváveis e algum tipo de controle comunal sobre terras para pastar e terras para fins florestais. Coma comercialização da agricultura e os projetos de titulação, a forma de propriedade comunal esta-se transformando em propriedade privada e individual. Grupos indígenas também controlam grandes extensões de terra, frequentemente áreas de floresta. Países como Bolivia e Equador explicitamente reconhecem os direitos ancestrais de grupos indígenas outorgado direitos sobre seu território. O Estado geralmente deixa a administração destas terras sobre o governo de um grupo indígena. Sua propriedade também está sofrendo transformações a raiz da comercialização da produção agropecuária e outros fatores como a influencia de concessões a companhias agro exportadoras, petroleiras e madeiras dentro ou perto do território indígena.

Como ja se fez menção, quando se outorgam títulos coletivos, a distribuição de direitos à terra dentro da comunidade é decidida geralmente segundo as normas consuetudinárias do momento. Pode ser que estas práticas não estejam em função com as normas e regras formais que reconhecem iguais direitos e acesso a terra. Inclusive é comum que extensões significativas de terra e recursos naturais estejam em mãos de homens da comunidade.

A comparação de caso pode nos ajudar a explicitar esta problemática. Como a maioria dos países America Latina Bolivia e Guatemala tiveram uma estrutura de tenência dominada pela fazenda e o latifúndio desde a colônia e durante o século XX. Ate meados de dito século, nos dois países a população e a produção agrícola se concentravam na região da serra. Os processos políticos foram diferentes tanto pelos impactos na estrutura e nas formas de tenência da terra por parte da população indígena.

O planalto temperado da Guatemala e a serra na Bolivia são as regiões mais densamente habitadas de ambos países, a maioria da sua população é indígena. A diferença da região do litoral, predomina o parcelamento de pequenos espaços no altiplano. Atualmente as terras comunais no sentido que tem a propriedade comunal quase não existe na Guatemala, inclusive no planalto, pois o estado se nega a reconhecer os direitos destas comunidades indígenas impondo um modelo de propriedade privada individual. Neste caso, é perceptível que os interesses do governo está orientado a favorecer o setor latifundiário, pois a ideologia das comunidades indígenas não é a propriedade privada nem a lógica que companha economia do mercado.

Por tradição indígenas na Guatemala as terras cultiváveis, pelo geral, são passadas de pais a filhos, nesse sentido a agua e a floresta da comunidade são de propriedade comunal. Neste caso a família e a comunidade indígena utilizam a terra não como sua propriedade e para ser explorada, mas como recurso que a natureza oferece. A terra é fonte de vida e não fonte de riqueza material. Os títulos de terra que possuem os indígenas não significam uma mercadoria, mas o direito de utilizar esta parcela para alimentar à família. Pese ao conhecimento desta realidade cultural o governo da Guatemala não tem formulado e aprovado normas agrarias necessárias que sistematize os conceitos e direitos que corresponde aos indígenas nem a propriedade coletiva.

No caso da Guatemala parece que oficialmente não existe uma tenência que poda ser chamada de comunal.fora das áreas de floresta. Desde a independência do país o estado liberal guatemalteco tentou destruir as comunidades indígenas promovendo a propriedade privada e permitindo que os latifundiários produtores de açúcar, café e criadores de gado. A legislação em Guatemala impus desde 1825 a propriedade privada, começando pelas terras abandonada e depois pelas terras das comunidades indígenas. Embora poucas comunidades privatizaram suas terras naquela época, os latifundiários terminaram se apropriando das terras situadas nos municípios com maioria indígena principalmente como resultado de invasões, porém também por intermédio da compra. Se calcula que desde a colônia, as colônias indígenas perderam a metade de suas terras. As tentativas que se deram desde a década de 1950 de redistribuir terras a camponeses (pois segundo a ideologia liberal ja não tinha indígenas) foram derrotadas.

A distribuição da terra em Guatemala é bastante desigual: em 1979 segundo um censo agropecuário; 2,6% das fincas ocuparam 65% da terra agrícola. Em promédio estas propriedades tem uma superfície de 900 hectares. Alem disso, a concentração da propriedade nos lugares com terras mais férteis. Um informe do Banco Mundial no ano de 1994 a baixa utilização da terra, junto com uma distribuição sumamente desigual, significa que a maioria da população rural não tenha acesso à terra para subsistência nem oportunidades de conseguir emprego assalariado nas fincas grandes. Estes dois fatores, junto com as políticas agrarias orientadas à exportação, contribuem à situação de pobreza e extrema pobreza da população rural – leia-se indígena – na Guatemala.

Por outro lado na Bolivia, as terras comunais existem tanto no planalto como nos vales andinos, assim como na terras baixas onde tem presença de grupos indígenas são reconhecidas pelo Estado. O movimento indígena na Bolivia é muito forte e ativo. Durante as

reformas neoliberais dos anos noventa, os povos indígenas fizeram conhecer suas chamadas para o reconhecimento de seus territórios e culturas. Em agosto de 1990, os povos indígenas das terras baixas organizaram uma marcha para a sede do governo em La Paz. O resultado principal foi o reconhecimento de suas demandas e em 1994 se reformulou a constituição para incluir uma definição de Estado como diverso etnicamente e multicultural.

Posteriormente entre 1993 e 1996, os povos indígenas fizeram campanha para a titulação comunal de suas terras e ter acesso a seus recursos naturais. Anteriormente, os povos indígenas simplesmente não estavam reconhecidos. Em 1996, a lei INRA (Instituto Nacional de Reforma Agraria da Bolivia) reconheceu a propriedade comunal e a criação e titulação de territórios indígenas.

Em Bolivia, o Estado pós colonial liberal tentou converter as terras comunais que ainda existiam em terras privadas. A venda e ocupação forçada das terras das comunidades passou suas propriedades à população criolla para formar grandes fazendas. A estrutura da propriedade era extremamente concentrada, especialmente no planalto e os vales andinos, onde a começo do século XX aproximadamente 4% dos proprietários controlaram 82% da terra. Depois de vários anos de mobilização camponesa contra as condições de trabalho extremamente inumana nas fazendas uma reforma agraria relativamente radical foi instaurada em 1953.

Na Bolivia após de meio século de reforma agraria e de colonização nas terras baixas, a distribuição de famílias rurais e de terra segue sendo altamente desigual. Mais da metade das famílias camponesas mora no planalto em parcelas cuja extensão não ultrapassa as três hectares e com terras de baixa produtividade que apenas permite subsistir. Outro 20% vive e trabalha nos vales andinos onde as terras são mais férteis, onde as parcelas podem produzir ate dois cultivos por ano com irrigação apropriada. Outro 20% da população da população camponesa mora nas terras baixas onde se trabalha em parcelas mais grandes de 20 a 30 hectares. Os latifúndios estão situados geralmente nesta região que gera a maioria dos produtos agropecuários comerciais e quase toda a exportação agrícola consistente em soja, cana de açúcar e algodão. (Lastarria, 2011: 9).

Uma possível razão para que na Bolívia se tenha distribuído terra a famílias camponesas, é que su reforma agraria de 1953 introduz a figura legal da função social da terra. A lei 1,715 e a lei 3,545, mais as constituições de 1967 (artículo 7º) e de 2009 (Articulo 56º) reconhecem o direito de cada pessoa à propriedade individual e colectiva, e afirmam a função social da propriedade da terra. Por outro lado na Guatemala nunca se definiu uma

política explícita que borde o problema de acesso à terra e reconheça a função social da terra, apesar de ser este um dos compromissos do Estado adquiridos no acordo de paz de 1996.

Embora a distribuição de terra tanto na Guatemala como na Bolivia está muito concentrada, o fato que Bolivia tivesse uma reforma agraria relativamente efetiva nas décadas de 1950 e 1960 gerou a distribuição de terras entre a população indígena, tanto na serra como nas terras baixas. Porém, a distribuição de terras em ambos países está altamente desigual, o resultado é que as famílias indígenas carecem de terra apropriada que garanta seu sustento.

Consideraciones finais:

O pensamento liberal latino-americano em seus inícios esteve cheio de boas intenções. Junto como ele acompanhou um espírito progressista latino-americano que combinou, ao longo do século XIX as aspirações democráticas, embora de um grupo reduzido da população. A população indígena historicamente submetido por causa de uma modelo latifundiário medieval encontrou uma resposta positiva no começos do século XX. Países de maioria indígena como no caso da Bolivia criaram estatutos especiais que permitem respeitar sua cultura e o acesso a terra de maneira ancestral.

Embora este panorama existe ainda um longo percurso para que a população indígena seja consciente de seus direitos e alcance finalmente o status de cidadania. Em palavras de Mariategui esta tarefa corresponderia a eles e teria que passar por uma solução social pois s ideias de individualidade e mercado são desconhecidas para eles e difíceis de por em prática.

Referências

APOYO CONSULTORIA, *Derecho de Propiedad Urbana*. Lima. Editora Cofopri. 2000.

BOUCHER, Steve; BARHAM, Brad; CARTER, Michael. *Market Friendly reforms and the operation of credits and lands markets in Central America*. Wisconsin. Editora Madison. 2002.

DIEZ, Alejandro. *Derechos Formales y Derechos Reales*: Acceso de Mujeres Campesinas a Tierra de Comunidades. Lima. Editora International Land. 2010.

LASTARRIA, Susana. *Las Mujeres y el Acceso a la tierra en América Latina. Revista Estudios Agrarios. Local, nº, 2011.*

LOCKE, John. *Segundo Tratado do Governo Civil.* São Paulo: Editora Abril, 1988.

MARIATEGUI, José Carlos. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Caracas: Edit. Biblioteca Ayacucho, 2007.

MUNOZ, Jorge, LAVANDEZ, Isabel. *Reforming the agrarian reform in Bolivia.* Revista Development Discussion Paper, Cambridge, n 589, 1997.

MOLINA, Javier. *Titulacion de Tierras Agrícolas y su Relación con la Política agraria.* El Slavador. Editora Proseguir, 2000.

DIAZ, Omar. *Pensamiento Liberal en América Latina*. Buenos Aires. 2010.

RICARDO, David. *Principios de Economía Política e Tributaçao.* Sao Paulo. Editora Nova Cultura. 1996.

SMITH, Adam. *La Riqueza de las Naciones.* Buenos Aires. Editora Ortiba, 1990.

STRASMA, John. *Nicaragua, Mercado de Tierras*. Boston. 2000.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Madri: Biblioteca Weber, 2012.

OPOSIÇÃO AO PODER DA RELIGIÃO OFICIAL EM SERGIPE COLONIAL

Priscilla da Silva Góes[453]

Quando pensamos em relações de poder no Brasil Colônia tendemos a associar ao domínio da nação Portuguesa no Brasil no sentido político e econômico. Porém, tal submissão dava-se também no aspecto religioso, pois, no regime absolutista o rei determinava a religião de seus súditos. No caso de Portugal a religião oficial era o catolicismo, portanto, outras manifestações religiosas foram perdendo espaço desde seu estabelecimento como nação.

Muitos judeus já habitavam o território português antes mesmo do cristianismo se tornar oficial. Nos governos de D. João II[454] e posteriormente D. Manuel I[455] o judaísmo em Portugal passou a sofrer as mais sérias perseguições, dentre elas, a instauração do Tribunal da Inquisição e o edito de expulsão, seguindo o exemplo da Espanha[456]. Algo importante a ressaltar foi o fato dos judeus terem recebido o nome pejorativo de *marrano*, onde para alguns pesquisadores como Cecil Roth significa "porco". Já para outros, o termo teria sua origem no hebraico com influência ibérica significando "homem batizado à força". Outro termo que é usado constantemente é *anussim*, que significa "forçado" (Silva, 2012:10).

Como esta era uma época onde a Península Ibérica estava iniciando a colonização da América, muitos judeus que decidiram aceitar a religião católica para não ter que saírem de seus países de origem acabaram vindo para as Colônias fugidos, em forma de degredo[457] ou simplesmente na tentativa de iniciar uma vida com menos pressão por parte da Inquisição e aqui acabaram deixando suas marcas. Os judeus que se convertiam ao catolicismo eram chamados de "cristãos-novos" para fazer diferença entre os de famílias católicas que eram chamados de "cristãos-velhos".

---

[453] Mestranda em Ciências da Religião /PPGCIR-UFS; bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) e membro do Grupo de Pesquisa "Diáspora Atlântica dos Sefarditas".

[454] Foi rei de Portugal entre os anos 1481 a 1495.

[455] Foi monarca português de 1495 a 1521.

[456] O Decreto de Alhambra: Assinado pelos reis da Espanha em 31 de março de 1492. Em 1496 o rei de Portugal impôs aos judeus do reino: Ou se convertiam ao catolicismo ou seriam expulsos.

[457] O degredo era um dos tipos de punições da Inquisição. Consistia em afastamento compulsório da terra natal por certo tempo ou por toda vida. Ver mais em CIDADE, Rodrigo Ramos Amaral. **Direito e Inquisição, o processo funcional do Tribunal do Santo Ofício.** 5ª ed. Curitiba: Juruá, 2009, p.88.

Obrigar um povo a aceitar outra religião não é algo simples. Muitos judeus que não quiseram fugir aceitaram a nova religião por conveniência, e em alguns casos tentaram expressar sua fé judaica escondido, das mais variadas maneiras. A esse judaísmo secreto damos o nome de criptojudaísmo.

Sobre esse assunto, Carsten L. Wilke em seu livro História dos Judeus Portugueses nos dá um panorama do que significou tal ato:

> A política do rei D. Manuel foi descrita como um "religiocídio" ou "etnicídio", pois visava abolir a identidade sócio-cultural dos judeus, deixando-os fisicamente em vida. Essa política tinha precedentes na Península Ibérica: os visigodos e, depois, os Almóadas e os monarcas espanhóis cristãos já tinham sucessivamente tentado forçar os judeus à apostasia. Entre os conversos espanhóis, alguns tinham mudado de religião durante os massacres de 1391, outros sob a pressão moral dos anos 1410-1415, outros ainda haviam-se submetido ao baptismo espontaneamente, por interesse ou convicção. Muito diferente era o caso dos judeus portugueses, que tiveram de renunciar sua fé num curto lapso de tempo e em condições idênticas de coação. (...) Conscientes desse facto, desenvolveram formas de organização e códigos que lhes permitiam perpetuar uma identidade própria. Graças a uma forte coesão social e à sua criatividade cultural, não se acham desprovidos de defesa face à política de cristianização. (WILKE, 2009: 73 e 74)

Essa "forte coesão social" a que Wilke se refere ultrapassou o Oceano e se espalhou pela América espanhola e portuguesa. No caso do Brasil, há alguns estudos sobre essa temática como os feitos por José Gonçalves Salvador, Anita Novinsky, Elias Lipner, José Antônio Gonçalves de Mello, Nelson Omegna, Geraldo Pieroni, Ronaldo Vaifas, Lina Gorenstein, Caesar Sobreira, Renata Rozental Sancovsky e Ângelo de Assis. Tais estudiosos têm pesquisas relevantes sobre a inquisição e os cristãos-novos tanto na Península Ibérica quanto no Brasil.

Com relação à Inquisição em Sergipe, temos o trabalho do pesquisador Luis Mott, *A inquisição em Sergipe*, onde traçou um panorama dos casos inquisitoriais disponíveis no arquivo da Torre do Tombo em Portugal. Esse livro tem sido de extrema importância para a realização desse trabalho, tendo em vista que foi a pioneira no trato mais detalhado no que se refere aos casos do Santo Ofício em Sergipe del Rey. A partir dessa obra constatamos a presença de cristãos-novos no território, sendo que alguns foram levados a Lisboa para serem processados pela Inquisição.

Esse artigo faz parte da pesquisa de mestrado que estamos desenvolvendo no curso de ciências da religião da Universidade Federal de Sergipe, tendo como objetivo estudar dois casos de cristãos-novos acusados de judaizantes em Sergipe del Rey Diogo Vaz Penalvo e Antônio da Fonseca.

Para realizarmos tal pesquisa, recorreremos a teoria historiográfica da micro-história surgida na década de 1970 com um grupo de estudiosos italianos, a exemplo de Carlos Ginzburg e Giovanni Levi. A ideia desenvolvida por eles foi vista como uma reação ao modelo economicista e ao modelo de história dos grandes homens ou dos grandes feitos. (BURKE, 2005: 60,61)

Um exemplo clássico da micro-história é a obra de Ginzburg *O queijo e os vermes* (2008), em que o autor se utiliza de um processo inquisitorial e, ao estudar sobre alguém sem relevância social, um moleiro do norte da Itália do século XVI, ele consegue falar sobre um aspecto da sociedade européia de grande relevância, a questão da Inquisição, e dar "voz" a um desconhecido, por meio do que os historiadores chamam de redução da escala do observador.

> Sua proposta sempre foi a de considerar a realidade histórica de um modo mais rico e complexo, olhando com intensidade analítica aspectos dessa realidade em escala reduzida e, com isso, sua ambição era a de fazer novas perguntas e encontrar respostas que permitissem qualificar a nossa compreensão geral dos processos que são o cerne de toda investigação do passado, uma ambição que certamente continuará a justificar a atenção que vem suscitando naqueles interessados em testar e ampliar continuamente os limites do saber histórico. (LIMA, 2012: 222)

Poderemos então, a partir desse exemplo, desenvolver este trabalho analisando os documentos inquisitoriais de Diogo Vaz e Antônio da Fonseca, inclusive os pormenores dos processos, a fim de situar a atuação do Tribunal do Santo Ofício em Sergipe Del Rey. Tal análise poderá revelar aspectos que não poderiam ser visualizados se analisássemos a história de Sergipe de modo mais global, como afirma Burke (1992), "o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não revelados".

Na obra já citada de Luiz R. Mott, o autor tratou a partir dos processos inquisitoriais da Torre do Tombo, dos casos investigados pelo tribunal do Santo Ofício em Sergipe. Ele identificou os principais motivos da perseguição religiosa na referida capitania que seriam

praticar as "seitas" de Maomé e Moisés, a bigamia, feitiçaria e sodomia. Ele também ressaltou que, no período da invasão holandesa ao Brasil, muitos judeus tentaram escapar das perseguições da igreja, a qual, por sua vez, passou a persegui-los ainda mais atentamente. Além disso, os cristãos-novos também eram acusados de ajudarem os holandeses na luta contra Portugal, por isso, constituíam-se de grande ameaça para a hegemonia do catolicismo na Colônia (MOTT, 2013: 41).

Não houve no Brasil um tribunal inquisitorial permanente. A Inquisição atuou por meio das visitações e dos familiares, que eram pessoas designadas pelo tribunal para denunciarem praticantes de hábitos condenados pela igreja.

Trabalhamos, também, com a obra da historiadora sergipana Maria Tetis Nunes, "Sergipe Colonial I" (2006), mais especificamente o capítulo XI, onde relata casos de detenção pelo Tribunal da Inquisição, de pessoas por cometerem os seguintes atos:

> a- Aos cristãos-novos, representantes da burguesa comercial em ascensão, em oposição às forças retrógradas peninsulares que não se haviam atrelado à revolução comercial responsável pelos grandes descobrimentos marítimos;
> b- Combater as heresias no que elas significavam a liberdade de pensamento, ao colocar o homem como medida de todas as coisas;
> c- À corrupção dos valores da sociedade, investindo acirradamente contra a sodomia e a bigamia, principalmente;
> d- À feitiçaria, á magia, ás superstições populares. (NUNES, 2006: 292)

Segundo o processo da Inquisição, Diogo Vaz Penalvo veio para o Brasil em 1653, o que confere com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino[458] onde encontramos dados sobre sua vida no exército português nas Colônias. Antes de ser sargento-mor ele foi soldado alferes[459] de 1653 a 1662, sendo que em 1653 chegou a Pernambuco e lutou contra os holandeses, indo posteriormente à Bahia, onde ficou até 1659, indo à Angola como capitão de infantaria, e foi nomeado como sargento – mor de Sergipe em 6 de junho de 1666.

Porém, antes que fossem completados os três anos do cargo de sargento – mor ele foi preso na Bahia pelo Tribunal do Santo Ofício em 19 de agosto de 1667. Sua irmã Anna Rodrigues havia sido presa em Lisboa pelo mesmo tribunal em 1662 e confessou que

[458] Conselho Ultramarino Brasil-Sergipe, 06 de julho de 1666.
[459] Cargo cuja função consistia no soldado que carregava a bandeira do país nas batalhas.

judaizava juntamente com seus irmãos. A sua sentença foi o degredo para Brasil por três anos e o uso do hábito penitencial.

O degredo era uma das penitencias adotadas pela Inquisição, que "consistia em mandar uma pessoa condenada pela Inquisição para um local diferente do seu domicílio" (CIDADE, 2009: 88). Já o uso do hábito penitencial ou *sambenito*, era uma roupa especial que deveria ser usada pelo sentenciado pelo prazo que os inquisidores estabelecessem. Essa foi a pena mais concedida aos cristãos-novos.

Foi a confissão da irmã de Diogo Vaz que fez com que o processo se iniciasse contra ele. O réu foi entregue ao cárcere secreto da Inquisição em Lisboa em 8 de dezembro de 1667, sendo sua primeira audiência em 17 de janeiro de 1668. Na ocasião, foi admoestado a confessar suas culpas, mas sem dizer por que ele estava ali. Então, ele confessou que praticou a sodomia com Simão de Andrade. O inquisidor o admoestou pe a não cometer mais tal pecado, e que se afastasse de pessoas que pudessem provocá-lo a cometê-lo.

Continuando o processo ele foi chamado de novo e admoestado a confessar suas culpas, e ele afirma que não tem o que confessar e que só devia a algumas pessoas. Daí ele expõe o nome de quatro pessoas e o valor que estava devendo. Tal forma de inquirir o réu era a prática recomendada pelo manual do inquisidor, onde não lhe era dito o motivo que ele estava sendo acusado. Inicialmente o inquisidor dizia que o Tribunal tinha provas das suas culpas e que seria melhor que ele as confessasse logo para que recebesse misericórdia. Após as admoestações, os acusados geralmente passavam a confessar possíveis delitos e após muita pressão, o inquisidor expunha o motivo da prisão, iniciando uma nova etapa no processo, buscando a confissão do réu.

Após confessar a sodomia e as dívidas, a mesa inquisitorial continua a admoestá-lo que confesse e ele afirma que não tem mais culpas que confessar. É pedido então que ele fale sobre sua genealogia. Ele diz que os pais já haviam morrido e que o pai dele era cristão-novo. Diogo Vaz era casado com Maria de Mendonça, cristã-velha, natural de Pernambuco e tinha um filho de oito anos, Miguel. Ele falou sobre alguns parentes e diz que não tem contato com eles, pois, já fazia quinze anos que ele tinha saído de Portugal para morar no Brasil. Ele ainda afirmou que quando foi ao Porto falava principalmente com os cristãos-velhos e nunca antes tinha sido preso pelo Santo Ofício nem seus parentes. Mediante dessa afirmação do réu temos duas possibilidades: Ou ele não sabia da prisão da irmã Anna Rodrigues, ou julgou que o caso

não fosse conhecido da mesa que o acusava. Tendo em vista que mais adiante no processo será dito que seus parentes não tinham notícias dele desde que ele foi para a Colônia, acreditamos que ele não teve conhecimento da prisão da irmã.

Na audiência de 17 de outubro de 1668 o inquisidor perguntou se após o último perdão geral[460] ele havia se afastado da fé católica e se passou a crer na lei de Moisés, esperando que se salvasse nela. Várias perguntas foram feitas a ele sobre práticas judaizantes as quais ele negou. A partir daí ele foi acuado de ter se apartado da fé católica, acusando-o de cego, pertinaz, obstinado, herege, apóstata, e seus acusadores pedem para que a Inquisição atue com todo o rigor da lei, que seria o relaxamento a justiça secular, ou seja, a morte na fogueira.

Foi-lhe constituído um advogado de defesa e algumas pessoas foram arroladas ouvidas tanto em Portugal como no Brasil por meio dos familiares da Inquisição. No geral, as testemunhas dizem que o tinham por bom cristão, que ia à igreja e se confessava. Alguns poucos disseram que não o viam se confessar. Mesmo assim a sentença de tortura foi-lhe dada em 14 de fevereiro de 1669. Segundo Luiz Mott, ele foi o primeiro acusado das terras sergipanas a sofrer tormento.

Mesmo após as torturas Diogo Vaz continuou afirmando ser inocente. A sua sentença final foi dada em 21 de fevereiro de 1669, onde os Inquisidores afirmam que o réu vivia apartado da fé católica, porém, como não há provas suficientes para sua condenação para a pena máxima, sua sentença foi de ir ao Auto de Fé[461] de 31 de março de 1669 com vela acesa na mão para ouvir sua sentença que foi abjurar de levi[462], sentenças espirituais e usar o *sambenito* ou hábito penitencial por alguns anos (não disse quantos), além do confisco de bens que já tinha sofrido no início do processo.

Quanto ao processo de Antônio da Fonseca (1726-1732), ainda não foi completamente transcrito, estamos por tanto no início da leitura. O que podemos constatar até então, é que há muitos fatores parecidos com o caso de Diogo Vaz, pois, foi denunciado por seu meio irmão, Gaspar Fernandes Pereira, que afirmou ter Antônio da Fonseca o ensinado a andar na lei de

[460] O primeiro "perdão geral" aconteceu em 07 de abril de 1533, onde o papa anistiou todas as faltas anteriores a essa data (WILKE, 2009: 82)

[461] Eram cerimônias, geralmente anuais, onde as sentenças dos processos concluídos pela Inquisição eram lidos. Havia uma procissão e uma missa e era imprescindível a participação das pessoas assistindo ao "espetáculo", que servia como um exemplo do que acontecia com quem andasse fora dos caminhos da Igreja.

[462] *Abjurar de Levi*: Segundo o Manual do Inquisidor, o acusado que teve fracas suspeitas, deveria abjurar publicamente no auto-de-fé que não compactua com as heresias que fora acusado.

Moisés. Seu irmão foi sentenciado com hábito penitencial perpétuo em 06 de setembro de 1726.

Até onde analisamos o réu não confessou ser culpado das acusações de judaizante, embora houvesse acusações por parte de outras pessoas de que ele não trabalhasse aos sábados, que não comia carne de porco e não falava no nome de Jesus. A sua defesa foi feita por seu procurador alegando que ele era um bom católico, que sempre ia à igreja, se confessava, comungava, venerava os sacramentos e as imagens. Além disso, ele servia na Irmandade do Santíssimo onde residia e fazia caridades ajudando principalmente os doentes.

Os detalhes do restante do documento ainda estão sendo estudados. A sentença final de Antônio da Fonseca foi o confisco de bens, cárcere e hábito penitencial perpétuo, além das penitencias espirituais.

As fontes inquisitoriais trazem uma riqueza de elementos que podem ser estudados pelo historiador. No entanto, ela revela somente um lado do fato, o que o Inquisidor queria que fosse perpetuado. Devemos ter clareza que os momentos dos interrogatórios consistiam em nervosismo, angústia, tristeza, humilhação e raiva para os acusados. Nos casos que estudamos, eles foram afastados da família, presos em outro país longe dos amigos. A postura que adotam de não confessar podem ser entendidas de duas maneiras principais: Ou realmente eram inocentes no que os acusavam, apesar de terem descendência cristã-nova, não praticavam os ritos judaicos, ou, mentiram para não serem levados a pena máxima, a fogueira. Uma confissão poderia também acarretar o envolvimento de outras pessoas do seu convívio, que passariam pelo mesmo processo que eles.

Viver uma religiosidade aparente e outra sigilosa. Essa foi durante muitos anos a experiência criptojudaica. Resgatar os por menores dessa história é algo denso e complexo. Nesse campo de estudo ainda há muito que investigar. A religiosidade judaica foi colocada de lado durante muito tempo no que se refere aos estudos sobre a matriz da religiosidade brasileira. Porém, novos estudos nessa área estão revelando que a resistência religiosa foi tão forte que passou a caracterizar vários dos costumes de boa parte do povo brasileiro. Percebemos, portanto a importância de ampliarmos as pesquisas nessa área no Brasil.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

Processos do Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa:

Processo de **Antônio da Fonseca**. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 10484. PT/TT/TSO-IL/028/10484. Disponível em: http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2310649.

Processo de **Diogo Vaz**. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3081. Auto 440, estante 8, maço 18, nº11. PT/TT/TSO-IL/028/03081. Disponível em: http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2303026

Processos do Conselho Ultra Mar:

Documentos relativos a Diogo Vaz, disponíveis em: http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/busca/resultadoa.php

Bibliografia

ABREU, J. Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 2ª série. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.p.190-197.

BARBOSA, Luis Alberto. **Resistência cultural dos judeus no Brasil.** Dissertação de mestrado em Ciência da Religião. Orientador: Dr. Valmor da Silva. Goiás, 2006.

BEZERRA, Felte. **Etnias Sergipanas: Contribuição ao seu Estudo**. 1ª Reedição. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984.

BURKE, Peter. **História como memória social**. IN: Variedades de história cultural. Tradução de Alda Porto. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006; pág. 69 – 89.

_____. **Ao microscópio**. IN: O que é História Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

CASCUDO, Luis da Câmara. **Mouros, Franceses e Judeus: Três presenças no Brasil.** Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1967.

GINZBURG, Carlo.**O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEVI, Giovanni. **Sobre a Micro-História**. IN: BURKE, Peter. (Org.) A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

LIMA, Henrique Espada. **Micro-História**. IN: Novos domínios da História. Org. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Rio de Janeiro: Elsevie, 2012.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. A **Inquisição em Sergipe.** Aracaju: Sercore Artes Gráficas, 2013.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Cristãos-novos na Bahia: 1624 – 1654.** São Paulo:Perspectiva, Ed. da Universidade de Sã Paulo, 1972.

_____. Inquisição, prisioneiros do Brasil (séculos XVI a XIX). 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Inquisição, Rol dos Culpados. Fontes para a História do Brasil do séc. XVIII**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I.** 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

OMEGNA, **Nelson**. **Diabolização dos Judeus: Martírio e presença dos Sefardins no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Record, 1969.

PIERONI, Geraldo. **Banidos: A Inquisição e a lista dos cristãos – novos condenados a viver no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

POLIAKOV, Léon. **De Maomé aos Marranos: História do anti-semitismoII.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

ROTH, **Cecil. História dos Marranos**. Porto: Livraria Civilização Editora, 2001.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os Cristãos – Novos: povoamento e colonização do solo brasileiro, 1530-1680.** São Paulo: Pioneira, 1976.

SILVA, Marcos. **Os cristãos-novos no Nordeste: Entre assimilação e o retorno**. São Cristóvão. Editora UFS, 2012.

SOBREIRA, Caesar. **Nordeste semita. Ensaio sobre um certo Nordeste que em Gilberto Freyre também é semita**. São Paulo: Global, 2010.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Confissões da Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WIZNITZR, Arnold. **Os judeus no Brasil Colonial**. Olivia Krahenbuhl (trad.). São Paulo: Pioneira, 1966.

Eletrônicas

JÚNIOR, Arnaldo Érico Huff. **Campo religioso brasileiro e história do tempo presente**. IN: Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859. Disponível em http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A nova historiografia sobre os judeus no Brasil: perspectivas para o século XXI.** In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: o Brasil e o século XXI: desafios e perspectivas, 2001, Recife. Disponível em: http://www.tropicologia.org.br/conferencia/2001nova_historiografia.html. Acesso em 12/12/2007.

SILVA, Marcos. **Aspectos fundamentais para o estudo do marranismo**. Disponível em: http://marranismo.sites.uol.com.br/index.htm. Acesso em 13/05/2008.

_____ e BISPO, Ísis Carolina Garcia. **Enigmas do Passado do Nordeste Brasileiro e Sua Exemplar Presença na História de Cedro de São João, SE.** Simpósio Nacional de História (25.: 2009: Fortaleza, CE). Anais do XXV Simpósio Nacional de História: Por uma est(ética) da beleza na História. – Fortaleza: ANPUH, 2009. ISSN: 2176-2155. 1CD-Rom; color 1. História – Congresso. I. ANPUH. I. Título.

_____. **Retorno ao Judaísmo no Nordeste Brasileiro: O caso dos marranos potiguares.** In: X Simpósio da Associação Brasileira da História das Religiões Migrações e Imigrações das Religiões, 2008, Assis, SP. X Simpósio anual da ABHR: Completos, 2008.

MARCHA POR DEUS E PELA LIBERDADE EM SERGIPE (1964): CULTURA POLÍTICA, CONSERVADORISMO SOCIAL E MUSEALIZAÇÃO, COM ÊNFASE NA PESQUISA E BANCO DE DADOS

Raphael Vladmir Costa Reis[463]

INTRODUÇÃO

O Brasil estava imerso, nos idos da década de 60, numa desordem político-administrativa que implicou no advento duma serie de contínuas articulações em nossa ascese eletiva. Conforme as literaturas que se debruçam sobre as metamorfoses do período em tela, as intervenções estratégicas para a consolidação dos militares no seio da direção executiva do país remetem, sobretudo, ao ano de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros.

Desde então, em meio a um cenário de intensa mobilização política, principalmente após a nomeação de João Goulart para assumir o posto presidencial, registrou-se a realização de algumas manifestações populares e sindicais, cujo uso tácito de suas atribuições operou sob ópticas dicotômicas. Em um espectro, determinados grupos de extrema-esquerda, corporificados pelos movimentos sindicais e membros das forças navais, declararam apoio incondicional a permanência de Jango, sob a alegação de respeitar a idoneidade da Carta Constitucional; noutro, à articulação dos atores da extrema-direita, respaldados por instituições civis, militares e religiosas, assentadas em uma orientação conservadora e reacionária, reivindicavam a deposição do presidente em exercício, sob o pretexto de repelir quaisquer intervenções que fossem responsáveis pela implementação de uma ditadura comunista, uma vez que existia demasiada ojeriza ao citadino regime, sobretudo após o desfecho positivo para os ortodoxos revolucionários cubanos, artífices da instauração de uma "ditadura vermelha" no país caribenho.

Partindo destes pressupostos, o presente projeto de pesquisa, representado mediante a produção desse manuscrito, consiste em investigar uma manifestação pública atribuída aos atores que constituíram a extrema-direita: a "Marcha por Deus e pela liberdade". A citadina represália aos movimentos esquerdistas é proveniente de São Paulo e, em escala gradativa, irrompeu pelas demais regiões do país. Nosso recorte espacial, no entanto, reduzir-se-á Sergipe, o qual foi palco de várias mobilizações nos municípios do interior.

[463] Graduando em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe e bolsista Pibic/CNPq (2015/2016).

A problematização do presente empreendimento reside, com efeito, nas seguintes indagações: onde e de que modo foram realizadas as manifestações no seio do golpe de 64? Como a Museologia poderá contribuir para disponibilizar uma reflexão crítica desse virulento período da história política local?

Para tanto, a presente produção prescreveu algumas diretrizes visando responder as inquietações e concretizar os resultados preliminares estabelecidos pelo exercício da atividade, dentre os quais destacamos a identificação de percursos, participantes, motivação das marchas pela família em Sergipe e os impactos na cultura política local; elaboração de uma base de dados eletrônica com informações sobre o tema, a partir do material pesquisado em arquivos textuais e fontes documentais; realização de exposições itinerantes onde aconteceram as marchas, musealizando os documentos pesquisados; e, por fim, organização de mesas-redondas nas quais os alunos e a coordenação do projeto possam construir reflexões conjuntas com professores de História e Geografia de escolas públicas sergipanas.

Os procedimentos metodológicos que nortearão o desenvolvimento das atividades subdividiram-se em algumas etapas, com ênfase no levantamento documental nos centros de arquivo do Estado, além da coleta de informações orais, levantamento bibliográfico e discussões teórico-metodológicas.

Destarte, o presente artigo está discernido em duas seções. A primeira, em linhas gerais, versará sobre o contexto da deflagração do golpe militar, interpretando analiticamente a conjuntura política nacional que alude a gestão de Jânio Quadros e estender-se-á deposição de João Goulart. A segunda, por sua vez, narrará os impactos causados pela ascensão dos militares na cultura política de Sergipe, tomando como eixo analítico a realização da Marcha por Deus e pela liberdade.

SOB OS AUSPÍCIOS DO "COMBATE A SUBVERSÃO": O CONTEXTO DO GOLPE MILITAR DE 1964

Embora a deflagração da contrarrevolução[464] tenha consolidado-se em 1964, os mecanismos que condicionaram às desarticulações estruturais do modelo político vigente datam de 1960-1961. Neste período, em decorrência da aplicação de ações executivas mal-sucedidas, a popularidade de Jânio Quadros foi acometida a um substantivo decréscimo, projetando alguns aspirantes para a sucessão presidencial, conforme previam as prerrogativas da Carta Constitucional de 1946. Tendo em vista a iminente possibilidade de ser pressionado

[464] Para Ibarê Dantas (2014), julgou-se mais apropriado caracterizar a intervenção em curso de contrarrevolução, pois apresentava uma natureza preventiva e neutralizadora das novas correntes políticas que surgiam, além de estabelecer um sentido propositivo para implementar uma nova ordem político-administrativa.

a renunciar através da pressão exercida pela opinião pública, o até então chefe do poder executivo envia o vice-presidente João Goulart para à China comunista, afirmando que o objetivo do compromisso de Jango consistia em empreender intervenções efetivas, visando estreitar as relações comerciais e diplomáticas com Pequim.

Desse modo, segundo atesta Ricardo Souza Mendes (2005), autor do artigo *"Marchando com a família, com Deus e pela liberade – o '13 de março das direitas'",* Quadros delineou uma estratégia precisa: em primeira instância, visava repelir a nomeação de um vice-presidente após a transgressão dos princípios prefixados no documento constitucional de 46; num segundo momento, por conseguinte, obteria tempo necessário para que os militares da conjuntura ministerial mensurassem as consequências e impactos nocivos caso um suposto sucessor, que carregava consigo tênues relações com organismos sindicais[465], capitaneasse as rédeas do país. O intento, portanto, era persuadir os ministros militares, grupo constituído por egressos da facção conservadora do exército, a exigirem sua permanência.

Havia, também, segundo as perspectivas de Quadros, uma maciça manifestação de popularidade do eleitorado para com o presidente eleito em 1960, que declararia apoio irrestrito a sua continuidade no poder, caso a renúncia fosse oficializada. Quaisquer possibilidades lastreadas, entretanto, não se materializaram. Mendes afirma, ainda, que "o seu eleitorado permaneceu passivo, atônito pela situação da renúncia de um presidente que havia submetido o povo a uma política econômica antiinflacionária baseada na restrição do crédito, salários congelados e corte de subsídios de importações" (MENDES, 2005; p. 02).

Por conseguinte, a conjuntura ministerial militar executou parcialmente a estratégia elaborada por Quadros, pois rechaçou a ascensão de Jango ao poder. Contudo, não empreendeu os esforços necessários para que Quadros permanecesse à frente da chefia executiva, fato que o levou a renunciar ao cargo em 1961.

Com efeito, instaurou-se uma desordem político-administrativa que transformou a seara eletiva nacional em um antro de conflitos ideológicos. Não obstante a essas circunstâncias adversas, João Goulart assume a presidência aos 07 de setembro de 1961, conduzindo um modelo político "biprocessual", assentado nas diretrizes do presidencialismo e parlamentarismo, responsável por limitar suas ações à frente da chefia executiva. Os militares, então, empreenderam uma evacuação estratégica, posto que um conflito de forças era inexequível naquele momento, pois existiam cisões no seio das próprias engrenagens ideológicas das Forças Armadas.

[465] Somando-se ao episódio da viagem à China, as estreitas relações de Jango com os movimentos sindicais acentuavam o temor pela implantação de uma ditadura comunista.

Para efeito de análise, a narrativa historiográfica é enfática ao afirmar que o período alusivo aos citadinos e descritos eventos sinaliza que a controversa renúncia de Jânio Quadros foi responsável pelo advento de estratégias efetivas, tencionando neutralizar a suposta implementação de um regime comunista no Brasil. Foram registrados, portanto, grandes embates entre os grupos de direita, cujos objetivos consistiam, a rigor, em instaurar um projeto político que atendesse aos seus respectivos interesses, dentre os quais destacamos o empresariado em torno do complexo multinacional, militares influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional, os autoritários-internacionalistas e nacionalistas-ditadoriais (Rouquié, 1984).

Conforme o bojo político nacional acentuava suas polarizações, sobretudo no período que remete aos anos de 1963-1964, os referidos grupos estreitaram seus laços ideológicos e aglutinaram articulações para inibir a ação das alas esquerdistas.

Segundo Ibarê Dantas (2014), nas entrelinhas do compêndio intitulado "*A tutela militar em Sergipe (1964-1984)"*, as coalizões de extrema-direita reduziam-se a dois grupos. Para ele:

> Pelo menos dois grupos militares estiveram a disputar o poder. Incialmente, gozava de ascendência intelectual o setor da alta oficialidade vinculado a ESG, qualificada de "soborne" brasileira. De outro lado, situavam-se os oficiais da "linha dura" que tinham na são uma das principais agências de suas inquietações (DANTAS, Ibarê; P. 22, 2014).

Vale salientar, também, a caracterização, bem como o viés ideológico das facções descritas por Dantas. A vertente alcunhada de "sorbonista" estendia-se entre alguns atores da sociedade civil, sobretudo aqueles que participavam do Instituto Político de Estudos Superiores (IPES), entidade que concentrava uma fração da oficialidade das Forças Armadas e membros da elite empresarial brasileira. A coalizão entre as duas instâncias, oficializada diante da ameaça esquerdista, consistia, dentre outros aspectos, em promover estratégias de ação objetivando "transformar o modelo populista numa forma de Estado mais permeável aos interesses do grande internacional e mais fechada as reivindicações de populares" (BRANCO, 1984; Apud DANTAS, 2014). Em contrapartida, a Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela ESG, sob influência das correntes ideológicas estadunidenses, constituiu diretrizes que lastrearam os princípios basilares do Estado autoritário que estava restes a emergir.

Os meses que precederam a deflagração da contrarrevolução, pois, foram eivados de 3 focos analíticos que dinamizaram as estruturas do modelo político em curso, dentre os quais destacamos a rebelião dos marinheiros, o comício da Central do Brasil, bem como a

assembléia realizada no Automóvel Clube do Brasil. A nossa ênfase investigativa, no entanto, não consiste em descrever o viés operacional desses eventos que polarizaram a ascese política nacional, mas, dentre outras perspectivas, propusemo-nos a investigar os impactos causados por essas manifestações nas alas de extrema-direita.

A 13 de março de 1964, portanto, Jango gerenciou um grande comício, no qual tornou pública suas proposições para a implementação de um reforma política. Na ocasião, o citadino dirigente contou com a participação de inúmeros movimentos sociais coniventes a aplicação de suas práticas reformistas, pois havia uma atenuante consonância ideológica recíproca desde os primeiros anos em que Jango exerceu o cargo de chefe do executivo.

Estas ações, por sua vez, não atendiam aos interesses das elites empresariais, grandes proprietários e, sobretudo, da classe média. Não obstante as divergências ideológicas causadas pela defesa das intervenções reformistas explanadas por Jango, membros das Forças Armadas, assentados no apoio logístico concedido pelos EUA, articularam-se com o objetivo de destituí-lo da presidência.

A 05 de abril de 1964, um dia após a deposição de Jango, o periódico intitulado *Folha Trabalhista* veiculou a informação em sua primeira página, afirmando:

> Movimento irrompido em Minas Gerais contra o Governo Federal, na madrugada do dia 31, culminou com a deposição do presidente João Goulart – Presidente da Câmara Federal, deputado Ranieri Mazzili, na presidência da República.[466]

Em Minas Gerais, unidade federativa na qual a ofensiva militar eclodiu, as tropas de Juiz de Fora, sob a liderança do general Olympio Filho, organizaram-se e marcharam para o Rio de Janeiro, consolidando a destituição de Jango.

No âmbito das mobilizações que articulavam a atmosfera política do país diante de um cenário atípico, sobretudo o conjunto de manifestações capitaneadas pela esquerda, as ações de alguns segmentos civis, cuja orientação ideológica vinculava-se a direita reacionária, voltaram-se para a organização de maciças mobilizações intituladas "Marchas por Deus e pela liberdade" algumas semanas antes, antecipando a deflagração do golpe de 31 de março e transformando o ato público em desfile de triunfo (Moraes, 1997; Apud Cordato e Oliveira, 2004). A citadina manifestação pública, em linhas gerais, tornou-se um estratégico instrumento de radicalização ideológica contra os grupos considerados "subversivos" e

[466] *Folha Trabalhista*, 05/04/1964.

deliberou, em face da articulação dessas alas, apoio irrestrito a implementação de um regime liberal-conservador, cujos artífices eram os militares.

A 19 de março, em São Paulo, as Marchas consistiram em atos públicos gerenciados por segmentos católicos da classe média urbana, lastreados por políticos conservadores, pela elite empresarial, além dos movimentos femininos. Esta articulação político-ideológica, então, irrompeu em várias regiões do país e transitou por alguns municípios de Sergipe, nosso recorte espacial analítico.

ENTRE TERÇOS E QUEPES: OS IMPACTOS DO GOLPE MILITAR EM SERGIPE E A MARCHA POR DEUS E PELA LIBERDADE (Apresentação dos resultados preliminares da pesquisa)

Horas após a deposição de Jango, aos 31 de março de 1964, informes inócuos foram veiculados nos diversos recônditos da capital sergipana, constituindo um cenário de intensas inquietações. Grupos cuja orientação ideológica alinhava-se com os movimentos de esquerda, em riste, empreendiam irrelevantes esforços para resistir a uma transição político-administrativa; os atores que aglutinavam as alas de direitas, por sua vez, materializadas pela conjuntura conservadora e reacionária de Sergipe, encontravam-se em polvorosa pela iminente intervenção militar.

No dia seguinte, uma grande fração dos estabelecimentos comerciais permaneceu fechada e inúmeros civis dirigiram-se à Praça Fausto Cardoso. Diante da efusiva mobilização, o deputado Euvaldo Diniz, correligionário da UDN, proferiu um prolixo discurso de repúdio às ações perpetradas contra o regime populista, mas, imediatamente, foi detido e permaneceu sob custódia dos militares. Não obstante a ampla escala de detenções em meio a uma atmosfera política virulenta, estava clarividente para a população que o país, mediante as últimas intercorrências na ascese executiva, perpassava por um período no qual o ímpeto da coerção militar, no âmbito do exercício da dominação, sobrepunha-se ao civil.

Ao retornar de viagem, João Seixas Dória, até então governador de Sergipe, tendo em vista o triunfo do movimento militar, pronunciou-se ao povo sergipano numa frustrada tentativa de reafirmar sua conivência às reformas estruturais. A ação de Dória, então, transgrediu as orientações prefixadas pelo aparato burocrático-militar, que dirigiu-se ao centro do poder executivo governamental e deteve o governador. O periódico *A Semana*, nas entrelinhas de sua segunda página, descreveu o desenrolar do fato episódico. Conforme o semanário:

> Na noite de quarta-feira da semana passada, forças do 28º B/C, em Aracaju, efetuaram a prisão de Seixas, investindo no

> governo o vice Celso Carvalho. O Sr. Seixas Dória foi conduzido para Salvador, onde permanece preso e incomunicável no quartel do 19º B/C.[467]

A deposição do governador se deu, de acordo com um comunicado oficial dos militares, porque Dória exerceu uma atividade que suscitou o desenvolvimento de práticas como "instrumento de forças extremistas atentando contra a segurança e tranqüilidade do país e do Estado". Para além da substituição do governador, Dantas conclui:

> Além de substituírem o governador, cassarem deputados e interferirem no judiciário, os militares desenvolveram também a operação definida como combate à subversão e corrupção pelo interior. Os prefeitos, identificados com a política das reformas de base e/ou acusados de corrução, foram presos, enquanto as respectivas câmaras municipais eram pressionadas a formalizar deposições (DANTAS, 2014; P. 34).

Nessa perspectiva, o vice-governador, Celso Carvalho, assumiu o posto de chefe do poder executivo estadual após a promulgação da Resolução nº 4, prerrogativa que garantia a legitimidade de sua administração sob a coercitiva supervisão do novo modelo político em exercício.

Concomitante as sanções que dinamizavam o seio da arena eletiva no âmbito estadual, registrou-se, a 02 de abril de 1964, dentre tantas outras intercorrências, a intensificação das prisões de subversivos civis. Entre os alvos das diligências, que coordenavam suas operações desprovidas de quaisquer ordens judiciais[3], estavam estudantes, professores, lideranças sindicais, operários, jornalistas e trabalhadores rurais.

Após uma comedida descrição inerente aos impactos sofridos pelos segmentos políticos e civis de Sergipe quando do golpe de 64, faz-se necessária uma breve análise sobre o posicionamento da conjuntura eclesiástica sergipana no decorrer do período investigado.

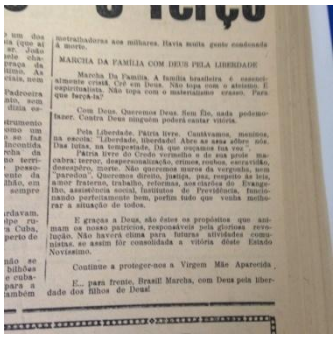
O episcopado sergipano, que exercia forte influência sobre o processo de politização da igreja, encontrava-se dividido em espectros ideológicos divergentes, assim como a sociedade civil. Existia, então, um grupo hierárquico ligado ao bispo D. Luciano Cabral Duarte, simpatizante e colaboracionista do regime autoritário que estava em vias de consolidação. Vale salientar que, além de Duarte, a coalizão incluía D. José Brandão de Castro, bispo de Propriá; o outro, por fim, manteve-se instruído sob a influência do bispo D. José Vicente Távora, eclesiástico progressista que estava engajado no combate a repressão exercida pelos militares. O citadino arcebispo, idealizador de alguns projetos sociais,

[467] *A Semana*, 11/04/1964.

canalizou suas atenções para o campesinato local, expandiu o número de paróquias e implantou em cada uma delas a política de Ação Católica para promover o desenvolvimento das comunidades (Morato, 2005).

Contudo, ao tornar pública sua orientação político-ideológica, D. Távora foi ameaçado de prisão e esteve confinado no Palácio Episcopal durante inúmeros dias, conforme atesta Dantas (2014). Segundo o autor, ainda, o arcebispo "escapou de maiores hostilidades por interferência do general Juarez Távora, seu parente" (FALCÃO, 93; DANTAS, 2014). Em linhas gerais, os sindicatos foram constantemente submetidos a um processo de investigação, a imprensa, por sua vez, foi controlada e a igreja católica dividida em duas facções.

Na contramão dos políticos, civis e eclesiásticos perseguidos por serem considerados subversivos, existiram membros desses mesmos segmentos que se opuseram a proposições reformistas e declararam publicamente seu apoio irrestrito a contrarrevolução. Dentre todas as manifestações públicas de autoria desses grupos, destacamos a "Marcha por Deus e pela liberdade", que, como já foi descrita anteriormente, consistiu num ato organizado e realizado por alas de reacionárias de extrema-direita, constituídas por dirigentes políticos conservadores, membros da classe média e grupos eclesiásticos simpatizantes, com o intento de reafirmar conivência a postura dos militares numa intervenção preventiva para assegurar os princípios democráticos do país, em meio à ameaça de uma ditadura comunista.



MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE

Marcha Da Família. A família brasileira é essencialmente cristã. Crê em Deus. Não topa com o ateísmo. E espiritualista. Não topa com o materialismo ateu. Para que barca-la?

Com Deus. Queremos Deus. Seu fio, nada podemos fazer. Contra Deus ninguém poderá contar vitória.

Pela Liberdade. Pátria livre. Cantávamos, menino, na escola: "Liberdade, liberdade! Abre as asas sôbre nós. Das lutas, na tempestade, Dá que ouçamos tua voz".

Pátria livre do Credo vermelho e do seu gesto macabro: terror, despersonalização, crimes, roubos, escravidão, deserções, morte. Não queremos nunca da vergonha, nem "paredon". Queremos direito, justiça, paz, respeito às leis, amor fraterno, trabalho, reformas, aos clarins do Evangelho, assistência social, Institutos de Previdência, funcionando perfeitamente bem, porém tudo que venha melhorar a situação de todos.

E graças a Deus, são êstes os propósitos que animam os nossos patrícios, responsáveis pela gloriosa revolução. Não haverá ciuma para futuras atividades comunistas, se assim fôr consolidada a vitória dêste Estado Novíssimo.

Continue a proteger-nos a Virgem Mãe Aparecida.

E... para frente, Brasil! Marcha, com Deus pela liberdade dos filhos de Deus!

Fonte: imagem extraída dos periódicos impressos na B. Pública Epifânio Dória. A Defesa, 29/03/1964.

Ao iniciarmos as investigações sobre a realização da Marcha em Sergipe para a inserção dos resultados preliminares neste manuscrito, descobrimos que a manifestação foi realizada, inicialmente, no município de Propriá, aos 29/03/1964, isto é, dois dias antes da deflagração do golpe militar. Diante destas circunstâncias, a data de veiculação do periódico analisado, que era órgão oficial da Diocese de Propriá, vem a corroborar com as afirmações de Mendes (2005), quando o autor afirmou que o ato público transformou-se, mesmo antes do dia 31 de março, num desfile de triunfo, pois havia uma ampla adesão de populares. Não foi

possível, entretanto, identificar os participantes e o percurso adotado pelos civis, eclesiásticos e políticos que se fizeram presentes na ocasião, pois o conteúdo informacional do jornal foi reduzido aos parágrafos discriminados na imagem.

Ademais, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, identificamos que o periódico *Gazeta de Sergipe,* um dos poucos veículos de imprensa que encontrava-se operante em Aracaju no curso da contrarrevolução, noticiou informações sobre a realização da Marcha em Aracaju.

HOJE NO PLANALTO: POSSE DE CASTELO NA PRESIDENCIA

Audacioso Arrombamento Deu Dois Milhões de Prejuizo

«Marcha Com Deus e Pela Liberdade» em Aracaju

GAZETA de Sergipe

Dramática a Situação das Estradas no Interior

GAZETA de Sergipe

Plano de Classificação Receberá Vetos

Marcha Por Deus e Pela Liberdade

Agua Racionada Desde Domingo

Fonte:imagens extraídas de um periódico impresso do APES. Gazeta de Sergipe, 13/04/1964 e 28/04/1964.

Em 13 de abril de 1964, autoridades religiosas, civis, políticas e eclesiásticas capitanearam a realização da Marcha em Aracaju. Na oportunidade, os populares reuniram-se em frente a Assembléia Legislativa e seguiram, conforme a reportagem, para a rua Pacatuba, Avenida Barão de Maruim e rua Santa Luzia, aglutinando-se no Parque Teófilo Dantas. Foi celebrada, por conseguinte, uma missa em Ação de Graças para comemorar o triunfo da revolução.

A segunda Marcha da Família na capital ocorreu a 28/04/1964. Segundo as informações do próprio periódico, todas as instituições aracajuanas de ensino participaram da manifestação, além das delegações de alguns municípios do interior, cujos nomes não foram mencionados. Após o desfile, uma missa foi realizada na Praça Olímpio Campos, nas imediações da catedral, onde um expressivo número de fiéis rezou pela "libertação do Brasil.".

«Marcha Com Deus» na Barra e em Laranjeiras

Fonte: imagem extraídas de um periódico impresso do APES. Gazeta de Sergipe, 03/05/1964.

Após a ampla adesão do ato de solidariedade ao golpe militar na capital, a Marcha chegou aos municípios de Barra dos Coqueiros e Laranjeiras. Na tarde do dia 13/05/1964, populares da Ilha de Santa Luzia (Barra dos Coqueiros) prepararam uma homenagem especial às Forças Armadas durante a realização da Marcha, que estava programada para ser realizada por volta das dezesseis horas do citadino dia. Em Laranjeiras, conforme atesta o conteúdo informacional do jornal *Gazeta de Sergipe*, a manifestação iniciaria às dezenove horas do mesmo dia, contando com a participação de diversas autoridades religiosas, civis e políticas, inclusive do governador recém-nomeado.

rar o encerregado da ex-
são na eferida Escola.

COMISSAO DE PROPRIA

Uma delegação de Propriá, tendo a frente o Prefeito Jackson de Figueredo Guimarães e constituida dos vereadores Ferreira Rocha e José Nunes, esteve no Palacio Olimpio Campos, onde o Governador Celso de Carvalho concedeu audiencia.

"MARCHA EM AQUIDABÃ"

No proximo dia dezessete as dezessete horas a cidade de Aquidabã estará promovendo a sua «Marcha com Deus pela familia e pela Liberdade". Deverá estar presente o Governador Celso de Carvalho, especialmente convidado pelo Prefeito daquele municipio.

Civil, Comercial e Trabalhista — Organização
— Direito Publico.

F VIANA DE ASSIS

ADVOGADO

Fonte:imagens extraídas de um periódico impresso do APES. Gazeta de Sergipe, 17/05/1964.

Em Aquidabã, município localizado a 120 quilômetros de Aracaju, a Marcha ocorreu aos 17/05/1964. As informações disponíveis, no entanto, aludem somente a participação do governador Celso Carvalho. Tendo em vista as limitações presentes nos artigos dos periódicos, buscar-se-á, durante as próximas oportunidades, entrevistar os participantes das Marchas que residem nessas localidades para o preenchimento dessas lacunas que assolam a historiografia sergipana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora embrionário, o projeto em tela já apresentou frutíferos resultados preliminares no transcorrer dos processos de pesquisa, sobretudo no que concerne a constituição de um banco de dados. Nesse ínterim, descobrimos que a Marcha com Deus e pela liberdade transcendeu os limites da capital e angariou ampla adesão nos municípios do interior, com ênfase, nas entrelinhas do presente artigo, em algmas localidades, dentre as quais destacamos Propriá, Laranjeiras, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, além da nossa capital.

Para as próximas etapas deste empreendimento, espera-se cumprir as demais diretrizes que fundamentam o exercício proposto pela atividade, promovendo a realização de mesas-redondas com alunos e professores da escolas públicas sergipanas e socializar o quantitativo de informações armazenadas ao longo do processo para além dos muros da universidade mediante a montagem de exposições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 24, no.47, 2004.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. *A marcha, o terço e o livro:catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 24, no. 47, 2004.

DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Marchando com a família, com Deus e pela liberdade: o"13 de Março" das direitas***.** Varia hist. [online]. 2005, vol.21, n.33, pp. 234-249.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

REIS , Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

O CANÔNICO E O ANTICANÔNICO EM LUIZ VILELA

Rauer Ribeiro Rodrigues (UFMS)[468]

O cânone, no âmbito da História da Literatura, foi construído de modo a amplificar concordâncias e aplastar o dissonante: o ventre do setecentos configurou a estética do Romantismo, que, subterrânea, segue até nossos dias; o Realismo, o Naturalismo, as estéticas decadentistas do final do oitocentos e as vanguardas do início do novecentos, carregam em si germes românticos; o novecentos e o terceiro milênio questionaram o ideário burguês, que segue, no entanto, cada vez mais afirmado no referente histórico. Nesse quadro, os grandes escritores se tornam expressão do canônico, na retomada da tradição que o informa e o conforma esteticamente, e do anticanônico, pela invenção que caracteriza e se torna exigência primacial para reconhecimento da literariedade. A partir de disciplinas diversificadas das ciências humanas e sociais, tratamos, neste artigo, da obra ficcional de Luiz Vilela, em particular de seus contos, observando, quanto à questão das duas faces da moeda que constituem o canônico e o anticanônico, o embate entre o regional, o local, o particular, com o cosmopolita, o universal, o global. Este texto é subsidiado, mesmo quando não explicitado, por conceitos do âmbito da Ficção e História, da Geolinguística, da Teoria Literária e da Sociologia, e se volta para aspectos instigantes da literatura brasileira contemporânea.

Comecemos por definir o campo conceitual sobre o qual verificaremos aspectos da contística de Luiz Vilela.

O cânone é a construção de um *corpus* que erige uma identidade; é a escolha de uma face coletiva entre as possibilidades narrativas de uma comunidade; é pinçar e eleger no todo amorfo, a obra que pode se tornar clássica; é eliminar o diverso, o diferente, o dissonante, em prol do símile, do uniforme e do estabelecido.

Problematizemos: o cânone é o conjunto, um dos conjuntos, do clássico, ou torna-se clássico o que está na lista – ou em alguma lista – do cânone? Em outras palavras, que relação há, no âmbito dos estudos literários, entre o clássico e o canônico?

Sendo o clássico o que constitui, institucionalizado pelo grupo hegemônico ou pelo estado, a leitura e formação escolar, o cânone – se não em seu todo, ao menos em sua mais notória porção – termina por ser reflexo do socialmente hegemônico, refratando a herança do que foi culturalmente predominante. O clássico é, pois, a porção mais conservadora do

[468] Professor de Literatura Brasileira no Câmpus do Pantanal, em Corumbá, atua no PPG-Letras Mestrado e Doutorado no Câmpus de Três Lagoas; é líder do GPLV – Grupo de Pesquisa Luiz Vilela.

conjunto de obras que conforma o cânone, já de si uma lista plasmada por autoimagem idealizada e idealizante, estagnada e estagnante, em que o eu é uno, belo (o que quer que isso signifique na subjetividade e relatividade de cada momento dado), plácido, não acolhendo aporias, dissensos, cicatrizes ou representações a contrapelo do instituído.

Vejamos um único exemplo. Bernardo Guimarães é um clássico de leitura perenizada nas escolas brasileiras – e clássico, aqui, remonta à etimologia da palavra, referindo-se ao que é indicado em classes para estudo. Nos quadros do Romantismo, Bernardo Guimarães, romancista e poeta, tem seu nome e obra integrando todos os estudos historiográficos que tratam da literatura brasileira do século XIX. Alfredo Bosi, na sua aclamada e essencial *História Concisa da Literatura Brasileira*, lhe dedica algumas páginas. Em nota de rodapé, menciona a parte fescenina, paródica e satírica de Bernardo Guimarães, considerando-a menor e desprezível de autor, de resto, a seu ver, de pouca importância.

Refere-se a poemas como "O elixir do pajé", com certeza, e talvez a narrativas como "Jupira". Justo, talvez, em ambos os casos, à melhor, mais inventiva, mais questionadora, mais antecipatória dentre todas as produções de Bernardo Guimarães. A paródia crítica derrisória da visão indianista de Gonçalves Dias e de José de Alencar, a desidealização antirromântica por excelência da mitificação nacionalista do período, a prática literária consciente da paródia formal, do tom grandiloquente pelo avesso e da carnavalização do tema é um modo literário que somente terá predominância no modernismo, e com tal vigor consciente, muito provavelmente, tão só no modernismo tardio. Mas prevalece, em Bosi, a visão eurocêntrica, católica, cartorial, conservadora, que nega o dissenso na ordem do Romantismo e na idealização da figura do indígena forjada no albor da pátria recém-independente.

Neste quadro, como definir o que é o anticanônico?

Nas pegadas de Bernardo Guimarães, trata-se do que está a contrapelo da estética predominante, do que está ao reverso da ideologia aplaudida em uníssono, trata-se do que questiona as opções que a sociedade e a crítica institucionalizada aplaudem, incentivam, incensam, repercutem – em uma palavra: canonizam.

Após um século, o novecentos, em que predominou a tradição da ruptura, a sucessão de vanguardas e o elogio ao experimental; em uma época, aquele final do segundo milênio e neste início de terceiro milênio, em que a diluição de certezas, o alexandrinismo vigente e a ausência de parâmetros que estabeleçam o que é a literariedade; em uma sociedade em mutação constante, acelerada, de hábitos, conceitos, visões de mundo, relações interpessoais,

inter-étnicas e intergêneros; enfim, em nossos dias, com o cânone questionado a cada passo, como tratar o canônico e o anticanônico em um escritor consagrado como o é Luiz Vilela.[469]

Para os limites deste estudo, o canônico é composto pelo conjunto de escritores paradigmáticos que inventaram um novo modo de narrar no âmbito das poéticas do conto, em especial os seguintes autores, com suas reflexões sobre a literatura: Edgar Allan Poe, Anton Tchekhov, James Joyce, Franz Kafka, Virgínia Woolf, Katherine Mansfield, Ernest Hemingway e Jorge Luís Borges. Por consequência, o anticanônico é a retomada crítica desses contistas, utilizando em clave diferenciada o modo de narrar que cada um deles forjou, para expor diferente visão de mundo e constituir uma nova e original cosmovisão.

Comecemos por afirmar que Luiz Vilela, em suas três primeiras coletâneas – *Tremor de terra*, 1967; *No bar*, 1968; e *Tarde da noite*, 1970 –, de certo modo experimenta, senão todos, quase todos os modos de narrar da história do conto, do causo em torno da fogueira primitiva (nas duas variantes de narrador definidas por Walter Benjamim em seu clássico ensaio sobre Leskov) à fábula grega, do flagrante pitoresco ao ensaio filosófico, do efeito único de Poe à atmosfera rarefeita, e suas variantes, Tchekhov, Woolf ou Mansfield. Mostrar essa retomada, que segue nos dois livros posteriores – *O fim de tudo*, 1973, e *Lindas pernas*, 1979 –, é uma boa tese, ainda por fazer, da qual este artigo é mero rascunho.

Vejamos um primeiro exemplo com o conto "Os mortos que não morreram" (*Tarde da noite*). Já o título traz em si a alusão ao mais famoso conto de James Joyce, "Os mortos". Da leitura de *Os dublinenses* depreendemos de Joyce um conto que parece romper com as unidades de tempo e espaço e com o enredo objetivo, de poucas personagens, que se volta de modo inexorável para um clímax revelador. Verificamos também a força das descobertas diegéticas produzidas pelo diálogo encenado, em procedimento a que Joyce nomeou de epifania. "Os mortos", de Joyce, que em suas sepulturas estão, pairam, no entanto, por sobre a terra e a vida; o título de Vilela é ao mesmo tempo o reconhecimento disso e uma afirmação para além do espírito joyceano.

O eixo do conto de Joyce está na sucessão de epifanias pelas quais o protagonista, Gabriel Conroy, descobre a existência do feminino como um outro desconhecido, inapreendido e surpreendente. No conto de Vilela, amigos conversam em uma casa, em ambiente festivo (o ambiente tem parcial similaridade ao do conto de Joyce), e as cenas se desdobram em paralelo, quase que com autonomia entre si, na sala, na cozinha e em um

[469] Para informações biobibliográficas sobre Luiz Vilela, ver as diversas abas do blog do Grupo de Pesquisa Luiz Vilela, em < http://gpluizvilela.blogspot.com.br/ >.

quarto. Não há um protagonista como Conroy, mas a anfitriã está no centro da narrativa, ligando os episódios entre os três espaços: na sala, um debate filosófico sobre o homem; no quarto, uma criança assustada com sonhos ruins; na cozinha, um convidado relembra à anfitriã uma noite de amor que tiveram. Os episódios se ligam pela metáfora da memória como "o porão da alma", que esconde "nossos mortos que não morreram; [...] nossos gestos que ficaram acorrentados no escuro" (p. 135-136). Entre elogios ao pernil servido ("Ela é fogo na cozinha", diz o convidado que mais à frente vai à cozinha assediar a anfitriã, insinuação que reverbera nos porões da alma e no espaço protegido da vista dos demais presentes à reunião de amigos), a discussão pontua a busca inútil por segurança "que todo mundo procura: velhos, adultos, crianças, homens e mulheres" (p. 137) e conclui que "tudo é permitido", que "nada é proibido ao homem" (p. 142), não havendo que considerar nenhuma "moral: o bem, o mal, o pecado". Nesse momento, a criança dá um grito assustado e a mãe retorna ao quarto para acalmá-la: a criança conta que um bicho a queria pegar e a mãe a nina, protegendo-a. Neste conto de Luiz Vilela, a personagens vivenciam poucas descobertas, o que sobre-eleva é o debate implícito estre o passado – no porão da alma – vivido em liberdade e as correntes sociais e morais – os monstros – do presente. O modo de narrar à Joyce defende visão de mundo que o ciumento Joyce provavelmente não endossaria, o que faz de "Os mortos que não morreram" um conto inteiramente à Luiz Vilela, se assim podemos nos expressar.

Verifiquemos, agora, o modo pelo qual Luiz Vilela trabalha, ou subverte, o universo kafkiano no conto "O buraco" (*Tremor de terra*). Em primeira pessoa, autodiegético, o conto de Vilela narra a transformação do protagonista em tatu, à medida em que cava um buraco no quintal de sua casa: Zé é mais feliz isolado em sua toca do que no convívio com a família. Desse modo, perde a noiva, e o conto, aludindo ao sensacionalismo da imprensa, faz blague em seu fecho, mencionando manchete em que a antiga noiva se matava por namorar um tatu.

Mais do que na novela "A metamorfose", o conto de Luiz Vilela parece dialogar com a narrativa "O covil", texto aparentemente inacabado de Franz Kafka. Em "A metamorfose", a transformação já ocorreu, o narrador é em terceira pessoa e o protagonista vive sua agonia e morte a partir da metamorfose. Exceto pela transformação, pouco parece haver de comum – à primeira vista – entre o sombrio, monstruoso e absurdo inseto de Kafka e o auto-irônico narrador de Vilela, que se escolhe tatu. Em *close Reading*, observamos pontos similares entre "A metamorfose" e "O buraco", mas aqui não abordamos tal aspecto.

Voltemo-nos para “O covil”, narrativa menos conhecida. Em primeira pessoa, o protagonista, um animal subterrâneo, vive a aflição de que a qualquer momento terá sua toca invadida. Acumula provisões para um tempo de penúria ou cerco, elabora estratégias de defesa, cria rotas de fuga, cava tuneis falsos para despistar invasores. Vive, enfim, para e pelo “covil” que é sua moradia: só posso confiar em mim mesmo em o meu covil”, diz a personagem.

A linguagem segue o padrão de Kafka, com longos parágrafos e longos períodos, nos quais se desenvolve uma lógica implacável, jurídica, argumentativa, que considera os prós e os contras a cada situação, a cada pensamento. Tal linguagem realça o absurdo das situações, do que não se dá conta a personagem, imersa em seu mundo e em seus raciocínios. Há uma falha de base na constituição mental desse universo, falha jamais explicitada no discurso, e que constitui a estranheza criada pela ficção de Kafka: “Para falar verdade”, argumenta o animal, “não devo lastimar de estar só e de não ter ninguém em quem confiar”.

Se o animal kafkiano é um ser solitário, de origem desconhecida e futuro inescrutável, a personagem de Luiz Vilela tem família, com a qual convive, é protegido pela mãe e, ao optar pela solidão, se sente solitário e lembra dos amigos, das brincadeiras com outras crianças, da vida social de adolescente e da noiva. Opta, no entanto, pelo buraco em sua transformação contínua em tatu. O momento doloroso de sua transformação se dá quando, após ouvir na rua, meio que sem querer, coisas duras a seu respeito, chega em casa e começa a andar de quatro. Quando a mãe chega, dá um grito, horrorizada, e o abraça, enquanto ele tem dificuldade em ser... bípede.

O que em Kafka acontece sem justificativa e é vivido como um absurdo naturalizado, em Vilela surge como espanto, como processo, como escolha. “A metamorfose” e “O covil” encenam um mundo sem saídas, ameaçador, opressivo, em que o espaço define as personagens, enquanto em “O buraco” a cena é familiar, corriqueira, e a lenta transformação é opção da personagem, ainda que sem ter consciência do que o motiva.

Por seu lado, em *No bar*, dois contos configuram um modo de narrar normalmente considerado como “experimental” por não seguir a lógica linear das narrativas canônicas. Em “Gaveta”, uma história de amor encontra uma forma narrativa inusitada. Do caos de limpar a gaveta enquanto pensa sobre o que vai encontrando, os pensamentos desvelam um relacionamento amoroso que chegou ao fim.

Em “Rodoviária”, o movimento caótico do espaço encenado contamina a narrativa, e o caos da narrativa representa o caos de uma época que estilhaçou todos os seus parâmetros

canônicos, se me é permitido um trocadilho. O rompimento da linearidade narrativa, da cena com começo, meio e fim claros no discurso, insere esses dois contos de Luiz Vilela em um espaço anticanônico por excelência.

O que temos, pois, como conclusão preliminar desses aspectos aqui levantados, é um autor que se vale das conquistas literárias da tradição e as subverte para produzir efeitos de sentido renovados, que melhor representam o tempo em que viveu e em que vive o autor Luiz Vilela. O cânone é retomado, citado, manipulado, contestado, subvertido, constituindo, nos termos aqui definidos, narrativas anticanônicas, uma vez que forjam cosmovisão autoral diversa e muita oposta à do autor canônico. Da fonte universal e cosmopolita de autores paradigmáticos da história do conto, Vilela narra sua terra, sua Minas Gerais, seu local particular, seu universo de eleição, na linguagem peculiar que o caracteriza como autor único, diferenciado, criador de um idioleto baseado no diálogo coloquial prescrito pelo Modernismo, cuja realização em toda a plenitude só com o autor mineiro veio a se configurar. Se a invenção é a marca por excelência do literário e da literariedade, Luiz Vilela é o anticanônico que se torna canônico.

LAS ESTRATEGIAS DE DOMINACIÓN DEL GOBIERNO PRIISTA: DE LA REPRESIÓN VIOLENTA A LOS MEDIOS SUTILES

Romulo Gabriel de Barros Gomes

1. INTRODUCCIÓN

En el México reciente, y pretendidamente democrático, ocurrió un fenómeno de gran peculiaridad y de inestimable valor para el análisis de las ciencias humanas, en especial, la historia, ciencias políticas y sociales en general. Es decir, los mandatos acumulados por más de 70 años por un único partido, inicialmente llamado de Partido Nacional Revolucionario – PNR y posteriormente renombrado para Partido Revolucionario Institucional – PRI. En este escenario, el país estuve involucrado en una trama política donde los resultados de los pleitos siempre fueron favorables al ya mencionado partido y en la cual la oposición era cooptada o aplastada por su aparato institucional.

En el discurso priista, siempre fue posible observar la preocupación con la continuidad de la Revolución Mexicana de 1910, revolución popular y democrática de la cual el partido sigue se proclamando heredero. Entretanto, disonancias entre el discurso y la práctica pueden ser observados desde datos empíricos rescatados de la producción política, social o cultural y mediática del período.

Nuestra principal pregunta de investigación es entonces: ¿cómo tal grupo mantuvo su poder al largo de 70 años? Con el objetivo de discutir tal cuestionamiento, este trabajo hace uso del análisis de las estrategias de dominación, primero, evidenciando la represión violenta con episodios como la Noche de Tlatelolco (1968) y las estrategias más tenues como la cooptación de los medios. Además utilizamos la producción cultural como testimonia y actor de los hechos ya mencionados; para tal proposito, serán consultadas fuentes olvidadas por muchos autores de la historiografía mexicana, es decir, la producción denominada “cine de ficheras” –producciones de bajo presupuesto y gran retorno financiero que tuvieran su ábside en el gobierno Luis Echeverría (1970-1976) –estas películas fueron atacadas públicamente por el gobierno, tachadas de amorales y detractoras de la imagen de la producción artística/cultural de México, así mismo, contaran con el apoyo, mismo que no declarado, de la máquina estatal, pero ¿con qué objetivo?.

Nuestra hipótesis es de que el gobierno priista no sólo se utilizó de la represión violenta como medio para la manutención de su poder en el dicho período, como también cooptó la prensa y además de esto utilizó el discurso apolítico y acrítico existente en la producción cinematográfica en cuestión para alejar la población de tales discusiones, discusiones estas presentes en la generación cinematográfica anterior, ofuscada por las ficheras.

Para aclarar tales cuestionamientos y embazar nuestra hipótesis, serán utilizados autores como Marc Ferró[470] y su teoría del cinema como agente del devenir histórico; además de autores que se dedicaran a estudios del régimen priista como Elena Peniatowska[471], entre otros.

Esto estudio tendrá su impacto en la discusión acerca de la construcción democrática del país e intentará poner en practica la finalidad primera de la historia, que es beneficiar el presente con las luces del pasado, ambicionando provocar en el público receptor, la crítica sobre las configuraciones de la sociedad en que ellos mismo se insertan.

2. UN BREVE PANORAMA DE LOS ANTECEDENTES DEL GOBIERNO PRIISTA:

El régimen priista fue, o se auto proclamó, heredero de la Revolución Mexicana de 1910. De ideales populares, esta revolución logró quitar del poder el caudillo Don Porfirio Díaz. Congregando los principales líderes remanecientes y victoriosos de los conflictos pasados, Elías Plutarco Calles logra, en 1929, la formación del partido gobiernista, el Partido Nacional Revolucionario – PNR.

El partido cambia de nombre para Partido Revolucionario Institucional – PRI, en 1946, vigencia del mandato de Lázaro Cárdenas. Fue en esta fase que se inició el llamado "milagro económico" y la posterior política del "desarrollo estabilizador". Según Gollás[472]:

> Durante la administración de Lázaro Cárdenas, se puso especial énfasis en el desarrollo económico y social, que contrastó con el que antes se ponía en el gasto administrativo. También se realizaron importantes obras de

[470] Marc Ferro. *Cinema e História.* (São Paulo: Paz e Terra, 1992).
[471] Elena Poniatowska. *La Noche de Tlatelolco.* (México: Era, 2009); Elena Poniatowska. *The Student Movement of 1968.* (In Gilbert M. Joseph y Timothy J. Henderson, 2002).
[472] Manuel Gollás. *Breve relato de cincuenta años de política económica.* (in Ilán Bizberg y Lorenzo Meyer [coord.], Una historia contemporánea de México: Océano, 2003) p. 229.

> infraestructura agrícola y se llevó a cabo un programa masivo de distribución de tierras.

En los años que se siguen, el desarrollo continúa. Además de la infraestructura agrícola, el país recibe las primeras fábricas que dan margen a su nuevo campo industrial. La situación económica parece estable. Pero este período de júbilo no se extiende a los años siguientes.

> Esta Formula funcionó con eficacia hasta 1958; pero a flote de los primeros síntomas del agotamiento del esquema: ya no existían condiciones externas que habían generado una demanda importante; la plata productiva comenzaba a ser obsoleta u crecía el endeudamiento del país. Además la agricultura tenía problemas serios y los trabajadores, que habían resentido tanto la devaluación como la inflación, reclamaban un mejor reparto de riqueza y mayor independencia sindical.[473]

Ya pueden ser observados, por tanto, en su fase embrionaria el movimiento que culminaría en la década de 1970. Como comenta Gollás:

> En 1970, de una población ligeramente superior a 50 millones, 18.5% eran menores de cuatro años, o sea, 9.4 millones de niños en ese grupo de edad. El ritmo de expanción demográfica provicó desequilibrio en los mercados de trabajo y presiones sobre los recursos del país[474]. (Ídem, p. 230)

Los efectos que culminan en 1970, ya pueden ser observados en su fase embrionaria ya en la década anterior. Surgen huelgas, protestas, grupos de estudiantes, obreros y médicos salen a las calles exigiendo desde mejores condiciones de trabajo, hasta más apertura política y derechos civiles en general. Como ejemplo de tales movimientos, es posible aludir a la huelga de los ferrocarrileros de 1958, observada de cerca por las autoridades policiales; la huelga de médicos residentes en 1964; las huelgas de estudiantes en Morelia en el año de 1965, en Sonora e Hidalgo en 1966 y 1967, respectivamente. Empieza así, el período que nos cabe enfocar en este ensayo.

3. REACCIONES VIOLENTAS:

[473] Miguel Ángel Gallo. *Una Historia Crítica de México*. (México, D.F.: Ediciones Quinto Sol, 2007.)
[474] Manuel Gollás. *Breve relato de cincuenta años de política económica.* (in Ilán Bizberg y Lorenzo Meyer [coord.], Una historia contemporánea de México: Océano, 2003) p. 230.

Los hechos enumerados en la sección anterior constituyen el inicio de los actos de protesta, que serían juzgados como actos de desobediencia civil y en muchos casos terrorismo. Los años que se siguen, son marcados por más protestas. El divisor de aguas en la relación de la sociedad civil indignada y las reacciones del gobierno puede ser observado en los hechos de 2 de octubre de 1968, en la actual Plaza de Las Tres Culturas, conocido por la historiografía como La Noche de Tlatelolco o la Masacre de Tlatelolco.

En este día, indignados por la falta de respuesta positiva del gobierno a las reivindicaciones de los movimientos anteriores, estudiantes, profesores, obreros y otros sectores se unirán en la referida plaza con el objetivo de hacer un gran acto de protesta visando mayor apertura política en el país, un proceso de democratización real y libertades civiles.

Creyendo estar amenazado en la manutención de la imagen democrática, el gobierno enfrenta los manifestantes y los reprime de forma extremamente violenta. En este episodio, el periodista Inglés John Rodda[475], contabilizó 325 muertos, pero el número exacto jamás será conocido. Esto fue apenas el inicio de la llamada "Guerra Sucia", donde militantes fueron presos y torturados, bien como sus familiares[476].

Mismo con la represión violenta creciendo, mismo con los movimientos contrarios aumentando diametralmente, este gobierno logró su manutención hasta los años 2000. Cuestionamos, de este modo, se únicamente la violencia sería la herramienta para la permanencia de este grupo en el poder.

4. LAS SUTILES MANERAS DE CONTROL: COOPTACIÓN DE LA PRENSA Y CONTROL DEL DISCURSO ARTISTICO

La manutención del poder por parte del Partido Revolucionario Institucional no sería tan exitosa sin estrategias como la cooptación de la prensa y de estrategias de conducción de la producción artística según sus intereses. Es lo que se puede observar a partir de los ejemplos traídos por esta sección. Aquí serán demostrados el discurso de algunos de los principales periódicos del país y de la producción cinematográfica de entonces.

Empezaremos con el análisis del discurso presentado por los medios en el día siguiente a la ya mencionada masacre:

---

[475] *Apud* Kate Doyle. *La masacre de Tlatelolco*. (2006. Disponible en: <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB201/proceso.pdf> Asesado en 08/11/2013)

[476] Laura Castellanos. *México Armado*. (México: Era, 2006.)

El Excélsior, caracteriza el ocurrido como "Recio Combate al Dispersar el Ejército un mitin de Huelguistas" y contabiliza "20 Muertos, 75 Heridos, 400 Presos". Información extremamente contrastante con la que fue dada por el periodista Rodda (op. cit.) y su contaje de 325 muertos.

En el Universal el conteo sube un poco más, verdaderamente poco más, son "29 Muertos y más de 80 Heridos en Ambos Bandos; 1000 Detenidos". Además de esto, nos gustaría exponer los términos por los cuales son tratados los grupos de manifestantes, el periódico les caracteriza como "terroristas" y afirma: "Durante Varias Horas Terroristas y Soldados Sostuvieron Rudo Combate".

El Heraldo destaca una versión un tanto lejana de la que hoy es defendida por la historiografía acerca de los hechos de Tlatelolco, tal como relata Elena Poniatowska[477], por ejemplo. En su versión "Francotiradores dispararon contra el Ejército: el General Toledo lesionado", con destaque para la lesión del General.

Por fin, el objetivo de los dichos terroristas es aclarado por El Sol de México, el periódico evidencia la siguiente frase para explicar los hechos, primero con el título "Manos Extrañas se Empeñan en Desprestigiar a México" y siguiendo con la explanación: "Francotiradores dispararon contra el Ejército: el General Toledo lesionado. […] El Objetivo: Frustrar los XIX Juegos".

Las narrativas desencontradas de los hechos, hoy pueden nos parecer evidente, pero no podríamos caer en las trampas del anacronismo historiográfico. Es necesario que se acorde que estos medios eran las fuentes mayoritarias de información de la población mexicana en este período.

Según Poniatowska[478], durante el sexenio del presidente Díaz Ordaz (1964-1970), "Only the magazines Sucesos and Política defended them. But in general the press, the misinformed public and the media applauded the government measures". Ella se refría a ya comentada huelga de médicos residentes en 1964. Sin embargo, afirmamos que esa disparidad en la opinión de la prensa contra y a favor del gobierno, no cambió mucho hasta 1968.

De ese modo, la llamada Guerra Sucia estaría por venir. La violencia contra los opositores, que crecieran de manera exponencial en los años que se seguirán a la masacre, fue

[477] Elena Poniatowska. *La Noche de Tlatelolco.* (México: Era, 2009)
[478]); Elena Poniatowska. *The Student Movement of 1968.* (In Gilbert M. Joseph y Timothy J. Henderson, 2002) p.560.

una de las estrategias de los gobiernos siguientes como evidencia Loeaza[479] y seguía también encubierta por los medios:

> […] Las organizaciones guerrilleras fueron combatidas por el Estado en una *guerra sucia*, de la que la opinión pública nunca fue informada. Sus operaciones no respetaban los derechos fundamentales de los guerrilleros; […] muchos de ellos sufrieron tortura y murieron asesinados por la policía o por miembros del ejército. Según Gustavo Hirales, antiguo miembro de la Liga 23 de Septiembre, en los setenta se murieron así cerca de mil quinientos guerrilleros.

Pero la violencia, mismo que encubierta por el discurso de los medios, no fue la única, o la más sutil, de las maneras de alejar la población de los contenidos y expedientes políticos más espurios e ilícitos. Evidenciaremos, en el siguiente apartado, un medio extremamente efectivo promover el olvido de prácticas como las que acaban de ser evidenciadas, hablamos del efecto catártico que el cinema ejerce en la población.

[479] Soledad Loeaza. La construcción de un país moderno.(José López Portillo, "Administrar la abundancia", 1977-1981, in Enrique Florescano. México: Grijalbo, 2009 pp. 234-276.) p. 236

4.1. El Cinema como medio de promoción del alejamiento de contenidos políticos: El fenómeno "Cine de Ficheras"

Marc Ferro[480], comprende que el cinema guarda innumerables posibilidades historiográficas. Él sería un vector cultural. El fenómeno cinematográfico no solo recibe la carga cultural, como la modifica a partir del público que lo asistió, lo influencia y por él es influenciado. Hay, por tanto, una interacción entre los productos culturares y la cultura, reinventando a sí mismo, creando una influencia mutua.

El fenómeno cultural ahora analizado es denominado "Cinema de Ficheras" o "Sexycomédias", este género surge en los años de 1970 en México, se caracteriza por sus producciones de contenido humorístico latente, fuerte connotación sexual, pocos presupuestos tanto argumentativos, como financieros. Pero con altísimo retorno en las taquillas.

Las ficheras surgen con el "incentivo" gubernamental. Explicamos: durante el sexenio de Luis Echeverría (1970-1976), fue creado el Banco Nacional Cinematográfico – BNC, con el objetivo de financiar la producción de cintas de autores mexicanos, fomentando de esta manera el crecimiento de la cultura y arte en el país. No fue exactamente lo que ocurrió, según afirma Jara[481].

> El nombramiento de Margarita López Portillo –hermana del presidente- como Directora del recién creado organismo llamado Radio, Televisión y Cinematografía (RTC) [que incluye al BNC]. Evidentemente su falta de preparación y conocimiento, así como su desinterés en el área, provocó un desastre: el presupuesto para el cine nacional desapareció y la idea de "un cine más familiar" (un cine que ya no retratara la crudeza de la realidad dejó en el olvido a los directores apoyados en el sexenio anterior.

El sexenio anterior contaba con el trabajo de artistas, guionistas y directores remanecientes del período conocido como Era de Oro del Cinema Mexicano. Estos directores desarrollaran películas reconocidas pela crítica especializada como obras de valor artístico, con argumentos elaborados y buenas actuaciones. Producciones estas que traerían al país

[480] Marc Ferro. *Cinema e História.* (São Paulo: Paz e Terra, 2002).
[481] JARA, Paula Klein. *Estereotipos de la Cultura Popular Urbana en las Sexicomedias Del Cine Mexicano*. ([Tesis de maestría] México: Centro Universitario Querétaro, 2013). P.99

orgullo y marcarían su trayecto en la posteridad. Con la ausencia de estas películas, la concurrencia a las ficheras estaba liquidada.

Otra medida del gobierno, favoreció enormemente las producciones de las sexycomédias. Fue la Ley Federal de Cinematografía, promulgada en 1949, durante el gobierno de Miguel Alemán (1946 – 1952), y que vigoró hasta 1993, en su texto previa que las salas de exhibición deberían dedicar un mínimo de 30% de su espacio a las películas de producción nacional. Ante la baja en la producción de otros géneros como fue evidenciado, ¿qué películas nacionales ocuparían el espacio cedido por la ley? La respuesta es obvia, el Cine de Ficheras, única producción abundante e, en bueno número, independiente de recursos gubernamentales en el período.

Además de este incentivo legal, las ficheras lograran pasar por la censura estatal, en sus años ya mucho más relajada que anteriormente, cuando fue instituida en 1º de octubre de 1919, junto con el Departamento de Consejo de Censura. Como Afirma Millán Hernández[482]: "[…] el Departamento de Censura había permitido la presentación de desnudos femeninos, experimentando si con esto podían lograr la atención de la gente. Los productores llegaron a abusar de este tipo de imágenes."

La independencia financiera del cine de ficheras y su falta de ligación formal con el gobierno es el último punto que nos cabe tocar para evidenciar los hechos ahora explicados. Estos dos últimos factores abrirían margen para que el Estado se eximiese de responsabilidades en relación a tales producciones. Además de esto, el gobierno la criticaba públicamente, tajando siempre las producciones de dotadas de "argumentos y películas inmorales, vulgares o pornográficas"[483], macularían por lo tanto la imagen del cine mexicano. Discurso que no es compatible con la práctica del gobierno, que podría ser caracterizada ante todos los factores enumerados, al menos, como negligente frente a un género que públicamente se trataba como detractor.

En paralelo a esto, los movimientos civiles aumentaban, protestas, huelgas y reacciones armadas explotaban en cada rincón del país, como ya vimos. El pueblo necesitaba ser distraído. Olvidar de cuestiones políticas y pensar en otros asuntos mientras el gobierno "arreglaba" todo el resto. Pensamos que las ficheras, su falta de contenido político y su enorme suceso frente a la mayor parcela de la población conformaban una importante

[482] HERNÁNDEZ, Millán, M. A. *Investigación del factor que influye en la temática de producción del cine mexicano contemporáneo*. ([Tesis Licenciatura] México: Universidad de las Américas Puebla, 2004.) p.16.

[483] IDEM, p.23.

herramienta para el alejamiento de tales discusiones. Creemos que con su discurso moralista y contrario a estas producciones, el PRI lucró doblemente en términos políticos, alejó la población de los contenidos indeseados y eximió de cualquier ligación con la herramienta utilizada para tal.

5. CONSIDERACIONES FINALES

Con este texto, objetivamos dar muestras la complexidad de la organización de la máquina estatal del Partido Revolucionario Institucional. Complexidad y competencia en materia de coerción, cooptación y represión, que llevaran a la manutención del régimen por 70 años.

Evidenciamos el inicio de los movimientos civiles, desde los ferrocarrileros de 1958, hasta el movimiento que cambió la configuración del régimen y de la oposición, la Masacre de Tlatelolco en 1968. Seguimos con la argumentación trayendo los aspectos de la represión en su faceta más brutal ante estos movimientos, cada vez más crecientes y también violentos. Hasta que llegamos en la construcción del discurso mediático favorable y dudoso en relación al gobierno, y su papel fundamental en la manutención de la opinión publica acerca de las acciones de la máquina estatal.

Por fin, ejemplificamos como la producción artística es de grande utilidad para la dominación. Aludimos entonces al Cine de Ficheras y su ligación con los decretos estatales, corroboramos de esta manera con la tesis de que la máquina del PRI atacó el género pero lo benefició indirectamente por sus acciones. Objetivando así el alejamiento de la población de un discurso crítico y politizado promovido por el cinema de generaciones anteriores.

A partir de esto cuestionamos: ¿Ya no sería la hora de tratar el régimen priista como violador de derechos y libertades e investigar más criteriosamente, con el reconocimiento dela máquina estatal como otros países ya lo hicieron en las llamadas “Comisiones de la Verdad”, continuando el trabajo de la llamada Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado – FEMOSPP, iniciada en el sexenio de Vincent Fox y finalizada sin que ningún de los investigados fuera punido? ¿Ya no sería la hora de averiguar sus prácticas objetivando la superación de los hechos pasados, proporcionando la construcción de una democracia más sólida en el país?

REFERENCIAS:

CASTELLANOS, Laura. *México Armado*. México: Era, 2006.

CUMMINGS, Gerardo T. *De Las ficheras a Sexo, pudor y lágrimas:* la recusación de la sexualidad en el cine mexicano contemporáneo. Horizontes: Revista de la Pontificia Universidad Católica de Puerto Rico, ISSN 0018-5027, Nº. 102-103, 2010, páginas 32-37, 2010.

DOYLE. Kate. *La masacre de Tlatelolco*, 2006. Disponible en: <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB201/proceso.pdf> Asesado en 08/11/2013.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GOLLÁS, Manuel. *Breve relato de cincuenta años de política económica*. in Ilán Bizberg y Lorenzo Meyer (coord.), Una historia contemporánea de México: Océano, 2003, pp. 223-237.

GALLO, Miguel Ángel. *Una Historia Crítica de México*. México, D.F.: Ediciones Quinto Sol, 2007.

GONZALEZ, José A. M. *El cine mexicano en el gobierno de Luis Echeverría -1970-1976*. Revista Historik, Revista Virtual de Investigación en Historia, Arte y Humanidades, Vol. 2, Nº 4, noviembre – febrero, 2011. Disponible en: <http://www.revistahistorik.com/descargas/elcine_mexicano.pdf>

HERNÁNDEZ, Millán, M. A. *Investigación del factor que influye en la temática de producción del cine mexicano contemporáneo*. [Tesis Licenciatura] México: Universidad de las Américas Puebla, 2004.

JARA, Paula Klein. *Estereotipos de la Cultura Popular Urbana en las Sexicomedias Del Cine Mexicano.* [Tesis de maestría] México: Centro Universitario Querétaro, 2013.

LOEAZA, Soledad. *La construcción de un país moderno*. José López Portillo, "Administrar la abundancia", 1977-1981, in Enrique Florescano. México: Grijalbo, 2009 pp. 234-276.

PONIATOWSKA, Elena. *La Noche de Tlatelolco*. México: Era, 2009

_____. *The Student Movement of 1968*. In Gilbert M. Joseph y Timothy J. Henderson, 2002, pp. 555-569

PRIMEIROS ESBOÇOS DE RELIGIOSIDADE NAS TERRAS DE RIACHÃO DO DANTAS-SE (1855-1870)

Rosana Oliveira Silva

Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe

O culto a Nossa Senhora do Amparo chegou ao Brasil, logo após aquilo que se convencionou chamar de "descobrimento". Sob sua proteção foram fundadas diversas igrejas, uma das primeiras fica em Olinda-PE. Também varias cidades foram fundadas em sua homenagem e permanecem sobre seu arrimo, em Sergipe temos o exemplo de Amparo do São Francisco.

A vida dos santos é um capítulo a parte na história da Igreja católica. No que se refere à invocação mariana temos representações evidenciadas pelas passagens bíblicas. A devoção Mariana tem suas bases nos cultos religiosos cristãos em que se louva Maria, mãe de Jesus. A personificação de Maria Santíssima é representada por diversas imagens entre elas temos Nossa Senhora do Amparo. A adoração a Nossa Senhora do Amparo representa para os cristãos o momento da crucificação de Jesus, onde ele apresenta sua mãe como Mãe de todos os homens, para que esta venha ampara-los.

A história de Riachão tem sua origem nesta devoção a Nossa Senhora do Amparo. Foi João Martins Fontes que ao mandar construir em sua fazenda uma capela dedicada a esta santa, introduziu o seu culto nas terras do Riachão. Lembremos que um dos principais requisitos para que uma povoação passasse a assumir o título de Vila era ter uma igreja sagrada pelas autoridades eclesiásticas e seu território já ter sido elevado à condição de freguesia. Vejamos o que Agenor Soares Silva Junior escreve a respeito:

> Uma ermida, edifício religioso de pequeno porte, erigida em local de peregrinação ou em uma estrada, tornava-se, com relativa frequência marco inicial do surgimento dos arraiais e vilas. Este pequeno templo era ampliado, adquirindo o status de capela, e podia ser elevado a condição de igreja, dependendo do numero de habitantes do local e de sua área de abrangência[484].

Foi justamente por este processo que o povoado do Riachão passou. A construção da capela suscitaria à elevação da povoação a condição de freguesia, que a partir daí elevaria a capela a condição de Igreja, e então a freguesia transformar-se-ia em vila.

[484] SILVA JUNIOR, 2013. p.94.

Após a morte de João Martins Fontes, seus herdeiros doaram a capela a Nossa Senhora do Amparo para que esta fosse elevada a condição de matriz. De acordo com a escritura, a doação ocorreu em 28 de abril de 1853 na Vila do Lagarto, Comarca de Estância, na casa do Capitão-mor Joaquim Martins Fontes, um dos herdeiros das terras.

Ao fazerem a doação os herdeiros também se comprometeram a arcar com as despesas da capela até esta transformar-se em matriz.

> [doadores] os quais fazem a presente doação a bem da fabrica, despesas de erecção e ornamentos da capella e quando pelos rendimentos anuaes do terreno doado não se possa acorrer a todas essas despesas, todos os doantes obrigão-se por suas pessoas e bens, e pelos seus herdeiros a fazerem anualmente bôa a quantia de vinte quatro mil reis para o dito fim enquanto a dita capella não passar a categoria de Matriz[485].

Em 27 de abril de 1855 O presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa sancionou a Resolução Nº 419 criando assim a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão, desmenbrando-a da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto.

Para compreendermos a fundação religiosa do município de Riachão do Dantas é necessário recorremos aos primórdios de sua colonização, momento de reformas e renovação das diretrizes que regiam a Igreja Católica brasileira.

Durante a segunda metade do século XIX a Igreja Católica passava por um momento de renovação de suas diretrizes. Buscava-se cada vez mais tornar o catolicismo "puro", livra-lo dos elementos considerados "populares" e que haviam se misturado aos ritos católicos.

Diante de tal desafio, a Igreja buscou implementar mudanças que segundo o historiador Péricles Andrade, visavam dois eixos: "definição da ortodoxia católica no campo destinatário e reforma dos costumes morais da Igreja, estendendo-se desde a hierarquia eclesiástica até os fieis[486]". A Igreja buscava assim restringir o livre-arbítrio que de certa forma fora cultivado pelo clero e fiéis durante os primeiros anos da colonização brasileira no que diz respeito às práticas religiosas.

As primeiras tentativas de reforma ocorreram com a criação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, era uma experiência de implementação das diretrizes

[485] Transcrição da Escritura de doação das terras do Riachão (1853). Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugenio de Andrade Veiga. Faculdade Católica da Salvador.

[486] ANDRADE, 2010. p. 21.

formuladas durante o Concilio de Trento realizado entre 1545 e 1563 onde se buscou "reafirmar os princípios fundamentais da moral católica, confirmar e definir seus rituais[487]". Porém as Constituições não conseguiram atingir os objetivos por elas definidos.

Do ponto de vista organizacional essa mudança de postura representou um fortalecimento da Igreja enquanto instituição. Entendamos como Sergio Micelli a define:

> O movimento de reação eclesiástica desembocou numa serie de iniciativas que, a longo prazo, significaram o fortalecimento organizacional e as condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo da concorrência ideológica, cultural e religiosa do mundo contemporâneo[488].

Os efeitos desta reforma entraram em Sergipe vindos da Província vizinha, mais especificamente do Seminário Arquiepiscopal da Bahia, e tiveram como principal protagonista Dom Romualdo Antonio de Seixas, formador de grande parcela dos novos prelados sergipanos do período. Segundo este "a religião constituía-se um freio moral que atuava nas consciências como poderoso instrumento de repressão dos maus instintos, orientando-se a se adaptarem perfeitamente a ordem social[489]".

Este Arcebispo encontrava-se inserido na nova tendência de pensamento denominada *ultramontana.* Os defensores desta corrente "enfatizavam a unidade eclesial através da maior dependência da Santa Sé[490]". Tem-se desse modo uma supervalorização da autoridade papal. Dom Romualdo Seixas procurou desta forma, implementar medidas que alterassem a atual configuração da Igreja Católica e atingissem a vida moral do clero. Essa reforma foi definida nos seguintes termos:

> Exigência do hábito, do celibato e do aprimoramento intelectual, tinha por principio delimitar as áreas de competência e hierarquização; codificar as regras que regem a atividade profisional e a vida extra-profissional; racionalizar os instrumentos de trabalho, como o dogma e a liturgia[491].

O objetivo delineava-se, portanto em tornar a formação do clero uma prática qualificada onde se pudesse manter afastados os costumes entendidos como profanos a fé católica.

As novas diretrizes da Igreja Católica encaminhavam ao que ficou conhecido como

[487] Ibidem, p. 18.
[488] MICELI, 2009. p.18.
[489] ANDRADE, 2010.. p. 56.
[490] Ibidem, 2010.. p. 22.
[491] ANDRADE, p. 63.

processo de *Romanização*, que segundo Andrade tinha como traços centrais "a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos e na obediência a hierarquia eclesiástica[492]". O objetivo basilar era recolocar a Igreja na posição de centralismo que havia sido abalada durante as primeiras décadas do século.

> As devoções do catolicismo popular foram gradativamente substituídas pelos cultos *romanizados*, "bens simbólicos" em que se prevaleciam os sacramentos, a hegemonia clerical, o estimulo a santidade e a fidelidade à instituição eclesiástica. Em Sergipe isto se deu principalmente através da devoção do Sagrado Coração de Jesus (SCJ)[493].

É necessário compreendermos aqui que a fundação religiosa e eclesiástica de Riachão dar-se durante este processo de romanização difundido pela Igreja, e que a ação de seu primeiro pároco João Batista de Carvalho Daltro encontra-se inserida nesse contexto. Claudefranklin Monteiro Santos afirma que "o contexto histórico vivido por Monsenhor Daltro, entre seminarista e sacerdote, insere-se no bojo do movimento de romanização da Igreja Brasileira, desencadeado a partir da laicização do Estado[494]".

Em Sergipe foi possível notar as atividades reformistas propostas por estas novas correntes que se desenharam durante o século XIX, porém os efeitos da romanização foram fazendo-se sentir aos poucos e de formas diversificadas. Segundo Andrade os traços desta reforma foram que:

> Imbuídos de uma visão ortodoxa, este clero não reconheceu os símbolos pertinentes ao Catolicismo popular. A não aceitação deste capital simbólico se deu a partir da condenação das condições físicas dos espaços sagrados (templos e cemitérios), dos tipos de enterramento praticados, da relação dos fieis com os santos, do desrespeito aos dias santificados, das indecências dos párocos e da propagação de ideias liberais[495].

Em meio a essa fase de reformulação de suas diretrizes a Igreja viu-se diante de uma nova querela. Com o advento da República, deu-se o momento de separação de Igreja e Estado através do fim do regime do padroado que unia essas duas instancias. O padroado nada mais era que a tutela de atividades características da Igreja Católica concentradas sobre o domínio do poder estatal. A partir deste momento de ruptura a Igreja é obrigada a reorganizar sua liberdade e finanças e buscar novos investimentos para manter-se. Entretanto o sociólogo Sergio Miceli defende que "a separação não significou uma ruptura com os setores dirigentes

[492] Ibidem, p.24.
[493] Ibidem, p. 152.
[494] SANTOS, 2013, p.179.
[495] ANDRADE, 2010, p.99.

locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e investimentos da Igreja (...)[496]".o autor centra sua análise na busca por entender de que forma a igreja desenvolveu seu processo de "construção institucional" estabelecendo, portanto as bases futuras de sua nova relação com as camadas dominantes, para poder reassumir um papel de destaque no cenário nacional. Para Santos, a separação entre Igreja e Estado deixou a primeira em meio a uma dupla divergência "se, por um lado, ficava mais a vontade para gerir seus projetos, por outro, precisava se reafirmar enquanto instituição religiosa e enquanto estrutura de poder mesmo[497]".

A criação da Diocese de Aracaju em 03 de janeiro de 1910 representou o esforço da Igreja para manter sua reforma e continuar com suas práticas romanizantes. Entende-se aqui a criação da diocese como inserida no processo que Sergio Miceli definiu como "estadualização", movimento que institui pelo menos uma diocese em cada Estado.

> Ao brindar todos os estados brasileiros com pelo menos uma diocese, a Igreja passou a dispor de um sistema interno de governo pautado pelas linhas de força que presidiram a montagem do pacto oligárquico, vale dizer, o atendimento ao requisito de mínimo de uma diocese, mesmo nos estados menores não cerceou a concentração de recursos organizacionais (...)[498].

Essa breve análise da conjuntura em que estava inserida a Igreja Católica durante o século XIX fez-se necessária devido a fundação eclesiástica de Riachão do Dantas inserir-se nela. É basilar sabermos que o Padre João Batista de Carvalho Daltro sofreu a influência do projetor romanizador durante sua formação no Seminário da Bahia, e que este e outros prelados do período foram imbuídos da nova doutrina empregada por Dom Romualdo Antonio Seixas, doutrina esta de reformulação das práticas do clero. A doutrinação dos prelados passaria desta forma a uma subordinação a maiores instancias, isto é, obediência inquestionável ao poder papal.

Daltro: a primeira voz da Igreja Católica em Riachão do Dantas.

Natural de Simão Dias, João Batista de Carvalho Daltro nascera em 23 de junho de 1828 na Fazenda Baixão. Era filho de Domingos José de Carvalho e D. Antonia Francisca de Jesus. "Estudou humanidades em Estância e no Colégio Barroso em São Cristóvão, matriculou-se a 22 de março de 1847 no seminário da Bahia, onde recebeu as ordens sacras

[496] MICELI, 2009, p.26.
[497] SANTOS, 2013, p.220.
[498] MICELI, 2009, p.65.

em 1853[499]". Sua ordenação aconteceu no seminário Santa Tereza-BA.

Adalberto Fonseca descreve seus atributos físicos "Alto, alvo, rosado, olhos intensamente azuis, forte, sadio, feitio preponderantemente varonil, assim como se impunha de sua voz e de seus modos, a cabeça, rosto e mãos talhadamente bem feitos[500]". Mas Daltro entraria para a história não por seus atributos físicos e sim por sua forte personalidade, "dominava com sua presença e pela expectativa de ser ouvido e acatado[501]". A construção da religiosidade riachãoense deu-se aos poucos e com ajuda de um homem a frente do seu tempo, é assim que o definiríamos.

Como já dissemos, Daltro ordenou-se padre no período em que Dom Romualdo Seixas era o chefe da Igreja na Bahia, entretanto Claudefranklin Monteiro Santos não o insere no conjunto de párocos formados naquele período e que levaram ao "pé da letra" os ideais reformistas do Arcebispo.

> É fato que Daltro se notabilizou como um daqueles exímios sacerdotes de sua geração, mas, é fato, também, que ele esteve às voltas com situações que o excluem de qualquer exemplo de moralidade, para os padrões pretendidos pela reforma do chefe da Igreja na Bahia e em Sergipe[502].

Temos desta forma um padre inserido no contexto de romanização, mas que não levou ao extremo suas práticas em busca de uma Igreja renovada.

Seus primeiros passos da carreira religiosa foram dados ainda em Salvador onde atuou em "rápidas passagens pela Paróquia de Pilar e pela Igreja do Bonfim na condição de capelão[503]". Desta forma entendemos que a primeira experiência de Daltro enquanto pároco deu-se na recém-criada Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão.

Em termos jurídicos a fundação religiosa de Riachão inicia-se um ano após sua elevação a condição de freguesia, em 20 de agosto de 1856 quando é aprovada canonicamente. O momento mais importante desta aprovação acontece no mesmo ano com a chegada do primeiro pároco da freguesia, o Padre Daltro.

O vicariato de Daltro em Riachão segundo consta, não transcorreu de forma fácil para o novo pároco. No ano que Daltro chegara à freguesia uma epidemia de cólera-morbus assolava a população, entretanto sabemos que sua atuação foi fundamental no socorro a esta.

---

[499] GUARANÁ, 1925, p. 245.
[500] FONSECA, 2002, p. 105.
[501] Idem, p.105.
[502] SANTOS, 2013, p.180.
[503] Idem p. 180.

A atuação de Daltro em Riachão não é muito revisitada, devido ao fato de sua notável presença enquanto pároco ter se desenvolvido na Vila do Lagarto. Entretanto, muito fez este pela freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão. Infelizmente o livro de Tombo da passagem de Daltro pela Paróquia de Nossa Senhora do Amparo não foi encontrado para que pudéssemos estender uma análise mais aprofundada de seu vicariato, segundo informações o livro teria desaparecido, não se sabe como.

O que sabemos é que surto de cólera e as fortes secas do período fizeram do paroquiato de Daltro um venerável ato de assistência a aqueles que dele necessitavam. Armindo Guaraná o define como "um verdadeiro apóstolo da caridade[504]". Suas ações em prol do povo Riachão foram marcadas pela inquietude e benevolência de um homem que dedicou sua vida a melhorar a vida daqueles que muito pouco possuíam.

De suas ações no Riachão destacamos a realização de uma Santa Missão em novembro de 1863, coisa há muito tempo almejada pelo pároco. Sob o comando de Frei Paulo de Casas Novas e David de Perrugia realizou-se o ato religioso:

> Do resultado da Missão diz bem o numero de fieis que compareceram: 8 a 10 mil pessoas. E nos intervalos da mesma, foi arrazado um monte ao pé da Matriz, que na estação invernosa lhe trazia grande umidade, entulhou-se numa rua, quase intransitável, e que foi calçada em seguida, entupiu-se um barracão que ameaçava iminente perigo ao pé doutra rua a estrada publica[505].

A passagem acima demonstra a atuação de Daltro como pároco engajado em projetos sociais de melhorias das condições básicas de vida. Também é obra de Daltro a construção do tanque público do Riachão.

O paroquiato de Daltro nas terras do Riachão estendeu-se até o ano de 1870, curiosamente ano de elevação da Freguesia a condição de vila, ato que ocorrera em 9 de maio deste mesmo ano. Durante o tempo que esteve à frente da igreja do lugar foi incansável em sua luta contribuindo ativamente para o progresso local. Na sua sucessão teremos o Padre José Antonio de Vasconcelos.

Entretanto, Daltro viria a adquirir o prestigio social e o reconhecimento de suas ações na condição de vigário da Vila do Lagarto. Fora nomeado de 24 de junho de 1875 a 2 de fevereiro de 1910, totalizando um paroquiato de 35 anos nesta vila.

Em Lagarto vivera os anos mais benfazejos de sua carreira sacerdotal. Para Armindo

[504] GUARANÁ, 1925, p. 245.
[505] FONTES, 1965-1978, p.78.

Guaraná fora em Lagarto que Daltro "passou a maior parte de sua longa e proveitosa existência semeando o bem em torno de si (...)[506]". Padre Daltro ficaria reconhecido na posteridade, por ter implementado um projeto de reforma agrária, entendido por alguns estudiosos como "sociologia agrária".

> Só admitia o casamento quando os noivos dispunham de uma casinha para morar, um pedacinho de terra para trabalhar, um cavalo para andar e uma vaca para dar leite para as crianças. Quando os noivos não tinham esses requisitos chama-se seus pais e os obrigava a distribuir as terras com seus filhos[507]·.

Segundo Claudefranklin Monteiro, este exercício "não só orientava, mas também direcionava a forma de ocupação do espaço físico por parte da população, sob as hostes diretas de seu pároco[508]". Com um empreendedorismo magnífico Daltro conseguiu ainda estabelecer em Lagarto uma série de melhorais que beneficiaram a toda população.

> São frutos de seus louváveis esforços junto aos governados da Província a ponte entre Lagarto e Simão Dias no rio Caiça, os tanques públicos de Riachão e Lagarto e a Casa da Câmara Municipal deste último lugar. A matriz da freguesia, um dos mais imponentes templos do Estado, foi concluída sob sua administração, tendo construído quase a sua custa o cemitério da cidade e por conta própria o Hospital de Caridade, ao qual dotou com pecúlio para a garantia de seu custeio[509].

Participante ativo da política da vila do Lagarto foi considerado um homem que sabia transitar por entre as querelas que definiam a relação entre Igreja e Estado. Segundo Santos, Daltro teve por vezes uma atitude política conciliadora[510].

Seu empenho lhe renderia vários títulos entre eles o de Monsenhor, como ficara conhecido nas terras sergipanas. Os últimos anos de sua vida foram de desalento por conta da doença que afligia seus momentos finais, "cada vez mais tomado pela idade, 80 anos, doente, ele não conseguia mais da conta de suas atividades administrativas[511]".

Monsenhor Daltro faleceria em 02 de fevereiro de 1910 na Fazenda Baixão, onde nascera no município de Simão Dias - SE. Seu corpo seria sepultado no dia seguinte na Igreja

[506] GUARANÁ,, 1925. p. 245.
[507] TAVARES; VIEIRA JUNIOR, 2012, p.06.
[508] SANTOS, 2013, p.211.
[509] GUARANÁ, 1925, p.245.
[510] Ibidem, p.214.
[511] SANTOS, 2013, p. 226.

Matriz de Nossa Senhora da Piedade em Lagarto. Sua postura em favor daqueles mais necessitados lhe rendera uma vida voltada para o bem da humanidade e um reconhecimento relegado a poucos nos dias atuais. Luis Antonio Barreto chega a afirmar que "o padre Daltro não apenas viveu em Lagarto, mas viveu por Lagarto e pelo seu povo[512]". Armindo Guaraná define Daltro com as seguintes palavras:

> Como sacerdote e pároco foi incansável na propaganda da fé e no combate as doutrinas condenadas pela Igreja, como cidadão muito contribuiu para o progresso daquela zona promovendo a realização de melhoramentos materiais de incontestável utilidade[513].

De sua vida pessoal, tem-se um capítulo que esteve na obscuridade por muito tempo. Daltro teve dois filhos: Ester Deolinda de Matos e Pedro Garcia Moreno. A primeira esteve ao lado do pai até os últimos momentos de sua vida. Já Pedro Garcia Moreno tornou-se um respeitável farmacêutico sergipano. Segundo Claudefranklin Monteiro essa revelação só viera tornar-se pública, muitos anos após a morte de Daltro. Este mesmo autor é enfático ao afirmar que:

> (...) Monsenhor Daltro não era o tipo de padre que a romanização queria ou propugnava. Esteve diretamente ligado a política, esteve amasiado e gerou filhos. Entretanto, doutrinária e administrativamente, no círculo da Igreja de sua época, ainda que ultramontana, ele foi importante[514].

A atuação de Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro marcou desta forma, profundamente as trajetórias dos dois municípios em que estivera à frente das práticas religiosas: Riachão do Dantas e Lagarto. Em Riachão jamais será esquecido por ter sido seu fundador religioso e eclesiástico, e em Lagarto pelas inúmeras benesses que trouxe para o povo do lugar. Alcançou, portanto "o reconhecimento público pelo seu trabalho de pastor[515]".

Entendemos desta forma que Padre Daltro foi essencial no estabelecimento da religião católica nas terras do Riachão, e que seu desempenho a frente da paróquia da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo foi essencial à fortificação da religiosidade riachãoense.

[512] BARRETO, 2014. (eletrônico)
[513] GUARANÁ, 1925, p.245.
[514] SANTOS, 2013. p. 237
[515] FONTES, 1992, p.40.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, João de Oliva e MENEZES, José Alves de. Riachão do Dantas. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Vol. XIX.

ANDRADE, Péricles. **Sob o olhar diligente do pastor**: a Igreja Católica em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. Fundação Oviedo Teixeira.

BARRETO, Luis Antonio. **Daltro: um Varão da Igreja**. Disponível em: http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=95175&titulo=Luis_Antonio_Barreto. Acessado em 15 de Janeiro de 2014.

FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto.** Governo de Sergipe, 2002.

FONTES, Arivaldo Silveira. **Figuras e Fatos de Sergipe**. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992.

_____. *Riachão do Dantas: os primeiros tempos as origens*. In: **Revista do IHGSE**, Aracaju, nº 27, 1965-1978. PP. 75-81.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925.

MACÊDO, Edimário Alves. **Sob o Amparo da Virgem**: o Cônego Manoel Luis da Fonseca e as pratica romanizadoras na freguesia do Riachão (1884-1938). Monografia de licenciatura em História. Faculdade José Augusto Vieira.

MICELI, Sergio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NUNES, Maria Thetis. O Desenvolvimento urbano da Província de Sergipe. In: **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006. pp. 219-225.

REIS, João Dantas Martins dos. A cidade do Riachão do Dantas, como começou. In**: Revista do IHGSE**, Aracaju, vol. XX, nº 24, 1960.pp.174-186.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **A festa de São Benedito (1771-1928):** Limites e contradições da romanização. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

SANTOS, José Renilton Nascimento. **Conhecendo o município de Riachão do Dantas.** Riachão do Dantas, 2005 (Coletânea de textos não publicados).

SILVA JUNIOR, Agenor Soares. Nas Sombras da Cruz: a Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920). In: **Revista Historiar**, ano I, n. I, 2009. Disponível em: http://www.uvanet.br/historiar/index.php/1/article/view/8. Acessado em 03 de dezembro de 2013.

SOUSA, Antonio Lindvaldo (Org.). *Núcleos de Povoamento e expansão da cristandade na America Portuguesa no século XVII: o caso de Sergipe D'El Rey*. In: **O pulso de Clio**...: Religiosidade, cultura e identidade. Porto Alegre; Redes Editora, 2012.

TAVARES, Dulcilene Santos e VIEIRA JUNIOR, Almir Souza. Abordagens sobre a expansão comercial e econômica da cidade de Lagarto-SE. In: **Revista eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, ano V, n. 7, set, 2012. Disponível em:

http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Abordagens_sobre_a_Expansao_Comercial_e_Economica_da_Cidade_de_Lagarto_SE.pdf. Acessado em: 20 de dezembro de 2013.

ASPECTOS SOBRE MORTE E FÉ CRISTÃ NO JORNAL O MAROINENSE (1887-1892)

Suelayne Oliveira Andrade, mestranda em História (UFS)[516]

Introdução

A partir da organização e higienização dos jornais da hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dórea, atividades desenvolvidas pelo projeto de pesquisa "Escrevendo em nome da fé e diante das vicissitudes históricas...": Imprensa cristã e artigos de cristãos nos jornais laicos sergipanos temos nos deparado com instigantes objetos de estudos. Dentre estes objetos a ideia de morte e as práticas de luto presente através dos necrológios publicados nos jornais.

Compreendendo que os jornais é um dos meios em que podemos identificar as ideias e comportamentos socioculturais próprios de cada período, torna-se fácil entender como estas fontes apresentam um meio promissor para a análise de representações e comportamentos que nos levem a resgatar o passado. A proposta não é uma descrição pura e simplesmente do passado em si, mas perceber as mudanças comportamentais provocadas pelo dinâmica cultural através do tempo, sendo possível, também, entender os resquícios deste passado na contemporaneidade.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma breve análise sobre as simbologias da morte cristã através do jornal O Maroinense, com o intuito de evidenciar as práticas sociais a partir da experiência vivida pelo exercício do luto no final do século XIX na sociedade sergipana, tendo como campo de observação, especificamente, a sociedade maruinense. O recorte temporal, corresponde a 1887-1892, determinado por ser o período dos exemplares do jornal O Maroinense analisados.

Justifica-se o desenvolvimento deste trabalho como um acréscimo a contribuição ao campo da história cultural, que venha a compor mais um elemento para a compreensão da sociedade sergipana e suas práticas culturais no século XIX.

A metodologia utilizada foi a análise das fontes para a compreensão das representações iconográficas e textuais, embasadas numa construção do conhecimento imediato, reconhecendo a distinção entre representantes e representados, compreendendo que estas ordens podem ser corrompidas a partir das formas de representação social (CHARTIER,

[516] Bolsista tendo como agência financiadora a CAPES. Membro do grupo de pesquisa Imprensa cristã e artigos de cristãos nos jornais laicos sergipanos. Professor orientador Dr°. Antonio Lindvaldo Sousa. Endereço eletrônico: su.elayne@hotmail.com.

1990, p.20-21). A entonação do texto, da caligrafia, ou neste caso as fontes utilizadas na impressão, está ligada a uma escolha cultural, pois não se pode compreender o texto sem conhecer os caracteres que está escrito (GINZBURG, 1990, p. 157-158).

Entender a representação e a experiência proposta a partir dos símbolos textuais e iconográficos, favorece o entendimento destes através da percepção das sensações que que as palavras podem provocar no leitor. Se "as palavras orientam e determinam a experiência" (ANKERSMIT, 2012, p.244) permiti-nos compreender através do código simbólico da linguagem escrita, a experiência vivida pelos indivíduos históricos, o que favorece o entendimento da realidade.

Neste sentido, para contribuir com entendimento das representações do simbólico através dos necrológios, é de grande valia, entender de que forma se dava o evento da morte nas sociedades de cultura embasada no cristianismo. Para isto vamos utilizar da conceituação e caracterização de morte a partir de Phillipe Ariés.

Assim, este artigo apresenta o tema desenvolvido a partir da caracterização do jornal O Maroinense, objetivando o entendimento deste meio de comunicação como fonte de estudo e veículo de informação. Em seguida, apresentamos os aspectos gerais sobre a representação da fé cristã no jornal, o que nos levará a analisar e refletir os necrológios em O Maroinense, buscando a caracterização e análise das representações textuais e iconográficas. Por fim, apresentamos outros elementos que aparecem no jornal que ajudam a entender a visão de morte na sociedade sergipana do século XIX e que complementa a análise dos necrológios.

O Maroinense

A imprensa tem se tornado importante objeto de investigação histórica no Brasil. A variedade de temáticas que podem ser estudas são incontáveis. Sua importância como meio de estudo histórico se deve ao fato de a imprensa ser um "instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social" (DE LUCA. In: PINSKY, 2005, P. 118). Portanto, é possível perceber diversos aspecto na caracterização, nas matérias e anúncios dos jornais que possam favorecer o entendimento e a reconstrução das visões de uma época e suas práticas culturais, pois, as "propostas estéticas, culturais e científicas não se dissociam de batalhas e perspectivas sociopolíticas" (DE LUCA. In: PINSKY, 2005, P.126), e por que não dizer, também, socioculturais.

Com esta perspectiva de que é possível compreender os aspectos culturais através da estética tratamos de caracterizar o jornal O Maroinense. Os aspectos estéticos, as ideologias

presentes nas matérias e o reconhecimento das personagens que estão por detrás, ou mesmo apresentadas pelo jornal, vai nos proporcionar a visão e o comportamento social de um determinado grupo na sociedade maruinense no final do século XIX. Pois, a historização da fonte favorece a compreensão das funções sociais destes impressos (DE LUCA. In: PINSKY, 2005, P.132).

Assim como muitos periódicos do século XIX, O Maruinense teve um tempo de circulação efêmero, surgiu no ano de 1886 e parou de circular no ano de 1893. De acordo com Armindo Guaraná, O Maroinense "veio a desaparecer depois de danificada a oficina tipográfica pelos agentes do governo de então" (GUARANÁ, 1925, p.?).

De propriedade de Antônio Augusto Gentil Fortes, O Maroinense era autointitulado de periódico imparcial e neutro em questões políticas, como aparece em sua primeira página. A partir do ano de 1890, tais características descritas na primeira página desaparecem. Este silenciamento quanto a sua posição ideológica pode ser interpretado como um posicionamento diante dos grupos político-sociais de Maruim que estão explícitos nos discursos publicados no impresso, sendo possível identificar um discurso conservador ligado ao grupo político dos Cabaús (grupo político sergipano ligado aos antigos monarquistas), e religioso, propagando os ideais cristãos provenientes do catolicismo.

O Maroinense apresenta um jornal composto por quatro páginas, possui formatação de 0,33 x 023 cm. As notícias estavam dispostas em quatro ou cinco colunas. As matérias chamam a atenção pela densidade do texto que abrange até cinco colunas, das quais apresentavam questões políticas e religiosas, também constituía de necrológios, notícias nacionais e internacionais, denúncias sobre condições dos espaços públicos e igrejas, poemas, notícias de crimes ou mortes, balanços financeiros da Irmandade da Boa Morte e festas religiosas e anúncios em pequena quantidade (quando era presente nas edições).

Como é possível perceber, através da breve caracterização do jornal O Maroinense, em sua composição física e no aporte teórico há alguns aspectos sobre religiosidade que chamam a atenção. A exemplo de Gráfico de cruzes ou desenho de cruzes decoradas, tarjas mais escurecidas. Ao realizar a leitura do semanário, encontramos um vasto conteúdo a respeito da morte, seja através dos necrológios que sempre se fazem presente, como também através de notícias sobre mortes. Este aspecto é verificado de modo constante nas edições do jornal O Maroinense que utilizaremos como meio de análise sobre a visão de morte e a religiosidade cristã expressa através do meio de comunicação mais difundido no século XIX, os jornais.

Aspectos da fé cristã no jornal O Maroinense

Dentre as matérias mais frequentes no jornal O Maroinense destaca-se as de cunho religioso. É constante nas diferentes edições do jornal a apresentação ou anúncio de festas religiosas, notas de batizados e embates entre católicos e protestantes. Tais notícias são registros e expressões das práticas culturais da sociedade maruinense no fim do século XIX.

A prática católica é marcante por todo século XIX consequência das permanências culturais de nossa formação colonial. O Brasil herdou o traço forte religioso dos portugueses, imposto desde a chegada dos europeus a estas terras, o catolicismo como doutrina religiosa dos grupos sociais dominantes permanecerá presente por muitos séculos constituindo uma marca nas formas de regulação moral e nas práticas sociais.

Tais aspectos podem ser analisados a partir da exposição de matérias e notícias no jornal O Maroinense. A persistência de matérias com opiniões fortemente marcadas pelas ideologias cristãs próprias da doutrina católica estão expostas por todo jornal, apresentando desde sugestões de como as moças devem se comportar para manter a honra, reflexões sobre a vida e a morte até notícias que valorizam a manutenção dos preceitos católico.

> Descanço dominical
> Na Hollanda acaba de dar-se um facto que não deve passar desapercebido.
> A associação do descanço do domingo em Haya perguntou por uma circular aos chefes de família daquela capital se sim o não exigia pão fresco domingo.
> Treze mil respostas responderam negativamente. Em consequência os padeiros descançarão aos domingos.[517]

Mesmo em um contexto político as matérias apresentam expressões como "que Deus Padre os perdoe" para expressar sentimentos de contrição e complacência para as situações contrárias à defesa dos interesses do grupo que representa aquela sociedade através do jornal O Maroinense. Assim como, também eram utilizados trechos bíblicos para criticar ações governamentais ou atitudes por parte de membros da sociedade que contrariassem a ordem e a moral vigente, como é possível perceber no artigo intitulado "Surge et ambula!...", na edição de nº 311, datado de 11 de setembro de 1892, o qual apresenta a frase " Hypocrita, tira primeiro a trave que tens em teus olhos para depois poderes ver o argueiro que tem no olho do teu irmão" (O Maroinense. 11 de set. 1892. Nº311. Acervo Biblioteca Pública Epifânio Dórea. Pac. 42), fazendo referência a passagem bíblica presente no livro do evangelho de Mateus 7:5, e consiste

[517] O Maroinense. 02 de out. 1892. Nº314. Acervo Biblioteca Pública Epifânio Dórea. Pac. 42

em um elemento de notória contribuição religiosa, pautada também na observância de aspectos de moralidade cristã.

Exposições de opinião no que tange a manutenção da fé cristã podem ser identificada s em passagens do período semanário, em que existe de forma clara a opinião do seu redator sobre o contexto político, sobre questões cotidianas, poemas, notícias e entre outros aspectos. A carga simbólica cristã através do textual e do iconográfico preenche as páginas do jornal O Maroinense favorecendo-o como fonte documental, vestígio deixado por uma dada sociedade que tinha como moldes sociais as práticas cristãs, que protagonizava os conflitos e lutas para preservar sua tradição baseada no cristianismo católico.

As notas fúnebres no jornal O Maroinense

De acordo como Giacoia Jr. (2005), a morte tem uma relevante importância pois desperta a reflexão sobre a vida. O ato de apresentar elogios fúnebres ou mesmo notas de falecimento traz à tona os comportamentos e sentimentos despertados nos indivíduos a partir do evento da morte.

O jornal O Maroinense apresenta o sentido da morte expresso através das reflexões dos vivos, pois quando se fala de morte se está falando para os vivos. Poemas, necrológios matérias de embates intelectual aparecem no jornal como rastros deixados pelas sociedades deste tempo passado. Tais vestígios ajudam a testemunhar a forma como a sociedade se posiciona perante a morte. Perceber as colocações destes indivíduos através da temática da morte possui um papel importante para a identificação da coletividade para a formação de uma tradição cultural.

Dentre os elementos que mais destacaremos, como meio de análise, são os necrológios. Estes correspondem a notas de falecimento, elogios a pessoas falecidas ou convites de celebrações de missas em sufrágio dos defuntos. Os necrológios são transmissores de representações de vida e morte.

Os necrológios como meios de conservação da memória coletiva da passagem da vida para a morte (monumento fúnebre). Desta forma estas notas fúnebres que aparecem nos jornais podem ser analisadas como escrito de memória para lembrança *posteriore* do indivíduo e de seus feitos dentro da sua sociedade a qual estava imerso, memorização de sua importância como sujeito fundamental no papel exercido dentro da sua comunidade, de seu grupo social.

Le Goff (2003:444) afirma que "A memória pode resultar em escatologia, negar a experiência temporal e a história. Será uma das vias da memória cristã ". Desta forma compreende-se que a memória no cristianismo deveria legitimar a lembrança para manter orações pelos que morreram (escatológico) e por suas boas ações (memorial), mas para aqueles que não foram práticos das boas ações o esquecimento de seus nomes deveria ser condicionado, não deveriam ser lembrados.

O século XIX foi marcado pelas expressões de religiosidades no momento da morte. Aríés aponta algumas descrições que nos ajudam na compreensão destes aspectos, que nos leva a compreensão o entendimento da morte durante o período aqui proposto. Ao longo do século XIX sutis transformações ocorreram no modo de ver e se transmitir a morte, esta passa a ser vista como uma vida sublimada (ARIÉS, 2012:151). Ao mesmo tempo que os mortos e morte passam a ser visto como aparente, mas sem distanciar o medo perante o evento, entretanto, este medo está associado a uma vida que foi abreviada sem ter conquistado seus objetivos plenos a serviço da sociedade e pelo medo da perda, da ausência do outro.

O medo e a beleza da morte passam a ser associada aos interditos, aos silêncios. Portanto, os necrológios apresentam o memorável e silencia o não memoriável, pois, os indivíduos devem ser lembrados perante a sociedade a partir de suas benfeitorias, como pode ser percebido no necrológio a seguir:

> Na madrugada do 4 corrente falleceu na cidade de Aracajú, a Exmº Sr. D. Maria Carolina do Espirito Santo.
>
> A finada era excelente mãi de família; durante sua vida soube sempre trabalhar para manter-se com toda hombriedade e decência.
>
> No Aracajú gozou de todo conceito, e de acordo com suas forças, teve sempre muito credito sua palavra.
>
> Ás suas dignas filhas enviamos nossos pezames.[518]

Este necrológio é um exemplar de que o que deve ser memorável são as benfeitorias, as qualidades positivas. Ele pode ser visto também como o monumento que perpetua a identidade do indivíduo (profissional, familiar, feitos, etc.) perante a sociedade. Tais distinções do indivíduo morte e sua memória na sociedade em se estava inserido, permitiu que ao analisarmos os necrológios no jornal O Maroinense houvesse distinções entre os necrológios que perpetuavam a memória de pessoas comuns e aqueles que apresentam um destaque na sociedade (aqueles que a memória ao qual representa um grupo social dominante e que precisa ser preservada).

[518] O Maroinense. 11 de set,1892. Nº 311. Acervo Biblioteca Pública Epifânio Dórea. Pac. 42

Estas distinções entre os necrológios estão perceptíveis nas imagens da morte transmitidas pelos mesmos. A respeito das imagens apresentadas sobre a morte Ariés (2012: 151) indica que "traduzem as atitudes dos homens diante da morte numa linguagem nem simples nem direta, mas cheias de artimanhas e circunlóquios". Para este mesmo autor ao final do século XIX as imagens da morte tornam-se incompreensível (Ariés 2012: 152). Entretanto, para nossa análise as representações da morte ainda persistem na associação com a fé cristã através de uma linguagem romântica, que também propagou o culto aos mortos a partir da monumentalidade dos cemitérios. Nos necrológios o romantismo está presente nas expressões em que descreve a morte, a exemplo da frase: "Cedeu ao golpe terrível do devastador anjo da morte..." (O Maroinense. 24 de fevereiro de 1888. Edição nº149. Acervo Biblioteca Pública Epifânio Dórea).

Quanto maior o grau de importância o indivíduo representava para a sociedade maior destaque e elogios teria em seu necrológio. Assim dentro das análises feitas nos necrológios do jornal O Maroinense, maior seria sua representatividade social. Esta significância do indivíduo perante a sua sociedade ou grupo social ao que eram pertencentes os necrológios apresentavam signos que destacava a nota fúnebre. Cruz adornada de folhagens, cruz simples e tarjas pretas destacando a notícia estavam associadas ao destaque destes indivíduos na sociedade

O Maroinense. 26 de outubro de 1890. nº 223. Acervo Biblioteca Pública Epifâneo Dórea. Pac. 42

Estas expressões de morte estão ligadas a um sentimento religioso herdados pela cultura cristã, a própria morte de cristo seria uma representação de morte memorável, por isso o símbolo da cruz tem uma expressão bastante representativa na morte de cristãos. De acordo com Cirlot (2005:197) o emblema gráfico da cruz é universalmente pelo influxo cristão, sua determinação se resume a conjunção dos contrários: o positivo (vertical) e o negativo (horizontal), representa a dicotomia superior e inferior, vida e morte. Assim, ainda citando

Cirlot, “em sentido ideal e simbólico, estar crucificado é viver a essência do antagonismo base que constitui a existência, seu cruzamento de possibilidades”.

Considerações finais

Podemos dizer, sem pretensão de uma conclusão definitiva, que a simbologia da morte expressa através dos necrológios do século XIX estaria entre a expressão dos antigos gregos, com a exaltação dos feitos e a construção memorial dos mitos heroicos e a expressão da fé cristã. A persistência da presença destas notas fúnebres nos apresenta a possibilidade de compreender as representações sociais a partir dos impressos.

Esta necessidade de se registrar os feitos e as características positivas de um ser já não vivente entre os seus na sociedade tem muito mais a dizer a nós sobre este passado do que podemos imaginar. As reflexões presentes no jornal O Maroinense a respeito da morte está cheio de interditos que infelizmente não pudemos esmiuçar mais a fundo, já que este trabalho consiste esboço de tais reflexões.

Porém é importante considerar que os necrológios não estão isentos de interesses e manifestações de poder de determinados grupos sociais. E que os mesmos nos proporcionam um caminho sobre aspectos da vida e da morte dentro de uma dinâmica social que ao longo do tempo se transformou e ao mesmo tempo deixo permanências que podem ser percebidas nos comportamentos das culturas cristãs atuais.

Mais do que descrever as formas de práticas de luto entre os maruinense no século XIX, este artigo pretendeu apresentar uma análise possível de grupos sociais de um tempo passado, bem como sua forma de representar e refletir sobre as questões da vida e da morte, para que tais análises também possam contribuir para reflexões também sobre como as sociedades posteriores em sua representatividade sobre vida e morte.

Referências

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Experiência Histórica: Além da virada linguística. In: ____. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Tradução Jonathan Menezes. Londrina: Eduel, 2012, p.227-268.
ARIÉS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Tradução Priscila Viana de Siqueira. Edição especial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.
CASTRO, Tássio Felipe Silvestre. A representação da morte no jornal O Mossoroense. In: *Revista Sertões*. Mossoró-RN, v.3, n.1, p.25-32, jan./jun.2013.
CIRLOT, Juan- Eduardo. Dicionário de símbolos. São Paulo: Centauro, 2005.

DE LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carala Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. P.111-154.
GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. 1925. *Diccionário bio-bibliográfico sergipano*. Edição Estado de Sergipe.
RODRIGUES, Claudia. Nas *fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005
CRUZ E SILVA, Maria Lúcia Marques. *Inventário Cultural de Maruim***.** Edição comemorativa aos 140 anos de Emancipação Política da cidade. Aracaju: Secretaria Especial de Cultura, 1994.
DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República* (1889 – 2000). Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2004. P.15-75.
GIACOIA Jr., Oswaldo. A visão de morte ao longo do tempo. In: Anais Anais do *Simpósio* Morte: valores e Dimensão. Ribeirão Preto. 2005. P. 13-19.
LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, In: *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-539.

A MULHER NEGRA ESCRAVIZADA NO BRASIL COLONIAL NA OBRA CASA GRANDE & SENZALA DE GILBERTO FREYRE

Tamires Aparecida Batista de Oliveira
Graduada em Geografia
Faculdade José Augusto Vieira

Aloísio Francisco de Souza
Graduando em História
Universidade Federal de Sergipe

Kleber Firpo Prado Valença
Graduado em Turismo
Instituto Federal de Sergipe

Introdução

Com o tema "A mulher negra escravizada no Brasil Colonial na obra Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre", o artigo vincula-se à necessidade de compreender melhor a história da mulher negra escravizada no Brasil no período Colonial.

O trabalho tem como seu objetivo geral compreender melhor o âmbito da história da mulher negra escravizada no Brasil Colonial. Identificar as funções desenvolvidas pela mulher negra escravizada; Identificar as formas de relação da mulher negra diante da escravidão; Apresentar os aspectos da sociabilidade da mulher negra escravizada com os senhores de escravos, refere-se aos objetivos específicos para nortear a pesquisa.

O trabalho justifica-se na importância de salientar a importância do estudo acerca da mulher negra escravizada, uma vez que, falar da mulher escrava num período de extrema opressão à população negra é penetrar no universo de quem viveu a experiência de ter tido sua identidade invisibilisada, ter sido submetida à violência, mas também destacam suas ações de resistência ao sistema. Portanto, para a compreensão da sociedade atual que possamos primeiramente apreender informações relevantes da sociedade em que derivamos, ou seja, torna-se necessário que compreendamos primeiramente nosso contexto histórico. É nesse sentido que se mostra relevante à construção do presente trabalho, como uma tentativa de discutir sobre a mulher negra escravizada no Brasil Colonial.

A problemática constitui-se na dificuldade de olhar o presente sem considerar aspectos passados, já que o processo histórico é imprescindível para a visão crítica da atualidade. Dessa forma, é fundamental a contextualização sobre a mulher negra escravizada no Brasil Colônia, onde serão apresentados alguns fatores históricos que permitem perceber um pouco da realidade da mulher negra brasileira.

Embora a análise de Freyre sobre a sociedade patriarcal e escravocrata seja vista como açucarada, a obra não nega a violência do sistema, e por não ser este seu foco, ela aparece entremeada às relações no cotidiano dos senhores de engenhos e escravos. Assim como o branco português, o negro africano também foi apresentado como colonizador, mas dentro da lógica da escravidão. Dessa forma, a sua influência se daria através da criação de um mundo paralelo ao dos brancos, utilizando para isso a relação de submissão, necessária para sua sobrevivência, e as lembranças de suas tradições e sua cultura de origem.

A obra "Casa Grande e Senzala" de Gilberto Freyre define-se como uma obra revolucionária aos estudos da História do Brasil, em se tratando do Brasil Colonial. Em sua obra é expressamente visto o pensamento escravista, dando-se ênfase ao domínio das raças.

Portanto, o presente artigo está dividido em três partes. Na primeira parte é abordado a Introdução; Na segunda é analisada o referencial teórico sobre "A mulher negra escravizada no Brasil Colonial"; Na terceira, as Considerações finais e por fim, as Referências bibliográficas.

A mulher negra escravizada no Brasil Colonial

Nesta segunda parte será abordada como principal foco a figura da mulher negra no período colonial da escravatura tendo como base a obra de Gilberto Freyre Casa-grande & senzala, onde o autor buscou discorrer seu ensaio sociológico sobre o papel do escravo na vida sexual e no cotidiano familiar da colônia portuguesa.

Em Casa-grande & senzala, Gilberto Freyre dedica os capítulos IV e V para discorrer seu ensaio sociológico sobre o papel do escravo na vida sexual e no cotidiano familiar da colônia portuguesa[519].

Muitos são os autores que tratam em analisar a cultura africana e a dos afrodescendentes em variadas situações e em contextos diferenciados. Os últimos debates da historiografia sobre o tema vêm colaborando para a formulação de novos conceitos, aos quais estão sendo utilizados tanto pelos Currículos Nacionais, quanto pelas produções acadêmicas. Entretanto, poucos são os trabalhos que tratam em analisar as mulheres negras e escravas do período colonial. Muitos estudos vêm trabalhando a temática ainda superficial e tímida, focando principalmente no século XIX. A ausência de tais pesquisas marginalizam o protagonismo de tantas mulheres que lutaram e trabalharam nos antigos canaviais, nas casas de senhores e nas ruas de outrora.

[519]BARCELOS, Ana Regina Ferreira de; ROCHA, J. S. **O lugar da mulher e da criança na obra Casa Grande e Senzala.** In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação no Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. V. CD. p. 1-14. Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/04%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20DAS%20CRIANCAS%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL/O%20LUGAR%20DA%20MULHER%20E%20DA%20CRIANCA.pdf. Acesso em: 30/07/2015.

Os atuais estudos revelam que os recentes debates estão seguindo o viés para a questão da pluralidade cultural e multiculturalismo[520]. Essas produções sofreram influências muito consistentes dos estudos Pós-Coloniais[521].

Ao que tudo indica, o centenário da abolição em 1988 foi o auge do interesse dos pesquisadores pela escravidão e pela cultura afro-brasileira. É importante citar aqui o estado de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro como grandes celeiros, divulgadores desses estudos. Esse interesse renovado por escravos e seus descendentes, enquanto agentes históricos, enfatizando sua história cultural, as identidades e as representações resultaram em várias obras.

Uma autora que entende as mudanças significativas nos recentes estudos historiográficos sobre a África e afrodescendentes é Fabiana Schleumer. No seu artigo publicado recentemente intitulado *Cenários da escravidão colonial: história e historiografia*, fala sobre o debate racial nos últimos 30 anos. Para ela, a querela sobre a questão racial no Brasil, principalmente após o centenário da abolição dos escravos, gerou uma série de análises revisionistas do passado colonial brasileiro. Segundo a autora, é preciso pensar a escravidão e o protagonismo da mulher negra/escrava para além dos lugares comuns, constantemente frequentados pelos historiadores estrangeiros e nacionais. É preciso pensar que a família escrava, o quilombo representa o papel de uma ação negociada, onde o escravo é o sujeito que negocia e reelabora valores e estruturas fundamentais a sua sobrevivência em novas terras.

Sabe-se que no Brasil Colonial desde os primórdios este país povoou-se com colonizadores portugueses, sendo alguns aqueles que ficavam agrupados em núcleo familiar, ou seja, famílias com estrutura patriarcal na casa-grande, com quase nenhuma presença feminina, sendo que se baseavam no trabalho agrícola; e os chamados degredados, que por sua vez eram exilados nas novas terras imperial, durante os séculos dezesseis e dezessete vigorados por lei, pelo fato de serem acusados de estarem em irregularidades, ou até mesmo excesso na vida sexual, e de heresia.

O estudo focou-se nas mazelas, em meio da exploração sexual, em que as negras sofreram, e por vez ainda sofrem, mesmo estando inseridas na sociedade pós-escravocrata. Gilberto Freyre, fala sobre o papel ativo da mulher escrava na formação da família patriarcal brasileira.

A trajetória da Mulher e da criança na obra Casa Grande & Senzala aparece intimamente imbricada. Em diferentes escalas as relações de submissão fortemente exercidas pelo senhor de engenho tomam corpo no cotidiano, sejam elas do Senhor sobre a família e escravos, da Sinhá-dona em relação aos escravos, da sinhá-moça sob as mucamas, ou entre os meninos brancos e os meninos

[520]Segundo Gusmão (Apud OLIVA, 2012, p. 34) o termo multicultural "é entendido como uma constatação da presença de diferentes culturas num determinado meio [...]". De acordo com Oliva, este termo é o mais utilizado aqui no Brasil.

[521]Estudos revisionistas elaborados desde a década de 80 do século passado. Essas pesquisas colocaram no cerne das discussões temas que anteriormente foram esquecidos, como: práticas agrárias, receitas de cozinha, produções artísticas, etc.

escravos. A prática da opressão, que subjuga o mais fraco, tem lugar de destaque no convívio estabelecido entre os indivíduos. [522]

Na época colonial do Brasil de acordo com Freyre (1989, p. 307) "Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil, degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura". Ou seja, neste período os negros escravos foram comparados a instrumentos de trabalho e animais. Foi negado a eles o status de cidadãos de segunda classe, excluídos dos direitos sociais e de cidadania e desconsiderados, e assim, gerando as sequelas de mitos e de tabus, em relação à negra.

Outro fator relevante na vida da mulher negra escravizada é com relação a doenças, como o próprio Freyre (1989, p. 318) "[...] Mas no ambiente voluptuoso das casas-grandes, cheias de crias, negrinhas, molecas, mucamas, é que as doenças venéreas se propagaram mais à vontade, através da prostituição doméstica – sempre menos higiênica que a dos bordéis".

Neste sentido, com relação a doenças, Freyre busca mostrar principalmente no caso da sífilis, que no Brasil colonial, o homem branco da casa-grande que disseminou na genitália da negra, e assim, foi passando a outros brancos e chegaram até a senzala. Com isto, o círculo fechava-se, sifilizando o Brasil colonial, pois, estas mesmas negrinhas eram as responsáveis da precoce maturação sexual do jovem donzelo, ou seja, menino ou adolescente dos engenhos. "A sífilis fez sempre o que quis no Brasil patriarcal" (FREYRE, 1989, p. 318).

Para o autor em estudo quem saía lucrando com essas práticas de prostituição eram as mulheres brancas, pois as mesmas sendo exploradas por seus maridos, eles a deixavam mais tranquilas, para não cumprir com suas obrigações de esposa. No Brasil patriarcal, a mulher agregou-se a inferioridade gerada pelo status de escrava, fazendo da cultura brasileira, uma cultura com muitos dos seus elementos mais ricos abafados e proibidos de se expressarem pelo tabu do sexo.

Como Freyre (1986, p. 443) afirma que as relações do branco com a mulher negra eram mais violentas do que com as índias, segundo o autor introduzidas às mulheres africanas no Brasil dentro dessas condições irregulares de vida sexual, a seu favor não se levantou nunca, como a favor das mulheres índias, a voz poderosa dos padres da Companhia. De modo que por muito tempo as relações entre colonos e mulheres africanas foram as de franca lubricidade animal, ou seja, pura descarga de sentidos.

Segundo Gilberto Freyre, a casa grande é na verdade o centro da depravação resultante da condição econômica do senhor, o conquistador, no seu permanente ócio e que se enriquece sem

[522] BARCELOS, Ana Regina Ferreira de; ROCHA, J. S. **O lugar da mulher e da criança na obra Casa Grande e Senzala.** In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação no Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. V. CD. p. 1-14. Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/04%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20DAS%20CRIANCAS%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL/O%20LUGAR%20DA%20MULHER%20E%20DA%20CRIANCA.pdf. Acesso em: 30/07/2015.

trabalho. Não tendo como se defender, a escrava negra era obrigada a se prostituir aos domínios do senhor e a se entregar à violência (e à sífilis). "No interesse da procriação à grande, uns; para satisfazerem caprichos sensuais, outros" (FREYRE, 1986, p. 364).

Para Freyre, a pegajenta luxúria constitutiva do espírito de cada brasileiro resulta do sistema econômico que dominou o país por muito tempo e, talvez, pelo clima. Neste sentido, as condições socioeconômicas foram favoráveis ao sadismo e ao masoquismo, numa divisão da sociedade entre senhores poderosos e escravos passivos.

As marcas de um Brasil agrário, regido pela monocultura, patriarcal e escravocrata "continuaram a influenciar a conduta, os ideais, as atitudes, a moral sexual dos brasileiros" (FREYRE, 2006, p.51) durante a constituição de uma sociedade pré- urbano-industrial que se configurava no final do século XIX.

Abordar a história da população negra no Brasil, assim como as especificidades em relação à mulher negra escrava, é sem dúvida um exercício que vem sendo buscado cada vez mais pelos estudiosos na recente historiografia social da escravidão[523].

As mulheres escravas, por sua vez, foram vítimas de uma série de formas de abusos – além do trabalho, teve outra incumbência, a da satisfação sexual do colono privado. Nesse sentido explana Caio Prado Júnior[524] em História Econômica do Brasil:

> A outra função do escravo, ou antes, da escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve com todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para. O segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem.

Como as passagens bem registram a mulher escrava, inclusive do ponto de vista dos serviços sexuais que era forçada a prestar, era um instrumento, animalizada, reificada – longe da esfera humana dos sentimentos. Segundo Caio Prado Junior[525] toda a vida social colonial se fundou precipuamente na regulamentação de dois instintos primários do homem: o econômico, através do trabalho, e o sexual, através das relações de família. As negras eram mão de obra escrava e a forma com que foram abusadas sexualmente foi um dos elementos centrais na constituição da família e das relações coloniais. Vigorava uma "indisciplina sexual", na expressão de Prado (1994), e todos faziam o uso sexual de suas negras, apesar de grande parte dos discursos oficiais condenarem este "hábito disseminado entre homens, casados ou solteiros, ricos ou pobres" (Del Priore, 2000, p. 26).

---

[523] SILVA, Maria da Penha. **Mulheres Negras: Sua participação histórica na sociedade**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/download/13509/7668. Acesso em: 26/07/2015.

[524] JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil.** 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

[525] *Ibidem.* Op. Cit, 1994.

No período colonial as mulheres negras/escravas desempenharam dezenas de papeis. Ora elas avolumavam as fileiras do duro labor da campo, trabalhando sob o sol e sofrendo castigos terríveis, ora elas estavam nas ruas estreitas dos antigos centros coloniais, vendendo os seus produtos. Diferentemente das escravas que engrossaram o trabalho no campo, as mulheres cativas da colônia ao qual estavam trabalhando para os seus senhores nas cidades possuíam "autonomia". Podiam, em certa medida, e quando sob a ordem dos seus donos, dormir em outras residências (cortiços) próximas ao seu ambiente de trabalho. Esses "arranjos" eram bastante privilegiados por todos os escravos. Tais possibilidades de trabalho faziam com que parte significativa dessa mão-de-obra conseguisse juntar um pecúlio suficiente para a compra de alforrias.

Freire resgata o relato de Joaquim Nabuco, no qual ele destaca que "a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador" (2006, p.399), de forma que a suposta depravação sexual estava vinculada a condição de escravidão, uma vez que se tornava fundamental que as negras produzissem mais crianças[526].

Gilberto Freyre[527] afirma que as relações do branco com a mulher negra eram mais violentas do que com as índias: "Introduzidas às mulheres africanas no Brasil dentro dessas condições irregulares de vida sexual, a seu favor não se levantou nunca, como a favor das mulheres índias, a voz poderosa dos padres da Companhia". De modo que por muito tempo as relações entre colonos e mulheres africanas foram as de franca lubricidade animal. Pura descarga de sentidos.

Existia uma perversidade que permeava as relações sexuais entre senhor e escrava. Para Freire[528] tais relações sempre foram relações entre "vencedores com vencidos", sendo que a escravidão era mesmo "o grande excitante da sensualidade" entre nossos colonizadores. Para ele as relações sexuais dos homens brancos com as mulheres negras eram relações "de 'superiores' com 'inferiores' e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas". Segundo Freyre, é um sadismo persistente do conquistador sobre o conquistado, de branco por negro, do homem sobre a mulher, o que sugere a analogia entre a mulher e o ser colonizado.

Freyre[529] também argumenta que a miscigenação "corrigiu" a distância social e foi feita "gostosamente"; que a sociedade híbrida brasileira se constituiu "harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado". Por outro lado, a passagem a seguir demonstra o quanto o autor entra em contradição em querer defender a harmonia,

---

[526] BARCELOS, Ana Regina Ferreira de; ROCHA, J. S. **O lugar da mulher e da criança na obra Casa Grande e Senzala.** In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação no Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. V. CD. p. 1-14. Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/04%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20DAS%20CRIANCAS%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL/O%20LUGAR%20DA%20MULHER%20E%20DA%20CRIANCA.pdf. Acesso em: 30/07/2015.

[527] FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala.** Editora Global, 49ª ed. São Paulo. 1986.

[528] *Ibidem.*Op. Cit, 1986.

[529] *Ibidem.*Op. Cit, 1986.

mas ter que descrever a realidade do que se passou: “A história do contato das raças chamadas superiores com as consideradas inferiores é sempre a mesma. Extermínio ou degradação. Principalmente porque o vencedor entende de impor ao povo submetido a sua cultura moral inteira, maciça, sem transigência que suavize a imposição”.

Importante ainda dizer que existe, em algumas passagens da obra de Gilberto Freyre, uma inversão ideológica de papéis. Por exemplo: “Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava. Onde não se realizou através da africana, realizou-se através da escrava índia” (Freyre, 1986, p. 338). Ou então: “No interesse da procriação à grande, uns; para satisfazerem caprichos sensuais, outros. Não era o negro, portanto, o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores” (Freyre, p. 341).

O autor, tentando defender a mulher negra, ou os escravos em conjunto, afirma que ela corrompeu a família não por ser negra (1986, p. 342), mas pela sua condição de escrava. Ora, não foi à negra que corrompeu a família, tampouco a escrava! A sociedade patriarcal, escravocrata e machista é que corrompeu a negra escrava, transformando-a em objeto sexual.

O próprio Gilberto Freyre (1986), porém, o reconhece em seguida: “Não era a ‘raça inferior’ a fonte da corrupção, mas o abuso de uma raça por outra”. Abuso que implicava em conformar-se a servil com os apetites da todo-poderosa.

Freyre (1986) argumenta que a miscigenação “corrigiu” a distância social e foi feita “gostosamente”; que a sociedade híbrida brasileira se constituiu “harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado”. Por outro lado, a passagem a seguir demonstra o quanto o autor entra em contradição em querer defender a harmonia, mas ter que descrever a realidade do que se passou: “A história do contato das raças chamadas superiores com as consideradas inferiores é sempre a mesma. Extermínio ou degradação. Principalmente porque o vencedor entende de impor ao povo submetido a sua cultura moral inteira, maciça, sem transigência que suavize a imposição”.

É possível dizer que a sociedade brasileira, miscigenada, foi mais propensa a integrar a mestiça, sobretudo, as mais claras; a integrar. A mulata por sua vez não tão bonita quanto simpática, foi sempre o mais favorecida, herdando da raça negra a alegria e a cordialidade que a ajudaram a gingar e combater os preconceitos sociais e raciais da sociedade republicana nascente. Em contrapartida, a sociedade patriarcal foi acomodando a ancestral senzalada da mestiça, fazendo-a, literalmente, desaparecer; marginalizando-a sempre mais, recluindo-a em mocambos e, depois, em favelas, priva de atenção público-governamental.

Gilberto Freyre chama à atenção às formas *light* de trabalho e servidão, criadas pela libertação dos escravos; formas nas quais, em detrimento das negras e mulatas, exaltava a nova força

trabalhadora estrangeira, revelando, de outra parte, a postura anti-xenofóbica do brasileiro, não excluindo o preconceito de cor, já que, estes novos trabalhadores não provinham das Terras Negras.

Ainda no período colonial, aos negros, à negra e à mucama, vinha-lhes imposta qualquer forma de vestir ou se adornar que pudesse avizinhá-los aos seus senhores. No Império, chegou-se ao ponto de, nem sequer, dar o direito de irem fazer queixas das mazelas dos seus senhores para com eles à autoridade policial constituída. Estas eram as respostas para os que desejavam viver segundo a situação social que havia alcançado.

Nada autoriza concluir que o negro trouxe para o Brasil a luxúria[530]. Esta vem do "sistema econômico e social de nossa formação". Para ele, a escravidão inclusive fez abafar no escravo africano as suas melhores tendências.

A historiografia brasileira, até cerca de 30 anos atrás, preferiu adotar a tese segundo a qual os escravos "se adaptaram bem" ao regime tirânico que lhes foi imposto no Brasil e que, neste país, a escravidão teria sido relativamente branda. O mito do "bom senhor" quase adquiriu força de lei depois do lançamento, em 1933, de "casa Grande & Senzala", de Gilberto Freyre. No início dos anos 60, surgiram os textos revisionistas da chamada "escola paulista", liderada por Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Assim, no Brasil republicano, a tendência miscigenante acentuou-se ainda mais, e o grande favorecido foi à própria nação. Nesse sentido Freyre se permite afirmar que, no Brasil, as regiões ou áreas de mestiçamento mais intenso se apresentam as mais fecundas em grandes homens. Muitos são os fatores impende a híbrida brasileira como a favela, o sistema educacional deficitário, o sub-emprego, a má nutrição, racialmente ou culturalmente miscigenada, de atuar com todas as suas potencialidades, e assim confirmando, mesmo tendo que relativizar, a validade da teoria freyriana da democracia racial, tão rebatida pelos seus críticos.

Considerações Finais

Através da análise de Casa-grande & Senzala e da análise da crítica existente ao pensamento gilbertiano, pode-se observar o quadro da sociedade brasileira, especialmente da família brasileira dos séculos dezesseis ao dezoito, interpretado por Gilberto Freyre. Nesse trabalho focaliza simplesmente uma das figuras mais presentes – mas, sem protagonismo – em sua análise sociológica: a mulher, com ênfase à escrava, brasileira, dentro da sociedade patriarcal. Nestas obras, sobre a sociedade patriarcal, Gilberto Freyre recriou a figura magnífica de mulheres escravas, guerreiras, batalhadoras, dentro dos sobrados ou do interior das casas-grandes, as quais exerceram ação decisiva no que tange a adaptação do modo de vida nas regiões tropicais.

[530] *Ibidem.*Op. Cit, 1986.

Por isso, pode-se ratificar, dentro dos limites já expostos do status de escrava da mulher de cor, e do de, quase-escrava, da mulher branca, a hipótese de que não obstante o seu status de escrava, a mulher contribuiu para a formação, não só da família patriarcal, mas, da cultura e da própria sociedade brasileira, dentro daqueles que são os limites do sistema patriarcal, como afirma, em síntese, o próprio Gilberto Freyre. Contudo, não só historicamente, mas, retoricamente, a pesquisa freyreana è inacabada; è uma tentativa de dar respostas históricas à situação na qual, nos dias atuais comparada com a mulher branca, a mestiça encontra-se em situação social desvantajosa.

À extrema diferenciação e especialização do sexo feminino em 'belo sexo', 'sexo frágil'; e 'sexo útil' e 'sexo parazeiroso' a ponto de fazer, da mulher, muitas vezes, um ser artificial e mórbido, serva do homem e boneca de carne do marido ou do senhor, que, quando senhora, encontrava na religião e no confessionário os caminhos para a sublimação dos seus sofrimentos psíquicos e, que, quando escrava, encontrava na miscigenação a única oportunidade de fazer ascender a sua descendência.

Não se pode esquecer que o serviço da mulher escrava na não se resumia só em ficar na senzala, na maioria das vezes, também participava da vida social na colônia ou no império como escrava de ganho. A mando do senhor, saía para vender produtos que chamamos de negra de tabuleiro.

É interessante também ressaltar de que existia as obrigações de trabalho quando as escravas constituíam pecúlios familiares. Muitos senhores, através de acordos, concediam um pedaço de terra para essa nova família. Então, além de trabalhar para o senhor, a escrava tinha que manter junto com o esposo o pecúlio familiar e a sobrevivência da família e seus filhos.

Era, todavia, a cargo delas que ficava o asseio e a limpeza da casa, a preparação dos alimentos, o comando das escravas e dos índios domésticos, além de grande parte da indústria caseira. Afinal, toda a sua educação era voltada para o casamento, para as atividades que deveriam desempenhar enquanto mães e esposas.

Por outro lado, deve-se reconhecer que a mulher escrava não contribuiu para que fosse mudado o *status* do gênero feminino no Brasil. Porém, aliou-se a ela, chegando, muitas vezes, à rivalidade, para que fosse vencido os grandes desafios da colonização: a grande extensão territorial e a carência de elemento feminino. Ela foi escrava, como foi também escrava a mulher branca; a única diferença reside no fato que, a escrava tinha dois senhores: o senhor e a senhora.

Pode-se dizer que as escravas lograram ajudar os colonos brancos na adaptação às terras tropicais, jogando um papel decisivo não só na miscigenação, mas na geração da família e da sociedade patriarcal e, se ainda hoje, sofre as consequências do status dos seus ancestrais, não é exclusivamente por razão de cor, mas, sim, pela sua condição social.

Partindo dessas análises, precisamos entender que as experiências das mulheres negras escravizadas devem ser levadas em conta na hora de escrever a história da escravidão e do próprio país, pois o conhecimento de suas experiências, suas estratégias de sobrevivência e de mobilidade

social, não apenas permite que a história das mulheres seja vislumbrada num aspecto mais amplo, como torna possível uma revisão crítica da escrita histórica.

Dessa forma, essas experiências referem-se ou estão indiretamente relacionadas com manifestações de mulheres negras em relação ao sistema escravista, preferencialmente os que dizem respeito à resistência ou a maneira de conquistar a liberdade, pretende-se destacar a condição particular e específica dessas mulheres, buscando recuperar na interconexão entre escravismo e patriarcado, as estratégias de resistência e as maneiras como a mulher escravizada procurava a liberdade, ou a liberta procurava ascender socialmente.

Conclui-se então que é necessário fazer uma tentativa de se apreender, com o máximo rigor possível, as ambiguidades que atravessam a experiência das mulheres negras, escravas ou libertas, num quadro social que as oprimia, partindo da análise de que as mulheres negras participavam da sociedade escravista tanto na condição de escrava quanto de liberta e livre com demandas específicas e maneiras próprias, dada sua condição naquele quadro social.

Referências

BARCELOS, Ana Regina Ferreira de; ROCHA, J. S. **O lugar da mulher e da criança na obra Casa Grande e Senzala.** In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação no Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. V. CD. p. 1-14. Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/04%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20DAS%20CRIANCAS%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL/O%20LUGAR%20DA%20MULHER%20E%20DA%20CRIANCA.pdf. Acesso em: 30/07/2015.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história.** 2. Ed. São Paulo. Ática. 2003. P.118-119.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia.** Rio de Janeiro, RJ: José Olímpio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres: As vozes do silêncio.** In: FREITAS, Marcos César (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. 3 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2000.

FERNANDES, Florestan In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo.** Anhembi, 1971.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala.** Editora Global, 49ª ed. São Paulo. 1986.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 26ª edção. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FREYRE, Gilberto. **O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro.** In: FREYRE, G. Casa- grande & senzala.51ª Ed. rev.- São Paulo: Global, 2006.

LEAFRO, Projeto. - Diálogos para o reconhecimento e a valorização da História e Cultura Afro-brasileira no Paraná (Jacarezinho e Londrina). Projeto financiado pela SETI - **Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Edital 009, 2009.**

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: uso e sentidos.** São Paulo: 1988.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. **Revista História Hoje.** v. 1, nº 1, p. 29-44, 2012.

PARDO, Aristides Leo. **A escravidão no Brasil Colônia, às relações entre cativos e a paulatina chegada da liberdade**. Nethistória (Brasília), v. 2012, p. 01, 2012.

PRADO JR. C. **História econômica do Brasil.** 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Maria da Penha. **Mulheres Negras: Sua participação histórica na sociedade**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/download/13509/7668. Acesso em: 26/07/2015.

ZAMBELLO, Marcos Henrique. **Casa Grande e Senzala: Antagonismo Equilibrados e identidade Cultural.** Revista Inter-Legere (UFRN), Vol 10, nº 6, Jan/Jun 2010. Disponível em: http://www.periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4609/3772. Acesso em: 26/07/2015.

A BAGACEIRA E AS IDEIAS SOCIOLÓGICAS MODERNISTAS

Victor Soares Lustosa[531]

A *bagaceira*, publicado em 1928, é saudado pelo principal crítico da época, Tristão de Athayde, como o romance que o modernismo não havia ainda conseguido escrever. "Qualquer coisa de definitivo" dissera o primeiro grande crítico do modernismo sobre a obra do paraibano José Américo de Almeida em seu artigo "Uma Revelação" (escrito em 1928, mas publicado posteriormente em Estudos, 3ª Série, 1930). Para Alfredo Bosi a obra passou a marco da literatura social nordestina menos por seus méritos intrínsecos do que por ter definido uma direção formal realista e uma diretriz temática: a vida nos engenhos, a seca, o retirante, o jagunço (BOSI, 1984, p.444). De fato, as obras marcantes do Romance de 30, como Fogo morto, do também paraibano José Lins do Rêgo, O Quinze, de Rachel de Queiroz, Vidas Secas de Graciliano Ramos, seguirão na trilha apontada por Américo, não apenas quanto a temática, mas na própria estilística, com um tratamento mais coerente da linguagem coloquial e utilização das técnicas impressionistas na descrição e no nível dos significados.

Ainda que seja apontada como a obra pioneira do Romance de 30, *A bagaceira* estaria no *hall* das obras avulsas da literatura brasileira, que não se vinculam necessariamente a uma corrente ou a um movimento literário definido, ainda que tenha apontado a direção pra o movimento literário da década seguinte, no caso, o romance regionalista de 30. Não pode ser considerada uma obra pré-modernista, como é comumente classificada a literatura escrita no inicio do século XX, como Os Sertões, de Euclides da Cunha ou Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto, pois é publicada pós-1922. Dessa forma, é possível localizá-la mesmo no meio do caminho, pois é inegável que a escrita de José Américo incorpora algumas das liberdades e novidades estilísticas trazidas pelos intelectuais do eixo São Paulo-Rio de Janeiro ligados ao modernismo, assim como prenuncia os elementos que serão elaborados pelos escritores vindos do nordeste[532] do país, que ficariam conhecidos como a geração regionalista 30.

Entender *a bagaceira* nesse meio do caminho não é possível sem recuperar a trajetória de formação intelectual do escritor, desde sua formação na faculdade de direito do Recife, o grande centro de difusão de conhecimento e debate das ideias dos estados do nordeste do país, até o contexto em que ele publica seu romance de estreia, isto é, os anos 1920.

[531] Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco; victorlustosa@gmail.com

[532] É preciso atenção ao utilizar os termos norte ou nordeste pra esse período, pois a divisão administrativa que conhecemos hoje foi definida nos anos 1960. Nesse período, os estados que hoje fazem a parte da região nordeste, como Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, por exemplo, eram referidos como estados do Norte oriental, ou simplesmente do Norte. Sobre a evolução da divisão territorial do brasil, ver o sítio do IBGE, no endereço eletrônico http://www.ibge.gov.br/

A formação na faculdade de Direito do Recife: Breve trajetória de José Américo de Almeida

A faculdade de direito do recife tem sua origem durante o Império. Ao lado da faculdade de direito de São Paulo, essas duas faculdades representam o movimento do Império brasileiro de romper com a tradição de formação das elites brasileiras em Coimbra, no sentido de adquirir independência intelectual em relação a antiga metrópole. Durante o século XIX e entrando no século XX, esses dois ambientes acadêmicos irão se desenvolver de forma distintas, criando duas intelligentsia autônomas , reflexo das diferenças econômicas e sócio-políticas entre os dois centros, um em declínio e o outro e ascensão.

> Em Recife um publico mais desvinculado do domínio oligárquico rural passava a dominar as fileiras dessa faculdade, por oposição a uma clientela paulista caracterizada pelo pertencimento a uma elite econômica de ascensão recente. De Recife partiam mais claramente os gritos de descontentamento (respaldados pela clara mudança do eixo político-econômico), enquanto São Paulo passava aos poucos de contestador a defensor e responsável por uma fala oficial.(SCHWARCZ, 1993, p.187)

Ingressando na faculdade de direito do recife no inicio do século XX, bacharelando-se em 1908, José Américo de Almeida estudou no ambiente acadêmico pós-geração de 70, geração que introduzira no Brasil as teorias cientificas que rompiam com o pensamento religioso em prol de uma visão laica de mundo. No Recife, a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social-darwinistas ganhou uma desenho próprio, na medida em que tentava-se a adaptar o amalgama dessas teorias ao direito na tentativa de entender e propor soluções para a realidade do país. Como esses intelectuais estavam cada vez mais distantes do centro das decisões politicas mais significativas, eles acreditavam ao menos representarem a vanguarda científica do Brasil, o que explica o apego radical às doutrinas deterministas e naturalistas (SCHWARCZ, 1993, p 150).

É nesse contexto, em fins do século XIX, que as "leis naturais" assumem o posto dogmático incontestável que antes cabia ao pensamento religioso. Os contos e os romances Realistas se revestirão, portanto, da tintura naturalista "sempre que fizer personagens e enredos submeterem-se ao destino cego das `leis naturais`"(BOSI, 1984, P.187). É o caso da prosa de Raul Pompeia, Aluísio Azevedo e de Adolfo Caminha.

A especificidade dos estados do norte do país diante da adaptação das ideias cientificas naturalistas tinha um problema, especialmente as teorias raciais. Diferente dos estados do sul e sudeste que receberam os imigrantes europeus com ares de salvação, dado que a doxa era que o progresso estava intimamente ligados às raças brancas superiores e não mestiças, os estados do nordeste não contava com o trunfo do embraquecimento, daí que as teorias raciais tinham que ser adaptadas à situação. Essa operação coube a Silvio Romero, um dos intelectuais mais enérgicos e radicais do Recife. Romero rejeita o positivismo francês e vai buscar em Haeckel, Darwin e Spencer, a construção intelectual que constituía a solução para o problema da homogeneidade nacional, isto é, a mestiçagem, que, para ele, seria o resultado da luta pela sobrevivência das espécies, de acordo com as teorias deterministas da época. (SCHWARCZ, 1993, p.154). Não é nosso objetivo aqui alongar e detalhar as ideias difundidas pelo intelectuais do recife em fins do século XIX e início do século XX, mas é imprescindível entender a formação dos estudantes daquela instituição sem entender a influencia de Silvio Romero, que era uma espécie de "pai fundador" do direito enquanto ciência maior para resolver os problemas da nação.

> É na predileção do tema; no apego aos modelos deterministas biológicos e etnográficos; na fala radical e cientificista, que vemos a força desse mestre que elabora a teoria e cria um grupo. A partir de Romero, o direito ganha um estatuto diferente no Brasil. Passa a combinar com antropologia, se elege como "sciencia" nos moldes deterministas da época e se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas da nação(SCHWARCZ, 1993, p.155)

É, portanto, nesse novo status do direito que se forma José Américo de Almeida, em 1908. Tão logo conclui o bacharelado, retorna à Paraíba, assume o cargo de promotor na comarca de Souza, sertão paraibano, e já se filia ao partido de oposição ao governador do Estado, Monsenhor Walfredo Leal, seu tio.[533] Em 1911 assume o cargo de procurador do Estado, cargo que ocupa por 11 anos. Faço esse breve relato da trajetória de José Américo logo após finda sua formação em direito no recife, pois, foi com a experiência e a vivência adquirida nos cargos públicos que ocupou no pobre estado da Paraíba durante esses anos que o futuro ministro de viação e obras publicas do governo Vargas se reveste da propriedade de testemunha, além da já conquistada legitimidade de homem do direito (portanto, homem da ciência) para escrever não ainda *A bagaceira*, mas seu vasto e minucioso ensaio *A Paraíba e seus problemas*, em 1923, que congrega um

[533] O corpo de estudantes da faculdade de direito Recife não era composto apenas pelos filhos das elites pernambucanas, mas dos estados vizinhos como a Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, também de estados mais distantes no norte, como Piauí, Ceará, Maranhão e mesmo de Estados mais próximos a São Paulo, como minas Gerais e Rio de Janeiro. Alguns desses estudante, ao terminarem o curso iriam assumir cargos ou exercer a advocacia em outros estados, mas a maioria desses estudantes retornavam ao seu estado de origem para assumir cargos públicos ou mesmo entrar para a política. (BEVILAQUA, 1977)

conjunto de conhecimentos e informações bem detalhadas sobre a Paraíba, em seu aspecto climático, geográfico, antropológico, histórico e político, em suma, total, pois era apenas na totalidade que um ensaio daquele período adquiria o status de excelência.

A Paraíba e seus problemas foi uma espécie de grito (racional, erudito) da Paraíba diante de federação, tal qual *a bagaceira* será considerado também um grito, um romance de denuncia. Grito pelo que? Ora, é obvio, contra o esquecimento com que encarava a federação e os centros econômicos mais desenvolvidos do país frente ao problema da seca no nordeste, mas, nesse caso do ensaio, está em pauta a especificidade da Paraíba. Igualmente revestido da legitimidade de testemunha do romancista (que também estará presente nos romancistas da geração de 1930), o testemunho do ensaísta Américo será o testemunho de um bacharel em direito, erudito, e, ainda que pertencente à elite decadente, que coloca o Estado e as inovações técnicas modernas como a saída para o atraso econômico de sua região. O ensaio, publicado em 1923, foi realizado durante o período em que o também paraibano, e também bacharel em direito pela faculdade de direito do recife, Epitácio Pessoa ocupava o cargo de presidente da Republica, entre 1919 e 1922. Eis o início do prefácio da primeira edição:

> O presidente Solon de Lucena achou que o meio mais sensível de expressar ao sr. Epitácio Pessoa o reconhecimento da Paraíba pelos benefícios outorgados, como solução do problema das secas, seria perpetuar num livro a história desse esforço redentor (...) A história das secas e do combate aos seus efeitos não é a mesma para o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba: cada uma dessas unidades tem sua situação, à parte.(AMÉRICO, 1994, p.25/26)

Vê-se, portanto, a necessidade de esmiuçar as especificidades da Paraíba, o que é percebido durante todo o ensaio, que detalha desde as especificidades geológicas e mineralógicas de cada região do estado como da recuperação dos debates nas câmaras e no senado por parte dos políticos paraibanos durante o século XIX que já procuravam chamar a atenção da corte para os problemas da província. O ensaio de 1923 configura um grito de socorro, pois, para Américo, as dores, como também o potencial da Paraíba era desconhecido do resto do país. No primeiro capítulo, "Terra Ignota", Américo adverte que a Paraíba nunca havia sido estudada e faz um relato minucioso das riquezas minerais do estado. Não alonguemos muito aqui, apenas é preciso dizer que o objetivo do livro é claro, trata-se de demonstrar o esquecimento com que sempre fora tratado o seu estado e de como a federação tinha o dever de assumir o protagonismo no combate às situações extremas, de causas desconhecidas, a saber, a seca. Ele, entretanto, não isenta os próprios políticos e a elite paraibana da culpa por tal esquecimento, aliás, pelo contrário, sua atuação política, tão logo retorna do recife, já se filia ao partido de oposição aos antigos e estáticos coronéis, que, para ele, seriam os maiores culpados pela situação calamitosa da Paraíba.

Atento às teorias deterministas e evolucionistas que conhecia bem, Américo enxerga na ação modernizadora do Estado, a solução para os problemas da seca. É, portanto, essa a acepção do sentido de modernidade que interessa ao paraibano e é dentro desse arcabouço teórico definido, legitimado pela qualidade de testemunha e fundamentado no conhecimento sociológico da época que ele elabora o ensaio e, cinco anos mais tarde, lega ao seu romance de estreia, *A bagaceira*, a mesma autoridade dos argumentos científicos e sociológicos que construíra o ensaio, facilmente percebido na voz do narrador.

A Bagaceira e os modernismos da década de 1920

O sucesso de *A bagaceira* foi imediato, tão logo lançado, obteve quatro edições no mesmo ano e logrou do principal crítico da época, Tristão de Athayde, elogios que alçaram o livro ao posto de marco divisor da literatura brasileira, "Qualquer coisa de definitivo", afirmara o crítico, dizendo que a literatura brasileira já não podia viver sem ele e que nele estavam a terra a alma do Nordeste, a síntese entre a natureza e a cultura. "Ora culto, ora bárbaro, mas sempre em brasileiro, sem transição brusca e artificial entre a linguagem dos que sabem e a dos que não sabem. Uma língua só e nova, em todas suas gradações" (LIMA, 1930 apud TELES, 1983, p.55).

O romance se passa entre 1898 e 1915, os dois períodos da seca e narra a história dos retirantes Valentim Pereira, sua filha Soledade e a filha do Pirunga que abandonam a fazenda Bondó, no sertão da paraíba, e se encaminham para o brejo, região dos engenhos, onde se estabelecem no engenho Marzagão, de propriedade de Dagoberto Marçau, viúvo, pai de Lúcio, jovem e idealista, advogado.

Tal como no ensaio, legitimado pela ciência do ensaísta, aqui, o narrador é legitimado pelo testemunho de ter nascido e crescido na região do brejo, na cidade de Areia, e de ter presenciado os retirantes famintos do sertão em busca de melhores condições no brejo, região mais alta no relevo paraibano, região em que a altitude corrigia o fatalismo e a deficiência da latitude. *A bagaceira* é um romance em que se encontram dois mundos físicos e espirituais, o sertão e o brejo, duas realidades distintas, mas vítimas do mesmo descaso e mesquinhez, ancoradas no tempo frente aos avanços da sociedade moderna.

Os sertanejos, vítimas maiores por causa da seca, no impasse entre a vida e a morte, fogem do inferno que outrora era paraíso, e andam sem rumo, guiados pelo instinto de vida que lhes sobrara, o instinto quase selvagem de apenas sobreviver.

> Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo, iam, ao acaso, em

> descaminhos, no arrastão dos maus fados(...) Fugiam do sol e o sol guiava-os nesse forçado nomadismo (...) Mais mortos do que vivos. Vivos, vivíssimos só no olhar. Pupilas do sol da seca.(...) Fariscavam o cheiro enjoativo do melado que lhes exacerbava os estômagos jejunos. E, em vez de comerem, eram comidos pela própria fome numa autofagia erosiva (AMERICO, 1997, P.08)

O olhar do narrador não é, no entanto, fruto de imaginação, mas o olhar de quem testemunhou os repetitivos afluxos de sertanejos nômades nas terras brejeiras paraibanas em que fora criado, o olhar de quem testemunhara o encontro entre os dois mundos. "Párias da bagaceira, vítimas de uma emperrada organização do trabalho e de uma dependência que os desumanizava, eram os mais insensíveis ao martírio das retiradas"(ALMEIDA, 1997, P.08). Seus impulsos de ensaísta ganha espaço em sua narrativa, mas diferente do romance naturalista, que dava voz às leis naturalistas estrangeiras de forma dogmática e quase que por obrigação e dever, o narrador de *A bagaceira* fala com sua própria voz, na autoridade de homem de ciência, é verdade, mas de um homem que conhecia bem aquela realidade que romanceava, aquele encontro de dois mundos. "A colisão dos meios pronunciava-se no contato das migrações periódicas. Os sertanejos eram malvistos nos brejos. E o nome de brejeiro cruelmente pejorativo" (ALMEIDA, 1997, P.08)

José Américo de Almeida jamais negou sua intenção na obra. Ficaria conhecida sua frase, ao se referir ao romance, expressão artística de quase mentira, quase verdade: "Há muitas formas de se dizer a verdade. Talvez a mais persuasiva seja a que tem a aparência de mentira". Já no prefacio deixa claro que é um livro engajado, uma denuncia, que só tomou a forma de romance para, através da aparência de mentira, tornar a verdade mais persuasiva. No seu ensaio de 1923, ele dedica numerosas páginas recuperando o debate dos senadores e deputados paraibanos durante o século XIX, acusa a imprensa e a elite paraibana de ter sido letárgica, não tornando conhecido o sofrimento da seca na Paraíba, diferente dos políticos e da imprensa do Ceará, que haviam somado forças para tornar conhecido ao poder central os males que sofria com a seca. "A história politico administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais, desde o tempo da conquista até 1919, é um documento de preterições e de abandono"(ALMEIDA, 1994, p. 225). E ainda, " O maior mal, porém, foi a falta de atuação política da Paraíba, de um prestígio que se impusesse nos conselhos do império como patrono dos nossos reclamos" (ALMEIDA, 1994, p. 265). Acusava os políticos e os homens que representaram província ao longo da história de desvalidos crônicos. No romance de 1928, as inúmeras páginas de relatos minuciosos dão lugar à frases que saltam no meio da estrutura narrativa, entre as roupagens mentirosas da criação ficcional, aparecem as denuncias, "A história das secas era uma história de passividades" (ALMEIDA, 1997, P.09). Mas é através do jovem e idealista advogado Lúcio, o seu disfarce dentro de sua criação, que o autor consegue falar livremente.

> Então, disfarçou-se de Lúcio, o estudante, o único que tinha olhos abertos, naquele mundo de miséria, e sabia que a técnica e a justiça social poderiam transfigurar-lhe a torva fisionomia. Por isso, como o autor "Lúcio responsabilizava a fisiografia paraibana por esses choques rivais" entre brejo e sertão. Como o autor, ele se compadecia da terra, tratada a enxada e coivara, *deformando-se em culturas mesquinhas*, quando as máquinas poderiam rasgar-lhe "as entranhas para as fecundações mais profundas" (...) Era uma denuncia . E só o desmedido talento do romancista poderia ter conseguido fazê-lo, antes de tudo, um verdadeiro, um grande romance, que, na época, foi impacto violento na literatura brasileira, ainda engatinhando nos caminhos do modernismo. (PROENÇA, 1968, p.lxii)

Fica evidente, portanto, a maior preocupação do autor, que seria tornar publico, para todo o país, o martírio da seca no paraíba, nos dizeres do autor: "Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canãa".[534] Entretanto, reduzir a obra a um mero caráter de denuncia panfletária disfarçada de romance não faz sentido, dado a importância que a obra adquiriu e o elogio arrancado dos críticos literários e dos escritores ligados ao modernismo. Sobre o sucesso da obra entre os modernistas, apesar do pouco modernismo (no sentido estilístico mesmo), escreve Wilson Martins:

> A Bagaceira (...), apesar do estilo claramente pouco modernista, lançava desde logo os grandes temas que o romance brasileiro ia explorar na década seguinte: a terra, o regionalismo, a decadência da sociedade patriarcal, a luta de classes, os problemas sociais e doutrinários. Era um romance telúrico, sociológico e político – exatamente a fórmula de ficção o Modernismo andava procurando e que ia se realizar plenamente no chamado "Romance do Nordeste". (1978, p 434)

Ele lembra ainda que esses temas não eram novidades e que já existiam na literatura da época, mas como fatos isolados, sem perspectiva e que fora José Américo o responsável por aglutinar esses temas em A bagaceira, conferindo-lhes um significado novo, isto é, apontando o caminho para o moderno romance brasileiro. (MARTINS, 1978, p 434). Para Josué Montello, o romance brasileiro após Machado de Assis ensaia vários caminhos, com Lima Barreto, Afrânio Peixoto, Benjamin Costallat, Theo Filho, mas foi apenas a partir de *A bagaceira* que ele se estabeleceu enquanto caminho convergente, em torno de um mesmo proposito, de denuncia, num amálgama de todos esses temas tratados por José Américo. Para ele, o romance

[534] No ensaio de 1923, A Paraíba e seus problemas, José Américo tenta desconstruir a ideia de que, não apenas a Paraíba, mas também os outros estados que sofriam com a seca, não eram o Saara brasileiro, ou seja, um deserto impossível de gerar riqueza. Essa falsa ideia, fruto de desconhecimento, impedia um pensamento de ação política fora da natureza de esmola, daí que seu empenho estava em demonstrar que a terra era boa e que a ação do Estado e da ciência deveria se a de conhecer os extremos da natureza, principalmente a seca, e domá-la, através das novas técnicas de açudamento, por exemplo.

de 30 seria a "expressão do neorrealismo brasileiro, com uma fisionomia própria, ligada à tradição romanesca do século XIX, notadamente a que vinha de Aluízio Azevedo. (MONTELLO, 1983, p28,29)

A década de 20, marcada pelas tensões e conspirações políticas e militares que irá culminar na insurreição de 1930, é marcado também pelas rebeliões estéticas literárias e artísticas, que tem marco na semana de 22. O que é preciso ter em mente é que a atmosfera de rebelião/inovação/construção artística e cultural não é exclusivo de São Paulo e do Rio de janeiro, em diversos pontos do país temos movimentos semelhantes. Lembremos que da faculdade de Direito do recife emanavam redes de relações acadêmicas, politicas e intelectuais que, ainda que estivessem atentos aos passos dos modernistas do sudeste, tinham sua autonomia intelectual e suas próprias preocupações políticas e estéticas. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os centros urbanos mais avançados economicamente do país, o movimento dos artistas e intelectuais ligados à semana de 1922 assumiam um caráter de rebelião estética em consonância com as vanguardas europeias, o primeiro fôlego desses artistas era de natureza cosmopolita, era preciso alcançar os passos dos países mais civilizados, nas suas concepções artísticas. Talvez Mário de Andrade tenha sido uma das poucas vozes dissonantes dentro daquele grupo, entretanto, sua divergência assumia um caráter nacionalista e sua atuação crítica, nesse sentido nacionalista, era mais concentrado na música do que na literatura. Lembramos ainda que as inovações e as rupturas estilísticas propostas pelos modernistas de São Paulo estavam restritos a poesia, a prosa ainda estava à deriva, esperando uma direção, daí que Tristão de Athayde afirma que *A bagaceira* era o romance que o modernismo não conseguira escrever.

Diante do modernismo estilístico dos modernistas de São Paulo, o regionalismo que surgirá como movimento no romance na década de 1930 é gestado ainda nos anos 1920 no Recife, entre aqueles intelectuais egressos da faculdade Direito do recife, como Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo e José Américo de Almeida.[535]

José Américo reelabora as acepções de moderno em A bagaceira, conferindo-lhe uma coloração própria, regionalista, mas ensaística. É, portanto, uma obra de transição entre dois movimentos, entre duas estéticas, a naturalista e a modernista, repleta de dicotomias: o sertão e o brejo, a sociedade patriarcal e a burguesa. O historiador Durval Muniz de Albuquerque a situa num "impasse entre um passado escravista, que [o autor] condena, e as novas relações burguesas que ele teme"(ABUQUERQUE, 2011, p 158). O modernismo que mais interessava para o escritor paraibano era o modernismo da ação do Estado para solucionar os problemas dos extremos da natureza, da seca. Daí que em 1930 protagonizará a insurreição de 1930 no nordeste e ocupará, no governo Vargas, não um cargo junto aos órgãos de cultura, como Mário de

[535] Há uma confusão sobre o movimento regionalista do recife, mas precisamente em torno do manifesto Regionalista de 1926, que fora lido por Gilberto Freyre na década de 1950, em ocasião de comemoração de aniversário do manifesto. Alguns intelectuais lançaram dúvidas sobre a veracidade da data de elaboração do documento. Sobre isso ver a obra **Modernismo e Regionalismo** (os anos 20 em Pernambuco), de Neroaldo Pontes de Azevedo (AZEVEDO, 1984, p 141)

Andrade, mas o Ministério de Viação e Obras Públicas, para prosseguir com as obras de combate a seca que foram abandonadas durante a década em que escrevera *A bagaceira.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA José Américo de. **A Bagaceira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1997

_____. **A Paraíba e seus problemas**. 4ªed. Brasília: Senado Federal, 1994

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVÊDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1984

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**.2ªed. São Paulo: Cultrix, 1984

BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2ªed. Brasília: INL, 977

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira.** São Paulo: Cultrix: ed da Universidade de São Paulo, 1978

MONTELLO, Josué. **Revisão do romance Nordestino de 30**. In: SEMINÁRIO SOBRE O ROMANCE DE DO NORDESTE. Fortaleza: Universidade federal do Ceará – Proed, 1983.

TELES, Gilberto Mendonça. **A Crítica e o Romance de 30 no Nordeste**. In: SEMINÁRIO SOBRE O ROMANCE DE DO NORDESTE. Fortaleza: Universidade federal do Ceará – Proed, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.